

Paulino Vandresen
Marco Antonio Rocha Martins
Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott
organizadores

VARIAÇÃO E MUDANÇA LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS FALADO E ESCRITO NA REGIÃO SUL E OUTROS TEMAS

Uma homenagem a Izete Lehmkuhl Coelho



VARIAÇÃO E MUDANÇA
LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS
FALADO E ESCRITO NA REGIÃO
SUL E OUTROS TEMAS

Conselho editorial

André Costa e Silva

Cecilia Consolo

Dijon de Moraes

Jarbas Vargas Nascimento

Luis Barbosa Cortez

Marco Aurélio Cremasco

Rogério Lerner

Blucher Open Access

PAULINO VANDRESEN
MARCO ANTONIO ROCHA MARTINS
ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA MONGUILHOTT
(organizadores)

VARIAÇÃO E MUDANÇA
LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS
FALADO E ESCRITO NA REGIÃO
SUL E OUTROS TEMAS

Uma homenagem a Izete Lehmkuhl Coelho

2021

Variação e Mudança linguística no Português falado e escrito na região Sul e outros temas

© 2021 Marco Antonio Rocha Martins, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott e Paulino Vandresen
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Jonas Eliakim

Produção editorial Catarina Tolentino

Diagramação Taís do Lago

Revisão Daniel Safadi

Capa Laércio Flenic

Imagem da capa iStock

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel 55 11 3078-5366
contato@blucher.com.br
www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed.
do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,
Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer
meios, sem autorização escrita da Editora.

Todos os direitos reservados pela Editora
Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Variação e mudança linguística no português
falado e escrito na região sul e outros temas : uma
homenagem a Lehmkuhl Coelho / organizado por
Marco Antonio Rocha Martins, Isabel de Oliveira e Silva
Monguilhott, Paulino Vandresen. - São Paulo : Blucher,
2021.

378 p. : il.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-166-7(impresso)

ISBN 978-65-5550-162-9(eletrônico)

1. Linguística 2. Língua portuguesa 3. Fala e escrita 4.
Oralidade 5. Coelho, Lehmkuhl I. Martins, Marco Antonio
Rocha Martins II. Monguilhott, Isabel de Oliveira e Silva
III. Vandresen, Paulino

21-5031

CDD 410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA NO VARSUL; UMA HOMENAGEM A IZETE LEHMKUHL COELHO11

PAULINO VANDRESEN

MARCO ANTONIO ROCHA MARTINS

ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA MONGUILHOTT

À HOMENAGEADA.....11

SOBRE A OBRA.....15

REFERÊNCIAS.....21

CAPÍTULO 1 – VARIAÇÃO VERBAL NO DOMÍNIO FUNCIONAL TEMPO-ASPECTO-MODALIDADE (TAM).....23

EDAIR MARIA GÖRSKI

1.INTRODUÇÃO23

2. O DOMÍNIO FUNCIONAL MULTIDIMENSIONAL TAM.....24

3. CRITÉRIO PARA DELIMITAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....27

4. DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS ENVELOPES DE VARIAÇÃO.....29

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS45

REFERÊNCIAS.....46

CAPÍTULO 2 – SEU/DELE: ONTEM E HOJE 51

ODETE PEREIRA DA SILVA MENON

EDSON DOMINGOS FAGUNDES

MARIA JOSÉ STROGENSKI

1. INTRODUÇÃO.....51

2. DELE ANÁFORA.....54

3. DATIVO DE POSSE E DATIVO ÉTICO / DE INTERESSE.....58

4. SEU/DELE NO PB.....62

5. SEU/DELE NOS DADOS DO VARSUL.....	65
6. CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS.....	77

CAPÍTULO 3 – PARA UMA ESTRATIFICAÇÃO DE REDATORES OITOCENTISTAS POR GRAUS DE CULTURA ESCRITA..... 81

VALÉRIA NETO DE OLIVEIRA MONARETTO

1. INTRODUÇÃO.....	81
2. METODOLOGIA PARA ESTUDOS LINGÜÍSTICOS EM REGISTRO ESCRITO EM ESTADOS PASSADOS DA LÍNGUA.....	83
3. CORPUS – FAMÍLIA JULIO DE CASTILHOS.....	88
4. CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS.....	102

CAPÍTULO 4 – ESTUDOS DIALETOLÓGICOS E GEOLINGÜÍSTICOS NO SUL DO BRASIL 105

FELÍCIO WESSLING MARGOTTI

VALTER PEREIRA ROMANO

1. CHIMIA (COMO SE CHAMA A PASTA FEITA DE FRUTAS QUE SE PASSA NO PÃO?).....	113
2. BOLA DE GUDE (COMO SE CHAMAM AS COISINHAS REDONDAS DE VIDRO COM QUE OS MENINOS GOSTAM DE BRINCAR?)	116
3. ANCINHO (COMO SE CHAMA O INSTRUMENTO DE CABO LONGO E COM UMA TRAVESSA DENTADA NA PONTA, QUE SERVE PARA JUNTAR FOLHAS SECAS OU SUJEIRA?).....	118
4. BERGAMOTA (COMO SE CHAMA A FRUTA MENOR QUE A LARANJA, QUE SE DESCASCA COM A MÃO?)	121
5. SANGA E ARROIO (COMO SE CHAMA UM RIO PEQUENO DE DOIS METROS DE LARGURA?).....	124
6. GURI E PÍÁ (COMO SE CHAMA A CRIANÇA DE 5 A 10 ANOS DE IDADE DO SEXO MASCULINO?).....	126
7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	128
REFERÊNCIAS.....	129

CAPÍTULO 5 – A FORMAÇÃO DE UM *CORPUS* DE VERBOS DENOMINAIS: O CASO PARTICULAR DOS VERBOS PARASSINTÉTICOS..... 137

ALINA VILLALVA

1. INTRODUÇÃO.....	137
2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS VERBOS PARASSINTÉTICOS.....	139
3. CONSTRUÇÃO DE UM <i>CORPUS</i> DE VERBOS DENOMINAIS.....	144
4. REVISÃO DA ANÁLISE DOS VERBOS PARASSINTÉTICOS.....	154
5. CONCLUSÃO.....	155
REFERÊNCIAS	157

CAPÍTULO 6 – CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS: A ORDEM E O PREENCHIMENTO DO SUJEITO EM AMOSTRAS DO PHPB-SC..... 159

LAIZA DE SENA

1. INTRODUÇÃO.....	159
2. VERBOS INACUSATIVOS: CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO	160
3. METODOLOGIA.....	161
4. RESULTADOS: ORDEM E PREENCHIMENTO DO SUJEITO POR PERÍODO DE TEMPO	163
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS.....	178

CAPÍTULO 7 – A ESTRATIFICAÇÃO FONÉTICA DAS MARCAS DE CONCORDÂNCIA VERBAL EM FLORIANÓPOLIS..... 185

RAQUEL GOMES CHAVES

1. INTRODUÇÃO.....	185
2. A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS PADRÃO, NO PB CULTO E NO PB VERNACULAR.....	187
3. METODOLOGIA.....	195
4. RESULTADOS.....	197
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
NOTAS DA AUTORA.....	203
REFERÊNCIAS.....	204

CAPÍTULO 8 – TU, VOCÊ OU O SENHOR? O SISTEMA DE TRATAMENTO DE SEGUNDA PESSOA EM FLORIANÓPOLIS.....209

PATRÍCIA GRACIELA DA ROCHA

1. INTRODUÇÃO.....	209
2. COMO SE DEU A PESQUISA.....	210
3. OS RESULTADOS ENCONTRADOS.....	213
4. A QUE PONTO CHEGAMOS.....	231
REFERÊNCIAS.....	233

CAPÍTULO 9 – A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL NO FALAR DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE TONANTINS (AMAZONAS)237

FLÁVIA SANTOS MARTINS

1. INTRODUÇÃO.....	237
2. SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO BRASIL	239
3. PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DE TONANTINS (AM)	241
4. A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM TONANTINS (AM).....	251
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
REFERÊNCIAS.....	258

CAPÍTULO 10 – OBJETO NULO E CLÍTICOS EM SANTA CATARINA.....263

MARCO ANTONIO ROCHA MARTINS

CECÍLIA AUGUSTA VIEIRA PINTO

SUELI COSTA

1. INTRODUÇÃO.....	263
2. A TRAJETÓRIA DE MUDANÇA DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM SC: PRESENTE E PASSADO.....	264
3. AINDA SOBRE O PASSADO: OBJETO NULO E PRONOMES CLÍTICOS EM CARTAS PESSOAIS CATARINENSES DOS SÉCULOS XIX E XX.....	273
4. BREVES CONSIDERAÇÕES DE CONCLUSÃO DESTE TEXTO.....	288
REFERÊNCIAS.....	291

CAPÍTULO 11 – FORMAS TRATAMENTAIS E ALTERNÂNCIA ESTILÍSTICA EM SANTA CATARINA E NO DISCURSO RELIGIOSO: PRESENTE E PASSADO.....297

IZETE LEHMKUHL COELHO

MARCO ANTONIO ROCHA MARTINS

ÉRICA MARCIANO DE OLIVEIRA

GÉSYKA MAFRA

HELENA ALVES GOUVEIA

RAFAEL TRAESEL

1. INTRODUÇÃO.....	297
2. FORMAS TRATAMENTAIS NA FALA DE ADOLESCENTES EM FLORIANÓPOLIS.....	299
3. FORMAS TRATAMENTAIS EM CARTAS PESSOAIS CATARINENSES.....	301
4. FORMAS TRATAMENTAIS NO DISCURSO RELIGIOSO: DUAS VERSÕES BRASILEIRAS DA BÍBLIA.....	315
5. NO PRESENTE E NO PASSADO, A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE FORMAS TRATAMENTAIS E ALTERNÂNCIA ESTILÍSTICA.....	318
REFERÊNCIAS.....	320

CAPÍTULO 12 – A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL E A REALIZAÇÃO DE <S> FINAL EM SNS PLURAIS EM FLORIANÓPOLIS E ITAJAÍ/ SC: DADOS DE FALA E TEXTOS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....325

IZETE LEHMKHUL COELHO

ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA MONGUILHOTT

PATRÍCIA CORRÊA FERMINIO

FABRÍCIA SILVA

CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA LARA

1. INTRODUÇÃO.....	325
2. A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL EM TEXTOS ESCRITOS E ORAIS DE ALUNOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS E ITAJAÍ.....	326
3. USO VARIÁVEL DO <S> MORFOLÓGICO E FONOLÓGICO PÓS-VOCÁLICO EM SINTAGMAS NOMINAIS PLURAIS NA FALA DO FLORIANOPOLITANO.....	332

4. SOCIOLINGÜÍSTICA EDUCACIONAL: UMA TEORIA CRÍTICA?.....	338
5. PALAVRAS FINAIS	343
REFERÊNCIAS.....	344

CAPÍTULO 13 – A EXPRESSÃO E A CONCORDÂNCIA VERBAL DA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM FLORIANÓPOLIS/SC: DADOS DE FALA E TEXTOS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL347

IZETE LEHMKUHL COELHO

ISABEL DE OLIVEIRA E SILVA MONGUILHOTT

JULIANA FLORES DAS CHAGAS

ANA KELLY BORBA DA SILVA BRUSTOLIN

GABRIELLA LIGOCKI PEDRO SILVANO

1. INTRODUÇÃO.....	347
2. CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E NÚMERO DE A GENTE EM ESTRUTURAS PREDICATIVAS NA FALA FLORIANOPOLITANA.....	348
3. ITINERÁRIO DO USO E VARIAÇÃO DE NÓS E A GENTE EM TEXTOS ESCRITOS E ORAIS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS.....	355
4. A CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM TEXTOS ESCRITOS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS.....	360
5. PALAVRAS FINAIS	365
REFERÊNCIAS.....	366

MINIBIOGRAFIA DA HOMENAGEADA.....371

MINIBIOGRAFIA DOS ORGANIZADORES373

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES375

APRESENTAÇÃO

UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA NO VARSUL; UMA HOMENAGEM A IZETE LEHMKUHL COELHO

Paulino Vandresen

Marco Antonio Rocha Martins

Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott

À HOMENAGEADA

Mais que uma coletânea de capítulos, esta obra *Variação e Mudança Linguística no Português falado e escrito na região Sul e outros temas* documenta uma trajetória de pesquisa e orientações da professora titular aposentada do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas (DLLV) e professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Dra. Izete Lehmkuhl Coelho.

Com o objetivo de dar sequência a publicações anteriores sobre a descrição da língua falada (e escrita) na região Sul de fenômenos em variação e mudança (VANDRESEN, 2002, 2006), este volume conta com a organização de três gerações de professores-pesquisadores que têm atuado na Área de Sociolinguística com pesquisas e orientações vinculadas ao Núcleo Interinstitucional Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL) e cujas trajetórias estão diretamente vinculadas à da homenageada. Paulino Vandresen, um dos responsáveis pela implantação do Programa de Pós-Graduação em Linguística na UFSC, membro fundador do

Grupo de Trabalho da ANPOLL e fundador do Projeto VARSUL, orientou a tese de doutorado da nossa homenageada, intitulada “A ordem V DP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica”, defendida em 2000 no PPGLin/UFSC; Marco Martins, hoje docente do DLLV e professor permanente do PPGLin da UFSC, defendeu sua dissertação de mestrado em 2005 e a tese de doutorado em 2009, sob a orientação de Izete Coelho no PPGLin/UFSC; e Isabel Monguilhott, hoje docente do MEN e professora permanente do PROFLETRAS da UFSC, defendeu sua dissertação de mestrado em 2001 e a tese de doutorado em 2009, sob a orientação de Izete Coelho, também no PPGLin/UFSC.

Ao longo de sua carreira docente na UFSC, é inegável a contribuição da professora e pesquisadora do CNPq, Izete Lehmkuhl Coelho na pesquisa e formação de recursos humanos e na consolidação do grupo interinstitucional VARSUL, e, de maneira mais específica, da agência da UFSC. Izete orientou 24 dissertações de mestrado:

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2001.

LAUREANO, Dayse Costa. A variação da primeira pessoa do plural na posição de sujeito: nós e a gente; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2003.

COSTA, Sueli. O sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2003.

SILVA, Ivanilde. De que(m) nós/a gente está(mos) falando afinal?: a indeterminação do referente na fala de informantes cultos; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2004.

SBALQUEIRO, Arnaldo. A variação dos pronomes possessivos de 2ª e 3ª pessoas em redações de alunos de uma escola pública de Curitiba; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2005.

ARDUIN, Joana. A variação no uso dos pronomes possessivos de segunda pessoa na região sul; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2005.

MARTINS, Marco Antonio. Entre estrutura, variação e mudança: uma análise sincrônica das construções com -se indeterminador; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2005.

JUNKES, Márcia. A variação dos pronomes nós e a gente em livros didáticos do Ensino Fundamental; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2008.

BRUSTOLIN, Ana Kelly. Itinerário do uso e variação de nós e a gente em textos escritos e orais; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2009.

ASSIS, Livia Mara de. O comportamento dos demonstrativos este e esse nas entrevistas do Varsul e da Isto É; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2010.

LARA, Carlos Eduardo de Oliveira. O preconceito às avessas na linguagem: um estudo da variação linguística; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2010.

NUNES DE SOUZA, Christiane Maria. Poder e solidariedade no teatro florianopolitano dos séculos XIX e XX: uma análise sociolinguística das formas de tratamento; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2011.

CARDOSO, Bruno. Um estudo variacionista das formas imperativas nas cidades de Florianópolis e Lages: uma questão de encaixamento? Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2012.

AGOSTINHO, Silvana. A variação na concordância verbal de primeira pessoa do plural na escrita de alunos do ensino fundamental; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2013.

JARDIM, Fernanda Lima. Particípios duplos: usos, desusos e alguns intrusos; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2013.

SILVA, Fabrícia. Uso variável do /s/ morfêmico e fonêmico pós-vocálico em posição final de sintagma nominal plural na fala do florianopolitano; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2014

VIEIRA PINTO, Cecília Augusta. Variação do objeto anafórico acusativo na fala de florianópolis; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2015.

SILVANO, Gabriella Ligocki Pedro. Variação na concordância de primeira pessoa do plural com o predicativo; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2016.

TRAESEL, Rafael. As formas variáveis de tratamento ao interlocutor na Ilha de Santa Catarina: estudo da fala de adolescentes dos Ingleses; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2016.

FLORES, Juliana. Concordância de a gente em estruturas predicativas em Florianópolis: um estudo de tendência; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2017.

FERMINIO, Patrícia Corrêa. Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural em textos escritos e orais de alunos do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2017.

MAFRA, Gésyka. Mudança e tradição: estudo histórico das formas de tratamento em duas versões brasileiras da Bíblia; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2018.

ZIBETTI, Erica Marciano de Oliveira. Uma proposta metodológica para o estudo da alternância estilística na amostra cartas da Tia Ciça; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2018.

GOUVEIA, Helena Alves. As formas de tratamento em cartas pessoais escritas na grande Florianópolis entre 1880 e 1940; Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, 2019.

e 12 teses de doutorado:

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2009.

MARTINS, Marco Antonio. Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2009.

COSTA, Sueli. O (não) preenchimento do objeto anafórico na Língua Portuguesa: análise diacrônica do PB e do PE dos séculos XIX e XX; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2011.

ROCHA, Patrícia Graciela da. O sistema de tratamento do português de Florianópolis: um estudo sincrônico; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2012.

MARTINS, Flávia Santos. Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do Alto Solimões (Amazonas); Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2013.

SCHMITT, Dionísio. A história da Língua de Sinais em Santa Catarina: contextos sociolinguísticos e sócio-históricos de surdos de 1946 a 2010; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2013.

NUNES DE SOUZA, Christiane Maria. A alternância entre tu e você na correspondência de florianopolitanos ilustres no decorrer de um século; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2015.

SENA, Laiza. O estatuto das construções inacusativas: uma contribuição para os estudos diacrônicos sobre a ordem e o preenchimento do sujeito em amostras do PHPB-SC; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2017.

CHAVES, Raquel Gomes. A redução/desnasalização de ditongos nasais átonos finais e a marcação explícita da concordância verbal de terceira pessoa: um estudo de correlação; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2017.

JARDIM, Fernanda Lima. Formação e estrutura dos participios passados: implicações no uso do português do Brasil e de Portugal; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2019.

PEREIRA, Ivelã. As formas variáveis de primeira pessoa do plural no Português Brasileiro; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2020.

VIEIRA PINTO, Cecília Augusta. As formas anafóricas variáveis do objeto direto nos séculos XIX e XX; Tese (Doutorado em Linguística) – UFSC, 2020.

Esta publicação é uma declarada homenagem à querida e amada Izete Coelho, amiga e orientadora para todas as horas, sempre com um largo sorriso e muito boa vontade em ajudar, com amabilidade e acolhimento que torna a vida na UFSC, nos cafés do VARSUL, nas conversas de corredores um evento humano para além do científico!!! Com muita elegância, alegria e profissionalismo, a Izete contribuiu para consolidar um grupo de pesquisa em variação e mudança linguística na UFSC, sob o quadro teórico da sociolinguística laboviana, da sociolinguística paramétrica e da sociolinguística histórica.

Esta obra que agora trazemos a público apresenta parte de resultados de pesquisas de mestrado e de doutorado orientadas pela Izete, além da contribuição de professores colegas parceiros do grupo VARSUL e de outros projetos e IES.

SOBRE A OBRA

O capítulo que abre esta Coletânea em homenagem a Izete Coelho é de autoria de Edair Maria Görski, membro do projeto VARSUL há quase três décadas. Em parceria com a Izete, foi responsável pela formação de um núcleo forte de pesquisa que formou uma geração de sociolinguistas que atuam na pesquisa em diferentes IES no Brasil. O capítulo *Variação verbal no domínio funcional tempo-aspecto-modalidade (TAM)* aborda fenômenos variáveis que se situam no domínio funcional multidimensional de tempo-aspecto-modalidade (TAM), fortemente marcados por traços semântico-pragmáticos, cujos envelopes de variação são recortados a partir de um critério temporal que dispõe os tempos e modos verbais

em um diagrama temporal linear. Com base nesse critério, associado à noção de domínio funcional, a autora problematiza e descreve a delimitação de seis envelopes de variação, tomando como referência os seguintes tempos verbais: *pretérito mais-que-perfeito*, *futuro do presente*, *futuro do pretérito* e *pretérito imperfeito do modo indicativo*; *pretérito imperfeito* e *presente do modo subjuntivo*. Os resultados frequenciais apresentados – retirados de diferentes trabalhos com amostras de fala desenvolvidos por orientandas da autora – apontam, em termos gerais, para a redução do paradigma modo-temporal e para a forte absorção de formas analíticas pelo sistema verbal; em termos mais específicos, sinalizam para o uso preferencial das seguintes formas variantes, distribuídas respectivamente pelas seis variáveis: *cantei*, *vou cantar*, *cantava*, *cantava*, *cantava* e *cante*, evidenciando a recorrência de uma mesma forma (*cantava*) para expressar três diferentes tempos verbais. O texto enfatiza a necessidade de critérios analíticos rigorosos para que se possa garantir a comparabilidade de resultados de diferentes pesquisas.

O Capítulo 2, *Seu/dele: ontem e hoje*, de autoria de Edson Domingos Fagundes, Maria Jose Strogenski e Odete Pereira da Silva Menon, é uma contribuição da equipe do Projeto VARSUL do Paraná. Apresenta a trajetória de gramaticalização da expressão de retomada anafórica *dele* [= de+ele] para a de pronome possessivo: inicialmente, consistindo em uma variante para o pronome *seu(s)* que era empregado tanto para a terceira pessoa do singular quanto para a terceira pessoa do plural (o que causava bastante ambiguidade em alguns contextos) na construção [*seu ... dele(a)(s)*]. Depois, essa dupla mostra de posse foi desaparecendo à medida que *dele* se especializava como pronome possessivo de terceira pessoa. Ao mesmo tempo, *seu(s)* acumulava o papel de possessivo de segunda pessoa (devido também à arcaização do *vós*) como complemento dos pronomes honoríficos, um dos quais, *vossa mercê*, se gramaticalizou, também passando a ser pronome de segunda pessoa não marcada: *você*. Como resultado, na expressão da posse de terceira pessoa, *seu* acabou circunscrito a um domínio altamente especializado, o dos pronomes indefinidos (cada um quer o seu). Para demonstrar o comportamento de *seu* e *dele* em variedades do português do Brasil, fez-se análise de dados de entrevistas, realizadas nos anos 1990, de quatro cidades do Banco de Dados Varsul (as capitais Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, além da cidade de Lages, SC), a partir do modelo de Silva (1984; 1991).

O Capítulo 3 é uma contribuição de Valéria Monaretto que, em seu texto *Para uma estratificação de redatores oitocentistas por graus de cultura escrita*, apresenta o resultado de uma aplicação de um teste objetivo que contribui para a construção de uma metodologia para se trabalhar com textos escritos em

épocas passadas. A autora sustenta a sua proposta de estratificação de redatores oitocentistas do português brasileiro, em termos de graus de cultura escrita, em 78 correspondências manuscritas trocadas entre membros da família Castilhos da aristocracia gaúcha dos anos 1800. A análise tem por base o levantamento de características gráficas de indivíduos inábeis, apontadas por Marquilhas (2000), e a proposta de Barbosa (2005) de se aferir, de modo objetivo, habilidades de escritura. Como um modo de ratificação do método, será apresentado um exame sociolinguístico histórico.

O Capítulo 4, *Estudos dialetológicos e geolinguísticos no sul do Brasil*, é uma contribuição do Projeto ALERS, de autoria de Felício Margotti e Valter Pereira Romano. Nele, os autores apresentam um panorama da realidade linguística nessa região do país e dos estudos dialetológicos realizados e em andamento no que diz respeito à variação de língua portuguesa, enfocando principalmente o léxico na dimensão diatópica. Com base em dados do ALERS e do ALiB, principalmente, são apresentadas e analisadas as cartas linguísticas de *chimia*, *bola de gude*, *ancinho*, *bergamota*, *sanga/arroio*, *guri/piá*, por meio das quais se evidencia a existência de duas grandes áreas dialetais – a variedade ou falar paulista, ao norte, e a variedade sul-rio-grandense – separadas por uma área de transição que percorre o território catarinense desde o litoral até o oeste do estado ou sudoeste do Paraná, às vezes mais ao sul, outras vezes mais ao norte. As variantes lexicais também apontam a existência de subáreas dialetais associadas aos contatos linguísticos com falantes de espanhol e com línguas de imigrantes europeus.

O Capítulo 5, *A formação de um corpus de verbos denominais: o caso particular dos verbos parassintéticos*, é de autoria de Alina Villava. A formação de verbos denominais no Português é um processo complexo porque dispõe de diversos recursos (conversão, sufixação e parassíntese) para formar verbos de um único tipo semântico (i.e., mudança de estado), que se manifesta de duas formas distintas: num caso, os verbos têm uma interpretação ‘aditiva’, no outro, uma interpretação ‘subtrativa’. A primeira interpretação pode ser realizada por conversão (cf. amargar), sufixação (cf. clarificar) ou parassíntese (cf. engarrafar), mas a segunda só é realizável por parassíntese (cf. desossar). Essa diversidade de recursos dá origem a uma multiplicidade de palavras possíveis, verificando-se que o subconjunto em uso pode estar sujeito a variação diacrônica, diastrática ou diatópica. Com efeito, há um conjunto significativo de formas que alguns falantes não aceitam, embora outros as produzam e reconheçam.

O Capítulo 6, *Construções Inacusativas: a ordem e o preenchimento do sujeito em amostras do PHPB-SC*, de autoria de Laiza de Sena, traz os resultados

de seu trabalho de doutorado, orientado por Izete Lehmkuhl Coelho. A autora busca verificar em que medida os fenômenos ordem e preenchimento do sujeito estão correlacionados nas construções inacusativas e quais grupos de fatores atuam sobre ambas as variáveis nessas construções. A amostra utilizada na análise diacrônica faz parte do banco de dados do projeto *Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina* (PHPB-SC) e é composta por sentenças retiradas de jornais dos séculos XIX e XX das localidades de Lages e de Florianópolis.

O Capítulo 7, *A estratificação fonética das marcas de concordância verbal em Florianópolis*, de autoria de Raquel Chaves, analisa, com base em sua tese de doutorado, orientada por Izete Lehmkuhl Coelho, a marcação fonética da concordância verbal de terceira pessoa do plural em dados com terminação em ditongo nasal átono (awN) na fala de Florianópolis, com base na fala de 24 sujeitos. Os resultados, apesar de indicarem prevalência de uso, na comunidade como um todo, da forma monotongada e sem nasalidade (eles *foru*) para marcar a concordância, apontam estratificação social do emprego das marcas fônicas.

O Capítulo 8, *O sistema de tratamento do português de Florianópolis: um estudo sincrônico*, traz uma síntese da pesquisa de doutorado em Linguística (UFSC) de Patrícia Graciela da Rocha realizada entre 2008 e 2012, sob orientação de Izete Lehmkuhl Coelho. Nessa pesquisa, a autora se dedica a descrever e analisar a variação pronominal de segunda pessoa do singular na função de sujeito e sua correlação com as formas pronominais que aparecem na função de complementos verbais e de adjuntos (obliquos e possessivos) a partir de dados sincrônicos do português brasileiro da variedade usada na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, a fim de compreender a natureza e a extensão do encaixamento desses pronomes no sistema linguístico dessa comunidade.

O Capítulo 9, *A variação na concordância nominal no falar dos moradores do município de Tonantins (Amazonas)*, de autoria de Flávia Santos Martins, apresenta um recorte de sua pesquisa de doutorado, orientada por Izete Lehmkuhl Coelho, que teve como objetivo geral investigar o fenômeno da *concordância nominal de número* no falar dos habitantes do alto Solimões (Amazonas) à luz da Sociolinguística Variacionista e da Dialetoлогия Pluridimensional. A autora objetiva, especificamente, mostrar os resultados que dizem respeito apenas ao município de Tonantins, cujo *corpus* é composto por 12 informantes, estratificados de acordo com *idade* (18 a 35 anos, 36 a 55 anos e 56 anos em diante), *sexo* (um homem e uma mulher) e *escolaridade* (de quatro a oito anos e de nove a onze anos). A partir dos SNs coletados das entrevistas da referida cidade, foram analisados 1.273 dados. Deles, o resultado geral evidenciou 643 dados da variante

“presença de marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 50% dos dados, e 630 dados da variante “ausência de marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 50% dos dados.

No Capítulo 10, *Objeto nulo e clíticos em Santa Catarina*, Marco Antonio Rocha Martins, Cecília Augusta e Sueli Costa apresentam resultados de variação e mudança na sintaxe no português de Santa Catarina, focando nos fenômenos do objeto nulo e da posição dos pronomes clíticos. Quanto ao objeto nulo, o estudo parte do presente, retomando o trabalho de Vieira-Pinto (2015), que analisa a fala de Florianópolis das décadas de 1990 e 2010 em um estudo de tendência. Do presente para o passado, trazem o trabalho de Costa (2011), que investiga o objeto nulo em peças teatrais de Florianópolis dos séculos XIX e XX. Ainda focando os dados do passado, os autores realizam uma análise do objeto nulo e da sintaxe dos pronomes clíticos em uma mesma amostra de cartas pessoais de Santa Catarina dos séculos XIX e XX. Os dados de fala da pesquisa foram coletados do banco base do Projeto VARSUL e do banco Floripa, proveniente do mesmo núcleo, agência de Santa Catarina; já os dados de escrita pertencem ao banco do projeto *Para a História do Português Brasileiro – Santa Catarina* (PHPB-SC). O objetivo dos autores, além de contribuir para o mapeamento e para a descrição sócio-histórica dos fenômenos na Região Sul do Brasil, é apresentar a trajetória de mudança desses dois fenômenos sintáticos, considerando, na medida do possível, especificidades do início do século XIX em comparação com a segunda metade deste mesmo século e com o século XX. A hipótese percorrida pelos autores é a de que o século XIX não pode ser visto como uma sincronia apenas e que, ao analisar os fenômenos linguísticos separando a primeira da segunda metade, serão constatadas diferenças importantes na língua.

O Capítulo 11, *Formas tratamentais e alternância estilística em Santa Catarina e no discurso religioso: presente e passado*, de autoria de Izete Lehmkuhl Coelho, Marco Antonio Rocha Martins, Érica Marciano de Oliveira, Gésyka Mafra, Helena Alves Gouveia e Rafael Traesel, retoma resultados de quatro dissertações de mestrado orientadas por Izete Coelho e mostra percursos de mudança nas formas tratamentais em SC, quer na fala de adolescentes catarinenses e de outros estados que moram em Florianópolis, quer em cartas pessoais dos séculos XIX e XX, e a sua estreita relação com a alternância estilística, também refletida no discurso religioso por meio da análise de duas versões de tradução da Bíblia. Apresenta, ainda, uma proposta metodológica para captar os contextos estilísticos em amostras de cartas pessoais através de um levantamento exaustivo de enunciados que caracterizam relações de interação e cooperação entre a missivista e

o interlocutor. Sobre o passado, mostra que, em cartas pessoais catarinenses de 1880 a 1940, mesmo estando a forma *você* em circulação em determinados contextos, os pronomes *tu* e *você* em Florianópolis não são variantes de uma mesma variável. Ademais, as formas de complementos, imperativos e possessivos que poderiam estar associados a um paradigma de *você* parecem estar linguisticamente vinculados às formas nominais, mais antigas que o pronome *você*. Isso permite aventar que, no período analisado, não se identifica a implementação de *você* na escrita dos missivistas catarinenses. Sobre as formas tratamentais na função de sujeito e formas imperativas em discurso de personagens dos livros de Lucas e Atos em duas versões brasileiras da Bíblia, no que diz respeito às condições de comunicação e estratégias de verbalização dentro do contínuo concepcional no uso das formas de tratamento, podemos afirmar, com a pesquisa de Mafra (2018), que a versão mais antiga (RA, 1959) apresenta elementos próprios da linguagem da distância/escrituralidade – desenhada para um leitor ideal mais escolarizado –, ao passo que a versão mais recente (NTLH, 2000) apresenta elementos condizentes com a linguagem da imediatez/oralidade.

No Capítulo 12, intitulado *A concordância verbal de terceira pessoa do plural e a realização de <s> final em SNs plurais em Florianópolis e Itajaí/SC: dados de fala e textos de alunos do ensino fundamental*, Izete Lehmkuhl Coelho, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, Patricia Corrêa Ferminio, Fabricia Silva e Carlos Eduardo de Oliveira Lara reúnem resultados de três pesquisas que abordam o fenômeno variável da concordância verbal, em nível de mestrado, realizadas na Pós-Graduação em Linguística da UFSC e orientadas pela professora Izete Lehmkuhl Coelho. A primeira pesquisa a ser apresentada é a de Ferminio (2017), que trata do fenômeno variável da concordância verbal de terceira pessoa do plural, nas modalidades oral e escrita de alunos das séries finais do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino de Florianópolis e Itajaí. A outra investigação é a de Silva (2014), que analisa o fenômeno variável do apagamento do <s> morfológico e fonológico em sintagmas nominais plurais na fala do florianopolitano. O trabalho de Lara (2010) também é apresentado com foco na discussão de testes de avaliação subjetiva aplicados na sociolinguística, centrando nos conhecimentos linguísticos de estudantes do curso de Letras e do Ensino Médio. As pesquisas baseiam-se na sociolinguística variacionista e na sociolinguística educacional. Ferminio (2017) e Silva (2015) apresentam em seus resultados algumas variáveis idênticas no condicionamento dos fenômenos de concordância investigados, como saliência fônica e animacidade do sujeito. Já em Lara (2010), evidencia-se a importância de resultados de estudos de descrição linguística baseados na sociolinguística

variacionista, como os de Ferminio (2017) e Silva (2015), para a elaboração de aporte teórico prático, como o que intenta em seu estudo.

O Capítulo 13, *A expressão e a concordância verbal da primeira pessoa do plural em Florianópolis/SC: dados de fala e textos de alunos do ensino fundamental*, de autoria de Izete Lehmkuhl Coelho, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, Juliana Flores das Chagas, Ana Kelly Borba da Silva Brustolin e Gabriella Ligocki Pedro Silvano, traz os resultados de três pesquisas de mestrado, realizadas na Pós-Graduação em Linguística da UFSC e orientadas pela Prof^a. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho. Nos três trabalhos, o fenômeno variável em foco é a variação entre *nós* e *a gente* e a concordância verbal com esses pronomes. Na primeira pesquisa, Chagas (2015) faz uma análise da concordância de *a gente* em estruturas predicativas na fala florianopolitana. Em seguida, Brustolin (2009) investiga a variação e uso de *nós* e *a gente* na escrita e na fala de alunos nas séries finais do Ensino Fundamental da cidade de Florianópolis em quatro escolas estaduais. Por fim, Silvano (2016) analisa variáveis internas e externas à língua que condicionam a variação na concordância verbal de P4 em duas amostras de duas escolas da Rede Pública de Florianópolis. Em relação à alternância entre os pronomes, os três estudos indicam uso predominante de *nós* em relação ao *a gente*; no que se refere à concordância, com o pronome *a gente*, predomina a marca morfêmica *zero* e, com o pronome *nós*, a marca morfêmica predominante é *–mos*. As autoras ainda tecem algumas considerações sobre a relação entre os fenômenos em análise e o ensino.

Desejamos a todos uma excelente leitura, tão prazerosa quanto a convivência e os anos que temos passado com a nossa querida e amada homenageada Izete Coelho e o trabalho de organização desta Coletânea que nos trouxe lembranças de experiências vividas e caminhos trilhados em conjunto!

REFERÊNCIAS

- VANDRESEN, P. *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002.
- VANDRESEN, P. *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2006.

VARIAÇÃO VERBAL NO DOMÍNIO FUNCIONAL TEMPO-ASPECTO- MODALIDADE (TAM)

Edair Maria Görski

Universidade Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO¹

A proposta inicial para este capítulo era de apresentar uma espécie de mapeamento dos usos variáveis de formas verbais que expressam tempo na fala florianopolitana (amostra Varsul/Florianópolis-SC), uma vez que várias dissertações e teses sobre esses fenômenos foram desenvolvidas sob orientação da autora². Esse propósito foi, contudo, redirecionado por conta de alguns fatores de ordem

¹ 25 anos transcorreram desde que passei a fazer parte do Núcleo Interinstitucional Varsul/UFSC e a conviver estreitamente com Izete Lehmkuhl Coelho. Inúmeras foram as horas compartilhadas em discussões teóricas e metodológicas, algumas das quais se encontram refletidas nos trabalhos reportados neste texto, os quais tiveram o privilégio de ser acompanhados, em alguma medida, pelo olhar crítico da pesquisadora, seja em grupos de estudos, em bate-papos pelos corredores ou em bancas de defesa. Inúmeras também foram as ocasiões em que planejamos projetos, formulamos questões e hipóteses de pesquisa durante intermináveis viagens para congressos, atrapalhando o sono dos passageiros... Não obstante a perspectiva gramatical que nos distingue (mas talvez até por isso!), nossas parcerias acadêmicas sempre rende(ram) ótimos frutos. É uma honra e um grande prazer participar desta coletânea que homenageia minha amiga!

² Trabalhos vinculados aos projetos de pesquisa “Variação e mudança em categorias verbais” e “Modos verbais e verbos modais: uma abordagem sociofuncionalista da modalidade”, desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC.

teórico-conceitual e metodológica que estão diretamente implicados nos achados das pesquisas e que, a nosso ver, devem ser cuidadosamente esquadrihados antes de se falar em resultados quantitativos, em especial antes de se cotejar resultados. Essa questão se torna ainda mais problemática se decidirmos fazer análise comparativa de trabalhos de diferentes pesquisadores que investigam o mesmo objeto em amostras de gêneros textuais/discursivos distintos e até em amostras de um mesmo gênero (cf. PIMPÃO; GÖRSKI, 2010; PIMPÃO, 2012; BRAGANÇA, 2017).

No caso específico abordado neste capítulo, o fator mais importante tem a ver com a natureza dos fenômenos variáveis, os quais se situam no domínio funcional multidimensional do tempo-aspecto-modalidade (TAM) (GIVÓN, 1984; 2001), sendo atravessados por diferentes categorias gramaticais fortemente caracterizadas por traços semântico-pragmáticos que se materializam e são captados no nível textual/discursivo. A complexidade que envolve TAM está presente tanto no fenômeno variável em si como nos condicionadores contextuais, ou seja, em termos de análise variacionista, tanto na variável dependente como nas variáveis independentes. Decorre disso que uma sistematização do comportamento variável dos tempos verbais requer que os envelopes de variação sejam delimitados a partir de critérios claros, assentados conceitualmente numa base comum, e que os fatores que compõem as variáveis independentes sejam minuciosamente descritos.

Em face a essa problematização inicial, optou-se por, primeiramente, discutir, à luz da noção de domínio funcional, a definição de diferentes fenômenos que envolvem o uso variável de tempos verbais – a delimitação dos envelopes de variação – para depois, considerando essa discussão, apresentar alguns dos resultados frequenciais mais relevantes das pesquisas revisitadas, sem, contudo, entrar em detalhamentos associados a variáveis independentes, por limitação de espaço. Em vista disso, o capítulo se organiza em torno dos seguintes tópicos: o domínio funcional multidimensional TAM; critério para delimitação das variáveis; definição e análise dos envelopes de variação; e considerações finais.

2. O DOMÍNIO FUNCIONAL MULTIDIMENSIONAL TAM

A noção de domínio funcional está atrelada aos estudos de tipologia gramatical de orientação cognitivo-funcional, em que a gramática é concebida como função adaptativa e como estrutura. A função adaptativa envolve representação cognitiva e comunicação do conhecimento/da experiência – facetas que se correlacionam de forma interativa em diferentes níveis. A representação cognitiva abrange o léxico conceptual, a semântica proposicional (nível da sentença) e a pragmática multiproposicional (nível da coerência discursiva). Já a comunicação

do conhecimento/da experiência envolve os códigos sensório-motor e gramatical, de modo que há uma estreita correlação entre léxico e código sensório-motor e entre semântica proposicional/pragmática multiproposicional e código gramatical. Dessa forma, a gramática como estrutura codifica articuladamente os planos da semântica proposicional e da pragmática discursiva. (GIVÓN, 1984, 2001, 2002).

Esses dois planos integrados podem ser subdivididos em domínios funcionais – em funções comunicativas –, os quais se interseccionam e se sobrepõem num espaço multidimensional. A noção de domínio funcional, portanto, não é absoluta, mas relativa. Devido ao caráter multidimensional dos domínios funcionais, um domínio maior frequentemente se subdivide em subdomínios que interagem, podendo se sobrepor em alguma medida. Essa interação (inter)(sub)domínios se dá em virtude do caráter contínuo da mudança linguística decorrente de processos de gramaticalização, que envolvem a emergência e difusão de padrões de uso motivados pela interação entre aspectos cognitivos e comunicativos ou contextuais. (GIVÓN, 1984, 2001, 2002; GÖRSKI; TAVARES, 2017).

A interação (inter)(sub)domínios funcionais pode ser ilustrada por TAM – um domínio funcional complexo e amplo em que as três categorias (tempo-aspecto-modalidade)³ atuam articuladamente com escopo gradiente. Se focarmos cada uma delas, podemos perceber três domínios funcionais distintos que, por sua vez, se dividem em subdomínios: tempo – passado, presente, futuro; aspecto – perfectivo, imperfectivo; modalidade – deôntica, epistêmica. Cada um desses subdomínios também pode se subdividir: passado – pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, pretérito imperfeito e assim por diante.

O modelo de domínios funcionais prevê a possibilidade de uma estratégia estrutural servir a mais de um domínio, preenchendo várias funções simultânea ou alternativamente (LEHMANN, 2011) – o que podemos associar à multifuncionalidade. Por outro lado, Hopper (1991) vincula à noção de domínio funcional o princípio da estratificação, segundo o qual novas camadas estão continuamente emergindo dentro de um domínio funcional sem que as camadas (formas) mais antigas necessariamente desapareçam, ou seja, diferentes camadas podem coexistir

³ Os termos *tempo*, *aspecto* e *modalidade* remetem tanto à noção de categoria – a contraparte de natureza gramatical/estrutural – como à noção de domínio funcional – a contraparte de natureza cognitivo-pragmática que integra os planos da semântica proposicional e da coerência discursiva. Do mesmo modo, os termos que designam os tempos verbais (*futuro do presente*, por exemplo) também remetem, em português, tanto a formas verbais que codificam o tempo com morfologia própria (*-rei*) como a funções – no caso, de referência temporal futura ancorada no momento de fala. Um mesmo termo pode se referir, portanto, simultaneamente a uma função e a uma forma gramatical.

e interagir no âmbito de um domínio funcional – o que podemos associar à variação. Considerando que a noção de domínio funcional evoca outras tantas noções – multidimensionalidade, intersecção, sobreposição, multifuncionalidade, gramaticalização, variação –, a questão que se coloca é: como lidar com os tempos verbais, que integram o domínio TAM, na perspectiva da variação linguística?

Na abordagem da sociolinguística variacionista laboviana, a variável linguística, que é o objeto de análise, tem como requisito que as formas variantes expressem o mesmo significado representacional, sendo intercambiáveis num mesmo contexto. No recorte da variável – ou no estabelecimento do envelope de variação –, é preciso levantar as formas que concorrem para o desempenho de um mesmo significado, identificar os contextos em que se dá a variação e desconsiderar casos em que uma forma apresente outros significados, comportamento ambíguo ou categórico (LABOV, 1978; 2008). Ao se estender a aplicação da metodologia variacionista (inicialmente formulada para fenômenos fonológicos) para níveis gramaticais mais altos, foi preciso rever o critério de ‘mesmo significado’, associado ao plano representacional, para ‘comparabilidade funcional’ (LAVANDERA, 1978) ou ‘mesma função comunicativa’ (MILROY; GORDON, 2003), com consequente deslocamento da correlação forma-significado referencial para forma-função discursiva. Desse modo, o critério relevante deixa de ser a equivalência semântica e passa a ser a equivalência discursiva ou funcional (TAGLIAMONTE, 2006).⁴ Com a expansão do escopo da variável linguística, a delimitação de um fenômeno variável e o estabelecimento do envelope de variação requerem mais precaução, no sentido de verificar se as formas tidas como variantes expressam uma mesma função, constituindo-se em uma “variável linguística estrita” (GÖRSKI; TAVARES, 2017).

Podemos fazer um pareamento entre ‘mesma função comunicativa’ e ‘mesmo domínio funcional’ e considerar que a tarefa de recortar as camadas que coexistem e concorrem num mesmo domínio funcional equivale à tarefa de recortar as variantes de uma variável linguística. Isso não significa, contudo, que domínio funcional corresponda sempre à noção de variável sociolinguística e vice-versa. Só vai haver essa correlação quando as camadas/formas que se encontram num mesmo domínio podem ser comutáveis no mesmo contexto. Esse é o procedimento adotado nas pesquisas sociofuncionalistas na linha do que propõem Tavares (2003), Tavares e Görski (2015), Görski e Tavares (2017), entre outros.

⁴ Um aprofundamento dessa discussão pode ser conferido em Görski e Valle (2016) e Görski e Tavares (2017).

3. CRITÉRIO PARA DELIMITAÇÃO DAS VARIÁVEIS

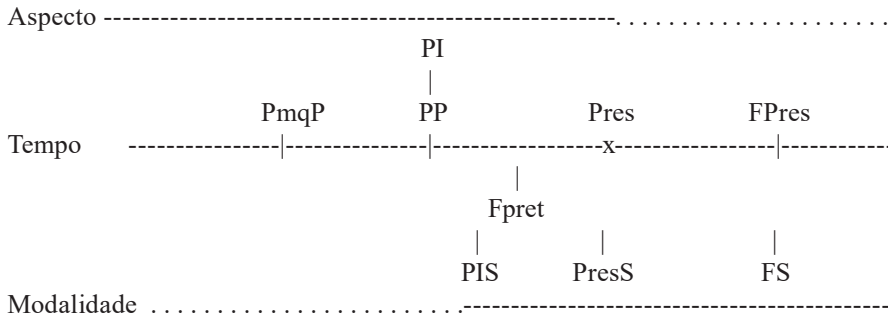
Para operacionalizar a delimitação das variáveis concernentes a tempos verbais, partimos dos respectivos domínios funcionais, que, no caso dos verbos, como já salientado, são complexos e entrecruzados sob o escopo de TAM. Como o objeto de análise é o tempo verbal, elegemos a categoria tempo como critério norteador para a definição dos domínios funcionais no âmbito da temporalidade, sem desconsiderar, porém, que a aspectualidade e a modalidade também compõem, em diferentes graus, cada um dos domínios.

Note-se que, embora as categorias TAM sejam interconectadas, podem ser metodologicamente descritas em separado por representarem diferentes pontos de partida em nossa experiência. Brevemente, podem ser assim caracterizadas: *tempo* – expressa a referência temporal na língua, codificando a relação entre dois pontos (de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade) ao longo da dimensão linear do tempo, sendo um deles o ponto de referência para outro tempo (o tempo da situação)⁵; *aspecto* – expressa diferentes modos de perceber a constituição temporal interna de uma situação, envolvendo propriedades semântico-pragmáticas como compactação, delimitação e completude; *modalidade* – expressa a atitude do falante, seu julgamento acerca da informação proposicional, especialmente julgamento epistêmico (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) e deontico ou avaliativo (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação –indicando projeções futuras) (GIVÓN, 1984; 2001; 2002).

O diagrama seguinte ilustra, de forma aproximada, a disposição das referências temporais gramaticalizadas em português na forma de tempos verbais ao longo de uma linha imaginária (a linha contínua central).

⁵ A seguinte distinção é feita em relação aos termos *referência temporal* e *ponto de referência*: a referência temporal corresponde ao tempo da situação (ação/estado) que é codificada pela forma verbal em foco; o ponto de referência é o elemento ao qual a situação se ancora ou com o qual se relaciona temporalmente. Os pontos de referência podem ser dados linguisticamente (como formas verbais, expressões adverbiais, informações precedentes) ou pragmaticamente (através de pistas do contexto situacional, inferências, conhecimento compartilhado).

Diagrama 1.1 – TAM: referências temporais gramaticalizadas em português⁶



Fonte: Elaboração própria.

Na parte superior do diagrama, a linha corresponde ao aspecto; na parte inferior, contempla a modalidade. A parte mais contínua das linhas do aspecto e da modalidade representa o imbricamento mais acentuado dessas categorias com o tempo; a parte pontilhada das mesmas linhas mostra uma interação mais frouxa entre as categorias ou domínios funcionais. A disposição das funções expressas por tempos verbais no diagrama mostra que Pm+qP, PP, PI e Pres compartilham traços predominantemente temporais/aspectuais, enquanto FPres, Fpret, PIS, PresS e FS compartilham predominantemente traços temporais/de modalidade.

Tomando como ponto de referência inicial o momento de fala indicado por x na linha central, temos as seguintes definições que correlacionam forma e função temporal (GÖRSKI et al., 2002):

Pres – Presente: tempo verbal que codifica uma situação S presente, cotemporal ao momento de fala F, ao qual se ancora tomando-o como ponto de referência R.

PP – Pretérito perfeito: tempo verbal que codifica uma situação S passada em relação ao momento de fala F, ao qual se ancora tomando-o como ponto de referência R.

FPres – Futuro do presente: tempo verbal que codifica uma situação S futura em relação ao momento de fala F, ao qual se ancora tomando-o como ponto de referência R.

O ponto de referência pode ser outra situação diferente do momento de fala:

⁶ Os códigos significam: **Pres** = presente; **PP** = pretérito perfeito; **PI** = pretérito imperfeito; **P+qP** = pretérito mais-que-perfeito; **FPres** = futuro do presente; **Fpret** = futuro do pretérito – os seis do modo indicativo; **PIS** = pretérito imperfeito; **PresS** = presente; **FS** = futuro – os três do modo subjuntivo.

PI – Pretérito imperfeito: tempo verbal que codifica uma situação S passada em relação ao momento de fala F e cotemporal a outra situação também passada, à qual se ancora tomando-a como ponto de referência R.

PmqP – Pretérito mais-que-perfeito: tempo verbal que codifica uma situação S passada e anterior a outra situação também passada, à qual se ancora tomando-a como ponto de referência R.

FPret – Futuro do pretérito: tempo verbal que codifica uma situação S passada e posterior a outra situação também passada, à qual se ancora tomando-a como ponto de referência R, podendo se projetar para além do momento de fala.

Os tempos verbais do modo subjuntivo (PresS, PIS e FS) se assemelham aos correspondentes do modo indicativo em relação à definição temporal, distinguindo-se pelo traço de modalidade predominantemente *irrealis* associada ao subjuntivo e *realis* associada ao indicativo. O traço *irrealis* do subjuntivo é responsável, muitas vezes, por uma projeção de futuridade, de modo que o escopo temporal de PIS, PresS e FS pode ser mais espreado do que o dos tempos verbais do modo indicativo. Além disso, existe uma complexidade sintática maior nos enunciados que contêm tempos verbais no modo subjuntivo, o que requer uma especificação adicional na caracterização de cada um deles, o que será feito adiante.

Os tempos verbais que têm como ponto de referência o momento de fala são chamados de tempos absolutos – eixo do ‘agora’, de caráter dêitico. Os tempos verbais que requerem outro ponto de referência diferente do momento de fala para estabelecer sua referência temporal são chamados de tempos relativo-absolutos – eixo do ‘então’, de caráter anafórico. (COMRIE, 1990). Convém pontuar aqui que as definições centradas no ponto de referência situam o FPres como tempo absoluto. Entretanto, como veremos adiante, podemos ter mais de uma situação codificada à direita do ponto de fala, o que torna um pouco mais complexo o estabelecimento do ponto de referência nesses casos.

4. DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS ENVELOPES DE VARIAÇÃO

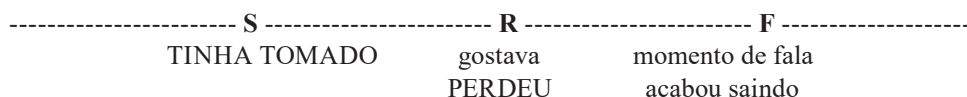
Dentre as nove funções temporais representadas no diagrama na seção precedente, selecionamos para a discussão aqui proposta as seguintes: PmqP, FPres, FPret, PI, PIS, PresS e FS. A exposição que segue é baseada, respectivamente, nos trabalhos das seguintes autoras: Coan (1997); Gibbon (2000); Silva (1998); Freitag (2007); Domingos (2004); Pimpão (2012) e Bittencourt (2014).

4.1 O pretérito mais-que-perfeito (PmqP)

Coan (1997)⁷ selecionou como objeto de estudo a função “anterioridade a um ponto de referência passado: o pretérito (mais-que-) perfeito”, tendo, no decorrer da análise, delimitado para “tempo passado perfectivo anterior a outro tempo passado” (p. 53), colocando em evidência a íntima relação entre tempo e aspecto. Os dados (1) e (2) codificam essa função, representada no diagrama temporal a seguir, com as formas verbais relevantes em caixa alta (p. 43; 69):

(1) ...todo mundo gostava muito daquela iniciativa que a gente TINHA TOMADO. (FLP 23)⁸

(2) Então ela acabou até saindo do serviço, ela trabalhava lá, que ela PERDEU muito serviço... (FLP 03)



A função de anterioridade perfectiva a um ponto de referência passado é gramaticalizada em português, na forma padrão, pelo pretérito mais-que-perfeito simples (*tomara*) ou pelo pretérito mais-que-perfeito composto (*tinha tomado*). Mas, como se nota em (2), a forma verbal de pretérito perfeito simples também pode desempenhar essa função. Na primeira ocorrência, pode haver variação entre *tomara/tinha tomado* e *tomou*. Na segunda, entre *perdeu* e *perdera/tinha perdido*. O que define a possibilidade de coexistência das formas é o fato de participarem do mesmo domínio funcional. E o que possibilita a concorrência entre as formas é o fato de poderem ser intercambiáveis no mesmo contexto sem alterar a função. Em termos variacionistas, portanto, as formas comportam-se como variantes de uma variável linguística.⁹

⁷ Coan (2003) expande a pesquisa para dar conta da variação e mudança (semântica, categorial e substitutiva) dos pretéritos mais-que-perfeito simples e composto e perfeito simples e composto em tempo real e aparente, considerando TAM e referência (R). As amostras são constituídas por dados escritos do século XVI ao século XX, provenientes de peças teatrais, cartas, depoimentos, e dados atuais de fala (do banco de dados Varsul/Florianópolis e do banco Entrevistas Sociolinguísticas/Criciúma). Trataremos, neste capítulo, do trabalho de Coan (1997).

⁸ O código indica a cidade e o número do informante; no caso, FLP = Florianópolis.

⁹ Evidentemente, nem todas as formas verbais de pretérito perfeito funcionam assim. O uso prototípico dessa forma é como tempo absoluto, que toma como ponto de referência o momento de fala. Do mesmo modo, nem todas as formas de pretérito mais-que-perfeito, seja simples ou composto, funcionam em conformidade com a configuração temporal mostrada no diagrama correspondente a (1) e (2). Numa análise variacionista, essas particularidades precisam ser

A decisão de partir da função em vez da forma requer o estabelecimento de critérios objetivos de modo a filtrar os dados relevantes e minimizar o risco de escolhas meramente intuitivas. Coan (1997) considerou as seguintes restrições: (i) restrição relacional – os dados deveriam se ajustar ao diagrama temporal na ordem S–R–F, conforme ilustrado anteriormente (são excluídas ocorrências de passado que representam posterioridade a um ponto de referência passado, anterioridade relativamente ao tempo de fala e habitualidade, mesmo que a forma verbal seja de pretérito mais-que-perfeito); (ii) restrição aspectual – passam pelo filtro apenas as formas verbais que expressam aspecto perfectivo (são eliminadas formas verbais imperfectivas, mas que se ajustem à configuração temporal do diagrama no ponto S); e (iii) restrição da contra-sequencialidade e de substituição – são autorizados somente os casos de formas perfectivas cujo ponto de referência passado esteja codificado no enunciado antes do dado variável (são descartadas ocorrências codificadas sequencialmente, pois, nesse caso, a intercambialidade na mesma função fica prejudicada, conforme se observa em (3) (p. 88)).

(3) O dinheiro das economias que a gente tinha, a gente TINHA ACABADO a casa. (FLP 20)

Em (3), a forma verbal de pretérito mais-que-perfeito composto remete à função de anterioridade a um possível ponto de referência passado depreendido contextualmente, correspondendo ao domínio funcional do PmqP, e o enunciado se ajusta ao diagrama anterior. No entanto, se essa forma verbal for substituída pela forma de pretérito perfeito (*acabou*), o ponto de referência passa a ser o momento de fala, e o dado se desloca para outro domínio funcional, o do PP. Se o foco do estudo fosse apenas o domínio funcional, sem considerar a coexistência de camadas nos termos do princípio da estratificação (HOPPER, 1991), a ocorrência (3) não seria descartada da análise. A autora, contudo, tencionava fazer uma análise variacionista e, nesse caso, a delimitação do envelope de variação requeria critérios adicionais que satisfizessem as exigências de intercambialidade no mesmo contexto.

Coan submeteu aos critérios descritos todos os dados potenciais de análise – extraídos de 36 entrevistas de informantes de Florianópolis, estratificados por idade, sexo e escolaridade de acordo com o banco de dados VARSUL¹⁰ –, tendo encontrado 576 contextos de anterioridade perfectiva a um ponto de referência

consideradas.

¹⁰ Estratificação social dos 36 informantes do Varsul/Florianópolis: idade – 15 a 24 anos, 25 a 50 anos e acima de 50 anos; sexo – masculino e feminino; escolaridade – de 1 a 4 anos, de 5 a 8 anos e de 9 a 11 anos de escolaridade.

passado, em que as formas verbais coexistem e concorrem entre si. A autora obteve o seguinte resultado: nenhuma forma de pretérito mais-que-perfeito simples (as escassas ocorrências assumiram um significado de projeção futura, sem valor temporal passado); apenas 141 dados (24%) apresentaram-se na forma verbal de pretérito mais-que-perfeito composto; 435 ocorrências (76%) foram de forma verbal de pretérito perfeito, desempenhando a função temporal e aspectual de pretérito mais-que-perfeito. É bastante significativa a diferença percentual entre as formas verbais, com amplo predomínio não só de uma forma verbal simples, mas, principalmente, de uma forma verbal que é prototípica de outra referência temporal, apontando para um deslocamento na relação forma-função: a forma verbal de pretérito perfeito se espalha a partir da função PP invadindo fortemente o domínio da função PmqP. Note-se que isso não significa, contudo, que a forma verbal de pretérito mais-que-perfeito composto esteja desaparecendo; ela subsiste, porém com valores multifuncionais (o que seria tema para outra pesquisa).

4.2 O futuro do presente (FPres)

Gibbon (2000) investigou a função futuro do presente que, no diagrama temporal, “situa a ação à direita do ponto de fala” (p. 6). A autora refina a análise relativa ao ponto de referência, distinguindo o que ela chama de futuro simples (uma situação que teria como ponto de referência o momento de fala) do futuro do futuro (uma situação que tomaria como ponto de referência imediato outra situação futura anterior àquela) e do futuro *cotemporal* (uma situação cujo ponto de referência imediato seria outra situação simultânea também futura). Apenas o primeiro caso corresponderia à noção de tempo absoluto; os demais seriam tempo relativo-absoluto, na abordagem da autora.

Tal refinamento, contudo, não interfere significativamente na definição anteriormente proposta para Fpres: tempo verbal que codifica uma situação S futura em relação ao momento de fala F, ao qual se ancora tomando-o como ponto de referência R. Isso porque as situações de futuro sequencial (anterior ou posterior) e de futuro *cotemporal* estão, num primeiro momento, relacionadas com o momento de fala e, num segundo momento, estão ordenadas entre si (MATEUS et al., 1989; BRAGANÇA, 2017).

A função de futuro do presente pode ser assim codificada e representada num diagrama temporal (dados extraídos de Gibbon (2000, p. 9)):

- (4) Acho que muita coisa que ele prometeu ele não está cumprindo ainda. PODERÁ ainda cumprir, mas não está cumprindo. (FLP 07)
- (5) Ela VAI FICAR até dia quinze de abril. É quinze dias. (FLP 11)

(6) FAZ cinco anos, dia vinte e um de outubro. (FLP 19)

----- F/R -----	S -----
não está cumprindo	PODERÁ
	VAI FICAR
	FAZ

Observe-se que a situação futura pode estar ancorada diretamente no ponto dêitico, como em (5) e (6), ou em outra situação presente, como em (4). Num primeiro momento, as formas verbais candidatas a desempenhar essa função de referência temporal são a de futuro do presente simples (*poderá/ficará/fará*), a forma perifrástica *ir*Pres + Inf (*vai poder/vai ficar/vai fazer*) e a forma de presente (*pode/fica/faz*).

Para selecionar os dados que comporiam o envelope de variação, a autora submeteu cada ocorrência potencialmente candidata a variante ao teste de substituição, considerando a relação temporal visualizada no diagrama. Nessa testagem preliminar, muitas formas verbais de perífrase foram descartadas por assumirem outras funções como, por exemplo, convite, suposição (função basicamente modal, como em (7)) e habitualidade (função basicamente aspectual, como em (8)), não sendo intercambiáveis com as demais formas verbais na função basicamente temporal (p. 60-61). Em resumo, as três formas verbais concorrentes deveriam ser possíveis em cada contexto, sem alterar a função temporal.

(7) Agora, eu acho que um pobre assalariado, VAMOS TER pena, seu Collor. (FLP 07)

(8) Ah, mas ela trabalha em casa, mas ela trabalha muito porque é aquela luta, né? Limpa casa, atende a filha, VAI LEVAR no colégio, VAI BUSCAR, tem a luta dela também, né? (FLP 07)

Em (7), a perífrase poderia ser substituída pela forma *tenhamos*, expressando um ato de fala manipulativo. Em (8), a substituição das perífrases pelo presente (*leva; busca*) instaura um contexto de habitualidade, fortemente marcado pelo aspecto, sem denotar referência temporal futura.

Formas verbais com auxiliar modal ou aspectual em contexto de futuridade também foram computadas na análise, como em (9), na qual há concorrência entre as três formas verbais (*tenho que/vou ter que/terei que enfrentar*) (p. 86).

(9) Ah, não, eu não vou, porque amanhã é outro dia, e eu, outro dia, TENHO QUE ENFRENTAR todo mundo... (FLP 20)

Gibbon (2000) analisou 36 entrevistas de informantes de Florianópolis/VARSUL, estratificados socialmente (cf. nota 10), tendo encontrado 743 contextos de referência temporal futura com a possibilidade de as três variantes coexistirem. A autora encontrou o seguinte resultado: apenas 10 ocorrências (1%) da forma verbal de futuro do presente simples; 280 dados (38%) com a forma verbal presente; e 453 dados (61%) com perífrase. Esse resultado frequencial aponta claramente para o desuso da forma de futuro do presente (-*rei*) na língua falada, estando a forma perifrástica *irPres* + *Inf* tomando seu lugar para expressar a função de *FPres*. A autora salienta que a forma verbal de presente concorre com a perífrase, mas sofre restrições contextuais, já que aparece preferencialmente em enunciados que apresentam a noção de futuridade já instaurada, inclusive pelo traço inerente de futuro impresso nos auxiliares modais.

4.3 O futuro do pretérito (FPret)

Silva (1998) analisou a função futuro do pretérito definida como uma situação *S* passada e posterior a outra situação também passada, à qual se ancora tomando-a como ponto de referência *R*, podendo se projetar para além do momento de fala. Essa função é representada no diagrama abaixo e exemplificada a seguir (p. 14-19):

-----	R	-----	S	-----	F	-----	(S)	-----
	fosses		TRARIA/TRAZIAS					
	tivesse		TINHA MORRIDO					
	morresse		IA ACEITAR					

(10) Se tu fosses num supermercado, numa venda, naquele tempo, com um tostão tu TRARIA bastante pão, TRAZIAS os litros de leite, uns leites muito bons, puros, e um café e açúcar, com aquele tostão, que valia muito. (FLP 12)

(11) Se eu tivesse o problema que eu já tive, tivesse no INPS, eu já TINHA MORRIDO, ó, muito tempo. (FLP 16)

(12) Eu sempre disse pro meu marido que o dia que eu morresse eu IA ACEITAR. (FLP 11)

Em (10), (11) e (12), há uma situação passada (*traria/trazias; tinha morrido; ia aceitar*) que é posterior a outra situação também passada (*fosses; tivesse; morresse*), à qual se relaciona. Enquanto em (10) a situação passada é delimitada pelo momento da enunciação (*traria* naquele tempo), em (11) e (12) a situação passada se projeta para além do momento de fala (o(a) informante não morreu).

Podemos perceber, nos exemplos precedentes, que a função temporal de *FPret* pode ser desempenhada pelas formas verbais correspondentes a: futuro do

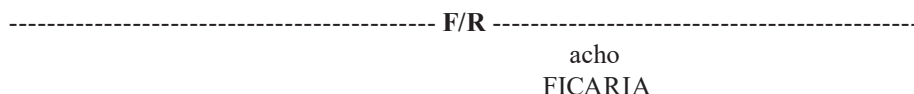
pretérito simples (*traria*), perífrase *ir*PI/ + Inf (*ia aceitar*) e pretérito imperfeito (*trazias; tinha*). Nos três enunciados, é possível fazer a alternância dos itens, mantendo-se o mesmo valor temporal. Observe-se que em (11) *tinha morrido* apresenta a forma verbal de pretérito mais-que-perfeito composto, mas funciona como futuro do pretérito, o que evidencia o caráter multifuncional da forma. É considerada, naquele contexto, como forma de pretérito imperfeito por causa do auxiliar *tinha* que é intercambiável com *teria* e *ia ter*.

Como a análise variacionista requer que as três formas verbais sejam comutáveis no mesmo contexto – no caso, com o mesmo valor temporal –, foram desconsideradas as ocorrências cujo valor temporal é de PI ou de Pres (como em (13) e (14), respectivamente), bem como os dados cuja alternância provocasse interpretação ambígua, como em (15), em que a forma verbal de pretérito imperfeito (*fazia*) daria um caráter de factualidade temporal ao enunciado, com função de PI e não mais de FPret (p. 19; 82; 85).

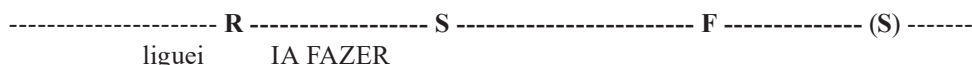
(13) Quando eu comecei a ir pra Curitiba, quando o meu irmão casou e foi morar lá, eu DEVIA TER os meus dez, onze anos, por aí. (FLP 22)



(14) Puxa, agora é que você já me deixou meio confuso, mas eu acho que isso FICARIA hoje em torno bem dos quinhentos cruzeiros, pra você sair ... (FLP 2)



(15) Eu tentei a segunda porque eu queria um outro rapaz, né? Mas aí não deu, aí logo liguei. Eu liguei com vinte. IA FAZER vinte. (FLP 16)



Note-se que em (13) e (14), como mostram os diagramas, o contexto temporal não é de FPret, embora as formas verbais pudessem sugerir que sim. Já em (15), o contexto é de FPret, porém uma das possíveis variantes fica barrada no teste de substituição.

Observadas essas restrições, Silva (1998) examinou 24 entrevistas de Florianópolis/Varsul (considerando duas faixas etárias: de 25 a 50 e acima de 50 anos), encontrando 385 contextos de variação com valor temporal de FPret, com a seguinte distribuição das variantes: 217 (56%) formas verbais de pretérito imperfeito (*cantava/podia cantar*); 102 (27%) formas de perífrase (*ia cantar*) – sendo 8 ocorrências de *iria* – e 66 (17%) formas de futuro do pretérito (*cantaria/poderia cantar*). Esses dados incluem as ocorrências com auxiliares modais e aspectuais. Excluídas essas ocorrências, os resultados sofrem alguma alteração: as formas de pretérito imperfeito (*cantava*) caem para 46%; as perífrases (*ia/iria cantar*) sobem para 37% e a forma de futuro do pretérito (*cantaria*) permanece com 17%. Esses números indicam que a presença do auxiliar na locução verbal influencia a realização da função FPret pela forma verbal de pretérito imperfeito, tal como vimos, na função de FPres, o auxiliar propiciando o uso da forma verbal de presente.

A análise dos dados mostrou também que a forma de futuro do pretérito ocorre com mais frequência quando a projeção temporal vai além do momento de enunciação – o que coloca mais relevo no valor de modalidade –, enquanto a forma de pretérito imperfeito predomina em contextos passados em relação ao eixo dêitico. O conjunto de resultados aponta que a forma verbal de futuro do pretérito está perdendo espaço na fala florianopolitana para a forma verbal de pretérito imperfeito e para a perífrase, na codificação da função temporal FPret, num movimento semelhante, porém não tão avançado, ao que ocorre com o FPres.

4.4 O pretérito imperfeito (PI)

Freitag (2007) tomou como objeto de análise a função de passado imperfectivo, “caracterizada temporalmente pela relação de ordenação e sobreposição, e aspectualmente, pela relação de inclusão” (p. 5), colocando em evidência – assim como fez Coan (1997) para o pretérito mais-que-perfeito – a íntima relação entre tempo e aspecto. A situação expressa pelo passado imperfectivo apresenta as seguintes propriedades: “é anterior ao momento da enunciação; é concomitante a outra situação que se torna seu ponto de referência; apresenta-se como em andamento em relação ao ponto de referência” (FREITAG, 2007, p. 20). As ocorrências e o diagrama a seguir ilustram essa função (p. 120).

(16) Eu cuidei muito disso, porque eu SABIA que ele é muito do tipo machão, que ele ia se importar muito pelo meu futuro. (FLP 20)

(17) Aí voltamos para o hospital, quer dizer, uma não ESTAVA SABENDO da outra, que a outra estava doente, né? (FLP 03)

(18) ... Mas era um morro assim bem alto mesmo que no dia de chuva o ônibus QUEBRAVA, né? Que era muita lama, que ainda não era calçado... (SC FLP MAC 18)

(19) Era dez da noite, a mãe FAZIA a janta, quando a gente recebeu a notícia que ele se acidentou. (SC FLP MBC 23)

(20) Aí também foi na época que a gente voltou, a gente ESTAVA PRECISANDO economizar pra começar nossa vida. (SC FLP FAP 01)

(21) Ah! Eu quando IA pra casa do meu irmão eu tinha dezesseis anos, dezesseis pra dezessete. (SC FLP MJP 10).

As formas verbais em destaque nos dados (19), (20) e (21) são intercambiáveis por *estava fazendo* (valor progressivo), *precisava* (valor durativo) e *estava indo* (valor iterativo), respectivamente. Já em (18), a substituição por *estava quebrando* (valor habitual) fica impedida.

A amostra analisada na pesquisa foi constituída a partir de 36 entrevistas de Florianópolis/VARSUL, socialmente estratificadas (cf. nota 10). Foram encontrados 882 contextos de PI como fenômeno variável, dos quais 546 (62%) com forma de pretérito imperfeito e 336 (38%) com forma de passado progressivo. Na especificação de valores aspectuais, os contextos tiveram a seguinte distribuição:

durativo (616), iterativo (70), progressivo (60) e contextos considerados ambíguos¹¹ (136). A frequência das formas variantes em cada um desses contextos aspectuais foi: durativo – pretérito imperfeito (62%) e passado progressivo (38%); iterativo – pretérito imperfeito (84%) e passado progressivo (16%); progressivo – pretérito imperfeito (20%) e passado progressivo (80%); ambíguo – pretérito imperfeito (67%) e passado progressivo (33%).

Entre os resultados, destacam-se: (i) a constatação de que o escopo aspectual da forma de pretérito imperfeito (*cantava*) é mais amplo do que o de passado progressivo (*estava cantando*) por recobrir também a habitualidade; (ii) a especialização das formas em certos domínios aspectuais: pretérito imperfeito/iterativo e passado progressivo/progressivo; (iii) a maior concorrência entre as formas no domínio do aspecto durativo, que é também o contexto mais recorrente na amostra.

Podemos perceber que o domínio funcional PI é bem mais abrangente que a variável recortada para estudo, uma vez que as formas coexistentes no domínio precisam passar pelo filtro da substituição para que a variável e as formas concorrentes possam ser adequadamente delimitadas.

4.5 O pretérito imperfeito do subjuntivo (PIS)

Domingos (2004) selecionou como objeto de estudo a função de cotemporalidade a um ponto de referência passado em contexto basicamente *irrealis* (modo subjuntivo) – diferentemente de Freitag (2007), que analisou a mesma função temporal, porém com recorte aspectual em contexto *realis* (modo indicativo). As ocorrências e o diagrama a seguir ilustram a função PIS (p. 62).

(22) ... então um relógio por um real, um dólar era 85 centavos, aqui no Brasil a gente não acreditava que ele PUDESSE FAZER isso, né? (CRI 03)¹²

(23) Hoje eu como de tudo; naquela época, achava que ensopado nada PRESTAVA, então, era o bife, né? (CRI 03)

(24) Coloquei meu filho naquela escola. Eu coloquei porque eu achei que SERIA uma escolinha normal. (CRI 22)

As três ocorrências se enquadram no diagrama abaixo.

¹¹ Casos ambíguos evidenciam o processo de mudança por gramaticalização pelo qual as formas estão passando. Não vamos nos deter nessa discussão aqui.

¹² Domingos (2004) faz uso de dois bancos de dados: Varsul/UFSC (36 informantes da amostra de Florianópolis) e Entrevistas Sociolinguísticas/UNESC (36 informantes da amostra de Criciúma). Na identificação dessas ocorrências, CRI corresponde a Criciúma.

	S	
PUDESSE FAZER		
PRESTAVA		
SERIA		
----- R		F -----
	acreditava	
	achava	
	achei	

Nos três dados, as formas verbais destacadas expressam situações passadas que são cotemporais a outras situações também passadas, as quais funcionam como ponto de referência. Ao que parece, as diferentes formas verbais acionadas podem ser substituídas umas pelas outras sem afetar a referência temporal naqueles contextos: *pudesse/podia/poderia*; *prestava/prestasse/prestaria*; *seria/fosse/era*. Note-se que o traço *irrealis* fica, por vezes, um pouco obscurecido, embora os contextos sejam de subordinação sintática – requisito padrão para o subjuntivo prototípico.

Partir de uma função, como foi o caso do estudo agora reportado, exclui da análise variacionista proposta dados como os seguintes (p. 63-64):

(25) Então eu quero estar dentro da minha casa sossegado, com o espírito sossegado, e gostaria até que os meus filhos SEGUISSEM esse ritmo meu. (FLN 12)

----- F/R	S -----
gostaria	SEGUISSEM

(26) E, mas daí quando fizeram o primeiro gol, daí nós, aí acho que todo mundo já acreditava que nós IA SER campeão mesmo. (CRI 26)

----- R	S -----	F -----
acreditava	IA SER	

Em (25), *(-ria)* é usado com valor temporal de presente, expressando polidez, e *(-sse)* passa a ter valor de presente do subjuntivo, algo equivalente a “quero que meus filhos sigam”, codificando uma situação que se projeta para o futuro a partir de um desejo impresso no significado inerente do item lexical (*gostaria*). Em (26), embora seja possível a permuta das formas *ia ser/fosse ser/iria ser* em contexto *irrealis*, elas não codificam a função de cotemporalidade a um ponto de referência passado, mas de FPret. Assim, nem todas as formas verbais de *-sse* equivalem à função de PIS, conforme definido aqui.¹³ Da análise variacionista,

¹³ A respeito da multifuncionalidade de PIS, Back (2008) examinou 60 entrevistas do banco

foram também descartadas ocorrências com a construção *como se fosse*, mesmo que contemplassem a função temporal em pauta, uma vez que todos os dados foram categoricamente codificados com a forma verbal subjuntiva (-sse).

Na amostra constituída por 36 informantes de Florianópolis, foram encontrados 287 dados de cotemporalidade a um ponto de referência passado em contexto *irrealis*, assim distribuídos: 7 ocorrências (2%) da forma verbal de futuro do pretérito (-ria); 130 ocorrências (45%) da forma verbal de pretérito imperfeito do subjuntivo (-sse); e 150 ocorrências (52%) da forma verbal de pretérito imperfeito do indicativo (-va, -ia). Dados com auxiliar em locução verbal também foram considerados nesse conjunto, perfazendo essas construções quase um terço do *corpus* analisado. Esses resultados apontam que, na função de PIS, embora haja uma concorrência acirrada entre as formas verbais subjuntiva e indicativa, a última se encontra na dianteira na fala florianopolitana.

Entre os contextos de uso das formas verbais variantes, destacam-se: (i) preferência pela forma verbal de pretérito imperfeito do subjuntivo quando a situação expressa algo imprevisível ou difícil de acontecer e predomínio da forma verbal do indicativo quando se fala sobre algo que se acredita que vá acontecer; (ii) maior frequência da forma subjuntiva quando não há auxiliar presente na construção (*comprasse*) e recorrência bem maior da forma indicativa em locução verbal com auxiliar (*podia comprar*). A autora conclui que “quanto mais distante se encontra o fato sobre o qual se fala, menos conhecido ele é e, por isso, mais relação com o modo verbal prescrito a essas situações” (DOMINGOS, 2004, p. 113). Além disso, o auxiliar, quando modal, já projeta um contexto de futuridade, o que liberaria a forma subjuntiva (*pudesse comprar*) de desempenhar essa tarefa, abrindo espaço para a forma indicativa (*podia comprar*).

4.6 O presente do subjuntivo (PresS)

Pimpão (1999; 2012) investigou o PresS, objetivando compreender o funcionamento do uso variável do modo subjuntivo em alternância com o indicativo no tempo presente. Vamos nos limitar, nesta subseção, à pesquisa de Pimpão (2012), que buscou distribuir esse uso variável em um *continuum* de modalidade (deôntica > epistêmica). Diferentemente dos trabalhos reportados nas subseções precedentes, que partiram de uma função no âmbito de TAM para então delimitar uma variável

Entrevistas Sociolinguísticas da UNESCO/Criciúma, analisando as funções de PIS em termos de prototipicidade dos usos em cada um dos domínios funcionais que compõem TAM. Em relação a tempo, a cotemporalidade a um ponto de referência passado mostrou-se como função prototípica, mas outras funções, espalhando-se para outros tempos, também foram compreendidas.

no interior de um domínio mais abrangente, Pimpão estabeleceu como ponto de partida a forma – não para explorar a multifuncionalidade, como fez Back (2008) para o PIS (cf. nota 14) e Bittencourt (2014) para o FS (cf. subseção seguinte), mas para averiguar o comportamento variável das formas verbais de presente do subjuntivo e de presente do indicativo. As ocorrências seguintes são exemplares desse comportamento (p. 101; 22).

(27) Ah, só espero que o Brasil não PERCA hoje. Por causa do tempo, também, está mudando. (FLP 19)

(28) É porque a gente falou, né? se for mulher eu escolho, se for homem ele escolhe. Espero que ele ESCOLHE um nome bonito, né? Pra depois o filho não reclamar quando crescer. (FLP 06)

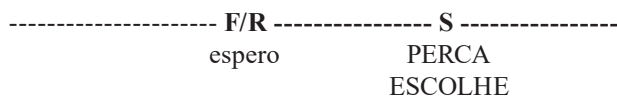
Ambos os dados precedentes apresentam as formas verbais de presente do subjuntivo e de presente do indicativo, respectivamente, sob o escopo sintático-semântico do verbo principal “esperar”, que, pelo significado inerente ao item lexical, projeta, por si só, um contexto *irrealis* de futuridade, o que é reforçado pela informação contida nas orações subordinadas. Compare-se com (p. 99; 111):

(29) Olhar ainda vai, pra dar uma espiada, ainda vai. Pois é, talvez eu não GOSTO, porque eu não aprendi a dançar, né? (FLP 10)

(30) Então eu vejo uma função muito sobre uma nobreza incrível. Embora o povo infelizmente não TEM esse discernimento. (FLP 38)

Em (29) e (30), diferentemente das duas ocorrências anteriores, a situação codificada pela forma de presente do subjuntivo é cotemporal ao presente. Em ambos os casos, há um gatilho lexical (*talvez, embora*) que aciona, de acordo com o uso padrão, o modo subjuntivo, mas o que temos são duas formas verbais de presente do indicativo (*gosto e tem*), que são intercambiáveis com as formas subjuntivas (*goste e tenha*).

Como poderíamos dispor esses dois pares de dados em diagramas temporais? Pimpão não apresentou explicitamente linhas do tempo, mas poderíamos traçar a seguinte configuração para as ocorrências (27) e (28):



A forma verbal *espero* atua como ponto de referência para a situação de perder o jogo, que, no momento da enunciação, ainda iria acontecer; e também para a situação de escolher o nome do filho que ainda não tinha nascido. Do ponto de vista

da referência temporal, temos uma forma de presente do subjuntivo expressando um valor de futuridad acionado pela modalidade deôntica de desejo que reveste o enunciado e corroborado pelas situações projetadas no futuro. Trata-se de um contexto claramente *irrealis*.

Já em (29) e (30), não há projeção futura nas situações codificadas pelas formas verbais em destaque. A linha do tempo poderia ser representada como:

----- F/R/S -----
 GOSTO
 TEM

No primeiro dado, *gosto* se ancora diretamente no momento de fala e essa é uma característica de boa parte dos enunciados com *talvez*, mecanismo que instaura um contexto de modalidade epistêmica de baixa certeza. No segundo dado, *tem* se relaciona com *veja*, um ponto de referência presente, e *embora* aciona um conteúdo pressuposto, num contexto *realis*.

Dessa problematização, pode-se inferir que a delimitação de uma variável a partir da noção de domínio funcional se torna um tanto mais complexa em se tratando de PresS. Um recorte da variável a partir da função temporal, por exemplo, deveria se restringir a um dos tipos de contexto representados nos diagramas. Pimpão, no entanto, optou por tomar como parâmetro um critério formal, a saber, os contextos sintáticos previstos em gramáticas de linha tradicional para emprego do presente do subjuntivo: orações substantivas, orações adverbiais, orações adjetivas, orações com o item *talvez* e, adicionalmente, orações parentéticas (do tipo *que eu me lembro*; *que eu conheça*). Assim, cada tipo de contexto sintático se constituiu numa subamostra e os valores associados a TAM foram controlados como variáveis independentes.

O *corpus* a que vamos nos ater é de 44 entrevistas de Florianópolis/VARSUL, que incorporam (além das 36 mencionadas na nota 10) oito informantes universitários.¹⁴ Os dados de análise correspondem às ocorrências em que pode acontecer a variação entre as formas verbais de presente do subjuntivo e de presente do indicativo em cada um dos cinco contextos linguísticos já mencionados. Foram excluídos da análise variacionista: marcadores discursivos (*imagina*, *olhe*, *veja*), expressões cristalizadas (*Deus me livre!*), neutralizações modo-temporais (*vamos*,

¹⁴ Além das entrevistas de Florianópolis, Pimpão (2012) considerou 24 entrevistas de Lages (amostra sincrônica) e analisou também uma amostra diacrônica constituída por 244 cartas ao redator, publicadas em jornais de Florianópolis e de Lages desde as duas últimas décadas do século XIX até o final do século XX (Projeto PHPB/SC).

vão), contextos aparentes de PresS (*Não creio que estes fatos tenham ocorrido em Santa Catarina*). No último caso, *tenham ocorrido* é intercambiável com *ocorreram*, com referência temporal passada.

Foram encontrados 445 contextos de PresS na amostra analisada, envolvendo o conjunto dos cinco contextos sintáticos, com a seguinte distribuição das formas verbais: 260 dados (58%) de presente do subjuntivo e 185 dados (42%) de presente do indicativo. A distribuição por contexto foi a seguinte: orações substantivas – 136 dados (64% de subjuntivo e 36% de indicativo); orações adverbiais – 111 dados (59% de subjuntivo e 41% de indicativo); orações adjetivas – 130 dados (49% de subjuntivo e 51% de indicativo); orações com *talvez* – 47 dados (57% de subjuntivo e 43% de indicativo); e construções parentéticas – 21 dados (71% de subjuntivo e 29% de indicativo). Percebe-se, em linhas gerais, que as formas verbais de presente do subjuntivo e presente do indicativo encontram-se em disputa acirrada para a codificação da complexa função de PresS na fala florianopolitana.

Entre os resultados mais significativos, a autora destacou que contextos de modalidade deôntica de volição com projeção futura propiciam o uso da forma verbal de presente do subjuntivo. Em contrapartida, contextos de modalidade epistêmica de certeza são os que mais favorecem o uso do presente do indicativo. Entre esses dois polos, há um *continuum* de modalidade em que se distribui a maior parte dos dados analisados. Aproximando tais resultados aos diagramas delineados para as ocorrências (25)/(26) e (27)/(28), percebemos que é na função temporal representada no primeiro diagrama que a forma verbal de presente do subjuntivo é privilegiada. Por outro lado, é na função temporal representada no segundo diagrama que a forma verbal de presente do indicativo encontra maior espaço para realização.

4.7 O futuro do subjuntivo (FS)

Bittencourt (2014) analisou a multifuncionalidade do futuro do subjuntivo, entendido como um domínio funcional que recobre basicamente tempo e modalidade – categorias e/ou funções que se entrecruzam na expressão do *irrealis* que caracteriza aquele domínio. Trata-se de um tempo verbal que descreve situações posteriores ao momento de fala, que, por sua vez, estabelecem relação de anterioridade, cotemporalidade ou posterioridade a outras situações também futuras, comportando-se como tempo relativo-absoluto. Seu emprego padrão se restringe a orações subordinadas. As ocorrências a seguir ilustram o funcionamento do futuro do subjuntivo (p. 32; 50).

(31) Acredito na lei do carma, né? Que tudo que tu FIZERES, tu vais prestar conta um dia. (POA, 18)

----- F ----- S ----- R -----
 FIZERES vais prestar

Em (31), o FS expressa uma situação num futuro hipotético (posterior ao momento de fala), que é anterior a outra situação no futuro: a situação “fazer” é anterior a “prestar contas”, informada na oração nuclear. Trata-se de um enunciado não factual, fortemente marcado pela modalidade *irrealis*. Possíveis formas concorrentes no contexto acima seriam *faças/fazes* – ambas no presente, alterando o modo; a substituição menos provável seria por *farás*, forma que compartilha o mesmo tempo futuro com o dado destacado.

Já (32), embora se acomode ao diagrama precedente, parece ter a possibilidade de comutação das formas verbais limitada apenas a *acomoda*, ficando a forma de presente do subjuntivo barrada pela estrutura sintático-semântica de condicionalidade (*se*).

(32) Se a gente se ACOMODAR, o tempo passa e a gente fica. (POA 22)

Para delinear o leque de multifuncionalidade de FS, a autora examinou entrevistas sociolinguísticas das capitais Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre (Varsul). Os principais resultados apontam que “o FS distribui-se em padrões funcionais de usos, num *continuum* entre ‘mais tempo (futuro) e menos modalidade’ e ‘menos tempo e mais modalidade’” (BITTENCOURT, 2014, p. 11), com a grande maioria dos dados concentrada no entremeio, em que outros fatores atravessam o domínio, evidenciando o caráter multifuncional do FS. Como essa pesquisadora não tratou de variação, não vamos nos estender na função FS.

Uma visão panorâmica da distribuição das referências temporais e respectivas formas de codificação pode ser conferida na Tabela 1.1, cujos resultados devem ser considerados à luz do encaminhamento metodológico particular a cada um dos fenômenos, conforme descrito ao longo da seção.

No arranjo dos itens na tabela, a primeira forma verbal de cada variável é aquela considerada a padrão para a função, e a(s) outra(s) são as formas concorrentes. Um olhar para as porcentagens indica que, na fala de Florianópolis, PI e PreS são as únicas funções cuja codificação mais frequente é feita pela forma padrão (*cantava* e *cante*, respectivamente). O PmqP é preferencialmente codificado pela forma verbal de pretérito perfeito (*cantei*); no FPres, é a perífrase a forma predominante

(*vou cantar*). Chama a atenção a forma verbal de pretérito imperfeito do indicativo espalhando-se para outros domínios funcionais: é a mais recorrente, codificando sua função de origem (PI), bem como a função temporal correspondente no modo subjuntivo (PIS), além de ser a mais frequente na função de FPret – evidência de sua multifuncionalidade expandida.

Tabela 1.1 – Referências temporais gramaticalizadas em português: funções e formas concorrentes na fala de Florianópolis/Varsul

Funções/formas	N	Porc.	Observações
PmqP tinha cantado cantei	141 435	24% 76%	Não ocorreu nenhuma forma de pretérito mais-que-perfeito simples (cantara).
FPres cantarei vou cantar canto	10 453 280	1% 61% 38%	Dados de locução verbal com auxiliar estão incluídos.
FPret cantaria ia/iria cantar cantava	66 102 217	17% 27% 56%	Dados de locução verbal com auxiliar estão incluídos.
PI cantava estava cantando	546 336	62% 38%	Recobre os aspectos durativo, progressivo e iterativo (menos o habitual).
PIS cantasse cantava cantaria	130 150 7	45% 52% 2%	Dados de contexto irrealis.
PresS cante canta	260 185	58% 42%	Estão reunidos os cinco contextos sintáticos analisados. Dados de contexto realis-irrealis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se caracterizou mais por examinar questões de ordem conceitual e metodológica que estão diretamente envolvidas na constituição de envelopes de variação concernentes a fenômenos gramaticais fortemente marcados por valores semântico-pragmáticos – como é o caso de TAM – do que por apresentar resultados robustos associados a efeitos probabilísticos. Nas pesquisas variacionistas, costumamos repetir o mantra de que “a metodologia é o coração”. Isso é ainda mais verdadeiro ao se tratar de análises de fenômenos gramaticais de níveis mais altos, quando o pesquisador pode ficar mais suscetível a tomar decisões impressionistas, dada a natureza por vezes escorregadia dos fenômenos investigados.

Para analisar o uso variável de tempos verbais, estabelecemos um critério temporal, embora os fenômenos em pauta integrem um amplo e complexo domínio funcional que abriga também aspecto e modalidade. Tomando como norte a referência temporal envolvida na relação entre dois pontos – a situação codificada

pela forma verbal e seu ponto de referência –, dispostos num diagrama linear, diferentes domínios funcionais foram caracterizados, cada um deles podendo recobrir uma ou mais variáveis linguísticas, delimitadas basicamente a partir do teste de substituição das formas coexistentes e concorrentes no mesmo contexto, sem alterar a função temporal. A tarefa de compor os envelopes de variação foi descrita passo a passo, evidenciando-se que um domínio funcional é mais abrangente do que uma variável, pois esta é, por definição, sujeita a restrições que podem excluir dados de seu escopo.

Uma vez estabelecido o terreno da variação para sete diferentes referências temporais gramaticalizadas no português, procedeu-se, então, à exposição de resultados frequenciais para seis delas, associados às variantes de cada variável circunscrita nos limites do respectivo domínio funcional, bem como se apresentou uma descrição geral de contextos preferenciais de uso.

Em termos gerais, é possível observar que, (i) a exemplo da simplificação que vem acontecendo na morfologia número-pessoal do português, o paradigma modo-temporal também vem sofrendo redução; (ii) embora as gramáticas normativas costumem apresentar, no paradigma verbal, formas sintéticas – mencionando formas analíticas apenas nos chamados tempos compostos, com o auxiliar *ter/haver* + Part (*tinha cantado*) –, o sistema verbal do português já absorveu as formas analíticas *ir* + Inf (*vou cantar, ia/iria cantar*) e *estar* + Ger (*estava cantando*), as quais se mostraram bastante produtivas na codificação dos domínios funcionais considerados.

REFERÊNCIAS

- BACK, Â. C. di P. *A multifuncionalidade da forma verbal -sse no domínio tempo-aspecto-modalidade: uma abordagem sincrônica*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2008. 310p.
- BITTENCOURT, D. L. de. *O domínio funcional do futuro do subjuntivo: entre temporalidade e modalidade*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. 345p.
- BRAGANÇA, M. L. L. *Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do presente*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. 696p.

COAN, M. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que) perfeito*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. 177p.

COAN, M. *As categorias Tempo, Aspecto, Modalidade e Referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlação entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. 233 p.

COMRIE, B. *Tense*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DOMINGOS, R. de F. de A. *Variação no uso do pretérito imperfeito (indicativo e subjuntivo) na função de cotemporalidade a um ponto de referência passado*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. 125p.

FREITAG, R. M. M. Ko. *A expressão do passado imperfectivo no português: variação/gramaticalização e mudança*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. 238p.

GIBBON, A. de O. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2000. 126p.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, vols. I e II, 2001.

GIVÓN, T. *Bio-linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2002.

GÖRSKI, E. M.; GIBBON, A.; COAN, M.; PIMPÃO, T.; SILVA, T. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 217-268.

GÖRSKI, E. M.; VALLE, C. R. M. Variação discursiva: procedimentos metodológicos para delimitação do envelope de variação. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; SEVERO, Cristine G.; GÖRSKI, Edair M. (Orgs.). *Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 79-99.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, Marcos; CASSEB-GALVÃO, Vânia; REZENDE,

Tânia F. (Orgs.) *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola. 2017. p. 35-63.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth, HEINE, Bernd (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. v.1. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-35.

LABOV, W. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics*, 44, p. 1-17, 1978.

LABOV, W. *Quantitative reasoning in linguistics*. 2008. Disponível em: <<http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/home.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? In: *Language in Society*, v. 7, p. 171-82, 1978.

LEHMANN, C. Gramática funcional. In: PERES DE OLIVEIRA, Taísa, SOUZA, Edson Rosa Francisco de (Orgs.). *Funcionalismo: princípios, metas e métodos. Atas do I Simpósio Internacional de Linguística Funcional*. (Revista Guavira Letras, Três Lagoas). 2011. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 25-27 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.christianlehmann.eu/publ/gramatica_funcional.pdf> Acesso em: 15 abr. 2015.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

MILROY, L.; GORDON, M. Beyond phonology: analyzing and interpreting higher level variation. In: MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 169-197.

PIMPÃO, T. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. 129p.

PIMPÃO, T. S.; GÖRSKI, E. M.. Interpretação qualitativa de resultados quantitativos: uma análise do processo metodológico na comparação de diferentes pesquisas, *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, n. 1, p. 71-81. 2010.

PIMPÃO, T. *Uso variável do presente no modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. 303p.

SILVA, T. S. da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. 135p.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ, e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. 286p.

TAVARES, M. A.; GÖRSKI, E. M. Variação e sociofuncionalismo. *In*: MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 249-270.

TAGLIAMONTE, S. A. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SEU/DELE: ONTEM E HOJE

Odete Pereira da Silva Menon

Universidade Tecnológica Federal do Paraná/CNPq

Edson Domingos Fagundes

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Maria José Strogenski

UNINTER

1. INTRODUÇÃO

Os pronomes compostos com a forma arcaica *ello*, do latim *illum* (*dello, ennello, aquello, a ello*), começaram a ser usados em português muito cedo. Posteriormente vão ser substituídos por formas reconstruídas – *aquilo* ou *isto, isso* (de *istud* e *ipsum*, respectivamente) – a partir de uma latinização, pois recuperam a vogal alta [i], que já tinha evoluído na língua arcaica para [e], ou vão desaparecer da língua moderna para dar lugar a *dele, nele, a ele, sobre ele*. O pronome *ele*, de terceira pessoa do singular, criação românica a partir de *ille* (e *ela*, a partir de *illam*), vai assumir os significados de pronome pessoal e de retomada anafórica, tanto do masculino como do neutro, antes expresso por *ello*.

A retomada anafórica [**de+ele**] serviu para suprir, na língua portuguesa, a falta de caso *genitivo*, com a transformação de língua de casos (latim) para línguas de ordem sintática (as línguas românicas): em latim *liber Petri*, em português *o livro de Pedro*. Entre outros empregos, o genitivo latino era usado para indicar a posse de alguma coisa por alguém, o que também podia ser expresso pelo uso do dativo¹⁵ (chamado de posse). A partir de o livro **de Pedro** – uma referência de

¹⁵ O francês, além do paradigma dos pronomes possessivos (*mon, ton, son, notre, votre, leur*),

terceira pessoa, **Pedro** podendo ser substituído pelo pronome de terceira pessoa **ele** –, pôde ser construída a anáfora [de+**ele**] = **dele**, que podia ser empregada em diferentes funções sintáticas, sempre que aparecia uma preposição **de** no antecedente. Assim, *o livro de Pedro* seria retomado na sequência por *o livro dele* (dele = adjunto adnominal) ou por *o seu livro*; *Maria gosta de Pedro*, por *Maria gosta dele* (= objeto indireto); *o menino tem medo do cachorro*, por *o menino tem medo dele* (= complemento nominal). Dessa forma, **dele** passou a ser uma retomada anafórica muito utilizada, o que vai gerar, posteriormente, algumas ambiguidades, porque a anáfora podia ser tanto da terceira pessoa do singular como da terceira do plural, e também podia aparecer em diferentes funções sintáticas. Além disso, o antecedente podia ser tanto [+animado] como [-animado]. O falante passa, então, a tentar desambiguar esses usos, especializando as formas ou recorrendo a diferentes construções.

O pronome possessivo de terceira pessoa **seu/sua**, herdado do latim *suus*, *a*, *um*, a princípio era usado tal qual, como **reflexivo**. Porém, seu uso foi-se expandindo na terceira pessoa e o significado dele se alargou. Com a criação do pronome **ele**, de terceira pessoa do singular, com o plural **eles**, o pronome **seu** passou a figurar como representativo de posse nessas duas pessoas, criando ambiguidades. E, para desfazer a ambiguidade entre **seu** possessivo de terceira pessoa tanto do singular como do plural, começou-se a acrescentar **dele** sempre que necessário: **seu ... dele**, porque, como esse pronome dispunha de flexão de gênero e número (dele, dela, deles, delas), era possível (nem sempre, porém...) identificar o referente anteriormente mencionado:

(1) Outrossy [eles] nos diserom¹⁶ que **algũs**₁ da parte da **Rainha**₂ que teuerom e teem **sua**_{1/2} voz contra nos e outros **seus**₂ criados **dela**₂ e **dos seus**₁ eram postos em **algũs** officios dos dictos regnos que som nossos que ata aqui per nos delles foram **pruados** e foe nossa mercee de os darmos a outras pesoas (**CDJI**, *Chancelarias*, [181], 01.04. Era de 1422[1384¹⁷], p. 93)

conservou a construção dativa com a preposição à: *Mon livre à moi; c'est à moi ...*

¹⁶ O antecedente desse verbo e dos demais exemplos (colocamos [eles] entre colchetes para assinalar o sujeito oculto) correspondem aos “homens dos mesteres pobradores e moradores da nossa nobre cidade de lixboa” que solicitavam ao Mestre de Avis, futuro D. João I, certos privilégios para a cidade de Lisboa e seus moradores, como recompensa pela sua fidelidade ao Mestre. Nos exemplos de **CDJI**, os negritos foram acrescentados, mas os itálicos são do original = desenvolvimento de abreviaturas, cf. p. 8, item 3.

¹⁷ A datação era feita com base na **Era de César: 1422**, calendário romano, que correspondia ao ano do Senhor (DC) 1384, deduzidos os 38 anos da diferença entre o calendário romano e o gregoriano, que passou a vigorar em 1422, já do novo calendário. Os documentos das Chancelarias de D. João I não são os originais, mas cópia foi feita na primeira fase da *Leitura Nova*, em fins

(2) Primeiramente que **a elles₁** era dicto que nos queriamos tomar *pera* nos e *pera* nosso *conselho* aluaro *gonçalluez* veedor que foe em estos regnos da fazenda de nosso Jrmaão el rrey a que *deus* perdoe que dizem que he da Rainha e **seu** Jmigo **delles₁** E que outrossy esso meesmo queriamos tomar **outros criados₃** da **Rainha₂** e outros que foram do **seu₂** *conselho* os quaães dizem que som a nos suspeitos e a nosso *serujço* e dos dictos regnos e **a elles₁** E **aos seus₁** danosos que sempre **elles₃** *procurariam* dapno e morte (CDJI, *Chancelarias*, [181], p. 91)

(3) Outrossy [eles₁] nos pediram por mercee *que* por onrra da dicta cidade e nosso *serujço* e guarda **sua delles₁** lhes *consentisemos* e outorgasemos **dous procuradores homens boons letrados₄** que em nome **seu delles₁** estem em nosso **conselho₂** e relaçam **del₂** cada que nos ouuermos de fazer ou pedir ou mandar pedir quaãesquer cousas que a nos *compram* que aa dicta **cidade₃** e moradores **dell_{2/3}** pertençam *pera* **elles₄** em **seu₁** nome *procurarem* e *diserem* *aquello* que entenderem por **sua prol delles₁** e onrra da dicta cidade e por nosso *serujço* (CDJI, [181], p. 91)

Nesses três trechos, pode ser observada a complexidade das relações anafóricas que se verifica em muitos textos antigos e como os pronomes possessivos – e também o pronome pessoal **eles**, como em **elles₃**, do ex. (2) ou **elles₄** do ex. (3) – podiam ser ambíguos e dificultar a compreensão do texto. Fizemos uma numeração subscrita, tentando orientar os leitores a recomporem as relações anafóricas existentes, de acordo com o contexto da petição encaminhada ao rei, e por ele (cor)respondida na sequência do documento. Veja-se que em (1) permanece uma possível ambiguidade de interpretação, porque **sua_{1/2}** pode ter como antecedentes tanto **Rainha₂** como **algũus₁**, já que **algũus₁** teriam sido procuradores da Rainha (D. Leonor, após a morte de D. Fernando), cuja voz e interesses ainda defenderiam (**teuerom e teem sua voz**) e que, por conseguinte, o Mestre não deveria mantê-los nos cargos, como eles tinham ouvido falar que se faria. Outra dificuldade de interpretação aparece em (3): “aa dicta **cidade₃** e moradores **dell_{2/3}** pertençam *pera* **elles₁**”, pois [**dell_{2/3}**] pode ter como antecedente tanto **conselho** (isto é, as coisas que se deliberarem no conselho e que digam respeito aos moradores da cidade de Lisboa) como **cidade**

do séc. XV. Assim, embora sendo documentos exarados no séc. XIV, não se pode afirmar que toda a sua linguagem o seja, visto que era costume, nas cópias, se adaptar a linguagem antiga à nova, para melhor entendimento do texto, como nos alerta o editor, Dias (p. 07): “Resta lembrar ao investigador que o chamado “Livro Primeiro da Chancelaria de D. João I” é um resumo elaborado em finais do século XV, quando se começou a reformar a chancelaria régia e a elaborar a memória futura de cada reinado. A isto se chamou a primeira fase da *Leitura Nova*. Muitas das cópias apresentam erros que, por vezes, dificultam a compreensão do documento ou se afastam do original.”

(nesse caso, sem a devida concordância de gênero¹⁸), isto é, dos moradores **dela**. Os gramáticos costumam assinalar esse uso como se fosse – ainda – altamente produtivo na língua, como Cunha e Cintra (1985, p. 313); empregam, porém, exemplos de escritores do século XIX! Como no português do Brasil (PB) atual o emprego de **dele** é o mais corrente para a terceira pessoa, o recurso que se utiliza, nesses casos de ambiguidade, é colocar o referente entre parênteses: “Pedro e Paulo falavam do fracasso **dele** (Paulo)” ou (Pedro), uma vez que **dele** é ambíguo e há dois referentes de terceira pessoa do singular.

Assim, o presente trabalho se propõe a mostrar como os possessivos de terceira pessoa se comportaram no passado, com abonações de diferentes épocas, e como se realizam atualmente, em diferentes variedades do português do Brasil, com estudo quantitativo de ocorrências no sul do Brasil. Para esse último objetivo, serão levantados os dados das entrevistas do Varsul das três capitais (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), além da cidade de Lages (SC), fundada por vicentinos (da capitania de São Vicente), mas sofrendo influência dos gaúchos, na época do tropeirismo, por ser ponto de parada obrigatório no deslocamento das tropas do Rio Grande do Sul para a feira de Sorocaba, onde seriam comercializados os muares criados no sul (necessários e adaptados para os rudes caminhos montanhosos das explorações nas minas gerais) e os víveres (charque, sobretudo). As chamadas “minas gerais”, de exploração do ouro e pedras preciosas, ficavam em territórios hoje pertencentes aos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

2. DELE ANÁFORA

O pronome *dele*, retomada anafórica então disponível na língua, passou a ter múltiplos usos. Um deles foi a utilização de uma parelha **dele ... dele** (tanto no masculino como no feminino, ou no plural de ambos) para indicar uma distribuição de tipo **partitivo-distributivo**. Essa construção vai ser substituída no português moderno pelos pronomes indefinidos **uns** e **outros**. No entanto, mesmo em Afonso de Albuquerque, já aparecia **dele(a)s ... e outro(a)s**, como no exemplo (6), que parece indicar, já nessa época (início do séc. XVI), uma certa dificuldade na interpretação desse distributivo-partitivo. Que o significado de tal construção fosse completamente **opaco** aos falantes do século XX, se comprova pela nota de rodapé explicativa, em que o editor, António Baião, (1957, p. 147), “traduz” para

¹⁸ Veja-se que a retomada anafórica de **dele** aparece na forma proclítica **dell** no exemplo [**dell**₂₃], o que dificulta ainda mais a consideração a respeito de qual seria, realmente, seu antecedente.

os leitores o significado de (5): “**umas** com o temporal e **outras** dentro do cabo Guardafui” (negritos acrescentados):

(4) A moeda de ouro, de prata e de cobre e de estanho, que se em vosso nome lavra em Malaca, **dela** leva Nuno Vaz e **dela** leva o ouvidor; perdeu-se muita da do estanho em Frol de la mar. (**Carta IV** de **Afonso** de Albuquerque, 01.04.1512, *apud* Baião, p. 64)

(5) E quanto é ao que Vossa Alteza diz, que se tomarão lá presas, por nossos pecados um grã golpe de riqueza errámos nós este ano, porque arribaram mais de sessenta naus, **delas com temporal e delas de dentro do cabo de Guardafuum**, onde houveram novas de nós. (**Carta IX**, **Afonso**, 03.12.1513, p. 147)

(6) E tiravam ao alto da torre, e foi mui prestes ganhada, onde **lhe** tomámos trinta e seis bombardas grossas, **delas** de grandura de pedra de nossos camelos, e **outras** pouco menos, e a tivemos assim até nossa partida. [...] Ali, em Camarão, tomámos mouros de Dgedah, rubães e marinheiros, que sabem a navegação e portos do mar Roxo; **deles** havia dois meses que partiram de Suez, e **outros** que então chegavam de Dgedah e **outros** do Tor; e de todas as partes tive nova. (**Carta X**, **Afonso**, 04.12.1513, p. 175 e 193, respectivamente)

(7) [...] parece-me que para os beocos de Cananor haveis mister sempre uma boa armada; e se eu fora mais confiado em Vossa Alteza, eu vos mandara Mamale com uma meia dúzia **deles** dos principais; e parece que deve Vossa Alteza de mandar secretamente que vo-os levem. (**Afonso**, p. 47)

Em (7), vemos o emprego de tipo *partitivo* em 1512, que se estende ao português moderno: quando queremos indicar uma parcela de alguma coisa, uma certa quantidade, um certo número de um conjunto, empregamos o número que queremos exprimir e a anáfora correspondente. No exemplo, *deles* se refere a *beocos*, fazendo, além disso, referência mais restrita: essa parte do grupo deveria ser *dos principais* (mais importantes personagens).

Esse emprego *distributivo-partitivo* parece ser bem antigo na língua. Jorge Ferreira de Vasconcellos, ferrenho defensor do uso do português num século (XVI) em que se escrevia, além de em latim, também em castelhano (como Gil Vicente, entre outros, para atender a uma corte cuja rainha era, em geral, proveniente dos territórios da Espanha), insere na *Eufrosina* (escrita entre 1542 e 1543, mas só publicada em 1555, cf. o *Dicionário*, 1985, p. 211) uma dessas distribuições, utilizando **inde ... inde**, já arcaico naquele momento da língua (mesmo a forma

vernáculo **en**¹⁹ < **ende** < lat. *inde* já estava, por então, caindo em desuso, sendo substituída por *dele* ou *disto/disso/daquilo* ou por *lhe*):

(8) Eivos de falar mera lingoagem, nam cuideis que he isto tam pouco, **que eu tenho em muito a Portuguesa**, cuja gravidade, graça laconia, e autorizada pronunciaçam nada deve aa latina, que Vala eçalça mais que seu imperio. E **inde** mal e **inde** negra, porque eu na chimera de suas sotilezas ando rastreiro ante os pees das serpentes; se eu meus beços molhara na reputaçam mais importante que a fonte Cabalina, per ventura *lhe* pagara a natural divida, porque daime ca esse seu Tulio e essoutro Quintiliano em que todos escoram [...] por isso eu quero raivar com seus naturais que a tacham, **defamandoa de pobre**, e nam *lhe* consentindo alfaiar se do alheio, como que o principal cabedal das copiosas nam seja **o mais delle** emprestado e a Portuguesa com o seu he tam rica que *lhe* achareis alfaias proprias de que as outras carecem. Isto nam quereisvos ver, e dais no vosso burquel, porque **os homens fazem a lingoagem**. (Eufrosina, p. 7, negritos acrescentados).

Vemos, em (8), que a postura de Vasconcellos frente à língua – **os homens fazem a lingoagem** – se coaduna com aquela do nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira. Com essa frase, Vasconcellos – que se diz **da tempera velha** (p. 05) – critica os próprios conterrâneos: se eles afirmam que a língua portuguesa é pobre (**defamandoa de pobre**), é porque eles o são ...

Cabe, aqui, ainda, um adendo histórico respeitante à segunda pessoa: uma das diferenças entre o Português Europeu (PE) e o PB, quando um falante se dirige a outro, é o uso de locuções (ou sintagmas nominais) compostos de substantivos comuns – **a menina, o colega** – ou o nome do interlocutor: **o João, a Maria**, além do uso de **de si** (=de você: **falei de si**) ou **consigo** (=com você: **vou consigo**). Essa forma dos falantes do PE de se dirigir ao interlocutor causa bastante estranheza aos falantes de PB, embora, em alguns casos, se possa usar desse recurso (“— O professor não vai dar intervalo hoje? — dito por um aluno). Esse recurso é chamado de uso da terceira pessoa para se dirigir ao interlocutor e não é recente: ele esteve na base da criação do pronome **você** (oriundo da locução **a vossa mercê**). Na segunda metade do século XVI (em peças de teatro, mas não em Gil Vicente, da primeira metade), houve a utilização de **ele/ela** em diálogos para se dirigir ao interlocutor. Esse emprego se estende ao século XVII, visto que Dom Francisco

¹⁹ Veja-se que o **en**, forma mais reduzida, praticamente só era encontrada em **poren** < **porende** < lat. *pro inde*, com significado mais antigo de retomada anafórica equivalente ao moderno **por isso** e que, a partir da segunda metade do séc. XVI, vai se gramaticalizando até se transformar em conjunção adversativa: **porém**.

Manuel de Mello (*1606-†1666), na *Carta de Guia de Casados*, se refere a isso quando critica o uso de **tu** pelos castelhanos o de **Vous** pelos franceses, louvando o uso de **Elle** e **Ella** pelos portugueses (negrito acrescentado):

O ‘Tu’ he castelhano; e por mais que eles o achem carinhoso, como lá diz, he palavra muito de praça, e que ao mais não deve de quebrar a menagem da camara para fóra. O ‘Vós’ he francez, que com hum ‘Vu’ receberão a mesma Rainha de Sabá se cá tornára Tenho-o por demasiado vulgar. O ‘**Elle**’ e ‘**Ella**’, hum ‘Ouve senhor’, ‘Que diz senhora’, he termo bem portuguez, assáz honesto e bem soante (ed. de Edgar Prestage, Ocidente, Lisboa, 1954, p. 118; *apud Teatro Português*, I, III, p. 45)

E esse **ele/ela** poderia ter um possessivo **dele/dela** ... como podemos ver nos exemplos (9-10), assim como **de si** (11), referente seja a **vossa mercê**, seja a **ele** (as duas formas que o Moço usa para se dirigir a Dom Fernando):

(9) LIANOR (moça, para Catarina): Ter pensamentos pequenos/ em mim, senhora, nam cabe/ isto nam por que me gabe/ mas ninguém descobre menos/ quando muito **ela** sabe,/ Assi que sua querela/ nam tenha nenhum redobre/ pesa-me com o pesar **dela**/ mas folgo pois me descobre/ o que já sentia dela (Auto do Caseiro de Alvalade, **Teatro**, I, p. 37)

(10) ESCUDEIRO (para Simão de Andrade): A tristeza então se dobra/ mais pois sei dela a verdade/ um [*sic*] mercê **dele** [Simão de Andrade] espero/ e é senhor Simão d’Andrade/ que havemos d’ir a Alvalade/ a ver lá a quem bem quero. (Auto do Caseiro de Alvalade, **Teatro**, I, p. 68)

(11) MOÇO (a Dom Fernando): Um remédio excelente/ tinh’eu, senhor, maginado/ se **ele** [Dom Fernando] for disso contente:/ sem mais estrondo de gente/ **ele** só fosse embuçado/ sem escada nem ninguém/ senam só irmos per i/ e **vossa mercê** ò desdém,/digo, se **lhe** vier bem,/ ter-m’-á em cima **de si** (Auto de Dom Fernando, **Teatro**, I, II, p. 109)

(12) FLORISBEL (para Ratinho): Não sei quem vos ensinou/ sois filósofo acabado/ andai que sois avisado. RATINHO: Vá-se **ele** [Florisbel] que eu logo vou/ que hei de ter conta com o gado. (Auto de Florisbel, **Teatro** I, p. 96).

(13) Entra o Pai e diz: / Filha, Deos vos dê prazer./ GUIOMAR: E a **ele** [Pai] boa velhice. (Auto de Guiomar do Porto, **Teatro** I, p. 243).

José Camões, em *Teatro Português*, rastreou 58 casos de **ele/ela**, nesse emprego, nas peças do século XVI que editou nos três volumes (fizemos a contagem com base nas notas de rodapé). Ressalta, no entanto, não ter encontrado esse recurso nas peças de Gil Vicente (*c. 1465-†depois de 1536), mas ser empregado por outros autores nascidos já no século XVI, como Camões, por exemplo.

3. DATIVO DE POSSE E DATIVO ÉTICO / DE INTERESSE

Na passagem do latim às línguas românicas, sobraram algumas construções residuais da atribuição de caso; entre elas, os chamados *dativos de posse* e os dativos ético ou *de interesse*. Essas construções constituem um problema para diferentes teorias sintáticas, que não conseguem atribuir a elas uma função sintática. Assim, na gramática tradicional (doravante GT) vemos o emprego dessa nomenclatura, mesmo que a GT descreva uma sintaxe calcada sobretudo na ordem dos constituintes, e não mais na morfologia (casos)²⁰. Trata-se do uso de **pronomes clíticos** para expressar a posse, o interesse ou a participação do locutor ou de um terceiro num determinado evento(?) ou para exprimir algum benefício (ou malefício) do locutor em determinada coisa.

Embora semanticamente esses clíticos signifiquem *posse*, sintaticamente eles não podem ser analisados da mesma maneira que os pronomes possessivos, os quais, na GT, são classificados como adjuntos adnominais, numa locução ou sintagma nominal (LN ou SN). Ora, os pronomes clíticos têm uma certa independência de posição, da qual os pronomes possessivos não dispõem (o possessivo até pode aparecer posposto ao núcleo do SN, porém isso implicará mudança de significado: “Minha filha não frequenta uma festa dessas” tem sentido diferente de “Filha minha não frequenta uma festa dessas”). Segundo a classificação de Mattoso Câmara (1981, p. 37), os pronomes átonos seriam **dependentes**, numa nova classificação, diferente daquela estruturalista que considerou as palavras como **formas livres e formas presas**. Além disso, os pronomes clíticos constituem, *de per si*, **um sintagma nominal**, podendo receber, somente na terceira pessoa, flexões de gênero e número (o, a, os, as e, com lhe, lho, lha, lhos, lhas). Pelo menos no estado da arte atual, nenhuma teoria ousou acenar com a possibilidade de os clíticos serem parte de outros SNs.

Alguns dativos de posse o são, na língua moderna, porque a regência verbal foi modificada, passando-se a usar a preposição **de** em lugar da antiga regência com **a**: é o caso do verbo **tomar**, por exemplo, que no PB, pelo menos, tem a regência de transitivo direto: *tomar alguma coisa de alguém*, e não mais como *tomar alguma coisa a alguém*, como acontecia na língua antiga:

(14) Mamale e seus irmãos como isto souberam, renunciaram todos o direito que tinham em certas ilhas que **tinham tomadas** por força **a este rei**, a um seu irmão que se chama Içapocar. (Afonso, 01.04.1512, p. 46)

²⁰ No entanto, em gramáticas mais antigas, ainda era comum haver uma tábua de declinações para o nome, por casos ...

(15) Mas **a Portugueses** cos capacetes nas cabeças entre as ameias não **lhe tomam** assim a fortaleza. (Afonso, 01.04.1512, p. 58)

(16) E poderá ser que alguns outros se enfrearão se virem que Vossa Alteza **lhe** quer **tomar** a conta. (Afonso, 01.04.1512, p. 47)

Em (15), inclusive, há um **duplo** dativo: **a Portugueses** e **lhe** ... Essa frase, no PB, seria: “Mas não tomam a fortaleza **dos portugueses** (que estão) com os capacetes nas cabeças entre as ameias”. E é justamente porque fica ambígua a interpretação de *dos portugueses*, ou de *lhe*, no exemplo original, (i) como complemento de tipo dativo (objeto indireto) ou (ii) de locução expressando a posse, que a retomada anafórica (=deles, *lhe=deles*) pode ser interpretada como possessivo.

(17) E se quiserdes ter em Malaca gente que vo-la esteja contando com o dedo: pela ventura não falecerá dalguma parte gente que **vos** pode tirar Malaca **das mãos**. (Afonso, 01.04.1512, p. 47)

Em (17), “**vos** pode tirar **das mãos**” equivale, semanticamente, a “pode tirar **das vossas mãos**”, porém, não se pode fazer idêntica análise sintática. Por isso, à falta de podermos *lhe* atribuir função sintática, continuamos denominando esse **vos** de *dativo de posse*, embora não haja dativo em português.

É possível que, nas fases mais antigas da língua, **o dativo de posse** fosse uma estratégia estilística para evitar o uso do pronome possessivo quando a referência fosse às partes do corpo = **posse inerente** – como, de resto, ainda o pratica o francês moderno: “On **m**’a cassé la jambe” e não “On a cassé **ma** jambe” (**Me** quebraram a perna vs. Quebraram **minha** perna) – se atentarmos para os seguintes exemplos, retirados do *Livro de Falcoaria de Pero Menino* (Códice B.N. 518, Pombalina):

(18) E des y poen**lhe** hũ botão bem quente **no toutiço**, onde s’ajunta o pescoço com a cabeça [...] pola qual rezão conpre aos caçadores que sempre se revejam en os seus falcões como a molher ao espelho, que se revê en elle pera ver se parece bem ou nõ: tal deve ser o caçador com seu falcão pera ver se **lhe** [é] mudado o **senbrante**; ca todas estas cousas sobreditas cambiaram o falcão (**Falcoaria**, p. 11-12)

(19) E quando os regeitos sam podres e são chegados à tripa susodita, logo o falcão não pode comer toda sua vianda e faz mau sembrante e fedel**he a boca**; e e quando ysto vires, catal**he o ouveiro** en o lugar onde anda o bucho e acharás aquelle lugar duro e então podes conhecer esta dor; e logo filha a manteiga crua e metel**he della pola boca** (**Falcoaria**, p. 18)

(20) E este inchamento devesse purgar por esta guiza: filha o açúcar candil e metel**he delle na** [fol.39, v.] **boca** e seja britado miudo por **lhe** ir **ao bucho** e, des

que vires que tolhe **delle**, dalhe, até que vejas que tolhe **sua** materia propia e seja sempre ao sol e **provalhe** en esse dia aguo a en jejum e beba **della** o que quizer; (**Falcoaria**, p. 21)

(21) E quando vires que a unha quer sair do falcão²¹ e está ainda pressa en algũ lugar, derriba[o] a pressa e **cortalhe a dita unha**, apressa pelo bico, con hũas torqueses, que **lhe** chegues **ao sabugo** [...] e des que esta unha for fora de todo, filha o dito poo e cubrilhe bem o sabugo **della**. (**Falcoaria**, p. 34-35)

Alguns gramáticos, como Cunha e Cintra (1988, p. 295), afirmam que os pronomes átonos²² que servem de objeto indireto podem ser usados em sentido possessivo “principalmente quando se aplicam a partes do corpo de uma pessoa ou a objetos de seu uso particular”, como de resto já o fazia Vasconcellos na **Eufrosina** (21). Repare-se que o antecedente pode ser [+humano] ou [-humano], como se pode ver pelos exemplos (17-20) acima: neles, o referente (possuidor) é um animal.

(22) Nunca vos acanheis aa fortuna se a quereis vencer, ca pera tudo há remedio, segundo dizem, se nam pera a morte. Pois ainda vola darei par’ela, porque vejais que padrinho tendes em mi: he abri~~rlhe~~ a boca e cerra~~rlhe~~ os olhos. O bom namorado hade cometer alem do que **lhe a sua** possibilidade **requere** e nada temer por mais gadanhos que lhe a reza faça, de maneira que responda sempre aos pensamentos. (**Eufrosina**, p. 21)

Além disso, observemos, no ex. (22), um contexto sintático que parece ter inibido a ocorrência de **dele**, talvez devido à regência antiga do verbo *requerer* – requerer algo **a alguém** –, o que possibilitaria o aparecimento de **lhe** = retomada anafórica **a ele**: “O bom namorado hade cometer alem do que **lhe a sua** possibilidade **requere**”²³. Por outro lado, a ordem dos constituintes da língua antiga – (OSV=

²¹ Na variante (21), na primeira parte das notas de rodapé, para comparação com o texto-base, está: “Pero quando vires que a hunha quer sair **aa tua ave do dedo** e esta ainda apressa em allgũ lugar [...]”. Vemos aí a construção com dativo – **aa tua ave do dedo** –, a comprovar a origem dativa da construção com **lhe**, equivalente a: “do dedo **da tua ave**”, e que poderia ser glosada com “quer **lhe** sair do dedo” ou “quer sair do dedo **dela**”.

²² A posição de Cerqueira (2008, p. 231) em relação ao dativo de posse e do dativo de interesse é equivocada, uma vez que ele afirma que “o dativo de interesse, em português, é limitado à primeira pessoa do singular apenas” e as “outras formas pronominais são excluídas desse emprego.” E o que ele chama de “possessivo de interesse” (p. 231-233) é completamente diferente daquilo que se denomina dativo de posse.

²³ Na língua moderna, com a regência de *requerer* com a preposição **de**: “além do que a sua possibilidade requer dele” ou “além do que a sua possibilidade dele requer”.

no caso, Objeto Indireto – Sujeito – Verbo) – impediria uma eventual ocorrência de **[a ele/ dele]** junto a outro possessivo: **a ele/dele a sua possibilidade requiere*.

Vejam os exemplos de correspondência moderna entre dativo de posse e pronome possessivo em três diferentes versões da Bíblia, uma do início do séc. XX (**BS**, *Bíblia Sagrada*. Trad. da *Vulgata* e anotada pelo Pe. Matos Soares. *Imprimatur*, 1933), outra do fim do mesmo século (**NVI**, *Bíblia Sagrada*. Nova versão internacional: a tradução para o PB ocorreu na última década do século, mas a publicação saiu em 2001) e a terceira, do início do séc. XXI (**NTLH**, *Bíblia Sagrada*. Nova tradução na linguagem de hoje. 2011):

Quadro 2.1 – Correspondência moderna entre dativo de posse e pronome possessivo, em três diferentes versões da Bíblia

BS – Gênesis, 3, 14-15, p. 21-22	NVI – Gênesis, 3, 14-15, p. 2	NTLH – Gên., 3, 14-15, p. 5-6
<p>¹⁴E o Senhor Deus disse à serpente: Pois que fizeste isto, és maldita entre todos os animais e bestas da terra; andarás de rastros sobre o teu peito, e comerás terra todos os dias da tua vida</p> <p>¹⁵Porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua posteridade e a posteridade dela. Ela te pisará a cabeça, e tu armarás traições ao seu calcanhar.</p>	<p>¹⁴Então o SENHOR Deus declarou à serpente: “uma vez que você fez isso, maldita é você entre todos os rebanhos domésticos e entre todos os animais selvagens! Sobre o seu ventre você rastejará, e pó comerá todos os dias da sua vida.</p> <p>¹⁵Porei inimizade entre você e a mulher, entre a sua descendência e o descendente dela; este lhe ferirá a cabeça, e você lhe ferirá o calcanhar.</p>	<p>¹⁴Então o SENHOR disse à cobra: — Por causa do que você fez você será castigada. Entre todos os animais só você receberá esta maldição: de hoje em diante você vai andar se arrastando pelo chão e vai comer o pó da terra.</p> <p>¹⁵Eu farei com que você e a mulher sejam inimigas uma da outra, e assim também serão inimigas a sua descendência e a descendência dela. Esta esmagará a sua cabeça, e você picará o calcanhar da descendência dela.</p>

Em **BS**, Deus se dirige à serpente usando o pronome de segunda pessoa **tu**, com o possessivo correspondente **tu/tua** e **seu/dela** quando é referencial à mulher. Aparece também o dativo de posse: “Ela **te** pisará a cabeça.” Em **NVI**, o pronome de segunda pessoa é **você**, que pode introduzir interpretação ambígua de **seu**; por isso, aparece o **dele** quando é referencial à mulher: “entre a **sua** descendência” (=de **você**) “e o descendente **dela**” (=da **mulher**). Além disso, vemos, nessa versão, o uso de **lhe** tanto para se referir a **você** como a **ele**: “este **lhe** ferirá a cabeça” (=de **você**, cobra), “e você **lhe** ferirá o calcanhar” (=dele, o descendente). Finalmente, em **NTLH**, com pronome **você** para a cobra, a distribuição se faz entre **sua** (=de **você**) e **dela** (da **mulher**) nas duas ocorrências. Assim, podemos ver que, quando o pronome é **tu**, não ocorre ambiguidade; porém, quando o pronome de segunda pessoa é **você** (que, no processo de gramaticalização, carregou para o domínio da interlocução o possessivo seu, que era usado quando **a vossa mercê**, enquanto

locução nominal, correspondia a um nome; portanto, terceira pessoa), cria-se um contexto favorecedor do uso de **dele** na terceira pessoa. Por isso, quando se faz um levantamento de uso do pronome possessivo da terceira pessoa, deve se levar em conta qual é o pronome de segunda utilizado no dialeto estudado.

4. SEU/DELE NO PB

O trabalho de Silva (1982), sua tese de doutorado, sobre a distribuição de **seu/dele** no dialeto do Rio de Janeiro, com clara vantagem para o possessivo **dele**, tendo o **seu** uso restringido à expressão da indefinição, deu origem a mais desenvolvimentos (1984, 1991). Nesses dois artigos, a autora aumentou a amostra e refinou os grupos e fatores. No primeiro, Silva (1984) testou um gradiente da posse, partindo da posse mais definida para a mais indefinida, levando em conta número de possuidores e de possuídos, porque isso pareceu ser bastante importante da distribuição do uso de **dele**, que “viria remediar o mal-estar causado por um tipo de número não discreto, não habitual ao falante, já que nas demais categorias gramaticais não existia tal hierarquia de número.” (SILVA, 1984, p. 62). A autora diz que se confirmou sua hipótese, visto que “os dois fatores que favorecem a forma *dele* são os que, em nossa escala de seis graus de pluralidade, se situam entre singular e plural, isto é, os fatores em que um possuído é atribuído a dois possuidores, seja distributiva, seja coletivamente.” Vemos abaixo a reprodução da sua Tabela 4 com os resultados obtidos com rodadas do programa Varbrul, em que se pode observar como, embora tivessem muito maior número de dados, as situações 1 e 2 desfavorecem o uso de **dele** (assim como 5 e 6, com um número muito reduzido de dados, é verdade) e as situações 2 e 3, descritas acima por Silva, com número razoável de dados), favorecem o uso de **dele**:

Tabela 2.1 – Reprodução da Tabela 4 — Aplicação da forma dele. Combinação do número de possuidor e possuído. (SILVA, 1984, p. 61)

DESCRIÇÃO	EXEMPLO	FREQÜÊNCIA	P.R.
1. Um possuidor tendo um possuído	João e seu nariz	$504/1952 = 25,8\%$	0,34
2. Um possuidor ²⁴ com dois ou mais possuídos	João e seus olhos	$94/646 = 14,06\%$	0,33
3. Dois ou mais possuidores, tendo um possuído em comum (posse coletiva)	Ele, a esposa, e seu filho foram ao Rio	$88/131 = 67,1\%$	0,93
4. Dois ou mais possuidores, tendo, cada um, um possuído (posse distributiva)	João, Paulo e seu(s) nariz(es)	$46/162 = 28,4\%$	0,74
5. Dois ou mais possuidores, tendo dois ou mais possuídos em comum (posse coletiva)	Ele, a esposa, e seus filhos...	$10/39 = 25,6\%$	0,35
6. Dois ou mais possuidores, tendo, cada um, mais de um possuído (posse distributiva)	João e Paulo feriram suas duas pernas num acidente.	$7/56 = 12,5\%$	0,34

No trabalho de 1991, Silva revê os resultados acima, de 1984, calcados na sua tese de doutorado (1982) e acrescenta novas amostras para suplementar os tipos de posse – representados pelo pronome **seu** — que se revelaram menos recorrentes ou ausentes de todo na tese, a fim de testar outras variáveis e refinar a distribuição dos pronomes **seu** e **dele** como possessivos de terceira pessoa. As variáveis linguísticas testadas foram: traço [\pm animado]; presença do referente; especificidade; grau de abstração; e aspecto formal do possuidor. As variáveis sociais foram: origem geográfica da amostra; grau de instrução; sexo; e faixa etária. Segundo Silva (1991, p. 102-103):

A variação entre os possessivos *seu* e *dele* na linguagem oral está fortemente correlacionada com as variáveis sociais sexo, idade e escolaridade. Serão discutidas aqui conjuntamente as variáveis sociais e as que dizem mais de perto respeito a “indefinição”.

Ao ser examinada apenas a idade, tem-se a impressão de que o fenômeno está em rápida mudança, encaminhando-se para o uso da variante *dele*, já que os mais jovens usam pouco a forma *seu*.

Pelo contrário, ao ser examinado o grau de escolarização, tem-se a impressão de que, não menos rapidamente, o emprego da variante *seu* teria de ser maior à medida que as leis sobre obrigatoriedade escolar se tornassem mais severas.

Ao ser, entretanto, examinada a frequência geral da forma *dele* através do tempo desde o século XV até hoje, em Portugal e no Brasil (Silva, 1982), verifica-se que não

²⁴ No texto original, há um erro: no lugar de **possuidor**, consta **possuído**.

houve alteração no que diz respeito à sua frequência na linguagem escrita (embora se tenha verificado séria mudança na relação das variáveis entre si).

É sedutora a hipótese de que, ao contrário da língua escrita, esteja havendo na língua oral uma mudança no sentido da variante *dele* superar a variante *seu*. Acreditamos que esteja realmente ocorrendo este fato, devido à presença da introdução da forma *você* no século XVIII, que desestruturou todo o sistema pronominal, tornando, em particular, totalmente ambígua a forma *seu*. Entretanto, coocorrendo com uma evolução no tempo real, acreditamos que esteja principalmente havendo um fenômeno ligado ao tempo aparente.

No entanto, para este trabalho de análise dos dados de quatro cidades do Banco de Dados Varsul, decidiu-se fazer rodadas apenas com as variantes examinadas por Silva (1984), porque o contato com os dados, durante o exame das entrevistas, foi indicando que haveria muitos nocautes em algumas das localidades devido ao pequeno número de dados computados para o possessivo de terceira pessoa, segundo o modelo de 1991.

O mesmo exame nos conduziu a acrescentar duas variantes às seis propostas por Silva (1984): a **sétima** seria quando aparecem nomes de tipo coletivo, gramaticalmente no singular, mas semanticamente com mais indivíduos, como: **a família, o pessoal, a turma, a prefeitura, a firma/empresa**, seguidos de possuídos no singular ou no plural:

(23) Tamém já tem **a família dela** lá, os filhos as filha, as nora. (FLP07, fbp, 631)

(24) **A turma** se encontra ainda, jogá **as suas** bolinha ali, tudo coroa. (POA01, mbp, 258)

(25) Qué dizê, **o pessoal** vão se ajudando, eles vão assumindo junto **os+seus** problemas e eles vão se entreajudando. (LGS03, mbp, 923)

(26) Então, dentro da sociedade, **a instituição de ensino** que não tiver bem claro qual é **a sua** filosofia, (hes) princípios que vão mostrar essa filosofia e toda **sua** prática didático-pedagógica, dentro de uma visão bem científica. (CTB35, fbs)²⁵

A **oitava** foi reservada especificamente para as ocorrências de pronomes indefinidos – **todos, todo o mundo, cada um** – que parecem ser o último reduto do uso do pronome **seu** na terceira pessoa.

(27) Os meus filhos, **cada um** tem **a sua** vida própria. (CTB02, mbc, 1038)

(28) Em casa, **cada um** segue **a sua** religião que quer, né? (FLP17, fag, 676)

(29) Então **cada um** tem **o seu** nome, né? (LGS19, mag, 053)

²⁵ Nessa entrevista de Curitiba – superior, não aparecem os números de linha.

(30) Eu nunca achei que uma pessoa falasse mal. Cada um tem **o seu** jeito de fala, seu jeito de sê. (POA10, map, 1236)

5. SEU/DELE NOS DADOS DO VARSUL

Para testar a distribuição dos possessivos **seu/dele** no português da região sul do Brasil, utilizamos as entrevistas do Varsul²⁶ das três capitais (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), além da cidade de Lages (SC), tendo em conta o uso dos pronomes de segunda pessoa – tu ou você –, distintos, nas quatro cidades-alvo. Esse critério é relevante, na medida em que uma das razões que levaram a um decréscimo no uso de **seu** como representante da posse na terceira pessoa foi a migração desse possessivo para a segunda pessoa no processo de gramaticalização de **você** (oriundo da locução nominal **a vossa mercê**, cf. MENON, 2006).

Uma dos autores deste capítulo, Menon, depois de coorientar uma dissertação (LOREGIAN, 1996), orientar outras (SETTI, 1998; TOLEDO, 1998; GODOY, 1999, HAUSEN, 2000) e estudar o processo de variação de **tu**, **você** e **o senhor** em diferentes fontes do PB, mas sobretudo do dialeto gaúcho (Menon 2000)²⁷, ao examinar mais de perto as entrevistas do Varsul de Curitiba, Lages, Blumenau e Chapecó, havia chegado à conclusão de que era absolutamente necessário descer o nível de análise ao indivíduo, já que os resultados estatísticos até então obtidos não revelavam todas as sutilezas de emprego desses pronomes na região. Com base nas ocorrências da variação **tu/você** nas entrevistas de Curitiba e daquelas três localidades de Santa Catarina (um estado onde se afirmava haver uso geral de **tu**), elaborou uma tipologia para os informantes: **Só Tu** (o falante emprega somente o pronome **tu**); **Só Você** (o falante emprega somente o pronome **você**); **Tu & Você** (o falante usa **tu** e **você**). Levantados os dados de Curitiba, de tipologia **Só Você**, e os das três cidades, que apresentavam informantes com as três tipologias, a pesquisadora descobriu que havia dois contextos de entrada, digamos assim, do

²⁶ O Banco de Dados Varsul teve a sua primeira parte (a amostra-base, de 24 entrevistas por cidade [04 de cada estado], distribuídas por sexo [masculino e feminino], faixa etária [25-49 anos; mais de 50 anos] e escolaridade [primário = até 05 anos; ginásio = 08 anos; colegial = 11 anos]) realizada no início dos anos 1990 e, encerrada a transcrição (e armazenamento do *corpus* transcrito em computador), em 1996. Na década seguinte, foram sendo agregadas entrevistas, somente nas capitais, correspondentes a mais uma faixa etária (15-24 anos) e mais a escolaridade superior.

²⁷ O trabalho de Menon (1997) havia revelado a utilização consistente do possessivo **de vocês** (quando havia mais de um possuidor), com base nos quadrinhos Disney editados no Brasil a partir da década de 1950, para a representação da posse de segunda pessoa, quando havia mais de um possuidor.

pronome **você** na gramática dos falantes de **Só Tu**: a **indeterminação do sujeito** e o **discurso relatado**. Em princípio, no discurso relatado de terceiros (DRT), haveria maior possibilidade de ocorrer **você**²⁸ do que no discurso relatado do próprio informante (DRI); porém, há ocorrências como esta em Florianópolis em DRI: “Intão **você** vai, faz **a tua** pinturazinha, e o oto fica aqui, s’eu pricisá.” (FLP13, mbg, 978)²⁹

Para ampliar a testagem a cidades que, em princípio, deveriam ter falantes de **Só Tu** – Florianópolis e Porto Alegre —, a pesquisadora convidou Loremi Loregian-Penkal (que havia ingressado no doutorado e pretendia fazer uma reanálise da variação **tu/você**, restrita às capitais na sua dissertação de mestrado, em todo o *corpus*³⁰ do Varsul) para que integrasse a pesquisa com seu levantamento dessas duas outras capitais. Com a amostra mais dilatada, foi possível demonstrar (MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002) que as hipóteses iniciais estavam corretas, além de que ficou comprovado que tanto em Florianópolis como em Porto Alegre não existiam somente falantes **Só Tu**. Posteriormente, Loregian-Penkal utilizou esses resultados, ampliando-os para toda a amostra-base do Varsul, na sua tese de doutorado (2004). Cabe ressaltar que, no trabalho acima citado, não se levou em consideração nem as interações do entrevistado com os entrevistadores nem a questão do uso de **vocês** (plural natural tanto de **tu** como de **você**, uma vez que **vós** caiu em desuso), que, quando aparecia embutido no DRT ou DRI, era codificado como tal.

Qual a importância desses resultados para uma análise da variação **seu/dele**? Se temos no Brasil comunidades que utilizam diferentes formas para o interlocutor e uma dessas formas é **você**, pronome de segunda pessoa oriundo de uma locução nominal, o possessivo de segunda pessoa, em princípio, vai ser **seu**. E, assim, o pronome **seu**, inicialmente de terceira pessoa, tem o âmbito de uso – e de ambiguidades – alargado/estendido a mais um campo semântico: o da segunda pessoa. Podemos, assim, numa análise sincrônica (uso do presente para explicar o passado, cf. LABOV, 1975), refazer o percurso da aplicação do **seu**, historicamente um reflexivo que passa a ser de terceira pessoa em geral,

²⁸ É mais fácil reconhecer no outro aquilo que a pessoa crê não produzir!

²⁹ A codificação dos exemplos é feita com a indicação da cidade: Curitiba (CTB); Florianópolis (FLP); Lages (LGS) e Porto Alegre (POA), seguida do número da entrevista (de 01 a 24). Depois, vêm os dados sociais: sexo (**masculino** ou **feminino**), faixa etária (**jovens** = 15-24 anos, **a** = 25-49 anos, **b** = + de 50 anos); escolaridade (**primário**; **ginásio**, **colegial**, **superior**), seguido do número da linha na entrevista.

³⁰ Aportuguesamento do latim *corpus*, acentuada como outras paroxítonas terminadas em **-us**: **tônus**, **húmus**...

acumulando ambiguidades, que vai ceder espaço para a inserção de **dele**, uma retomada anafórica que passa a ser pronome possessivo dessa terceira pessoa. Com a utilização de **seu** (respeitoso, no caso do pronome **o senhor/a senhora**) para a segunda pessoa geral **você**, fica ainda mais desgastado o **seu** de terceira, o que favorece a expansão de **dele**.

Em algumas variedades do PB, por exemplo, no dialeto curitibano, existe uso de **Só Você** (uso do respeitoso **o(a) senhor(a)** para não-íntimos, desconhecidos ou mais velhos, ou ainda, para subalternos, para evidenciar os papéis sociais). No entanto, os pronomes possessivos são **teu(s)/tua(s)** se o interlocutor é íntimo, familiar, da mesma faixa etária ou mais novo ou hierarquicamente inferior; **seu(s)/sua(s)** se o interlocutor é estranho ou desconhecido, mais velho ou de posição hierárquica superior. Os pronomes átonos seguem o mesmo tipo de distribuição, com o uso de **te** ou **lhe**, respectivamente, tanto como objeto direto: — “eu **te** vi ontem no cinema”; “eu **lhe** vi ontem no cinema” — ou como indireto: “eu **te** dou uma sova” (+ íntimo); “eu **lhe** dou uma informação” (– íntimo; ou mais formal) (cf. MENON, 2016). Como, porém, existem restrições linguísticas para o possessivo **teu(s)/tua(s)** – restrito a um único possuidor – os curitibanos usam **de vocês** quando há mais de um possuidor. Vê-se que esse possessivo segue o padrão de **dele**, assim como também o possessivo concorrente a **nosso**, de primeira pessoa do plural, **da gente**: preposição **de** mais o pronome pessoal correspondente, criando e regularizando um novo paradigma de pronomes possessivos no português, ao lado daquele constituído historicamente a partir do modelo latino (meu/teu/seu/nosso/vosso/seu).

A questão que se coloca, a partir dessas observações, é a de verificar até que ponto o uso do **seu** na segunda pessoa **você**, pode/pôde desalojar o **seu** da terceira: aberto o caminho para **dele**, na terceira, como se comportam os dados dos falantes que têm distribuição diferenciada nos pronomes de segunda: **tu** ou **você**? Assim, a partir da análise dos resultados obtidos com as rodadas nas cidades do Varsul, vamos verificar como se dá a distribuição de **seu** na terceira pessoa. Do ponto de vista metodológico, essa é uma questão importante: temos que levar em consideração que a presença de **você** pode interferir na distribuição e no uso de **seu** para a terceira pessoa quando houver ambiguidade. Esse problema, em princípio, não se põe quando o pronome usado pelo falante é **tu** (cujo possessivo é **teu(s)/tua(s)**). Assim, na seleção e classificação dos dados, um dos fatores que pode, ou não, propiciar o emprego de **dele** é o tipo de pronome de segunda pessoa usado pelo falante. No plural, ainda que o falante seja **Só Tu**, vai usar **vocês**, o que possibilita o emprego de **de vocês**, para evitar qualquer ambiguidade que o uso

de **seu** (dois ou mais possuidores –**vocês** –, com um ou mais possuídos: *o pai **de** vocês*), o que poderia favorecer o emprego de **seu** na terceira.

Como explanamos acima, fizemos a codificação dos dados da nossa amostra a partir da tipologia de Silva (1984), acrescentando mais dois níveis para a indefinição. Assim, tivemos oito categorias de distribuição **seu/dele**, num *continuum* do [+ **definido** (posse **tipo 1**)] ao [+ **indefinido** (posse **tipo 8**)].

5.1 Florianópolis (FLP)

Inicialmente, no levantamento dos dados de Florianópolis, previmos um grupo de fatores que incluía **teu, seu, dele e de vocês**, o que daria um total de 469 nessa cidade. No entanto, já na primeira rodada, o programa Varbrul detectou vários nocautes nesse Grupo de Fatores (GF), como esperado, já que somente **seu** poderia ser tanto de segunda como de terceira. Porém, também no GF tipo de posse, houve nocautes nos tipos 3 e 8.

Nessa capital (onde 14 dos informantes são do tipo **Só Tu**; um único **Só Você**; e 09 **Tu & Você**), foram computados, por conseguinte, **374** dados de possessivos de terceira pessoa (36 de **seu** e 338 de **dele**). Na rodada estatística, foram selecionados, pela ordem, sexo, idade e escolaridade; com significância .036. Na Tabela 2.2 abaixo, estão expostos os resultados e os pesos correspondem aos usos de **seu** (consequentemente, a parte complementar é relativa ao uso de **dele**):

Tabela 2.2 – Florianópolis: seu/dele – Fator de aplicação: seu

GF.	variantes	N.º ocor.	%	P.R.
Sexo	Masc.	24/165	15	.63
	Fem.	14/209	06	.40
Faixa etária	a	15/221	07	.42
	b	21/153	14	.62
Escolaridade	p	18/129	14	.63
	g	05/121	04	.33
	c	13/24	10	.53

Assim, o que os resultados em pesos relativos nos indicam é que, em Florianópolis, os homens (.63) e a faixa etária mais velha (.62) são os repositórios do uso de **seu** na terceira pessoa. Mulheres e faixa etária mais jovem estão na vanguarda no uso de **dele**. No GF escolaridade, primário e colegial favorecem a variante **dele** e o ginásio desfavorece, como veremos também em Porto Alegre.

5.2 Lages (LGS)

A cidade de Lages, no interior de Santa Catarina (fundada por vicentinos-paulistas, mas posteriormente sofrendo influxo dos gaúchos, por conta dos tropeiros, que levavam carne salgada e gado muar para a feira de Sorocaba) se caracteriza por ter uma distribuição tipológica de segunda pessoa bastante diversificada: um único informante usa **Só Tu**, seis usam **Só Você** e os demais 17, **Tu & Você**. Quando o pronome é você, o possessivo pode ser **teu**, como em Curitiba. Quando é o respeitoso, **a senhora**, o possessivo é **seu/sua**: “Eu que **lhe** agradeço a **sua** presença, né? **A senhora** mora em Florianópi, né?” (LGS07, mbp, 875.). Na segunda do plural, o possessivo é **de vocês**: “É lá da banda **de vocês** pra lá, de Florianópolis” (LGS05, fbp, 978); “meu modo de insiná era outro o **de vocês** é diferente” (LGS14, fbg, 882). Levantamos aí 330 dados (52 de seu e 278 de dele) e a rodada pôde ser feita com tipo de posse; sexo, faixa etária e escolaridade. Realizadas as rodadas estatísticas, foram selecionados, pela ordem, os grupos de fatores tipo de posse e sexo; com significância: .000. Os resultados são apresentados na Tabela 2.3, abaixo:

Tabela 2.3 – Lages *seu/dele* – Fator de aplicação : seu

GF.	Variantes	N.º ocor.	%	P.R.
Tipo de posse	8.— cada um/ todos/ todo mundo	15/16	94	.99
	7.— coletivo sing. posse plural	8/13	62	.91
	6.— 2+possuidores c/2+possuídos –distr.	03/04	43	.90
	4.— 2+possuidores c/2+ possuídos –distr.	16/55	29	.82
	3.— 2 possuidores c/ 1 possuído comum	01/22	05	.31
	1.— 1 possuidor c/ 1 possuído	09/217	04	.30
Sexo	Masc.	42/147	29	.72
	Fem.	10/183	05	.32

Diferentemente de Florianópolis, os homens, também selecionados em Lages, aparecem com probabilidade um pouco mais acentuada de usar **seu** (.72), embora o número de dados de **seu** seja bem menor (somente 52 dados, 16% da amostra) que os de **dele** (278 dados, 84% da amostra); as mulheres também usam mais **dele**. Com relação à questão da (in)definição, fica evidenciado que, quanto mais genérica for a relação de posse, maior a incidência de **seu**, e praticamente categórica quando o indefinido é o do **tipo 8**, com os pronomes **cada um**, **todos**, **todo mundo**. Quando a posse é menos genérica, há mais favorecimento de **dele**: se houver uma relação de um possuidor e um possuído (com o maior número de dados: 217) ou dois possuidores com um possuído em comum (com número reduzido de dados: 22). Não houve dados dos tipos 2 e 5.

5.3 Curitiba (CTB)

Em Curitiba só há informantes **Só Você**. Foi registrado um único caso do possessivo **de você**³¹ (um possuidor com um possuído), concorrente de **teu** e, formalmente, singular de **de vocês**: “Me dá o livro de Português **de você**.” (CTB18, fac, 1458). Além disso, há uma distribuição do possessivo na segunda pessoa, conforme assinalado acima: o informante, homem da faixa etária mais velha, com colegial, dirigindo-se ao entrevistador, diz: “tinha a casa da Áurea, **sua** sogra” (CTB02, mbc, 0075), visto que a sogra era pessoa mais velha; depois, ao se referir à noiva do entrevistador, profere: “Entrou água naquele escritório ali; aliás **a tua** noiva lá deve saber disso” (CTB02, mbc, 0262), pois a noiva era jovem. Portanto, o possessivo de segunda pessoa tanto pode ser **teu** como **seu**, o que pode, em determinadas circunstâncias, impulsionar o uso de **dele** na terceira.

Foram levantados **584** dados (81 de seu e 503 de dele). A rodada foi feita com a amostra-base, a F1 (jovens, faixa etária 15-24 anos) e universitários. Como não houve nocautes, foi possível rodar os grupos de fatores: tipo de posse (exceto o tipo 5) e os fatores sociais sexo, idade, escolaridade. Foram selecionados, pela ordem, tipo de posse e idade; com significância: .000. Abaixo, na Tabela 2.4, estão os resultados da rodada:

Tabela 2.4 – Curitiba: *seu/dele* - Fator de aplicação : seu

GF.	Variantes	N.º ocor.	%	P.R.
Tipo de posse	8.— cada um/ todos/ todo mundo	39/42	93	1.00
	7.— coletivo sing. posse plural	09/13	69	.97
	6.— 2+possuidores c/2+possuídos –distr.	09/21	43	.92
	4.— 2+possuidores c/2+ possuídos –distr	08/43	19	.81
	2.— 1 possuidor c/ 2+ possuídos	03/41	07	.41
	3.—.2 possuidores c/ 1 possuído comum	02/56	04	.29
	1.— 1 possuidor c/ 1 possuído	11/368	3	.28
Idade	b — + 50 anos	48/201	24	.81
	j — 15-24 anos	17/193	09	.48
	a..— 25-49 anos	16/190	08	.19

Tanto quanto Lages, os resultados apontaram para o fato de que, quanto mais indefinido, maior a probabilidade de uso de **seu**, chegando a resultado categórico na posse de tipo 8. Por outro lado, a posse mais definida, que concentra também o

³¹ Esse é um daqueles casos que se sabe existir corriqueiramente na comunidade, mas que aparece somente uma vez nos dados da amostra. Pondere-se que a forma plural, **de vocês**, é mais antiga que a do singular, e que pode estar sendo utilizada – por ser morfologicamente singular – para regularizar o uso do novo paradigma.

maior número de dados, apresenta maior emprego de **dele**: os tipos 1 e 3, seguidos de 2. Quanto ao GF idade, a faixa etária mais velha ainda retém mais o uso de **seu**. As faixas mais jovens têm comportamento desfavorecedor de **seu**, mas em proporções diferentes: os mais jovens (15-24 anos) estão na zona de ocorrência neutra, com .48. No entanto, a primeira faixa etária da amostra base (25-49 anos) desfavorece bastante o uso de **seu**. Parece que, talvez, a F1 se encaixe naquela premissa de Silva (1991, p. 102) que citamos anteriormente, a de que os jovens usam menos a forma **seu** e, a respeito da influência da universalização do ensino obrigatório, que poderia incrementar a forma **seu**, essa não parece ser muito consistente. É possível que, na F1, os informantes estejam ainda muito próximos da saída da escola, o que ainda estaria segurando a forma **seu** (apesar de estar na zona neutra, o P.R. .48 representa já um avanço grande da forma **dele** (.52), se considerarmos que a forma **seu** é a mais antiga). Nessa perspectiva, a faixa etária 25-49 anos (com P.R. .81 para **dele**) já não sofreria mais a interferência de uma possível influência da escola. E, apesar de esses informantes estarem no mercado de trabalho, que muitas vezes é cerceante, do ponto de vista da cobrança da norma linguística, a variação **seu/dele** não parece sofrer qualquer restrição social; não é marcada, socialmente falando.

5.4 Porto Alegre (POA)

Na capital gaúcha (17 informantes **Só Tu** um único **Só Você**; e 06 **Tu & Você**), houve representatividade de todos os tipos de posse (1 a 8). A rodada pôde ser feita com esse GF e os fatores sociais – sexo, idade, escolaridade. O pronome **você** aparece bastante na indeterminação do sujeito: “Às vezes tem lugares aí que **você** não pode passá na calçada que tá batendo coa cabeça” (POA07, mbg, 681). Quando aparece pronome de segunda pessoa do plural, **vocês**, o possessivo usado é **de vocês**: “Abri os caminho **de vocês**, não sei o quê.” (POA 06, fbg, 793, DRT).

Foram computados **274** dados (37 de **seu** e 237 de **dele**). Os GFs selecionados foram, pela ordem, tipo de posse, idade e escolaridade; com significância .000. A Tabela 2.5 mostra os resultados:

Tabela 2.5 – Porto Alegre: *seu/dele* - Fator de aplicação: seu

GF.	Variantes	N.º ocor.	%	P.R.
Tipo de posse	8.— cada um/ todos/ todo mundo	12/13	92	1.00
	6.— 2+possuidores c/2+possuídos –distr.	04/13	31	.89
	5.— 2+possuidores c/2+possuídos –colet.	01/04	25	.89
	7.— coletivo sing. posse plural	05/15	33	.81
	4.— 2+possuidores c/2+ possuídos –distr	05/19	26	.78
	2.— 1 possuidor c/ 2+ possuídos	03/25	12	.53
	3.— 2 possuidores c/ 1 possuído comum	01/13	08	.46
	1.— 1 possuidor c/ 1 possuído	06/166	03	.27
Idade	b — + 50 anos	28/167	17	.72
	a — 25-49 anos	09/107	08	.19
Escolaridade	c — colegial (11 anos)	17/80	21	.79
	p — primário (até 05 anos)	19/114	17	.65
	g — ginásio (08 anos)	01/80	01	.10

Nessa capital, assim como em Florianópolis, a escolaridade foi selecionada, e vemos um resultado que tem sido constante quando esse GF é selecionado com dados do Varsul: uma aproximação entre primário e colegial, o ginásio se diferenciando, ora para cima, ora para baixo da taxa de aplicação. No caso dos possessivos, o ginásio foi altamente desfavorecedor para a variante **seu**, com P.R. .10; enquanto primário e colegial são favorecedores: primário com P.R. .65 e colegial com P.R. .79. Quanto à idade, a faixa etária mais velha (+ de 50 anos) ainda é bastante favorecedora do uso de **seu** (.72), mesmo resultado que o de Lages, apesar do número reduzido de dados. Os mais jovens (25-49 anos) fazem largo emprego de **dele** (.81). E em relação aos tipos de posse, o resultado de POA é semelhante ao de Curitiba e de Lages: quanto mais indefinida a relação de posse, mais utilização de **seu**, com uso categórico com os pronomes indefinidos **cada um, todos e todo mundo**.

A Tabela 2.6 condensa os resultados das quatro cidades e o que podemos visualizar é uma quase uniformidade no sentido de que quanto mais indefinida (em direção do nível 8) a relação de posse, maior é o uso – ou a manutenção de uso – de **seu**, conforme as linhas com fundo contrastado, que também usamos para destacar as outras situações de favorecimento do uso do **seu**:

Tabela 2.6 – Comparação do uso de seu nas quatro cidades

TIPO DE POSSE	CTB	FLP	POA	LGS
8.— cada um/todos/todo mundo	1.00	—	1.00	.99
7.— coletivo sing. posse plural	.97	—	.81	.91
6.— 2+possuidores c/2+possuídos –distr.	.92	—	.89	.90
5.— 2+possuidores c/2+possuídos –colet.	—	—	.89	—
4.— 2+possuidores c/2+ possuídos –distr	.81	—	.78	.82
3.— 2 possuidores c/1 possuído comum	.29	—	.46	.31
2.— 1 possuidor c/2+ possuídos	.41	—	.53	—
1.— 1 possuidor c/1 possuído	.28	—	.27	.30
SEXO				
Masculino	—	.63	—	.72
Feminino	—	.40	—	.32
FAIXA ETÁRIA				
Jovem (15-24 anos) ³²	.48	—	—	—
a (25-49 anos)	.19	.42	.19	—
b (+ de 50 anos)	.81	.62	.72	—
ESCOLARIDADE				
p (primário= até 05 anos)	—	.63	.65	—
g (ginásio = 05 a 08 anos)	—	.33	.10	—
c (colegial = 09 a 11 anos)	—	.53	.79	—
s (superior completo) ³³	—	—	—	—

As relações de posse dos tipos **1**, **2** e **3** são mais específicas: um possuidor com um possuído, um possuidor com dois possuídos e dois possuidores com um possuído, respectivamente: elas apontam uma probabilidade maior de emprego do possessivo **dele**. São também as mais numerosas em todas as localidades. Vemos, então, que os resultados das quatro cidades do sul do Brasil mostram uma regularidade na utilização de **seu/dele** na terceira pessoa, com jovens e mulheres na liderança do emprego de **dele**. Tal resultado pode significar que, realmente, o uso de **dele** não contém estigma social, uma vez que, pelas premissas da teoria da variação/mudança, as mulheres seriam conservadoras, mas, ao liderarem alguma mudança, esta não seria marcada socialmente. E se as mulheres ainda são a base da transmissão da língua da comunidade, consequentemente é verossímil que os jovens já apresentem tendência para o uso da variante inovadora **dele**. A escolaridade, selecionada em Florianópolis e em Porto Alegre, não fornece claras evidências

³² A amostra contendo informantes jovens só é disponível em Curitiba: nas demais localidades, não se aplica à análise.

³³ O nível de escolaridade mais elevado de informantes com curso superior completo, só disponível em Curitiba, não foi, no entanto, relevante para os resultados, visto que o GF Escolaridade não foi selecionado como estatisticamente pertinente.

de influência na distribuição no uso do possessivo de terceira pessoa. Também o fato de a escolaridade não ter sido selecionada como GF relevante para Curitiba, única cidade da amostra com informantes de nível superior, parece indicar que a escola não desempenha um papel muito importante nesse caso de variação.

6. CONCLUSÃO

Por que olhar tanto para os possessivos de segunda pessoa quando analisamos os de terceira?

Enquanto o pronome de segunda pessoa do plural era o **vós**, não havia o menor problema no uso de **seu** para a terceira pessoa, conforme podemos atestar com os versículos abaixo, de Josué, 22, na BS, a mais conservadora, em termos de linguagem, das Bíblias consultadas para Menon (2016). Neles, o pronome possessivo de segunda pessoa do plural é **vosso(a)(s)** e, para Deus, a utilização de **seus** (caminhos, mandamentos). A versão NVI foi feita para atender à “necessidade de uma nova tradução das Escrituras em português”. Essa necessidade comprova-se particularmente em razão dos dois fatores: (1) na dinâmica de transformação constante da linguagem, tanto no vocabulário como na organização de frases (sintaxe); (2) ” (*Bíblia, NVI*, p. vii), aparece já o pronome **vocês** para representar a segunda pessoa do plural, trazendo consigo os possessivos **seu(s)/sua(s)**. Nos versículos 22,³⁻⁵, aparecem **seu(s)/sua(s)** usados por Josué nas admoestações que faz aos israelitas e nas referências a Deus (em 22,⁵: aos **seus** mandamentos). Nesse caso, uma possível ambiguidade não se instaura, pois o contexto dirime as dúvidas quanto ao sentido e quanto aos referentes. Na versão NTLH (para o português do Brasil, conforme a introdução), o pronome possessivo de segunda pessoa, quando há mais de um possuidor, já é **de vocês**.

Quadro 2.2 – Uso de possessivos de segunda pessoa em diferentes versões da Bíblia

BS <i>Bíblia Sagrada. Trad. da Vulgata</i>	NVI <i>Bíblia Sagrada. Nova versão internacional.</i>	NTLH <i>Bíblia Sagrada. Nova tradução na linguagem de hoje.</i>
Josué, 22, 1-5 p. 261	Josué, 22, 1-5 p. 163-164	Josué, 22, 1-5 p. 230
¹ Neste mesmo tempo Josué chamou os Rubenitas, e os Gaditas, e a meia tribo de Manassés,	Josué convocou as tribos de Rúben, de Gade e a metade da tribo de Manassés	¹ Então Josué reuniu o povo das tribos de Rúben, de Gade e de Manassés do Leste
² e disse-lhes: Vós fizestes tudo o que Moisés, servo do Senhor, vos ordenou; e também a mim me tendes obedecido em tudo,	E lhes disse; “ Vocês fizeram tudo o que Moisés, servo do SENHOR, ordenou.	² e disse: — Vocês têm feito tudo o que Moisés, servo do SENHOR, mandou e têm obedecido a todas as minhas ordens também.
³ e durante um tão longo tempo até ao dia de hoje não abandonastes os vossos irmãos, observando o mandamento do Senhor vosso Deus	Durante muito tempo, e até hoje, vocês não abandonaram os seus irmãos, mas cumpriram a missão que o SENHOR, o seu Deus, lhes entregou.	³ Durante todo esse tempo, até hoje, vocês não abandonaram os seus irmãos israelitas. Vocês têm obedecido com cuidado aos mandamentos do SENHOR.
⁴ Agora, visto que o Senhor vosso Deus deu repouso e paz aos vossos irmãos, como lho tinha prometido, voltai, e ide para as vossas tendas, e para a terra da (<i>vossa</i>) possessão, que Moisés, servo do Senhor, vos deu da outra banda do Jordão.	Agora que o SENHOR, o seu Deus, já concedeu descanso aos seus irmãos israelitas, como tinha prometido, voltem para casa, para a terra que Moisés, servo do SENHOR, lhes deu no outro lado do Jordão.	⁴ Agora o SENHOR o Deus de vocês , deu aos seus irmãos israelitas a paz, como havia prometido. Voltem, pois, para a terra que vocês conquistaram do outro lado do rio Jordão, a terra que Moisés, servo do SENHOR, lhes deu.
⁵ Só vos imponho a condição de que guardeis , e cumprais exatamente o mandamento e a lei que Moisés, servo do Senhor, vos prescreveu, (<i>isto é</i>) que ameis o Senhor vosso Deus, e andeis em todos os seus caminhos, e observeis os seus mandamentos, e estejais unidos a ele, e o sirvais de todo o coração, e de toda a vossa alma.	Mas guardem fielmente o mandamento e a lei que Moisés, servo do SENHOR, lhes deu, que amem o SENHOR, o seu Deus, andem em todos os seus caminhos, obedçam aos seus mandamentos, apeguem-se a ele e o sirvam de todo o coração e de toda a alma.	⁵ Obedeçam com muito cuidado ao mandamento e à lei que Moisés, servo do SENHOR lhes deu. Amem o SENHOR, o Deus de vocês , façam a vontade dele , obedçam aos seus mandamentos, fiquem ligados com ele e o sirvam com todo o coração e com toda a alma.

No entanto, em Josué 22, versículos 3-5, na NTLH, aparece a alternância **seu/dele** para evitar possíveis ambiguidades entre terceira pessoa do singular (a vontade **dele**) e do plural (aos **seus** mandamentos), além da segunda do singular,

que emprega também **seus**. Também acontece isso em Josué 24,⁰⁸⁻¹⁰, versão NVI, que usa **suas**₁ como possessivo de **vocês**₁, mas usa **deles**₂, como possessivo referente a **amorreus**₂:

Quadro 2.3 – Distribuição dos possessivos *seu(s)*, *dele(s)* ou *SN preposicionado* para evitar ambiguidades

BS - Josué, 24, 8-10, p.	NVI - Josué, 24, 8-10, p. 165	NTLH - Josué, 24, 8-10, p. 232
⁸ E introduzi- vos na terra do Amorreu, que habitava na banda de além do Jordão. E quando combatiam contra vós , eu os entreguei nas vossas mãos, e vós tomastes posse do seu país, e os matastes.	⁸ “Eu os ₁ trouxe para a terra dos amorreus ₂ que viviam a leste do Jordão. Eles lutam contra vocês ₁ , mas eu os ₂ entreguei nas suas ₁ mãos. Eu os ₂ destruí diante de vocês, e vocês se apossaram da terra deles ₂ .”	⁸ — Então eu os levei para a terra dos amorreus que moravam a leste do rio Jordão. Os amorreus os atacaram, mas eu dei a vitória a vocês . Vocês tomaram posse da terra deles , e eu os destruí diante de vocês.
⁹ E levantou-se Balac, filho de Sefor, rei de Moab, e combateu contra Israel. E mandou chamar Balaão, filho de Beor, para que vos amaldiçoasse;	⁹ Quando Balaque, rei de Moabe, filho de Zipor, se preparava para lutar contra Israel, mandou buscar Balaão, filho de Beor, para lançar maldição sobre vocês .	⁹ Aí o rei de Moabe, Balaque, filho de Zipor, fez guerra contra Israel. Balaque mandou buscar Balaão, filho de Beor, e pediu que ele amaldiçoasse vocês .
¹⁰ Mas eu não o quis ouvir, antes pelo contrário, por meio dêle vos abençoei, e vos livreis da sua mão .	¹⁰ Mas eu não quis ouvir Balaão, de modo que ele os abençoou vez após vez, e eu os livreis das mãos dele .	¹⁰ Mas eu não quis ouvir Balaão, e assim ele os abençoou, e eu os salvei das mãos de Balaque .

Em outras passagens, aparece **de vocês**³⁴ para indicar a posse de segunda pessoa com mais de um possuidor, como em Josué, 2,¹⁴: “A nossa vida pela **de vocês**”, “os homens lhe garantiram.” Também em predicativo do sujeito, como em Josué 17,¹⁸: “Os montes cobertos de florestas serão **de vocês**. Limpem **o terreno**₁, e será **de vocês**, até os **seus**₁ limites mais distantes.” Observe-se, aqui, que o uso do possessivo **de vocês** possibilita o emprego não ambíguo de **seus** na retomada anafórica de uma locução nominal (de terceira pessoa, portanto): **o terreno**. Mas não em Josué, 23,⁴: “Lembrem-se de que eu reparti por herança para as tribos **de vocês** toda a terra das **nações**₂” e no versículo seguinte: “O SENHOR, o seu Deus, **as**₂ expulsará da presença **de vocês**. Ele as empurrará de diante de vocês, e vocês se apossarão da terra **delas**₂, como o SENHOR lhes prometeu.” Nesse caso, vemos o uso de **delas**₂, para evitar uma má interpretação — se se usasse **sua** —,

³⁴ Para outras ocorrências de variação de possessivo de segunda pessoa, veja-se Menon (2016), a partir de cinco versões da Bíblia ou do Novo Testamento (entre elas, BS e NVI, mas não NTLH).

como a terra ser dos israelitas, que (re)tomariam a posse de uma terra que lhes pertencesse, o que não é o caso.

Podemos, então, “presenciar” como se dá a passagem de um emprego a outro dos pronomes possessivos, a partir das necessidades dos contextos e de clareza na apresentação das relações anafóricas. E, daí, se está a um passo da especialização no uso de **dele(s)** para a terceira pessoa e de **de vocês** para a segunda, ao lado de **seu(s)**, cada vez mais raros em ambas as pessoas.

Além disso, em Josué. 24,¹⁰ vemos a sucessão (porque as versões foram feitas em diferentes momentos, como foi dito anteriormente) da variação/mudança: *da sua* mão (BS) > *das mãos dele* (NVI) > *das mãos de Balaque* (NTLH). A estratégia de substituir uma retomada anafórica pronominal pela repetição do substantivo (antecedido da preposição **de**, no caso da posse), tinha sido observada já por Duarte (1986) para evitar o objeto direto nulo ou o já arcaico, para o PB, *Vi-o*: nesse caso, pela repetição do pronome lexical — *Vi você*.

Vemos, então, que há várias maneiras de se evitar ambiguidades nas retomadas anafóricas por meio dos possessivos. Embora os diálogos da Bíblia³⁵ não sejam interlocuções reais (no sentido de que não são realizações efetivas de falantes reais), constituem diálogos possíveis que refletem como se percebe a linguagem do outro. Se os diálogos são (re)construídos, isso espelha uma leitura/interpretação que os tradutores fazem de uma realidade linguística e que demonstra a funcionalidade da língua, na aplicação dos recursos de que ela dispõe para tornar mais eficaz a comunicação linguística. Da mesma maneira, se certas formas de possessivos de segunda pessoa não ocorrem nos dados das entrevistas sociolinguísticas, embora saibamos que elas ocorrem na língua real, a falha é da amostra, visto que não se trata de verdadeiros diálogos, isto é, o entrevistador não dialoga com o entrevistado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. de. *Cartas para el-rei D. Manuel*. 2. ed. Sel., pref. e notas de António Baião. Lisboa: Sá da Costa. s/d. (**Afonso**)

Bíblia Sagrada. Trad. da *Vulgata* e anotada pelo Pe. Matos Soares. 26. ed. São Paulo: Edições Paulinas. 1971 [*Imprimatur*, 1933]. (**BS**)

Bíblia Sagrada. Nova versão internacional. São Paulo: Editora Vida. 2001. (**NVI**)

³⁵ Tanto quanto os diálogos das bulas de remédio em Menon (2016) ou, na linguagem do teatro, a caracterização de tipos regionais ou sociais.

Bíblia Sagrada. Nova tradução na linguagem de hoje. São Paulo: Paulinas. Impr. 2017 [2011]. (NTLH)

CÂMARA JR., J. M. *Problemas de linguística descritiva*. 10. ed. Petrópolis: Vozes. 1981 [1971].

CERQUEIRA, V. C. *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. São Carlos, SP: Claraluz. 2008.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. 16. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1988 [1985].

DIAS, A. E. da S. *Syntaxe historica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1918.

DIAS, J.J.A (org.). *Chancelarias Portuguesas – D. João I*. Vol. I, Tomo I. Lisboa: CEH/UNL. 2004 (CDJI)

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.

GODOY, M. A. M. *A indeterminação do sujeito no interior parananense: uma abordagem sociolinguística*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1999.

HAUSEN, T. A. Pacheco. *Concordância verbal do pronome “tu” no interior do estado de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2000.

LABOV, W. On the use of the presente to explain the past. In: HEILMANN, L. (ed.). *Proceedings of the 11th. International Congress of Linguists*. Bologna: Il Mulino. p. 825-851. 1975.

LISBOA, E. (Coord.) *Dicionário cronológico de Autores portugueses*, vol. I. Pelo Instituto Português do Livro. Mem Martins: Publicações Europa-America. 1985.

Livro de Falcoaria de Pero Menino. Publicado com introdução, notas e glossário por Rodrigues Lapa. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1931. (Falcoaria)

LOREGIAN, L. *Concordância verbal com o pronome tu na fala do sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1996.

LOREGIAN-PENKAL, L. *Reanálise da concordância verbal com o pronome tu no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2004.

LOREGIAN-PENKAL, L.; MENON, O. P. S. Variação no indivíduo e na comunidade: *tu/você* no sul do Brasil. In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação e mudança no português falado da região Sul*. Pelotas: EDUCAT. p. 147-188. 2002.

MENON, O. P.S. Reestruturação do sistema possessivo em português. *Anais do VIII Seminário do CELLIP (Curitiba, 1994)*. p. 334-338. 1995.

MENON, O. P.S. Clíticos e possessivos em Curitiba: implicações para o ensino. In: FIGUEIREDO, Sílvia. (org.). 1996. *Pesquisa e ensino: a diversidade lingüística brasileira*. Rio de Janeiro: GT Sociolingüística/UFRJ. 1996a, p. 101-116.

MENON, O. P.S. [**De + pronome lexical sujeito**]: variação no sistema pronominal possessivo no português do Brasil. Comunicação apresentada no *I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul*. Porto Alegre, UFRGS. 1996b.

MENON, O. P.S. Seu / de vocês: variação e mudança no sistema dos possessivos. In: HORA, Dermeval da. (org.). 1997. *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia. 1997, p. 79-92.

MENON, O. P.S. *Pronome da segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira*. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 35, n. 1, 2000, p. 121-163

MENON, O. P.S. A história de você. In: GUEDES, Mary Marcia; BERLINCK, Rosane A.; MURAKAWA, Clotilde A. A. (orgs.). *Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Edit. (Série Trilhas Lingüísticas, n.º 8). 2006, p. 99-160.

MENON, O. P.S. Sobre a datação de você, ocê e senhorita. *Fórum lingüístico*, Florianópolis, vol. 6, 1, 2009, p. 45-71. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum:article:view:11517/11865>

MENON, O. P. S. Leite quente: o xibolete curitibano. In: FAGUNDES, E. D.; LOREGIAN-PENKAL, L.; MENON, O. P. S. (orgs.). *O falar paranaense*. Curitiba: UTFPR Editora. 2015, p. 113-134.

MENON, O. P. S. Implementação de *você* no século XX, no português do Brasil. In: SELLA, A.F.; ROMAN, E.C.; CORBARI, A.T. (orgs.). *X Celsul: congregando pesquisas*. São Carlos: Pedro & João Editores. 2016, p. 21-79.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. e. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Linguística). Univerisdade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro. 1982.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. e. Variação no sistema possessivo da terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 78/79 – *Sociolingüística e ensino do vernáculo*: 54-72. 1984.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. e. Um caso de definitude. *Organon*, Porto Alegre, Vol. 5, n. 18: 90-108. 1991.

SETTI, A. C. R. *A indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1998.

Teatro português do século XVI, I. Teatro profano. Introd. e ed. de José Camões. Lisboa: INCM. 2007.

Teatro português do século XVI, I, II. Introd. e ed. de José Camões. Lisboa: INCM. 2010.

Teatro português do século XVI, I, III. Introd. e ed. de José Camões. Lisboa: INCM. 2010.

TOLEDO, A. do R. *Sistema pronominal possessivo em uso na ilha dos Valadares*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1998.

VASCONCELLOS, J. F. de. *Comédia Eufrosina*. Conforme a impressão de 1561, por Aubrey F. G. Bell. Lisboa: Imprensa Nacional/Academia das Sciencias de Lisboa. 1918.

PARA UMA ESTRATIFICAÇÃO DE REDADORES OITOCENTISTAS POR GRAUS DE CULTURA ESCRITA

Valéria Neto de Oliveira Monaretto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1. INTRODUÇÃO³⁶

Este capítulo traz um resultado de um exercício de aplicação de um teste objetivo que contribui para a construção de uma metodologia para se trabalhar com textos escritos em épocas passadas. Trata-se de uma proposta de estratificação de redatores oitocentistas do português brasileiro em termos de graus de cultura escrita. A análise tem por base o levantamento de características gráficas de indivíduos inábeis, apontadas por Marquilhas (2000), e a proposta de Barbosa (2005) de se aferir, de modo objetivo, habilidades de escritura. Como um modo de ratificação do método, será apresentado um exame sociolinguístico histórico preliminar sobre alguns remetentes dos documentos examinados.

³⁶ O estudo que este texto aborda foi finalizado em homenagem à Izete Coelho. Colega desde muitos anos do Projeto VARSUL, sempre demonstrou cooperação e alegria no trabalho. Além de seu espírito empreendedor e agregador, Izete dedicou-se, nesses últimos tempos, à coleta de dados de sincronias pretéritas, o que nos aproximou mais em termos de interesse de estudo, renovando essa parceria também em envolvimento no PHPB (Projeto Para a História do Português Brasileiro). Como uma boa pesquisadora de variação e mudança linguística da língua falada, tem consciência de que as investigações no passado ajudam a elucidar aspectos do presente e vice-versa.

O *corpus* é formado por 78 correspondências manuscritas trocadas entre membros de uma mesma família da aristocracia gaúcha dos anos 1800. Serão examinados 22 remetentes que tiveram algum grau de parentesco com o casal Júlio de Castilhos e Honorina Martins da Costa Castilhos, como avô, pais, tios, irmãos, cunhado e filhos. Como é uma família de tradição e formadora da história social, econômica e política desde a época colonial do Rio Grande do Sul, é possível a obtenção de dados biográficos de alguns membros da família para uma caracterização preliminar sociocultural dos redatores.

Diferentemente de outros trabalhos de análise sobre habilidades/inabilidades na escrita de adultos com escrita incipiente (MARQUILHAS 2000; BARBOSA, 2017; SANTIAGO, 2012; SILVA, 2012; KELLER, 2019, entre outros), esta investigação propõe examinar que aspectos e características gráficas podem ser observadas em escreventes de um certo grau elevado de cultura escrita. Entendemos como *grau elevado de cultura escrita* aqueles autores que têm hábito e prática regular e sistematizada de escrita e/ou que tenham recebido algum tipo de ensino público e/ou particular, proporcionado por alguma condição econômica privilegiada.

A análise espelha-se na proposta de Barbosa (2005), que examina aspectos grafológicos de cartas pessoais de um casal de avós Ottoni³⁷ para seus netos, no final do século XIX. Escreventes de um perfil social e cultural elevados, como as cartas dos avós, os autores dessas missivas constituem uma amostra criteriosamente definida em termos sociolinguísticos (LOPES, 2005, p. 15) por serem de gêneros, idades e escolaridades diferentes.

De modo similar, na tentativa de se construir uma amostra sociolinguística com a definição de variáveis linguísticas e sociais, procuramos apresentar e discutir algumas características grafológicas e linguísticas de uma família gaúcha, cujos membros nasceram entre os séculos XVIII e XX no extremo sul do Brasil.

No que diz respeito à província do Rio Grande do Sul (doravante RS) dos anos 1800, são poucas as informações sobre a difusão do escrito e as diferentes apropriações e usos que dele eram feitos. Segundo o censo do Brasil de 1872, apenas 15,8% da população sabiam ler e escrever, e no RS, pouco mais de 21% estariam nessa condição. Os alfabetizados tinham uma capacidade de saber ler e

³⁷ Este *corpus* foi formado pelo grupo de estudos da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Projeto *Para A História do Português Brasileiro*. É constituído por 41 cartas particulares escritas entre os anos 1879 e 1892 por um casal de brasileiros cultos (Christiano Benedicto Ottoni e Barbara Balbina de Araújo Maia Ottoni) e direcionadas aos seus netos. Maiores informações podem ser obtidas pelo site <https://phpbrj.lettras.ufrj.br/>.

escrever, mas como essas pessoas utilizavam essa capacidade, como o faziam e em que circunstâncias, os dados não revelam (MARTINY, 2016, p.74).

Os redatores examinados nessa pesquisa faziam parte desse número pequeno de alfabetizados, condição essa conquistada por sua posição socioeconômica de elite agrária que permitiu acesso a livros, dicionários, professores particulares e ensino formal. Seus testemunhos escritos são relevantes e contribuem, entre outros aspectos, para a história da cultura escrita da Língua Portuguesa e para os estudos de mudança linguística.

Com base nessas considerações, apresentaremos inicialmente, de forma breve, o problema de não haver ainda, de modo claro e sistematizado, uma metodologia de análise de *corpora* escritos no passado na Língua Portuguesa. Em seguida, apresentamos a proposta de Barbosa (2005) para uma estratificação de graus de cultura escrita dos redatores do século XIX. Após, nosso *corpus* será descrito, de forma inédita, em termos de composição de informantes e o grau de parentesco. Por fim, apresenta-se um teste quantitativo de uso e acerto de formas linguísticas escritas no padrão da língua latina, com uma análise de frequência de ocorrências (*tokens*) e o tipo de certa estrutura (*types*). Além do aspecto quantitativo uso/acerto de formas linguísticas relacionadas ao Latim, será contabilizado, para fins de graus de cultura do escrevente, o quão rico é o texto em termos lexicais (BERBER SARDINHA, 2004) e o quanto as pistas de formas fonológicas encontradas evidenciariam uma norma cultural escrita.

2. METODOLOGIA PARA ESTUDOS LINGÜÍSTICOS EM REGISTRO ESCRITO EM ESTADOS PASSADOS DA LÍNGUA

O exame da língua pelo passado e de suas mudanças ao longo do tempo sempre foram os objetivos da Linguística Histórica, cujos estudos têm início no final do século XVIII. A maneira pela qual as línguas mudam ou mantêm sua estrutura durante o curso do tempo fazem parte dessa ciência que tem, como seu domínio, o aspecto diacrônico da língua (BYNON, 1977, p.1).

Com o avanço do modelo estruturalista no início do século XX, a diacronia, que estuda o aspecto dinâmico da língua, cedeu espaço à sincronia, estudo da língua de forma estática e com caráter homogêneo. No final do século XX, a Linguística Histórica ressurgiu, aproximando-se da Sociolinguística Laboviana, que também se interessa pelo estudo da mudança linguística e por conceber a língua de modo heterogêneo.

Nesse momento, os métodos de estudos sincrônicos e diacrônicos passam a ser associados, e o mecanismo da mudança linguística pode ser estendido com a análise da vida social da comunidade. Assim a Sociolinguística Histórica surge para se estudar a variação e mudança em registros escritos no passado, já que variáveis linguísticas de tempos pretéritos podem atestar fatos não observados na história de uma língua (ROMAINE, 1982).

Romaine (1982) propõe que a Sociolinguística Histórica aborde uma metodologia similar à da Sociolinguística, transcendendo-se a concepção de uma gramática de uma comunidade de fala para um conceito de organização em termos de estilos nesta comunidade. “Uma comunidade de fala seria caracterizada tanto por traços referenciais como estilísticos considerados em relação à estrutura por um lado e ao uso, por outro” (*op. cit.*, p.7)³⁸.

Embora os modelos teóricos da Linguística Histórica e da Sociolinguística tenham definido suas metodologias de investigação, quando o objeto de análise é o dado escrito no passado, essa configuração não é tão simples. Está em questão a especificidade: do texto; do fenômeno linguístico investigado; da interpretação gráfica, dentre outros tantos problemas.

Segundo Romaine (1982, p.11), lidar com o dado linguístico histórico é, impreterivelmente, lidar com dados de escrita. E como bem já dizia Labov (1972, p.11), é preciso fazer melhor uso de dados ruins. Labov (1994) emprega a estratégia de análise em *tempo real* para confirmar a análise por faixas etárias do modo *tempo aparente*, mas não é a mesma coisa que lidar com o registro escrito no passado.

As dificuldades que o pesquisador interessado enfrenta para realizar um estudo diacrônico do português são muitas, tais como a falta de uma tipologia bem definida de textos, a inexistência de um mesmo tipo de texto em todas as fases da história e a dificuldade de localização de edições de *corpora* (CAMBRAIA, 1996). Romaine (1982) propõe uma tipologia de diferentes tipos de texto ao estudar orações relativas no Escocês médio e moderno, mas não foram explicitamente definidas, segundo afirma Cambraia, assim como as categorias texto literário x não literário (1996, p.2).

O experiente estudioso português Ivo Castro alerta-nos sobre a dificuldade de se estudar a língua em fontes escritas:

³⁸ Tradução nossa: “A speech community would be characterized by both referential and stylistic features which must be considered with respect to structure on the one hand and use on the other.”

Um linguista que pretenda descrever ou interpretar aspectos da língua que usa no seu dia a dia tem de simplesmente confiar na sua competência de falante, constituída pela memória das formas que já encontrou e usou e pela capacidade de discernir se determinada forma pertence ou não à sua língua, se é gramatical ou agramatical. Mas tal procedimento não está com a mesma facilidade ao alcance do linguista que se ocupa de aspectos diacrônicos de sua língua, tal como não está daquele que se ocupa de uma língua estrangeira, pois em ambos os casos lhe falta a experiência de um contacto directo e susceptível de controle (CASTRO, 2011, p. 78).

Conforme Castro (op. cit., p. 78), o estudo dos estados passados não pode contar com essa experiência, mas apenas com dois clássicos métodos conjecturais: a reconstrução de estados passados, baseada em comparação com variedades modernas, e a exploração de fontes escritas produzidas na época. Gramáticas e outros escritos metalinguísticos, em português a partir do século XVI, funcionam como fontes primárias e secundárias.

Como dito anteriormente, o fenómeno linguístico a ser analisado é de extrema importância para uma definição de metodologia de trabalho. No caso da pesquisa de mudança sonora, a dificuldade de se estabelecer critérios de construção de *corpus* e de análise é mais complexa ainda, pois a relação grafema/som não é de fácil interpretação.

Ouvir o inaudível é fundamental para se determinar a relação de um dado sistema escrito e o que este (aparentemente) codifica (LASS, 2000, p. 45). Esse é o grande desafio para se estudar a substância fônica e o nível de estrutura que podem estar representados em registros escritos no passado de uma língua. A interpretação fonética e fonológica, entre outros níveis de análise, em formas escritas em tempos pretéritos, apresenta muitas dificuldades, tendo em vista que exige estratégias específicas, como: seleção do que seja um dado representativo e significativo de língua; conhecimento de tradições escritas de época e suas relações com o contexto histórico-social; associação de formas gráficas com estruturas do sistema da língua e substâncias fônicas, dentre outras.

De fato, o que se obtém a partir de registros escritos, como testemunhos de um passado linguístico (SCHNEIDER, 2002) e como um canal legítimo para se examinar processos variáveis linguísticos (ROMAINE, 1982), são “pistas ou indícios de realizações fônicas de possíveis indicadores para mudanças linguísticas que depois vieram a ocorrer”, como bem diz Mattos e Silva (2002). Por isso, a documentação remanescente de um período passado é importante subsídio para o conhecimento da língua em uso de então e para o fornecimento de dados significativos para o processo histórico de mudança dessa língua (MATOS e SILVA, 2002, p. 14).

No entanto, é preciso lembrar que os dados de escrita são complexos e não podem ser tomados como evidências de realizações específicas da fala. A relação fonema/grafema está na base da escrita alfabética e pode não revelar pronúncias específicas de uma variedade de língua em determinado momento histórico (ABAURRE, 1999).

Por fim, a discussão sobre metodologia para o estudo em registro escrito em estados passados de língua é longa e depende de muitos fatores, como acesso ao *corpus*, seleção do que seja representativo e definição de pressupostos e critérios teóricos de análise. Contudo, não é o objetivo deste trabalho, por ora. O que procuramos apresentar é um exercício de uma proposta para se verificar a habilidade escrita de escreventes, assunto que passamos a abordar a seguir.

2.1 Aferição do grau de cultura escrita de escreventes do português brasileiro oitocentista

As investigações de Marquilhas (1991, 2000, 2003) sobre as características gráficas do português lusitano seiscentistas e setecentistas, escrito por *mãos inábeis*, repercutiram de forma a oferecer uma orientação prática para a construção de um parâmetro da cultura escrita de tempos pretéritos da Língua. A inabilidade ou a habilidade de redatores pode ser verificada de modo físico-gráfico e por outras características linguísticas, revelando possivelmente um grau de letramento de quem escreve.

No português brasileiro, alguns pesquisadores abordam a questão da grafia inábil do português de épocas passadas. Destacamos alguns desses que se dedicaram à investigação de recortes grafológicos. Barbosa (1999) examina, em documentos oficiais e cartas de comércio escritas no final do século XVII, casos grafemáticos de variações e possíveis atestações de certos aspectos da oralidade. Este mesmo autor (BARBOSA, 2005, 2008, 2017) segue suas investigações de exame grafemático em outros *corpora* de mãos inábeis e hábeis.

Oliveira (2006) observa também ocorrências fônico-ortográficas de diversas marcas de oralidade em atas escritas por negros da Sociedade Protetora dos Desvalidos, em Salvador, Bahia, levantando diversas ocorrências fonéticas-ortográficas, segundo o autor. No sertão nordestino, Santiago (2012) examina cartas escritas, ao longo do século XX, por sertanejos que tiveram pouco acesso à escolarização, levantando diversos aspectos paleográficos e características de aquisição de escrita e de fenômenos fônicos de mãos inábeis.

A inabilidade de escrita parece ter suas marcas próprias, pois a aquisição dessa parece ser similar em adultos e crianças. O que nos parece ser um pouco

mais difícil de se identificar em textos escritos no passado é o que seria um texto de um redator culto ou um texto formal/informal na época.

Barbosa (2005) mapeia o uso de etimologizações gráficas no século XIX como um critério para identificação de um padrão culto da época. Como diz o autor (op. cit. p. 47), “é um primeiro referencial objetivo por leitura matemática de sinais concretos cujos valores podem ser ratificados em outros personagens históricos dos quais saibamos o perfil sociocultural”.

A taxa de uso e de acertos de etimologizações, motivadas pelo significativo greco-latino, poderia indicar diferentes graus de cultura escrita, denominados como: *erudito*, *culto*, *culto mediano*, *semicultos* e *inábeis*. Listas como as do Quadro 3.1 são examinadas em cartas oitocentistas.

Quadro 3.1 – Ilustração de Aferição de Etimologização Gráfica

Etimologização Gráfica				
Número	Palavra	Verdadeira	Falsa	Forma Latina/Grega
1	Condemna-lo	x		Condemno, are
2	objecto	x		objectus
3	charo		x	Carus, a , um
4	catastrophe	x		Catastrophā Katastrophe
5	official	x		officialis
6	pillar		x	pilare

Fonte: com base em BARBOSA, 2005, p.35.

Barbosa (2005, p. 37) acredita que “quanto mais encontremos grafias latinas em um autógrafo oitocentista, mais seu autor estaria em contato com os modelos de erudição, sejam escolares, de norma subjetiva ou de norma objetiva”. A aferição quantitativa das formas etimologizadas, conforme a ilustração do Quadro 3.1, é testada em *corpora* de folhetins do Jornal do Rio de Janeiro de 1842 e de 1843 e em cartas pessoais de dois avós em 1875 a seus netos, identificados como classe alta. Os resultados mostraram aproximação de taxas de uso/acerto de latinizações das cartas dos avós com as utilizadas em jornais, considerados textos-modelos da época, evidenciando-se, pois, um indício de que o casal de avós teria um grau elevado de cultura escrita.

Esse teste objetivo, tendo por base o uso de formas grafadas à imagem de formas da língua latina ou grega, é uma forma prática, e de certa forma fácil, de se medir o quanto há de habilidade na escritura de um escrevente dos anos 1800 no Brasil. Como a maior parte de documentos em arquivos públicos é de autoria desconhecida, variáveis como escolaridade, idade e local de nascimento

são difíceis de se estratificar na construção de um *corpus* de análise para uma investigação sociolinguística histórica.

Identificar o papel sociocultural de um redator é um dos desafios metodológicos da Sociolinguística Histórica, que tem a dificuldade de controlar fatores externos com procedimentos paralelos aos aplicados a *corpora* da atualidade (MONTGOMERY, 2007). Propostas que venham a contribuir para isso, principalmente para o português brasileiro, merecem, pois, uma atenção.

3. CORPUS – FAMÍLIA JULIO DE CASTILHOS

O *corpus* utilizado para análise é composto por uma série de correspondências pessoais manuscritas trocadas, no período de 1802 a 1916, entre familiares de um personagem de destaque na história política do Rio Grande do Sul no século XIX, Julio Prates de Castilhos, doravante JC. Essas cartas foram transcritas de acordo com as *Normas de Transcrição de Documentos Manuscritos e Impressos - Edição Semidiplomática - do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, (disponíveis em <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>), com o objetivo de fazerem parte dos *corpora* desse projeto³⁹.

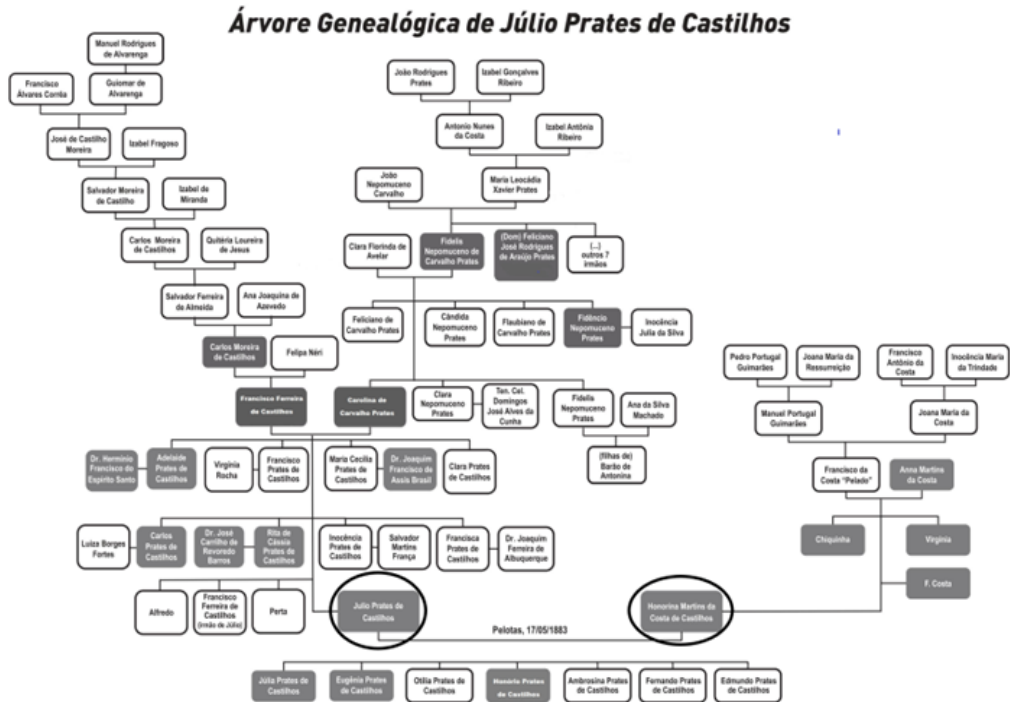
São 78 cartas privadas e particulares e 22 familiares signatários, totalizando 206 fôlios. Esse material foi coletado em três arquivos públicos de Porto Alegre, RS⁴⁰. O grau de parentesco entre os remetentes e destinatários, em relação a Julio de Castilhos, é bem diversificado: avô paterno, tio avô materno, tio materno, pai, mãe, irmão, irmã, noiva, esposa, nora, sogra, cunhado, cunhada, filho e filha.

As diferentes gerações que compõem esse *corpus* podem ser vistas em uma árvore genealógica ilustrativa de ascendentes e de descendentes de Julio Prates de Castilhos e de sua esposa Honorina Martins da Costa, casal em destaque dentro dos círculos (Figura 1). Os membros familiares dos quais dispomos de correspondências estão sinalizados pela cor escura.

³⁹ Esse material foi coletado, digitalizado e transcrito com ajuda de bolsistas de iniciação científica e de mestrands e doutorandos. Destaco aqui alguns deles pela participação pró-ativa e dedicada, como forma de agradecimento: Roberto Nasi; Júlia Trindade; Melissa Osterlund Ferreira; Stefany Dacol; Sherin Kirsh Sant'Ana, entre outros.

⁴⁰ **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul** - Rua Riachuelo, 1317, Centro, Porto Alegre, RS (<http://www.ihgrgs.org.br/>); **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul** - Rua Sete de Setembro, 1020 - 2º andar, Porto Alegre, RS (<https://arquivohistoricors.wordpress.com/>); **Museu Julio de Castilhos** - Rua Duque de Caxias, 1205 /1231, Centro Histórico, (<http://www.museuJuliodecastilhos.rs.gov.br/>).

Figura 3.1 – Corpus de Correspondências entre Familiares de Julio de Castilhos e de sua esposa Honorina.



Fonte: a autora.

Pode-se observar, pela Figura 3.1, que o maior número de redatores pertence à família de Julio de Castilhos (no lado esquerdo da ilustração) e que as correspondências, em termos de ascendência de parentesco (acima de JC), abrangem três gerações. A quinta geração, abaixo de JC, são seus filhos. O redator mais velho é Dom Feliciano José Rodrigues de Araújo Prates (tio avô materno de JC), nascido em 1781, em Gravataí (RS), e o mais novo é Honório Prates de Castilhos (filho de JC), nascido em 1889, em Porto Alegre (RS), representando quase um século de espaço de tempo entre a idade de nascimento do remetente mais velho e o mais novo.

Em relação à biografia de nosso personagem central, Julio Prates de Castilhos, este formou-se em Direito pela Academia do Largo de São Francisco, em São Paulo. Foi o primeiro Presidente da Província de São Pedro (atual estado do Rio Grande do Sul); líder do Partido Republicano Rio-Grandense, promovendo a filosofia castilhiana, baseada nos preceitos do positivismo comteano, que vigorou por anos depois de sua morte prematura aos 43 anos. Seus ascendentes foram

pioneiros na ocupação do planalto rio-grandense, criando gado, mula e produzindo erva-mate, com participações políticas e de guerras.

Segundo Franco (1967, p. 4), Julio de Castilhos “se vinculava a aristocráticas famílias do sul do Estado”. Sua mãe foi filha de um próspero fazendeiro em São Gabriel (RS), (Capitão) Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates (1786-1855), tendo ajudado financeiramente a Revolução Farroupilha. Por lado paterno, seu avô, Carlos Moreira de Castilhos (1786-1858), de Taubaté, São Paulo, e o pai, Francisco Ferreira de Castilhos (1814-1871), nascido em Lages, Santa Catarina, também compuseram a classe dominante rural dos anos 1800. Outra nota biográfica de sua vida em classes privilegiadas do Estado relaciona-se ao fato de ter sido sobrinho neto (por parte de mãe) de Dom Feliciano José Rodrigues de Araújo Prates (1781-1858), o 1º Bispo do Rio Grande do Sul.

Conforme Penna e Graebin (2009, p. 56), “uma das teses para delinear o perfil do líder republicano remonta o avô materno, estancieiro de prestígio que foi chefe farroupilha e deputado à Assembleia Constituinte da República Rio-Grandense”. Julio estudou no Colégio do Professor Fernando Gomes, republicano convicto e descendente de herói farroupilha.

Os originais mais bem conservados de cartas escritas por JC são as endereçadas a sua noiva. Segundo a apresentação escrita na publicação das Cartas de Julio de Castilhos, edição comemorativa dos 90 anos do Museu Julio de Castilhos, de Hugo Ramirez da Associação Brasileira de Literatura Comparada, há dezessete missivas, datadas a partir de 30 de dezembro de 1882 até 17 de junho de 1883, três bilhetes não datados e uma *Ordem de Leitura*, que parecem ser destinadas à dona Honorina, sua futura esposa, em 17 de maio de 1883⁴¹.

Outras cartas, escritas por JC foram publicadas por Keter Velho, em 2013. Trata-se de correspondências pessoais de JC com amigos e correligionários, obtidas no Museu Julio de Castilhos, Porto Alegre/RS. Essas cartas estão, em sua maioria, deterioradas. São cópias de cartas em papel carbono. Os originais foram fotografados no Museu, e algumas dessas correspondências fazem parte do *corpus* dessa pesquisa⁴².

⁴¹ CASTILHOS, Julio. *Cartas/Julio de Castilhos: edição comemorativa dos 90 anos de criação do Museu Julio de Castilhos*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, AGE, 1993.

⁴² Keter Velho, quando estagiária do Museu Julio de Castilhos, como estudante de história, descobre um livro com cópias de cartas que JC escreveu. Faz um trabalho de leitura paleográfica para ler e remontar esse material. Transcreve-as em um livro com apoio do Museu, publicado como SANTOS VELHO DOS, Keter Atácia. *Teu amigo certo. Julio de Castilhos, Correspondência Inédita* – Porto Alegre. Museu Julio de Castilhos. Edijuc, 2013.

3.1 Aplicação de um teste objetivo de aferição de grau de cultura

Uma proposta objetiva de se aferir o grau de conhecimento da norma culta escrita oitocentista do português pode ser feita por meio de levantamento de elementos grafovisuais, denominado como “etimologização gráfica”, sugerido por Barbosa (2005), conforme visto na seção anterior. Se o uso de grafias latinizadas, como *comdemna-lo* (*comdemno*_{lat.}), *objeto* (*objectus*_{lat.}), *catástrophe* (*catastropa*_{lat.}), estiverem de acordo com a forma latina, mais qualificado seria o grau de conhecimento da norma culta escrita do escrevente. Caso o redator escreva em desacordo com a forma latina clássica, como *charo* por *carus*_{lat.} ou *pillar* por *pilare*_{lat.}, por exemplo, menos conhecimento ele teria.

As hipóteses são:

1. Quanto mais um redator mantiver um paralelo perfeito entre a forma latina clássica e o que escreve em português, mais qualificado será seu grau de conhecimento da norma culta escrita, metonímia de seu grau de letramento, por contato a universos de leitura variados, por estudo sistemático de ortografia e conhecimento de latim.
2. Se, e somente se, o uso da grafia for significativo – em quantidade e variedade consideráveis – quanto mais o referido redator mantiver um paralelo perfeito entre a forma latina oficial e o que escreve, maior seria o grau de conhecimento da norma culta de sua época via estudo (particular, público, ou religioso) (BARBOSA, 2005, p. 31).

Barbosa (2005, p.41) confirma essas hipóteses em duas amostras dos anos 1800: dois jornais cariocas e um conjunto de cartas dos avós Ottoni⁴³, definindo-se um ponto de partida para o controle do grau de inserção de redatores na cultura escrita oitocentista. O pesquisador alerta que, para ratificar os valores de taxa de uso de etimologizações (3,69%) e de taxa de acerto em relação à forma latina (90,35%), é preciso investigar outros personagens históricos dos quais saibamos o perfil sociocultural.

O *corpus* de cartas da família JC é um material passível de uma análise similar, já que dispõe de informações biográficas de alguns redatores, como idade, escolaridade, profissão e localidade. Não há informações sobre todos os envolvidos nesse material, mas é possível utilizar as hipóteses de Barbosa (2005) para se verificar se essa metodologia de aferição de habilidade escrita pode ser um referencial a seguir por estudiosos da história da Língua⁴⁴.

⁴³ Maiores detalhes em OTTONI, C.B. (1811-1891) e OTTONI, B.B de A.M. *Cartas aos netos*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1978. Também em *Corpora*, em www.lettras.ufrj.br.

⁴⁴ Como Julio de Castilhos teve um papel importante na história política do Rio Grande do Sul, sua figura foi tema de historiadores e de trabalhos acadêmicos. Alguns detalhes sobre a

Retomemos, então, nosso *corpus* de análise com base na escala de *graus de cultura* (proximidade à cultura escrita oitocentista) proposta por Barbosa (2005, p. 38): *erudito, culto, culto-mediano, semicultos e mãos inábeis*. Grimm (2018)⁴⁵, em seu Trabalho de Conclusão de Curso, utiliza essa nomenclatura e quantifica o uso de formas etimologizadas e a relação dessas com a taxa de acerto e de erro.

Eis os resultados da aferição do uso/acerto/erro das formas etimologizadas em familiares de JC, no Quadro 3.2, onde se pode ver: o redator e seu parentesco com Júlio de Castilhos; percentual de uso, seguido pelo valor numérico de palavras com formas etimologizadas; número de palavras da carta; taxa de acerto e taxa de erro. A apresentação dos dados foi exposta por ordem crescente de percentual de utilização dessas formas greco-latinas.

Quadro 3.2 – Formas Etimológicas em Cartas dos Familiares de Júlio de Castilhos: taxa de acerto x taxa de erro

Remetente (grau de parentesco com JC)	Uso de etimologização/ número de palavras da carta	Taxa de Acerto	Taxa de Erro
Carlos Moreira (avô)	1% (2/201)	100% (2/2)	-
Carlos Prates (irmão)	1,38% (94/290)	75% (3/4)	25% (1/4)
Virgínia (cunhada)	1,47% (2/136)	100% (2/2)	-
F. Costa (cunhado)	1,54% (2/130)	100% (2/2)	-
Hermínio (cunhado)	1,59% (2/126)	100% (2/2)	-
Carolina (mãe)	1,68% (18/1071)	66,67% (12/18)	33,33% (6/18)
Honorina (esposa)	1,8% (10/555)	70% (7/10)	30% (3/10)
Etelvina (cunhada)	1,88% (3/160)	100% (3/3)	-
Assis Brasil (cunhado)	1,89% (7/371)	85,71% (6/7)	14,29% (1/7)
Fidêncio (tio materno)	1,92% (87/4526)	96,55 (84/87)	3,45% (3/87)
Feliciano Nepomuceno (tio materno)	1,92% (2/104)	100% (2/2)	-
Ana Martins (sogra)	2,34 (37/1579)	97,3% (36/37)	2,7% (1/37)
Fidelis (tio materno)	2,64% (18/682)	55,56% (10/18)	44,44% (8/18)
Revoredo (cunhado)	2,9% (2/69)	50% (1/2)	50% (1/2)
Rita Cassia (irmã)	2,9% (59/2034)	89,83% (53/59)	10,71% (6/59)
Adelaide (irmã)	3,08% (22/714)	86,36% (19/22)	13,64% (3/22)
Francisco (pai)	3,45% (16/464)	56,25% (9/16)	43,75% (7/16)
Chiquinha (cunhada)	3,7% (9/243)	100% (9/9)	-
Dom Feliciano (tio avô materno)	3,83% (26/678)	84,62% (22/26)	15,38% (4/26)
Julio de Castilhos	4,49% (174/3877)	92,53% (161/174)	7,47% (13/174)
Honório (filho)	5,45% (3/55)	66,67% (2/3)	33,33% (1/43)

Fonte: adaptado de GRIMM, 2018, p. 46.

biografia de sua família pode ser obtida em <https://sites.google.com/site/genealogiacastilhense/castilhos>, acessado em 08 de junho de 2020.

⁴⁵ Carolina Falck Grimm foi minha bolsista de iniciação científica nos anos de 2017 e 2018. Trabalhou na revisão da transcrição do *Corpus* Julio de Castilhos e seus Familiares: cartas pessoais, desenvolvendo também a metodologia de Barbosa (2005) em parte do *corpus* de cartas da família de JC.

Conforme se pode observar no Quadro 3.2, se o percentual das ocorrências for considerado, todos os 21 escreventes estariam acima dos 50% no uso de formas etimologizadas com alto índice de acertos, o que os classificaria com o mais alto grau de cultura escrita (erudito). Há também redatores com uma quantidade muito pequena de palavras (100 a 200), o que mascara o alto percentual de uso obtido, mostrando, pois, uma inconsistência nos resultados.

Para fins de comparação entre os remetentes, o olhar nos resultados será pela relação de número de palavras escritas com a proporção de formas utilizadas. Desse modo, apenas cinco redatores, com um mínimo de 1.000 palavras escritas, serão considerados para fins de uma análise preliminar. Recortemos o Quadro 3.2 conforme esse parâmetro, para melhor visualização, com acréscimo da suposta geração de cada pessoa no *corpus*. Observe o Quadro 3.3.

Quadro 3.3 – Uso de etimologias em cartas com maior número de palavras escritas

Remetente (grau de parentesco com JC)	Uso de etimologização/ número de palavras da carta	Taxa de Acerto	Taxa de Erro	Geração
Fidêncio (tio materno)	1,92% (87/ 4526)	96,55 (84/87)	3,45% (3/87)	3a
Ana Martins (sogra)	2,34 (37/ 1579)	97,3% (36/37)	2,7% (1/37)	3a
Julio de Castilhos (JC)	4,49% (174/ 3877)	92,53% (161/174)	7,47% (13/174)	4a
Cassia Prates (irmã)	2,9% (59/ 2034)	89,83% (53/59)	10,71% (6/59)	4a
Carolina (mãe)	1,68% (18/ 1071)	66,67% (12/18)	33,33% (6/18)	3a

Fonte: adaptado de GRIMM, 2018, p. 46.

O percentual de uso de formas etimologizadas é relativamente próximo entre os redatores do Quadro 3.3, com exceção de Julio de Castilhos (JC), que se destaca por utilizar quase o dobro de formas em relação a seus familiares. Já a taxa de acerto aproxima-os mais, excluindo-se Carolina, mãe de JC. Objetivamente, esse resultado indicaria uma aproximação entre uso e acerto de JC e Cássia (irmã), o que se justifica, inicialmente, por serem da mesma geração.

Entretanto, é preciso refinar a análise associando-se o uso de latinizações à taxa de acerto e à riqueza lexical do texto⁴⁶, já que a frequência é uma medida estatística volátil. A hipótese refinada é a que segue:

⁴⁶ Segundo Berber Sardinha (BERBER SARDINHA, Tony. *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004, p.94), *riqueza lexical* é uma medida estatística que se estabelece entre o número de palavras repetidas diferentes (*types*) de um texto e o número total de palavras nele encontradas (*tokens*). Quanto maior for o número de *types*, maior será a riqueza e a variedade do vocabulário.

(1) Hipótese refinada: o uso de etimologias, associado à taxa de acerto e à riqueza lexical, relaciona-se ao grau de conhecimento da norma escrita culta da época.

Entende-se neste trabalho, como os mesmos *tokens*, as realizações *ella*, *elle*, *ela*, *ele* para um só *type* (*illa/illem* ^{latim}) ou os *tokens encomendar/encomenda* para um só *type commendo* ^{latim}.

Quadro 3.4 – Uso de etimologias associado à taxa de acerto e à riqueza lexical em cartas dos Familiares de Júlio de Castilhos

Ordem por Riqueza Lexical	Uso de etimologização/ número de palavras da carta	Taxa de Acerto	Types/Tokens	Riqueza Lexical
Julio de Castilhos (JC)	4,49% (174/ 3877)	92,53% (161/174)	144/161	84,44%
Carolina (mãe)	1,68% (18/ 1071)	66,67% (12/18)	8/12	66,66%
Cassia Prates (irmã)	2,9% (59/ 2034)	89,83% (53/59)	23/53	43,39%
Fidêncio (tio materno)	1,92% (87/ 4526)	96,55 (84/87)	29/84	34,52%
Ana Martins (sogra)	2,34 (37/ 1579)	97,3% (36/37)	8/36	22,22%

Fonte: a autora.

Os dados apresentados no Quadro 3.4 evidenciam que JC é o que mais utiliza formas etimológicas com um alto percentual de acertos e apresenta a maior riqueza em variedade de vocabulário. Pela biografia que se dispõe desse personagem, esses resultados vão ao encontro do seu grau de sua instrução culto com nível superior (faculdade de Direito). Além de sua instrução, JC é jornalista e pratica sua redação em um jornal de Porto Alegre, A Federação (1890).

A temática na correspondência redigida por JC era bem variada, e suas missivas eram frequentes e de grande quantidade. Segundo Martini (2016, p.81), “no mês de novembro do ano de 1883, escreveu 26 missivas, uma média de quase uma ao dia”. Temas como negócios, notícias, saúde, situação dos familiares, entre outros, ajudavam a encurtar a distância entre os familiares, além da abordagem de questões políticas, explicável pelo papel político que teve. A sua habilidade escrita também se deve, possivelmente, ao fato de se sentir mais hábil na comunicação escrita do que no uso da língua falada, o que pode ser explicado pela questão de sua gagueira.

Já sua mãe, Carolina, apesar de apresentar o segundo maior percentual de riqueza lexical, utiliza muito poucas formas etimologizadas (1,68%), com uma taxa de acerto inferior a todos os demais (66,67%). Fidêncio, tio de JC por lado materno, apresenta uma certa quantidade de palavras nas cartas, de modo semelhante a JC, mas o uso de formas etimologizadas é também baixo (1,92%). Apesar de a escolaridade de Fidêncio ser em nível superior e de apresentar um número considerável de fólios escritos, talvez a norma escrita padrão da época em que viveu (geração acima de JC) não se valesse tanto de formas latinizadas na língua escrita.

Ademais, Carolina tinha uma prática de escrita que se assemelhava ao que era utilizado por homens da época, já que, em suas cartas, tratava de assuntos relacionados a negócios e ao público, como a redação de um documento de ordem notarial (carta de liberdade de um escravo). A família Prates de Castilhos não dispensava a educação a mulheres (MARTINY, 2016, p. 78).

Ana Martins (sogra) segue em último lugar em termos de riqueza lexical (22,22%). Talvez este baixo índice se deva ao acesso restrito à instrução escolar para a época. Segundo Gil (2020), apesar da obrigatoriedade de frequência à escola em 1871, no RS, as escolas surgem somente no início do século XX, mas de forma isolada, conforme o modelo imperial. Apenas em 1906 foram criadas quatro escolas complementares no RS, sendo uma delas em Porto Alegre.

A mesma inferência sobre o comportamento da cultura escrita conforme a geração pode se aplicar a (Rita) Cassia (irmã), que é a que mais se aproxima de JC em termos de uso de etimologização (2,9%) e de taxa de acertos delas (89,83%). Mesmo residindo longe de Carolina, supõe-se que teve educação informal e em casa, como JC, pois o pai Francisco comprava artigos para a instrução dos filhos, conforme mostra uma nota de compra (MARTINY, 2016, p.77).

Em conclusão, os redatores mais velhos, com menos acesso a ensino formal, já que viviam em uma época em que não havia escolas e universidades, fazem pouco uso de formas etimologizadas e apresentam percentuais abaixo de 45% de riqueza lexical. JC e Cassia (irmãos) já recebem alguma educação formal em casa, por professores contratados, e parecem ter tido acesso a livros. A relação uso/acerto, combinados com riqueza lexical, comprovam que a aferição, por meio do teste objetivo de formas etimologizadas de BARBOSA (2005), em relação a esse *Corpus*, funciona.

3.2 Outras marcas de habilidades/inabilidades de escrita

Examinando-se outros aspectos relacionados a habilidades de escreventes, apontadas por Marquilhas (2000), os cinco redatores com maior número de palavras escritas, selecionados no Quadro 3.4, não apresentam, no geral, qualquer característica físico-gráfica apontada para pessoas incipientes na aquisição da escrita. Contudo, como bem alerta Marquilhas (2000, p. 257), traços de inabilidades também podem ser observados em relação à dificuldade de representação silábica e outros tipos de pistas que podem denotar vestígios de processos fonológicos e de outras variantes linguísticas de época.

Podemos verificar que esses redatores fazem uso de certas formas que podem ser classificadas como indícios de realizações fonológicas, tendo em vista processos atestados na grafia e na oralidade do português desde muito tempo, como a **elevação vocálica de vogais médias pretônicas e postônicas** /e/ e /o/, como, por exemplo, em *minino* por *menino*, *curuja* por *coruja*, *quasi* por *quase* e *bolu* por *bolo*.

No caso dos escreventes das cartas, todos fazem registros de grafias de <i> no lugar de <e> da ortografia atual. Talvez alguns desses registros se originam de práticas ortográficas de época (*mamãi*, *mãi*, *si*, *siquer*, *quasi*, *iducção*), mas outros casos chamam a atenção por representarem pistas de possíveis processos fonológicos, como o **alçamento** de /e/ e de /o/ em sílabas pretônicas, motivado pela assimilação vocálica.

Os exemplos registrados parecem indicar esse fenômeno: *sirimônia* (cerimônia), *custume* (costume), *subrinho* (sobrinho). Do mesmo modo, outros indícios gráficos parecem revelar processos fonológicos como o alçamento de /e/ diante de nasal em *incontrei* (encontrei) e *imbarque* (embarque) e a elevação vocálica sem motivação aparente evidenciada nos registros *butar* (botar), *pudia* (podia), *verdadi* (verdade) e *justu* (justo).

Quadro 3.5 – Caracteres Gráficos com Indícios de Variantes Fonológicas

Aspectos Gráficos	<i> por <e> <u> por <o>	<e> por <i> <o> por <u>	Hipossegmentação	Outros
Julio de Castilhos (JC)	siquer si (8x) Mamã (5x) quasi (4x) mãi	desappareceo occureo egual resloveo	emfim (2x)	cousa (5x)
Carolina (mãe)	custume cirimonia incontrei iducar iducção (2x) iducar imbarque	Deos (2x) Mãi mussinha	aum omenos aescola omeu onumero anoite apoco porisso asaudoza anoite asociedade aresposta	criolinho perçiso ijagero mai menos pocas coizas iguinorante
Rita de Cassia (irmã)	Mamã (3x) quasi pudia	Deos	abenção hade (há de) queme	affiota (afлита) es tas (estas) dous cousa em quanto
Fidêncio (tio materno)	subrinho butar verdadi	quase pae (2x) quaes vae (2x) quaes vae (2x) pae (3x) verdade peor reaes		cousa
Ana Martins (sogra)	justu Mai (mãe) paciar	adoeceo recebeo choveo (2x) apareceo creanças	ado aCidade ooutro naCidade ocêsto eassim afavor eide (hei de) opocivel ovalor achacara	em bora par a mantega

Fonte: a autora.

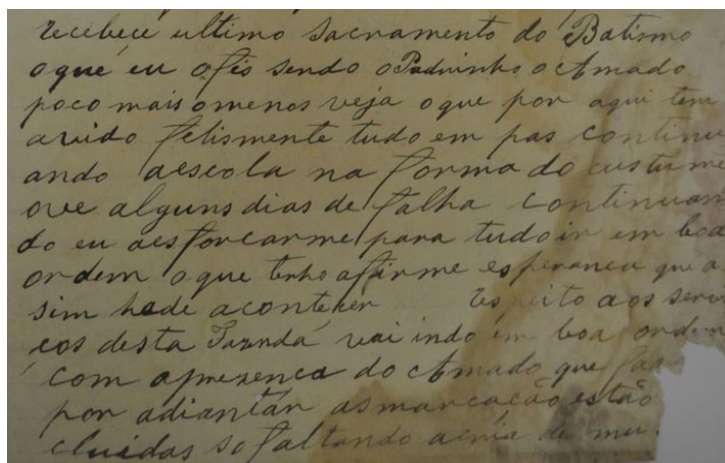
Os caracteres gráficos dos cinco redatores, ilustrados no Quadro 3.5, revelam que Carolina (mãe de JC) e Ana Martins (sogra) apresentam vários casos aparentes de problemas na segmentação de palavras, como a hipossegmentação (palavras escritas juntas), como *aum* (a um), *aescola* (a escola) etc. Entretanto, esse tipo de inabilidade de escrita não é a que melhor evidencia uma falta de prática de escrita, segundo Barbosa (2017, p. 27).

Há a representação silábica do tipo hipersegmentação (espaços em branco entre grupos de letras/sílabas de uma palavra, como “es tas” por “estas”), que é uma das características caligráficas de inábeis por apresentarem um ritmo lento de escrita, decorrente da falta de perícia ao escrever. Esse fenômeno gráfico não deixa de implicar uma certa subjetividade por uma certa voluntariedade do redator (MARQUILHAS, 2000, p. 244).

Examinemos inicialmente, com mais detalhes, Carolina e Ana Martins, personagens de uma geração acima de JC, que obtiveram um índice de riqueza lexical 66% e 22% respectivamente. Conforme o Quadro 3.4, as duas escreventes chamam a atenção pelo número de caracteres gráficos de inabilidade de escrita.

O fac-símile de um trecho de uma carta de Carolina a seu marido Francisco, ilustrado pela Figura 3.2, revela uma certa “união” do traçado da letra <a> com a palavra seguinte (*aescola*, *aesforçarme*, *afirme*, *hade*, *apresença*). No entanto, parece, nesse trecho do texto, ser uma característica de sua caligrafia, pois o registro dessa letra é muito semelhante em outras passagens, em que a letra <a> faz parte da raiz da palavra (*avido*, *acontercer*, *adiantar*). Não há exemplos nítidos dos processos de hipossegmentação ou hipersegmentação.

Figura 3.2 – Fac-símile de trecho de carta de Carolina de Carvalho Prates (mãe de JC) a Francisco Ferreira Castilhos (pai de JC) de 1º de junho de 1866 – Fonte Arquivo Histórico do RS.



A união de artigos, preposições e conjunções, elementos denominados como “clíticos”⁴⁷, à palavra seguinte (hospedeiro) é comum na língua falada (BISOL, 2015). O clítico pode se comportar como um elemento inacentuado que se acopla à palavra seguinte, formando-se uma só palavra fonológica. Esse processo fonológico costuma provocar lapsos ortográficos muito comuns nos dias atuais, como *agente* (a gente), *porisso* (por isso), *derepente* (de repente) etc.

A inserção ou supressão da partícula /a/ em início de palavra é um processo prosódico e morfológico comum e recorrente na história da Língua. Há a prótese (acréscimo de som, por exemplo, “*alevar*”) e a aférese (queda, por exemplo, “(em) bora”). A prótese, menos frequente do que a aférese (GONÇALVES, 1992), produz palavras novas na história da Língua, como, por exemplo, *acima*, *alevar*, *abaixo*, *ajuntar*, *arraia*, entre outras, que podem ser fruto da adjunção de um elemento sonoro ou de uma categoria morfológica, como preposições e artigos, a uma palavra.

Carolina (mãe de JC) parece fazer, como uma regra ortográfica, a adjunção de /a/ à palavra seguinte, seja esse elemento um artigo, um verbo ou uma preposição. Já quanto ao /o/, não é claro, no documento da Figura 3.2, que o caso de *ofis* (o fiz), por exemplo, também fosse uma palavra fonológica. No entanto, Carolina faz uso, ocasionalmente, da prerrogativa de ligação de palavras em outro caso: “porisso” (cf. Quadro 3.5). Mesmo assim, a quantidade de casos é tão pequena que não é possível caracterizar Carolina como inábil na escrita em relação a esse aspecto.

Em Carolina, há outros registros gráficos, conforme registrado no Quadro 3.5, que podem ser indícios de uma realização fonológica, como é o caso de elevação vocálica de /e/ e /o/ pretônicos (*custume*, *sirimonia*, *incontrei*, *iducar*, *iducção*, *imbarcação*), monotongação (poco, criolinho), epêntese (*iguinorante*), rotacismo (*perciso*) etc. Esses casos, porém, não a habilitariam como inábil, mas, sim, em um grau mais baixo de perícia na escrita se comparada a seu filho Julio de Castilhos.

Já Ana Martins (sogra), apresenta essa mesma característica de hipossegmentação de Carolina, mas isso também talvez possa ser motivado por algum traço particular. Apesar de essa personagem apresentar menos texto escrito, podem-se observar outras características de hipersegmentação (*Em bora*, *Par a*) e de outros indícios de realizações fonológicas (*mantega*, *paciar* etc.). Essas poucas marcas não parecem também caracterizá-la como inábil na escrita, mas, sim, em um grau de conhecimento de escrita inferior ao de Carolina.

⁴⁷ Entendemos como *clítico*, neste trabalho, um elemento da palavra fonológica, ou seja, uma unidade dependente da palavra seguinte, formando um só vocábulo fonológico. Esses elementos podem ser proclíticos (te digo) ou enclíticos (conta-se).

Por esses motivos, acreditamos que Carolina e Ana Martins têm um grau de cultura escrita hábil aos padrões de época, diferenciando-se em poucos aspectos. Já Rita de Cássia (irmã de JC) apresenta características semelhantes às de Carolina e Ana, mas em menor proporção.

Voltando à questão dos escreventes mais hábeis e eruditos, Julio de Castilhos e Fidêncio (tio materno) podem ser melhor comparados, em termos de características gráficas e do uso/acerto de formas etimologizadas, pela quantidade de palavras que escreveram.

Fidêncio (tio materno) e Julio são os mais produtivos escreventes em termos de quantidade de palavras utilizadas em suas missivas. Os dois têm perfil social semelhante: ambos foram políticos e cursaram uma faculdade. Fidêncio era “Bacharel em Letras e em Ciências Físicas e Doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, tendo ocupado espaço na política imperial como deputado provincial em São Paulo e Comendador da Ordem das Rosas” (MARTINY, 2018, p. 40). A diferença do grau de cultura escrita entre eles deve-se pela diferença de geração, de ascendência familiar (Fidêncio foi irmão da mãe de Carolina), em princípio, e pela prática e frequência de escrita. JC deixou um legado de 176 documentos escritos de cartas familiares, e Fidêncio, apenas nove documentos escritos.

Desse modo, as cartas pessoais dos cinco escreventes da família Prates de Castilhos, comparadas para fins de análise (cf. Quadro 3.3), possibilitaram uma classificação (Quadro 3.6) em termos de graus de cultura escrita nos termos de Barbosa (2005), conforme o exame dos seguintes critérios: de uso/acerto de etimologizações; riqueza lexical; presença de indícios de caracteres gráficos como fenômenos fonológicos; e geração.

Quadro 3.6 – Grau de Cultura Escrita entre os familiares de Julio de Castilhos

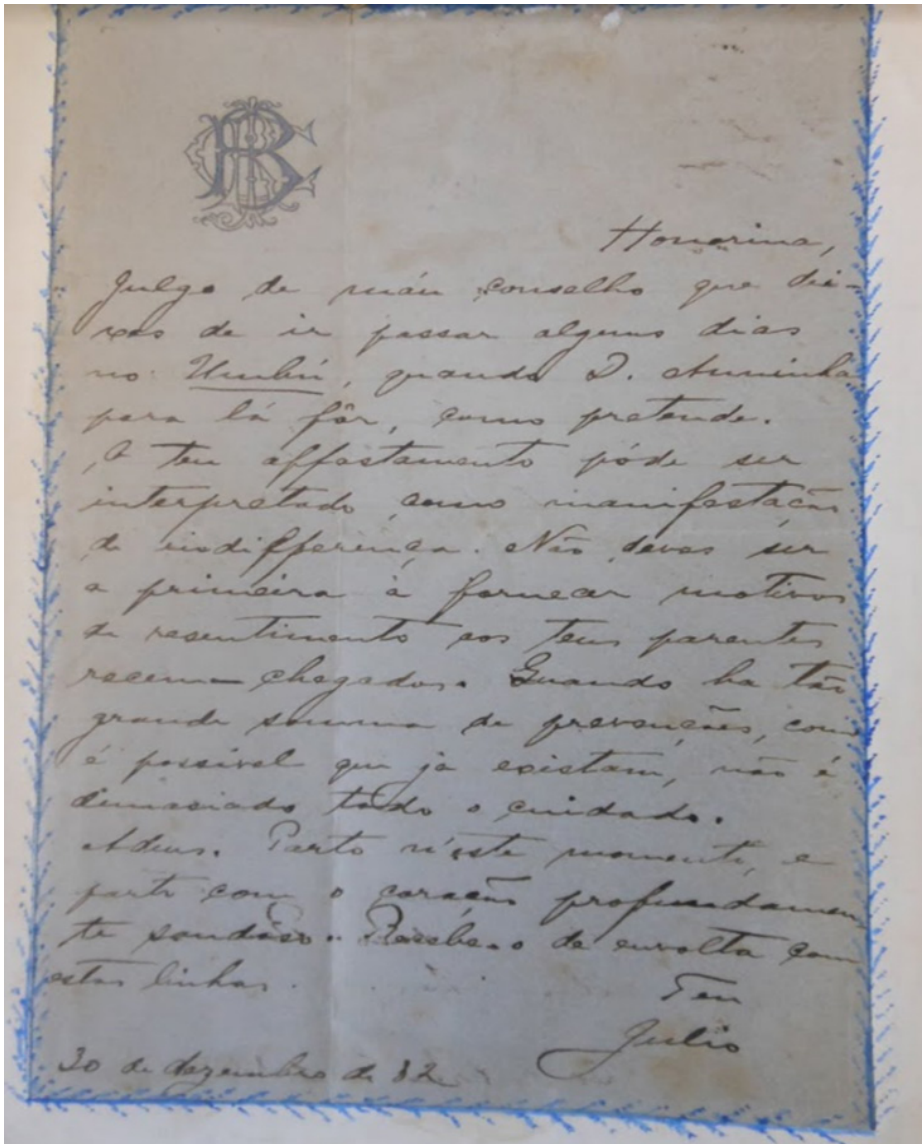
Remetente (grau de parentesco com JC)	Grau de Cultura Escrita entre os familiares
Julio de Castilhos (JC)	erudito
Fidêncio (tio materno)	culto
Carolina (mãe)	culto mediano
Cassia Prates (irmã)	culto mediano
Ana Martins (sogra)	culto mediano

Fonte: a autora.

Nenhum membro dessa família estaria enquadrado nos níveis semi-culto ou na categoria inábil. Uma comparação desses escreventes com outras pessoas nas mesmas condições sociais (geração, idade, escolaridade) talvez pudesse refinar a classificação dos graus de cultura.

Por último, trazemos, como forma de ilustração, um trecho em fac-símile do escrevente Julio de Castilhos, nosso personagem da história da formação do Rio Grande do Sul nos anos 1800. Nessa missiva de uma única página, endereçada à sua noiva Honorina em 1882, pode-se perceber a habilidade de escritura do personagem que encabeça os documentos da família Prates de Castilhos.

Figura 3.3 – Fac-símile de carta de Julio de Castilhos à sua noiva Honorina Costa de 30 de dezembro de 1882.



Fonte: Arquivo Histórico do Museu Júlio de Castilhos em Porto Alegre.

4. CONCLUSÃO

Um dos desafios da Sociolinguística Histórica é o controle de fatores externos como paralelos aos aplicados a *corpora* da atualidade (MONTGOMERY, 2007). Com base na proposta de Barbosa (2005) e nas características de habilidades em escreventes de sincronias passadas do português (MARQUILHAS, 2000), este capítulo procurou apresentar o experimento de um teste metodológico em 22 escreventes da família Julio Prates de Castilhos. O objetivo dessa investigação foi testar um caminho prático e objetivo para uma estratificação de redatores em grau de cultura escrita dos anos 1800 em um *corpus* de cartas pessoais de personagens que fizeram história no Rio Grande do Sul.

Com base na análise de uso/acerto de formas etimologizadas, somada à riqueza lexical dos textos e do levantamento de pistas linguísticas de caráter fonológico, chegou-se a uma estratificação de cultura nos graus erudito e culto da família Prates de Castilhos. Novas pesquisas, comparando-se escreventes de habilidade escrita similar, podem ratificar o método, contribuindo-se para o estudo da Língua Portuguesa em sincronias passadas.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. B. Horizontes e limites de um programa de investigação em aquisição da escrita. In: LAMPRECHT, R. R. (Org.) *Aquisição de linguagem: questões e análises*. p.167-186. EDIPUCRS, Porto Alegre, 1999.
- BARBOSA, A. G. Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BARBOSA, A. G. Tratamento dos Corpora de sincronias passadas da Língua Portuguesa no Brasil: recortes grafológicos e linguísticos. Rio de Janeiro: In: LOPES, C. R. dos S. *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2005. p. 25-42.
- BARBOSA, A. G. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui BARBOSA, 2008. p. 181-211.
- BISOL, L. *Introdução aos Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. 5.ed. rev e ampl. EDIPUCRS, 2015.
- BYNON, T. *Historical Linguistics*. Cambridge University Press, 1977.

- CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. 2 ed. rev e ampl. Lisboa: Colibri, 2011.
- FRANCO, Sergio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre, Globo, 1967.
- GIL, N. L. A escolarização na cidade de Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX. In: SOUZA, José Edimar de (Org.). *Escola no Rio Grande do Sul: ensino, culturas e práticas escolares*. Caxias do Sul: EDUCS. (no prelo)
- GONÇALVES, C. A. V. Aférese e prótese: verso e reverso fonológico. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 65-78, 1992a.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *VI Recenseamento Geral do Brasil*. Censo do Estado do Rio Grande do Sul. Série Regional, v. XXVIII, Tomo I. 1955. Disponível em <http://www.ihgrgs.org.br/>
- KELLER, T. A habilidade dos escreventes em manuscritos do Rio Grande do Sul do fim do século XIX. *ReVEL*, v.17, n.32, 2019. p.43-68.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno; Maria Marta Sherre; Cláudia Rodrigues, Parábola: São Paulo, [1972] 2008.
- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change*. v. 1 Internal Factors. Blackwell, 1994.
- LASS. R. *Historical Linguistics and Language Change*. Cambridge, 2000.
- LOPES, C. R. dos S. Apresentação. In: *A Norma Brasileira em Construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005. P.11-21
- MARQUILHAS, R. *A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Tese (Doutoramento em Linguística Portuguesa). Universidade de Lisboa, Lisboa, v.2, p. 239-257, 1996.
- MARQUILHAS, R. *A Faculdade de Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Lisboa, 2000.
- MARTINY, C. Os usos do escrito no universo familiar: a prática da escrita no Brasil na segunda metade do século XIX. In: *História Unissinos*. v. 20, n.1. Unissinos: São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2016. p.73-83.
- MARTINY, C. “O Chefe Político dos mais Avançados Republicanos”: *Julio de Castilhos e o Processo de Construção da República (1882-1903)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. 384p.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia*. Contexto. São Paulo, 2001.

MONTGOMERY, M. Variation and historical linguistics. In: BAYLEY, Robert; LUCAS, Ceil. (org). *Sociolinguistic Variation. Theories, Methods and Applications*. Cambridge, University Press, 2007. p. 70-89.

PENNA, R. da S.; GRAEBIN, C. M. G. Arquivo particular Júlio de Castilhos: cartas, bilhetes e anotações pessoais como fontes históricas. *Patrimônio e Memória*. v. 4, n.2, UNESP, FCLAs – CEDAP. p. 55-73, jun. 2009.

ROMAINE, S. *Socio-Historical Linguistics: its status and methodology*. Cambridge University Press. Inglaterra, 1982.

SANTIAGO, H. da S. *Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, 2012.

SCHNEIDER, E. Investigating variation and change in written documents. In: J.K. Chambers, Peter Trudgill & Natalie Schilling-Estes, eds. *The Handbook of Language Variation and Change*. Oxford, Malden, MA: Blackwell , p. 67-96, 2002.

SILVA, É. N. *Cartas amorosas de 1930: o tratamento e o perfil sociolinguístico de um casal não ilustre*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ESTUDOS DIALETOLÓGICOS E GEOLINGUÍSTICOS NO SUL DO BRASIL

Felício Wessling Margotti

Universidade Federal de Santa Catarina

Valter Pereira Romano

Universidade Federal de Santa Catarina

As pesquisas sobre a língua portuguesa e outras línguas faladas no sul do Brasil limitaram-se inicialmente a breves registros dialetológicos, seja no levantamento de variantes lexicais para fins de publicação na forma de glossários, seja na elaboração de trabalhos monográficos como exigência para a formação acadêmica no âmbito dos programas de pós-graduação em Letras e Linguística em seus primeiros anos de existência, a partir da década de 1970. Citam-se como exemplos dessas pesquisas: a publicação de Mortara (1950) sobre as línguas indígenas e de imigrantes em Santa Catarina; o estudo do dialeto trentino de pomeranos em Santa Catarina (BONATTI, 1968); a tese de doutorado de Vandresen (1971), que trata dos aspectos fonético-fonológicos do alemão westfaliano de Rio Fortuna/SC; a publicação de Koch (1974) sobre os falares alemães no Rio Grande do Sul; os estudos conduzidos por Bunse (1975, 1978) relativamente aos dialetos italianos no Rio Grande do Sul e à etnografia linguística do cultivo de uva e produção de vinho na serra gaúcha; o estudo etnolinguístico do português falado por pescadores no litoral do Paraná (MERCER, 1979); os estudos de Frosi e Mioranza (1983) sobre os dialetos italianos da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul; os estudos e a publicação de Furlan (1989) sobre o português açoriano no litoral de Santa Catarina, entre outros.

O conhecimento da realidade dialetal do sul do Brasil ganhou impulso a partir da década de 1980 após diversos encontros regionais sobre variação linguística e bilinguismo promovidos por pesquisadores da área de Letras e Linguística. No IV Encontro, realizado na UFRGS, por exemplo,

já estavam delineados três grupos de trabalho, responsáveis, respectivamente, por três áreas específicas: variação linguística, coordenado por Leda Bisol, com o objetivo de descrever variantes identificadoras da fala urbana do sul do País; atlas linguístico-etnográfico, sob a coordenação de Walter Koch, com o objetivo de levantar e registrar, em mapas, variantes diatópicas da fala; bilinguismo, coordenado por Paulino Vandresen, com o objetivo de identificar as áreas de bilinguismo e descrever o comportamento dos falantes bilíngues (MARGOTTI, 2004, p. 55).

Posteriormente, como resultado desses encontros, os linguistas das principais universidades envolvidas (UFPR, UFSC, UFRGS e PUC-RS) organizaram-se em dois grupos: um para compor o Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS, 2002, 2011)⁴⁸, que cobre o português de 275 localidades rurais e das 18 cidades mais populosas dos três estados do Sul, e o outro para organizar o Banco de Dados sobre a Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARSUL), que foi composto na etapa inicial por 288 entrevistas, de 45 a 60 minutos, com falantes de áreas urbanas (cf. VANDRESEN, 2002, p. 8).

Decorridos cerca de 30 anos desde o início desses projetos, contabilizam-se atualmente centenas de publicações e igualmente contam-se em dezenas os egressos dos programas de pós-graduação formados na área de Sociolinguística e Dialetoлогия e respectivas subáreas, entre as quais estão variação e mudança linguística, contato linguístico e bilinguismo, geolinguística e políticas linguísticas. Diversos outros projetos de pesquisa nessa área foram iniciados e executados, entre os quais: o *Atlas Linguístico do Paraná* (AGUILERA, 1994); a tese de Mercer (1992), *Áreas Fonéticas do Paraná*, com base em dados do ALERS, defendida na UFPR; o projeto *BDS-Pampa*, realizado por pesquisadores da UCPel (Universidade Católica de Pelotas) e UFPel (Universidade Federal de Pelotas), com o objetivo de coletar dados sobre a língua portuguesa falada em 21 cidades ao longo da fronteira com o Uruguai e a Argentina; o projeto *Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata* (ALMA), desenvolvido em conjunto pela Christian-Albrecht-Universität de Kiel (CAU), na Alemanha, e pelo Instituto de Letras da

⁴⁸ A primeira reunião para a elaboração do projeto Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) foi realizada na UFRGS, nos dias 26 e 27 de setembro de 1983, com a participação de José Luís Mercer, da UFPR; Giles Istre, Oswaldo Furlan e Ivo Zimmermann, da UFSC; Leda Bisol, da PUC-RS; Heinrich Bunse, Mário Klassmann, Walter Koch e Baltazar Teixeira, da UFRGS.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a coordenação de Harald Thun e Cléo V. Altenhofen; *Atlas das Línguas em Contato na Fronteira: Oeste Catarinense*, coordenado por Marcelo Jacó Krug, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó; o projeto *Crenças e Atitudes Linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*, coordenado por Aparecida Feola Sella, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e o projeto *Descrição e análise geossociolinguística da fala do Oeste do Paraná*, coordenado por Sanimar Busse, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Somam-se aos trabalhos arrolados alguns atlas linguísticos de pequeno domínio e estudos de cunho geolinguístico não propriamente denominados como atlas, mas que trazem um conjunto de mapas que retratam aspectos linguísticos da língua falada na Região Sul do país, sobremaneira no estado do Paraná, a saber: a dissertação de mestrado de Aguilera (1987) – *Aspectos Linguísticos da Fala Londrinense: esboço de um atlas linguístico de Londrina*, defendida na UNESP de Assis/SP, obra pioneira no que tange aos atlas de pequeno domínio no Brasil e trabalho precursor que deu origem ao ALPR (AGUILERA, 1994); a monografia de Fabris (1997) – *Esboço de um Atlas Linguístico de Tamarana/PR*; a monografia de Pizolato (1997) – *Esboço de um Atlas Linguístico de Centenário do Sul*; o trabalho de Lino (2000) – *Aspectos Linguísticos da Fala de Cândido de Abreu: um estudo geossociolinguístico*; a dissertação de mestrado de Altino (2001) – *Pelos Caminhos da Geolinguística Paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis*; a tese de doutorado de Busse (2010) – *Um estudo geossociolinguístico do Oeste do Paraná*; a dissertação de mestrado de Romano (2012) – *Atlas Geossociolinguístico de Londrina*; o estudo de Carlos (2015) – *O Português de Cá e de Lá: variedades em contato na fronteira entre Brasil e Paraguai*, que tratou, sob o ponto de vista da Dialetologia Pluridimensional, aspectos atinentes à área de fronteira entre o Paraná e o Paraguai; a dissertação de Siqueira (2015) – *Atlas Linguístico de Curitiba-PR: aspectos lexicais*; e a pesquisa de Ribeiro (2017) – *A Variação Lexical na Rota do Café: estudos geossociolinguísticos no norte do Paraná*⁴⁹.

Ainda referente ao estado do Paraná, atualmente, tem-se notícia de dois projetos de tese de doutorado em desenvolvimento na Universidade Estadual de Londrina cujas propostas são elaborar atlas de pequeno domínio, a saber: o trabalho de Thiago Leonardo Ribeiro (2017) – *Atlas Linguístico do Norte Pioneiro do Paraná* e o de Michele Gali – *Atlas Linguístico de Foz do Iguaçu – PR*. O

⁴⁹ Para detalhes, consulte Romano e Silva (2016), que trazem o estado da arte dos estudos geolinguísticos e sociodialetológicos no Paraná.

primeiro sob orientação de Vanderci de Andrade Aguilera e o segundo orientado por Fabiane Cristina Altino.

No que tange ao Estado de Santa Catarina, sobre atlas linguísticos, tem-se a tese de doutorado de Imaguire (1999) – *Estudo com Vistas a um Atlas Linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem de aspectos semânticos lexicais* e o trabalho de Guimarães (2007) – *Para um Atlas Linguístico de São Francisco do Sul (ALSFS): há nesta ilha um falar específico?*, este defendido na Universidade Estadual de Londrina e aquele, na Universidade de São Paulo.

No âmbito dos trabalhos de cunho dialetológico e geolinguístico realizados na Universidade Federal de Santa Catarina sob orientação de Felício W. Margotti, relativamente ao português falado na Região Sul, citam-se os estudos de Rocha (2008) – *O Português de Contato com o Espanhol no Sul do Brasil: empréstimos lexicais*; Pinho (2012) – *Aspectos da História da Língua: um estudo diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos*; Bassi (2016) – *A Realização da Fricativa Alveolar em Coda Silábica no Português Brasileiro e no Português Europeu: abordagem geolinguística*; Chofard (2019) – *Aspectos Lexicais do Português do Brasil: um recorte de variantes documentadas pelo Atlas Linguístico do Brasil*. Em andamento, sob orientação de Felício W. Margotti e Valter P. Romano, Amanda Chofard está desenvolvendo o *Microatlas Linguístico das Rotas dos Tropeiros do Sul*, que contempla cidades gaúchas, catarinenses, paranaenses e paulistas, e Karoline Espíndola está desenvolvendo a pesquisa de mestrado de cinco variantes lexicais (*pata dianteira*, *crina do pescoço*, *crina da cauda*, *lombo* e *garupa*) com base na totalidade dos dados do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB.

Também se enquadram como estudos de cunho dialetológico as pesquisas sobre línguas em contato, entre os quais se relacionam *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen* (ALTENHOFEN, 1995), sob orientação de Günter Bellman, *Os bilíngues Teuto-brasileiros frente à Metafonia do Português* (KRUG, 2009), *Quando o Heinrich Casa com Iracema, a Urmutter Vira Bisa? – A dinâmica dos nomes próprios de pessoas e comuns de parentesco em uma comunidade de contato alemão-português do Sul do Brasil* (HORST, 2009), sob orientação de Harald Thun, e as pesquisas orientadas por Cléo Vilson Altenhofen, a saber: *Difusão Sócio-geográfica do Português de Contato com o Italiano no Sul do Brasil* (MARGOTTI, 2004), *Manutenção e Substituição Linguística em Áreas Bílingues Vêneto-Português do Alto Uruguai Gaúcho* (PERTILE, 2009), *Processos de Territorialização de Variedades Dialectais do Italiano como Línguas de Imigração no Nordeste do Rio Grande Sul* (PINHEIRO, 2014), *Africanidade*

e *Contemporaneidade do Português Falado em Comunidades Afro-brasileiras do Rio Grande do Sul* (SOUZA, 2015), *Topodinâmica do Alemão Falado em Comunidades de Imigração Boêmia no Rio Grande do Sul* (PREDIGER, 2015), *As Fronteiras Internas do Português del Norte del Uruguay: entre a percepção dos falantes e as políticas linguísticas* (SOUZA, 2016), entre outras. Além das pesquisas de doutorado, dezenas de outros estudos relacionados a línguas em contato, em nível de mestrado e de iniciação científica, foram realizados ou estão em andamento sob orientação de Cléo V. Altenhofen na UFRGS, de Marcelo Jacó Krug e Cristiane Horst na UFFS.⁵⁰

Paralelamente, desde 1996, deu-se andamento ao *Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB, com a coordenação geral da UFBA e com envolvimento de dezenas de pesquisadores em todo o Brasil. No Paraná, o Projeto ALiB é coordenado por Vanderci de A. Aguilera e, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, por Walter Koch inicialmente, depois por Cléo V. Altenhofen e, atualmente, por Felício W. Margotti e Valter P. Romano. O banco de dados do ALiB é constituído, na Região Sul, por 188 entrevistas de fala urbana, em 44 localidades.⁵¹ A publicação dos dois primeiros volumes do ALiB (2014a, 2014b) contempla dados fonéticos, morfossintáticos e lexicais das capitais dos estados. Com dados das localidades pesquisadas pelo ALiB na Região Sul, diversos trabalhos já foram publicados ou concluídos, entre os quais Romano (2015), Chofard (2019), Margotti e Zibetti (2016), Romano e Margotti (2016), Aguilera (2016), Altino e Yida (2018), entre diversos outros.

As pesquisas já realizadas e em andamento no Sul do Brasil sobre a língua portuguesa em uso refletem a pluralidade social, cultural e geofísica e contemplam cenários linguísticos diversos, onde há contatos linguísticos com línguas indígenas, com línguas de imigrantes europeus e asiáticos e com o espanhol de três países vizinhos, o que lhe confere um *status* peculiar no que diz respeito ao português brasileiro. Entre os fatores determinantes dessa realidade linguística, relacionam-se aqui quatro, já assinalados por Koch (2000, p. 59) e por Vandresen (2002, p. 5-7): (i) a presença de açorianos e madeirenses a partir do século XVIII em áreas do litoral, desde São Francisco do Sul/SC até Rio Grande/RS; (ii) a existência de fronteiras políticas com três países de fala hispânica e o contato português-espanhol

⁵⁰ A relação das pesquisas dialetológicas e geolinguísticas realizadas e em andamento na Região Sul do Brasil não é exaustiva, não incluindo principalmente dissertações de mestrado, artigos acadêmicos, trabalhos de conclusão de curso e pesquisas de iniciação científica desenvolvidos em IES paranaenses, catarinenses e gaúchas.

⁵¹ Informações mais detalhadas sobre o Projeto ALiB podem ser obtidas no site <https://alib.ufba.br/>.

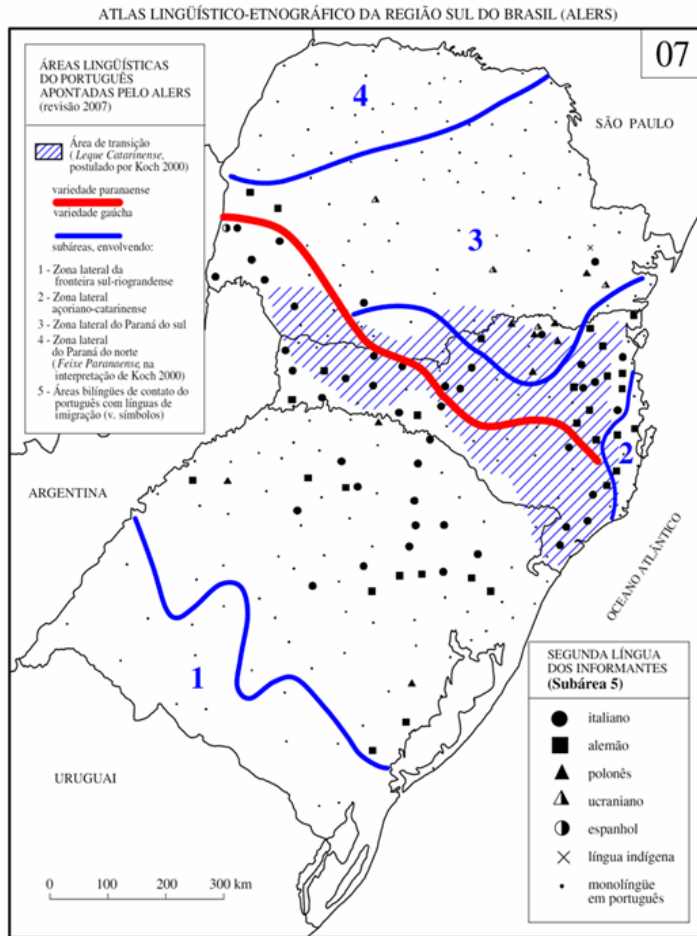
derivado dessa situação; (iii) o contato entre paulistas e gaúchos em dois fluxos migratórios opostos, inicialmente num movimento de bandeiras e posteriormente nas rotas dos tropeiros de gado; (iv) a existência de áreas bilíngues significativas, originadas do assentamento de imigrantes de língua alemã (de 1824 a 1870), de italianos (a partir de 1875), de poloneses e ucranianos (a partir de 1890), além de outras etnias, como, por exemplo, a japonesa desde 1908.

Esses fatores foram considerados na elaboração dos projetos interinstitucionais de pesquisa VARSUL e ALERS, bem como do ALiB e do ALMA, entre outros, com inclusão de localidades em que há contato do português com outras línguas, principalmente o italiano, o alemão, o polonês, em áreas de colonização europeia, e o espanhol na fronteira com três países de língua hispânica.

Em vista desse panorama e dos dados já cartografados pelo ALERS (2002, 2011), Altenhofen (2002, 2008), dando continuidade às indicações anteriormente apontadas por Koch (2000), apresenta as “fotografias geolinguísticas do português no Sul do Brasil”, representadas na figura 4.1 (Mapa 07). Essas fotografias apontam a existência de duas grandes áreas dialetais (a variedade paulista ao norte e a variedade sul-rio-grandense ou gaúcha ao sul)⁵², separadas pelo *leque catarinense* (cf. KOCH, 2000).

O denominado *leque catarinense* configura-se como uma área de transição, constituído por um avanço de influência paulista no sentido norte-sul e um avanço da área rio-grandense, sobretudo da subárea bilíngue colonizada por imigrantes europeus, e por um corredor lateral, através do Oeste de Santa Catarina até o Sudoeste do Paraná.

⁵² Romano (2015) denomina a variedade sul-rio-grandense de subfalar sulista, em oposição ao subfalar paulista.

Figura 4.1 – Áreas linguísticas apontadas pelo ALERS.

Fonte: Altenhofen, 2008, p. 28.

No leste do Rio Grande do Sul até a orla de Santa Catarina, território ocupado inicialmente por açorianos, incluindo os campos de cima da serra, tem-se uma área denominada por Koch de *feixe secundário rio-grandense*. Nessa área também houve o assentamento de populações bilíngues de origem europeia.

No litoral catarinense, mais especificamente entre Laguna e São Francisco do Sul, registra-se uma área que Furlan (1989) designa de *falar açoriano-catarinense*.

Ao norte do Paraná, uma vasta área, cuja ocupação é mais recente, revela uma variedade dialetal de influência paulista, denominada por Koch (2000) de *feixe secundário paranaense*, a qual Mercer (1992) associa à forma de colonização.

Nas fronteiras do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina, verificam-se traços provenientes do contato do português com o espanhol, numa região em que os limites territoriais oscilaram ao longo da história em razão das disputas entre portugueses e espanhóis. Essa situação de contato também existe na fronteira do Paraná com o Paraguai, mas na fronteira de Santa Catarina com a Argentina o contato é incipiente devido à baixa densidade demográfica, principalmente no território fronteiriço do país vizinho.

Devido ao contato dos paulistas com os gaúchos desde o fim do século XVII, em período anterior à chegada dos primeiros imigrantes alemães (1824) e italianos (1875), estabeleceram-se rotas comerciais antigas que partiam de diversos pontos do Rio Grande do Sul e de outros territórios platinos em direção norte, em diversas bifurcações, cruzando o rio Pelotas em direção a Lages ou o rio Uruguai, mais a oeste de Santa Catarina, em direção a Guarapuava, e seguindo para Ponta Grossa/PR e Sorocaba/SP.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em áreas ocupadas por imigrantes europeus, constata-se a existência de contatos linguísticos e bilinguismo em diferentes situações e graus que, nos dados do ALERS precisam, segundo Altenhofen (2002, p. 77), ser consideradas sob três possibilidades mais amplas:

O português de falantes *bilíngues* que nasceram e se criaram em uma comunidade de maioria bilíngue;

O português de falantes *monolíngues* que nasceram e se criaram em uma comunidade de maioria bilíngue;

O português de falantes *monolíngues sem contato* com uma comunidade bilíngue.

Além dos aspectos relacionados às áreas dialetais apontadas por Koch (2000) e refinadas por Altenhofen (2002, 2008), que resgatam aspectos sócio-históricos da ocupação demográfica dos diversos espaços meridionais do Brasil até meados do século XX e as variedades linguísticas faladas por essas populações, deve-se considerar a intensificação das migrações internas desde as primeiras décadas de 1900, ocupando novas áreas em diversas direções, principalmente norte e noroeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina, sudoeste, oeste e norte do Paraná.

A partir da década de 1950, com o surgimento das indústrias, intensificou-se a migração de populações rurais para as cidades (êxodo rural) em busca de emprego e melhores condições de vida. Esse fenômeno modificou substancialmente o cenário linguístico, reduzindo de maneira expressiva os contextos plurilíngues e incrementando o contato de diferentes variedades do português, realidade atualmente turbinada por diversas circunstâncias, entre as quais a facilidade de acesso escolar,

o deslocamento regular das populações, a intensificação do comércio, o papel dos meios de comunicação e a interação por meio das mídias sociais. Ao focar o contato das variedades linguísticas e a mobilidade das populações – contrapondo a fala de habitantes topoestáticos e a fala de habitantes topodinâmicos –, cabe rever a questão das áreas linguísticas, considerando o predomínio de variantes comuns a determinada variedade dialetal associada ao espaço e ao perfil dos falantes.

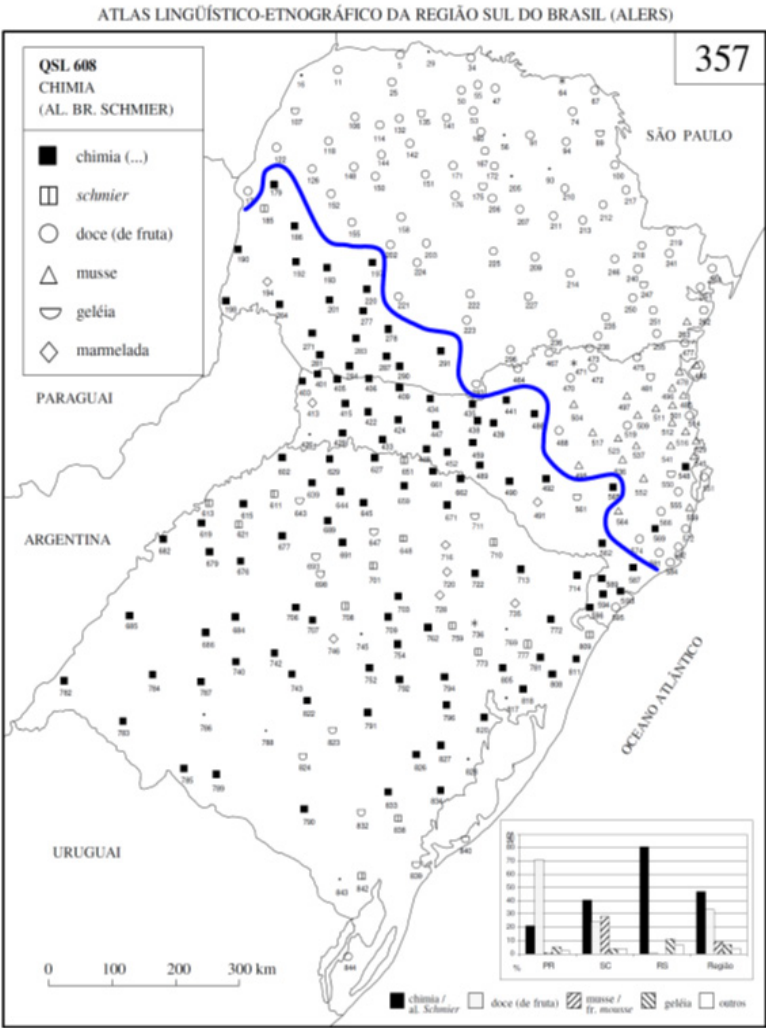
Antes da realidade socioeconômica atual, quando as populações tinham pouca mobilidade e as redes sociais eram, em geral, limitadas ao espaço em que habitavam, Antenor Nascentes propôs a divisão dialetal do português do Brasil em 1922, refeita por ele posteriormente em 1933 e 1953. Nunca a considerou definitiva, mas por meio dela pôs em evidência a diversidade linguística geográfica do português brasileiro. Alguns estudos em áreas do Centro-Nordeste, como os de Cardoso (1986, 1999), reforçam a classificação de Nascentes. Outros estudos, como o *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* e diversos atlas e microatlas regionais, ora reforçam empiricamente a proposta de Nascentes, ora atestam a necessidade de revisão e refinamento. Os resultados do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (ALERS, 2002 e 2011) indicam, por exemplo, a necessidade de reformular a hipótese relativa ao chamado *falar sulista* que, de acordo com Nascentes, inclui regiões dialetologicamente diversas como São Paulo e Rio Grande do Sul, às quais “poderíamos acrescentar, sem exagero, Paraná e Santa Catarina” (ALTENHOFEN, 2002, p. 117).

Com o objetivo de apontar alguns contrastes entre variedades do português no sul do Brasil, numa perspectiva macroanalítica e geolinguística, apresentam-se, a seguir, alguns mapas linguísticos de variantes lexicais e uma breve análise dos aspectos mais relevantes para a compreensão da realidade dialetal da região.

1. CHIMIA (COMO SE CHAMA A PASTA FEITA DE FRUTAS QUE SE PASSA NO PÃO?)

As diversas designações documentadas pelo ALERS para “a pasta feita de frutas que se passa no pão” estão distribuídas diatopicamente no Mapa 357 (Figura 4.2).

Figura 4.2 – Distribuição diatópica de *chimia*/*schmier* na Região Sul.



Fonte: ALERS, 2011, p. 811.

Na Figura 4.2, consta o desenho de uma isoléxica que vai do sul de Santa Catarina ao sudoeste do Paraná, separando duas grandes áreas dialetais: a sulista, na qual predomina *chimia* (ou *chimier*), formas emprestadas do alemão, e a outra área na qual é possível visualizar uma subárea no leste, centro e norte do Paraná, onde a forma predominante é *doce* (*de fruta*), bem como uma subárea no vale do rio Itajaí e entorno, onde se faz uso de “musse” (emprestada do francês). Também foram registradas algumas ocorrências de *geleia*, mas sem arealização específica, variante que tende a perder representatividade à medida que se avança no sentido sul, e de *marmelada* em áreas de contato com o italiano no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

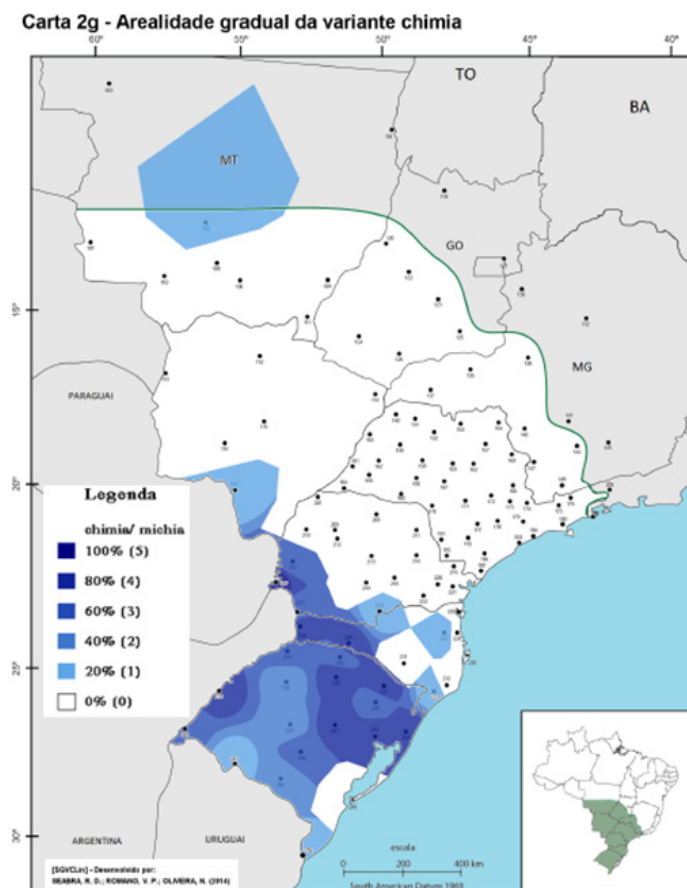
Essa variável lexical também foi investigada por Romano (2015, p. 183-197), com base no ALERS e no ALiB, concluindo que a área correspondente ao subfalar sulista, de Antenor Nascentes, para as variantes lexicais que recobrem o conceito da “pasta feita de fruta que se passa no pão”, na parte meridional, principalmente, nos Estados da Região Sul, predomina o polimorfismo com sobreposição de formas lexicais.

Esses seriam, portanto, os dois grandes falares: (i) o paulista⁵³ e o (ii) sulista, de influência sul-rio-grandense e línguas de colonização. A esses dois falares, encontram-se duas subáreas lexicais no PR e em SC, com presença de “formas genéricas” e de “musse” (ROMANO, 2015, p. 197).

No que tange à produtividade do item *chimia* nos três Estados que compõem a Região Sul do Brasil, Romano (2015) apresenta uma carta linguística que ratifica a distribuição diatópica documentada no ALERS e evidencia as áreas de bilinguismos e as linhas de isoléxicas que indicam a possível área do território do falar sulista de influência sul-rio-grandense e línguas de colonização, conforme se observa na Figura 4.3.

⁵³ A área da forma *doce* (*de fruta*), conforme Mapa 357 do ALERS, faz parte do denominado falar paulista.

Figura 4.3 – Incidência do item *chimia* nos dados do Projeto ALiB.



Fonte: Romano, 2015.

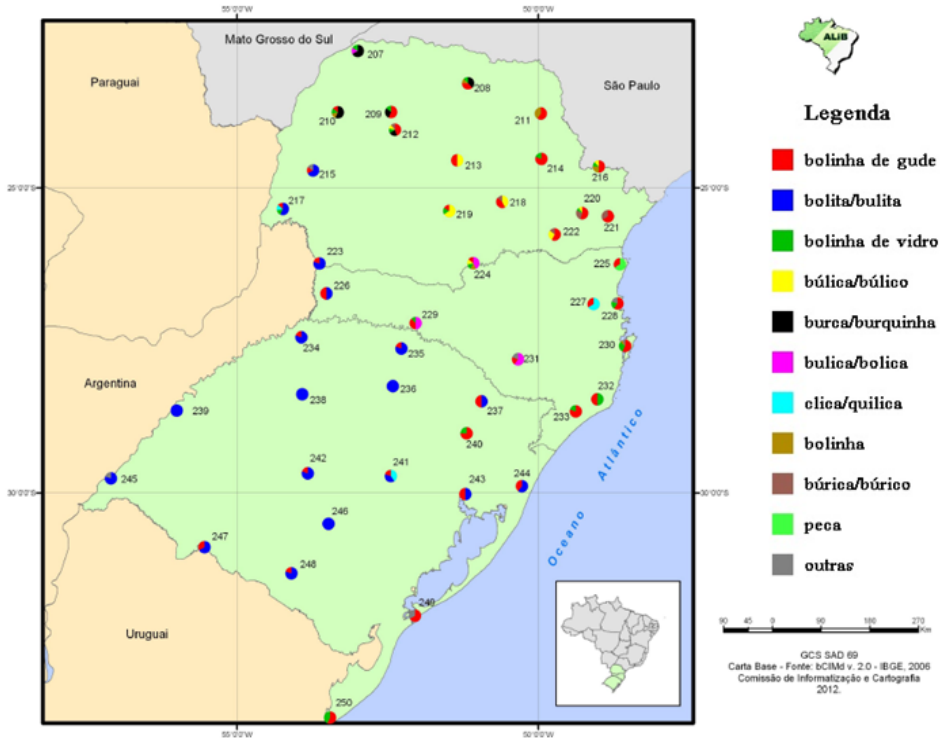
Principalmente no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e oeste catarinense, a variante *chimia* atingiu 100% de realização, ou seja, foi auferida como variante majoritária no léxico ativo dos quatro informantes entrevistados em cada localidade, estendendo-se até o extremo oeste do Paraná e refletindo-se em um ponto linguístico do Estado do Mato Grosso do Sul (ponto 117 – Ponta Porã).

2. BOLA DE GUDE (COMO SE CHAMAM AS COISINHAS REDONDAS DE VIDRO COM QUE OS MENINOS GOSTAM DE BRINCAR?)

Como se constata no mapa da Figura 4.4, que trata da distribuição diatópica das variantes lexicais de *bolinha de gude/vidro*, a palavra que se destaca na Região Sul é *bolita*, empréstimo da língua hispânica. A arealização é bem definida e

abrange a região centro-oeste do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e oeste do Paraná, ou seja, áreas que fazem fronteira com países de língua espanhola.

Figura 4.4 – Distribuição diatópica das variantes lexicais de *bolinha de gude/vidro* na Região Sul.



Fonte: Eltermann; Margotti, 2015 p. 8 – inédito.

A variante *burca* (*burquinha*, *búlica/o*, *búrica/o*) está associada ao Estado do Paraná (exceto sudoeste), fazendo parte da área de influência da variedade (falar) paulista. A variante *bolinha de vidro* é documentada em áreas de colonização açoriana no litoral catarinense, além de se sobrepor a outras formas em pequenas áreas do RS e PR. As formas *bulica/bolica* ocorrem em área do Planalto Serrano Catarinense. A forma *clica/quilica* (do alemão *klicker*) ocorre no Vale do Itajaí e em áreas próximas a Pelotas sob influência do contato com a língua alemã. Na região de Joinville e entorno, registrou-se a forma *peca*, cuja origem é desconhecida. *Bolinha de gude*, que é a terceira variante mais produtiva, compete com outras em diferentes áreas. Em síntese, as variantes de *bolinha de gude/vidro* atestam, em razoável medida, as diferentes fotografias dialetais do português falado no sul

do Brasil. Romano (2015) também traz o estudo dos designativos para “bolinha de gude”. Entre as conclusões sobre o tema, o autor assevera que:

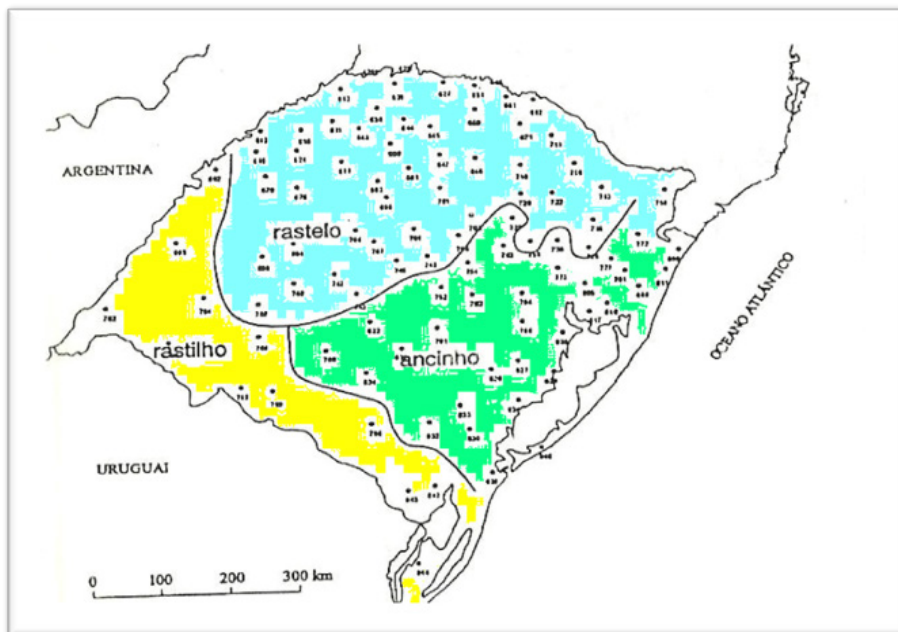
Os dados evidenciam, portanto, heterogeneidade linguística dentro do território investigado no que se refere às variantes para a *bolinha de gude* e apontam, novamente, a existência de dois falares: um *paulista (bolinha de gude)* e o *sulista (bolita)*. Ainda dentro desses dois grandes falares verifica-se a presença de subáreas lexicais, aqui caracterizadas pela variante *búrica*, que se localiza, principalmente, no centro-sul do PR, expandindo-se em um corredor central de SC. Outras variantes também delimitam subáreas lexicais intermediárias entre os dois falares, por exemplo, *clica* e *peca*, principalmente, na faixa leste e litoral norte de SC. Ademais, a configuração diatópica do item *bilosca* também dá indícios da possível expansão do subfalar mineiro, de Antenor Nascentes, que apresenta suas influências também na área geográfica delimitada neste trabalho como *falar paulista*. (ROMANO, 2015, p. 219).

3. ANCINHO (COMO SE CHAMA O INSTRUMENTO DE CABO LONGO E COM UMA TRAVESSA DENTADA NA PONTA, QUE SERVE PARA JUNTAR FOLHAS SECAS OU SUJEIRA?)

De acordo com o mapa da Figura 4.5, as variantes lexicais para designar “o instrumento de cabo longo e com uma travessa dentada na ponta, que serve para juntar folhas secas ou sujeira” delimitam áreas dialetais específicas no Rio Grande do Sul, a saber: *rastilho* representa o português de contato com o espanhol em áreas próximas às fronteiras com o Uruguai e Argentina; *ancinho* delimita, a leste e com projeção do litoral para o interior, uma área de influência açoriana; e, *rastelo*⁵⁴, por sua vez, é documentada em áreas de colonização italiana, desde a serra gaúcha e entorno até o norte e noroeste do Estado. Em resumo, as três variantes são empréstimos de línguas em contato, representativas de diferentes processos de colonização da antiga província de São Pedro.

⁵⁴ Embora Koch (2000, p. 66) tenha optado pela anotação da forma *rastelo*, o ALERS documentou predominantemente, na área do português de influência do português sul-riograndense, as formas *rastel* e *restel*.

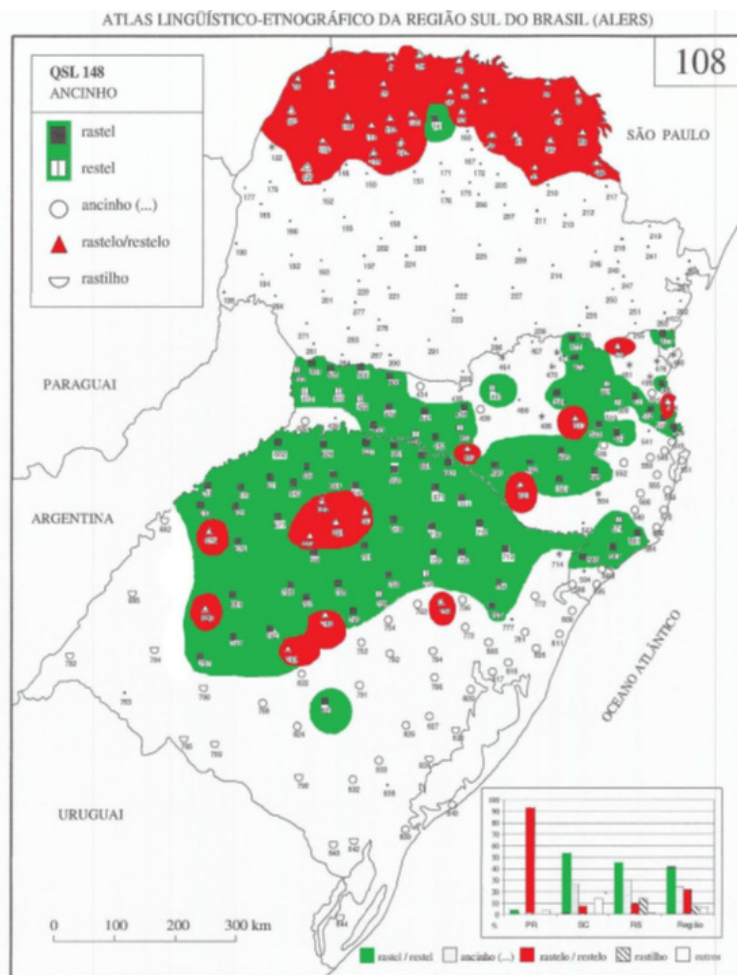
Figura 4.5 – Áreas lexicais das variantes de *ancinho* no Rio Grande do Sul.



Fonte: Koch, 2000, p. 66.

A fim de demonstrar como as variantes de *ancinho* se distribuem nos três Estados sulinos, apresenta-se a Figura 4.6 (Mapa 108, do ALERS) que, além das formas cartografadas por Koch no Rio Grande do Sul, registra a arealização de *rastelo* (*restelo*) no norte do Paraná, território de influência da variedade dialetal paulista.

Figura 4.6 – Distribuição diatópica das variantes de *ancinho* na Região Sul.



Fonte: ALERS, 2011, p. 299; Trainotti; Margotti, 2008, p. 272.

Observa-se na Figura 4.6 (Mapa 108 do ALERS) que a variante *ancinho* é recorrente também nas áreas de influência da colonização açoriana no litoral catarinense e que a variante *rastel* (*restel*) igualmente é recorrente em espaços catarinenses de colonização europeia, a exemplo do que ocorre no Rio Grande do Sul. No Paraná, a despeito da existência de uma extensa área na qual não houve registro de forma(s) designativa(s) do referente pesquisado, as formas *rastelo*/*restelo*, documentadas ao norte do Estado, são associadas ao mesmo étimo de *rastel*/*restel*, registradas em áreas de colonização italiana, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, todavia sem a apócope da vogal final [o]. Trata-se, certamente, de um empréstimo, fruto do contato do português com o italiano em território

paulista – assim como ocorreu nas outras áreas de contato com o italiano no RS e em SC – e que se difundiu no norte paranaense devido ao processo de colonização.

4. BERGAMOTA (COMO SE CHAMA A FRUTA MENOR QUE A LARANJA, QUE SE DESCASCA COM A MÃO?)

Para designar “a fruta menor que a laranja, que se descasca com a mão” na Região Sul, as formas mais produtivas são *bergamota* e *vergamota*, que correspondem a mais de 60% das respostas, distribuindo-se maciçamente em todo Rio Grande do Sul, onde atinge 95% das respostas, e em Santa Catarina, onde atinge cerca de 70% de incidência.

Essas variantes são empréstimos do espanhol, embora originalmente derivem de um mesmo étimo da língua italiana, segundo estudo realizado por Rocha (2008, 116):

Quanto à origem, o DRAE⁵⁵ considera bergamota vinda do italiano bergamotta (de Bérghamo), que é uma variedade de pêra com muito suco e aromática e, também, uma variedade de lima muito aromática, da qual se extrai uma essência usada na perfumaria.

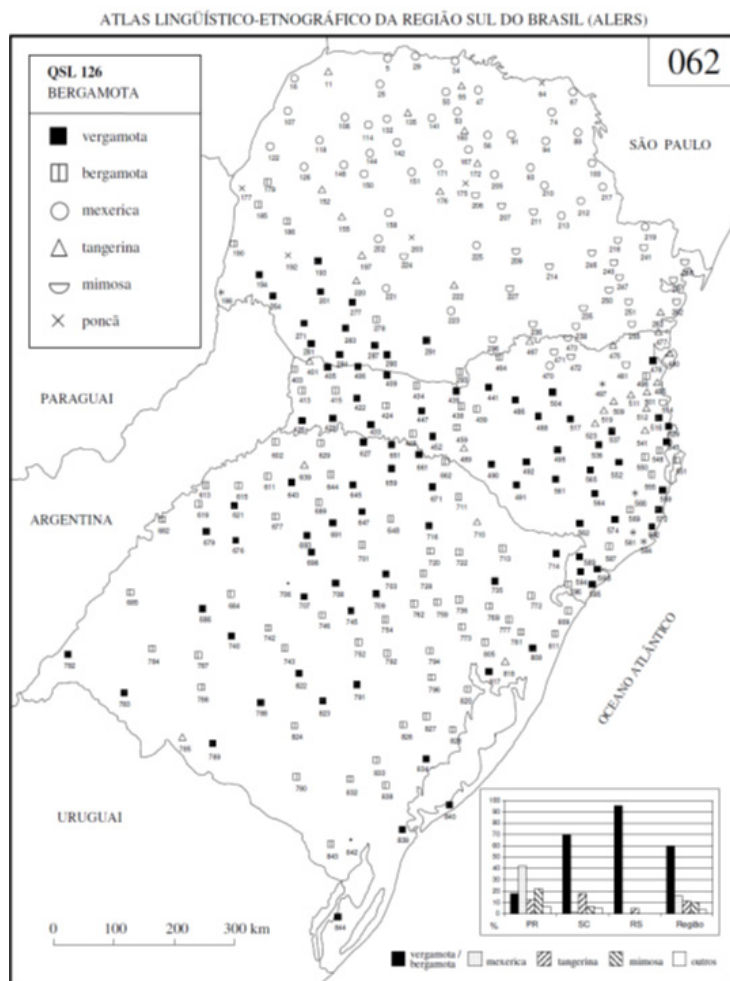
O étimo dessas duas variantes é, sem dúvida, o mesmo, tendo em vista que em português, desde o latim, é comum a transformação de [b] em [v] e vice-versa.

Na Figura 4.7 (Mapa 062 do ALERS), a distribuição diatópica de *bergamota/vergamota* corresponde ao território no qual, a exemplo de diversos outros aspectos lexicais, fonéticos e morfológicos (cf. ALERS, 2002, v. 2 e 2011b), se documenta a existência da variedade dialetal sul-rio-grandense, distinta da variedade dialetal paulista, cujos limites, embora oscilantes, são demarcados por um feixe de isoglossas que partem de algum ponto no litoral catarinense e se estendem para o interior numa linha oblíqua em direção noroeste até a fronteira com o Paraguai, no sudoeste do Paraná. No presente caso, essa fronteira dialetal está demarcada com uma linha na cor vermelha.

Sobre o mesmo lema, a distribuição diatópica da forma *mexerica* caracteriza o domínio do português paulista no espaço do denominado Paraná moderno, ao passo que, no espaço geográfico do denominado Paraná antigo, prevalece a variante *mimosa*.

⁵⁵ Diccionario de la Real Academia Española.

Figura 4.7 – Distribuição diatópica das variantes lexicais de *vergamota* na Região Sul.

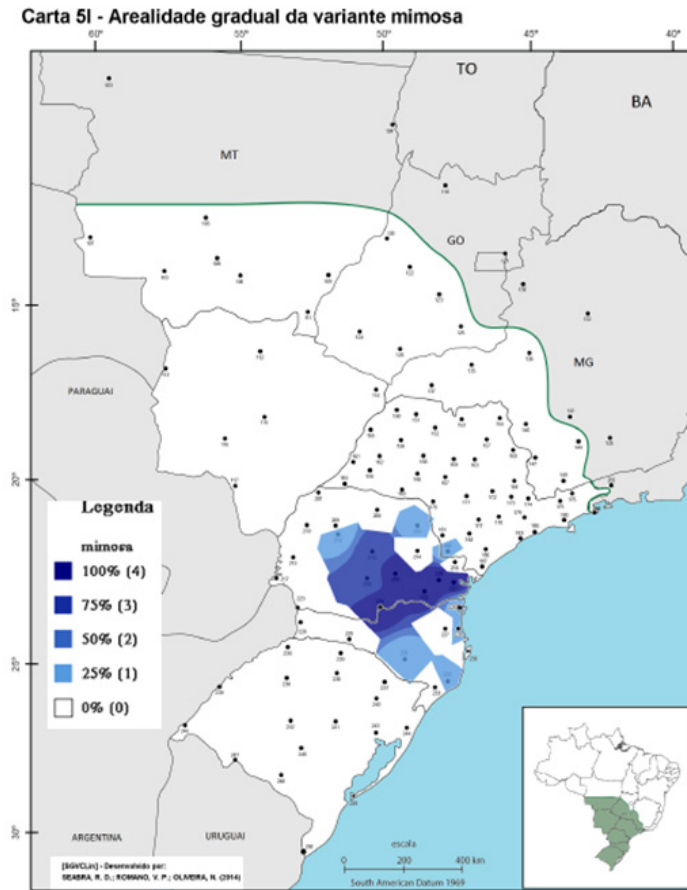


Fonte: ALERS, 2011, p. 200.

Em uma área mais restrita, no litoral norte de Santa Catarina, ocorre predominantemente a forma *tangerina*, caracterizando uma subárea na qual, aparentemente, não houve influência da variedade paulista, nem da variedade sul-rio-grandense.

A pesquisa de Romano (2015) atesta a distribuição do item *mimosa*, principalmente no Estado do Paraná, ratificando essa subárea na região que adentra também o estado de Santa Catarina, com menor produtividade, conforme se verifica na Figura 4.8.

Figura 4.8 – Distribuição do item *mimosa* como designativo para questão 39 do QSL do ALiB.

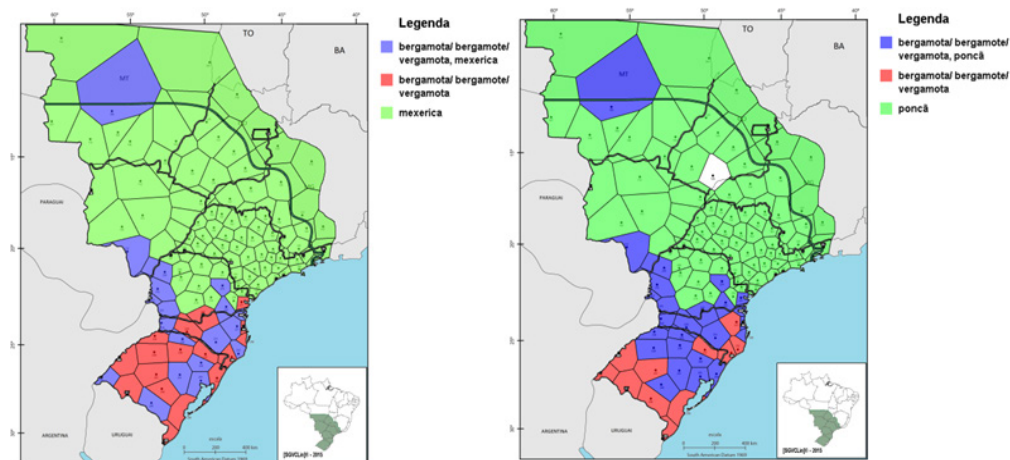


Fonte: Romano, 2015.

No Paraná, o item obtém 100% de produtividade no centro-sul do Estado, principalmente na região linguística de Curitiba, e se reflete no norte pioneiro paranaense em Tomazina (ponto 211) com os limites dessa isoléxica até Ribeira (ponto 185), cidade paulista.

Quanto à distribuição diatópica das variantes *bergamota/vergamota*, *mexerica* e *poncã*, a Figura 4.9 sintetiza as duas grandes áreas lexicais no centro-sul do país: a do *falar paulista*, com predomínio exclusivo das formas *mexerica* e *poncã* (cor verde) e a do *falar sulista de influência sul-rio-grandense e línguas de colonização (bergamota/vergamota)* (cor vermelha), indicando, inclusive, áreas de heteroléxicas, ou seja, em que as duas formas ocorrem indistintamente, representadas nas cartas pela cor azul.

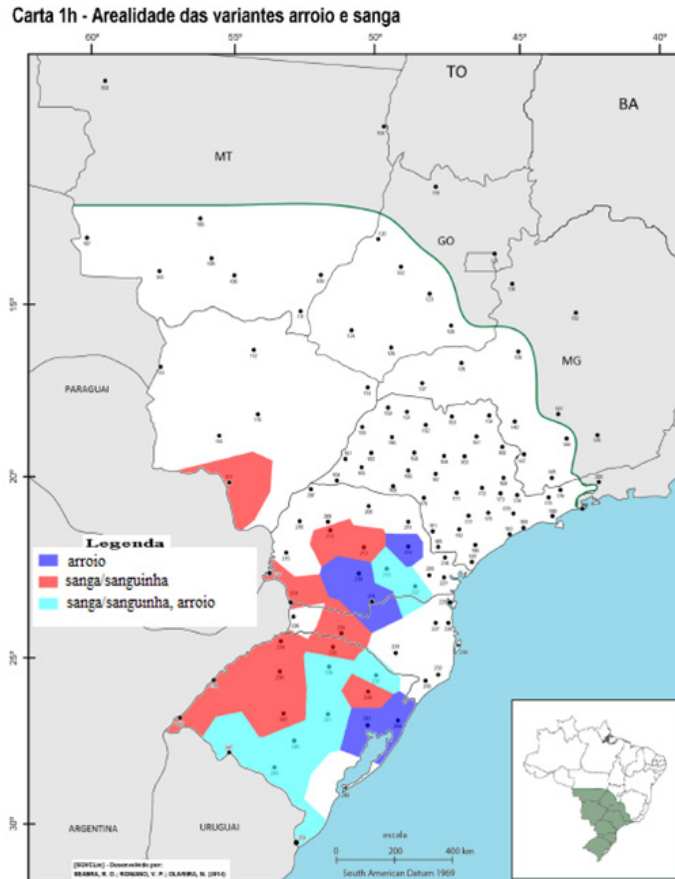
Figura 4.9 – Áreas de iso e heteroléxicas de *mexerica*, (v)bergamota e poncã.



Fonte: Romano, 2015.

5. SANGA E ARROIO (COMO SE CHAMA UM RIO PEQUENO DE DOIS METROS DE LARGURA?)

Romano (2015) também discutiu as áreas lexicais na Região Sul pautando-se nos designativos para a questão 001 do Questionário Lexical do ALiB (COMITE NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), cujo *caput* se refere ao *córrego* ou *riacho*. No território investigado, duas variantes regionais foram documentadas: *sanga* e *arroio*, cujas áreas de ocorrência se observa na Figura 4.10.

Figura 4.10 – Áreas de ocorrência de *sanga* e *arroio* nos Estados da Região Sul do Brasil.

Fonte: Romano, 2015.

Ambas as formas são empréstimos lexicais da língua espanhola segundo dicionaristas como Ferreira (2004) e Houaiss (2001). Na Figura 4.10, observa-se que *sanga* percorre a fronteira do Estado do Rio Grande do Sul com a Argentina e adentra o território paranaense por um corredor central (ponto 229 – Concórdia) até atingir cidades no sudoeste do Paraná, refletindo-se em uma cidade do Mato Grosso do Sul (Ponta Porã – ponto 117), mesmo que não seja de uma forma contínua.

Já a área de ocorrência exclusiva de *arroio* se apresenta no nordeste e parte do litoral gaúchos e no centro sul do Paraná, principalmente. As áreas de *coocorrência* de *sanga* e *arroio* delimitadas pelas linhas de heteroléxicas se apresentam, sobretudo, no território do Rio Grande do Sul, partindo do extremo sul – Chuí (ponto 250) – contemplando, por um corredor central do estado, diferentes pontos até o

norte gaúcho. Há ocorrência exclusiva do item também na área que compreende duas cidades paranaenses (218 – Imbituva e 222 – Barracão).

Segundo Romano (2015), essas duas áreas de ocorrência evidenciam traços da história social da região, principalmente ao se relacionar esse fato linguístico ao caminho dos tropeiros, nos séculos XVIII e XIX e, mais recentemente, com a reimigração de gaúchos de origem eslava e germânica (ROCHE, 1969). A presença de *sanga* nessa região revela um traço do contato linguístico do português com o espanhol e acompanha o processo de movimentação interna dos gaúchos rumo aos Estados de Santa Catarina e Paraná.

Os dados do ALiB têm mostrado que *sanga* não se restringe ao Rio Grande do Sul e à Santa Catarina, mas adentra o Paraná, ocorrendo, inclusive, em pontos de passagem de outras rotas dos tropeiros, como em Lapa (ponto 222), situada no antigo Caminho de Viamão.

Cabe notar, entretanto, que, apesar de no *corpus* do ALiB se encontrar o registro de uma ocorrência de *sanga* no ponto 117 – Ponta Porã, no Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007) e no Atlas Linguístico do Município de Ponta Porã (REIS, 2006) não se documenta tal variante, o que não possibilita afirmar, por ora, a influência de gaúchos nesta localidade do Mato Grosso do Sul, pelo menos no que se refere ao uso de *sanga*.

6. GURI E PIÁ (COMO SE CHAMA A CRIANÇA DE 5 A 10 ANOS DE IDADE DO SEXO MASCULINO?)

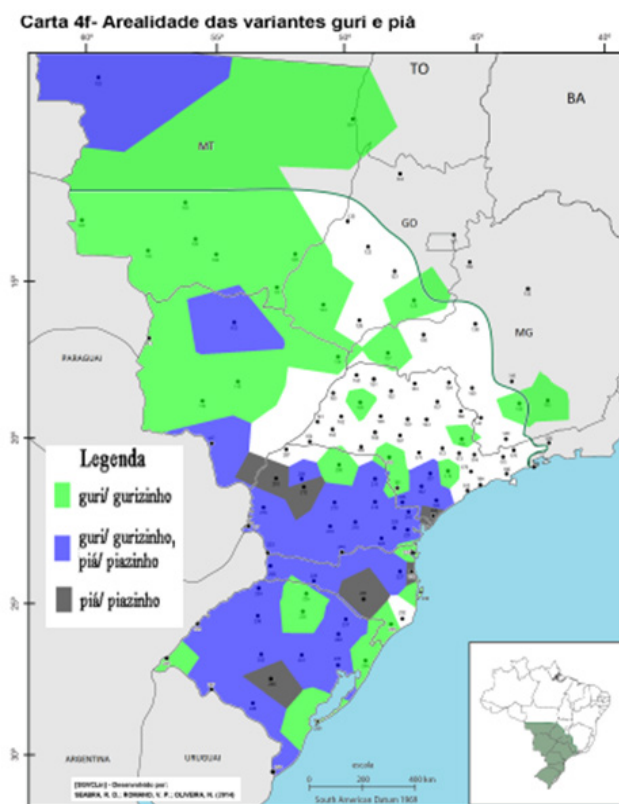
As duas variantes estereotipicamente sulistas para denominar a criança do sexo masculino que tem idade entre 5 e 10 anos, objeto da pergunta 132 do Questionário Semântico-Lexical do ALiB (COMITE NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), também foram descritas no trabalho de Romano (2015). Observa-se na Figura 4.11 a ampla distribuição desses dois itens em grande parte do território do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, formando uma extensa área heteroléxica em que há a coocorrência dos itens (em azul).

É interessante observar que, salvo as ocorrências exclusivas de *guri* e de *piá* nos Estados da Região Sul, a variante *guri* se irradia para os Estado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso e, a partir deste, chega ao sudoeste goiano, refletindo-se em uma localidade do Triângulo Mineiro – ponto 137 (Campina Verde) com diferentes índices de produtividade, uma vez que Romano (2015) atesta, por meio de cartas e gráficos, o enfraquecimento na produtividade desses itens em sentido setentrional no território investigado. No Paraná, *guri* está em

quase todo o Estado, exceto em três localidades do noroeste paranaense, região de colonização mais recente sob influência de mineiros e paulistas na primeira metade do século XX. De acordo com Romano e Seabra (2014, p.485):

a presença da variante “guri” em determinadas localidades paulistas, tais como Itararé, Itapetininga e Sorocaba, pode ser explicada pela influência vinda do sul do país, haja vista que algumas dessas localidades eram pontos pertencentes à antiga rota proveniente do Caminho das Tropas, pela consequência do Tropeirismo.

Figura 4.11 – Áreas de ocorrência de guri e piá no Centro-Sul do país.



A ocorrência de *guri* no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, ainda de acordo com esses autores (ROMANO; SEABRA, 2014), revela traços dos movimentos recentes de migração de gaúchos que deixaram marcas no léxico da região, bem como influências na formação da cultura local. Esse movimento decorre das novas fronteiras agrícolas na região Centro-Oeste, sobretudo a partir da década de 1970, com o incentivo governamental.

O Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994) e o Atlas Linguístico do Paraná II (ALTINO, 2007) não apresentam cartas linguísticas que documentem os designativos para o referente. O ALERS (2011), entretanto, nas cartas 270 e 271, registra as principais variantes e outras denominações, coincidindo com os dados do ALiB no que tange à área de ocorrência.

Conforme Romano e Seabra (2014), tanto a variante *guri* quanto *piá* reiteram a influência das línguas indígenas no português. De acordo com Cunha (2010), a forma lexical “guri” veio do tupi *ũĩ’ri* com a acepção que designa o “bagre novo” (tipo de peixe), por extensão de sentido, a criança. O etimologista remete o usuário ao verbete “guiri - ‘sm bagre’ / curi 1587, guori datada aproximadamente 1631”. Houaiss e Villar (2001), em contrapartida, registram a datação de 1890. Para os lexicógrafos, trata-se de um regionalismo brasileiro para designar o “menino”. Ferreira (2004), apesar de apresentar a mesma acepção, traz outra etimologia. Segundo o dicionarista, o vocábulo “guri” também vem do tupi, porém com o sentido de pequeno, não fazendo alusão ao peixe.

Piá, de acordo com Houaiss e Villar (2001), refere-se ao menino indígena e, analogamente, é empregado para denominar o menino mestiço de indígena com branco ou mesmo qualquer criança do sexo masculino. Segundo esses lexicógrafos, trata-se de um regionalismo de SC e RS para designar o peão menor de idade que não é de raça branca. Ferreira (2004) traz para *piá* a informação de que se trata um brasileirismo para designar o índio jovem ou mestiço jovem de branco com índio, remetendo ao verbete “menino”, tratando-se, pois, de um sinônimo. Em SC e RS é uma variante usada para designar “qualquer menor que não é branco e trabalha como peão de estância” (FERREIRA, 2004), ou seja, a mesma acepção dada por Houaiss e Villar (2001).

7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sob a perspectiva da variação diatópica, a Região Sul do Brasil apresenta-se como uma área dialetologicamente diversa, o que permite concordar com a assertiva de Görski (2012) de que é uma região administrativa com mais diferenças do que semelhanças, atestada por diferentes estudos de ordem fonética (MONARETO, 2000, 2004), lexical (PINHO; MARGOTTI, 2009; ROMANO; AGUILERA, 2013), morfossintática (MONGUILHOT, 2007) ou mesmo pragmático-discursiva (ROST, 2002), entre outras.

Basicamente, os Estados que compreendem essa região administrativa contemplam duas áreas linguísticas, uma meridional (partindo do estado do

Rio Grande do Sul) e uma setentrional (Paraná), separadas por um território de transição (Santa Catarina), que ora se identifica como a porção setentrional, ora com a meridional, conforme a descrição de Koch (2000), atestada por Altenhofen (2008, 2002) e comprovada por Romano (2015) ao comparar dados do ALiB e do ALERS.

A esses dois grandes grupos, observa-se a existência de subáreas, sobretudo no litoral catarinense e norte novo do Paraná, e reflexos de influência gaúcha em Estados da Região Centro-Oeste e no Estado de São Paulo, acompanhando movimentos dos bandeirantes, da rota dos tropeiros dos séculos XVIII e XIX, do povoamento por imigrantes (europeus principalmente), bem como migrações internas estimuladas pela expansão das fronteiras agrícolas do século XX e XXI. E a partir da década de 1960, o deslocamento de populações rurais para centros urbanos (êxodo rural) e aumento da mobilidade das populações devido ao incremento das atividades comerciais e de serviços, facilitadas pela construção de rodovias e uso de automóveis.

Os estudos de natureza geolinguística têm permitido constatar essas diferenças que estão evidenciadas em cartas linguísticas do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil e nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil que, a partir de análises prévias em artigos, dissertações e teses, confirmam as áreas convergentes e divergentes na região, seja por força da situação de bilinguismo que se observa nas pequenas e grandes cidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, seja pelas áreas de fronteira internacional ou por conta da imigração europeia dos períodos de colonização e povoamento do território e, também, pelas migrações internas.

Em suma, os trabalhos dialetológicos, em especial os de cunho geolinguístico, estão em franco desenvolvimento na Região Sul, sobretudo, no que se refere aos atlas de pequeno domínio desenvolvidos no Estado do Paraná. Uma tarefa ainda a se desenvolver é fomentar a elaboração de trabalhos dessa natureza, principalmente no território catarinense e gaúcho, como forma complementar e detalhar a situação linguística de pequenas áreas e municípios e as “fotografias linguísticas” encontradas no ALERS e nos dados do ALiB.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. de A. *Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um atlas linguístico de Londrina*. Londrina. 1987. 2.v. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis, 1987.

AGUILERA, V. de A. Os nomes para o interruptor de luz na Região Sul do Brasil: signo arbitrário ou motivado?. In: Vanderci de Andrade Aguilera; Maranúbia Pereira Barbosa Doiron. (Orgs.). *Estudos geossociolinguísticos brasileiros e europeus: uma homenagem a Michel Contini*. 1ed. Cascavel; Londrina: EDUNIOESTE; EDUEL, 2016, v. 1, p. 107-120.

AGUILERA, V. de A. *Atlas linguístico do Paraná – ALPR*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1994.

ALTENHOFEN, C. V. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Tese (Doutorado em Germanística) – Johannes Gutenberg Universität Mainz, Alemanha, 1995.

ALTENHOFEN, C. V. Os contatos linguísticos e seu papel na arealização do português falado no sul do Brasil. In: ELIZAINCÍN, Adolf; ESPIGA, Jorge (orgs.). *Español y portugués: fronteiras e contatos*. Pelotas: UCPEL, 2008. p. 129-164.

ALTENHOFEN, C. V. Áreas linguísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolinguísticas do ALERS. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado na Região Sul*. Pelotas: EDUCAT – Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002. p. 115-145.

ALTINO, F. C. *Pelos caminhos da geolinguística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis*. 2001. 2 v. Dissertação. (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, 2001.

ALTINO, F. C. *Atlas linguístico do Paraná II*. 2007. 2v. Tese. (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ALTINO, F. C.; YIDA, V. Os fraseologismos para pão francês na Região Sul do Brasil. *Estudos linguísticos e literários*, v. 60, p. 90-106, 2018.

ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS). Volume 1: *Introdução*; Volume 2: *Cartas Fonéticas e Cartas Morfossintáticas*. ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter (orgs.) et al. 1ª. Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC; Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS). *Introdução, Cartas fonéticas e morfossintáticas*. ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo; KOCH, Walter (orgs.) et al. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011 [2002a].

ATLAS LINGUÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS). *Cartas semântico-lexicais*. ALTENHOFEN, Cléo V.; KLASSMANN, Mário Silfredo (orgs.) et al. 1ª. Ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

BASSI, A. *A realização da fricativa alveolar em coda silábica no português brasileiro e no português europeu - abordagem geolinguística*. Tese (Doutorado Co-tutela em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina/Universidade de Lisboa, 2016.

BONATTI, M. *O dialeto trentino de pomeranos, SC: um estudo de antropologia lingüística*. São Paulo: USP, 1968.

BUNSE, H. A. W. *Dialetos italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 1975.

BUNSE, H. A. W. *O vinhateiro: estudo etnográfico-lingüístico sobre o colono italiano no RS*. Porto Alegre: UFRGS/IEL/DAC/SEC, 1978.

BUSSE, S. *Um Estudo Geossociolinguístico da Fala do Oeste do Paraná*. 2010. 2.v Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

CARDOSO, S. A. M. *Tinha Nascentes razão? Considerações sobre a divisão dialetal do Brasil*. *Estudos Linguísticos e Literários*. Salvador: UFBA, n. 5, 1986, p.47-59.

CARDOSO, S. A. M. *Vogais médias pretônicas no Brasil: uma visão diatópica*. In.: AGUILERA, V. de A. (org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: EDUEL, 1999, p. 95-108.

CARDOSO, S. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Vol. 1. Londrina: EDUEL, 2014a.

CARDOSO, S. et al. *Atlas Linguístico do Brasil*. Vol. 2. Londrina: EDUEL, 2014b.

CARLOS, V. G. *O português de cá e de lá: variedades em contato na fronteira entre Brasil e Paraguai*. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

CHOFARD, A. *Aspectos lexicais do português do Brasil: um recorte de variantes documentadas pelo Atlas Linguístico do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ELTERMANN, A. C.; MARGOTTI, Felício Wessling. *Variação lexical de “bolinha de gude” e “estilingue” na Região Sul do Brasil*. (Relatório de IC). Florianópolis, 2015. (inédito).

FABRIS, R. S. *Esboço de um atlas linguístico de Tamarana*. 1997. 75 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

FERREIRA, A. Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua Portuguesa*. Versão eletrônica 5.0. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FROSI, V. M.; MIORANZA, C. *Dialetos italianos: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 1983.

FURLAN, O. A. A. *Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis: EDUFSC, 1989.

GÖRSKI, E. Fenômenos variáveis na Região Sul do Brasil: aspectos de comportamento sociolinguístico diferenciado nas três capitais. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 41, n. 2, mai-ago 2012. p. 806-817.

GUIMARÃES, T. B. *Para um atlas linguístico de São Francisco do Sul (ALSFS): há nesta ilha um falar específico?* 2007. 2. v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

HORST, C. *Quando o Heinrich Casa com Iracema, a Urmutter Vira Bisa?* – A dinâmica dos nomes próprios de pessoas e comuns de parentesco em uma comunidade de contato alemão-português do Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Letras/Filologia Românica) – Christian-Albrechts-Universität Zu Kiel, Alemanha, 2009.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo com vistas a um atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem de aspectos semânticos lexicais*. 1999. 2v. + anexos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

KOCH, W. *Falares alemães do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

KOCH, W. O povoamento do território e a formação de áreas linguísticas. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine; SCHÖNBERGER, Axel (Ed.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, 2000. p. 55-69.

KRUG, J. M. *Os bilingues Teuto-brasileiros frente à Metafonia do Português*. Tese (Doutorado em Letras/Filologia Românica) – Christian-Albrechts-Universität Zu Kiel, Alemanha, 2009.

LINO, F. M. M. *Aspectos linguísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geossociolinguístico*, 2000. 291p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2000.

MARGOTTI, F. W. *Difusão sócio-geográfica do português de contato com o italiano no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MARGOTTI, F. W.; ZIBETTI, É. M. de O. Variantes lexicais de “manco” na Região Sul do Brasil: o que dizem os dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)? In: COSTA, Daniela de Souza Silva; BENÇAL, Dayme Rosane. (Org.). *Nos caminhos do léxico*. 1ed. Campo Grande: UFMS, 2016, v. 1, p. 251-274.

MERCER, J. L. da V. *Áreas fonéticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, v. 1 (165:), v. 2 (45 cartas), 1992.

MERCER; J. L. da V. *Le lixique technique dès pêcheurs de Guaraqueçaba*. Université de Toulouse II, Toulouse, 1979.

MONARETTO, V. N. de O. O apagamento da vibrante pós-vocálica nas capitais do sul do Brasil. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 275-284, março de 2000.

MONARETTO, V. N. de O. Descrição da vibrante no português do sul do Brasil. In: BISOL, L.; COLLISCHONN, G. (Orgs.). *Português do sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2009, p. 141-151.

MONGUILHOTT, I. de O. A variação na vibrante florianopolitana: um estudo sócio-geolinguístico. *Revista da ABRALIN*, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 147-169, jan./jun. de 2007.

MORTARA, G. Línguas estrangeiras e aborígenes faladas no lar no estado de Santa Catrina. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira dos Municípios*, 3(11), 1950, p. 673-704.

OLIVEIRA, D. G. de (org.). *Atlas linguístico do Mato Grosso do Sul - ALMS*. Campo Grande: Editora UFMS, 2007.

PERTILE, M. T. *Manutenção e substituição linguística em áreas bilingues vêneto-português do Alto Uruguai gaúcho*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

PINHEIRO, L. S. *Processos de territorialização de variedades dialetais do italiano como línguas de imigração no nordeste do Rio Grande Sul*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2014.

PINHO, A. J de; MARGOTTI, F. W. Aspectos de variação lexical no sul do Brasil: o demônio varia no sul? *Interdisciplinar*. Revista de Estudos em Língua e Literatura. Itabaiana-SE. v. 9, n. 9, p. 51-66, ago-dez 2009.

PINHO, A. J. de. *Aspectos da história da língua: um estudo diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

PIZOLATO, T. M. de P. *Esboço de uma atlas linguístico de Centenário do Sul*. 1997. 167 p. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

PREDIGER, A. *Topodinâmica do alemão falado em comunidades de imigração boêmia no Rio Grande do Sul*. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

REIS, R. C. P. *Atlas Linguístico do município de Ponta-Porã-MS: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai*. 2. v. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Três Lagoas, 2006.

RIBEIRO, T. L. *Variação lexical na rota do café: estudos geossociolinguísticos no norte do Paraná*. 2017. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

ROCHA, P. G. da. *O português de contato com o espanhol no Sul do Brasil: empréstimos lexicais*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMANO, V. P. *Atlas Geossociolinguístico de Londrina: um estudo em tempo real e tempo aparente*. 2012. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ROMANO, V. P.; AGUILERA, Vanderci. de Andrade. Padrões de variação lexical no sul do Brasil a partir dos dados do Projeto ALiB. *Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 43, n 1, p. 575-587, 2014.

ROMANO, V.; SEABRA, R. D. Menino, guri ou piá? Um estudo diatópico nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a partir dos dados do Projeto Atlas

Linguístico do Brasil. *Alfa: Revista de Linguística*, São José do Rio Preto, UNESP, v. 58, n.2, p. 463-497, 2014.

ROMANO, V. P. *Em busca de falares a partir de áreas lexicais no centro-sul do Brasil*. 2015. 2v. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ROMANO, V. P.; MARGOTTI, F. W. ‘Você vai viajar?’ ou ‘Tu vai viajar?’: a arealidade do pronome-sujeito no Sul do Brasil. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa. (Org.). *Estudos geossociolinguísticos brasileiros e europeus: uma homenagem a Michel Contini*. 1ed. Cascavel/PR: UNIOESTE; Londrina/PR: EDUEL, 2016, v. 1, p. 237-254.

ROMANO, V. P.; SILVA, H. C. da S. Estudos geolinguísticos e sociodialetológicos no Paraná: gênese e continuidade. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade; ROMANO, Valter Pereira (orgs.). *A Geolinguística no Brasil: caminhos percorridos, horizontes alcançados*. Londrina: EDUEL, 2016, p. 341-354.

ROST, C. A. *OLHA e VEJA: multifuncionalidade e variação*. 2002. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SIQUEIRA, F. *Atlas Linguístico de Cuiariúva-PR: aspectos lexicais*. 2015. 2v. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

SOUZA, A. C. S. *Africanidade e contemporaneidade do português falado em comunidades afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SOUZA, H. D. L. *As fronteiras internas do português del Norte del Uruguai: entre a percepção dos falantes e as políticas linguísticas*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

TRAINOTTI, K. T.; MARGOTTI, F. W. *Linguagens*: Revista de Letras, Artes e Comunicação, Blumenau, v. 2, n. 3, p. 263 - 274 set./dez. 2008.

VANDRESEN, P. *Fonologia do Westfaliano de Rio Fortuna*. Porto Alegre: PUC-RS, 1971.

VANDRESEN, P. *Variação e mudança no português falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002.

A FORMAÇÃO DE UM *CORPUS* DE VERBOS DENOMINAIS: O CASO PARTICULAR DOS VERBOS PARASSINTÉTICOS

Alina Villalva

Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras e Centro de Linguística

1. INTRODUÇÃO

A parassíntese é um caso especial de formação de palavras, em particular nas línguas românicas. No Português, trata-se de um processo relevante, sobretudo no domínio da formação de verbos, que tem sido objeto de diversas descrições e análises, mas que continua a colocar diversos problemas de compreensão.

Costuma definir-se parassíntese como um processo de prefixação e sufixação simultâneas. No entanto, tendo em conta que nem sempre há intervenção de sufixos (cf. a[camp]ar) e que o papel dos prefixos presentes não é fácil de caracterizar, dado que podem até contrastar com formas em que estão ausentes (cf. borrarar vs. esborrarar), parece ser mais adequada a sua descrição como estruturas de convergência, em que uma única base é, por um lado, objeto de um processo de prefixação e, por outro, de um processo de conversão ou de sufixação (cf. VILLALVA, 2010).

Um outro problema que a descrição dos verbos parassintéticos coloca diz respeito à distribuição dos diversos prefixos e sufixos e à coexistência de formas geradas a partir de um mesmo radical. Consultando diversas fontes lexicográficas, encontramos um grande número de verbos deste tipo, nem sempre coincidentes

com aqueles cujas bases de dados lexicais nos permitem fazer supor que fazem parte do léxico contemporâneo do Português: em alguns casos, os verbos deixam de ser parassintéticos (cf. arrenegar vs. renegar); noutros, um prefixo é substituído por outro (cf. acurrular vs. encurrular); e noutros ainda, tudo muda, menos o radical (cf. afracar vs. enfraquecer). A análise histórica destas formas torna-se, assim, indispensável à necessária avaliação crítica dos registos de verbos parassintéticos nos dicionários gerais contemporâneos e, subsequentemente, à formação de corpora de análise.

Quem trabalha em morfologia ou lexicologia usa, de forma sistemática, dicionários ou bases de dados lexicais. Até ao final do século XX, e tendo como objeto o Português Europeu contemporâneo, os instrumentos disponíveis mais relevantes eram o dicionário da Porto Editora e o dicionário inverso de Elena Wolf, bem como o dicionário etimológico de José Pedro Machado. Tudo em suporte papel, é claro. De então para cá, muita coisa mudou. A alteração mais relevante resultou do aparecimento dos dicionários eletrônicos, sobretudo porque permitem fazer pesquisas muito mais seletivas e variadas e em muitíssimo menos tempo. Quase a par, surgiu também a possibilidade de aceder *on-line*, ou mesmo *off-line*, a digitalizações de diversos dicionários de acesso direto mais difícil. A pesquisa de dados tornou-se, portanto, mais fácil, mais cômoda e mais produtiva. O que os últimos 30 anos não trouxeram foi dicionários diferentes ou de melhor qualidade. Assim, quer recorramos aos velhinhos dicionários em papel, quer prefiramos os modernos dicionários eletrônicos e bases de dados lexicais, a substância da informação que obtemos é muito semelhante, e é isso que nos coloca perante problemas como aquele que aqui é trazido.

O meu ponto de vista de trabalho sobre a morfologia e o léxico é de natureza teórica. Interessa-me compreender as palavras do Português, como surgem no uso da língua e como se relacionam entre si. Para alcançar algum sucesso nessa empresa é preciso distinguir o essencial do acessório e aproximar o que, sendo aparentemente diferente, é afinal idêntico ou, sendo aparentemente idêntico, é na verdade distinto.

No domínio da formação de palavras, distinguir o essencial do acessório significa que o rol alargado de formas que a consulta de um dicionário permite constituir, porque integra palavras que partilham um sufixo ou um prefixo, por exemplo, não pode ser analisado cegamente, porque nem todas essas formas têm necessariamente o mesmo estatuto no léxico. Há, portanto, um conjunto de formas que nos vão permitir compreender o que é central no processo de formação de palavras que estamos a examinar e um outro conjunto de formas que não deve

ser tomado em consideração num mesmo plano do anterior, porque essas formas se encontram na periferia do processo de formação de palavras. No entanto, também é preciso analisar cuidadosamente essa franja de dados para garantir que não se excluam informações necessárias ao entendimento global do processo, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão diacrônica.

Neste capítulo, apresentarei uma descrição e análise dos verbos parassintéticos que assenta na consideração dos dados fornecidos pelos dicionários contemporâneos e por bases de dados do uso da língua, bem como em informação obtida em fontes lexicográficas mais antigas.

2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS VERBOS PARASSINTÉTICOS

A parassíntese é habitualmente descrita como um caso particular de derivação que, pelo menos nas línguas românicas, é sobretudo relevante na formação de verbos. Este processo de formação de palavras tem sido objeto de diversas descrições e análises⁵⁶, mas continua a colocar problemas vários. Começamos, então, por esclarecer o conceito. Said Ali (1931, 1964, p. 254) opõe a derivação parassintética à “derivação comum”. É também assim que interpreto esta etiqueta gramatical: a parassíntese remete para vários tipos de estruturas derivadas incomuns, que partilham a circunstância de poder envolver um ou mais afixos, mas de um modo diferente daquele que a sufixação derivacional ou a modificação (por prefixação ou por sufixação) usam. Tanto a derivação por sufixação (cf. 1a) quanto a modificação (cf. 1b), por prefixação ou por sufixação, geram estruturas binárias, formadas a partir da relação entre uma base e um afixo (cf. VILLALVA, 1994):

- | | | | | |
|-----|----|--------------------------|---|-------------------------------------|
| (1) | a. | sensibil _{RADJ} | > | sensibilidad _{RN} (e) |
| | b. | sensibil _{RADJ} | > | insensibil _{RADJ} |
| | | sensibil _{RADJ} | > | sensibilíssim _{RADJ} (o/a) |

Nas estruturas parassintéticas, esta relação binária parece não se verificar. Tomando em consideração apenas os verbos, é possível encontrar dois tipos de sequências. As primeiras são formadas por um radical adjetival ou substantival e um sufixo de verbalização (cf. 2a); nas segundas, nenhum sufixo está presente (cf. 2b):

⁵⁶ Cf. Villalva (1994), Rio-Torto (1994), Pereira (2002), Arim e Freitas (2003) e Rio-Torto *et al.* (2013), entre outros.

- (2)
- | | | | | | |
|-------------|-----------------|------|--------------|-----------------|------------------|
| a. a[mol] | _{RADJ} | ecer | _V | ‘tornar mole | _{ADJ} ’ |
| a[pedr] | _{RN} | ejar | _V | ‘atirar pedras | _N ’ |
| b. a[celer] | _{RADJ} | ar | _V | ‘tornar célere | _{ADJ} ’ |
| a[carici] | _{RN} | ar | _V | ‘fazer carícias | _N ’ |

As relações hierárquicas que se estabelecem entre os constituintes presentes nessas sequências são, no entanto, o que verdadeiramente as define. Assim, palavras como **insensibilizar** ou **dessensibilizar** que também são formadas por um prefixo, um radical e um sufixo, para além do constituinte temático e da flexão, correspondem inquestionavelmente a estruturas recursivamente binárias (cf. 3):

- (3)
- | | | | | |
|---|---|--------------|---|---------------------------------|
| sensibil | > | insensibil | > | insensibilizar |
| [[in [sensibil] _{RADJ}] _{RADJ} iz] _{RV} ar | | _V | = | tornar insensível |
| sensibil | > | sensibilizar | > | dessensibilizar |
| [des [[sensibil] _{RADJ} iz] _{RV}] _{RV} ar | | _V | = | fazer o inverso de sensibilizar |

A análise dos parassintéticos é mais complexa porque nenhuma das supostas formas intermédias (numa análise recursivamente binária) é uma palavra no Português:

- (4)
- | | | | | |
|-----------|-----------|----------------|-----------|--------------|
| acelerar | *acélere | _{ADJ} | *celerar | _V |
| amolecer | *amole | _{ADJ} | *molecer | _V |
| acariciar | *acarícia | _N | *cariciar | _V |
| apedrejar | *apedra | _N | *pedrejar | _V |

Note-se que os prefixos dos verbos parassintéticos participam num processo de prefixação que é específico da parassíntese, não fazendo parte do elenco de formas disponíveis noutros contextos:

- i. prefixo **a-** que ocorre no Português é um prefixo de negação, raramente utilizado (cf. anormal, agramatical) e que se associa a adjetivos – o prefixo **a-** da parassíntese não tem qualquer valor negativo;
- ii. a sequência **eN-** é absolutamente exclusiva da parassíntese (cf. engarrafar) e o mesmo se verifica com **es-** (cf. esvaziar);
- iii. quanto a **des-**, pode encontrar-se um paralelo com o prefixo **des-** que se associa a verbos (cf. desmontar), gerando um verbo que significa o contrário do verbo base; porém, o **des-** dos verbos parassintéticos parece estar associado ao valor de “tirar o que a base adjetival ou nominal refere” e, portanto, também não é a mesma forma⁵⁷.

⁵⁷ Algumas ocorrências do prefixo **es-** também têm este valor semântico (cf. *esfilar*), mas são raras.

Como se deve, então, analisar a estrutura das formações parassintéticas? Nenhuma das respostas conhecidas é inteiramente satisfatória. A hipótese tradicionalmente aceite é a de que se trata de um processo de prefixação e sufixação simultâneas, mas essa hipótese, que põe em causa a hipótese de ramificação binária (cf. VILLALVA, 1994), exige:

- i. ou que a vogal temática (geralmente **-a**) e/ou a flexão sejam consideradas sufixos de verbalização;
- ii. ou que os verbos que não contêm sufixo derivacional, como **enrijar** ou **engarrafar**, não sejam considerados como parassintéticos.

Nenhuma dessas alternativas é aceitável:

- i. a primeira confunde os sufixos especificadores (temático e flexão) com sufixos derivacionais, deixando por explicar a razão pela qual há casos, como **amolecer** ou **apedrejar**, em que um outro sufixo, este verdadeiramente derivacional, está presente (cf. *aceler* - - a - r vs. *apedr* - ej - a - r);
- ii. a segunda impede a consideração da formação de verbos parassintéticos com e sem sufixo como processos do mesmo tipo, o que não é desejável, dado que possuem muitas semelhanças morfossemânticas e mesmo estritamente morfológicas.

Uma versão mais recente dessa mesma hipótese é a que considera que verbos do tipo de **amolecer** **são formados por** circunfixação. Infelizmente, esta revisão da hipótese anterior não resolve nenhum dos problemas acima enunciados e acrescenta um novo. É que, ao ligar o ‘prefixo’ ao ‘sufixo’, agora tomados como partes do mesmo circunfixo, passamos de um elenco de quatro prefixos e quatro sufixos, considerando apenas os mais significativos, para um conjunto de dezesseis circunfixos:

- (5) a...e(ar), a...ej(ar), a...ec(er), a...iz(ar)
des...e(ar), des...ej(ar), des...ec(er), des...iz(ar)
en...e(ar), en...ej(ar), en...ec(er), en...iz(ar)
es...e(ar), es...ej(ar), es...ec(er), es...iz(ar)

Perde-se em economia, perde-se em capacidade de generalização, mas, como veremos adiante, o principal problema reside no fato de todo este aparato ser requisitado por um número muito diminuto de verbos. Em suma, nem a hipótese de sufixação e prefixação simultâneas nem a sua revisão como circunfixação descrevem adequadamente o processo de parassíntese.

Quanto às hipóteses que não põem em causa o princípio de ramificação binária, elas também não são isentas de problemas. Em primeiro lugar, devem escolher a prefixação ou a sufixação como operação básica; em segundo lugar, devem justificar a formação de um estágio intermédio no processo de formação de palavras que corresponde a uma forma que não tem existência no uso.

Em relação à primeira parte da questão, pode admitir-se que a hipótese mais plausível seria a de formar o verbo primeiro e associar o prefixo em seguida. Para discutir essa proposta, é útil fazer uma comparação com a formação de verbos por sufixação, porque recorrem exatamente ao mesmo conjunto de sufixos, e também é útil a comparação com a formação de verbos por conversão, que é um processo que existe independentemente. Todos estes verbos são semanticamente muito próximos, podendo ser caracterizados, de forma grosseira, como verbos de mudança de estado, ainda que se distribuam, de maneira sistemática, por diversos subtipos semânticos correlacionáveis com a natureza do processo de verbalização:

- | | | | |
|-----|----|---|-------------------------------------|
| (6) | a. | a [celer] _{RADJ} ar _V | ‘tornar célere _{ADJ} ’ |
| | | [igual] _{RADJ} ar _V | ‘tornar igual _{ADJ} ’ |
| | | a [mol] _{RADJ} ecer _V | ‘tornar(-se) mole _{ADJ} ’ |
| | | [agud] _{RADJ} izar _V | ‘tornar(-se) agudo _{ADJ} ’ |
| | b. | a [carici] _{RN} ar _V | ‘fazer carícias _N ’ |
| | | [armadilh] _{RN} ar _V | ‘fazer uma armadilha _N ’ |
| | | en [tron] _{izar} _V | ‘pôr no trono _N ’ |
| | | [hifen] _{RN} izar _V | ‘pôr um hífen _N ’ |

Este paralelismo entre a sufixação, a conversão e a parassíntese, no domínio da formação de verbos denominais, permite-nos entender que nem a sufixação nem a prefixação são estritamente indispensáveis, dado que a conversão do radical permite, em muitos casos, obter o resultado pretendido (cf. *igualar* e *armadilhar*). Essa constatação é reforçada tanto por casos de alternância entre verbos formados por conversão e verbos formados por sufixação (cf. 7a) como entre verbos formados por conversão e verbos formados por parassíntese (cf. 7b), sem que se verifiquem alterações semânticas significativas:

- | | | |
|-----|----|------------------------|
| (7) | a. | alicerçar = alicercear |
| | | amarelar = amarelecer |
| | | ampliar = amplificar |
| | | planejar = planejar |
| | b. | engalanar = engalanear |
| | | enfuriar = enfurecer |
| | | esfolegar = resfolegar |

Em relação à prefixação, verifica-se que muitos parassintéticos coexistem com verbos em que o prefixo não está presente, seja na variação dialetal (cf. 8a), seja na variação diacrônica (cf. 8b), seja no contraste com uma outra língua (cf. 8c), sem que, de novo, se verifiquem contrastes semânticos significativos:

- (8) a. balançar (PE) vs. embalançar (PB)
 b. bravejar (desusado) vs. esbravejar (em uso)
 c. doutrinar vs. endoutrinar⁵⁸ (cf. Inglês indoctrinate)

A comparação interlinguística mostra, também, diversos contrastes desse tipo. O exemplo seguinte diz respeito a verbos derivados do adjetivo *que*, em Latim, tinha a forma *curtus*. Nessa língua, o verbo causativo, com o valor aproximado de “tornar curto”, é formado por conversão (i.e. curto, -are), mas, nas diversas línguas românicas, encontram-se vários casos de parassintéticos⁵⁹, e por vezes até se encontram diferentes formas na mesma língua, para além da possibilidade de ocorrência do verbo formado por conversão:

(9)	Castelhano	cortar	acortar		
	Catalão			escurçar	
	Francês			écourter	raccourcir
	Italiano		accorciare		racorciare
	Português	cortar	acurtar (des.)	encurtar	recortar
	Romeno			a scurta	

Esse conjunto de observações permite, pois, entender que o processo crucial é o da formação de um verbo e que ele pode dispensar quer a sufixação quer a prefixação, o que também significa que não obtemos qualquer indicação quanto à ordenação dos processos na parassíntese, e, consequentemente, que a sua análise como estrutura binária recursiva perde força explicativa.

A segunda questão relativa a essa hipótese de análise, ou seja, a justificação da formação de um estágio intermédio que corresponde a uma forma que não tem existência no uso (cf. *celerar, *amole) também ficou por resolver. A consideração de verbos não prefixados é meramente estipulativa no caso dos verbos parassintéticos: formas como **molecer** e **amolecer não estão em distribuição livre. Por outro lado, a modificação de radicais adjetivais e substantivais por prefixos que nunca ocorrem nesse contexto, nem se adivinha que função**

⁵⁸ Cf. quando um professor não “endoutrina” um aluno, ele deixa todo o lugar à ideologia dominante -n R. J. T. Silveira (2001) *A Filosofia vai à Escola?* Campinas: Autores Associados.

⁵⁹ O caso do Romeno parece ser distinto e merecedor de atenção particular.

semântica teriam (cf. *entrono, *esfrio), torna a formação dessas sequências igualmente imotivada.

Em suma, a parassíntese apresenta-se como um processo de verbalização por intervenção de um processo de conversão (cf. 10a) ou sufixação derivacional (cf. 10b) sobre um radical adjetival ou nominal, radical que também é objeto de um processo de prefixação. Estes verbos devem, pois, ser descritos de forma compatível com a da descrição de verbos denominais não-parassintéticos:

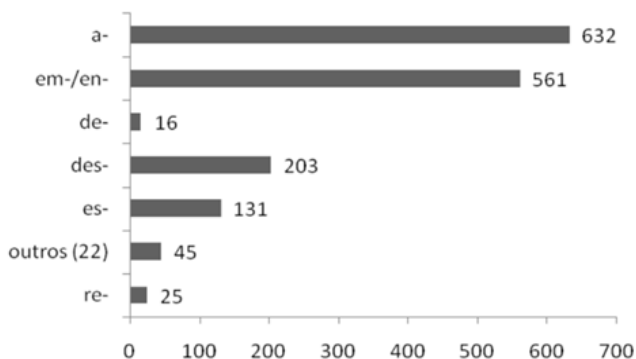
(10)	a. a [quiet] _{RADJ} RV ar	inquiet] _{RADJ} RV ar
	en [garraf] _{RN} RV ar	ameaç] _{RN} RV ar
	b. es [tont] _{RADJ} RV e] _{sufixo} ar	alt] _{RADJ} RV e] _{sufixo} ar
	es [brav] _{RADJ} RV ej] _{sufixo} ar	turv] _{RADJ} RV ej] _{sufixo} ar
	en [dur] _{RADJ} RV ec] _{sufixo} er	obscur] _{RADJ} RV ec] _{sufixo} er
	con [fratern] _{RADJ} RV iz] _{sufixo} ar	amen] _{RADJ} RV iz] _{sufixo} ar
	en [lam] _{RN} RV e] _{sufixo} ar	ond] _{RN} RV e] _{sufixo} ar
	a [pedr] _{RN} RV ej] _{sufixo} ar	ar] _{RN} RV ej] _{sufixo} ar
	a [noit] _{RN} RV ec] _{sufixo} er	alvor] _{RN} RV ec] _{sufixo} er
	a [terror] _{RN} RV iz] _{sufixo} ar	hospital] _{RN} RV iz] _{sufixo} ar

3. CONSTRUÇÃO DE UM CORPUS DE VERBOS DENOMINAIS

As descrições dos processos morfológicos baseiam-se, geralmente, em *corpora* constituídos a partir de fontes lexicográficas. Ao reunir um conjunto de palavras deste tipo, percebe-se que o resultado se afasta, de forma mais ou menos sensível, do conjunto de palavras que os falantes reconhecem e mais ainda do que usam. Que palavras estranhas são essas? Por que razão estão dicionarizadas? Que consequências tem a sua consideração na descrição dos dados? Esta secção é dedicada a essa análise.

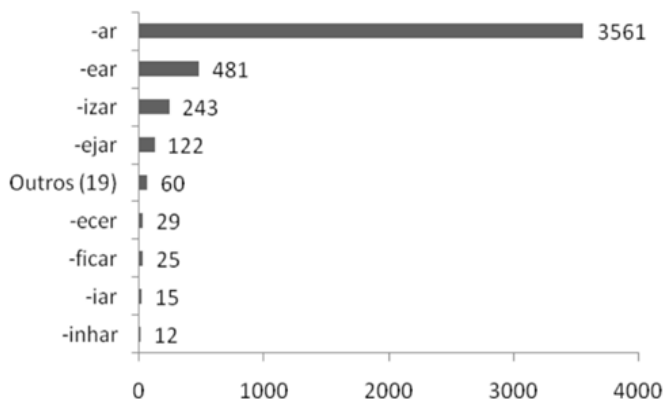
Bassani (2009) apresenta um levantamento de verbos denominais feito com base num *corpus* elaborado a partir do Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Esse *corpus* é formado por 4.549 verbos, 35% dos quais são verbos parassintéticos. Nesse conjunto de parassintéticos, 39% dos verbos apresentam o prefixo **-a**, 35% contêm o prefixo **em-/en-**, 12% exibem o prefixo **des-** e 8%, o prefixo **es-**. Nos restantes 6%, ocorrem diversos prefixos (como, por exemplo, **re-**), que não é aqui relevante considerar (cf. Figura 5.1).

Figura 5.1 – Prefixos: Bassani (2009)



Os dados apresentados por Bassani (2009) quanto à sufixação englobam a totalidade dos verbos considerados, e não apenas os parassintéticos, e mostram que o sufixo mais frequente é **-e(ar)**, com 10,5%, seguido de **-iz(ar)**, com 5%, de **-ej(ar)**, com 3%, e depois de **-ec(er)** e **-ific(ar)**, com 0,6% e 0,5%, respectivamente, mas a maior percentagem (78%) é a dos verbos em que nenhum sufixo derivacional está presente (cf. Figura 5.2).

Figura 5.2 – Sufixos: Bassani (2009)



Mais importante do que essas contagens é a interpretação dos números, é fazer perguntas e procurar obter respostas. Os dados de Bassani (2009) indiciam que a parassíntese é um processo relevante no Português e também que a presença de um sufixo de verbalização não é indispensável. Mas os dados considerados por Bassani (2009) não distinguem formas em uso de formas desusadas, ou formas que eventualmente se encontram em distribuição complementar, se considerarmos o eixo cronológico. A consulta de fontes lexicográficas mais diversificadas mostra

que essas distinções são cruciais para a análise destes verbos. Vejamos alguns exemplos no Quadro 5.1:

Quadro 5.1 – Comparação de registos lexicográficos

MORAIS 1813	FIGUEIREDO 1913	INFOPÉDIA 2020	GLOSA
embrutecer	abrutalhar, abrutar, abrutecer, brutificar, embrutecer	embrutar → embrutecer = abrutalhar ← abrutar brutificar	‘pôr(se) bruto’
encruzar, cruzar	cruzar, encruzar, encruzilhar	cruzar = encruzar ← encruzilhar	‘pôr em cruz’
endurar, endurecer	endurar, endurecer, endurentar	endurar → endurecer ← endurentar	‘pôr(se) duro’
afracar, fraquear, enfraquecer	afracar, afraquentar, enfraquecer, enfraquentar, fraquear, fraquejar, fraquentar	afracar → enfraquecer ← enfraquentar ≠ fraquejar ← fraquear	‘pôr(se) fraco’
enfurecer	enfurecer, enfuriar	enfuriar → enfurecer	‘pôr furioso’
	emporcar, emporcalhar	emporcar → emporcalhar	‘pôr porco’
enraivecer	enraivar, enraivecer, raivar, raivecer, raivejar	enraivar = enraivecer, raivecer raivar ← raivejar	‘pôr raiva’
entronear, entronizar	entronar, entronear, entronizar	entronar = entronizar	‘pôr no trono’

Fonte: Moraes (1813); Figueiredo (1913); Infopedia (2020).

Esses exemplos mostram que são frequentes os casos de verbos formados a partir de um mesmo radical, com recurso a diferentes prefixos e sufixos (ou apenas à conversão), sendo descritos como sinônimos ou remetendo de uns para outros, como se verifica com os derivados do radical de **bruto**. Acresce que, em alguns casos, como **enfraquecer** e **fraquejar**, os dicionários estabelecem interpretações distintas que só a consulta de *corpora* textuais permitirá avaliar. Curiosamente, esta grande profusão de formas semanticamente idênticas e formalmente próximas encontra-se na base de dados da Infopédia, tal como se encontra no dicionário de Cândido de Figueiredo, que é 100 anos mais velho, mas não está presente no dicionário de Moraes, de 1813.

Se procedermos a idêntica pesquisa, mas nas primeiras fontes lexicográficas do Português (cf. Quadro 5.2), confirmamos que o número de formas parassintéticas registadas só aumenta com Figueiredo (1913) e, curiosamente, os registos lexicográficos mais antigos são frequentemente mais compatíveis com o que encontramos numa pesquisa de uma base de dados textuais, como o CRPC, e no Corpus do Português (cf. Quadro 5.3 e Quadro 5.4) do que os registos lexicográficos mais recentes.

Quadro 5.2 – Comparação de registos lexicográficos

<i>Cardoso</i> 1569-1570	<i>Pereira</i> 1697	<i>Bluteau</i> 1712-1728	<i>Feijó</i> 1734
		Embrutecer	embrutescer
encruzar	Encruzar	Encruzar	encruzar
endurecer	Endurecer	Endurecer	endurecer
enfraquecer	Enfraquecer	afracar ≠ enfraquecer	enfraquecer
	Enfurecer	enfurecer	enfurecer
			enraivecer
	Entronizar	entronizar	

Quadro 5.3 – Comparação de registos textuais (fúria, porco, raiva, trono)

fúria		porco, a(s)		raiva		trono	
s. 16-20	c. 2000	s. 13-20	c. 3500	s. 15-20	c. 1800	s. 13-20	c. 1800
enfurecer		emporcilhar		enraivecer		entronizar	
s. 17-20	c. 150	s. 19-20	c. 26	s. 18-20	10	s. 17-20	c. 50
enfuriar				raivar		entronar	
s. 20	1			s. 16-19	3	s. 20	1

sem registos		
emporcar	enraivar raivecer raivejar	entronear

Fonte: Cardoso (1813); Pereira (1697); Bluteau (1712-1728); Feijó (1734).

Quadro 5.4 – Comparação de registos textuais (bruto, cruz, duro, fraco)

bruto,-a(s)		Cruz		duro, -a(s)		fraco	
s. 14-20	c. 7500	s. 14-20	c. 2750	s. 13-20	c. 12500	s. 13-20	c. 11000
embrutecer		cruzar		endurecer		enfraquecer	
s. 19-20	c. 30	s. 13-20	c. 3750	s. 16-20	c. 400	s. 13-20	c. 14500
		encruzar				fraquejar	
		s. 19-20	3			s. 19-20	c. 130
						fraquear	
						s. 17-19	2
						afracar	
						s. 16	1

sem registros			
Abrutalhar abrutar abrutecer brutificar embrutar embrutescer	encruzilhar	endurar endurentar	enfraquentar afraquentar fraquentar

O Quadro 5.5 mostra, à esquerda, todas as formas identificadas na totalidade das fontes lexicográficas consultadas e, à direita, o conjunto de formas com expressão no uso contemporâneo do Português Europeu:

Quadro 5.5 – Comparação entre registos lexicográficos e registos textuais

<i>Registos lexicográficos</i>	<i>Registos CRPC</i>
abrutalhar, abrutar, abrutecer, brutificar, embrutar, embrutecer	embrutecer
cruzar, encruzar, encruzilhar	cruzar
endurar, endurecer, endurentar	endurecer
afracar, afraquentar, enfraquecer, enfraquentar, fraquear, fraquejar, fraquentar	enfraquecer fraquejar
enfurecer, enfuriar	enfurecer
emporcalhar, emporcar	emporcalhar
enraivar, enraivecer, raivar, raivecer, raivejar	enraivecer
entronar, entronear, entronizar	entronizar

Essa amostra permite confirmar que muitas das inovações lexicais introduzidas nos dicionários a partir do século XX não correspondem a palavras em uso, pelo menos no Português Europeu, mas pode ser interessante pesquisar o que terá levado os dicionaristas a acolher essas formas. No caso do dicionário de Cândido de Figueiredo, sabe-se que o processo de compilação assenta no acolhimento de formas com registos lexicográficos anteriores, o que se comprova em casos como **encruzar**, **endurar**, **afracar** e **fraquear** ou **entronear**. Mas esse procedimento não

explica muitos outros casos, como **abrutalhar**, **abrutar**, **abrutecer** e **brutificar**, **endurentar**, **fraquentar**, **afraquentar** ou **enfraquentar**, **emporcar** e **enraivar**, **raivecer** e **raivejar**, para os quais não se encontram registos anteriores nem exemplos de uso, pelo que não é possível avaliar os significados que lhes são atribuídos. Neste caso, é possível que o dicionarista se tenha dedicado a explorar os recursos morfológicos disponíveis, aumentando o número de verbetes do seu dicionário. É oportuno assinalar que muitas dessas formas continuam a fazer parte da nomenclatura de dicionários contemporâneos.

Considerando, então, que muitas formas dicionarizadas não têm existência fora das páginas dos dicionários, o que confere a estas entidades um estatuto particular enquanto fonte para o estudo das palavras complexas, é necessário reformular o *corpus* de análise. Idealmente, todas as formas dicionarizadas deveriam passar pelo crivo da atestação em *corpora*. Uma metodologia alternativa consiste na elaboração de uma recolha seletiva que assenta no conhecimento de um falante nativo. Essa é a metodologia que está na base do *corpus* que se segue e que se baseia no conjunto de verbos presentes em *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1913)⁶⁰, que está disponível em www.dicionario-aberto.net. Essa seleção inclui verbos parassintéticos deadjetivais e denominais que, na minha opinião, são palavras em uso no Português Europeu contemporâneo. A distribuição dos verbos pelos recursos mais significativos é a seguinte:

Tabela 5.1 – Distribuição dos verbos parassintéticos

	-ec(er)	-ej(ar)	-e(ar)	-iz(ar)	sem sufixo	Total
a-	5	1	4	2	151	163
en-	18	0	1	2	170	191
es-	3	2	6	1	31	43
des-	0	0	1	2	37	40
Total	26	3	12	7	389	437

Fonte: Figueiredo (1913).

Esses valores não são diretamente comparáveis com os de Bassani (2009), que inclui verbos denominais em sentido estrito (não incluem os deadjetivais) e formados por qualquer dos processos disponíveis, mas verifica-se que as principais tendências são semelhantes. É fácil perceber que os verbos parassintéticos sem sufixo são muito mais numerosos do que os parassintéticos que contêm um sufixo;

⁶⁰ A escolha deste dicionário prende-se com o fato de ele permitir fazer pesquisas por sequência localizadas no início, no meio ou no final das palavras e também com o fato de os dicionários posteriores não serem substancialmente diferentes.

e, por outro lado, também se constata que os prefixos **a-** e (sobretudo) **en-** **são os mais abundantes**. No Quadro 5.6, registram-se os verbos parassintéticos que contêm um sufixo derivacional; os parassintéticos formados por prefixação e conversão em **en-**, **a-** e **es-** estão listados no Quadro 5.7; e os que exibem o prefixo **des-** estão registados no Quadro 5.8.

Quadro 5.6 – Verbos parassintéticos (prefixo e sufixo)

	a-	en-	es-	des-
-ec(er)	anoitecer; amadurecer; amanhecer; amolecer; apodrecer	embranquecer; embrutecer; emagrecer; emudecer; empalidecer; empobrecer; endoidecer; endurecer; enfraquecer; engrandecer; enlouquecer; enrijecer; enriquecer; ensurdecer; entardecer; enternecer, entristecer; envelhecer	esclarecer; espairecer; espavorecer	
-ej(ar)	apedrejar		esbracejar; esbravejar	
-e(ar)	acarear; acobrear; afogear; arroxear	enlamear	esbofetear; escoicear; esfaquear; esverdear espernear; estontear	desnortear
-iz(ar)	amortizar; aterrorizar	encolerizar; entronizar	espavorizar	desodorizar; desratizar

Quadro 5.7 – Verbos parassintéticos (prefixo a-; eN-; es- e conversão)

X[b]	abandalhar; abastardar; abotoar; abraçar; abrandar; abrasar	embainhar; embalsamar; embandeirar; embaraçar; embarrilar; embasbacar; embebedar; embeijar; embirrar; embonecar; embrechar; embrenhar; embruxar; embuçar; embuchar	esbarrigar; esbeijar; esborrachar; esburacar
X[d]	adiantar; adensar; adiar; adoçar	endeusar; endireitar; endividar; endoidar	
X[g]	agravar; agrupar	engaiolar; engalanar; engarrafar; engatar; engatilhar; engavetar; englobar; engomar; engordar; engordurar; engrajar; engraxar; engrossar	esgargalar; esgotar
X[p]	apadrinhar; apainelar; apaixonar; apalavrar; apanicar; apaparicar; aparafusar; aparentar; aperfeiçoar; apertar; apimentar; aplainar; aportuguesar; apossar; apoucar; apropriar; aprovar; aprazar; apreçar; aprimorar; aprofundar; aprontar; aprovar; aproveitar; aprovisionar; aproximar; aprumar; apunhalar	empacotar; empalhar; empandeirar; empanturrar; empapar; emparceirar; emparedar; emparelhar; empastar; empastelar; empedrar; emperrar; empestar; empinar; empoçar; empoeirar; empoleirar; empossar; emprenhar; empunhar	espalhar; espalmar; espernear; espiolhar; espriar; espreguiçar

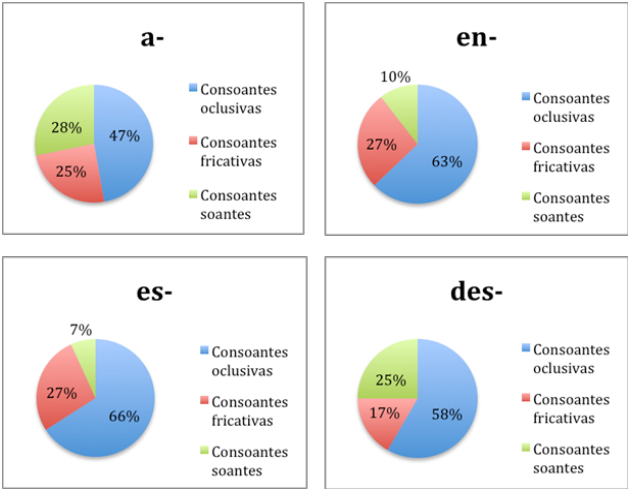
X[t]	atamancar; atapetar; atarefar; atarraxar; aterrar; atestar; atormentar; atraíçoar; atravancar; atravessar; atropelar	entaipar; entalhar; entediar; enterrar; entesar; entortar; entrançar; entrapar; entroncar; entulhar	
X[k]	acalmar; acamar; acampar; acariciar; acarretar; acasalar; acastanhar; acautelar; aclarar; acobardar; acobertar; acolchoar; acomodar; acondicionar; aconselhar; acorrentar; acostumar; acreditar; acumular; aquartelar; aquietar	encabeçar; encadear; encadernar; encafuar; encaixar; encaixotar; encalhar; encaminhar; encanar; encanastrar; encapotar; encaracolar; encarapinhar; encargar; encarcerar; encarniçar; encaroçar; encarquilhar; encarrapitar; encarregar; encarreirar; encarrilar; encartar; encasquetar; encasquilhar; encavacar; enclausurar; encobertar; encolerizar; encorajar; encorpar; encortiçar; encostar; encovar; encravar; encrespar; encriptar; encrostar; encruar; encruzar; encubar; encurralar; encurtar; encurvar; enquadrar; enqueijar	escancorar; escangalhar; escaqueirar; escavacar; escaveirar; escoicear; esconjurar
X[f]	afadigar; afamar; afixar; afiançar; afiar; afirmar; afivelar; aflorar; afocinhar; afrancesar; afrontar; afrouxar; afundar; afunilar	enfadar; enfaixar; enfardar; enfarinhar; enfarpelar; enfarruscar; enfartar; enfastiar; enfaturar; enfeirar; enfeitiçar; enfeixar; enfiar; enfileirar; enfolar; enforçar; enformar; enfornar; enfrascar; enfrenesiar; enfrentar; enfronhar	esfarelar; esfarrapar; esfomear; esforçar; esfriar; esfumar; esfrangalhar
X[s]	acelerar; acertar; acinzentar; assalarciar; assaltar; assegurar; assinalar; assoalhar; assombrar; assoprar	encenar; encerrar; encerrar; encestar; encimar; ensaboar; ensacar; ensanguentar; ensarilhar; ensebar; ensombrar; ensopar	
X[j]	achatar	encharcar; enchouriçar; enchumaçar	
X[v]	avaliar; aveludar; averbar; avermelhar; aviar; avinagrar; avistar; avivar; avolumar; avultar	envasar; envenenar; enveredar; envergonhar; envernizar; enviesar; envidraçar; enviuvar	esvaziar; esventrar; esverdear
X[ç]	agigantar; ajardinar; ajoelhar; ajuizar	engelhar; engessar; enjaular	
X[m]	amaciar; amadurar; amaldiçoar; amansar; amanteigar; amamar; amarelar; amargurar; amargar; amassar; amesquinhar; amestrar; amofinar; amontoar; amordaçar; amornar; amortalhar; amotinar	emoldurar	esmigalhar; esmurrar
X[n]	anichar; anotar; anular	enamorar; enervar; enevoar; enojar	
X[l]	alaranjar; alargar; aligeirar; alinhar; alisar; alongar; alourar	enlaçar; enlamear; enlatar	
X[r]	arraçar; arrebanhar; arrecadar; arredondar; arregaçar; arregalar; arregimentar; arrevesar; arrolhar; arrombar; arruar; arruinar	enraizar; enredar; enrelvar; enrijar; enrolar; enrugar	

Quadro 5.8 – Verbos parassintéticos (prefixo des- e conversão)

desabar desovar desunhar	despedaçar despencar despenhar destampar destelhar desterrar destronar destampar descabeçar	descabelar descampar descarnar descaroçar descarrilar descascar descompassar descortinar	desfear desfigurar desfraldar desfrisar desfrutar	desmantelar desmembrar desmemoriar desmesurar desmiolar desmontar desnatar
--------------------------------	---	---	---	--

Uma primeira observação qualitativa suscitada por esses dados é a de que a parassíntese seleciona apenas radicais cujo segmento inicial é consonântico⁶¹, exceto no caso da prefixação em **des-** (cf. desodorizar, desabar, desovar, desunhar). Essa é uma constatação bastante surpreendente, dado que se trata de uma restrição de seleção mecânica, que se pode compreender melhor no caso do prefixo **a-**, para evitar a criação de um hiato (cf. *aancorar), e pior nos casos em que a sequência fonética produzida não é problemática (cf. *enancorar vs. enumerar). Uma outra constatação relaciona-se com a natureza fonética do segmento inicial do radical derivante, verificando-se a seguinte distribuição:

Figura 5.3 – Distribuição dos prefixos



⁶¹ O verbo *enaltecer* parece ser uma exceção, mas o facto de se tratar de uma forma atestada no Castelhana a partir do século 14, e só a partir do século 19, no Português, permite-nos admitir a hipótese de se tratar de um castelhanismo e não de uma formação dissonante no Português.

Nesse caso, não se detectam claras restrições de seleção, até porque a quantidade de dados é pequena, mas verificam-se algumas tendências:

- i. os prefixos **en-** e **es-** associam-se raramente a bases cujo primeiro segmento é uma consoante soante;
- ii. esses mesmos prefixos (i.e., **en-** e **es-**) são preferidos por bases cujo primeiro segmento é uma consoante oclusiva;
- iii. as bases começadas por consoantes soantes dão preferência aos prefixos **en-** ou em **des-**

Essa primeira análise, de natureza formal, sugere que a questão eufônica (ou disfônica) parece ter um papel na escolha do prefixo e, por outro lado, indica que o prefixo **des-** se distingue dos restantes porque não é afetado por restrições fonéticas. Os dados registados nos Quadros 5.9 e 5.10 incluem, respectivamente, os verbos formados por conversão e os verbos formados por sufixação derivacional, a partir de bases cujo segmento inicial é vocálico, o que permite confirmar a distribuição complementar dos processos de verbalização, neste caso.

Quadro 5.9 – Verbos parassintéticos (prefixo a- e conversão)

abandar	adornar	alfinetar	anestesiado	assobiar	improvisar
abismar	adubar	algemar	anilhar	aumentar	incensar
abobadar	adulterar	alimentar	ansiar	avisar	incentivar
aboborar	agoirar	alinhar	apelidar	espumar	incrementar
abortar	agrafar	aliviar	apostar	estacar	influenciar
açafrão	aguardar	almofadar	arbitrar	idolatrar	intervalar
acenar	alavancar	amargar	armadilhar	igualar	invejar
açoitar	albardar	amargurar	arquivar	ilustrar	obsequiar
açucarar	alcatifar	ambicionar	arvorar	imaginar	ondular
adjetivar		ancorar	asfaltar	impacientar	

Quadro 5.10 – Verbos parassintéticos (prefixo a- e sufixação)

-ec(er)	alvorecer	escurecer	obscurecer	
-ej(ar)	alvejar	arejar		
-e(ar)	alardear altear	espingardear estrondear	hastear ombrear	ondear
-iz(ar)	agilizar agudizar alfabetizar harmonizar hierarquizar hifenizar	higienizar homogeneizar horrorizar hospitalizar hostilizar humanizar	idealizar imbecilizar imunizar industrializar infantilar infernizar	interiorizar internacionalizar oficializar organizar urbanizar utilizar

4. REVISÃO DA ANÁLISE DOS VERBOS PARASSINTÉTICOS

A procura de uma nova descrição das estruturas parassintéticas deve centrar a sua atenção em dados fiáveis, ou seja, em palavras atestadas cujo significado seja determinável, e no pressuposto de que a descrição dessas estruturas tem de ser compatível com a descrição da formação dos verbos denominais formados por conversão e por sufixação.

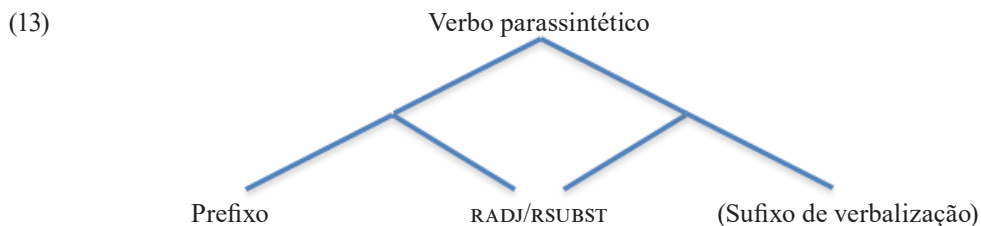
A análise do *corpus* permite identificar algumas subregularidades semânticas do processo de formação de verbos denominais. Com efeito, a coocorrência de bases associadas a diferentes prefixos, como **adoidar** e **endoidar**, ou a diferentes prefixos e sufixos, como **aclerar** e **esclarecer**, não é aleatória. Muitos desses casos mostram uma alternância entre os prefixos **a-** e **en-** (cf. 11a) dentro do mesmo tipo semântico e um contraste entre verbos prefixados por **en-** e verbos prefixados por **des-**, que também é um contraste semântico (cf. 11b):

- | | | | | |
|------|----|------------|-------------|-------------------------------------|
| (11) | a. | acobertar | encobertar | ‘pôr a coberto’ |
| | | assombrar | ensombrar | ‘pôr sombra’ |
| | | aterrar | enterrar | ‘pôr na terra’ |
| | b. | encarrilar | descarrilar | ‘pôr nos carris / tirar dos carris’ |
| | | entronizar | destronar | ‘pôr no trono / tirar do trono’ |
| | | enfiar | desfiar | ‘pôr no fio / tirar fios’ |

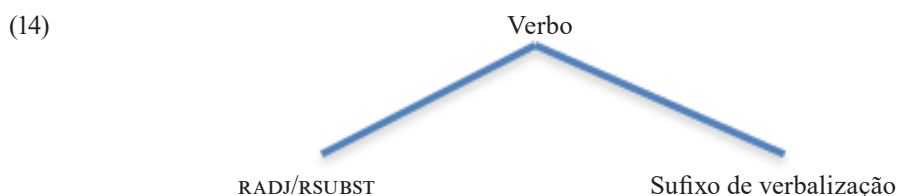
Esses dados permitem compreender que a verbalização parassintética forma dois tipos de verbos de mudança de estado: um que tem uma interpretação “aditiva”, e que a parassíntese explicita usando os prefixos **a-**, **en-** e **es-** (processo que também está disponível nos casos de conversão simples e de sufixação); e outro tipo, de natureza “subtrativa”, para o qual a parassíntese escolhe o prefixo **des-** (e mais raramente, **es-**):

- | | | | |
|------|----|-------------|--------------------|
| (12) | a. | aterrorizar | ‘pôr terror’ |
| | | envasar | ‘pôr em vaso’ |
| | | escoicear | ‘dar coices’ |
| | b. | desodorizar | ‘tirar odor’ |
| | | esfarelar | ‘reduzir a farelo’ |

A análise dessas formas como estruturas convergentes, que propus em Villalva (2010), parece ser a que melhor se adequa aos casos em que a parassíntese compete com a conversão ou com a sufixação. Essa hipótese de análise prevê a intervenção concomitante de um processo de verbalização (por sufixação ou conversão) e um processo de modificação (por prefixação) sobre uma mesma base (i.e. radical adjetival ou substantival).



A estrutura dos verbos formados por sufixação (cf.14) e dos verbos formados por conversão (cf. 20) encaixa na anterior, o que permite aproximar os três processos e também compreender os contrastes entre verbos parassintéticos e os restantes por perda da subestrutura de prefixação ou da subestrutura de sufixação:



5. CONCLUSÃO

A formação de verbos denominais no Português é um processo complexo porque dispõe de diversos recursos (conversão, sufixação e parassíntese) para formar verbos de um único tipo semântico (i.e. mudança de estado), que se manifesta de duas formas distintas: num caso, os verbos têm uma interpretação “aditiva” e, em outros, **têm uma interpretação** “subtrativa”. A primeira interpretação pode ser realizada por conversão (cf. *amargar*), sufixação (cf. *clarificar*) ou parassíntese (cf. *engarrifar*), mas a segunda só é realizável por parassíntese (cf. *desossar*). Essa diversidade de recursos dá origem a uma multiplicidade de palavras possíveis, verificando-se que o subconjunto em uso pode estar sujeito a variação diacrónica, diastrática ou diatópica e que o seu funcionamento é complexo e difícil de descrever e analisar.

Com efeito, há um conjunto significativo de formas que alguns falantes não aceitam, embora outros as produzam e reconheçam. Em alguns casos, trata-se de preferências relacionadas com contrastes dialetais (cf. PB *embançar*, *engatinhar* vs. PE *balançar*, *gatinhar*); noutros, trata-se de contrastes socioletais, particularmente

frequentes no registo oral e informal e especialmente em falantes de baixo nível de escolaridade (cf. amandar, alembrar, destocar, desdivorciar vs. mandar, lembrar, trocar, divorciar). Um outro tipo de contraste resulta do confronto entre formas que estão dicionarizadas, mas são recebidas como estranhas pelos falantes (cf. encamar, emprismonar, escamar, espedaçar, esfugentar, esparcelar, agatanhar), e as que estão atestadas, não só na atual sincronia, mas também em sincronias passadas. Por último, é fácil constatar que alguns radicais adjetivais ou nominais são objeto de diversos processos de verbalização (cf. clarear, clarificar, aclarar, esclarecer). Ainda que o valor semântico dessas formas possa ser, numa análise superficial, idêntico (cf. clarear, clarificar, aclarar, esclarecer = ‘tornar claro’), uma análise mais fina mostra interpretações particulares:

- (16) O dia já clareou (*clarificou/*aclarou/*esclareceu).
É preciso clarificar / esclarecer (*clarear /*aclarar) essa questão.
Este é um produto para aclarar / clarear (*clarificou/*esclareceu) o cabelo.

Por todas essas razões, a qualidade do *corpus* de análise ganha uma especial relevância, merecendo a nossa melhor atenção. Nesse sentido, construí um *corpus* de verbos parassintéticos selecionado manualmente a partir dos registos presentes no dicionário de Cândido de Figueiredo, tendo em conta a minha própria avaliação dos dados recolhidos enquanto falante nativa do Português Europeu. Essa recolha permitiu constatar que a grande maioria dos verbos parassintéticos envolve prefixação e conversão e permitiu também perceber que a formação de verbos parassintéticos não ocorre quando a base (adjetival ou substantival) tem uma vogal na posição inicial.

A seleção manual deve, no entanto, ser complementada por uma verificação da ocorrência dessas formas em *corpora* históricos. Essa verificação foi feita em relação a uma amostra composta por verbos derivados de quatro adjetivos e de quatro substantivos, o que permitiu constatar que os dicionários do Português Europeu contemporâneos, incluindo o de Cândido de Figueiredo, publicado no início do século XX, incluem muito mais verbos do que os dicionários anteriormente publicados. Além disso, foi possível perceber que muitos dos neologismos de Figueiredo também não estão atestados ou têm muito poucos registos.

Esse caso serviu, antes de mais, como pretexto para uma reflexão sobre a qualidade dos dados usados na descrição e análise de processos de formação de palavras, defendendo a necessidade de introduzir como filtro a atestação das palavras e o seu tempo de vida. Mas também permitiu avançar com a discussão da formação dos verbos parassintéticos, propondo que se trata de estruturas de

convergência formadas por prefixação e sufixação/conversão independentes sobre uma mesma base adjetival ou substantival.

REFERÊNCIAS

ARIM, E.; FREITAS T. Parassíntese e conversão: uma nova explicação para um velho problema. In: *Actas Do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, 2003. p. 443-454. <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2003-35.pdf>

(05/05/2020).

BASSANI, I. S. Verbos denominais parassintéticos com prefixo em-/en- no Português do Brasil. *XI Encontro dos Alunos de Pós-Graduação em Linguística da USP*. <https://docplayer.com.br/50111471-Palavras-chave-morfologia-sintaxe-verbos-denominais-parassintese-estruturas-depreposicionais.html> (05/05/2020), 2009, p. 1-12.

PEREIRA, R. A. Propriedades dos prefixos a(d)-, en- e es- na formação de verbos em Português. In: *Actas do XVII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, 2002, p. 367-376. <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2001-31.pdf> (05/05/2020).

RIO-TORTO, G. M. Formação de verbos em Português: parassíntese, circunfixação e/ou derivação? In: *Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri, 1994, p. 351-362.

RIO-TORTO, G. M.; RODRIGUES, A. S.; PEREIRA, I.; PEREIRA, R.; RIBEIRO S. *Gramática Derivacional do Português*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1964 [1931].

VALENTE, A. C. M. M.; SILVA C. C. C., GONÇALVES, C. A.; ALMEIDA M. L. L. Enfoques sobre parassíntese em Português: da tradição gramatical à linguística cognitiva. *Revel*, Vol. 7, N. 12. <http://www.revel.inf.br> (24/09/2019), 2009.

VILLALVA, A. Configurações não-binárias em morfologia. In: *Actas do X Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 1994, pp. 583-597.

VILLALVA, A. Estruturas convergentes. In CASANOVA HERRERO, E.; CALVO RIGUAL, C., (orgs) *Actes del 26é Congrès de Lingüística i Filologia*

Romàniques (Valência, 6-11 de setembro de 2010). Berlim: W. de Gruyter, 2012, Tomo III p. 643-652.

WOLF, E. *Dicionário Inverso da Língua Portuguesa*. Moscovo: Nauka, 1971.

Dicionários e Corpora

BLUTEAU, R. *Vocabulario Portuguez e Latino* [...]. Coimbra-Lisboa: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

CARDOSO, J. *Dictionarium Latinolusitanicum*. Coimbra: Joan Barrerius, 1569-1570.

Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa (2003-2020). Porto: Porto Editora. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa> (05/05/2020).

FEIJÓ, J. de M. M. *Orthographia, ou Arte de Pronunciar com Acerto a Língua Portuguesa*. Lisboa: Rodrigues, 1734.

FIGUEIREDO, C. de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Porto: Typ. da Empr. Litter. e Typographyca, 1913.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2 vol. Lisboa: Confluência., 1959 [1952].

PEREIRA, B. *Thesouro da Língua Portuguesa*. Évora: Typographia Academiae, 1647.

SILVA, A. M. *Diccionario da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Typ. Lacérdina. 2 v, 1813.

CONSTRUÇÕES INACUSATIVAS: A ORDEM E O PREENCHIMENTO DO SUJEITO EM AMOSTRAS DO PHPB-SC

Laiza de Sena

Instituto Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tivemos um número crescente de pesquisas linguísticas com foco no estudo da ordem ou do preenchimento do sujeito em construções monoargumentais no português brasileiro (PB). Contudo, os trabalhos que correlacionam o estudo dessas duas variáveis ainda são pouco produtivos no PB, especialmente quando consideramos o âmbito das construções inacusativas.

Os trabalhos desenvolvidos por Berlinck (1988), Kato (2000), Coelho (2000), Zilles (2000), Santos e Soares da Silva (2012) e Gravina (2014) revelam que a ordem verbo-sujeito em sentenças declarativas no PB está cada vez mais limitada a sentenças com verbos inacusativos. Sabemos que a possibilidade de o sujeito vir posposto ao verbo na sentença é uma das características apresentadas pelas línguas de sujeito nulo. Para verificarmos em que medida esses dois fenômenos estão correlacionados – ordem e preenchimento do sujeito –, propomos uma análise diacrônica centrada nas construções inacusativas, buscando verificar quais grupos de fatores atuam sobre ambas as variáveis nos três períodos analisados, a saber: século XIX (período de 1851 a 1900), século XX-I (período de 1901 a 1950) e século XX-II (período de 1951 a 2000).

2. VERBOS INACUSATIVOS: CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO

A partir da elaboração da “Hipótese Inacusativa” por Perlmutter (1978), vários trabalhos apresentaram evidências de que a classe dos verbos inacusativos deve ser desmembrada da classe dos verbos classificados tradicionalmente como intransitivos. Burzio (1986), no panorama da teoria gerativa, observa que diferenças estruturais presentes na categoria dos verbos intransitivos em italiano permitem que essa classe seja dividida em duas nessa língua, a classe dos inergativos e a dos inacusativos, a qual Burzio chama de ergativos.

Na literatura, existem testes que buscam distinguir os verbos inacusativos dos inergativos no PB. Em geral, esses testes apoiam-se basicamente no tipo de papel temático recebido pelo argumento do verbo e também na existência ou não de um argumento externo. Em termos de estrutura sintática, uma das principais características que distinguem os verbos inacusativos dos demais verbos monoargumentais no PB é a ausência de argumento externo, já que esses verbos possuem somente um argumento interno. Quanto às diferenças semânticas, a literatura traz como principal diferença o tipo de papel temático atribuído aos seus argumentos, sendo o papel temático de tema ou paciente geralmente associado à posição de objeto nos verbos classificados como inacusativos.

Ciríaco e Cançado (2004) argumentam que a aplicação de testes que tomam como critério de classificação somente a posposição do argumento e a atribuição de papel temático podem apresentar alguns problemas para o PB. Com relação aos verbos inacusativos, a principal dificuldade apontada pelas autoras refere-se ao comportamento misto apresentado por essa classe de verbos, pois os diagnósticos utilizados para a identificação da inacusatividade não abrangem de forma uniforme todos os verbos dessa classe.

Na busca de uma delimitação das propriedades que possam caracterizar os verbos monoargumentais como inacusativos ou inergativos, as autoras propõem uma divisão baseada em prototipicidade do verbo. Essa divisão leva em conta as perspectivas semântica e sintática dos verbos monoargumentais, dividindo-os em quatro categorias, a saber: inacusativos prototípicos, inacusativos menos prototípicos, inergativos prototípicos e inergativos menos prototípicos.

A noção de prototipicidade do verbo utilizada pelas autoras está associada à ideia de que uma determinada categoria possui um (ou mais) membro central e, também, outros membros mais ou menos periféricos. Esses membros periféricos ocupam uma região de intersecção entre os dois membros centrais de duas categorias distintas, possuindo características de uma e de outra categoria.

Assim, o que classifica um verbo como pertencente a determinada classe ou categoria é a quantidade de propriedades que ele possui dela. Dessa forma, os verbos são distribuídos de acordo com uma escala baseada em feixe de propriedades caracterizadoras, podendo ser classificados dentro dessas quatro categorias apresentadas. As autoras destacam que essas propriedades são verificadas por meio de cinco diagnósticos aplicados aos verbos monoargumentais. Os diagnósticos semânticos utilizados estão ligados à explicitação da rede temática específica de cada verbo e à explicitação da classe aspectual de cada sentença analisada. Já os diagnósticos sintáticos estão ligados à posposição do sujeito, à indeterminação do sujeito e à constatação da existência ou não de forma de participípio. A principal vantagem dessa proposta baseada em prototipicidade do verbo é o seu caráter menos rígido em relação aos demais diagnósticos. De acordo com essa divisão, não há homogeneidade no comportamento dos verbos monoargumentais, mas, sim, uma tendência de a maioria desses verbos se comportarem de maneira uniforme, aceitando ou não todas as propriedades investigadas que os classificam como mais ou menos inacusativos ou inergativos, dependendo das características apresentadas.

3. METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos adotados para a condução deste estudo foram a análise dos dados escritos contendo construções inacusativas e inergativas provenientes de jornais dos séculos XIX e XX das localidades de Lages e de Florianópolis que integram o banco de dados do projeto *Para a História do Português Brasileiro de Santa Catarina* (PHPB-SC). As amostras do banco de dados do PHPB-SC pesquisadas com dados oriundos de documentos de Florianópolis foram coletadas nos arquivos da Biblioteca Pública de Santa Catarina, da Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Os jornais utilizados desses arquivos foram: *O Despertador*, *O Argos*, *O Dia*, *A Regeneração*, *Gazeta de Joinville*, *Jornal República*, *Jornal do Commercio*, *Jornal Legalidade*, *Jornal O Estado*, *O Novo Iris*, *O Rebate*, *Diário da Tarde*, *O Albor*, *Imprensa Nova*, *Jornal de Santa Catarina*, *Diário Catarinense* e *Jornal A Notícia*, todos da região litorânea de Santa Catarina. Já os arquivos pesquisados com documentos provenientes de Lages originam-se do Arquivo e Museu Histórico Thiago de Castro e da Biblioteca Pública Municipal de Lages. Os jornais utilizados desses arquivos foram: *O Lageano*, *Gazeta de Lages*, *Região Serrana*, *O Imparcial*, *O Planalto*, *A Época*, *Correio de Lages*, *Guia Serrano*, *Cruzeiro do Sul*, *O Município*, *Jornal da Serra*, *Jornal de Lajes* e *Correio Lageano*, todos da região do planalto catarinense. Desse corpus, levantamos um total de

971 dados, sendo 332 ocorrências de sujeito nulo e 639 de sujeito preenchido, para as duas variáveis dependentes. O conjunto de dados contendo sujeito preenchido é composto por 219 ocorrências de posposição e 420 ocorrências de anteposição do DP. Os dados foram classificados de acordo com a escala de prototipicidade proposta por Ciríaco e Cançado (2004), categorizados a partir de dez grupos de fatores e posteriormente quantificados com o auxílio do programa computacional Goldvarb Yosemite (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2015, versão para Macintosh). A categorização dos dados foi realizada com base em informações colhidas da literatura, utilizando alguns estudos teóricos sobre a ordem dos constituintes e sobre o preenchimento do sujeito, que nos permitiram vislumbrar quais os possíveis condicionadores do fenômeno em estudo. Os grupos de fatores controlados na análise são: natureza do verbo monoargumental; animacidade do DP; traços de definitude e de especificidade do DP; forma de realização do DP; pessoa do discurso; forma verbal; material interveniente entre V e DP; item lexical e localidade.

A análise quantitativa das variáveis busca verificar aspectos relativos às forças internas e externas que atuam no favorecimento das duas variáveis dependentes, ou seja, posição do sujeito DP e realização do sujeito. O estudo está, portanto, centrado em sentenças declarativas monoargumentais, sendo a análise dos dados realizada observando os três períodos de tempo, sendo que as rodadas foram realizadas separadamente dentro de cada um dos três períodos selecionados, primeiramente com a variável ordem do sujeito, contendo as variantes VDP *versus* DPV, e depois com a variável preenchimento do sujeito, contendo as variantes sujeito nulo *versus* sujeito preenchido. Nesse último caso, o sujeito preenchido controlado contém as ocorrências de VDP e DPV da primeira rodada que se apresentam com sujeitos definidos, excluindo-se os sujeitos indefinidos e genéricos.

A análise está inserida nos pressupostos da Sociolinguística Histórica, que estuda o desenvolvimento das línguas no decorrer do tempo, verificando de que forma e em que condições as mudanças linguísticas ocorrem (cf. LABOV, 1994; CONDE SILVESTRE, 2007). Os grupos de fatores foram escolhidos a partir de hipóteses mais gerais sobre quais desses grupos poderiam favorecer, ou não, a ocorrência de posposição do DP e de sujeito nulo em construções inacusativas e inergativas tomando como base os resultados apontados por pesquisas empíricas anteriores acerca dos objetos em estudo (cf. DUARTE, 1993; PONTES, 1986; BERLINCK, 1988; COELHO, 2000; SANTOS e SOARES DA SILVA, 2012, GRAVINA, 2014).

4. RESULTADOS: ORDEM E PREENCHIMENTO DO SUJEITO POR PERÍODO DE TEMPO

Nas duas seções seguintes, procedemos a uma análise diacrônica dos dados, por meio do tratamento estatístico, coletados para cada variável dependente e grupos de fatores condicionadores. Essa análise é realizada considerando cada um dos três períodos separadamente: século XIX (período de 1851 a 1900), século XX-I (período de 1901 a 1950) e século XX-II (período de 1951 a 2000). Na primeira etapa de análise, investigamos como variável dependente a ordem do DP sujeito e, na segunda etapa, investigamos a variável preenchimento do sujeito nas rodadas. Os resultados das etapas são apresentados focando os grupos de fatores apontados como sendo significativos pelo programa computacional.

4.1 Ordem do DP sujeito por período de tempo – 1ª etapa

Nesta etapa, descrevemos os resultados selecionados como significativos para a posposição do DP em relação ao verbo em cada período de tempo analisado. Do conjunto de 639 dados com sujeito expreso, temos 219 ocorrências de posposição do DP e 420 ocorrências de anteposição do DP. Após eliminados os casos de nocautes⁶², restaram 614 dados na amostra para a rodada final por período de tempo. Os grupos de fatores selecionados⁶³ como relevantes por ordem de significância pelo programa estatístico em cada período para a variante VDP foram:

Quadro 6.1 – Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para a variante VDP por ordem de relevância

Grupos de fatores selecionados para a ordem VDP	Século XIX (1851 – 1900)	Século XX-I (1901 – 1950)	Século XX-II (1951 – 2000)
Traços de definitude e especificidade do DP	1º	1º	1º
Traços de animacidade do DP	2º	-	-
Forma de realização do DP	3º	-	-
Material interveniente	4º	-	3º
A natureza do verbo monoargumental	-	-	2º
Item lexical	-	-	2º

⁶² Segundo Zilles e Guy (2007), um nocaute é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente.

⁶³ O Quadro 6.1 reúne todos os grupos de fatores selecionados em cada período de tempo para a variante VDP. Nas próximas tabelas, apresentamos os resultados percentuais obtidos com os pesos relativos para cada grupo de fatores selecionado no período analisado; nos demais períodos em que esse mesmo grupo não tenha sido selecionado pelo programa computacional, apenas indicamos os percentuais sem os valores de peso relativo.

Iniciamos a análise pelo grupo de fatores *traços de definitude e especificidade do DP* selecionado pelo programa estatístico como relevante nos três períodos para a posposição do DP ao verbo, já excluídos os casos de nocautes:⁶⁴

Tabela 6.1 – VDP segundo o grupo de fatores traços de definitude e especificidade do DP por período de tempo

Traços de definitude e especificidade do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
DP [+definido] [+específico]	63/179 = 35,2% 0,40	28/113 = 24,8% 0,43	31/130 = 23,8% 0,43
DP [-definido] [+específico]	11/37 = 29,7% 0,41	5/19 = 26,3% 0,45	6/39 = 15,4% 0,39
DP [-definido] [-específico]	32/39 = 82,1% 0,91	15/23 = 65,2% 0,81	21/35 = 60,0% 0,84
DP [+genérico]	1/1 = 100,0% -	0,0% -	0,0% -
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

O grupo *traços de definitude e especificidade do DP* apresentou maior valor de peso relativo para o fator com traço [-definido] [-específico]. Os valores de peso relativo para esse fator representam o dobro dos valores obtidos para os demais traços. Coelho (2000), que também utilizou esse grupo de fatores em sua análise, recupera o argumento de Enç (1991), segundo o qual sintagmas [+definidos] [+específicos] exigem que seus referentes discursivos estejam ligados a referentes discursivos previamente estabelecidos no discurso (condição de ligação), enquanto os sintagmas com traço [-definidos] [-específicos] não apresentam essa exigência, conforme mostram, respectivamente, os exemplos retirados de nossos dados:

(1) [...] a gente dá um ôsso no armoço, eles vão roêno inté que **chega a janta**
agente dá outro

(2) Consta nos que **desembarcára** do vapor chegado da côrte **um tripolante**

(3) **Apareceu** no Globo 7 de deste mez **um artigo anônimo**

Na sentença (1), notamos que “a janta” está ligada ao referente discursivo citado previamente, “armoço”, enquanto nas sentenças (2) temos “um tripolante” e (3) “um artigo anônimo”, referindo-se à informação nova que acaba de ser introduzida no discurso. Não teríamos a mesma interpretação se tivéssemos “o tripolante” e “o artigo anônimo” nas sentenças (2) e (3), pois, nesse caso, somente

⁶⁴ Os dados contendo DP com traço [+genérico] foram excluídos da rodada final por período de tempo por apresentarem nocaute.

seria possível uma leitura definida em que “o tripolante” e “o artigo anônimo” já fossem previamente conhecidos por nós.

Quando o sintagma apresenta o traço [-definido] [-específico], o DP pós-verbal não está ligado a referentes dados anteriormente no discurso, garantindo, assim, a informação nova à sentença. A pesquisa realizada por Lira (1996) aponta que a posposição do sujeito é mais frequente quando acompanhada de artigo indefinido em comparação ao sujeito posposto acompanhado por artigo definido, resultados que foram corroborados posteriormente nos trabalhos de Berlinck (1988) e Coelho (2000). A análise realizada por Zilles (2000) também mostrou forte associação entre ordem posposta e sujeito realizado como pronome indefinido.

A análise dos dados de nossa amostra revelou que o traço [+definido] [+específico] está associado à anteposição do DP e o traço [-definido] [-específico], associado à posposição do DP ao verbo. Verificando os valores de peso relativo, temos 0,91 para o século XIX, 0,81 para o século XX-I e 0,84 de peso relativo para o século XX-II, valores que representam o dobro dos valores obtidos para os demais traços nos mesmos períodos de tempo, o que mostra a importância desse traço para a posposição do DP ao verbo.

Observando mais de perto os resultados obtidos para os traços [-definido] [-específico] e, comparando-os com os valores obtidos nas rodadas para o traço [-definido] [+específico] e [+definido] [+específico], observamos que o que está interferindo na anteposição ou posposição do DP ao verbo é, na verdade, o traço [+/-específico], independentemente de o traço [+/-definido] estar associado ou não. Assim, o traço [+/-específico] é o favorecedor da ordem VDP em todos os períodos de tempo, prevalecendo sobre os demais grupos de fatores em todos os períodos analisados.

O próximo grupo de fatores que foi selecionado pelo programa para a variável ordem do sujeito foi o grupo *traços de animacidade do DP*.⁶⁵ Esse grupo de fatores se mostrou relevante na análise apenas no primeiro período analisado, ou seja, no período correspondente ao século XIX. Por isso, nos dois últimos períodos analisados, somente mostramos os percentuais, conforme tabela a seguir:

⁶⁵ Destacamos que foram excluídos da análise os dados com pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoa por serem todos [+animados]. Nesse caso, tínhamos apenas 2 dados no período correspondente ao século XIX e 11 dados no período correspondente ao século XX-II.

Tabela 6.2 – VDP segundo os grupos de fatores traços de animacidade do DP por período de tempo

Traços de animacidade do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
DP [-animado]	64/130 = 49,2% 0,60	35/100 = 35,0% -	39/125 = 31,2% -
DP [+animado]	42/123 = 34,1% 0,40	13/55 = 23,6% -	18/68 = 26,5% -
Total	106/253 = 41,9%	48/155 = 31%	57/193 = 29,5%

O traço favorecedor da posposição para esse grupo de fatores foi o traço [-animado], com 0,60 de peso relativo. Essa tendência já estava presente nos estudos de Pontes (1986), Berlinck (1988), Zilles (1996) e Coelho (2000).

Observamos que, no século XIX, a posposição do DP se deu de forma mais acentuada do que nos outros períodos analisados. Nos dois períodos subsequentes, correspondentes ao século XX-I e XX-II, notamos uma diminuição do traço [-animado] nos contextos de VDP. Os percentuais obtidos para a posposição neste grupo de fatores, com todos os índices abaixo de 50% de ocorrências independentemente de o traço de animacidade ser [+animado] ou [-animado], revelam que a anteposição (DPV) prevalece em todos os períodos analisados na amostra.

A Tabela 6.3 traz os percentuais e pesos relativos do grupo de fatores *forma de realização do DP*, que foi selecionado na amostra pelo programa estatístico somente no período correspondente ao século XIX, não sendo selecionado nos demais períodos, conforme mostramos a seguir:

Tabela 6.3 – VDP segundo o grupo de fatores forma de realização do DP por período de tempo

Forma de realização do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Pronome dem + Det+nome + possessivo	55/142 = 38,7% 0,50	26/98 = 26,5% -	36/119 = 30,3%
DP composto (DP+DP) + relativa	17/40 = 42,5% 0,44	7/28 = 25% -	2/22 = 9,1%
Sujeito ind. /quant.	12/20 = 60,0% 0,45	6/10 = 60,0% -	6/18 = 33,3% -
Det+nome próprio/nome próprio	16/33 = 48,5% 0,75	5/14 = 35,7% -	6/18 = 33,3% -
Pronome pessoal	2/12 = 14,3% 0,26	0% -	1/15 = 6,7% -
DP nu (<i>bare</i>)	4/6 = 66,7% 0,16	4/5 = 80,0% -	7/12 = 58,3% -
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

Com relação a esse grupo de fatores⁶⁶, os maiores valores de peso relativo foram obtidos com sujeito indeterminado, que apresentou 0,45 de peso relativo, com o fator (pronome demonstrativo + determinante + pronome + pronome possessivo) com 0,50 de peso relativo e com nome próprio, que apresentou 0,75 de peso relativo, embora o percentual de VDP para esses dois últimos fatores tenha sido de apenas 48,5% e de 38,7%, respectivamente, enquanto para o sujeito indeterminado obtivemos 60,0%. Destacamos, ainda, que o percentual de sujeito posposto realizado como nome próprio diminui de um período para outro, chegando a 33,3% no período correspondente ao século XX-II. O alto valor de peso relativo para esse fator talvez se deva, em parte, ao estilo jornalístico de escrita que, muitas vezes, tenta dar destaque à informação trazendo o nome próprio posposto ao verbo, focalizando a informação. Esse grupo de fatores foi selecionado pelo programa estatístico somente no período correspondente ao século XIX e verificamos que a posposição é favorecida quando o DP é indeterminado ou nu (*bare*). Porém, quando temos nome próprio, o valor de peso relativo também foi bastante significativo.

A Tabela 6.4 traz os percentuais e pesos relativos do grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental*, conforme mostramos a seguir:

⁶⁶ Para evitar *nocaute* e facilitar a análise, agrupamos os fatores DP composto + relativa em um único fator, assim como os fatores DP + nome e os pronomes demonstrativos e possessivos, pois apresentaram comportamento linguístico e estatístico muito próximos na rodada geral referente à primeira etapa de análise.

Tabela 6.4 –VDP segundo o grupo de fatores natureza do verbo monoargumental por período de tempo

Natureza do verbo monoargumental	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Construção passiva inacusativa	13/25 = 52% -	06/20 = 30,0% -	04/25 = 16,0% 0,45
Inacusativo prototípico	62/160 = 38,8% -	29/100 = 29,0% -	34/90 = 37,8% 0,71
Inacusativo menos prototípico	13/28 = 46,4% -	7/16 = 43,8% -	4/29 = 13,8% 0,55
Inergativo prototípico	07/23 = 30,4% -	06/19 = 31,6% -	01/30 = 3,3% 0,08
Inergativo menos prototípico	0% -	0% -	02/09 = 22,2% 0,26
Inacusativo existencial	11/19 = 57,9% -	100% -	13/21 = 61,9% 0,76
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

O grupo de fatores *natureza do verbo monoargumental* somente foi selecionado pelo programa no período correspondente ao século XX-II. Os fatores que se destacaram quanto à variável ordem do sujeito foram o verbo inacusativo prototípico com peso relativo de 0,71, apesar de os inacusativos prototípicos apresentarem apenas 37,8% de posposição nesse período, e o verbo inacusativo menos prototípico, com um percentual de 13,8% de VDP e peso relativo de 0,55. Os inacusativos existenciais são os verbos mais prototípicos de todos e, por isso, foram separados dos demais inacusativos prototípicos, apresentando percentuais altos de VDP para a ordem do sujeito, sendo de 0,76 o valor de peso relativo obtido.

Abaixo, ilustramos com exemplos, retirados de nossos dados, contendo verbo inacusativo prototípico e verbo existencial:

(4) [...] em casa do senhor José A. da Luz, **chegou o senhor João B.**

(5) [...] onde **existe a escolha e aprovação dos directorios da Laguna**

Os períodos correspondentes à primeira metade do século XX e à segunda metade do século XIX não selecionaram esse grupo de fatores, por isso mostramos apenas os percentuais obtidos. As ocorrências com verbos inergativos menos prototípicos nos dois primeiros períodos analisados, séculos XIX e XX-I, e as ocorrências com verbos existenciais no século XX-I apresentaram nocaute e foram excluídas na rodada final do período.

A Tabela 6.5 traz os percentuais e pesos relativos do grupo de fatores *material interveniente entre V e DP*⁶⁷ selecionado na amostra nos períodos correspondentes ao século XIX e XX-II, conforme apresentamos a seguir:

Tabela 6.5 – VDP segundo o grupo de fatores material interveniente entre V e DP por período de tempo

Material interveniente entre V e DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Possui material interveniente	37/128 = 28,9% 0,35	23/84 = 27,4% -	12/92 = 13,0% 0,31
Não possui material interveniente	69/127 = 54,3% 0,65	25/71 = 35,2% -	46/112 = 41,1% 0,66
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31,0%	58/204 = 28,4%

Esse grupo de fatores revelou que a posposição é favorecida quando não há material interveniente entre o DP e o verbo, ou seja, quanto temos a configuração VDP. Nos dois períodos selecionados para esse grupo de fatores, século XIX e XX-II, os valores de peso relativo correspondem a praticamente o dobro dos valores obtidos quando a variante possui material interveniente entre o DP e o verbo.

No século XIX, o valor de peso relativo para o fator *não possui material interveniente* foi de 0,65 contra 0,35 para o fator que *possui material interveniente* entre o DP e o verbo. No século XX-II, a diferença é ainda maior, pois o valor de peso relativo para o fator *não possui material interveniente* é de 0,66 contra 0,31 quando o fator representa a variante que *possui material interveniente*, ou seja, VxDP. A seguir, temos a posposição do argumento ao verbo sem material interveniente entre V e DP:

(6) Como **existe** pessoas sem caráter em nossa sociedade

Destacamos também a falta de concordância na sentença (6), em que o argumento interno do verbo inacusativo ocorre na posição pós-verbal, posição típica de objeto no PB. Gravina (2014) destaca que a ordem posposta do sujeito com verbos inacusativos é produtiva em línguas como o PB devido à sua identificação pelos falantes como um complemento do verbo e não como um sujeito verdadeiro, o que pode ser verificado, em muitos casos, pela ausência de concordância entre o DP argumento interno e o verbo, como verificamos em (6).

⁶⁷ O grupo de fatores *material interveniente entre V e DP* somente foi categorizado para a variável ordem do sujeito.

Até o momento, destacamos os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico como relevantes para a variável ordem do sujeito, tomando todos os grupos de fatores para análise na rodada, sendo que o grupo *item lexical* não foi selecionado pelo programa estatístico. Porém, é necessário verificarmos se o grupo de fatores *item lexical* não foi selecionado no período correspondente ao século XX-II por estar concorrendo com o grupo *natureza do verbo monoargumental* neste período. Para isso, repetimos a rodada retirando o grupo natureza do verbo monoargumental, mas mantendo todos os demais grupos de fatores.

De fato, quando retiramos o grupo *natureza do verbo monoargumental* da rodada, o grupo de fatores *item lexical* é selecionado como sendo relevante para a ordem VDP. A Tabela 6.6 revela os valores percentuais e de peso relativo obtidos para esse grupo de fatores no período correspondente ao século XX-II:

Tabela 6.6 – VDP segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo

Item lexical	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Grupo I – ficar, restar	21/34 = 61,8% -	05/16 = 31,2% -	03/08 = 37,5% 0,51
Grupo II – existir	11/19 = 57,9% -	100,0% -	13/21 = 61,9% 0,75
Grupo III – chegar, vir, ir, entrar, cair	35/88 = 39,8% -	16/52 = 30,8% -	12/34 = 35,3% 0,68
Grupo IV – acontecer, ocorrer, transcorrer	22/58 = 37,9% -	17/47 = 36,2% -	16/69 = 23,2% 0,49
Grupo V – morrer, nascer, envelhecer	03/14 = 21,4% -	02/09 = 22,2% -	10/17 = 58,8% 0,84
Grupo VI – dormir, acordar	10/27 = 37,0% -	05/25 = 20,0% -	03/46 = 6,5% 0,18
Grupo VII – correr, andar, caminhar	04/15 = 26,7% -	03/06 = 50,0% -	01/09 = 11,1% 0,36
Total	106/255 = 41,6%	48/155 = 31%	58/204 = 28,4%

Observamos que os maiores valores de peso relativo foram obtidos para o grupo V (morrer, nascer), com 0,84 de peso relativo, e para o grupo II (existir), com 0,75 de peso relativo. O grupo III (chegar, cair) também apresentou valor expressivo, com 0,68 de peso relativo. Esses grupos apresentam verbos inacusativos prototípicos e verbos inacusativos menos prototípicos em sua composição, o que pode explicar sua relevância para a ordem VDP nesse mesmo período em que o grupo natureza do verbo monoargumental foi selecionado.

Os dados pertencentes ao grupo *pessoa do discurso* e os fatores com traço [+genérico] do grupo de fatores *traços de definitude e especificidade do DP* foram excluídos da rodada final, devido ao fato de apresentarem nocaute. Os grupos de fatores *forma verbal* e *localidade* não foram selecionados pelo programa nessa etapa como sendo significativos para a análise em nenhum dos períodos analisados.

4.2 Preenchimento do sujeito por período de tempo – 2ª etapa

Dos 971 dados levantados para composição do *corpus*, 332 dados são de sujeito nulo, representando 34% dos dados. Nesta última etapa, refinamos nossa análise considerando apenas os resultados com sujeito expresso e nulo com referência definida. Os dados com sujeitos expressos indefinidos e genéricos e os dados com sujeito nulo genéricos foram excluídos das rodadas para que pudéssemos comparar de forma mais adequada nossos resultados em relação ao sujeito nulo com dados da literatura.

Após excluídos os casos de *nocaute* das rodadas em cada período e também os dados indefinidos e genéricos, temos um total de 319 dados para a análise do sujeito nulo no século XIX, 203 dados no século XX-I e 211 dados no século XX-II, totalizando 733 dados com referência definida. Vale ressaltar que não levamos em consideração o fato de o DP ser posposto ou anteposto ao verbo, apenas o classificamos como sendo sujeito expresso e o comparamos com o DP categorizado como sujeito nulo, considerando, nesta etapa, apenas os dados com sujeitos definidos, tanto para o sujeito expresso quanto para o sujeito nulo.

Os grupos de fatores selecionados pelo programa estatístico como sendo relevantes para a análise da variável preenchimento do sujeito são apresentados a seguir no Quadro 6.2, por ordem de relevância, a cada período:

Quadro 6.2 – Grupos de fatores significativos selecionados por período de tempo para a variante sujeito nulo por ordem de relevância

Grupos de fatores selecionados para o sujeito nulo	Século XIX (1851 – 1900)	Século XX-I (1901 – 1950)	Século XX-II (1951 – 2000)
Traços de animacidade do DP	1º	1º	1º
Pessoa do discurso	2º	2º	-
Forma verbal	3º	3º	-
Item lexical	-	-	2º

Os grupos de fatores *traços de animacidade do DP*⁶⁸, *pessoa do discurso* e *forma verbal* foram os grupos selecionados pelo programa estatístico para a

⁶⁸ Na análise do grupo de fatores *traços de animacidade do DP*, os dados contendo *pessoa do discurso* categorizados com o traço [+pessoa], ou seja, de 1ª e 2ª pessoa, foram classificados

variante sujeito nulo nos dois primeiros períodos analisados. No último período, temos somente os grupos de fatores *traços de animacidade do DP* e *item lexical* selecionados pelo programa como sendo relevantes para o sujeito nulo.

A Tabela 6.7 traz os valores obtidos para o grupo *traços de animacidade do DP*:

Tabela 6.7 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores *traços de animacidade do DP* por período de tempo

Animacidade do DP	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
DP [-animado]	23/108 = 21,3% 0,36	20/91 = 22,0% 0,39	20/100 = 20,0% 0,38
DP [+animado]	66/147 = 44,9% 0,61	34/80 = 42,5% 0,62	23/52 = 44,2% 0,71
Total	89/255 = 34,9%	54/171 = 31,6% -	43/152 = 28,3%

Conforme a Tabela 6.7 nos mostra, o grupo de fatores *traços de animacidade do DP* foi selecionado como relevante nos três períodos analisados. O traço que apresentou maior valor de peso relativo nos três períodos para esse grupo foi o [+animado], com 0,61 no século XIX, 0,62 no século XX-I e 0,71 no período correspondente ao século XX-II. Vale ressaltar que o valor de peso relativo para esse traço aumenta com o passar do tempo nos períodos considerados nesta pesquisa, o que nos dá indícios de que, a cada período, o fator animacidade do DP se torna mais significativo para o sujeito nulo no PB. No entanto, observamos que, mesmo com o aumento no valor de peso relativo a cada período, os percentuais ficam praticamente constantes.

Segundo Duarte (1993), ocorre um aumento do sujeito expresso no decorrer dos séculos, principalmente quando o traço [+humano] está associado ao traço [+específico], sendo o processo de mudança em direção ao pronome expresso bastante influenciado pelo traço [+humano] do antecedente. No entanto, nossos resultados não foram na mesma direção dos apontados pela autora. A opção de categorização dos dados contendo seres vivos como [+animado] e dos dados contendo DPs abstratos como [-animado] talvez tenha influenciado e dificultado a comparação com os dados de Duarte (1993), já que a autora opta pelo traço [+/-humano] do referente.

como casos de “não se aplica” devido ao traço [+animado] ser categórico para esse fator, por isso não estão contemplados no percentual total final para esse grupo de fatores.

O próximo grupo de fatores selecionado como relevante para a variável preenchimento do sujeito é o grupo *pessoa do discurso*, conforme a Tabela 6.8 a seguir:

Tabela 6.8 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores pessoa do discurso por período de tempo

Pessoa do discurso	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
[+pessoa] (1ª e 2ª)	62/64 = 96,9% 0,70	28/32 = 87,5% 0,61	47/58 = 81,0% -
[-pessoa] (3ª)	18/28 = 64,3% 0,12	06/11 = 54,5% 0,22	04/07 = 57,1% -
Total	80/92 = 87,0%	34/43 = 79,1%	51/65 = 78,5%

O grupo de fatores *forma de realização do DP*, que traz as demais formas de realização do DP além das pessoas do discurso, não foi selecionado pelo programa estatístico como relevante, apenas o grupo *pessoa do discurso*. Para a análise desse grupo de fatores, os dados foram categorizados separadamente como sendo portadores do traço [+pessoa] e [-pessoa]. Esse grupo de fatores se mostrou relevante nos dois primeiros períodos analisados, porém não foi selecionado pelo programa estatístico na última metade do século XX.

O valor percentual de 87,0% obtido na segunda metade do século XIX para o grupo de fatores *pessoa do discurso* corrobora os resultados de Gravina (2014), como já era esperado, visto que a autora obteve 85,0% de sujeito pronominal nulo com dados oriundos de um *corpus* jornalístico da região de Minas Gerais.

O resultado obtido para esse grupo de fatores pode ser explicado, em parte, pelo tipo de gênero utilizado para realizar a pesquisa, pois, enquanto Duarte opta por trabalhar com peças de teatro de caráter popular, nossa pesquisa, assim como a realizada por Gravina (2014), utiliza textos de jornais, que tendem a apresentar características mais conservadoras da língua portuguesa. Como apontado por essa autora, o gênero peça de teatro é mais ligado à oralidade e, por isso, mais propenso às inovações da língua, sendo caracterizado por diálogos entre personagens e podendo representar algo mais próximo à fala do que os textos de jornais que, em geral, mantêm uma escrita mais conservadora e formal, sem muitas inovações de escrita.

Gravina (2014) observa que os percentuais obtidos em estudo anterior, publicado em (2008), para o uso da primeira pessoa nula nos jornais brasileiros são extremamente recorrentes. A autora considera que esse uso de sujeito nulo de

primeira pessoa, singular e plural, se configurou como algo de caráter textual e de elocução na tentativa de proporcionar proximidade com o leitor, ou seja, uma forma de inseri-lo nas afirmações que estavam sendo apresentadas nos textos. O uso de primeira pessoa do plural nula apresenta a vantagem de permitir ao autor da carta ou ao redator ser impessoal ao mesmo tempo em que estabelece uma proximidade do leitor com o tema abordado no periódico. O uso desse recurso estilístico também permite que autor ou redator se exima, em parte, da responsabilidade do texto.

O próximo grupo de fatores que apresentamos é o grupo *forma verbal*. Os valores obtidos são apresentados a seguir:

Tabela 6.9 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores forma verbal por período de tempo

Forma verbal	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Verbo no particípio	09/41 = 22,0% 0,31	10/32 = 31,5% 0,43	05/21 = 23,8% -
Verbo no infinitivo	60/88 = 68,2% 0,71	23/39 = 59,0% 0,70	33/50 = 66,0% -
Verbo flexionado	68/167 = 40,7% 0,40	40/113 = 35,4% 0,43	44/121 = 36,4% -
Verbo no gerúndio	14/23 = 60,9% 0,67	09/19 = 47,4% 0,59	08/19 = 42,1% -
Total	151/319 = 47,3%	82/203 = 40,4%	90/211 = 42,7%

O grupo de fatores *forma verbal* somente foi selecionado para o sujeito nulo nos períodos correspondentes aos séculos XIX e XX-I. Os fatores que se destacaram para essa variável foram o verbo no infinitivo e no gerúndio. O verbo na forma do particípio foi o que menos favoreceu o sujeito nulo. No período referente ao século XIX, a forma verbal com verbo no infinitivo apresentou 0,71 de peso relativo e o gerúndio apresentou 0,67. No século XX-I o infinitivo apresentou valor de 0,70 e o gerúndio, de 0,59. Os percentuais também diminuíram do século XIX para o XX-I para as duas formas.

Quanto ao grupo de fatores *item lexical*,⁶⁹ destacamos o último período. Apresentamos na Tabela 6.10 os valores obtidos para esse grupo:

Tabela 6.10 – Sujeito nulo segundo o grupo de fatores item lexical por período de tempo

⁶⁹ Nesse grupo de fatores, excluímos o fator correspondente ao grupo II (existir) por apresentar nocaute nos dois últimos períodos, e ao grupo VII (correr, andar), nos dois primeiros períodos, também por nocaute.

Item lexical	Século XIX	Século XX-I	Século XX-II
	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR	APL/TOTAL = % PR
Grupo I – ficar, restar	09/30 = 30,0% -	07/20 = 35,0% -	06/10 = 60,0% 0,76
Grupo II – existir	01/12 = 8,3% -	0/1 = 0,0% -	0/8 = 0,0% -
Grupo III – chegar, vir, ir, entrar, cair	71/134 = 53,0% -	16/58 = 27,6% -	30/51 = 58,8% 0,68
Grupo IV – acontecer, ocorrer, transcorrer	28/67 = 41,8% -	29/66 = 43,9% -	15/60 = 25,0% 0,46
Grupo V – morrer, nascer, envelhecer	11/23 = 47,8% -	07/16 = 43,8% -	03/17 = 17,6% 0,19
Grupo VI – dormir, acordar	31/53 = 58,5% -	23/43 = 53,5% -	30/59 = 50,8% 0,45
Grupo VII – correr, andar, caminhar	0/13 = 0,0% -	1/1 = 100,0% -	6/14 = 42,9% 0,44
Total	151/319 = 47,3%	82/203 = 40,4%	90/211 = 42,7%

Com relação à segunda metade do século XX, o grupo I (ficar, restar) foi o que mais se destacou, apresentando valor de 0,76 de peso relativo. Outro grupo que se destacou foi o grupo III (chegar, cair), que apresentou valor de peso relativo de 0,68. Da mesma forma que os inacusativos prototípicos mostram mais resistência à anteposição no último período, os grupos de itens lexicais que contêm grande parte dos inacusativos prototípicos também oferecem mais resistência ao preenchimento do sujeito nesse mesmo período.

Era esperado que o preenchimento do sujeito fosse favorecido por verbos como *morrer* e *nascer*, pertencentes ao grupo V, pois esse tipo de verbo geralmente exige DP com traço [+animado], o que se confirmou no último período analisado. Na segunda metade do século XX, o grupo V apresentou valor de peso relativo de apenas 0,19 e valor percentual de 17,6% de sujeito nulo, ou seja, verbos inacusativos prototípicos como *nascer* e *morrer* favorecem o preenchimento do sujeito. A explicação se dá pelo traço [+animado] que o argumento selecionado pelo verbo traz, mesmo se tratando de verbos inacusativos prototípicos, cujos argumentos não são desencadeadores da ação, sendo considerados *achievements*.

Os índices obtidos com os verbos desse grupo podem ser explicados pelo fato de que a perda do sujeito nulo atinge primeiro os contextos mais referenciais para depois chegar aos menos referenciais (cf. SANTOS; SOARES DA SILVA, 2012). Sendo assim, é possível prever também que a perda da ordem VDP atinge primeiro verbos como *morrer* e depois passa a se implementar nos contextos com outros verbos inacusativos, uma vez que os dois fenômenos, apagamento e posposição

do sujeito, são propriedades do parâmetro do sujeito nulo que está em processo de mudança no PB. No entanto, obtivemos um índice alto no último período para o grupo de fatores *item lexical* correspondente ao grupo V (morrer, nascer, falecer etc.) para a variável ordem do sujeito. Esse grupo apresentou percentual de 58,8% de VDP de acordo com a Tabela 6.10, o que não é esperado para esse grupo de verbos, devido ao tipo de argumento selecionado.

Para verificarmos o que pode estar influenciando esse índice, observamos as sentenças de nossa amostra que contêm esses verbos analisados no século XX-II e verificamos que cinco sentenças pertencem a uma mesma carta dirigida ao redator de um jornal de Florianópolis, cujo conteúdo descrevia sucessivos falecimentos de uma mesma família, o que contribuiu para o percentual de 58,8% de VDP nesse período, conforme exemplos:

(7) [...] quando estupidamente **faleceu minha querida mãe**

(8) [...] **falece**, em 1987, no Hospital do Coração, em São Paulo, **o querido Nazareno**

(9) Em 1994, **falece meu outro irmão e amigo Mário I. C.**

(10) Em 1996, **faleceram a minha querida Maria Aparecida**, irmã que para mim foi tudo, pois era quem me fazia tudo

(11) [...] após duas semanas da morte de minha irmã, **faleceu meu pai Jorge P. C.**

Talvez esse alto percentual de VDP com esse grupo de verbos no período correspondente ao século XX-II possa ser explicado, em parte, por metade dos dados desse período pertencerem a um mesmo autor, o que pode representar mais uma questão de estilo da escrita do autor ou uma estratégia discursiva do que propriamente uma tendência ao uso de VDP nesse período. Esse alto índice percentual obtido para o grupo V no último período analisado nos faz refletir sobre a classificação dos verbos *falecer* e *morrer* como pertencentes ao mesmo grupo, pois o verbo *falecer* parece ainda permitir a ordem VDP mais facilmente do que o verbo *morrer* em dados escritos do PB.

Os verbos do grupo III (chegar, vir, sair), e do grupo VII (correr, andar, caminhar, rolar) também se destacaram com relação ao sujeito nulo, apresentando percentuais altos.

Verificamos os exemplos a seguir, retirados de nossos dados:

(12) Papai bem compreendia aquela situação e academicamente denunciava sua presença antes de **sair**

(13) Em Jaraguá do Sul, tínhamos uma opção para **andar** de maria fumaça

A explicação, nesse caso, pode estar no tipo de argumento selecionado, já que os verbos pertencentes a esses dois grupos são verbos de atividade que, em geral, exigem referentes com traço [+animado].

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos, pudemos traçar um panorama de quais fatores se mantêm estáveis e quais cedem à ordem DPV e sujeito preenchido ao longo dos períodos analisados. De forma geral, mesmo com o aumento do preenchimento do sujeito no PB, tanto a ordem VDP quanto o sujeito nulo ainda são licenciados em alguns ambientes sintáticos.

Ao compararmos os resultados para ambas as variáveis dependentes, notamos que ocorre uma queda mais brusca no percentual do sujeito nulo e da posposição do DP do século XIX para a primeira metade do século XX. Essa queda na frequência das duas variantes, sujeito nulo e VDP, acontece de forma mais discreta na passagem do período correspondente ao século XX-I para o período correspondente ao século XX-II. Essa diminuição de ocorrências de VDP do século XIX para o século XX acompanhou a tendência de o PB apresentar uma mudança em relação ao parâmetro do sujeito nulo, numa direção [+sujeito expresso] no mesmo período de tempo.

Assim, o PB teria sofrido uma mudança gramatical em relação ao sujeito nulo do século XIX para o século XX, deixando de ser uma língua de sujeito nulo para ser considerado uma língua de sujeito nulo parcial, conforme Gravina (2014). Porém, ainda há alguns contextos produtivos para o sujeito nulo no PB, como é o caso dos sujeitos pronominais definidos com o traço [+pessoa].

Em relação à inversão do sujeito, os dados revelam a tendência de o PB se tornar preferencialmente DPV, sendo as construções inacusativas e existenciais as que oferecem maior resistência à mudança. Os verbos inacusativos, por selecionarem apenas o argumento interno, favorecem a posposição do sujeito, diferentemente dos verbos inergativos. Observamos que o DP pós-verbal carrega diferenças quanto à animacidade do DP, definitude e especificidade quando comparado ao DP pré-verbal. A ordem VDP ainda resiste, principalmente quando o DP carrega o traço [-específico] e quando o verbo é inacusativo existencial ou prototípico. Em geral, os argumentos internos dos verbos inacusativos carregam os traços [-definido], [-específico] e [-animado], além de serem mais ligados ao papel temático tema, por não possuírem características agentivas, o que os aproxima das propriedades apresentadas pelos objetos diretos no PB.

Os resultados sugerem que a diminuição do percentual de posposição do DP ocorre paralelamente à diminuição de sujeito nulo ao longo dos três períodos selecionados na amostra, o que nos dá indícios de que a mudança para as duas variáveis pode estar encaixada no sistema linguístico do PB e que a implementação dessas mudanças ocorre de forma paralela, mesmo que os grupos de fatores que atuam para essa queda sejam diferentes para as variáveis analisadas no mesmo período.

O presente capítulo, ao propor uma análise em que correlaciona as variáveis ordem e preenchimento do sujeito centrada nas construções inacusativas mostra que ainda não temos dados suficientes no PB para dar como finalizada a discussão sobre como essas variáveis podem estar imbricadas no caminho percorrido pela mudança linguística. Felizmente, é preciso ressaltar que já estamos avançando nesse sentido, pois, ao colocar no centro do debate os fatores internos que podem estar atuando sobre ambas as variáveis a cada período de tempo investigado, estamos não só refletindo em torno de questões de natureza teórica importantes para a língua, mas também trazendo à tona questões como as dificuldades que esse tipo de pesquisa impõe ao investigador que opta por trabalhar com diacronia.

REFERÊNCIAS

- ANTONELLI, A. L. *Sintaxe de posição do verbo e mudança gramatical na história do português europeu* Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.
- BASSO, R. M. *Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual*. 288 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2007.
- BELLETTI, A. The Case of Unaccusatives. *Linguistic Inquiry*. Vol. 19 (1), p.1-34. 1988.
- BERLINCK, R. de A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1988.
- BERLINCK, R. de A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. São Paulo: Pontes, 1989, p. 95-112.
- BERLINCK, R. de A. BIAZOLLI, C. C.; BALSALOBRE, S. R. G. Gêneros do jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística. In: GÖRSKI, E. M.;

COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (Org.). *Variação Estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 261-280.

BERLINCK, R. de A.; DUARTE, M. E. L.; OLIVEIRA, M. de. Predicação. In: KATO, M. A ; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol 2. São Paulo: Contexto, 2015. p. 81-150.

BERLINCK, R. de A. *Et al.* Mudança Sintática e a História do Português Brasileiro nos Séculos XIX e XX. In: SÁ JÚNIOR, L. A. ; MARTINS, M. A. (Org.). *Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 155-188.

BURZIO, L. Italian Syntax. *A Government-Binding Approach*. Dordrecht, Reisel Publishing Company, 1986.

CANÇADO, M. Hierarquia Temática: uma proposta para o PB. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 17-43, 2003. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/2880/2362>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

CANÇADO, M. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MÜLLER, Ana; NEGRÃO, Esmeralda; FOLTRAN, Maria (Org.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 95-124.

CANÇADO, M. Papéis Temáticos. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 105-121.

CHOMSKY, N. *The minimalista Program*. MIT Press, London, England, 1995.

CIRÍACO, L. CANÇADO, M. Inacusatividade e Inergatividade no PB. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), UNICAMP, Campinas, v. 46, n.2, p. 207-225, 2004. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/profs/marciacancado/dados/arquivos/inacusatividade.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2013.

CYRINO, S.; NUNES, J.; PAGOTTO, E. Complementação. In: KATO, M. A ; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol 2. São Paulo: Contexto, 2015. p. 37-80.

CYRINO, S.M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: SP, 1996. p 163-184.

COELHO, I. L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. 245 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2000.

COELHO, I. L. A Ordem V NP em Construções Monoargumentais: uma restrição sintático-semântica. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.35, n. 1, p. 47-74, mar/2000.

COELHO, I. L. ; MONGUILHOTT, I.; MARTINS, M. A.; COSTA, S.; SILVA, G. M. O estatuto das construções monoargumentais no PB: por trás das frequências. In: Paulino Vandresen. (org.). *Variação, Mudança e Contato Linguístico no Português da Região Sul*. Pelotas: EDUCAT, v., p. 205-225, 2006.

COELHO, I. L.; BERLINK, R. de A. *Variação e mudança dos padrões de inversão do sujeito no português escrito em diferentes localidades no Brasil oitocentista*. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional de Linguística Histórica. USP, fevereiro de 2012.

COELHO, I. L; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, Christiane M. N.; MAY, G. H. *Para Conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

COELHO, I. L; SILVA, G. M.; ZIBETTI, E. M. O. *Correlação entre ordem verbo-sujeito e sujeito nulo: a trajetória da mudança no português de Santa Catarina*. p. 35-57. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391466/02.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

CONDE SILVESTRE, J. C. Problemas y principios. *Sociolingüística histórica*. Madrid: Gredos, 2007. p. 19-72

CONDE SILVESTRE, J. C. La sociolingüística histórica y el cambio lingüístico. *Sociolingüística histórica*. Madrid: Gredos, 2007. p. 73-142

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas: SP, 1993. p 107 - 128.

DUARTE, M. E. A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M.E.L.(Orgs.) *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003. p 115-128.

DUARTE, M. E. L.; MOURÃO, G. C.; MENDONÇA SANTOS, H. Os sujeitos de 3ª pessoa: revisitando Duarte 1993. In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (org.). *O Sujeito em Peças de Teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012, p. 21-44.

DUARTE, M. E. L. (org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola. 2012.

DUARTE, M. E. Termos da oração. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Editora Contexto. 2013. p. 185-203.

- ELISEU, A. M. G. S. *Verbos Ergativos do Português: descrição e análise*. Lisboa, 1984. (mimeo)
- ENÇ, M. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*. Vol. 22 (1), p. 1-25, 1991.
- FRANCHI, C.; CANÇADO, M. Teoria Generalizada dos papéis temáticos. *Revista de Estudos da Linguagem*. Vol 11. No 2, p 83-123, 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2370/2325>. Acesso em 15 jun. 2016.
- GALVES, C. C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (Orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas: SP, 1993. p 387 - 425.
- GALVES, C. C. A sintaxe do português brasileiro. In: *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- GRAVINA, A. P. *Sujeito Nulo e a Ordem VS no Português Brasileiro: um estudo diacrônico-comparativo baseado em corpus*. 251 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2014.
- GUY, G. R.; ZILLES, Ana. *Sociolinguística Quantitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- KATO, M. A. A Restrição de Mono-Argumentalidade da Ordem VS no Português do Brasil. *Fórum Linguístico*. Florianópolis, n.2 (97-127), out/2000.
- KATO *et al.* Português Brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; SILVA, R. V. (org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Funcultura, 2006. p. 413-438.
- KATO, M. A; MIOTO, C. A Arquitetura da Gramática. In: KATO, M. A ; NASCIMENTO, M. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença*. Vol 2. São Paulo: Contexto, p. 19-36, 2015.
- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: W. P. LEHMANN; Y. MALKIEL (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1982.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- LABOV, W. *Principles of linguistic change – Internal factors*. Cambridge: B. Blackwel, 1994.

LIRA, S. de A. Subject postposition in Portuguese. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 2, n. 1, p. 17-36, 1986.

LIRA, S. de A. *The Subject in Brazilian Portuguese*. Peter Lang Publishing: New York, 1996.

MARINS, J. E. *O parâmetro do sujeito nulo: uma análise contrastiva entre o português e o italiano*. 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2009.

MARTINS, M. A. Mudança sintática e estilo: investigando a influência do gênero em um processo de mudança na história do português brasileiro. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. (Org.). *Variação Estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014. p. 245-260.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C; BRAGA, M. L. (Org.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2012. p. 15-26.

NASCIMENTO, S. H. L. do. *Inacusatividade no Português do Brasil*. 2002. 143 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2002.

NASCIMENTO, S. H. L. do. *Os verbos inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização*. DELTA, 30. v. 2, p. 237 -256, 2014.

PALMIERE, D. T. L. *A Inacusatividade na Aquisição da Linguagem*. 2002. 205 f. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2002.

PERLMUTTER, D. M. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. In: J. Jaeger et alli. (eds). *Proceedings from the IV Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley, California, 1978. p. 157-190

PILATI, E. Sobre a ordem verbo-sujeito no português brasileiro: 30 anos em mirada crítica. *Revista Linguística*. Vol. 12, n.2, dez 2016.

Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/rl/article/view/5474/6220>
Acesso em: 15 de março de 2017.

PONTES, E. S. L. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas, SP: Editora Ática, 1987.

PONTES, E. S. L. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ROSENBACHOVÁ, E. *Inacusatividade e inergatividade na perspectiva de verbos de zero lugares e de verbos unipessoais*. (Tese de Doutorado – Ph.D.) Masarykova univerzita Filozofická fakulta Ústav románských jazyků, Brno (República Tcheca), 2009.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. (2015). *Goldvarb Yosemite*: A variable rule application for Macintosh. Department of Linguistics, University of Toronto. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 12/01/2017.

SANTOS, D. de R. *A ordem VS/SV com verbos inacusativos: um estudo diacrônico*. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras) 138 f. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

SANTOS, S. et al. *Análise diacrônica da ordem V-DP/DP-V com verbos inacusativos no português europeu*. Trabalho apresentado na IX JNFLP (2014). Disponível em: http://www.filologia.org.br/vii_sinefil/COMPLETOS Acesso em 03/08/2015

SANTOS, D. de R.; SOARES DA SILVA, H. A ordem V-DP/DP-V com verbos inacusativos. In: DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (org.). *O Sujeito em Peças de Teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012, p. 121-142.

SENA, L. *O estatuto das construções inacusativas: uma contribuição para os estudos diacrônicos sobre a ordem e o preenchimento do sujeito em amostras do PHPB-SC*. 206f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2017.

SPANIO, M. *A ordem verbo-sujeito no português brasileiro e europeu: um estudo sincrônico da escrita padrão*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

TARALLO, F. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian & KATO, Mary A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: SP, 1996. p 69 - 105.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

VENDLER, Z. Verbs and Times. *The Philosophical Review*, Vol. 66, No. 2. (Apr., 1957), pp. 143-160. Disponível em: <http://semantics.uchicago.edu/scalarchange/vendler57.pdf> Acesso em: 27/06/2016.

ZILLES, A. M. S. A Posposição do Sujeito ao Verbo no Português Falado no Rio Grande do Sul. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.35, n. 1, p. 47-74, mar/2000.

A ESTRATIFICAÇÃO FONÉTICA DAS MARCAS DE CONCORDÂNCIA VERBAL EM FLORIANÓPOLIS

Raquel Gomes Chaves
Universidade Federal de Pelotas

1. INTRODUÇÃO⁷⁰

Neste capítulo, investigamos a variação na produção fônica das formas verbais de terceira pessoa do plural (CVP6), tomando como base apenas a variante marcada (*eles falam, eles pensavam, eles disseram*). A título de ilustração, a terminação da forma verbal *compram* pode ser associada, ao menos, às seguintes produções de superfície: (i) realização de ditongo nasal átono final (compr[ẽw̃]); (ii) realização de monotongo nasal átono (compr[õ]); ou, ainda, (iii) realização de monotongo oral átono (compr[u]).

Há uma extensa bibliografia que trata do fenômeno variável de marcação de CVP6 em dados do português brasileiro (PB) (NARO, LEMLE, 1976; LEMLE, NARO, 1977; NARO, 1981; GUY, 1981; NICOLAU, 1984, 1995; VIEIRA, 1995, 1997; SCHERRE, NARO, 1997; LUCCHESI, BAXTER, ALVES DA SILVA, 2009; NARO, SCHERRE, 2007; MONGUILHOTT 2001, 2009; BARDEN, 2004; CHAVES, 2016, 2017; FERMINO, 2017, entre outros). Em sua maioria, os estudos citados foram desenvolvidos na perspectiva da Teoria da Variação e

⁷⁰ Agradeço a Glauber Kist pela leitura cuidadosa e pelas sugestões feitas. Destaco, no entanto, que quaisquer equívocos são exclusivamente de minha responsabilidade.

Mudança Linguística (TVM) (WLH, 2006[1968], LABOV, 1972, 1982, 1994, 2001), apresentando análises binárias as quais contrapunham formas marcadas (Eles *compram*) a formas não marcadas (Eles *compra*Ø).

No entanto, as possíveis realizações fônicas da variante marcada vêm ganhando atenção dos estudiosos em função: (i) da literatura relativa ao fenômeno, também variável, de redução/desnasalização de ditongos nasais átonos finais⁷¹ (RED/DES) (vag[ẽj], ~ vag[i] – *vagem*; eles com[ẽj] ~ eles com[i] – *eles comem*, órgão ~ órg[u] – órgão; eles fal[ẽw] ~ eles fal[u] – *eles falam*), processo fonológico que se relaciona diretamente à marcação de CVP6; e (ii) das reflexões críticas acerca do “princípio de saliência fônica” (NARO, 1981).

Os estudos centrados no processo fonológico variável de RED/DES em dados do PB (VOTRE, 1978; BATTISTI, 2002; BOPP DA SILVA, 2005; SCHWINDT, BOPP DA SILVA, 2009; SCHWINDT, BOPP DA SILVA, QUADROS, 2012; GOMES, MESQUITA, FAGUNDES, 2013; CHAVES, 2017; DE BONA, 2018, entre outros) indicam a natureza morfofonológica do processo ao destacarem uma diferença relevante na aplicação do fenômeno em verbos e não verbos⁷². Em linhas gerais, nos estudos referidos, as realizações dos ditongos nasais átonos finais tendem a ser preservadas, com mais frequência, em formas verbais (*compram*, *dizem*) do que em formas não verbais (*vagem*, *órgão*). Observa-se, portanto, tendência de manutenção do ditongo e da nasalidade em verbos, nos quais a terminação carrega informação morfológica (desinência número-pessoal).

Em relação à variável saliência fônica, muito se tem discutido desde a proposta pioneira de Naro (1981). Em poucas palavras, o grupo de fatores controlado nos estudos sobre a marcação de CVP6 assume que quanto maior for a diferença fônica entre formas verbais singulares e plurais, tanto maior a chance de verificarmos a marcação da concordância. Entre os estudiosos que analisaram criticamente essa variável (GUY, 1981; NICOLAU, 1984, 1995; CHAVES, 2014; VIEIRA, BRANDÃO, GOMES, 2015; CHAVES, KIST, 2018; FREITAG, 2018), muitos defendem um olhar mais atento para a realização fonética da concordância no intuito de refinar a escala que, muitas vezes, ao ser aplicada, leva em conta apenas diferenças ortográficas na comparação singular/plural.

⁷¹ Rotulamos o fenômeno de redução/desnasalização de ditongos nasais átonos finais por constatarmos que não existe possibilidade de desnasalização do ditongo, ou seja, uma forma como *brincam*, jamais será realizada como *brinc[aw]. Dessa forma, não nomeamos o fenômeno de redução da nasalidade ou desnasalização de ditongos nasais átonos finais.

⁷² Schwindt, Bopp da Silva e Quadros (2012), além de apontarem para a diferença entre verbos e não verbos, verificam, entre as formas verbais, tendência de aplicação de RED/DES superior em formas verbais no pretérito perfeito (*falaru*, *cantaru*).

Apesar da grande intersecção entre os fenômenos variáveis de RED/DES e de marcação explícita de CVP6, poucos foram os estudos que analisaram a correlação entre ambos os fenômenos (GUY, 1981; GUY, 2013; CHAVES, 2014; SCHWINDT, 2015; CHAVES, 2017, entre outros). Da mesma forma, foi apenas na década de 2010 que os trabalhos passaram a dar mais destaque às possíveis realizações fonéticas na marcação da CVP6 no PB (CHAVES, 2014; VIEIRA, BRANDÃO, GOMES, 2015; ROCHA, 2018, entre outros)⁷³.

A partir do panorama apresentado, buscamos mensurar as possibilidades de realização superficial da marcação da CVP6 em dados de fala de Florianópolis, mais especificamente da localidade da Costa da Lagoa, os quais compõem a Amostra Chaves (2016)⁷⁴. Mais especificamente, procuramos investigar a possibilidade de estratificação social no uso de determinadas terminações fonéticas em detrimento de outras.

Este capítulo está organizado da seguinte forma. Na seção 2, exploramos o que postulam os manuais prescritivos sobre a marcação da concordância em dados de escrita, contrapondo-os ao que se tem descrito acerca de dados de fala. Além disso, revisamos estudos que abordaram a questão da marcação fonética dos ditongos em formas verbais flexionadas na terceira pessoa do plural⁷⁵ no PB. Na Seção 3, exibimos os procedimentos metodológicos empregados na condução desta pesquisa. Na Seção 4, expomos e discutimos os resultados atingidos neste estudo. Por fim, na Seção 5, tecemos algumas reflexões finais.

2. A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL NO PORTUGUÊS PADRÃO, NO PB CULTO E NO PB VERNACULAR

Conforme prescrevem os manuais normativos do português, a regra geral de concordância verbal é obrigatória. Postula-se que o verbo/locução verbal presente em uma oração deve concordar em número e gênero com o núcleo do sujeito com o(s) qual(is) se relaciona. Nas palavras de Cunha e Cintra (2008[1985], p. 510),

⁷³ Há estudos dedicados à análise da marcação fonética da concordância em dados do português europeu, entre os quais podemos aludir a Vieira e Bazenga (2015) e Bazenga (2015). Não abordamos os resultados desses estudos aqui em função de nosso interesse estar restrito a dados do PB.

⁷⁴ A Amostra Chaves (2016) é composta de 24 entrevistas nos moldes labovianos coletadas na comunidade da Costa da Lagoa (Florianópolis – SC). As entrevistas fazem parte, atualmente, da Amostra Complementar do Projeto Varsul – Agência UFSC.

⁷⁵ Nem todas as terminações verbais na terceira pessoa do plural apresentam o ditongo átono: como exemplo, podemos citar as formas *são*, *estão* e *dão* (todas com terminação tônica).

“a solidariedade entre o verbo e o sujeito [...] exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito”⁷⁶. Sendo assim, no português padrão, ao conjugarmos o verbo *trabalhar*, no presente do indicativo, temos, levando-se em conta todas as seis pessoas do discurso (cf. CAMARA JR, 2013 [1970]), o Quadro 7.1.

Quadro 7.1 – Paradigma verbal do português conforme manuais prescritivos da língua (conjugação do verbo *trabalhar* no presente do indicativo)

Pessoal/Número	Pessoa do discurso	Forma conjugada
Primeira pessoa do singular	P1	(Eu) trabalho
Segunda pessoa do singular	P2	(Tu) trabalhas
Terceira pessoa do singular	P3	(Ele) trabalha
Primeira pessoa do plural	P4	(Nós) trabalhamos
Segunda pessoa do plural	P5	(Vós) trabalhais
Terceira pessoa do plural	P6	(Eles) trabalham

Apesar da determinação imposta pelas gramáticas tradicionais, sabemos que tanto a norma culta, considerada neste texto como a que caracteriza a fala/escrita de sujeitos com alto grau de escolaridade, como a norma vernacular do PB, que para nós caracteriza a fala dos sujeitos com menor grau de instrução, não condiz com o que é apresentado no Quadro 7.1.

Cabe destacar que alguns compêndios gramaticais ainda não incorporaram ao seu quadro de pronomes retos as formas, empregadas tanto na fala como na escrita (culto e vernacular), “você” (2ª pessoa do singular – 2ª pessoa do discurso – P2), “a gente” (1ª pessoa do plural – 4ª pessoa do discurso – P4) e “vocês” (2ª pessoa do plural – 5ª pessoa do discurso – P5). Há consenso, na literatura, sobre o grande impacto provocado pela “entrada” dos pronomes referidos no paradigma pronominal sujeito do PB. Foram verificados, entre outros, efeitos no processo de concordância, principalmente por “você” e “a gente” serem, originalmente, formas de terceira pessoa (não marcadas).

No Quadro 7.2 a seguir, apresentamos a variação documentada no que diz respeito à concordância no paradigma verbal do PB.

⁷⁶ Além da existência da regra geral, apresentada anteriormente, as gramáticas tradicionais elencam uma série de casos particulares no que diz respeito à concordância de número, aos quais não nos deteremos aqui.

Quadro 7.2 – Paradigma de flexão verbal no português brasileiro culto e popular

Norma culta brasileira	Norma popular brasileira
eu trabalho	eu trabalho
você trabalha ~ tu trabalhas ~ tu trabalha	você trabalha ~ tu trabalha
ele/ela trabalha	ele/ela trabalha
nós trabalhamos ~ a gente trabalha	nós trabalha ~ nós trabalhamo(s) a gente trabalha ~ a gente trabalhamo(s)
vocês trabalham ~ vocês trabalha	vocês trabalha ~ vocês trabalham
eles/elas trabalham ~ eles/elas trabalha	eles/elas trabalha ~ eles/elas trabalham

Fonte: Adaptado de Luchesi, Baxter e Alves da Silva (2009, p. 333).

No que tange especificamente ao paradigma verbal de terceira pessoa do plural, foco de nosso interesse neste trabalho, são apontadas, por Luchesi, Baxter e Alves da Silva (2009, p. 333), duas possibilidades de realização (variantes) da concordância: Eles/Elas trabalhaØ (com presença de marca zero) e Eles/Elas trabalham (com presença do morfema número-pessoal *-m*). Segundo Guy (1981), ao analisarmos o fenômeno de concordância de número no PB, é possível afirmar que:

Os marcadores plurais envolvidos nessa variação são principalmente o sufixo *-s* no sistema nominal e nasalização das vogais finais, representados ortograficamente como *-m* e morf fonemicamente como *-N*, no sistema verbal. Muitas palavras em português mostram outras evidências de sua pluralidade, além do sufixo simples de *-s* ou *-N*, mas ‘sufixo simples’ é responsável pela grande maioria dos casos⁷⁷. (tradução nossa).

Assim, a ideia geral expressa por Guy (1981) vai ao encontro do que as gramáticas evidenciam, mesmo sem que os compêndios, em sua maioria, levem em conta a pronúncia dos falantes. No modo indicativo, nas formas verbais regulares de terceira pessoa do *presente*, *pretérito imperfeito*, *pretérito mais-que-perfeito* e *futuro do pretérito*, a única alteração ortográfica verificada, se compararmos a forma singular e a plural, é o emprego do grafema “m”, como exhibe o Quadro 7.3.

⁷⁷ No original: The plural markers involved in this variation are primarily the suffix *-s* in the nominal system and nasalization of final vowels, represented orthographically as *-m* and morphophonemically as *-N*, in the verbal system. Many words in Portuguese show other evidence of their plurality besides simple suffixation of *-s* or *-N*, but ‘simple suffixation’ accounts for a large majority of cases.

Quadro 7.3 – Paradigma flexional de terceira pessoa dos verbos regulares do português (1ª, 2ª e 3ª conjugação) no modo indicativo conforme prescreve a norma padrão

Modo indicativo			
Presente		Pretérito mais-que-perfeito	
pensa	pensam	pensara	pensaram
come	comem	comera	comeram
cumpre	cumprem	cumprira	cumpriram
Pretérito imperfeito		Futuro do presente	
pensava	pensavam	pensará	pensarão
comia	comiam	comerá	comerão
cumpria	cumpriam	cumprirá	cumprirão
Pretérito perfeito		Futuro do pretérito	
pensou	pensaram	pensaria	pensariam
comeu	comeram	comeria	comeriam
cumpriu	cumpriram	cumpriria	cumpririam

Ao observarmos a conjugação dos verbos regulares no modo indicativo, constatamos que apenas as formas verbais do pretérito perfeito (*pensou/pensaram*) e do futuro do presente (*pensará/pensarão*) não apresentam, nas contrapartes pluralizadas, o morfema *-m* (ou grafema “m”). No entanto, não podemos deixar de registrar que o *futuro do presente* apresenta baixa frequência de uso, ao menos em dados de fala, visto a prevalência de formas sincréticas (*vão pensar, vão falar*) em detrimento de formas analíticas (*pensarão, falarão*). Logo, a afirmação de Guy de que, na maioria dos tempos verbais, a nasalidade seria a única marca de pluralidade é corroborada. A exceção restringe-se ao *pretérito perfeito*, no qual se registram mais alterações na comparação entre verbo singular/plural, a saber: “apagamento” de segmentos na forma singular e “inserção” da terminação *-aram* (*comprou > comprou > compr -aram > compraram*). A mesma realidade é observada no modo verbal subjuntivo: tanto no *presente* (*pense/pensem*) como no *pretérito imperfeito* (*pensasse/pensassem*), a consoante “m” é responsável pela distinção entre formas singulares e plurais.

O fenômeno da marcação de CVP6 é caracterizado como variável no PB segundo diversos estudos⁷⁸ (LEMLE, NARO, 1976; NARO, LEMLE, 1977; NARO, 1981; GUY, 1981; VIEIRA, 1995, 1997; SCHERRE, NARO, 1997; NARO, SCHERRE, 2007; LUCHESI, BAXTER, ALVES DA SILVA, 2009; MONGUILHOTT, 2001, 2009; CHAVES, 2017; FERMINO, 2017, entre outros). Por outro lado, dados do português europeu (PE) indicam categoricidade ou semi-categoricidade na marcação da concordância, isto é, índices que oscilam

⁷⁸ É importante destacar que a concordância verbal em geral é variável (P2, P4, P5 e P6). Nos detemos apenas em P6 já que este é o escopo deste texto.

entre 95 e 100%⁷⁹ (Scherre, Naro, 1997; MONGUILHOTT, 2009; Vieira, BAZenga, 2015; BAZenga, 2015, entre outros).

No que tange especificamente a dados do PB, a produção fônica da variante marcada também tem recebido destaque nas últimas décadas. Naro (1981), ao formalizar a variável saliência fônica, elencou possibilidades sonoras de marcação da concordância de P6. Resumidamente, o autor delimitou uma hierarquia pautada na diferenciação em termos de material fônico (quantidade de material e acento) entre a forma singular e a plural de terceira pessoa. A hipótese do autor, atestada por estudos subsequentes, é a de que quanto maior a distinção entre singular e plurais, maior a probabilidade de marcação explícita de CV. A Tabela 7.1 ilustra a proposta de Naro.

Tabela 7.1 – Hierarquia de saliência fônica proposta por Naro (1981) com base na produção fonética de informantes cariocas em fase de Alfabetização (Projeto MOBRAL)

Hierarquia de saliência fônica
1. [-i/-ĩ] (comi/comiN)
2. [-a/-ũ] (fala/faluN)
3. [-Ø/-ĩ] (diz/diziN)
4. [-á/-áw] (está/estão)
5. [-éw/-érũ, -íw/-írũ, -óy/órũ] (comeu/comeruN)
6. [-ó/-árũ] (falô/faláruN)
7. caso único (é/são)
8 [-Ø/-érũ, -í/-írũ] (disse/disséruN)

Fonte: Adaptado de Naro (1981, p. 75)

Segundo o autor, na variedade popular, os ditongos são produzidos exclusivamente quando sobre eles incidem acentuação (*dá/dão, é/são*). Nos casos em que a terminação na forma plural não é acentuada, apenas as formas monotongadas (orais e nasais) foram verificadas pelo autor. No que diz respeito à variedade culta, por sua vez, Naro aponta predominância na produção de formas verbais com presença de marca realizada com a variante fônica *ditongo nasal*, independentemente de o contexto ser tônico (*está/estão*) ou átono (*fala/falam*). O Quadro 7.4 mostra detalhadamente a estratificação da marcação de CVP6 descrita por Naro (1981).

⁷⁹ Cf. Labov (2003).

Quadro 4 – Realização fônica das formas de terceira pessoa do singular e plural na variedade carioca popular e culta

Classe	Forma Ortográfica (singular/plural)	Variante popular	Variante padrão
Presente			
1ª conjugação (regular)	<i>fala/falam</i>	[-a] [-ũ, -u, -ã]	[-a] [-ã]
2ª e 3ª conjugação (regular)	<i>parte/partem</i>	[-i] [-ĩ]	[-i] [-ẽỹ]
2ª e 3ª conjugação (-r ou -z)	<i>faz/fazem</i>	Ø [-ĩ, - i]	Ø [-ẽỹ]
Monossílabos	<i>dá/dão</i>	[-a] [-ãw̃]	[-a] [-ãw̃]
PRETÉRITO IMPERFEITO			
Todos os verbos	<i>falava/falavam</i>	[-a] [-ũ, -u, -ã]	[-a] [-ãw̃]
FUTURO			
Todos os verbos	<i>falará/falarão</i>	[-a] [-ãw̃]	[-a] [-ãw̃]
PreTÉRITO PERFEITO			
1ª conjugação (regular)	<i>falou/falaram</i>	[-o] [-arũ, -aru]	[-o, -ow] [-arãw̃]
2ª e 3ª conjugação (regular)	<i>aprendeu/ aprenderam</i>	[-ew] [-erũ, -eru]	[-erãw̃]
2ª e 3ª conjugação (regular)	<i>partiu/partiram</i>	[-iw] [-irũ, - iru]	[-iw] [-irãw̃]
alternância acentual (irregular)	<i>trouxe/trouxeram</i>	[-i]	[-érãw̃]
mudança no radical (irregular)	<i>fez/fizeram</i>	Ø [-erũ, -eru]	Ø [-érãw̃]

Fonte: Adaptado de Naro (1981, p. 65, tradução nossa)

Depois de Naro (1981), poucos foram os estudos que abordaram diretamente a questão da variação fonética na marcação explícita de concordância de P6 em dados do PB. O trabalho de Guy (1981), mesmo que indiretamente, tratou da realização fônica da marcação explícita de P6 ao associar o fenômeno aludido ao processo também variável de RED/DES (*homem ~ home, vagem ~ vagi* – dados de não verbos, *come ~ comem, sabe ~ sabem* – dados de verbos). A interação fonologia/morfossintaxe, nesses dois processos, ocorre, pois, como mencionado, a pluralidade é marcada, em formas verbais de P6, essencialmente pela nasalidade que incide sobre o ditongo final.

Monguilhott (2001, 2009), autora que investigou a marcação da concordância de P6 em Florianópolis (2001, 2009) e em Lisboa (2009), mesmo sem exibir uma análise sistemática da distribuição das variantes fônicas da marcação da CVP6, apresentou, em todos os seus exemplos, a transcrição fonética das terminações verbais. Esse fato indica, além da percepção de diferentes formas de realização da CV, a relevância dada a esse aspecto pela autora. Alguns dos exemplos citados pela pesquisadora foram: “Eles *foru* me ensinando” (MONGUILHOTT, 2001, p. 57), “Eles ainda *dizi*” (MONGUILHOTT, 2001, p. 57) – ambos os casos com redução do ditongo e queda da nasalidade. Vale ressaltar que o fenômeno de RED/DES foi apontado por Schwindt e Bopp da Silva (2005) como muito frequente (cerca de 70% de aplicação) em dados de fala de Florianópolis.

Barden (2004), por seu turno, realizou uma pesquisa acerca da marcação da CVP6 em dados de Porto Alegre (RS), provenientes da Amostra Base do Projeto VARSUL. A autora analisou, fundamentalmente, marcas *versus* não marcas de P6. Contudo, seu estudo também contemplou as diferentes possibilidades de realização fônica da concordância, a saber: (i) presença total da flexão de terceira pessoa no verbo (formas com nasalidade presente) – “Eu conheço vários que *trabalhum* com carro” (BARDEN, 2004, p. 42) e (ii) presença parcial de flexão de terceira pessoa no verbo (formas sem presença de nasalidade) – “Os ladrão *entraru* em casa” (BARDEN, 2004, p. 42). Os resultados relativos ao cômputo das formas marcadas foram os seguintes: 57% de concordância total (terminações com presença de nasalidade) e 21% de concordância parcial (terminação sem presença de nasalidade). Em síntese, Barden verificou a predominância da variante “concordância com presença total da flexão” (marcas com ditongo ou monotongo nasal, portanto) em Porto Alegre⁸⁰.

Silva, Fonseca e Cantoni (2012) investigaram, com base em análise acústica, a redução de ditongos postônicos [ãw] em formas verbais de primeira conjugação nos seguintes tempos verbais: (i) presente do indicativo (*falam*), (ii) pretérito perfeito do indicativo (*fararam*), (iii) pretérito imperfeito do indicativo (*compravam*). As autoras estabeleceram uma relação entre o fenômeno de redução e a frequência de ocorrência tanto dos tempos/modos verbais quanto dos itens lexicais. Para isso, investigaram dados por meio da leitura de frases-piloto de 12 informantes naturais de Belo Horizonte (MG). Dessa maneira, de um total de 430 formas verbais, foi registrado 74,9% (302/430) de manutenção do ditongo. Na comparação entre os

⁸⁰ Barden (2004), no entanto, não exclui de sua análise dados que apresentam ditongo tônico como marca/parte da marca de CV (é/são, está/estão), casos de verbos muito frequentes e que, conforme os estudos sobre RED/DES afirmam, não sofrem ação do fenômeno (é/su*/está/estu*) – formas “agramaticais”. São dados excluídos de estudos de RED/ DES.

índices de apagamento, a depender do tempo/modo verbal, não foram verificados resultados significativos. Os índices de redução do ditongo a monotongos orais, no estudo, foram de 33,5% em casos do presente do indicativo (dados com maior frequência de ocorrência), 33% em casos do pretérito perfeito e 22,3% em casos do pretérito imperfeito. No entanto, Silva, Fonseca e Cantoni encontraram correlação positiva entre a redução do ditongo e a frequência dos itens lexicais específicos: quanto maior a frequência, mais casos de redução foram registrados.

Em Chaves (2014), apresentamos uma reflexão crítica a respeito da variável saliência fônica, apontando a necessidade de um olhar mais atento para a variação na expressão fonética das formas marcadas de P6 com vistas ao refinamento da variável linguística em questão.

Brandão, Vieira e Gomes (2015), na mesma direção, reafirmaram a necessidade de um estudo aprofundado da expressão fonética das marcas de CVP6. As autoras apresentaram uma análise-piloto pautada na realização fônica das formas de terceira pessoa de dois informantes do *Corpus Concordância*⁸¹. Ambos eram residentes de Copacabana, com faixa etária classificada como a dos mais velhos (56 anos ou mais), sendo um de baixa e outro de média escolaridade. No que diz respeito aos dados levantados, as pesquisadoras analisaram tanto terminações com ditongos tônicos (*são, estão*) como com ditongos átonos (*pensam, temem*).

Do total de 137 dados, 54% (75/136) apresentaram marca explícita de concordância. Desses 75 casos, 20 contabilizam dados em que temos terminações tônicas, as quais, conforme destaca a literatura sobre RED/DES, não são afetadas pelo fenômeno fonológico. Sendo assim, apresentamos os resultados referentes a 55 formas verbais com terminação em ditongo átono. Nos 12 dados no presente do indicativo, houve predominância (66,7%) de monotongos nasais na marcação de CVP6. Em relação ao pretérito perfeito do indicativo, verificaram-se índices relevantes de forma monotongada nasal (48,7% - 19/39) e de formas monotongadas orais (38,4% - 15/39) para expressão de CV. Por fim, no que toca às formas verbais do pretérito imperfeito do indicativo, a mesma tendência foi observada: 75% (3/4) de uso da variante monotongo nasal.

Em Chaves (2017), investigamos a correlação entre os fenômenos de marcação explícita de CVP6 (*eles comem ~ eles come, eles falaram ~ eles falou*) e de RED/DES (*vagem ~ vagi, órgão ~ órgu*) em dados de fala de Florianópolis.

⁸¹ O *Corpus Concordância* é uma base de dados composto por duas amostras: uma de dados do PB (dados do Rio de Janeiro) e outra de dados do PE (dados de Oeiras-Lisboa, Cacém e Funchal), iniciativa das Professoras Silvia Vieira e Silvia Brandão (UFRJ). Disponível em: <https://corporaport.letas.ufrj.br/corpora/corpus-concordancia/> Acesso em: 10 de maio de 2020.

Apesar de termos controlado, com base em uma inspeção acústica, a realização dos ditongos nasais átonos finais em situação de concordância, apresentamos a distribuição geral de cada uma das realizações fonéticas sem observarmos sua estratificação social. Constatamos, no estudo, no entanto, prevalência de uso das formas reduzidas e desnasalizadas na comunidade da Costa da lagoa (predomínio da variante monotongo oral, portanto).

Rocha (2018), por sua vez, dando continuidade ao estudo de Vieira, Brandão e Gomes (2015), também buscou mapear os padrões fônicos de marcação de CVP6. Foram considerados 24 inquéritos de fala (*Corpus Concordância*), sendo 12 de Nova Iguaçu e 12 de Copacabana, regiões distintas da capital do Rio de Janeiro. Duas investigações foram conduzidas. Na primeira, a autora contrapôs a variação na marcação fonética da concordância em forma padrão, com presença do ditongo (*eles comprar[ẽw̃]*), e forma não padrão, sem presença de ditongo (*eles comprar[õ]* + *eles comprar[õ]*). Em uma segunda investigação, Rocha confrontou formas nasalizadas (*eles comprar[ẽw̃]*) + *eles comprara[õ]*) a formas não nasalizadas (*Eles comprar[õ]*).

No que toca especificamente à análise das variáveis extralinguísticas, Rocha (2018) conclui que: (i) os jovens utilizaram mais ditongos do que os mais velhos; (ii) o uso do ditongo cresceu à medida que a escolaridade aumentou; e (iii) os sujeitos de Copacabana apresentaram uso mais elevado de ditongo do que os da Baixada Fluminense. No que diz respeito à segunda análise (formas nasalizadas *versus* formas não nasalizadas), os resultados divulgados pela autora foram bastante semelhantes: (i) o uso de formas com nasalidade aumentou com a escolaridade; (ii) os jovens usaram mais formas nasais (ditongo/monotongo nasal) do que os mais velhos.

3. METODOLOGIA

Na investigação conduzida neste estudo, levamos em conta dados de fala de 24 informantes nativos e residentes da comunidade não urbana de Florianópolis da Costa da Lagoa, inquéritos de fala que constituem a Amostra Chaves (2016).

A região da Costa da Lagoa, localizada no leste da ilha de Florianópolis, é considerada uma comunidade “isolada” já que o acesso a ela só se dá por meio de barcos ou trilhas. Segundo Dias (2001), a densidade habitacional da Costa, no início dos anos 2000, era de cerca de 1.027 habitantes. A localidade foi ocupada na metade do século XVIII por imigrantes açorianos e, durante o século XIX, transformou-se em um celeiro de Florianópolis, com base em uma agricultura

escravagista (DIAS, 2001, p. 36). A pesca também desempenhou papel bastante significativo na constituição econômica da comunidade durante muitos anos.

Na atualidade, todavia, as atividades agrícolas e pesqueiras não constituem a base da economia local. Com o desenvolvimento do turismo na região, muitas famílias abriram restaurantes de culinária local, voltados especialmente para os turistas. Dessa forma, apesar de os habitantes da Costa não se locomoverem às áreas mais urbanas da cidade de Florianópolis com frequência, é importante ressaltar que o fluxo de turistas e de florianopolitanos na região é bastante intenso.

A escolha, em Chaves (2017), pela análise da região da Costa da Lagoa deu-se em função de o estudo de Monguilhott (2009) ter apontado a localidade, entre as quatro comunidades de Florianópolis investigadas pela pesquisadora, como aquela em que se verificou menor índice de marcação de concordância verbal (73%). Além disso, a fala da Costa é caracterizada por muitos habitantes de Florianópolis como a fala típica do “manezinho”, fala que demarca a identidade ilhéu. No Quadro 7.5, expomos a constituição de nossa amostra.

Quadro 7.5 – Estratificação dos informantes (Amostra Chaves, 2016)

Faixa Etária \ Escolaridade	Sexo	Nível 1 (de zero a seis anos de estudo)	Nível 2 (de sete a doze anos de estudo)	Nível 3 (acima de 12 anos de estudo)
Faixa A (de 18 a 30 anos)	Fem.	--	2	--
	Masc.	--	2	4
Faixa B (de 31 a 37 anos)	Fem.	--	3	2
	Masc.	1	1	--
Faixa C (de 46 a 59 anos)	Fem.	--	2	--
	Masc.	2	--	--
Faixa D (de 65 a 80 anos)	Fem.	3	--	--
	Masc.	2	--	--
Totais		8	10	6

Fonte: Chaves e Kist (2018, p. 408)

Os 24 informantes entrevistados foram estratificados de acordo com: escolaridade (de 0 a 6 anos de estudo, de 7 a 12 anos de estudo e mais de 12 anos de estudo), sexo (feminino e masculino) e faixa etária (de 18 a 30 anos, de 31 a 37 anos, de 46 a 59 anos e de 65 a 80 anos).

Conforme informações constantes no Quadro 7.5, não foi possível preencher todas as células de pesquisa. Isso ocorreu, principalmente, porque os informantes

com maior faixa etária, em geral, apresentaram, no máximo, até seis anos de escolaridade. Essa constatação é de extrema importância para a investigação subsequente, haja vista que, em função da sobreposição entre as variáveis extra-linguísticas *escolaridade* e *faixa etária* (os mais jovens são os mais escolarizados, e os mais velhos, os menos), levaremos em conta exclusivamente a escolaridade como dimensão de análise.

Em relação ao levantamento dos dados, foram considerados todos os casos em situação de concordância verbal P6, exceto: (i) casos de concordância semântica (A maioria das crianças aqui *estudu* à tarde); (ii) sentenças com sujeitos indeterminados (*Levaru* ele pra sala de emergência); (iii) casos com o verbo *ser* impessoal (*Era* três horas); (iv) situações em que a concordância era marcada ortograficamente (Eles *têm*); (v) sentenças em que os verbos *ter* e *haver* exprimiam sentido existencial (*Tinha* oito mulheres lá); e (vi) casos com infinitivo flexionado/não flexionado (Não vou deixar pra eles *quererim* levar depois).

Em seguida, apresentamos os resultados da análise da marcação explícita de CVP6, bem como os resultados relativos à distribuição fonética das terminações verbais com marcas.

4. RESULTADOS

Inicialmente, realizamos uma análise binária (marcação *versus* não marcação de CVP6) em todos os dados levantados. Nossa expectativa, fundamentada nos resultados apresentados por Monguilhott (2001, 2009), estudos que investigaram a fala de Florianópolis, e no estudo-piloto de Chaves (2016), era a de que altos índices percentuais de marcação explícita de CVP6, entre 70 e 80%, fossem encontrados nos dados da Amostra Chaves (2016).

Obtivemos o total de 1.614 dados. Desse valor global, 79,7% dos dados apresentaram marcas explícitas de CVP6. A Tabela 7.2 apresenta os valores totais e percentuais de aplicação e não aplicação do fenômeno de concordância.

Tabela 7.2 – Valores de aplicação da marcação explícita de CVP6

Marcação explícita de CVP6	Não marcação explícita de CVP6
1286/1614 (79,7%)	328/1614 (20,3%)

Fonte: Adaptado de Chaves (2017, p. 262)

Como mostram os resultados constantes na Tabela 7.2, contabilizamos um percentual de marcação explícita de CVP6, como havíamos conjecturado, muito próximo aos valores encontrados nos estudos centrados em dados da Região

Sul do Brasil (MONGUILHOTT, 2001; BARDEN, 2004; WELCHEN, 2009; MONGUILHOTT 2009; CHAVES, 2016). No que diz respeito especificamente à região da Costa da Lagoa, Monguilhott (2009) havia encontrado índice correspondente a 73% de marcação em oposição a 79% verificado por nós na Amostra Chaves (2016). Acreditamos que a taxa percentual de aplicação de CVP6, encontrada em nosso trabalho, possa ser reflexo da maior quantidade de sujeitos em nosso estudo: nosso *corpus* contou com 24 entrevistas da localidade, enquanto o de Monguilhott (2009) dispôs de quatro⁸². Mesmo assim, a distância, em termos percentuais, dos valores encontrados em Chaves (2017), em comparação a Monguilhott (2009), é muito baixa, de apenas 6,7%.

Para procedermos à análise das marcas fônicas de CVP6, do total de 1.614 dados, foram excluídos: (i) os casos em que não verificamos marcas explícitas de concordância (eles *falaØ*); (ii) os casos em que a marca de concordância verbal não apresentava ditongo nasal átono final em sua terminação (*ele é/ eles são, ele está/ eles estão*); e (iii) os casos classificados como “dados ambíguos” (cf. GUY, 1981).

Os casos ambíguos, segundo nossa avaliação, seriam dois: (i) aqueles em que o ditongo (ejN) seria o único responsável pela marcação da concordância, classificados por Naro (1981) como formas verbais menos salientes (*com[i]/com[ĩ]*); e (ii) aqueles em que se observa ocorrência de fenômenos de sândi externo (*Er[a]lgumas aula lá, né?!, (Er[õ]s (uns) dois sem vergonha*)⁸³.

Nos casos em que o ditongo (awN) é único responsável pela marcação da concordância, mesmo que o ditongo nasal venha a ser reduzido a [õ] (*eles fal[õ]*) ou reduzido e desnasalizado (*eles fal[u]*), ainda temos a marca de concordância preservada. Consideramos, portanto, que dados ambíguos sejam apenas aqueles com terminação em ditongo (ejN), já que uma forma como *eles com[i]* pode resultar da não marcação explícita de CV ou da atuação do fenômeno variável de RED/DES (GUY, 1981; GUY, 2013; SCHWINDT, 2015; CHAVES, 2014, 2016, 2017, entre outros).

Com a exclusão desses dados, restaram-nos exclusivamente as formas verbais em que o ditongo (ou uma de suas variantes) não era a única marca fônica de concordância. Em acréscimo, em vista dessa distinção entre os ditongos – ditongo

⁸² Monguilhott (2009) analisou quatro localidades de Florianópolis (16 informantes), além de quatro localidades de Lisboa (16 informantes).

⁸³ Como é possível observar nos exemplos, processos de sândi, muitas vezes, geram uma forma superficial de não marcação de concordância ou uma forma de marcação de concordância. Sendo assim, não consideramos tais casos fidedignos nem de uma variante nem de outra.

(ejN) pode apresentar casos ambíguos enquanto o ditongo (awN), não –, optamos por restringir nossa análise apenas aos casos de ditongo (awN). Após a extração dos dados referidos, restaram-nos 796 formas verbais⁸⁴. Na Tabela 7.3, exibimos os resultados relativos à realização fonética do ditongo nasal nesses dados.

Tabela 7.3 – Valores brutos e percentuais de realização fonética da marcação da concordância de P6 – ditongo (awN)

Realização fonética	Realização/Total de dados	Percentual
Monotongo oral [u] (<i>fal[u]</i> , <i>comprar[u]</i>)	513/796	64,5
Monotongo nasal [ũ] (<i>fal[ũ]</i> , <i>comprar[ũ]</i>)	153/796	19,2
Ditongo nasal [ẽw̃] (<i>fal[ẽw̃]</i> , <i>comprar[ẽw̃]</i>)	130/796	16,3

Conforme podemos observar na Tabela 7.3, na comunidade da Costa da Lagoa, verificamos prevalência (64,5%) de uso da forma fonética [u] (*eles falu*, *eles compraru*), forma monotongada oral, para marcar a CVP6 nos casos investigados. Por sua vez, o uso da forma monotongada nasal [ũ] foi registrado em 19,2% dos dados e, por fim, o uso do ditongo foi computado em apenas 15,7% dos dados⁸⁵.

Assim como Rocha (2018), opusemos realização oral do ditongo *versus* realizações nasais do ditongo (monotongo nasal e ditongo nasal). Os valores dessa nova análise estão expressos na Tabela 7.4 e Figura 7.1, a seguir.

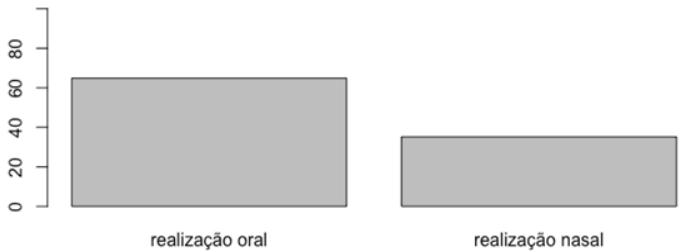
Tabela 7.4 – Índices percentuais de realização fonética da marcação da concordância de P6 – ditongo (awN)

Realização fonética	Realização/Total de dados	Percentual
Realização oral [u] (<i>ficar[u]</i>)	512/796	64,5
Realização nasal l [ũ] ou [ẽw̃] (<i>ficar[ũ]</i> , <i>ficar[ẽw̃]</i>)	283/796	35,5

⁸⁴ Antes da exclusão de dados não ambíguos com ditongo (ejN), nosso universo amostral era composto por 856 dados. Sendo assim, apenas 60 dados correspondiam a dados com ditongo (ejN).

⁸⁵ Não é possível estabelecer uma comparação direta entre os estudos, haja vista que as autoras referidas levaram também em conta casos com ditongos tônicos.

Figura 7.1 – Realização fonética do ditongo (awN): realização oral [u], realização nasal [ũ] ou [ẽw]



Como esperado, mesmo com o “amálgame” das variantes nasais sob o rótulo de “realização nasal”, há diferença de cerca de 20% entre a realização fônica nasal (*eles for*[ẽw]/ *eles for*[ũ]) e a realização fônica oral (*eles for*[u]).

A questão que se apresentou logo a seguir foi: se Rocha (2018) indicou as variantes nasalizadas (ditongo nasal e monotongo nasal) como formas mais frequentes de marcação da concordância na fala de jovens e escolarizados, será que essa distribuição se aplica a nossos dados?

Procedemos, então, a duas análises em função das características de nossa amostra. Na primeira, verificamos a distribuição do uso de formas nasalizadas e não nasalizadas em função da escolaridade dos sujeitos (até 6 anos, até 12 anos, mais de 12 anos de estudo). Na segunda, observamos a estratificação das formas nasalizadas e não nasalizadas por indivíduo. Os resultados relativos à análise correlacionada à escolaridade encontram-se dispostos na Tabela 7.5.

Tabela 7.5 – Análise binária (realização nasal *versus* não nasal por nível de escolaridade)

Escolaridade	Nasal	Não nasal
De zero a seis anos – nível 1	101/305 (33,1%)	204/305 (66,9%)
De sete a 12 anos – nível 2	126/399 (31,6%)	273/399 (68,4%)
Mais de 12 anos – nível 3	56/92 (60,9%)	36/92 (39,1%)
Total	283/796	513/796

Segundo os resultados expostos na Tabela 7.5, apesar de o uso da forma monotongada sem nasalidade (*falu*, *esperavu*, *pensaru*) corresponder a 64,5% (média encontrada na comunidade como um todo), essa forma de realização do ditongo não é a “preferida” em todos os níveis de escolaridade. O grupo de informantes enquadrado no *nível 1* (de zero a seis anos de estudo) apresentou formas nasais em apenas 33,1% dos casos. Em contrapartida, os sujeitos que fazem parte do *nível 3* usaram majoritariamente as formas nasalizadas (monotongo nasal ou ditongo nasal) na terminação das formas verbais (60,9%). No que toca ao *nível*

2, constatamos índice percentual muito próximo ao do *nível 1* (33,6%). Tais resultados indicam que informantes com curso superior (com mais de 12 anos de escolaridade) utilizam uma tendência distinta de marcação fonética da CVP6 (realizações nasais) da verificada na fala do restante da comunidade da Costa da Lagoa (realização oral).

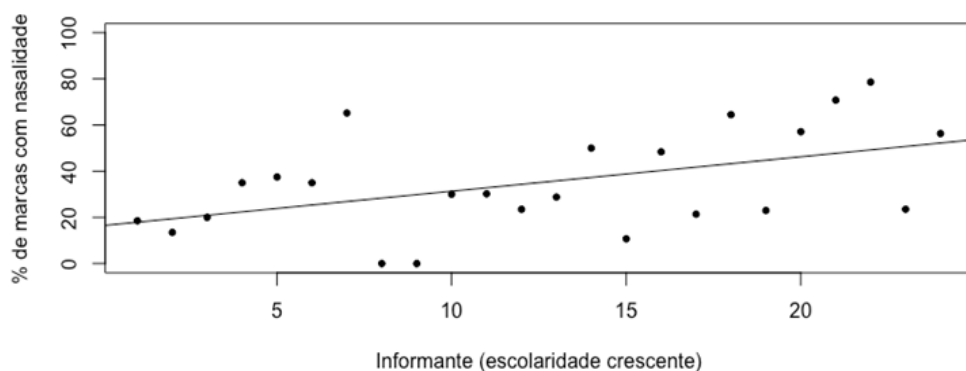
Em função de nossa amostra não ser isomórfica (há menos dados correspondentes ao *nível 3* de escolaridade na comparação aos demais níveis), procedemos a uma análise por informante, a fim de vislumbrar se o comportamento individual estaria, de alguma forma, distorcendo os dados do grupo. Na Tabela 7.6, expomos os valores relativos à produção de formas nasais e não nasais por cada um dos informantes que compõe a Amostra Chaves. Os sujeitos encontram-se dispostos em ordem crescente de escolaridade.

Tabela 7.6 – Realização da terminação das formas verbais de terceira pessoa do plural por informante (valores brutos e percentuais)

Informante	Nasal	Não nasal	Totais
1	5 (18,5%)	22 (81,5%)	27
2	7 (13,5%)	45 (86,5%)	52
3	12 (20%)	48 (80%)	60
4	7 (35%)	13 (65%)	20
5	3 (37,5%)	5 (62,5%)	8
6	7 (35%)	13 (65%)	20
7	60 (65,2%)	32 (34,8%)	92
8	0 (0%)	6 (100%)	6
9	0 (0%)	20 (100%)	20
10	6 (30%)	14 (70%)	20
11	16 (30,2%)	37 (69,8%)	53
12	4 (23,5%)	13 (76,5%)	17
13	17 (28,8%)	42 (71,2%)	59
14	9 (50%)	9 (50%)	18
15	6 (10,7%)	50 (89,3%)	56
16	30 (48,4%)	32 (51,6%)	62
17	15 (21,4%)	55 (78,6%)	70
18	20 (64,5%)	11 (35,5%)	31
19	3 (23,1%)	10 (76,9%)	13
20	4 (57,1%)	3 (42,8%)	7
21	17 (70,8%)	7 (29,2%)	24
22	22 (78,6%)	6 (21,4%)	28
23	4 (23,5%)	13 (76,4%)	17
24	9 (56,2%)	7 (44,8%)	16
Totais	283	513	796

Com o intuito de tornar mais simples a visualização dos resultados expostos na Tabela 7.6, apresentamos, na Figura 7.2, um gráfico de dispersão. Cada ponto do gráfico retrata o comportamento, em termos percentuais, dos 24 informantes no que diz respeito ao uso das variantes nasalizadas (monotongo nasal + ditongo nasal).

Figura 7.2 – Gráfico de dispersão por informante: percentual de uso de formas nasalizadas por informante disposto em escolaridade ascendente ($r = +0,48$, $p < .01^{**}$)



Além do aumento da nasalidade conforme a escolaridade, constatamos também, na análise por indivíduo, a mesma tendência: a elevação da concordância com formas nasalizadas está correlacionada ao grau de instrução do informante. De fato, quatro dos cinco sujeitos enquadrados no grupo *nível 3* (com mais de 12 anos de estudo) – Informante 20 (57,1%), Informante 21 (70,8%), Informante 22 (78,6%) e Informante 24 (56,2%) – apresentaram índices acima de 50% de emprego de formas nasalizadas. Apenas o Informante 23 exibiu baixo índice de uso de terminações nasais (23,5%).

Diante do exposto, podemos considerar que, de certo modo, há um comportamento homogêneo entre os informantes mais escolarizados no que concerne à realização nasal da marcação explícita de CVP6. Tal constatação é corroborada pelo teste de correlação de Pearson, o qual indica correlação positiva de força moderada entre percentual de uso de formas nasalizadas e informante em escala ascendente de escolaridade ($r = +0,48$, $p < 0,01^*$).

Assim, constatamos que os sujeitos mais escolarizados (que, em nossa amostra, coincidem com os sujeitos mais jovens) tendem a marcar CVP6 com a variante [õ] ou variante [ẽw] (formas nasalizadas, portanto). Os resultados deste estudo vão, desse modo, ao encontro dos de Rocha (2018), a qual verificou a mesma tendência em dados de fala carioca (Cf. Seção 7.2).

A correlação positiva entre a marcação de CVP6 e o aumento da escolaridade é consenso na literatura. Avançamos, portanto, ao verificar estratificação na marcação fônica da concordância de P6. Assim sendo, neste texto, afirmamos que há outra dimensão nos estudos da marcação explícita da CVP6 em formas verbais terminadas em ditongos nasais átonos finais: a dimensão fonética. Em suma, verificamos estratificação social não só da marcação da concordância na comunidade da Costa da Lagoa (CHAVES, 2017) como também na forma de como os “ditongos”, verificados em uma ampla gama de formas verbais de P6, são realizados na superfície.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresentamos uma análise da estratificação da realização fonética de terceira pessoa do plural com terminação em ditongo nasal (awN) átono. Os resultados exibidos mostraram estratificação social das marcas de concordância: os informantes mais escolarizados, aqueles com mais de 12 anos de estudo, apresentaram o dobro de uso de formas superficiais com terminação nasal (falar[ẽw̃], falar[õ]) se comparados aos menos escolarizados, aqueles com até 6 anos de estudo. Os resultados divulgados estão na mesma direção dos achados de Rocha (2018) para dados da fala carioca.

Podemos conjecturar a possibilidade de que a produção fônica das marcas de concordância seria avaliada positiva ou negativamente pelos falantes/ouvintes do PB (e não apenas a presença ou ausência de marcação de P6). Em outras palavras, supomos que, além do *status* atrelado à presença de marcas de concordância, haveria também a possibilidade de a produção do ditongo ou do monotongo nasal dessas marcas vincular prestígio. Para isso, no entanto, destacamos a necessidade de realização de testes de avaliação subjetiva, os quais poderiam nos fornecer mais subsídios para essa discussão.

NOTAS DA AUTORA

A discussão apresentada neste capítulo toma como base parte dos resultados apresentados na tese de doutorado intitulada “A redução/desnasalização de ditongos nasais átonos finais e a marcação explícita de CVP6: um estudo de correlação” (Chaves, 2017). O estudo foi desenvolvido sob a orientação da Prof^ª. Dra. Izete Lehmkuhl Coelho e co-orientado pela Prof^ª. Dra. Izabel Christine Seara, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre o período de 2013 e 2017.

É inquestionável o papel da Prof^a. Dra. Izete Lehmkhul Coelho na condução e/ou orientação de pesquisas acerca da variação da concordância verbal na Região Sul do Brasil. Em especial, destacamos as contribuições da Professora nas pesquisas relativas à concordância verbal de terceira pessoa do plural. Izete foi orientadora do primeiro estudo sobre o fenômeno de marcação de CVP6 na Região Sul do Brasil (Monguilhott, 2001). Além da orientação de trabalhos sobre a CVP6 (MONGUILHOTT, 2009; CHAVES, 2017; FERMINIO, 2017), também contribuiu com a publicação de artigos sobre o tema (Coelho; Monguilhott, 2007; Monguilhott; Coelho, 2011), bem como com uma série de outras publicações que dialogam diretamente com o fenômeno em questão.

REFERÊNCIAS

- Barden, L. T. V. *A variação na concordância verbal na terceira pessoa do plural*. 2004. 74f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BATTISTI, E. A redução de ditongos nasais átonos. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, Cláudia (orgs.) *Fonologia e Variação: Recortes do Português Brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 183 – 202.
- BOPP DA SILVA, T. *A redução da nasalidade em ditongos de sílaba átona em final de vocábulo entre falantes bilíngües e monolíngües do Rio Grande do Sul*. 2005. 156f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- CAMARA JR., M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013 [1970].
- CHAVES, R. G.; KIST, G. S. Escala de distinção fonológica: uma nova proposta para a variável Saliência Fônica. *Diadorim*. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 2, p. 398 - 417, jul.-dez. 2018.
- CHAVES, R. G. *A redução/desnasalização de ditongos nasais átonos e a marcação explícita de CVP6: um estudo de correlação*. 2017. 359f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- CHAVES, R. G. Influência de processos fonológicos na marcação explícita de CVP6. *ReVEL*, edição especial, n. 13, p.181-206, 2016.
- CHAVES, R. G. Princípio de saliência fônica: isso não soa bem. *Letrônica*. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. , p. 522-550, jul./dez., 2014.

COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I de O. e S. Correlação entre ordem do sujeito e concordância verbal: um estudo das restrições sintático-semânticas. *Cadernos de Pesquisas em Linguística* (PUCRS), v. 3, p. 37-51, 2007.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1985].

DE BONA, C. *O papel da frequência lexical em fenômenos fonológicos condicionados morfológicamente do português brasileiro*. 2018. 151f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

DIAS, E. *Perfil sócio-econômico, histórico e cultural da comunidade Lagoa, Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, SC*. 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

FERMINIO, P. *A variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural em textos escritos e orais de alunos do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis*. 2017. 210f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FREITAG, R. M. K. Saliência estrutura, distribucional e sociocognitiva. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 40, n. 2, p. 1-11, 2018.

GOMES, Cristina Abreu; MESQUITA, C.; FAGUNDES, T. da S. *Diacrítica* (Braga), v. 27, n. 1, p. 153–173, 2013.

GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese*: aspects of the phonology, syntax, and language history. 1981. 391f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

GUY, G. R. The cognitive coherence of sociolects: How do speakers handle multiple sociolinguistic variables? *Journal of Pragmatics*, v. 52, n. X, p. 63–71, 2013.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos* (Tradução: Marcos Bagno, Marta Maria Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. *Principles of linguistic change*: internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, W. *Principles of linguistic change*: social factors. Cambridge: Blackwell, 2001.

LABOV, W. Building on empirical foundations, In: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982.

LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências Básicas do Português*. Relatório Final apresentado às instituições Fundação Ford e Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), 1977.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; ALVES DA SILVA, J. A. Concordância verbal. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; ALVES DA SILVA, J. A. *O português afro-brasileiro*. Salvador: UDUFBA. 2009, p. 331-370.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. 2001. 99f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e PE*. 2009. 229f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONGUILHOTT, I. de O. e S.; COELHO, I. L. Sujeito: entre ordem e concordância. *Diadorim (Rio de Janeiro)*, v. 8, p. 307–328, 2011.

NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, Sandord B. et al. (eds.) *Papers from the parasession on Diachronic Syntax*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 221-241, 1976.

NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *LSA, Language*, v. 57, p. 63-98, 1981.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NICOLAU, E. M. das D. *A Ausência de Concordância Verbal em Português: uma abordagem sociolinguística*. 1984. 196fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

NICOLAU, E. M. das D. A influência da constituição morfológica da forma verbal na ausência de concordância em Português. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte: UFMG, n. 3, v. 2, p. 41-67, 1995.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

ROCHA, J. *Expressão da desinência verbal de P6 na variedade urbana carioca: interface fonética-morfossintaxe para o tratamento da concordância*. 2018. 44f.

Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. A concordância de número no Português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval (org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Ideia, 1997. p. 93-114.

SCHWINDT, L. C.; BOPP DA SILVA, T. Panorama da redução da nasalidade em ditongos átonos finais no português do sul do Brasil. In: BISOL, Leda; COLLISCHONN, Gisela (orgs.). *Português do sul do Brasil: variação fonológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 13–33.

SCHWINDT, L. C.; BOPP DA SILVA, T.; QUADROS, E. S. de. O papel da morfologia na redução da nasalidade em ditongos átonos finais no português do sul do Brasil. In: LEE, Seung-Hwa (ed.) *Vogais além de Belo Horizonte*, UFMG, 2012, p. 340-359.

SCHWINDT, L. C. Um output, dois processos. *Revista da ABRALIN*, v. 14, n. 1, p. 551–568, 2015.

SILVA, T. C.; FONSECA, M. S.; CANTONI, M. A redução do ditongo [ãw] postônico na morfologia verbal do português brasileiro: uma abordagem baseada no uso. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n. 3, p. 283-292, 2012.

VIEIRA, S. R. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. 1995. 186 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, S. R. A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. *Graphos*, v. 2, n. 1, p. 115–133, 1997.

VIEIRA, S. R.; BAZENGA, A. M. Patterns of third person verbal agreement. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 7-50, 2013.

VIEIRA, S. R.; BAZENGA, A. A concordância da terceira pessoa plural: padrões em variedades do Português. 2013. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues (org.). *A concordância em variedades do Português: a interface fonética-morfossintaxe*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, p. 29-75, 2015.

VIEIRA, S. R., BRANDÃO, S.; GOMES, D. K. A expressão fonética de terceira pessoa do plural no português do Brasil: uma agenda de pesquisa para o tratamento da variável saliência fônica. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues. (org.). *A concordância em variedades do Português: a interface fonética-morfossintaxe*. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, p. 104-147, 2015.

VOTRE, S. J. *Aspectos da variação fonológica na fala dos analfabetos do Rio de Janeiro*. 1978. 202f. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

TU, VOCÊ OU O SENHOR? O SISTEMA DE TRATAMENTO DE SEGUNDA PESSOA EM FLORIANÓPOLIS

Patrícia Graciela da Rocha

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

1. INTRODUÇÃO

A forma de tratamento a ser utilizada com o meu interlocutor sempre foi um dilema para mim, mesmo muito antes de pensar em me tornar uma linguista. Isso porque eu cresci ouvindo o meu avô, que na verdade era chamado de *nono*, exigindo que o tratássemos de *senhor* e que *tu* “se dizia pra cachorro”. Isso para mim, enquanto criança, soava um tanto estranho, pois não entendia o porquê não podia tratá-lo por *tu*, sendo que eu ouvia, o tempo todo, o *tu* em todo o lugar. Obviamente fui obedecendo o comando, mesmo porque corria o risco de levar um tapa na boca se pronunciasse o *pronome proibido* fora de hora, mas demorei bastante tempo para entender as relações de hierarquia, respeito, identidade, poder, solidariedade, simetria, assimetria etc. envolvidas nessa escolha que está longe de ser apenas linguística.

Nesse tempo eu vivia em uma cidade do interior, muito pequena, no noroeste do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina e com Santa Catarina, chamada Tenente Portela. Culturalmente formada por descendentes de italianos, alemães, portugueses e indígenas, é um lugar onde se podem ouvir vários sotaques misturados

com um uso predominante de *tu* e também alguns usos de *você*, ambos ainda não estudados por pesquisas linguísticas.

Mais tarde, ao mudar para Florianópolis para estudar, me deparei com outros usos do *tu*, *você* e *o senhor* que me fizeram rever os meus conceitos a respeito dessas formas e, então, outros dilemas emergiram. E como um problema de pesquisa sempre é, de uma forma ou de outra, um problema do pesquisador, dediquei quatro anos e meio da minha vida acadêmica, sob orientação da Professora Izete Lehmkuhl Coelho, a estudar a variação pronominal de segunda pessoa do singular na função de sujeito e sua correlação com as formas pronominais que aparecem na função de complementos verbais e adjuntos (oblíquos e possessivos) a partir de dados sincrônicos do português brasileiro, especialmente da variedade usada na cidade de Florianópolis – Santa Catarina, a fim de compreender a natureza e a extensão do encaixamento desses pronomes no sistema linguístico dessa comunidade.

Essa pesquisa responderia, à primeira vista, todas as minhas principais questões acerca do tema e se encerrariam as discussões se eu não tivesse mudado, no meio do doutorado, para Campo Grande – MS, lugar onde o uso de *você* é predominante e o *tu* é, sobretudo, uma marca inegável de identidade sulista. Nesse momento, outras questões vieram à tona e o uso do *você* passa a ser uma estratégia de aproximação, de inserção social, para me sentir parte do lugar, da comunidade e, portanto, ser aceita pelo grupo.

Como podemos ver, esses pronomes me perseguem e eu os persigo, tentando entendê-los e descrevê-los sociolinguisticamente em busca de compreender, de lambuja, a mim mesma enquanto sujeito social que sou.

Neste capítulo, apresento um pouco de como foi essa empreitada de mais de quatro anos e os principais resultados encontrados com a pesquisa.

2. COMO SE DEU A PESQUISA

A abordagem teórica e metodológica deste estudo leva em conta os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994), da Dialetoлогия Pluridimensional (RADTKE, THUN, 1996; THUN, 1998; BELLMANN, 1999) e de autores que se debruçam sobre o estudo dos pronomes (BROWN, GILMAN, 1960; 2003).

A amostra utilizada para esta pesquisa compreende a união de partes de três *corpora* sincrônicos: (i) Monguilhott (2006), do qual utilizei 16 entrevistas realizadas em Florianópolis; (ii) Varsul (Florianópolis), do qual utilizei quatro entrevistas; e (iii) Floripa (2009), do qual utilizei quatro entrevistas de Rationes e

quatro entrevistas de Santo Antônio de Lisboa. Além disso, contei também com uma amostra composta por testes de percepção e produção que será descrita posteriormente. As localidades de Florianópolis selecionadas para o *corpus* foram: Ribeirão da Ilha, Costa da Lagoa, Santo Antônio de Lisboa e Ratones na zona menos urbana e Centro e Ingleses na zona mais urbana.

Os informantes que constituem a amostra foram estratificados de acordo com idade e escolaridade. Para cada ponto selecionado, temos quatro informantes, conforme podemos visualizar no Quadro 8.1, a seguir:

Quadro 8.1 – Estratificação dos informantes

<i>Corpus Monguilhott (2006)</i>					
Zona	Localidade	Informante 1	Informante 2	Informante 3	Informante 4
Zona menos urbana	Ribeirão da Ilha	15 a 36 anos. Ensino Fund.	22 a 33 anos. Ensino Sup.	48 a 74 anos. Ensino Fund.	45 a 75 anos. Ensino Sup.
Zona menos urbana	Costa da Lagoa	15 a 36 anos. Ensino Fund.	22 a 33 anos. Ensino Sup.	48 a 74 anos. Ensino Fund.	45 a 75 anos. Ensino Sup.
Zona mais urbana	Ingleses	15 a 36 anos. Ensino Fund.	22 a 33 anos. Ensino Sup.	48 a 74 anos. Ensino Fund.	45 a 75 anos. Ensino Sup.
Zona mais urbana	Centro	15 a 36 anos. Ensino Fund.	22 a 33 anos. Ensino Sup.	48 a 74 anos. Ensino Fund.	45 a 75 anos. Ensino Sup.
<i>Corpus Varsul (Florianópolis)</i>					
Zona mais urbana	Centro	15 a 36 anos. Ensino Fund.	22 a 33 anos. Ensino Médio + espec. ⁸⁶	48 a 74 anos. Ensino Fund.	45 a 75 anos. Ensino Médio + espec.
<i>Corpus Floripa (2009)</i>					
Zona menos urbana	Ratones	15 a 36 anos. Ensino Fund.	22 a 33 anos. Ensino Sup.	48 a 74 anos. Ensino Fund.	45 a 75 anos. Ensino Sup.
Zona menos urbana	Sto Ant. de Lisboa	15 a 36 anos. Ensino Fund.	22 a 33 anos. Ensino Sup.	48 a 74 anos. Ensino Fund.	39 a 75 anos. Ensino Sup.
Total	6	7	7	7	7

Fonte: Rocha, 2012, p. 158.

Para verificar a influência dos fatores linguísticos e extralinguísticos no fenômeno em estudo, os dados coletados foram codificados e analisados estatisticamente pelo programa Goldvarb (2001).

Constituí como variável dependente deste estudo a forma de representação da pessoa pronominal *tu*, *você* ou *o senhor*, buscando verificar os contextos favorecedores para cada uma das variantes. Para esta investigação, selecionei os seguintes grupos de fatores linguísticos, sociais, sociodiscursivos e geográficos: a) Preenchimento do sujeito; b) Concordância com o verbo; c) Paralelismo sujeito e

⁸⁶ Como indivíduo mais escolarizado, do Varsul, consideramos aqueles que tinham o Ensino Médio e mais algum tipo de continuação de estudos, como, por exemplo, curso técnico ou magistério.

possessivo; d) Paralelismo sujeito e clítico; e) Paralelismo sujeito e oblíquo tônico; f) Tipo de interlocução; g) Tipo de relação entre os interlocutores; h) Sexo; i) Escolaridade; j) Faixa etária; l) Indivíduo; m) Diatopia; e n) Diazonalidade.

Para aumentar as possibilidades de compreensão do objeto de estudo e confrontar com os resultados obtidos a partir das entrevistas analisadas, utilizei também um teste que se divide em duas partes, as quais chamei, nos termos de Tarallo (1990), de *teste de percepção* e de *teste de produção*.

Na primeira parte do teste – *teste de percepção* –, fiz dois tipos de questionamentos ao falante. Inicialmente perguntei sobre o seu uso real dos pronomes, ou seja, sobre qual dos pronomes ele usava com diferentes interlocutores e, posteriormente, o questionei sobre a sua opinião diante das formas pronominais de segunda pessoa do discurso, qual ele considerava *mais bonita* ou *boa* e qual ele considerava *mais feia* ou *ruim*.

Na segunda parte do teste – *teste de produção* –, solicitei que o informante produzisse a variável optando por uma ou outra variante linguística, preenchendo as lacunas ou as deixando em branco caso achasse necessário.

A estratificação dos informantes seguiu os moldes da amostra das entrevistas, como podemos visualizar no Quadro 8.2, que apresenta a quantidade de testes aplicados e o perfil dos informantes.

Quadro 8.2 – Estratificação dos informantes dos testes de percepção e produção

Sexo	Informante 1 a 10	Informante 11 a 20	Informante 21 a 30	Informante 31 a 40
Feminino	12 a 33 anos. Ensino Fund.	17 a 33 anos. Ensino Superior	42 a 74 anos. Ensino Fund.	42 a 75 anos. Ensino Superior
Masculino	12 a 33 anos. Ensino Fund.	17 a 33 anos. Ensino Superior	42 a 74 anos. Ensino Fund.	42 a 75 anos. Ensino Superior
TOTAL	10	10	10	10

Fonte: Rocha, 2012, p. 215.

Para investigação a partir dos testes, controlei os seguintes grupos de fatores linguísticos, sociais, sociodiscursivos e geográficos: a) Preenchimento do sujeito; b) Paralelismo sujeito e possessivo; c) Paralelismo sujeito e clítico; d) Paralelismo sujeito e oblíquo tônico; e) Tipo de relação entre os interlocutores; f) Sexo; g) Escolaridade; e h) Faixa etária.

A partir do referencial teórico/metodológico mencionado, do *corpus* e das variáveis selecionados, dei andamento à pesquisa com o objetivo geral de investigar e mapear o fenômeno da variação pronominal de segunda pessoa do

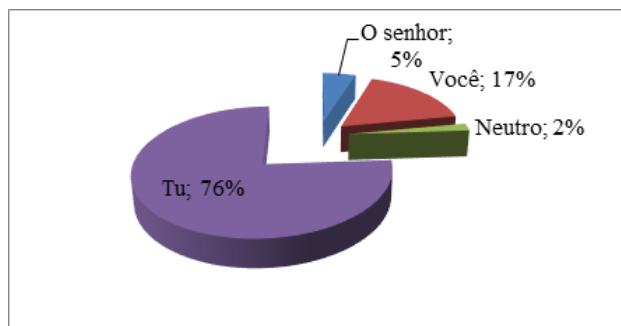
singular, *tu/você/o senhor*, na função de sujeito e sua correlação com as formas pronominais que aparecem na função de complementos verbais e de adjuntos (obliquos e possessivos) a partir de dados sincrônicos do português brasileiro, especialmente da variedade usada na cidade de Florianópolis/Santa Catarina, a fim de compreender a natureza e a extensão do encaixamento desses pronomes no sistema linguístico dessa comunidade.

Os objetivos específicos da pesquisa foram: (i) identificar quais os grupos de fatores linguísticos, sociais, sociodiscursivos e geográficos podem condicionar a variação no uso dos pronomes de segunda pessoa do discurso (*tu/você/o senhor*) no português falado em Florianópolis; (ii) verificar quais os possíveis encaixamentos da variação e mudança pronominal das formas *tu/você/o senhor* na estrutura interna da língua, isto é, quais as possíveis reações em cadeia: se a entrada dos pronomes provocou (ou está provocando) mudança no uso de outros pronomes (obliquos e possessivos), ou seja, se está sendo mantido o paralelismo de formas pronominais; e (iii) verificar, a partir dos testes de percepção e produção: a) qual é o pronome de segunda pessoa que os florianopolitanos afirmam usar em situações de simetria e assimetria (entre amigos, com os pais, com alguém superior); b) qual é a forma pronominal de segunda pessoa que os informantes avaliam como *boa, mais bonita, feia e ruim*; c) quais são as formas pronominais que os informantes produzem (ou dizem que produzem) em situações de simetria e assimetria (entre amigos, com alguém superior e com alguém inferior); e d) quais são as combinações feitas pelos informantes entre os pronomes na função de sujeito e os possessivos e obliquos nos três tipos de relação entre interlocutores.

3. OS RESULTADOS ENCONTRADOS

Nesta pesquisa, analisei todas as ocorrências de segunda pessoa do singular extraídas de cada uma das 28 entrevistas que constituem a amostra, formada por 7 informantes de cada célula social. A partir dessa amostra, obtive um total de 573 ocorrências de pronomes de segunda pessoa do singular *tu, você* e *o senhor*, sendo 440 dados de *tu*, correspondendo a 76% da amostra, 99 dados de *você*, correspondendo a 17% da amostra e 34 dados de *o senhor*, correspondendo a 5% dos dados da amostra, como pode ser visualizado no gráfico da Figura 8.1:

Figura 8.1 – Distribuição geral dos dados em Florianópolis.

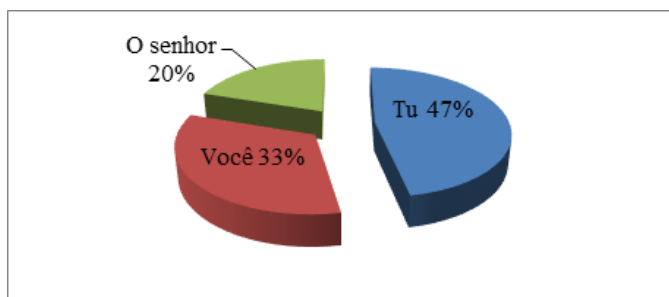


Fonte: Rocha, 2012, p. 220.

Como podemos verificar, dos 573 dados de pronomes de segunda pessoa encontrados em nossa pesquisa, a forma *tu* é, de maneira geral, a mais usada pelos ilhéus para se dirigir ao interlocutor com o maior número de ocorrências. A forma *você* é a segunda mais usada e, por fim, a forma *o senhor* é a menos utilizada pelos florianopolitanos. Agrupei e chamei de *neutro* outras estratégias de se dirigir ao interlocutor, como a nominalização, por exemplo.

Os resultados gerais obtidos a partir dos testes vão na mesma direção, embora com frequências um pouco diferentes. Dos 127 testes aplicados a informantes de Florianópolis, separamos⁸⁷ 40 (5 de cada célula social) para categorizarmos e submetermos às rodadas estatísticas do programa Goldavarb (2001). A partir disso, obtivemos 306 dados de *tu*, *você* e *o senhor* que podemos ver distribuídos no gráfico da Figura 8.2 a seguir:

Figura 8.2 – Distribuição geral das formas *tu*, *você* e *o senhor* nos testes de produção.



Fonte: Rocha, 2012, p. 285.

⁸⁷ Os critérios de separação foram: (i) o preenchimento do teste na sua totalidade e (ii) a legibilidade da escrita.

Como vemos nesses resultados, o pronome *tu* é, de forma geral, o mais usado pelos florianopolitanos para se dirigir ao interlocutor, com o maior número de ocorrências (47%). A forma *você* é a segunda mais usada (33%) e, por fim, a forma *o senhor* é a menos utilizada (20%).

3.1. Grupos de fatores relevantes

Considerando somente a alternância entre os pronomes *tu* e *você* e todas as 13 variáveis⁸⁸ (linguísticas, sociais, socioestilísticas e geográficas) controladas nesta pesquisa, o programa Goldvarb (2001) selecionou sete grupos de fatores relevantes para a aplicação da regra variável – uso do pronome *tu* – com a seguinte ordem de relevância: 1º) sexo; 2º) faixa etária; 3º) diazonalidade; 4º) tipo de relação entre os interlocutores; 5º) escolaridade; 6º) paralelismo sujeito e clítico; e 7º) paralelismo sujeito e possessivo.

Os grupos de fatores controlados a partir da amostra dos testes não foram exatamente os mesmos do *corpus* de entrevistas, ou seja, deixei de controlar aqui 5 grupos: i) a concordância com o verbo; ii) o tipo de interlocução; iii) a localidade, iv) o indivíduo; e v) a diazonalidade. Entretanto, o programa Goldvarb (2001) selecionou cinco grupos de fatores como relevantes para a aplicação do *tu* em Florianópolis na seguinte ordem de relevância: 1º) tipo de relação entre os interlocutores; 2º) paralelismo sujeito e clítico; 3º) sexo; 4º) faixa etária; e 5º) paralelismo sujeito e possessivo.

Para fins de explanação, tratarei de cada fator seguindo a sua ordem de relevância e fazendo uma comparação com os resultados obtidos a partir dos testes de produção mencionados anteriormente.

A variável *sexo* foi selecionada pelo programa estatístico como a mais relevante entre todas as variáveis controladas. Minha hipótese inicial em relação a ela era a de que as mulheres usariam mais *tu* que os homens, conforme já verificado por Ramos (1989) e Loregian-Penkal (2004) e que a forma *o senhor* estaria distribuída igualmente entre homens e mulheres. Na Tabela 8.1 a seguir, podemos visualizar a distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular segundo a variável social *sexo do informante*:

⁸⁸ Os grupos de fatores controlados foram: 1) preenchimento do sujeito; 2) concordância do verbo; 3) paralelismo sujeito e possessivo; 4) paralelismo sujeito e clítico; 5) paralelismo sujeito e oblíquo tônico; 6) tipo de interlocução; 7) tipo de relação entre os interlocutores; 8) sexo; 9) escolaridade; 10) faixa etária; 11) indivíduo; 12) diatopia; e 13) diazonalidade.

Tabela 8.1 – Uso de *tu* em relação ao *sexo do informante*

Sexo do informante	Apl./Total = %	Peso Relativo
Feminino	293/306 = 95%	0,72
Masculino	147/233 = 63%	0,21
TOTAL	440/539 = 81%	

Fonte: Rocha, 2012, p.233.

Como vemos, o sexo feminino favorece o uso de *tu* com 0,72 de peso relativo e com o maior percentual de ocorrências (293), o que equivale a 66,59% dos dados de *tu*. Já o sexo masculino desfavorece o uso de *tu* com 0,21 de peso relativo e com um número menor de ocorrências (147), o que equivale a 33,4% dos dados de *tu*.

A partir dos testes, essa variável foi a terceira a ser selecionada pelo programa Goldvarb (2001). Na Tabela 8.2 a seguir, podemos visualizar a distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular segundo a variável *sexo*:

Tabela 8.2 – Uso de *tu* em relação ao *sexo do informante*

Sexo do informante	Apl./Total = %	Peso Relativo
Feminino	84/156 = 53%	0,61
Masculino	61/151 = 40%	0,38
TOTAL	145/307 = 47%	

Fonte: Rocha, 2012, p.295.

Assim como nos resultados da amostra de entrevistas, os resultados dos testes também mostram que o sexo feminino favorece o uso de *tu* com 0,61 de peso relativo e com o maior percentual de ocorrências (84), o que equivale a 57,93% dos dados de *tu*. Já o sexo masculino desfavorece o uso de *tu* com 0,38 de peso relativo e com um número menor de ocorrências (61), o que equivale a 42% dos dados de *tu*.

Diante desses resultados, é possível supor que, no caso da alternância *tu/você* em Florianópolis, não se trata de prestígio, mas de marcação de identidade regional (PAGOTTO, 2001⁸⁹, SCHERRE, YACOVENCO, 2011; NUNES de SOUZA, 2011), assim como acontece em grande parte da Região Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), em parte da Região Nordeste (em algumas comunidades da Bahia e do Maranhão) e em parte da região Norte (Tefé-AM). Nesse sentido, concordo com Scherre e Yacovenco (2011) quando afirmam que, em Florianópolis, o pronome *tu* é um índice de identidade geográfica, diferentemente do que ocorre em parte

⁸⁹ Embora o autor tenha tratado de outro fenômeno, a palatalização do “T” e do “D”, uma das marcas linguísticas do manezinho.

da Região Sudeste (Rio de Janeiro) e em parte da Região Centro-Oeste (grande Brasília ou Distrito Federal), em que o *tu* é uma forte marca interacional.

Além disso, acredito que o uso de *tu* é também uma forma de demonstração de orgulho por ser ilhéu, como podemos verificar no depoimento de um dos informantes desta pesquisa:

(1) Eu percebia isso, que as pessoas, assim que começavam a estudar um pouquinho, *já queriam deixar de falar sem sotaque, não usar esse chiado que nós temos, eu tenho amigos da minha idade que são assim, eles têm um jeito de falar entre nós e um jeito de falar quando estão num ambiente com pessoas diferentes...* procura não, a gente diz assim aqui que é falar no S. [...] Porque considera vergonhoso o sotaque, diz que é coisa de manezinho, de gente pouco culta [...] sempre teve isso aqui...

(parafraseando) A gente viajava, eu lembro que uma vez a gente foi pra Porto Seguro e eles mudavam o sotaque, e a gente conhecia as garotas e sabia de onde elas eram pelo sotaque: “Ah tu é goiana, mineira, paulista”, e eu dizia pra eles: “E elas vão achar que vocês são de onde, com esse sotaque que não é de vocês, que vocês só falam na frente delas?”

E um amigo meu me dizia: “ah, eu não eu tenho vergonha, é muito feio”. Coisa interessante isso, essa coisa, essa percepção de que é feio o sotaque. Isso é pra perceber que essa coisa de ser manezinho, esse orgulho de ser manezinho que é só construído nos anos [19]90, não está bem digerida pela população mesmo. Eu acho legal hoje as pessoas acharem que é legal ser manezinho e tal, mas isso não está bem definido.

A identidade, a gente só precisa quando a gente tá diante do diferente, eu não preciso marcar a identidade diante do igual.

É uma identidade que é retomada. Não é inventada baseada nos documentos.

E como essa invenção é recente, as pessoas ainda não tem essa, até é acha legal ser manezinho e tal. Mas ainda tem o estigma de ser manezinho né? Quando a gente quer dizer que o outro é matuto, “o seu manezinho” Entre nós, *né? Tem essas coisas, entre nós e com os outros, né? Então*, entre nós o “manezinho” ainda é uma coisa ofensiva. E essa questão de sotaque, eu percebo nitidamente na minha geração, quando alguém te fala, muda o sotaque, usa você... que eu não falo você, só uso tu. [...] Então, tem todas essas coisas assim, é o falar entre, internamente, e o falar com os outros e a questão do sotaque muda muito nessa hora. O Guga é típico porque o Guga fala como a gente, ele não faz “tipo”. (STOANT. Homem + velho)

A partir dessa fala, podemos inferir que esse orgulho de ser nativo da ilha, de ser *manezinho*, não é característico de todos os moradores de Florianópolis, mas de parte deles, pois o informante menciona que tinha alguns amigos que viajavam para outras cidades e queriam esconder o sotaque porque o achavam feio, ou seja, queriam esconder a sua identidade regional. Além disso, o informante ressalta que esse orgulho de ser *manezinho* é recente, pois é algo que começou a ser construído a partir da década de 1990. Nesse sentido, ele destaca a característica do tenista florianopolitano Gustavo Kuerten – o Guga – por ser alguém que não esconde as origens e o sotaque e que, por isso, é “típico”. Dessa forma, podemos inferir que o informante quis dizer que o Guga é um típico *manezinho* porque fala igual aos seus conterrâneos, o que comprova o papel da língua na construção da identidade do indivíduo.

Para corroborar essa opinião, temos o seguinte depoimento de outra informante:

(2) Eu sou daqui, nasci aqui, morei minha vida toda aqui, mas não falo como o pessoal daqui. Ninguém diz que eu sou manezinha, todo mundo acha que eu sou de fora [...] Eu acho o você mais certo, sabe? (TESTE02KATIA. Mulher + velha)

Vale informar que esse depoimento foi dado no local de trabalho da informante, uma loja de roupas masculinas no centro de Florianópolis, enquanto ela e as demais colegas preenchiam os testes. Esta informante, ao contrário das demais, se distanciou do grupo para preencher os testes e fez o depoimento aos sussurros para que as colegas não a escutassem.

Essa situação nos permite inferir que ela não se identifica com os demais conterrâneos e que, além disso, não aprova o falar da sua comunidade. Nessa mesma ocasião, uma de suas colegas de trabalho fala abertamente para todos os presentes ouvirem:

(3) Eu só uso tu mesmo, sou bem manezinha, uso tu pra todo mundo. (TESTE-03PAT. Mulher + velha).

Essa fala deixa saliente um certo grau de consciência linguística por parte da informante e, ao mesmo tempo, uma identificação positiva com o estereótipo do *manezinho*.

A segunda variável selecionada pelo programa estatístico Goldvarb (2001) como favorecedora do uso de *tu* em nossa amostra foi a *faixa etária*⁹⁰ do informante. Minha hipótese inicial era de que a frequência de *tu* fosse mais acentuada na fala

⁹⁰ Devo esclarecer que controlei apenas duas faixas etárias nesta pesquisa que nomeei de *mais jovens* e *mais velhos*. Por *mais jovens*, entende-se indivíduos de 15 a 33 anos; por *mais velhos*, entende-se indivíduos de 39 a 74 anos.

dos *mais jovens*. Os resultados atribuídos a cada fator podem ser visualizados na Tabela 8.3 a seguir:

Tabela 8.3 – Uso de *tu* em relação à *faixa etária do informante*

Faixa etária	Apl./Total = %	Peso relativo
+ jovens	200/207 = 96%	0,88
+ velhos	240/332 = 72%	0,22
TOTAL	440/539 = 81%	

Fonte: Rocha, 2012, p. 240.

Como vemos, os *mais jovens* lideram o uso do pronome *tu* com 96% de frequência de uso e 0,88 de peso relativo. Já os *mais velhos* apresentam uma frequência de uso menor (72%), desfavorecendo o uso de *tu*, com peso relativo de 0,22.

Já na amostra dos testes, a variável *faixa etária* foi a quarta selecionada. Os resultados atribuídos a cada fator podem ser visualizados na Tabela 8.4 a seguir:

Tabela 8.4 – Uso de *tu* em relação à *faixa etária do informante*

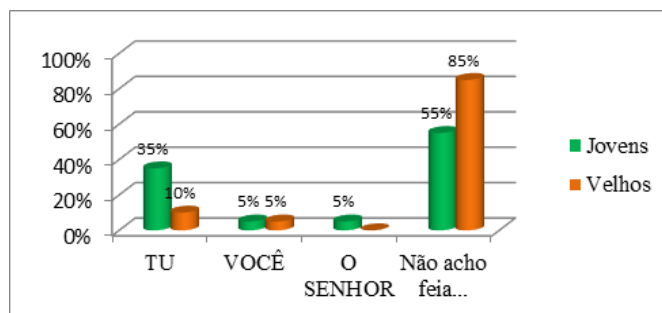
Faixa etária	Apl./Total = %	Peso relativo
+ jovens	64/143 = 44%	0,41
+ velhos	81/164 = 49%	0,58
TOTAL	145/307 = 47%	

Fonte: Rocha, 2012, p. 296.

É possível verificar que os *mais velhos* lideram o uso do pronome *tu* com 55,86% de frequência de uso e 0,58 de peso relativo. Já os *mais jovens* apresentam uma frequência de uso menor (44,13%), desfavorecendo o uso de *tu*, com peso relativo de 0,41. Esses resultados vão de encontro àqueles encontrados a partir da amostra de entrevistas, nas quais tínhamos os *mais jovens* liderando o uso do pronome *tu*, com 96% de frequência de uso e 0,88 de peso relativo, e os *mais velhos* apresentando uma frequência de uso menor (72%), desfavorecendo o uso de *tu*, com peso relativo de 0,22.

Como estamos tratando aqui de testes de produção, talvez esse resultado esteja sendo influenciado pelo julgamento que os *mais jovens* fazem da forma *tu*, pois, a partir desses testes, foi possível verificar também a avaliação dos sujeitos acerca das formas de tratamento com o interlocutor. No gráfico da Figura 8.3 a seguir, podemos visualizar as respostas dos testes referentes à forma avaliada como *feia ou ruim* considerando a *idade do informante*:

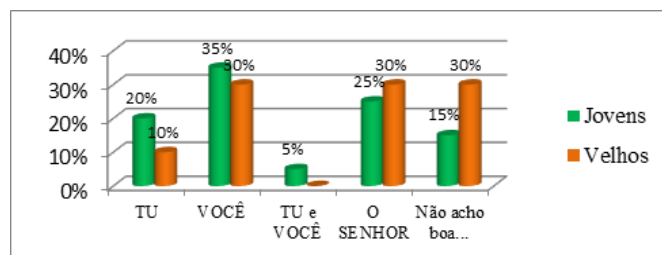
Figura 8.3 – Distribuição das respostas dos testes de Florianópolis referente à forma avaliada como *feia ou ruim* considerando a *idade do informante*



Fonte: Rocha, 2012, p.297.

De acordo com os resultados expressos no gráfico anterior, 35% dos mais jovens consideram a forma *tu* feia ou ruim, enquanto apenas 10% dos mais velhos tiveram a mesma opinião. Sendo assim, o fato de os mais jovens avaliarem negativamente o uso do *tu* pode ter influenciado na escolha feita por eles nos testes de produção. Para testar essa hipótese, vejamos a seguir o julgamento dos informantes referente à forma que eles acham *boa* ou *mais bonita*:

Figura 8.4 – Distribuição das respostas dos testes de Florianópolis referente à forma avaliada como *boa ou mais bonita* considerando a *idade do informante*



Fonte: Rocha, 2012, p. 298.

Como vemos, a maioria dos mais jovens (35%) acha a forma *você* boa ou mais bonita, enquanto apenas 20% têm a mesma opinião sobre a forma *tu*. Sendo assim, podemos supor que essa avaliação positiva do *você* tenha contribuído para que os mais jovens reproduzissem mais essa forma nos testes de produção.

A seguir podemos verificar a distribuição em percentual das três formas pronominais conforme a faixa etária do informante:

Tabela 8.5 – Uso de *tu*, *você* e *o senhor* em relação à faixa etária do informante

Faixa etária do informante	<i>Tu</i>	<i>Você</i>	<i>O senhor</i>
+ jovens	64/143 = 44%	57/143 = 39%	22/143= 15%
+ velhos	81/164 = 49%	43/164 = 26%	40/164= 24%
TOTAL	145/307=47%	100/307=32%	62/307=20%

Fonte: Rocha, 2012, p.298.

Como vemos na Tabela 8.5 acima, os mais jovens apresentam maior frequência no uso de *você* (57 dados = 57%), enquanto os mais velhos lideram a produção de *tu* e de *o senhor* com 81 dados = 55,86% de *tu* e 40 dados = 64,51% de *o senhor*.

Esses resultados sugerem que os falantes mais velhos são mais formais que os mais jovens. Dessa forma, o uso do *você* estaria associado a maior formalidade enquanto o uso de *tu* estaria associado a uma menor formalidade ou a uma maior intimidade. Em adição, esses resultados não apontam indícios de mudança em progresso em direção ao uso de *você* em substituição ao *tu*.

Essa atribuição de mais formalidade ao pronome *você* é ratificada pelo seguinte depoimento de um dos informantes:

(4) Sempre foi assim, como o meu tio ali, quando o meu tio se referia alguém como **você**, era assim, algo maior do que senhor, **você** aqui era pronome de tratamento o mais longínquo possível. (STOANT. Homem + velho)

Por outro lado, os valores de menos intimidade e de menos respeito atribuídos ao *tu* são reforçados por alguns depoimentos retirados da fala dos nossos informantes, que relatam o seguinte:

(5) Agora não, agora é um abuso. Não se respeita mais velho, uma pessoa mais velha. [Os pais]- os filhos não respeitam mais os pais, né? [Isso]- esse negócio de chamar o pai de “tu” pra lá, “tu” pra cá. [Na minha]- na minha época, não. [As minhas]- as minhas tias davam a bênção. Às minhas primas mais velhas, eu dava a bênção. Dava a bênção pras primas mais velhas. Respeitava s primas mais velhas como se fossem uma tia. Era assim. [...] Eu chamava ela de senhora. Ela é a prima mais velha. “Não quero ir com a senhora, não. (FLP08. Mulher + velha).

Como vimos, a fala transcrita acima atesta o valor não respeitoso que o *tu* adquire quando é utilizado para se dirigir às pessoas mais velhas. Considerando os nossos resultados, podemos deduzir que os indivíduos mais velhos têm essa percepção mais aguçada, ou seja, guardam mais esse respeito no tratamento com o outro.

A *diazonalidade*⁹¹ do informante foi o terceiro grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico. Como região *mais urbana*, considerei as localidades de Ingleses e Centro, e como região *menos urbana*, considerei as localidades de Costa da Lagoa, Ribeirão da Ilha, Rationes e Santo Antônio de Lisboa. Minha hipótese inicial era que a região *menos urbana* conservasse mais o uso do *tu* do que a região *mais urbana*.

Na Tabela 8.6 a seguir, podemos visualizar a distribuição da forma *tu* conforme a *diazonalidade* com seus pesos relativos:

Tabela 8.6 – Uso de *tu* em relação à *diazonalidade*

Região	Apl./Total = %	Peso relativo
- urbana	215/236 = 91%	0,76
+ urbana	225/303 = 74%	0,28
TOTAL	440/539 = 81%	

Fonte: Rocha, 2012, p. 255.

Conforme o esperado, a região *menos urbana* se mostrou favorecedora do uso de *tu*, com 91% de frequência e 0,76 de peso relativo. Já a região *mais urbana* mostrou-se desfavorecedora da aplicação do *tu*, com 74% de frequência e 0,28 de peso relativo.

Uma possível explicação para esses resultados pode ser o menor contato dos informantes das regiões *menos urbanas* com os falantes de outras cidades e, consequentemente, de outras variedades que têm o *você* como único pronome de segunda pessoa. Nesse sentido, os informantes das regiões *mais urbanas* têm um contato maior com essas outras variedades porque convivem mais intensamente com indivíduos advindos de outros lugares, no comércio, na universidade, na escola, no trabalho etc. Sendo assim, esses informantes seriam mais facilmente influenciados pela fala de seus colegas, sejam eles de trabalho, de escola/faculdade ou de igreja.

Como sabemos, Florianópolis é uma grande receptora de turistas de todo o país e também do exterior – considerados como população flutuante. Além disso, desde 1960, a Ilha tem recebido um grande número de migrantes, principalmente gaúchos e paulistas, que buscam na cidade oportunidades de estudo e de trabalho.

⁹¹ Nesta pesquisa foram controladas, inicialmente, duas variáveis geográficas: a *diatopia* e a *diazonalidade*. Na *diatopia* controlamos a *localidade do informante*, ou seja, o bairro onde ele vive; na *diazonalidade* controlamos a *zona/região* onde ele vive. A essas diferentes *zonas*, demos o nome de *região mais urbana* e *menos urbana*. Entre essas duas variáveis geográficas controladas, somente a *diazonalidade* foi selecionada pelo programa Goldvarb (2001).

Tudo isso transformou a rotina desse lugar e o perfil dos seus moradores. Entretanto, podemos observar em nossos resultados que ainda há um movimento de conservação da identidade linguística local, pelo menos no que se refere à permanência do uso majoritário de *tu* como pronome de segunda pessoa, pois o *você* ainda não é usado pela maioria dos ilhéus das zonas menos urbanas.

O *tipo de relação entre os interlocutores*⁹² foi a quarta variável selecionada pelo programa Goldvarb (2001) como estatisticamente relevante para a aplicação do *tu*. Minha hipótese era de que, ao se dirigir ao inferior e aos iguais, a forma mais utilizada fosse o *tu*, enquanto ao se dirigir ao superior ou ao entrevistador a forma mais utilizada fosse o *você* ou o *senhor*. Vejamos a seguir os resultados:

Tabela 8.7 – Uso de *tu* em relação ao *tipo de relação entre os interlocutores*

Tipo de relação entre os interlocutores	Apl./Total = %	Peso relativo
Entrevistador x Entrevistado	95/124 = 76%	0,23
Relações simétricas e assimétricas descendentes	76/79 = 96%	0,87
Relações assimétricas ascendentes	13/16 = 81%	0,39
TOTAL	184/219 = 84%	

Fonte: Rocha, 2012, p. 250.

Como podemos observar na Tabela 8.7 acima, as frequências de uso de *tu* são semelhantes entre os três tipos de relação, mas os pesos relativos são bastante distintos. Vejamos que a maior favorecedora do uso de *tu* é a *relação simétrica e assimétrica descendente*, com 96% de frequência e 0,87 de peso relativo. A *relação assimétrica ascendente*, embora com um percentual alto de ocorrência (81%), aparece como desfavorecedora do uso de *tu* com 0,39 de peso relativo. A relação entre *entrevistador e entrevistado* é a menos favorecedora do uso de *tu*, apresentando 76% de frequência e 0,23 de peso relativo.

Como vimos, a relação *entrevistador e entrevistado* foi menos favorável ao uso de *tu* do que a *relação assimétrica + ascendente*. Sendo assim, podemos supor que esse tipo de relação é também *assimétrica ascendente*, pois, geralmente, o entrevistador e o entrevistado são pessoas que não têm uma relação íntima e não se conheciam antes da entrevista. Somando-se a isso, temos o agravante de

⁹² Os tipos de relações controladas inicialmente foram: 1) relação simétrica; 2) relação assimétrica descendente; 3) relação assimétrica ascendente; 4) relação entrevistador; e entrevistado e 5) relação de discurso para si mesmo. O *discurso genérico* não era considerado nesse grupo de fatores. Posteriormente, devido à ocorrência de nocautes nas rodadas estatísticas, amalgamamos os fatores 1, 2 e 6 em relações simétricas e assimétricas descendentes. Dessa forma, seguimos as análises com três tipos de relação: 1) entrevistador x entrevistado; 2) relações simétricas e assimétricas descendentes e 3) relações assimétricas ascendentes.

o entrevistador ser alguém da Universidade (geralmente um aluno ou professor), que se identifica como tal e informa que está fazendo uma “pesquisa para a faculdade”. Ademais, essa pessoa chega até o lugar da entrevista com um gravador e com alguns papéis na mão (roteiro de perguntas), ou seja, todos esses fatores contribuem para que haja um certo distanciamento entre essas duas pessoas e para um sentimento de possível inferioridade por parte do entrevistado. Isto é, tudo isso contribui para que o informante se dirija ao entrevistador/pesquisador com mais formalidade e/ou com mais respeito.

A partir da amostra dos testes, o *tipo de relação entre os interlocutores* foi considerado pelo programa estatístico como a variável mais relevante para a aplicação do *tu*.

Diferentemente do que fiz com os dados da amostra de entrevistas, controlei aqui três tipos de relação entre os interlocutores: (i) relação simétrica; (ii) relação assimétrica descendente; e (iii) relação assimétrica ascendente. Vejamos os resultados das rodadas estatísticas na Tabela 8.8 a seguir:

Tabela 8.8 – Uso de *tu* em relação ao *tipo de relação entre os interlocutores*

Tipo de relação entre os interlocutores	Apl./Total = %	Peso relativo
Relação simétrica	86/122 = 70%	0,63
Relação assimétricas ascendentes	32/139 = 23%	0,25
Relação assimétrica descendente	27/46 = 58%	0,63
TOTAL	145/307 = 47%	

Fonte: Rocha, 2012, p. 300.

Como podemos verificar, a relação simétrica e a relação assimétrica descendente são as que mais favorecem o uso de *tu*, apresentando 0,63 de peso relativo nas duas relações, embora as frequências tenham sido um pouco diferentes, pois temos 70% de frequência nas relações simétricas e 58% nas relações assimétricas descendentes.

As relações assimétricas ascendentes apresentam-se como sendo as mais desfavorecedoras do uso de *tu*, com 0,25 de peso relativo. Mais uma vez, esses resultados corroboram os encontrados a partir das entrevistas sociolinguísticas discutidas anteriormente.

Ao observarmos a distribuição das formas *tu*, *ocê* e *o senhor*, nos três tipos de relação, temos o seguinte resultado:

Tabela 8.9 – Uso de *tu*, *você* e *o senhor* em relação ao tipo de relação entre os interlocutores

Tipo de relação	<i>Tu</i>	<i>Você</i>	<i>O senhor</i>
Simétrica	86/122=70%	36/122=29%	0
Ass. ascendente	32/139=23%	51/139=36%	56/139=40%
Ass. descendente	27/46=58%	13/46=28%	6/46=13%
TOTAL	145/307=47%	100/307=32%	62/307=20%

Fonte: Rocha, 2012, p. 301.

Como vemos na Tabela 8.9, o pronome *tu* é o preferido pelos informantes para estabelecer diálogo em relações de simetria entre os interlocutores, alcançando 70% de frequência. O pronome *você* é o segundo mais utilizado para esse tipo de relação, alcançando 29% de frequência. Entretanto, o pronome *o senhor* não é usado para a relação entre iguais, porém ele é o preferido para as relações assimétricas ascendentes (se inferior para superior), alcançando 40% de frequência, seguido pelo *você*, com 36% de frequência, e pelo *tu*, com apenas 23%.

Para a relação assimétrica descendente (de superior para inferior), o *tu* também é o preferido pela maioria dos informantes, alcançando 58% de frequência, seguido pelo *você*, com 28%, e pelo *o senhor*, com apenas 13%.

Esses resultados vão ao encontro da semântica do poder e da solidariedade de Brown e Gilman (1960), a partir da qual o poder é *não recíproco*, pois, em um relacionamento entre pelo menos duas pessoas, estas não podem ter poder na mesma área de comportamento. Dessa forma, o superior diz *T* e recebe *V*. Em nossos dados, o *V* equivale tanto à forma *você* quanto à forma *o senhor*. Já a solidariedade é simétrica e recíproca, ou seja, o indivíduo diz *T* ao amigo e recebe *T*. Em nossos dados, o *T* equivale tanto à forma *tu* quanto à forma *você*.

Diante dessas questões, podemos sugerir que o *você*, em nossa amostra, funciona como um coringa no tratamento, pois pode servir tanto para relações simétricas quanto para relações assimétricas descendentes e ascendentes.

A quinta variável selecionada pelo programa estatístico foi a *escolaridade do informante*⁹³. Minha hipótese para essa variável era que os *mais escolarizados* usariam mais *tu* que os *menos escolarizados*. Vejamos a seguir os resultados alcançados:

⁹³ Controlamos, nesta pesquisa, apenas dois níveis de escolaridade do informante, que chamamos de *mais escolarizados* e *menos escolarizados*. Como *mais escolarizados*, entende-se indivíduos com Ensino Superior completo ou incompleto. Como *menos escolarizados*, entende-se indivíduos com Ensino Fundamental completo ou incompleto.

Tabela 8.10 – Uso de *tu* em relação à escolaridade do informante

Escolaridade	Apl./Total = %	Peso relativo
+ escolarizado	232/240 = 96%	0,71
- escolarizado	208/299 = 69%	0,32
TOTAL	440/539 = 81%	

Fonte: adaptado de Rocha, 2012, p. 247.

Como vimos, os mais escolarizados tendem a usar mais a forma *tu*, apresentando 96% de frequência e 0,71 de peso relativo, enquanto os menos escolarizados tendem a usar menos a forma *tu*, apresentando 69% de frequência e 0,32 de peso relativo.

Esses resultados indicam que a educação exerce influência na fala dos entrevistados, uma vez que a escola ensina o pronome *tu* como o único pronome de segunda pessoa do singular. Sendo assim, quanto maior a escolaridade⁹⁴, maior é o uso de *tu*, conforme já constatado por Loregian-Penkall (2004).

O *paralelismo sujeito e clítico* foi a sexta variável selecionada pelo programa estatístico Goldvarb (2001) como favorecedora do uso de *tu* na amostra utilizada nesta pesquisa. O paralelismo formal consiste na tendência de “marcas levarem a marcas e zeros levarem a zeros” (POPLAK, 1980; NARO, 1981 apud SCHERRE e NARO, 1993, p.3). Baseada nessa tendência, minha hipótese inicial era a de que os informantes que utilizaram a forma *tu* utilizassem também o possessivo *teu/tua* e os oblíquos *te, ti, contigo, de ti, pra ti* etc. Sendo assim, no caso da variável *paralelismo sujeito e clítico*, esperava que, quando o informante usasse a forma *tu*, ele também usaria o clítico *te*.

Tabela 8.11 – Uso de *tu* em relação ao *paralelismo sujeito e clítico*

Paralelismo entre sujeito e clítico	Apl./Total = %	Peso relativo
Formas paralelas	33/36 = 91%	0,66
Formas não paralelas	2/9 = 22%	0,05
TOTAL	35/45 = 77%	

Fonte: adaptado de Rocha, 2012, p.226.

Como podemos visualizar na Tabela 8.11, a hipótese foi atestada, pois as formas paralelas favorecem a ocorrência de *tu*, apresentando peso relativo de 0,66. Por outro lado, as formas não paralelas desfavorecem o uso de *tu*, com peso relativo de 0,05.

⁹⁴ O fator escolaridade não foi selecionado pelo programa estatístico nas rodadas realizadas a partir da amostra dos testes.

A partir da amostra dos testes, essa variável foi ainda mais relevante, pois foi a segunda a ser selecionada pelo programa estatístico Goldvarb (2001). Vejamos os resultados das rodadas da Tabela 8.12a seguir:

Tabela 8.12 – Uso de *tu* em relação ao paralelismo sujeito e clítico

Paralelismo	Apl./Total = %	Peso relativo
Formas paralelas	41/63 = 65%	0,61
Formas não paralelas	1/14 = 7%	0,02
TOTAL	42/77 = 54%	

Fonte: adaptado de ROCHA, 2012, p.288.

Mais uma vez, vemos que as formas paralelas favorecem a ocorrência de *tu*, apresentando peso relativo de 0,61, enquanto as formas não paralelas desfavorecem o seu uso com peso relativo de 0,02. Esses resultados vão ao encontro daqueles encontrados a partir da amostra de entrevistas, demonstrando que tanto a fala real (dados empíricos) quanto a percepção dos informantes (testes de produção) vai na mesma direção, o que corrobora a tendência de “marcas levarem a marcas e zeros levarem a zeros” (POPLAK, 1980; NARO, 1981 *apud* SCHERRE; NARO, 1993, p.3).

Ao olharmos separadamente para a frequência dos clíticos em cada uma das formas estudadas – *tu*, *você* e *o senhor* –, temos o seguinte resultado.

Tabela 8.13 – Distribuição dos clíticos nas formas *tu*, *você* e *o senhor*

Paralelismo	<i>Tu</i>	<i>Você</i>	<i>O senhor</i>
Formas paralelas	41/63 = 65%	10/63 = 15%	12/63 = 19%
Formas não paralelas	1/14 = 7%	6/14 = 42%	7/14 = 50%
TOTAL	42/77 = 54%	16/77 = 20%	19/77 = 24%

Fonte: adaptado de Rocha, 2012, p.288.

Como vimos, temos 42 ocorrências de *tu* combinados com clíticos e, desse total, 41 se combinam com formas paralelas – 65% do total de ocorrências, o que equivale a 97% do total das ocorrências com *tu* – e apenas uma ocorrência com forma não paralela – 7% do total de ocorrências, o que equivale a 2,38% do total de ocorrências com *tu*.

A forma *você* segue praticamente na mesma direção, mas não com a mesma proporção, pois temos 10 ocorrências com formas paralelas – 15% do total de ocorrências, o que equivale a 62,5% do total de ocorrências com *você* – e 6

ocorrências com formas clíticas não paralelas – 42% do total de ocorrências, o que equivale a 37,5% do total de ocorrências com *tu*.

A forma *o senhor* segue a mesma direção, mas também com proporções diferentes, pois temos 12 ocorrências desse pronome com formas clíticas paralelas – 19% do total de ocorrências paralelas, o que equivale a 63,15% do total das ocorrências com *o senhor* – e 7 ocorrências com formas clíticas não paralelas – 50% das ocorrências, o que equivale a 36,84% do total de ocorrências com *senhor/a*.

Como vemos, a relação entre *tu* e *te* está bastante definida, alcançando 97% das ocorrências, isto é, falantes exclusivos de *tu* na posição de sujeito usam 97% de *te*. Já a relação entre *você* e *lhe* e *o senhor* e *lhe* não segue na mesma direção, atingindo 37,5% e 36,84% de “mistura” com *te*, respectivamente. Dito de outra forma, os falantes que utilizam a forma *você* para se dirigir ao interlocutor e os que usam a forma *senhor* não necessariamente farão isso combinando com a forma *lhe*, ou seja, utilizarão a forma *te* na maioria das vezes.

A partir desses resultados, não podemos afirmar, como fez Perini (2010), que o oblíquo *te* seja o correspondente absoluto da forma reta *você*, deixando a forma oblíqua *lhe* em segundo plano, para uso restrito; ou seja, nossos informantes, em sua maioria, afirmam que fazem essa correspondência entre *você* e *lhe* e também entre *o senhor* e *lhe*.

Entretanto, devemos observar que esses resultados diferem um pouco daqueles encontrados a partir da amostra de entrevistas, principalmente no que se refere às ocorrências de clíticos com a forma *você*, pois naqueles dados encontramos menos ocorrências de formas paralelas (30%) e mais ocorrências de formas não paralelas (70%). Sendo assim, devemos ponderar que as entrevistas reproduzem a fala real dos indivíduos enquanto os testes reproduzem a forma como os indivíduos acham que falam.

A relação *sujeito e possessivo* foi a sétima e última variável selecionada pelo programa estatístico como favorecedora do uso de *tu* na amostra utilizada. Considerei paralelismo formal entre sujeito e possessivo as construções em que o informante usa *tu* + *teu/tua*, *você* + *seu/sua* e *o senhor* + *seu/sua* e não paralelismo as construções em que o informante usa *tu* + *seu/sua*, *você* + *teu/tua* e *o senhor* + *teu/tua*. Assim como na variável anterior, minha hipótese era a de que os informantes que utilizam a forma *tu* utilizariam também o possessivo *teu/tua*, obedecendo mais uma vez à tendência de “marcas levarem a marcas e zeros levarem a zeros” (POPLAK, 1980; NARO, 1981 apud SCHERRE; NARO, 1993, p.3).

Como podemos visualizar na Tabela 8.14 a seguir, essa hipótese também se confirmou, pois, as formas paralelas favorecem a ocorrência de *tu*, apresentando peso relativo de 0,57. Por outro lado, as formas não paralelas desfavorecem o uso de *tu*, com peso relativo de 0,07.

Tabela 8.14 – Uso de *tu* em relação ao *paralelismo sujeito e possessivo*

Paralelismo	Apl./Total = %	Peso relativo
Formas paralelas	35/41 = 85%	0,57
Formas não paralelas	3/5 = 60%	0,07
TOTAL	38/46 = 82%	

Fonte: adaptado de Rocha, 2012, p. 231.

Já a partir dos testes, o *paralelismo sujeito e possessivo* foi a quinta variável selecionada pelo programa estatístico Goldvarb (2001) como relevante. Assim como na variável anterior (*paralelismo sujeito e clítico*), nossa hipótese era a de que os informantes que utilizam a forma *tu* utilizariam também o possessivo *teu/tua*. Vejamos os resultados das rodadas da Tabela 8.15 a seguir:

Tabela 8.15 – Uso de *tu* em relação ao *paralelismo sujeito e possessivo*

Paralelismo	Apl./Total = %	Peso relativo
Formas paralelas	51/103 = 49%	0,54
Formas não paralelas	6/17 = 35%	0,26
TOTAL	57/120 = 47%	

Fonte: adaptado de Rocha, 2012, p.292.

Como podemos visualizar nos resultados expostos na Tabela 8.15, a hipótese de marcas levarem a marcas e zeros levarem a zeros mais uma vez se confirmou, pois, as formas paralelas favorecem a ocorrência de *tu*, apresentando peso relativo de 0,54, enquanto as formas não paralelas desfavorecem o uso de *tu*, com peso relativo de 0,26.

Observando somente o número de ocorrências de *tu* com *teu/tua* e com *seu/sua*, verificamos um total de 57 dados, ou seja, 47% do total de dados encontrados. Entretanto, se olharmos somente para os resultados da correlação de *tu* com *teu/tua*, vemos um grande número de dados (51), o que equivale a 89% das ocorrências com *tu*. Ao olharmos somente para os dados de *tu* com *seu/sua*, vemos um número bastante reduzido de ocorrências (6), o que equivale a 10,5% dos dados com *tu*.

Verificando somente os percentuais de ocorrências com as formas *tu, você e o senhor*, chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 8.16 – Distribuição dos possessivos nas formas *tu*, *você* e *o senhor*

Paralelismo	<i>Tu</i>	<i>Você</i>	<i>O senhor</i>
Formas paralelas	51/103 = 49%	28/103 = 27%	24/103=23%
Formas não paralelas	6/17 = 35%	9/17 = 52%	2/17=11%
TOTAL	57/120 = 47%	37/120 = 30%	26/120=21%

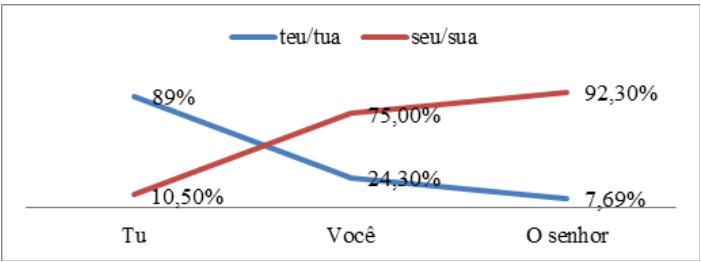
Fonte: adaptado de Rocha, 2012, p.293.

Como vemos, do total de ocorrências de pronomes sujeitos com pronomes possessivos, temos 47% dos dados com *tu*, 30% com *você* e 21% com *o senhor*.

Observando o número de ocorrências de *você* com *teu/tua* e com *seu/sua*, verificamos um total de 37 dados, ou seja, 30% do total de dados encontrados. Entretanto, se olharmos somente para o *você* com suas formas paralelas *seu/sua*, vemos um grande número de dados (28), o que equivale a 75% das ocorrências com *você*. Ao observarmos somente os dados de *você* com suas formas não paralelas *teu/tua*, vemos um número bastante reduzido de ocorrências (9), o que equivale a 24,3% dos dados com *você*.

Ao verificar as ocorrências de possessivos com *o senhor*, vemos que os resultados vão na mesma direção dos demais pronomes, pois temos 24 dados de *o senhor* com suas formas paralelas *seu/sua*, o que equivale a 92,3% das ocorrências, e temos apenas dois dados de *o senhor* com formas não paralelas *teu/tua*, o que equivale a 7,69% dos dados. Esses resultados podem ser visualizados de outra forma no gráfico da Figura 8.5 a seguir:

Figura 8.5 – Distribuição da correlação entre as formas *tu*, *você* e *o senhor* e os possessivos *teu/tua/seu/sua*



Fonte: adaptado de Rocha, 2012, p. 294.

Como vemos, o paralelismo entre *tu* e *teu/tua* está bastante definido, alcançando 89% das ocorrências, assim como o paralelismo entre *o senhor* e *seu/sua*, que alcançou 92,3%. Enquanto isso, o paralelismo entre *você* e *seu/sua* é um pouco

menor, 75%. Entretanto, todos os resultados vão na mesma direção, ou seja, quando o falante escolhe um pronome, ele tende a usar um pronome possessivo paralelo.

É importante ressaltar mais uma vez que esses resultados vão ao encontro daqueles observados a partir da amostra de entrevistas e também dos encontrados por Arduin (2005), confirmando, novamente, o efeito do *paralelismo*.

4. A QUE PONTO CHEGAMOS

Busquei, neste capítulo, apresentar os principais resultados encontrados a partir de uma pesquisa de doutorado na qual me dediquei a investigar e mapear o fenômeno da variação pronominal de segunda pessoa do singular, *tu/você/o senhor*, na função de sujeito e sua correlação com as formas pronominais que aparecem na função de complementos verbais e de adjuntos (oblíquos e possessivos) a partir de dados sincrônicos do português brasileiro, especialmente da variedade usada na cidade de Florianópolis – Santa Catarina, a fim de compreender a natureza e a extensão do encaixamento desses pronomes no sistema linguístico dessa comunidade (ROCHA, 2012).

Os resultados aqui expostos confirmam as minhas hipóteses, mostrando que os ilhéus preferem, de uma forma geral, o uso de *tu* para o tratamento com o seu interlocutor.

Considerando as demais perguntas e hipóteses de pesquisa, posso concluir também que:

- i. Os grupos de fatores linguísticos, sociais, sociodiscursivos e geográficos que condicionam a variação no uso dos pronomes de segunda pessoa do discurso no português falado em Florianópolis são, para as duas amostras utilizadas: a) sexo; b) faixa etária; c) tipo de relação entre os interlocutores; d) paralelismo sujeito e clítico; e e) paralelismo sujeito e possessivo. Para a amostra de entrevistas, os fatores *diazonalidade* e *escolaridade* também se mostraram relevantes.
- ii. Em Florianópolis, as mulheres usam mais *tu* que os homens, os homens usam mais *você* que as mulheres e a forma *o senhor* está distribuída equilibradamente entre os dois sexos.
- iii. Os mais jovens usam mais a forma *tu* do que os mais velhos, os mais velhos usam mais a forma *você* que os mais jovens e a forma *o senhor* é distribuída equilibradamente entre as duas faixas etárias com um percentual de ocorrências levemente maior entre os mais velhos.

- iv. O tipo de relação entre os interlocutores é relevante para a escolha dos pronomes de segunda pessoa, pois, para dirigir-se ao inferior, a forma mais utilizada pelo superior é *tu*, o que indica *poder*, enquanto na relação entre iguais, a forma mais utilizada é a solidária *tu*. No caso de inferiores se dirigindo aos superiores, a forma mais utilizada é *o senhor*, seguida de *você*, o que indica *respeito e formalidade*.
- v. Os falantes de Florianópolis usam mais o paralelismo (*sujeito e possessivo* e entre *sujeito e clítico*) entre as formas, independentemente do pronome utilizado.
- vi. Os mais escolarizados usam mais a forma *tu* do que os menos escolarizados, e estes usam mais as formas *você* e *o senhor* do que os mais escolarizados.
- vii. Os indivíduos das zonas menos urbanas usam mais a forma *tu* do que os indivíduos das zonas mais urbanas, e estes usam com mais frequência a forma *você* do que os indivíduos das zonas menos urbanas; a forma *o senhor* é usada igualmente nas duas zonas.
- viii. O pronome de segunda pessoa que os florianopolitanos garantem usar em situações de simetria (amigos, por exemplo) é majoritariamente o *tu*, seguido por um baixo percentual de *você* e de uso alternado das duas formas (*tu* e *você*). Nas relações de assimetria com os pais, os ilhéus se dividem entre os que preferem o uso exclusivo de *tu* (35%) e os que usam somente *o senhor* (31%), além daqueles que usam a forma *você* (18%). Nas relações de assimetria com alguém superior (chefe ou professor, por exemplo), a grande maioria dos ilhéus prefere o uso da forma *o senhor* e uma pequena parte deles divide a opinião entre o uso de *você* e o uso de *tu*, confirmando o caráter mais respeitoso e mais distante do *você* e de maior proximidade e intimidade do *tu* (ARDUIN, 2005), além do caráter mais polido, mais cortês e mais respeitoso de *o senhor* (CUNHA e CINTRA, 1985).
- ix. Os florianopolitanos também tendem a usar o *tu* com as formas *te*, *teu/tua* e *contigo* e as formas *você* e *o senhor* combinadas com as formas *lhe*, *seu/sua*, *com você* e *com o(a) senhor(a)*, atestando o princípio do paralelismo formal em marcas levam a marcas e zeros levam a zeros (POPLAK, 1980).

Ademais, posso afirmar que praticamente todos os resultados dos testes de percepção e produção corroboram os resultados da amostra de entrevistas, exceto quando se trata da *faixa etária*, que demonstrou resultados inversos, e da *escolaridade*, que não foi selecionada nas rodadas realizadas a partir dos testes.

Por fim, devo dizer que ainda percebo muitas outras questões envolvidas na escolha/uso do pronome de segunda pessoa não só em Florianópolis, mas em outros lugares do país, e, portanto, a pesquisa não se encerra por aqui. Como vimos, as formas de tratamento em uma comunidade refletem os seus valores e atendem aos interesses de seus indivíduos, pois são instrumentos importantes para a diferenciação dos relacionamentos e dos contextos sociais em que esses relacionamentos acontecem. Sendo assim, as formas linguísticas acompanham as mudanças nas relações sociais que acontecem ao longo do tempo e atendem às necessidades de um determinado espaço cultural. Dito isso, acredito que meu avô (nono) não exigiria o mesmo tratamento se ainda estivesse do lado de cá e, mesmo que o fizesse, certamente minha reação não seria de estranhamento, mas de entendimento.

REFERÊNCIAS

- ARDUIN, J. *A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular teu/seu na região sul do Brasil*. 2005. 124f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.
- BELLMANN, G. Variação e devariação. *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS*. Porto Alegre, n. 4, p. 7-20, 1999.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of Power and Solidarity. In: Sebeok, Thomas (ed.): *Style in Language*. Cambridge: MIT Press, p. 247-250, 1960.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Ed.). *Sociolinguistics: The essencial readings*. United Kingdom: Blackwell, p. 156-176, 2003 [1960].
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LABOV, W. Field Methods of the Project on Linguistic Change and Variation. *Sociolinguistic Working Paper Number 81*, Pennsylvania (Philadelphia): 1981.
- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Perspectives on Historical Linguistics*, Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, p. 17-92, 1982.

LOREGIAN-PENKAL, L. *Re(análise) da referência de segunda pessoa na fala da Região sul*. 2004. 260f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

NUNES de SOUZA, C.. *Poder e solidariedade no teatro florianopolitano dos séculos XIX e XX: uma análise sociolinguística das formas de tratamento*. 2011. 280f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

PAGOTTO, E. G. *Variação e Identidade*. 2001. 454f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2001.

PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POPLAK, S. The notion of the plural in Puerto Rico spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, W. (Ed.). *Locating language in time and space*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. p. 55-67, 1980.

RADTKE, E.; THUN, H. Nuevos caminos de la geolinguística románica. Un balance. In: RADTKE, E.; THUN, H. (orgs.). *Neue Wege der Romanischen Geolinguistik*. Akten des Symposiums Empirischen Dialektologie (Heidelberg/Mainz, 21-24.10.1991), Kiel: Westensee-Verlag, p. 25-49, 1996.

RAMOS, M. P. B. *Formas de tratamento no falar de Florianópolis*. 1989. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

ROCHA, P. G. da. *O sistema de tratamento do português de Florianópolis: um estudo sincrônico*. 2012. 336f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. C. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 121-146. 1ª parte, 2011.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 01-14, 1993.

TARALLO, F. *Tempos linguísticos*. São Paulo: Ática, 1990.

THUN, H. La geolinguística como linguística variacional general (con ejemplos del Atlas Lingüístico *Diatópico y Diastrático del Uruguay*). INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY (21.:1995:

Palermo). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer. p. 701-729, 1998.

THUN, H. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: Winfred P. Lehmann & Yakov Malkiel (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas. p.95-188, 1968.

A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL NO FALAR DOS MORADORES DO MUNICÍPIO DE TONANTINS (AMAZONAS)

*Flávia Santos Martins*⁹⁵

Universidade Federal do Amazonas

1. INTRODUÇÃO

Este capítulo, ancorado na Sociolinguística Variacionista, tem como objetivo descrever um fenômeno morfossintático em variação no Português Brasileiro (doravante PB): a “concordância nominal de número”. Vários estudos já foram realizados no Brasil sobre o referido fenômeno e constataram que existem duas variantes para expressá-lo:

- i. presença de marcas formais/informais de plural em um dos elementos flexionáveis do Sintagma Nominal (SN): “aS garotaS”, aS minhaS garotaS;
- ii. ausência de marcas formais/informais de plural em um dos elementos flexionáveis do Sintagma Nominal (SN): “aS garotaØ”, aS minhaØ garotaØ.

Dentre esses estudos, podemos citar: Scherre, Braga (1976); Scherre (1988); Fernandes (1996); R. Carvalho (1997); Lopes (2001); Campos, Rodrigues (2002);

⁹⁵ Orientanda da Prof^ª Dr^ª Izete Lehmkuhl Coelho pelo programa de Doutorado Interinstitucional entre a Universidade Federal do Amazonas e a Universidade Federal de Santa Catarina, nos anos de 2009 a 2013.

Baxter (2009); Veis Ribeiro, Ribeiro, Loregian-Penkal (2009); Santos (2010); Martins (2010); Silva (2011); Brandão (2011); Castro e Pereira (2012), dentre outros.

As pesquisas mencionadas têm constatado também que as seguintes variáveis independentes atuam sobre a variação na “concordância nominal de número”, especificamente sobre a variante “presença de marcas formais/informais”: posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo em relação à posição; marcas precedentes; saliência fônica; escolaridade; e sexo.

Em relação ao Amazonas especialmente, ainda se conhece pouco sobre o referido fenômeno. Encontramos dois trabalhos até o momento, realizados pela mesma pesquisadora: Martins (2010), que investigou a cidade de Benjamin Constant (AM) a partir de dados oriundos do *Atlas Linguístico do Amazonas* (ALAM), e Martins (2013), que estudou, na tese de doutorado, o falar dos habitantes da microrregião do Alto Solimões a partir de entrevistas realizadas por ela própria.

Neste capítulo, propomos apresentar um recorte dos resultados encontrados por Martins (2013). O *corpus* da referida tese é composto por cinco cidades pertencentes à microrregião do Alto Solimões: São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Itá, Tonantins, Jutai e Fonte Boa. Ressalta-se que essa região é composta por nove municípios, mas Martins (2013) selecionou cinco para a sua pesquisa. No total, foram realizadas 57 entrevistas (12 informantes por localidade⁹⁶). Os informantes foram estratificados da seguinte maneira: um homem e uma mulher, na faixa etária de 18 a 35 anos de idade, 36 a 55 anos de idade e 56 anos em diante, controlando dois níveis de escolaridade: de 4 a 8 anos e de 9 a 11 anos. Os resultados encontrados por Martins (2013) foram apresentados de duas maneiras: uma análise geral, na qual se abarca todos os municípios, e outra por localidade.

Este estudo apresenta, como recorte da referida tese, a descrição dos resultados encontrados por Martins (2013) no município de Tonantins (AM). Dessa forma, será observada a análise da fala de doze informantes entrevistados na referida localidade. Os dados foram codificados e analisados no programa Goldvarb 2001.

Quanto aos grupos de fatores controlados por Martins (2013), temos: i) linguísticos: ‘posição em relação ao núcleo/núcleo’, ‘posição linear’, ‘classe gramatical’, ‘marcas precedentes’, ‘saliência fônica’ (a partir da correlação das variáveis de processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais), ‘contexto fonético-fonológico subsequente’ e ‘características dos

⁹⁶ Ressalta-se que, nas cidades de Jutai e Fonte Boa, as células ficaram incompletas, uma vez que não foi possível encontrar três informantes de acordo com a estratificação social proposta na pesquisa.

itens lexicais'; ii) extralinguísticos: 'idade', 'escolaridade', 'sexo', 'ocupação', 'diatopia', 'mobilidade' e 'localismo' (redes sociais).

Para a descrição dos resultados encontrados no município de Tonantins (AM), estruturamos este capítulo da seguinte forma: primeiramente, apresentamos um breve panorama sobre os trabalhos realizados no Brasil acerca da “concordância nominal de número”; em seguida, elucidamos o perfil sócio-histórico do referido município; e, por fim, descrevemos os resultados da análise dos dados de Martins (2013).

2. SOBRE A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO NO BRASIL

Como já mencionado, alguns estudos foram realizados no Brasil a respeito da “concordância nominal de número”. Entre eles, destacam-se os seguintes trabalhos que seguem no Quadro 9.1, por ordem cronológica:

Quadro 9.1 – Alguns trabalhos realizados no Brasil sobre a variação na *concordância nominal de número*

Pesquisadores	Informações gerais sobre o estudo
Scherre e Braga (1976 <i>apud</i> SCHERRE, 1988, 1994)	Analisaram a fala de sete moradores do Rio de Janeiro, controlando classe social e origem geográfica.
Braga (1977 <i>apud</i> SCHERRE, 1988, 1994)	Analisou a fala de sete moradores do triângulo mineiro em sua dissertação de mestrado.
Scherre (1978 <i>apud</i> SCHERRE 1988, 1994)	Analisou a fala de dez moradores da zona urbana do Rio de Janeiro, em uma dissertação de mestrado, distribuídos em três níveis de escolaridade: semi-escolarizados (alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL), com onze anos de escolarização e universitários.
Ponte (1979 <i>apud</i> SCHERRE 1988, 1994)	Analisou a fala de vinte moradores de Porto Alegre (RS), todos analfabetos, em sua dissertação de mestrado.
Nina (1980 <i>apud</i> SCHERRE 1988, 1994)	Estudou a fala de vinte moradores de Bragantina (PA) em sua dissertação de mestrado.
Guy (1981)	Analisou, sob coordenação da professora Miriam Lemle, dados da pesquisa <i>Competências Básicas</i> , cujo perfil dos informantes era: vinte cariocas semi-escolarizados, da área urbana.
Scherre (1988)	Estudou a fala de moradores do Rio de Janeiro a fim de reanalisar esse fenômeno comparando com os resultados de outras pesquisas.
Dias (1993 <i>apud</i> SCHERRE, 1994)	Estudou a fala de moradores de Brasília, distribuídos em zona urbana e rural, todos com quatro anos de escolarização.

Fernandes (1996)	Analizou a fala de moradores da Região Sul do Brasil em sua dissertação de mestrado, controlando <i>sexo, escolaridade, etnia e nível de formalidade</i> .
R. Carvalho (1997)	Investigou a fala de informantes de classe baixa da cidade de Rio Branco (AC), estratificados de acordo com <i>sexo e escolaridade</i> .
H. Carvalho (1997)	Analizou a fala de moradores de João Pessoa (PB), observando <i>idade, escolaridade e sexo</i> dos informantes.
Lopes (2001)	Estudou, em sua tese de doutorado, a fala dos moradores de Salvador (Bahia), controlando como variáveis sociais <i>idade, escolaridade, sexo e etnia</i> dos informantes.
Campos e Rodrigues (2002)	Analisaram a fala de informantes com nível superior completo ou em curso a partir dos dados coletados no Projeto Norma Urbana Culta (doravante NURC), que observa fatores como <i>idade, origem geográfica e nível de formalidade</i> .
Baxter (2009)	Investigou duas comunidades rurais de afrodescendentes, uma no Brasil, a comunidade de Helvécia (Bahia), e uma na África, a comunidade dos tongas, da roça Monte Café, na República de São Tomé e Príncipe. Os informantes dessas comunidades foram distribuídos de acordo com <i>faixa etária e sexo</i> .
Veis Ribeiro, Ribeiro e Loregian-Penkal (2009)	Investigaram a fala de nativos de Irati (PR), controlando <i>faixa etária, sexo e escolaridade</i> .
Santos (2010)	Analizou, em sua dissertação de mestrado, a fala de moradores do município Pedro Leopoldo (Minas Gerais), observando <i>idade, escolaridade, sexo e classe social</i> .
F. Martins (2010)	Analizou a fala de moradores do município amazonense Benjamin Constant, controlando <i>faixa etária, sexo e escolaridade</i> .
Silva (2011)	Investigou a fala de moradores de Vitória (ES), observando <i>idade, escolaridade e sexo</i> dos informantes.
Brandão (2011)	Investigou a fala de informantes de duas variedades urbanas do português, uma do Brasil (Nova Iguaçu-RJ) e outra de São Tomé e Príncipe, controlando <i>sexo, escolaridade e idade</i> dos informantes.
Castro e Pereira (2012)	Analisaram a fala de informantes com nível superior completo da cidade de Cuiabá (MT).
F. Martins (2013)	Estudou a fala dos moradores de cinco cidades pertencentes à microrregião do Alto Solimões (AM).
Meira, Guimarães, Silva e Sousa (2015)	Compararam o português popular e o português culto de Vitória da Conquista (BA).
Tabosa (2016)	Estudou o falar dos moradores do Cariri (CE), controlando <i>sexo, escolaridade e faixa etária</i> .

Fonte: adaptado de Martins, 2013, p. 38 a 40.

A partir desses estudos, já podemos ver um retrato do processo de variação na “concordância nominal de número” no PB, mas ainda existem muitas regiões a serem descritas. Além disso, essas pesquisas têm mostrado a atuação tanto de grupos de fatores linguísticos quanto de grupos de fatores extralinguísticos sobre

o fenômeno em questão. Podemos apontar como variáveis em comum selecionadas, considerando como aplicação da regra a variante “presença de marcas formais/informais de plural”: ‘posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo em relação à posição’, ‘marcas precedentes’, ‘saliência fônica’, ‘escolaridade’ e ‘sexo’.

Dentre os trabalhos mencionados, é importante destacar os realizados por Scherre, em especial sua tese (1988) que rediscutiu os resultados encontrados em trabalhos anteriores sobre o referido fenômeno. A pesquisa de Scherre (1988) destaca-se ainda por ter se tornado base para os demais trabalhos realizados no Brasil no que se refere, sobretudo, ao controle de variáveis independentes, como os de Fernandes (1996), R. Carvalho (1997), H. Carvalho (1997), Lopes (2001) etc.

O trabalho de Martins (2013) também replicou os mesmos grupos de fatores, linguísticos e extralinguísticos, que se mostraram atuantes nos dados encontrados por Scherre (1988), acrescentando-se outras duas variáveis extralinguísticas que se mostraram importantes em outros fenômenos linguísticos estudados no Brasil: ‘mobilidade’ e ‘localismo’ (BATTISTI et. al 2007; MONGUILHOTT, 2009).

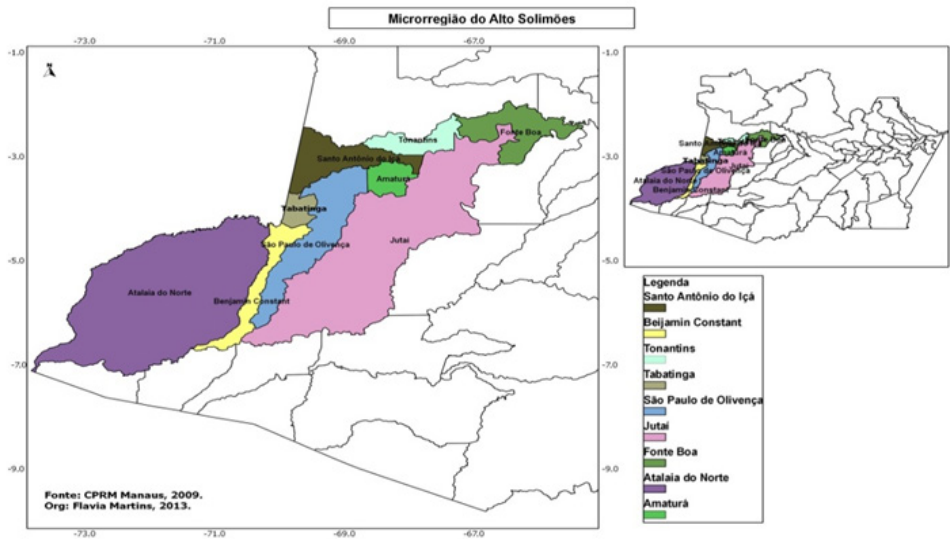
3. PERFIL SÓCIO-HISTÓRICO DE TONANTINS (AM)

A amostra de Martins (2013), conforme já mencionado, foi coletada *in loco* pela própria pesquisadora em 2010. As entrevistas foram feitas através do gravador digital Panasonic RR-US571 (tem-se de 30 a 60 minutos de gravação com cada informante). Para se deslocar até os municípios selecionados para a pesquisa, foram utilizados meio de transporte aéreo e, principalmente, fluvial (barcos e lanchas⁹⁷).

Para este capítulo, como já elucidado, focaremos no município de Tonantins (AM). O deslocamento até a referida cidade deu-se de barco, saindo da cidade de Santo Antônio do Içá (descendo o rio), com uma duração de cerca de duas horas. A seguir, na Figura 9.1, ilustram-se as cidades pertencentes à microrregião do Alto Solimões:

⁹⁷ As viagens em lanchas são menos longas do que as em barco. Por exemplo, de Manaus para Fonte Boa (subindo o rio), leva-se, em média, 66h de viagem de barco, enquanto de lancha dura, em média, 18h. Em lanchas, há poltronas para os passageiros (cabem 100 pessoas, mais ou menos), enquanto em barcos, os passageiros viajam em redes ou camarotes (pequenos espaços com cama, TV e ar-condicionado).

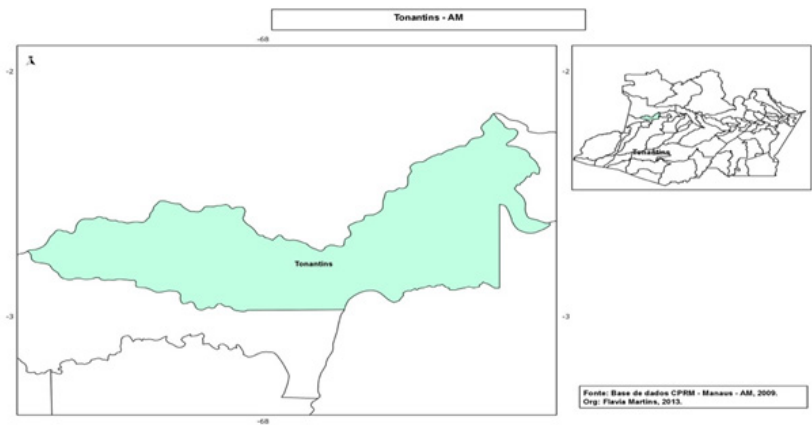
Figura 9.1 – Mapa da microrregião do Alto Solimões (AM)



Fonte: Martins, 2013, p. 91.

No que tange ao município de Tonantins (TNT doravante), de acordo com dados do IBGE 2010, há uma população de 17.079 habitantes. Sua área territorial corresponde a 6.432,68 km² e apresenta uma densidade demográfica de 2,66 hab/km². O principal meio de transporte é o fluvial, não havendo aeroporto na localidade.

Figura 9.2 – Mapa de Tonantins



Fonte: Martins, 2013, p. 103.

Segundo Migueis (2011), a origem de TNT está ligada aos municípios de Tefé e São Paulo de Olivença. Em 1955, a referida cidade passa a ser distrito

do novo município de Santo Antônio do Içá (STO, doravante) pelo Decreto-Lei Estadual nº 96. Torna-se, em seguida, município autônomo somente a partir de 10 de dezembro de 1981 através da Emenda Constitucional nº12. Nessa mesma data é que os moradores comemoram o aniversário da cidade. Parte dessa informação também é relatada por um dos moradores entrevistados:

(1) **Entrevistado (I):** Tonantins foi fundado em mil novecentos e onze

Entrevistador (E): mil novecentos e onze

I: eh São Paulo dali... dali... São Paulo de Olivença foi fundado em mil novecentos e oito... eu sei (porque isso) o professor... falava pra mim sabe?

E: eh, Tonantins fazia parte de São Paulo de Olivença?

I: É... naquele tempo... naquele ano era...

E: Ahnahn

I: Era... que o prefeito de lá... era (Zenite Ramos)

E: Uhn

I: É que... ele comandava tudo por aqui, sabe?

E: Uhnahn

I: Aí foi... desmembrado, parece que foi pra Santo Antônio... aí, com os tempo também o... que em oitenta e três

E: Uhn

I: oitenta e dois por aí foi desmembrado, aí já foi município de Tonantins

Nascimento (2006) narra com mais detalhes a formação da cidade de TNT. Segundo ele, o vilarejo de TNT outrora recebeu os nomes de Tonantins Velho e Vila Velha de Tonantins. Por volta de 1728, foi fundado pelo missionário carmelita Frei Matias Diniz, que foi assassinado pelos índios que ali habitavam, os Caiuvicenas. Devido à morte desse missionário, esses índios fugiram para o alto rio Tonantins.

O vilarejo só veio ressurgir com o senhor de sobrenome Sampaio entre os anos de 1774 e 1775, que conseguiu reunir alguns índios Caiuvicenas, Passés e Tikunas. Ele exercia um cargo público semelhante a um delegado de polícia. Essa informação sobre a presença desses indígenas nas origens de Tonantins também é relatada pela informante 002 BF:

(2) **E:** Tinha alguma comunidade indígena aqui?

I: Tem...

E: Tem ainda?

I: Fica... longe também um pouco, mas no município daqui...

E: É? Fica onde mais ou menos? Quantas horas daqui até lá?

I: Pra lá é um pouco distante... distante mesmo... não sei nem quantas horas é... mas (um pouquinho distante)

E: Falam português?

I: Fala...

E: É... e fala a língua deles também, né...

I: Falam a língua deles também...

E: Qual/qual é a comunidade? Qual/quais são os índios?

I: Tem várias comunidades, olha (que eu não to) nem lembrada...

E: Mas são tikunas... são o quê?

I: São...

E: Tikunas... são os tikunas... aí eles falam português e falam...

I: Falam, mas bem pouco

E: Bem pouco português... aí eles vivem pra lá... vive alguém aqui, vivem... indígenas aqui na cidade?

I: Sempre eles vem pra cá...

E: Mas moram moram ou só... de vez em quando aparecem?

I: Não... eles só vêm de vez em quando...

Em 1813, José Antônio de Moraes construiu, na comunidade do Paraná dos Pannels, uma capela, em homenagem ao Divino Espírito Santo, dando início, assim, ao povoado. Em 1848, o Frei Pietro da Ceriana⁹⁸, vindo de Belém (PA), foi em visita pastoral ao rio Solimões juntamente com os frades Edígio da Garresio e Fedeles da Jesi. Aos poucos, fundou uma capela dedicada a São Pedro Apóstolo. Nessa visita pastoral, a missão do rio Içá e do rio Tonantins ficou sob a responsabilidade do padre João Martins di Nino, que faleceu no ano seguinte. Em 1908, foi construída uma terceira capela dedicada a São Francisco das Chagas pelo comerciante Pompeu de Azevedo. Em 1910, a prefeitura Apostólica do alto Solimões foi desmembrada da Câmara Eclesiástica de Manaus e teve como prefeito apostólico o Monsenhor Evangelista da Cefalonia.

Após 1908, o vilarejo de TNT só recebeu outra visita apostólica em 1911, com a visita do padre Frei Domingos da Gualdo Tadino. Em 1913, por ordem do prefeito apostólico, Frei Giocondo da Soliera ficou responsável pela pastoral da comunidade de TNT. Em 1914, ele abriu uma pequena escola, que depois recebeu

⁹⁸ Padre capuchinho da Úmbria, região da Itália (NASCIMENTO, 2006).

o nome de Escola São Francisco. E também restaurou a igreja de São Francisco das Chagas. Em 1916, por conta do trabalho bem realizado por Frei Giocondo, a residência da Prefeitura Apostólica foi transferida para o alto Solimões, até então era em Manaus.

A partir da administração mais de perto do vilarejo, observou-se a grande dificuldade que se tinha de chegar a TNT, uma vez que, no verão, “o leito do Rio Tonantins desce ao nível de corredeiras, impedindo assim que os barcos chegassem até ao porto da comunidade” (NASCIMENTO, 2006, p. 20). Por isso, em 1918, o Frei Giocondo resolveu “transferir” parte da população de Tonantins para a “embocadura do Rio Tonantins, formando o novo núcleo da comunidade, agora com o nome de Vila Nova de São Pedro de Tonantins” (NASCIMENTO, 2006, p. 20).

Em 1922, nesse novo núcleo, os frades capuchinhos construíram casa, uma igreja dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, a escola de São Francisco, além de outras atividades. Em 1945, tiveram que se mudar para meio quilômetro acima do rio Tonantins, tendo em vista a erosão causada pelas águas do rio Solimões na área onde moravam. No novo terreno ampliaram seus trabalhos e dedicaram-se ao cultivo de cana, banana, café e guaraná. Segundo Nascimento (2006, p. 20), esses frades “construíram uma bela igreja, uma escola que recebera o velho quadro de São Francisco que viera da escola velha, e foi chamada de Pré-Escola São Francisco, mais tarde Educandário São Francisco e hoje Colégio São Francisco”.

Figura 9.3 – Praça da principal da cidade, Colégio São Francisco e Igreja de São Pedro Apóstolo



Fonte: Martins, 2013, p.106.

Além dos frades já citados, outros também se fizeram importantes na formação do município de TNT, como os freis italianos: Antonino (1922 a 1923), Diogo (1924), José de Leonessa (1925 a 1927), Lucas (1927), Ambrósio (1937 a 1945), Celestino Maria de Itu (1946 a 1947), Pio da Casacastalda (1947), Mateus (não há informação do tempo em que ficou na cidade), Ludovico de Leonessa (1948-1967), que construiu a atual igreja de São Pedro Apóstolo, Frei Francisco de Lábrea (1961 a 1975), Frei Silvestre Seica de Palata (1975 a 1980), padre Inácio (não há informação do tempo em que ficou na cidade) e padre Gervásio (não há informação do tempo em que ficou na cidade).

Após 1980, TNT ficou, mais ou menos, 25 anos sem a presença de padres, ficando os cultos religiosos dirigidos por leigos como ministros da palavra e da comunhão. A partir de 2001, teve como pároco o padre Elias Augusto José.

A cidade de TNT contou também com a presença de um contingente do 21º BC (Batalhão de Caçadores) vindo do Recife e Pernambuco. Esse batalhão permaneceu no lugarejo de 1933 a 1934 a fim de dar segurança à área, já que, nessa época, Peru e Colômbia, países próximos, estavam em conflito pela posse da cidade de Leticia, que fica localizada na fronteira seca com Tabatinga (AM). De 1934 a 1939, o povo contou com a presença do 26º BC, vindo de Belém (PA). Em 1939, esse batalhão seguiu para a fronteira Brasil/Colômbia, permanecendo em Tabatinga, dando origem ao atual Batalhão de Fronteiras do Solimões.

Além da sede do município, TNT apresenta, atualmente, mais de 42 comunidades ribeirinhas. Sua economia é baseada em atividades do setor primário, como o extrativismo, que é de grande importância, principalmente no que diz respeito à madeira, exportada para Manaus, além da exploração da borracha, como relatado por alguns dos informantes da nossa pesquisa:

(3) 001 AF

I: Ele conta que desde, assim... do entendido, né? Os pais dele levavam ele pra seringá.. Ele conta quantas... quanto ele fazia na safra... Ele conta muito essas história pra gente...

E: Lembra de al/ lembra?... O que que ele conta, assim, detalhadamente? Algumas coisas?

I: Ele conta, assim... como que eles faziam... como que eles trabalhavam, né... que eles carregavam, é... ah, é tão assim... (risos)...

E: (Risos)

I: Ele... eles iam... eles iam pro mato, né?

E: Uhnunh...

I: Aí passavam uma semana tirando... aí... não to lembrada quantos quilo que eles faziam numa semana... mas era muito...

E: Uhnahn...

I: Aí... ao chegar em casa, assim... ele só fazia entregar pra mu/pru mulher dele pra minha vó...

E: Uhnahn...

I: Ela que ia...

E: Vender...

I: Vender... fazer... fazer a seringa mesmo...

E: Ah... defumar...

I: E defumar... isso, fazer essa (...) tudinho... ele só era pra tirar... ela que ia trabalhar... (ele) só fazia entregar...

E: Aí ganhava bem?

I: Ganhava bem...

E: Na época, né?

I: Uhnahn... ele ganhava bem... ele falou...

E: Mas era muito... trabalhoso, né?

I: Era muito trabalhoso... ahnahn... a fumaça ele falava que prejudicava muito eles, né? O olho dele até hoje... ele tem o olho bem azulzinho... mas é BEM vermelho isso aqui dele... de tanto trabalhar nisso... A minha vó, do mesmo jeito...

(4) 002 AM

I: Enganaram meu avô... dizendo que... aqui...

E: uhn...

I: O Amazonas... a seringueira dava dinheiro como folha... ele veio pra cá... e lá... ficou com a minha vó, que era descendente de peruano... que era peruana, né?

E: uhnahn...

I: E lá deu nordestino e... peruano

A economia do município em questão também se dá pela exploração da castanha do Brasil; da mandioca, principal produto da região; do feijão, do arroz e do milho; do cupuaçu; da pecuária; da piscicultura; e do estaleiro para construção de barcos e serraria. No setor terciário, o município conta com diversos estabelecimentos comerciais do ramo varejista.

Quanto à infraestrutura da cidade, até 2010, quando foram realizadas as entrevistas em TNT, já havia atendimento da unidade SESP, mas, antigamente,

qualquer doença era tratada por rezadeiras ou as pessoas tinham que se deslocar até Manaus ou Benjamin Constant. Nesse período, em relação aos anos anteriores, também se contava com mais escolas. No entanto, no que tange aos demais municípios investigados, TNT é o que apresenta um menor número de escolas, assim como de professores graduados ministrando aulas. Há professores que, com apenas o magistério, dão aula tanto para o Ensino Fundamental I e II quanto para o Ensino Médio. Assim como em alguns municípios do Alto Solimões (São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá), os moradores de TNT que querem cursar uma graduação têm que se deslocar para Benjamin Constant, Tabatinga ou Manaus.

Quanto ao folclore e lazer, os moradores contam com os festejos de, principalmente, São Pedro, São Francisco, Santo Antônio, São Cristóvão e Nossa Senhora Aparecida. Tudo acontece com o levantamento do mastro. Quando se perguntava nas entrevistas realizadas para esta pesquisa sobre festas na cidade, os moradores relatavam, principalmente, esses festejos:

(5) 001 BF

E: E outras festas?... Festa da cidade... Fazem aqui?... Arraial?

I: Tem... tem a festa junina aqui...

E: Festa do... de São Pedro, né...

I: () uhnuhn

E: É animado aqui?

I: É... bastante animado... tem bastante marreteiro, fica bem movimentado...

E: Tem novena... tem quadrilha... essas coisas?

I: Tem... quadrilha...

(6) 002 AF

E: O que que tem de festejo aqui?

I: Tem festejo de São Pedro... festejo de...de São Cristóvão, que um dia desse terminou...

E: uhnuhn...

I: De São Cristóvão... tem festejo de... da Nossa Senhora de Fátima... Nossa Senhora Aparecida...

E: Ah, Nossa Senhora de Fátima.

I: É um monte de festejos...

Antigamente, existia uma dança chamada “as pastorinhas”, que, com o tempo, deixou de ser apresentada, como relata uma das moradoras entrevistadas:

(7) **I:** Era... a pastorinha do... que era a parte... católica... pastorinha... as brincadeira do mês de junho... as quadrilha

E: Uhnuhn... como que é a pastorinha?

I: A pastorinha, a gente... forma dois grupo...

E: Uhn

I: Tem:... o pastor...

E: Ahnahn

I: Pastor guia... depois tem a... uma mestra, que ela é do partido ver/azul.

E: Ah

I: E a... contramestra do partido a/vermelho.

E: Ahn

I: Aí tem um bloco de anjos que representa o... o cenáculo do... do Senhor...

E: Uhnuhn

I: Aí os anjos cant(am)... a estrela canta... então apresenta quem vai... apresentar o... o nascimento de Jesus... o pa/pastor sai.. apresenta também cantando... e as... os pastora tão tudo num quarto, né? Depois que elas sai cantando... nos grupo... aí vai apresentando... apresenta uma do azul... outra do vermelho... aí vai até o final... da cigana.

E: uhnuhn

I: Aí a cigana... faz o papel dela de... pedir dinheiro... de... ler a sorte... aí tudo no (...) né?

E: uhnuhn

I: Então, aí é uma brincadeira, assim, que... começa umas sete hora termina lá pras onze meia...

E: Demora.

I: Demora muito... mas é muito bonito, sabe? E muito alegre.

E: A senhora brincou?

I: Brinquei... muitas vezes.

Além dos festejos, os moradores contam com balneários para se divertir, como Manaca, Sonrisal, Balneário Ecológico Paraíso; também contam com as praias que surgem no verão⁹⁹ e com os igarapés do Genipatuba e Muría.

⁹⁹ No Amazonas, as praias surgem quando acontece a vazante dos rios. No inverno, período de muita chuva, o rio enche e as águas cobrem as praias.

Segundo Nascimento (2006, p. 72)

para quem gosta de viajar de barco, é bom visitar Tonantins no período do inverno, quando o rio está cheio, e poderá dar uma esticadinha até as comunidades de Mari-Mari, Lago Grande e São Pedro, reservas indígenas do Município. Poderá também conhecer o alto rio Tonantins e seus afluentes, com suas águas escuras e muito boas para a pesca do tucunaré, do Matrinchã, que aproveitam esse período para sair dos igarapés devido às chuvas.

Figura 9.4 – Porto de Tonantins



Fonte: Martins, 2013, p. 111.

Antigamente, a cidade contava, nos finais de semana, com bailes, como informa uma das entrevistadas em Tonantins:

(8) **I:** Dançavam valsa... dançavam xote... dançavam... tango.

E: uhn...

I: E...

E: Até tango? (risos)

I: Eles tinha um negócio de um tango, sabe, lá... que... o xote também, quando era uma festa... quando era uma dança de/de xote... e as damas eram.. eram (reclassificada)... Não era qualquer uma que dançava... Tinha uma senhora que dançava... Aquela senhora ali que dançava bem... Aí, iam dançar pra... Faziam uma apresentação daquele xote pro público ver... mas era na festa mesmo na sala, né?... (desfeteira) também... Um dizia verso pra um outro... outro dizia outro verso pra outro... dançando, sabe... a (desfeteira), não sei se você já...

E: ahanhn

I: Já viu isso...

E: Não.

I: Às vezes uns diz os verso ... grava, às vez machuca a pessoa, né? Num verso pesado.

E: Ah.

I: E outros é somente pra brincadeira.

E: ahnahn

I: Dançavam.

Uma última curiosidade a respeito de Tonantins é que, em 1957, a moradora Terezinha Morango venceu o concurso Miss Brasil e ficou em segundo lugar no concurso Miss Universo disputado em Miami, nos Estados Unidos, motivo de alegria para os moradores mais antigos da cidade.

Como observamos, Tonantins é uma cidade do interior do Amazonas que se caracteriza pela presença de indígenas, por uma tradição essencialmente católica, pela presença de militares e seringueiros, não muito diferente das outras cidades pertencentes à microrregião do Alto Solimões.

4. A CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO EM TONANTINS (AM)

A partir dos SNs coletados das entrevistas da cidade de TNT, foram analisados 1.273 dados. Deles, o resultado geral da análise evidenciou 643 registros da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 50% dos dados, e 630 registros da variante “ausência de marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 50% dos dados. Entre os municípios investigados, foi o que se mostrou menos favorecedor do uso da aplicação da regra, sendo selecionado em último lugar (0,41).

Tabela 9.1 – Frequência e probabilidade da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, segundo a variável *diatopia*

Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
São Paulo de Olivença	1191/1910	62%	0,57
Jutaí	781/1211	64%	0,54
Santo Antônio do Içá	895/1520	58%	0,51
Fonte Boa	754/1356	55%	0,42
Tonantins	643/1273	50%	0,41
Significância: 0,048			
Input: 0,723			

Fonte: Martins (2013, p. 163).

A fim de observar quais grupos de fatores podem estar, ou não, condicionando a variação nessa cidade, Martins (2013) controlou as seguintes variáveis independentes linguísticas: ‘posição em relação ao núcleo/núcleo’, ‘posição linear’, ‘classe gramatical’, ‘marcas precedentes’, ‘saliência fônica’ (a partir da correlação das variáveis ‘processos morfofonológicos de formação de plural’ e ‘tonicidade dos itens lexicais’), ‘contexto fonético-fonológico subsequente’ e ‘características dos itens lexicais’. No que diz respeito às extralinguísticas, foram controladas as que seguem: ‘idade’, ‘escolaridade’, ‘sexo’, ‘ocupação’, ‘diatopia’, ‘mobilidade’¹⁰⁰ e ‘localismo’¹⁰¹ (redes sociais).

A análise estatística, considerando a rodada sem a variável ‘*classe gramatical*’¹⁰², evidenciou que oito variáveis (de doze) mostraram atuar sobre a aplicação da regra, “presença de marcas formais/informais de plural”, por ordem de seleção: ‘posição em relação ao núcleo/núcleo’, ‘saliência fônica’, ‘ocupação’, ‘marcas precedentes’, ‘localismo’, ‘mobilidade’, ‘idade’ e ‘sexo’. Não foram selecionadas, portanto: ‘contexto fonético-fonológico subsequente’, ‘características dos itens lexicais’, ‘posição linear’ e ‘escolaridade’.

No que se refere às variáveis independentes linguísticas selecionadas, encontramos os seguintes resultados:

¹⁰⁰ Em relação à *mobilidade*, essa variável foi definida da seguinte maneira: i) *pouca mobilidade* – os informantes que saíram da cidade para viagens ao médico ou visitas aos parentes e amigos; ii) *média mobilidade* – aqueles que moraram de um a dois anos em outra cidade; iii) *muita mobilidade* – aqueles que moraram mais de dois anos em outra cidade ou comunidade ribeirinha pertencente a seu município.

¹⁰¹ Quanto ao *localismo*, essa variável foi assim definida: i) *bem-integrados* – os informantes que gostam de morar na cidade, participam das atividades e não se manifestaram favoráveis à saída da cidade ou se manifestaram sair apenas por causa da educação dos filhos; ii) *mais ou menos integrado* – os informantes que participam das atividades na cidade, mas gostariam de residir em outra cidade, ou, se gostam de residir na cidade, não gostam das atividades que a cidade oferece; iii) *pouco integrados* – aqueles informantes que não gostam de morar na cidade e nem participam das atividades na cidade.

¹⁰² Foi retirada da rodada por se sobrepor à variável *posição em relação ao núcleo/núcleo*. Vale ressaltar que essa variável foi retirada da análise geral também (a que abarca todos os municípios).

Tabela 9.2 – Frequência e probabilidade da variante “presença de marcas formais/informais de plural” no município de TNT, segundo as variáveis independentes linguísticas atuantes

Fatores		Aplicação/Total	%	P.R
1- Posição em relação ao núcleo/núcleo				
Elementos não nucleares antepostos: ouvir <i>as</i> palavraØ de Deus (TNT 001 BM)		473/493	95%	0,94
Elementos nucleares: os <i>pai</i> Ø dele levava ele (TNT 001 AF)		166/760	21%	0,14
Elementos não nucleares pospostos: hospitais <i>lotado</i> Ø (TNT 001 BM)		4/21	19%	0,14
2- Processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais				
+ Saliente	Plural duplo com alternância vocálica podendo ou não haver inserção de –s: meus <i>avós</i> ... contavam (TNT 003 AF), esses <i>novos</i> ele têm uma cautela (TNT 001 AF)	5/6	83%	0,98
	Plural com alternância vocálica nos itens terminados em –l, podendo ou não haver inserção de –s: três <i>policial</i> Ø... (TNT 001 BF)	13/18	72%	0,91
	Plural nos itens terminados em –ão, que, ao realizarem plural, sofrem alteração silábica quando da inserção do –s: da mão dos <i>ladrão</i> Ø né? (TNT 001 BF)	½	50%	0,89
	Plural nos itens terminados em –r, com inserção de –e ou –es: com os outroØ <i>moradore</i> Ø daqui (TNT 002 AM)	17/29	58%	0,86
	Plural dos itens terminados em –s com inserção de –e ou –es: seis <i>mês</i> Ø... (TNT 002 AM)	6/19	31%	0,51
	Regulares proparoхítonos: os <i>católico</i> Ø não (TNT 002 AM)	4/13	30%	0,69
- Saliente	Nomes regulares oxítonos e monossílabos tônicos: os <i>pajé</i> Ø... (TNT 003 BM), que foram <i>meus</i> professores eu... (TNT 002 BM)	326/373	87%	0,57
	Regular paroxítono: fazendo as <i>coisas</i> pra eles (TNT 002 BF)	271/814	33%	0,44
Posição	3- Marcas precedentes			
Segunda	Zero formal na primeira posição: doØ <i>meus</i> colegaØ quando (TNT 001 BM)	-	100%	-
	Numerais na primeira posição: vinte <i>anos</i> ... (TNT 002 AM)	81/283	28%	0,63
Terceira, quarta etc.	Mistura de marca com marca precedente: doØ <i>meus</i> colegaØ quando (TNT 001 BM)	7/42	16%	0,53
Segunda	Presença de marca formal na primeira posição: aquelas <i>rodinha</i> Ø de (TNT 002 AF)	87/423	20%	0,43
Terceira, quarta etc.	Presença de marcas formais a partir da primeira posição: as outras árvores embaixo (TNT 001 AF)	3/16	18%	0,35
Segunda	Presença do quantificados “vários”:	2/14	14%	0,27
Terceira, quarta etc.	Mistura de marca sem marca precedente: botam as criançaØ <i>internada</i> Ø... (TNT 001 BF)	2/19	10%	0,26

Fonte: Martins (2013, p. 204 a 206).

Os resultados expostos na Tabela 9.2 revelam semelhanças com respeito aos resultados encontrados em outros trabalhos realizados no Brasil. Comparando esses resultados, especificamente, às quatro cidades analisadas isoladamente por Martins (2013), o que chama a atenção é que, para TNT, um número menor de variáveis independentes linguísticas atuou sobre o fenômeno (foram selecionadas três de seis variáveis controladas).

No que se refere à variável '*posição em relação ao núcleo/núcleo*', selecionada em primeiro lugar, nossos resultados convergem para as demais pesquisas realizadas no Brasil (como SCHERRE, 1988; FERNANDES, 1996; H. CARVALHO, 1997; LOPES, 2001; BAXTER, 2009; SANTOS, 2010; BRANDÃO, 2011; SILVA, 2011), tendo em vista que observamos os *elementos não nucleares antepostos* favorecendo a aplicação da regra (0,94), enquanto observamos os *elementos nucleares e não nucleares pospostos* desfavorecendo (0,14 para ambos).

No que tange à variável '*saliência fônica*', selecionada em segundo lugar, encontramos resultados que, de maneira geral, convergem para os resultados de demais pesquisas sobre o PB (por exemplo, SCHERRE, 1988; FERNANDES, 1996; H. CARVALHO, 1997; R. CARVALHO, 1997; LOPES, 2001; MARTINS, 2010; BRANDÃO, 2011; SILVA, 2011), já que, em TNT, também itens com formação de plural irregular favorecem o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, enquanto os de formação regular desfavorecem. Encontramos divergências em relação à hierarquia dos fatores tanto para os considerados mais salientes quanto para os considerados menos salientes. Para os mais salientes, em TNT, o fator mais favorecedor é o *plural duplo*. Para os menos salientes, observamos, em TNT, os *regulares proparoخítonos* favorecendo (0,72), enquanto os *regulares oxítonos e monossílabos tônicos e regulares paroxítonos* desfavorecem (0,57 e 0,44, respectivamente), hierarquia divergente de demais análises.

Quanto à variável '*marcas precedentes*', selecionada em quarto lugar, os resultados encontrados mostraram que, em SNs de três ou mais elementos, o fator *mistura de marca com marca precedente* favorece a aplicação da regra (0,53) e os fatores *mistura de marca sem marca precedente* e *presença de marcas formais a partir de primeira posição* desfavorecem (0,26 e 0,35, respectivamente). Atestamos, dessa forma, em parte a hipótese que Scherre (1988) levanta em sua tese: “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”.

A análise das variáveis independentes linguísticas em TNT mostra, dessa forma, que elas são importantes para o fenômeno em estudo.

No que se refere às variáveis independentes extralinguísticas, nossos resultados foram os seguintes:

Tabela 9.3 – Frequência e probabilidade da variante “presença de marcas formais/informais de plural” no município de TNT, segundo as variáveis independentes extralinguísticas atuantes

Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
1- Ocupação			
Média: Comerciante.	61/87	70%	0,88
Baixa: Agricultor, dona de casa, auxiliar de serviços gerais, pescador.	329/698	47%	0,46
Alta: Professor, professor aposentado.	253/489	51%	0,45
2- Localismo			
Pouco integrado	102/178	57%	0,76
Bem integrado	268/538	49%	0,46
Mais ou menos integrado	273/558	48%	0,44
3- Mobilidade			
Pouca	-		
Informação não evidente	110/199	55%	0,81
Muita	485/981	49%	0,45
Média	48/94	51%	0,25
4- Idade			
36 a 55 anos	234/437	53%	0,61
18 a 35 anos	169/327	51%	0,49
mais de 56	239/509	46%	0,40
5- Sexo/gênero			
Mulher	347/687	50%	0,59
Homem	296/587	50%	0,42

Fonte: Martins (2013, p. 207 a 208).

Os resultados expostos na Tabela 9.3 mostram que a maioria das variáveis independentes extralinguísticas controladas foi relevante para atuação do fenômeno em estudo, uma vez que seis foram selecionadas (de sete controladas).

Quanto à variável ‘*ocupação*’, selecionada em terceiro lugar, os resultados divergem dos resultados encontrados por Martins (2013) para os demais municípios investigados na tese, pois, em TNT, a ocupação cuja cotação é *alta* não favoreceu a aplicação da regra (0,45), o que não era esperado. A ocupação que favoreceu foi a de cotação *média* (0,88). Chama a atenção que os informantes considerados de profissões de cotação *alta* eram professores ativos e/ou aposentados (dois informantes). Talvez esse resultado seja explicado pela atuação de outras variáveis sociais como ‘*sexo*’ e ‘*idade*’: um homem de 36 a 55 anos (professor do primeiro ao quinto ano) e uma mulher com mais de 56 anos (professora aposentada).

No que diz respeito à variável ‘*localismo*’, selecionada em quinto lugar, os resultados convergem para os resultados encontrados por Martins (2013) na análise

geral e em STO¹⁰³. Observamos que informantes considerados *pouco integrados* (apenas dois) à localidade em que residem tendem a não usar a variante nela utilizada com mais frequência, a “ausência de marcas formais/informais de plural” (0,41). Ressalta-se que os valores externos a esse local talvez sejam a variante “presença de marcas formais/informais de plural”: uma das informantes manifesta a vontade de morar em Manaus e outro, de morar em Tabatinga (cidade que pode ser considerada a mais desenvolvida da microrregião do alto Solimões, uma vez que oferece cursos técnicos e de nível superior). Os informantes considerados *bem integrados*, por sua vez, favorecem o uso da variante linguística utilizada na localidade. Lembramos que, das localidades investigadas por Martins (2013), TNT é a que apresenta a frequência mais baixa do uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” (50%).

No que se refere à variável ‘*mobilidade*’, selecionada em sexto lugar, Martins (2013) encontrou resultados parecidos com os das demais análises feitas na tese (geral e por localidade). Verificamos os informantes de *média* e *muita* mobilidade desfavorecendo a aplicação da regra. Ressaltamos que a maioria deles morou algum tempo nas comunidades ribeirinhas pertencentes à cidade de TNT e, talvez, a variante “ausência de marcas formais/informais de plural” seja a que caracteriza essas áreas consideradas menos urbanas.

Quanto à variável ‘*idade*’, selecionada em sétimo lugar, constata-se um padrão curvilíneo encontrado, de maneira geral, por parte de pesquisas realizadas sobre o PB (SCHERRE, 1988; MARTINS, 2010), mas com diferenças nas faixas etárias que favorecem a aplicação da regra. Em TNT, temos os de faixa intermediária (36 a 55 anos) favorecendo a aplicação da regra (0,61) e os de primeira e segunda faixa etária desfavorecendo (0,49 e 0,40, respectivamente). Ressaltamos que, entre os municípios investigados por Martins, essa variável não foi selecionada em Fonte Boa e em São Paulo de Olivença.

No que tange ao ‘*sexo*’, variável selecionada em último lugar, observamos a tendência das mulheres a utilizarem a variante de prestígio (0,59), enquanto os homens, a de não utilizarem (0,42), assim como é observado em alguns trabalhos realizados no Brasil sobre esse mesmo fenômeno (podemos citar: SCHERRE, 1988; FERNANDES, 1996; CAMPOS E RODRIGUES, 2002; SANTOS, 2010 e MARTINS, 2010). Destaca-se, ainda, que, em São Paulo de Olivença e em Santo

¹⁰³ Ressalta-se que, nos demais municípios investigados por Martins (2013), foi observado o seguinte: em São Paulo de Olivença, essa variável não foi selecionada e, em Fonte Boa e em Jutai, houve nocaute, já que 100% dos moradores se consideravam *bem integrados*.

Antônio do Içá, cidades investigadas também por Martins (2013), essa variável não foi selecionada¹⁰⁴.

A análise das variáveis independentes extralinguísticas em TNT mostrou que elas são importantes para entender o funcionamento do fenômeno em estudo. O que nos chama a atenção é que a variável *escolaridade* não foi selecionada, embora tenha se mostrado uma das mais importantes nos estudos sobre a variação da *concordância nominal de número* no PB. Destaca-se que Martins (2013) também observou a não seleção dessa variável em outras cidades pertencentes à mesma microrregião: São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Jutai.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, a partir da descrição dos resultados encontrados por Martins (2013) para a cidade de TNT, uma das cidades pertencentes à microrregião do Alto Solimões (AM), observamos que o referido município apresenta um desfavorecimento da aplicação da regra “presença de marcas formais/informais de plural” entre as cinco cidades investigadas pela referida pesquisadora. Isso pode ser explicado em função de essa cidade apresentar ainda alguns traços do que podemos chamar de “ruralidade”, uma vez que parece estar bem no início de desenvolvimento, apresenta poucas escolas; o mercado de trabalho também não exige tanto o uso de formas de prestígio, já que a maioria dos entrevistados vive da agricultura, pesca etc. Uma outra característica que chama a atenção nessa cidade é seu isolamento. Os informantes entrevistados, por exemplo, saem muito pouco de lá para outras cidades, mesmo que próximas, e também não existe tanto fluxo de pessoas de outras cidades, recebendo, assim, poucas influências externas. A maioria dos entrevistados, no máximo, sai para as comunidades ribeirinhas pertencentes à cidade que se caracterizam por serem bem pequenas e isoladas, sendo o único acesso através de barcos (canoas, principalmente).

Quanto à atuação de grupos de fatores sobre a “variação na concordância nominal de número” em TNT, observamos, de maneira geral, que os resultados revelam que essa cidade compartilha alguns efeitos restritivos de outras pesquisas realizadas no Brasil a respeito do mesmo fenômeno, principalmente no que diz respeito à seleção de variáveis independentes linguísticas. Porém, acaba se diferenciando quanto à seleção, em parte, de variáveis independentes extralinguísticas.

¹⁰⁴ Ressalta-se que, em Fonte Boa, uma das cidades investigadas por Martins (2013), quem favoreceu a aplicação da regra foram os homens.

No que tange às variáveis independentes linguísticas, observamos a seleção de ‘posição em relação ao núcleo/núcleo’, ‘saliência fônica’ e ‘marcas precedentes’, variáveis essas que têm se mostrado relevantes para compreendermos o fenômeno da “variação na concordância nominal de número” no PB. Ressalta-se que a primeira variável mencionada foi selecionada em primeiro lugar pelo programa estatístico utilizado, assim como acontece nos resultados da maioria das pesquisas sobre esse mesmo fenômeno.

No que diz respeito às variáveis extralinguísticas, o que se destaca, por exemplo, é que a variável ‘escolaridade’ não se mostrou relevante em TNT, o que diverge da maioria das pesquisas sobre o PB. Vale ressaltar ainda que variáveis consideradas mais micro foram as que mais se mostraram importantes na atuação do fenômeno na referida cidade, como ‘mobilidade’ e ‘localismo’ – grupos de fatores que são pouco investigados num estudo sociolinguístico. Isso mostra, assim, a importância de se olhar, nesse tipo de pesquisa, para características mais específicas dos indivíduos. É importante destacar ainda que, entre as variáveis independentes controladas na pesquisa de Martins (2013), as extralinguísticas mostraram-se mais atuantes, tendo em vista que, das oito selecionadas, cinco dizem respeito a elas (‘idade’, ‘sexo’, ‘ocupação’, ‘mobilidade’ e ‘localismo’).

REFERÊNCIAS

- BATTISTI, E.; FILHO, A. A. D.; LUCAS, J. I. P.; BOVO, N. M. P. Palatalização das oclusivas alveolares e a rede social dos informantes. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVel*. vol. 5, n. 9, agosto de 2007.
- BAXTER, A. A concordância de número. In: LUCCHESI, BAXTER e RIBEIRO (orgs). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BRAGA, M. L. *A concordância de número no sintagma nominal no triângulo mineiro*. 1977. 88f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- BRANDÃO, S. F. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Revista Veredas*. Atemática, 164-178, 1/2011.
- CAMPOS, O. G. L. de S.; RODRIGUES, A. C. S. Flexão Nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal. In: ILARI, Rodolfo (org.). *Gramática do português falado*. Volume II: níveis de análise linguística. 4ª ed. Campinas (SP): editora da UNICAMP, 2002, p. 101-102.

CARVALHO, H. *Concordância nominal: uma análise variacionista*. 1997. 158p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.

CARVALHO, R. C. de. *A concordância de número no sintagma nominal na fala urbana de Rio Branco*. 1997. 182p. Dissertação (Mestrado em Linguística), UNICAMP, Campinas, 1997.

CASTRO, F. M. B. de; PEREIRA, Vinícius Carvalho. A concordância nominal na norma culta em Cuiabá. *Revistas LetrasMil*. v. 1, n. 3, p. 40-48, julho, 2012.

CRUZ, M. L. de C. *Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM*. 2004, 159p. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, M. C. A. C. *A variação na concordância nominal: um contraste entre o urbano e o rural na fala brasiliense*. 1993. 178p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 1993.

FERNANDES, M. *Concordância nominal na região sul*. 1996. 131p. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFSC, Florianópolis, 1996.

FREITAG, R. M. Ko.; (Re)Discutindo sexo/gênero na sociolinguística. In: FREITAG, R. M. Ko.; SEVERO, C. G. (Orgs). *Mulheres, linguagem e poder: estudos de gênero na sociolinguística brasileira*. São Paulo: Blucher, 2015, p. 17-74.

GÖRSKI, E. M. COELHO, I. L. Aspectos de comportamento sociolinguístico entre as três capitais da região sul: especificidades e generalizações. *Revista do GELNE*, Natal/RN, Vol. 4. Número Especial: 135-160, 2012.

GUY, G. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação linguística. *Organon*. Vol 28/29. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2000.

GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese: aspects of the phonology, syntax, and language history*. 1981. 391f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.

LISBOA, H. *Fonte Boa chão de heróis e fanáticos*. Fonte Boa: Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, 1998.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LOPES, N. *Concordância nominal, contexto linguístico e sociedade*. 2002. 408p. Salvador: UFBA, Tese (Mestrado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, 2002.

MARTINS, F. S. Uma abordagem da concordância nominal de número na fala dos habitantes do município amazonense de Benjamin Constant. *Revistas Working papers em Linguística*, n. esp., p. 45-56, Florianópolis, 2010.

MARTINS, F. S. *Variação na concordância nominal de número na fala dos moradores do Alto Solimões (Amazonas)*. 2013. 239p. Tese (Doutorado em Linguística), UFSC, Florianópolis, 2013.

MEIRA, G. A; GUIMARÃES, M. A. de S; SILVA, J. A. da; SOUSA, V. V. Variação na concordância nominal de número no português popular e no português culto de Vitória da Conquista-BA. *Fólio- Revista de Letras*, v. 7, n. 2, p. 647-667, jul/dez, 2015.

MIGUEIS, R. *Geografia do Amazonas*. Manaus: Valer, 2011.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. 2009. 228p. Tese (Doutorado em Linguística), UFSC, Florianópolis, 2009.

NASCIMENTO, A. F. *Tonantins: sua história e sua gente*. Manaus: Silva Ltda, 2006.

NINA, T. *Concordância nominal/verbal do analfabeto na Micro-Região Bragantina*. 1980. 164p. Dissertação (Mestrado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1980.

PONTE, V. M. L. *A concordância nominal de uma comunidade de Porto Alegre*. 1979. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 1979.

SANTOS, L. S. M. *Sobre a ausência de concordância nominal no português falado em Pedro Leopoldo-MG: uma abordagem variacionista*. 2010. 112p. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. 546p. Tese (Doutorado em Linguística), Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, em dois volumes, 1988.

SCHERRE, M. M. P. Paralelismo Linguístico. *Revista de estudos da linguagem*. V. 7, n 2, p. 29-59, jul/dez, 1998a.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)*: Norma e variação do português. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, dez, 1994.

SCHERRE, M. M. P. Concordância nominal e funcionalismo. *Revista Alfa*. n 41, 181-206, 1997.

SCHERRE, M. M. P. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1998b.

SCHERRE, M. M. P. Sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1998c.

SCHERRE, M. M. P. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFINO, Giovanni (org). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística* (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza). Centro di Studi Filologic e Linguistic Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5: 509-523, 1998.

SCHERRE, M. M. P.; BRAGA, M. L. A concordância de número no SN na área urbana do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional de Linguística, 1º, 1976. *Anais...* Rio de Janeiro, PUC. p. 464-477.

SILVA, J. B. da. *A concordância nominal na fala capixaba*. I Congresso Nacional de Estudos Linguísticos, Vitória- ES, 18 a 21 de outubro de 2011.

TABOSA, M. V. S. *A variação na concordância nominal de número no falar do cariri cearense*. 2016. 97p. Dissertação (Mestrado em Linguística), UFCE, Ceará, 2016.

VEIS RIBEIRO, V.; RIBEIRO, V. ; LOREGIAN-PENKAL, L. O fator faixa etária e a concordância nominal na linguagem falada na cidade de Irati, PR. *Revista Analecta*, v.10, n.1, p.69-83, 2009.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: parábola editorial, 2006 [1968].

OBJETO NULO E CLÍTICOS EM SANTA CATARINA

Marco Antonio Rocha Martins

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Cecília Augusta Vieira Pinto

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC

Sueli Costa

Instituto Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

Os resultados de Cyrino (2018) para o objeto nulo e Martins (2018) para a sintaxe dos pronomes clíticos a partir de uma mesma amostra extraída de textos da imprensa brasileira dos *corpora* do *Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)* mostram que esses fenômenos envolvem uma propriedade particular da gramática do Português Brasileiro (PB): a realização do objeto anafórico (ver GALVES, 2018). Além disso, ficam evidentes nas análises e resultados do estudo realizado por esses autores: (1) o diferente comportamento dos fenômenos no curso do século XIX, levando à constatação de que é necessário distinguir a primeira da segunda metade desse século; e (2) a diferente distribuição regional na evolução diacrônica do fenômeno, de modo que a escrita no Nordeste se mostra mais inovadora que a do Sudeste e, esta, do Sul.

Tendo em vista esse quadro, nosso objetivo neste capítulo é apresentar resultados de uma análise dos fenômenos do objeto nulo e da sintaxe dos pronomes clíticos em Santa Catarina (SC) considerando um mesmo *corpus* de cartas pessoais dos séculos XIX e XX. No que se refere ao objeto nulo, retomamos, ainda, resultados de dados de fala de Florianópolis (VIEIRA-PINTO, 2015) e de peças de teatro dos

séculos XIX e XX (COSTA, 2011). Mais especificamente, buscamos **(1)** apresentar um panorama diacrônico de como evoluem o objeto nulo e a sintaxe de posição e de colocação dos clíticos em contexto de variação diacrônica ([XP])[XP]V e em predicados complexos em cartas pessoais de SC, considerando, na medida do possível, as especificidades da primeira metade do século XIX comparadas às propriedades encontradas nos textos da segunda metade desse século e do século XX; e **(2)** colaborar com o mapeamento desses fenômenos linguísticos na região Sul, trazendo a público dados de SC e contribuindo para a descrição de uma socio-história do português escrito no Brasil.

Os dados de fala aqui retomados foram extraídos do Projeto VARSUL, banco base e banco Floripa; os dados de escrita de cartas particulares e peças teatrais são pertencentes ao projeto *Para a História do Português Brasileiro em Santa Catarina (PHPB-SC)*, coordenado pela querida Izete Lehmkuhl Coelho, nossa homenageada neste livro, neste texto. É importante dizer aqui que a trajetória acadêmica e pessoal dos autores deste capítulo se entrelaça à da Izete, que é professora titular aposentada do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas e professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, *locus* de um trabalho sério e comprometido por ela realizado, sempre marcado pela generosidade (e, claro, pela elegância!). À querida Izete, nosso eterno agradecimento!

O capítulo está organizado em três seções, além desta introdução. Na seção 2, apresentamos o fenômeno do objeto nulo em SC considerando o tempo presente, com dados de fala de Florianópolis, a partir dos resultados de Vieira Pinto (2015), e o passado, com dados de peças de teatro, a partir dos resultados de Costa (2011). Já na seção 3, apresentamos uma análise diacrônica do objeto nulo e da sintaxe dos pronomes clíticos numa mesma amostra de cartas pessoais escritas por catarinenses nascidos entre os séculos XIX e XX. Por fim, na seção 4, para concluir o texto, cruzamos os resultados diacrônicos explicitando a estreita relação entre os fenômenos do objeto nulo e dos clíticos na mudança que deu origem à gramática do PB.

2. A TRAJETÓRIA DE MUDANÇA DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO EM SC: PRESENTE E PASSADO

Como se sabe, o objeto direto anafórico tem mudado no estabelecimento da gramática do PB em relação ao seu preenchimento, diferente do que aconteceu no Português Europeu (PE) (TARALLO, 1983; 1993). Em estudos diacrônicos, os resultados estatísticos revelam, até o século XVIII, um uso bastante significativo

do pronome clítico (CYRINO, 1997). Ao final do século XX, os percentuais se invertem e as análises apontam para uma alta frequência de objeto nulo e a quase extinção do clítico de terceira pessoa na fala (cf. OMENA, 1978; DUARTE, 1986; 1989; LUÍZE, 1997; MARAFONI, 2004; VIEIRA-PINTO, 2015, entre outros). Já no PE, estudos mostram altos os percentuais de clíticos de terceira pessoa, até mesmo na fala menos monitorada (cf. FREIRE, 2005; MARAFONI, 2010; COSTA, 2011; ARRUDA, 2012; MARQUES DE SOUSA, 2017, entre outros).

A fim de entender melhor a difusão da mudança do objeto direto anafórico na Região Sul do Brasil, mais especificamente em Santa Catarina, partiremos de dados do presente para chegar ao passado, seguindo o princípio da uniformidade que diz que “[...] as forças que operam para produzir a mudança linguística hoje são do mesmo tipo e ordem de grandeza das que operaram no passado, há cinco ou dez mil anos” (LABOV, 2008 [1972], p. 317). Assim, nas subseções seguintes, retomamos a trajetória do fenômeno do objeto nulo em SC no presente, a partir de dados de fala de Florianópolis (VIEIRA-PINTO, 2015), e no passado, a partir de peças de teatro dos séculos XIX e XX (COSTA, 2011).

2.1. O presente: o objeto nulo na fala de Florianópolis

O objeto direto anafórico de SN foi analisado por Vieira-Pinto (2015)¹⁰⁵ em amostras de fala de informantes nascidos em Florianópolis, em um estudo de tempo real de curta duração do tipo tendência (cf. LABOV, 1994), a partir de dados do Projeto VARSUL. Os dados a seguir, de objeto nulo (1), pronome reto (2), pronome clítico (3) e SN anafórico (4), foram coletados em 16 entrevistas gravadas em duas décadas distintas – 1990 e 2010¹⁰⁶ – estratificadas em sexo (masculino e feminino), idade (menos de 50 anos e mais de 50 anos) e escolaridade (até 8 anos de escolaridade e mais de 12 anos de escolaridade).

(1) Como que eu vou cuidar de gêmeos, sua louca? E *dois menino*, eu já tenho dois menino. Eu queria muito uma menina. Ah, dá ø pra outra. Ah, vai ter alguém que vai querer ø e vai dar bastante amor pra essas criança. (FEM/JOV/FUND/27)¹⁰⁷

¹⁰⁵ A dissertação de mestrado de Vieira-Pinto, defendida em 2015, foi orientada pela professora Dr^a Izete Lehmkuhl Coelho.

¹⁰⁶ A amostra de 1990 é constituída de oito entrevistas de Florianópolis, oriundas do Banco Base do Projeto VARSUL. A amostra da década de 2010 contém outras oito entrevistas, provenientes da Amostra Floripa, que também pertence ao Núcleo VARSUL (Agência de Santa Catarina).

¹⁰⁷ Os códigos possuem os seguintes significados: MASC para masculino, FEM para feminino, JOV para menos de 50 anos de idade, VEL para mais de 50 anos de idade, FUND para até 8 anos de escolaridade, SUP para mais de 12 anos de escolaridade, 9 para década de 1990 e 2 para década de 2010.

(2) Aí, **a minha mãe**, ela sofria da tireoide. Aí, ela foi, voltou pro Hospital de Caridade e operaram. Então, nessa época, era o Doutor [*inint*] que operou **ela**. Ela morreu da tireoide, uma operação na tireoide. (FEM/VEL/FUND/9)

(3) **A Tais**, eu ajudei muito. Porque ela foi pra creche pequenininha, pro berçário e os pais vieram chorando. Eu tava me aposentando, “ah, mas eu tenho tempo, deixa ela ficar comigo uns tempinho, até ela ficar maiorzinha”, danada! Ajudei alfabetizá-la, porque ela ia pro colégio Imaculada Conceição ou Coração de Jesus e ela tinha que saber muita coisa que no jardim não aprendia. (FEM/VEL/SUP/2)¹⁰⁸

(4) Só tinha **uma bicicleta** que era do meu irmão, e as meninas que moravam aqui na rua, que eram da mesma faixa etária, elas tinham **bicicleta** também. (FEM/JOV/SUP/9)

Baseada em fatores condicionadores já identificados em estudos sociolinguísticos anteriores (cf. OMENA, 1978; DUARTE, 1986, 1989; CYRINO, 1997; MARAFONI, 2004; PEREIRA, 2011; COSTA, 2011), Vieira-Pinto realizou uma análise de regra variável com rodadas estatísticas com auxílio do programa Goldvarb X, considerando as variantes de (1)-(4) acima e as seguintes variáveis independentes: (i) traço de animacidade do referente; (ii) especificidade do referente; (iii) topicalização do referente; (iv) função sintática do referente; (v) transitividade verbal e estrutura projetada pelo verbo; (vi) forma verbal; (vii) sexo dos informantes; (viii) faixa etária; (ix) escolaridade; e (x) década da amostra.

Os dados coletados somaram 666, sendo 302 de objeto nulo (45%), 343 de SN anafórico (51,5%), 20 de pronome reto (3,4%) e apenas um dado de pronome clítico (0,1%). Os resultados estão distribuídos por década na Tabela 10.1 a seguir.

Tabela 10.1 – Frequências das variantes do objeto direto anafórico na fala de Florianópolis, separadas pelas décadas de 1990 e 2010

	1990	2010	Total
	Apl./Total %	Apl./Total %	Apl./Total %
Objeto Nulo	159/371 42,9	143/295 48,5	302/666 45
Pronome reto	9/371 2,4%	11/295 3,8	20/666 3,4
Clítico	sem dados	1/295 0,3	1/666 0,1
SN anafórico	203/371 54,7	140/295 47,4	343/666 51,5

Fonte: adaptada de Vieira-Pinto, 2015, p. 115.

¹⁰⁸ Este foi o único dado de pronome clítico encontrado pela autora nas amostras selecionadas.

A autora constatou, no intervalo de 20 anos, um leve aumento do objeto nulo, de 42,9% para 48,5%, e, no geral, uma leve queda na frequência de uso do objeto preenchido, principalmente do SN anafórico (seu percentual de 54,7% em 1990 passou a ser 47,4% em 2010). O pronome reto ocorreu com 2,4% em 1990 e com 3,8% em 2010. Não houve dados de pronome clítico em 1990 e seu percentual em 2010 foi de apenas 0,3% – o que aponta seu quase desaparecimento na fala menos monitorada em Florianópolis.

As variáveis selecionadas pelo programa estatístico como sendo condicionadoras do uso de objeto nulo foram: ‘função sintática do referente’ para as duas décadas; ‘animacidade do referente’ para a década de 1990; e ‘transitividade verbal e estrutura projetada pelo verbo’ para a década de 2010. Apresentamos os resultados a seguir, em uma única tabela.

Tabela 10.2 – Objeto nulo na fala de Florianópolis, segundo as variáveis ‘função sintática do referente’, ‘animacidade do referente’ e ‘transitividade verbal e estrutura projetada pelo verbo’

Década	1990		2010	
Função sintática do referente	Apl./Total %	PR.	Apl./Total %	PR.
Diferente da função de objeto direto	101/167 60,5	0,68	85/150 56,7	0,57
Igual à função de objeto direto	58/204 28,4	0,34	58/145 40	0,42
Animacidade do referente				
[- animado]	140/319 43,9	0,52	98/211 46,4	--
[+ animado]	19/52 36,5	0,35	45/84 53,6	--
Transitividade verbal e estrutura projetada pelo verbo				
Verbos com 1 complemento	139/326 42,6	--	96/219 43,8	0,45
Verbos com 2 complementos	14/36 38,9	--	32/55 58,2	0,58
Estruturas complexas	6/9 66,7	--	15/21 71,4	0,69
Total:	159/371	--	143/295 48,5	--

Fonte: adaptada de Vieira-Pinto, 2015, p. 133, 135, 138.

Sobre a ‘função sintática do referente’, aquela diferente de objeto direto foi a que mais influenciou o uso de objeto nulo, com 0,68 de peso relativo na década de 1990 e 0,57 na década de 2010. Este resultado não era o esperado por Vieira-Pinto;

na verdade, seria o referente com função igual à de objeto direto a expectativa para condicionar o uso de objeto nulo, conforme atestado em estudos anteriores (cf. OMENA, 1978; MARAFONI, 2004). No entanto, o estudo de Marafoni (2004) que analisa amostras de fala do Rio de Janeiro das décadas de 1980 e 2000, apesar de ter atestado o condicionamento do referente de mesma função sintática sobre o objeto nulo, também aponta um aumento, de uma década para a outra, do peso relativo da função sintática diferente de objeto direto. Isso quer dizer que o objeto nulo ganha terreno também quando seu antecedente exerce função sintática diferente do anafórico – foi o que se observou nos resultados de Vieira-Pinto (2015).

Quanto à ‘animacidade do referente’, na década de 1990, o traço [- animado] teve 0,52 de peso relativo para o uso de objeto nulo, enquanto o traço [+ animado] teve 0,32. Outros estudos que analisaram a fala do PB já haviam atestado a mesma tendência de que os referentes [- animado] condicionam o uso de objeto direto anafórico nulo (cf. OMENA, 1978; DUARTE, 1986, 1989; CYRINO, 1997; MARAFONI, 2004; PEREIRA, 2011; COSTA, 2011).

Em relação à ‘transitividade verbal e estrutura projetada pelo verbo’, a expectativa era de que estruturas simples, de um ou de dois complementos, influenciariam o uso de objeto direto nulo, enquanto estruturas complexas tenderiam a condicionar o preenchimento do objeto (cf. DUARTE, 1986, 1989; MARAFONI, 2004). Os resultados atestaram parcialmente a hipótese: o objeto nulo ocorreu mais quando estava em uma estrutura com verbos de dois complementos (0,58 de peso relativo) e ocorreu pouco quando estava em uma estrutura de um complemento (0,45). O peso relativo de 0,69 para as estruturas complexas não era esperado.

Tais resultados de Vieira-Pinto (2015) corroboram trabalhos anteriores que estudaram a variação do objeto direto anafórico em amostras de fala e de escrita de diferentes regiões do Brasil: o objeto nulo na fala de Florianópolis ocorre com mais frequência em estruturas com verbos de dois complementos e em estruturas complexas quando seu referente tem função sintática diferente da de objeto direto e quando possui o traço [- animado].

2.2. O passado: o objeto nulo em peças de teatro florianopolitanas dos séculos XIX e XX

Costa (2011)¹⁰⁹ analisou diacronicamente o preenchimento do objeto em peças teatrais de autores florianopolitanos e lisboetas nascidos nos séculos XIX e XX

¹⁰⁹ Os resultados trazidos nesta seção são oriundos de pesquisa de doutorado concluída em 2011 e orientada pela professora Dra, Izete Lehmkuhl Coelho.

com o intuito de investigar a opção pelo preenchimento ou a elipse do complemento verbal no PB e no PE. Retomaremos aqui os resultados que a autora obteve após analisar dados de quatorze peças teatrais de Florianópolis para investigar o comportamento do objeto. As peças de teatro analisadas, seus respectivos autores e datas de nascimento e morte são mostrados no Quadro 10.1 a seguir:

Quadro 10.1 – Peças de teatro florianopolitano (PB) analisadas

Autor	Nascimento e morte do autor	Peça	Estreia/ Publicação
1. Álvaro Augusto de Carvalho	1829-1865	<i>Raimundo</i>	1868
2. José Cândido de Lacerda Coutinho	1841-1902	<i>A casa para alugar</i>	1867
3. José Cândido de Lacerda Coutinho	1841-1902	<i>Quem desdenha quer comprar...</i>	1868
4. Horácio Nunes Pires	1855-1919	<i>Um cacho de mortes</i>	1881
5. Horácio Nunes Pires	1855-1919	<i>Dolores</i>	1889
6. Antero dos Reis Dutra	1855-1911	<i>Brinquedos de Cupido</i>	1898
7. Ildefonso Juvenal	1884-1965	<i>Hilda, a filha do suposto traidor</i>	1918
8. Ildefonso Juvenal	1884-1965	<i>A filha do Operário</i>	1942
9. Ody Fraga	1927-1987	<i>Um homem sem paisagem</i>	1947
10. Mário Júlio Amorim	1939-	<i>O dia do javali</i>	1983
11. Ademir Rosa	1950-1997	<i>O dia em que os porcos comerão sal</i>	1978
12. Ademir Rosa	1950-1997	<i>Os lobos</i>	1992
13. Ademir Rosa	1950-1997	<i>O que a vida fez de mim, de nós</i>	1996
14. Antônio Cunha	1961-	<i>Flores de Inverno</i>	1992

Fonte: adaptado de Costa, 2011, p. 165-6.

A análise resultou em uma amostra com 614 dados, 358 do século XIX e 256 do século XX, considerando-se o ano de nascimento do autor da peça. Para o estudo em questão, foram considerados os dados inseridos em contextos cujos verbos eram transitivos diretos para que se pudesse analisar o preenchimento do objeto direto anafórico relacionado a esses verbos.

Costa (2011) levou em consideração como variável dependente o objeto anafórico preenchido com clíticos (5) ou nulo (6), em sentenças declarativas

(5) “*Hilda esperará. Si ela te ama sinceramente como o afirma a todos, (...)*”

(Ildefonso Juvenal, 1884, *Hilda, a filha do suposto traidor*)

(6) “[...] Roubou minha pasta!

Pode ter achado \emptyset . Você não disse que perdeu \emptyset ?

(Mário Júlio Amorim, 1939, *O dia do javali*)

Para compor o envelope das variáveis independentes, foram considerados (i) século do nascimento do autor (XIX ou XX); (ii) estatuto da oração (absoluta/principal, coordenada 1, coordenada 2, substantiva, adverbial ou adjetiva); (iii) pessoa do discurso (1ª, 2ª ou 3ª); (iv) animacidade do referente ([+ animado] ou [- animado]); (v) especificidade do referente ([+ específico] ou [- específico]) e (vi) estatuto do referente (pronomes, oração, SN ou VP¹¹⁰).

Após realizadas as rodadas estatísticas considerando a variável dependente e extraídos dos grupos de fatores que geraram *knockouts*, a autora encontrou os resultados que passaremos a descrever a seguir.

No total de dados analisados, o percentual de objetos preenchidos foi maior (66%) que o de objetos nulos (34%), considerando-se simultaneamente os séculos XIX (390 dados) e XX (224 dados). Passaremos à descrição dos resultados das variáveis relevantes: animacidade do referente, século de nascimento do autor da peça teatral, estatuto do referente e pessoa do discurso.

2.2.1 Animacidade do referente

Quanto à animacidade do referente, os resultados obtidos mostraram que a maioria dos objetos nulos ocorreu em dados cujos referentes tinham o traço [- animado]. Entretanto, foi possível constatar também que houve quase unanimidade na opção por preenchimento do objeto nos casos em que o referente era [+ animado], conforme mostra a Tabela 10.3 a seguir:

Tabela 10.3 – Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores ‘animacidade do referente’

Animacidade	Objetos Nulos		P.R.
	Nº	%	
[-animado]	196/390	50	0,77
[+ animado]	8/224	4	0,11

Fonte: Costa, 2011, p. 193.

Sendo assim, os resultados obtidos por Costa (2011) foram ao encontro do que Cyrino (2007) explicitou com base na Hierarquia da Referencialidade, segundo a qual os referentes de terceira pessoa com traço [- animado] tendem a gerar objetos nulos, enquanto aqueles com traço [+ animado] favorecem a ocorrência de objetos preenchidos.

¹¹⁰ Do inglês, *Verbal Phrase*.

2.2.2 Século de nascimento do autor da peça teatral

O segundo grupo de fatores selecionado como relevante na análise que Costa (2011) realizou acerca do preenchimento do objeto anafórico em peças de teatro de Florianópolis foi o século de nascimento do autor. Segundo os resultados, houve uma tendência maior ao preenchimento do objeto nos textos de autores nascidos no século XIX, como se pode observar a seguir:

Tabela 10.4 – Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores ‘século de nascimento do autor da peça teatral’

Século de Nascimento do autor da peça	Objetos Nulos		P.R.
	Nº	%	
XIX	65/390	17	0,33
XX	139/224	62	0,77

Fonte: Costa, 2011, p. 194.

2.2.3 Estatuto do referente

O terceiro grupo de fatores selecionado como mais relevante foi o estatuto do referente. Segundo os resultados de Costa (2011), os referentes oracionais foram os que mais favoreceram a ocorrência de objetos nulos. Entretanto, como se pode observar na Tabela 10.5 a seguir, a probabilidade de os objetos anafóricos serem nulos também com referentes do tipo SN não deve ser desprezada:

Tabela 10.5 – Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores ‘estatuto do referente’

Estatuto do referente	Objetos Nulos		P.R.
	Nº	%	
SN oracional	78/158	49	0,55
SN não oracional	94/224	22	0,48

Fonte: Costa, 2011, p. 195.

É importante considerar, portanto, que, de acordo com esses resultados, embora tenha havido grande diferença na frequência, houve aproximação nos valores que indicam probabilidade de se encontrarem objetos elípticos também quando os referentes são não oracionais na escrita de Florianópolis dos séculos XIX e XX.

2.2.4 Pessoa do discurso

Por último, o estudo realizado por Costa (2011) apontou como fator que favorece a elipse do objeto anafórico na escrita de Florianópolis dos séculos XIX e XX a pessoa do discurso.

Tabela 10.6 – Frequência e probabilidade de ocorrência de objetos nulos em dados do PB dos séculos XIX e XX, segundo o grupo de fatores ‘pessoa do discurso’

Pessoa do discurso	Objetos Nulos		P.R.
	Nº	%	
3ª	203/539	38	0,56
2ª	1/75	1	0,17

Fonte: Costa, 2011, p. 196.

Os resultados confirmaram aqueles já constatados em pesquisas realizadas por Cyrino (2003), Kato (2003) e Raposo (2004) acerca do favorecimento da elipse de objeto anafórico pela terceira pessoa do discurso.

Após chegar a esses resultados, Costa (2011) comparou os resultados percentuais que obteve em relação aos séculos XIX e XX:

Tabela 10.7 – Frequência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, segundo os grupos de fatores ‘animacidade’, ‘estatuto do referente’ e ‘pessoa do discurso’

Grupos de Fatores	Século XIX %	Século XX %
[-animado]	29	74
[+animado]	2	10
Referente oracional	29	74
Referente não oracional	11	48
3ª pessoa do discurso	19	69
2ª pessoa do discurso	0	4

Os percentuais mostrados na tabela permitem observar que, no século XX, a opção pela elipse do objeto é maior que a observada no século XIX. Quaisquer que sejam os grupos de fatores em questão, o percentual de objetos nulos no século XX será sempre superior ao de objetos preenchidos, ao contrário do que foi observado nos dados do século XIX, em que a frequência de objetos preenchidos é maior.

Além desses resultados, Costa (2011) destaca que, nos dados que analisou, houve queda acentuada na presença dos clíticos no século XIX (65%) em relação ao século XX (30%). Já a frequência de objetos nulos no século XX (57%) foi bastante superior àquela observada no século anterior (12%), como mostramos a seguir.

Tabela 10.8 – Frequência de clíticos e objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX

Forma de realização	Século XIX %	Século XX %
Clíticos	65	30
Nulos	12	57

Fonte: Costa, 2011, p. 197.

A autora também destacou que, embora o SN oracional favoreça a omissão do objeto anafórico, do século XIX para o século XX, os objetos cujos referentes são SNs não oracionais também se mostraram favoráveis à elipse do complemento verbal. Os resultados mostraram que o percentual de objetos com referentes não oracionais representou mais que o quádruplo de objetos nulos revelado para o século XIX, que foi de 11%.

Tabela 10.9 – Frequência de objetos nulos no PB dos séculos XIX e XX, com antecedente SN oracional e SN não oracional

	Século XIX %	Século XX %
SN oracional	29 (25/86)	74 (53/72)
SN não oracional	11 (33/297)	48 (61/127)

Fonte: adaptada de Costa, 2011, p. 198.

Para sumarizar, os resultados de Costa (2011) revelam que, na escrita de peças de teatro florianopolitanas, há uma tendência cada vez maior à elipse do complemento verbal anafórico e que ela vem sendo favorecida, principalmente, pela passagem dos séculos, pelo traço de animacidade do referente, pelo estatuto do elemento a que se refere o objeto e pela pessoa do discurso.

3. AINDA SOBRE O PASSADO: OBJETO NULO E PRONOMES CLÍTICOS EM CARTAS PESSOAIS CATARINENSES DOS SÉCULOS XIX E XX

Nesta seção, continuamos a refletir sobre o passado, apresentando resultados da análise do objeto nulo e da sintaxe de posição e colocação dos pronomes clíticos a partir de amostras extraídas de um mesmo *corpus* de cartas pessoais escritas em SC nos séculos XIX e XX. Considerando, numa primeira instância e quando possível, o ano de nascimento dos escreventes, mais especificamente, buscamos apresentar a evolução do objeto nulo e da posição e colocação dos clíticos pronominais em contexto de variação diacrônica ([XP])[XP]V e predicados complexos nas cartas

pessoais de SC. Nosso objetivo é comparar a evolução desses dois fenômenos no *corpus*, buscando elucidar a correlação entre o aumento do objeto nulo e a sintaxe dos clíticos, com o decréscimo no uso de clíticos (de terceira pessoa) e a evolução da próclise no português brasileiro.

O *corpus* analisado nesta seção se constitui de 10 coleções, com 11 escreventes¹¹¹, de cartas pessoais escritas em SC que integram os *corpora* do PHPB-SC e cuja descrição detalhada pode ser encontrada em Coelho *et all* (2021). São elas:

a. Coleção 1 – Guilherme Sousa e Carolina Eva da Conceição

São 24 cartas assinadas pelo casal Guilherme Sousa e Carolina Eva da Conceição e endereçadas ao seu filho, o poeta catarinense Cruz e Sousa (5 missivas da mãe e 19 missivas do pai), de 1890 a 1895. Ambos foram filhos de escravizados, nasceram em Desterro (antigo nome da cidade de Florianópolis) e também foram escravizados. O pai, Guilherme era pedreiro, nasceu em 1807¹¹² e morreu em 1896. A mãe, Carolina, depois de liberta, exercia a profissão de cozinheira e lavadeira. Não temos conhecimento do ano de nascimento da Carolina, mas sua morte é datada de 1891. Para fins de estudo neste capítulo, assumimos, especulativamente, que tenha sido na década de 1810.

b. Coleção 2 – João da Cruz e Sousa

São 26 cartas escritas, entre os anos de 1885 e 1898, pelo poeta simbolista brasileiro João da Cruz e Sousa. Cruz e Sousa nasceu em Desterro, em 1861. Quatro dessas cartas são destinadas a sua noiva Gavita, 10 para seu amigo Nestor Vitor, cinco para seu amigo Araújo Figueredo e outras sete cartas escritas a diversos destinatários (incluindo uma carta a Virgílio Várzea).

c. Coleção 3 – Virgílio Várzea

Do período de 1886 a 1941, são 27 cartas escritas pelo catarinense Virgílio Várzea, nascido em Desterro em 1863. Virgílio, que foi jornalista e literato, escreveu para os amigos Cruz e Sousa (18 cartas), José Boiteux (3 cartas) e para seu filho Paulo (6 cartas).

¹¹¹ Para fins de análise neste capítulo, estamos considerando as 15 mulheres que compõem a amostra do Vale como uma única escrevente.

¹¹² Data provável de nascimento, segundo Alves (2008).

d. Coleção 4 – Juvêncio de Araújo Figueredo

São 21 cartas do período de 1888 a 1912 escritas pelo poeta simbolista Juvêncio de Araújo Figueredo, tipógrafo e político catarinense, que escreve para seus amigos Cruz e Sousa (19 cartas) e Virgílio Várzea (duas cartas). Juvêncio nasceu em Desterro em 1865.

e. Coleção 5 – Oscar Rosas

Essa coleção é formada por 14 cartas de Oscar Rosas ao amigo Cruz e Sousa, escritas entre os anos de 1883 e 1890. Nascido em Desterro em 1864, Oscar Rosas foi jornalista conceituado em diversos jornais do Rio de Janeiro e ajudou a introduzir o amigo Cruz e Sousa na capital literária.

f. Coleção 6 – Harry Laus

São 35 cartas, datadas entre 1984 e 1992, do escritor catarinense Harry Laus para sua tradutora e amiga, Claire Cayron. Harry nasceu em Tijucas no ano de 1922, mas as cartas são escritas de Florianópolis, onde o autor residia no período de escrita das missivas.

g. Coleção 7 – Arduíno Salami

São 25 cartas datadas de 1973 a 1976, de autoria do catarinense Arduíno Salami, nascido em Brunópolis em 1927. Na ocasião das datas das cartas, Arduíno era discípulo do bispo de Lages, Dom Honorato, e estava em Florianópolis em seus estudos missionários.

h. Coleção 8 – Tia Ciça

São 50 cartas escritas pela catarinense Tia Ciça, nascida em Itajaí em 1934. As missivas são endereçadas a sua sobrinha entre os anos de 1988 e 2014.

i. Coleção 9 – Amostra do Vale

São 40 cartas datadas entre 1962 e 1970, escritas por 15 mulheres jovens nascidas em Florianópolis e na região do Vale do Itajaí/SC. As cartas são remetidas a um mesmo destinatário, que é músico e professor de português, nascido em Nova Trento em 1946. A data provável de nascimento das jovens é a mesma do destinatário, que consideraremos aqui a década de 1940.

j. Coleção 10 – Medeiros

São 30 cartas escritas por um missivista (que chamaremos de Medeiros, para preservar a sua identidade), nascido em Florianópolis, para sua namorada, que nasceu em Urubici/SC, mas vivia em Lages/SC com sua família. A data provável de nascimento do missivista é o início da década de 1960.

3.1 O objeto nulo

Sobre a investigação do fenômeno do objeto nulo, trazemos para discussão uma parte dos resultados da tese de doutorado, sob a orientação de Izete Coelho, de uma das autoras deste capítulo, Vieira-Pinto. Esses resultados também já vêm sendo discutidos pela autora em outros trabalhos de correlação com a ordem e o preenchimento do sujeito (COELHO et al, 2017; COELHO, VIEIRA-PINTO, 2018; COELHO et al., 2021).

Com o objetivo de compreender o percurso de mudança traçado pelo objeto direto anafórico nos séculos XIX e XX, coletamos os dados considerando duas variantes relacionadas a nossa variável dependente: o objeto nulo (7) e o pronome clítico (8).

(7) Antes da carta que me mandastes pelo João [*inint.*] já eu te tinha escripto uma na qual juntei tambem uma para teu irmão Norberto. Foi pelo correio, mas não ti resposta *d’ella*, pelo que julgo que não recebeste Ø. (Guilherme Sousa, Desterro, 24/04/1893)

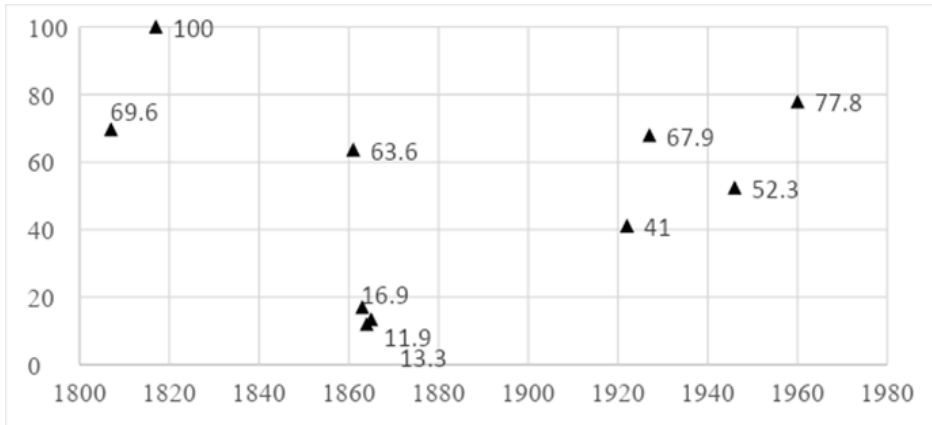
(8) Os filhos *de Suely* abandonaram-na, negaram-se a ajudá-la com *o restaurante* e ela foi obrigada a fechá-lo. (Harry Laus, Floripa, 20/02/1989)

Nossa hipótese é a de que atestaremos altas frequências de pronome clítico nas cartas de missivistas nascidos no século XIX e que veremos a evolução do objeto nulo no século XX.

Nossos dados foram submetidos ao programa estatístico Goldvarb X e, baseando-nos em estudos anteriores que analisaram o objeto nulo, levamos em conta, além da variável ‘escrevente’, dois grupos de fatores semânticos e dois sintáticos: (i) traço de animacidade do referente; (ii) especificidade do referente; (iii) estrutura paralela entre referente e anafórico; e (iv) transitividade verbal e estrutura projetada pelo verbo (DUARTE, 1986, 1989; CYRINO, 1994, 1997, 2016, 2018; MARAFONI, 2004; COSTA, 2011; VIEIRA-PINTO, 2015; CYRINO; LOPES, 2016; BERLINCK et al., 2016; MARQUES DE SOUSA, 2017; COELHO; VIEIRA-PINTO, 2018).

Foram coletados 362 dados de objeto direto anafórico na amostra selecionada, sendo 226 pronomes clíticos (62,4%) e 136 objetos nulos (37,6%). No Gráfico 10.1 a seguir, apresentamos os percentuais das variantes, conforme a data de nascimento dos missivistas:

Gráfico 10.1 – Frequências de objeto nulo na escrita de Santa Catarina, dos séculos XIX e XX, conforme a data de nascimento dos missivistas.



Vemos que uma grande quantidade de pronomes clíticos se concentra na escrita dos missivistas nascidos na segunda metade do século XIX, considerando os baixos percentuais de objeto nulo, conforme esperávamos: os escritores-poetas Virgílio Várzea (1863), Oscar Rosas (1864) e Araújo Figueredo (1865) apresentam, respectivamente, 16,9%, 11,9% e 13,3% de objeto nulo.

Após o início do século XX, os índices de pronome clítico vão baixando, abrindo espaço para maiores ocorrências de objeto nulo, corroborando os resultados de diferentes análises diacrônicas já realizadas sobre o fenômeno no PB (cf. CYRINO, 1997, 2018; COSTA, 2011; MARQUES DE SOUSA, 2017, entre outros). O missivista Harry Laus (nascido em 1922) possui em sua escrita uma quantidade mais significativa de objetos nulos, quando comparada à sincronia anterior, apesar de esta ainda não ser sua variante preferida (o escritor apresenta 41% de objeto nulo). Talvez isso ocorra pois, diferente dos demais missivistas do século XX, Harry Laus é um intelectual catarinense mais conservador, que escreve para sua tradutora francesa sobre assuntos de amizade, mas também profissionais. Já os missivistas Arduíno Salami (1927), as meninas do Vale (1940) e Medeiros (1960) apresentam altos percentuais de objeto nulo (respectivamente 67,9%, 52,3% e 77,8%), atestando a preferência por esta variante pelos missivistas do século XX.

Merecem atenção as ocorrências registradas para os três primeiros escreventes do século XIX. Sobre as cartas de Carolina (1817?), o percentual de objeto nulo foi categórico: foram coletados apenas dois dados da missivista e os dois eram de objeto nulo. Quanto a Cruz e Sousa, apesar de termos coletado apenas 11 dados em sua amostra, nos surpreendeu que sete deles (63,6%) fossem nulos, considerando que o poeta nasceu em 1861 e que, embora tenha nascido em uma família de pais escravizados, teve a oportunidade de desfrutar dos estudos desde criança. Talvez esses resultados possam ser explicados pela proximidade comunicativa que Cruz e Sousa tinha com seus destinatários, que são, em sua maioria, mais íntimos ao poeta. Em relação às cartas de Guilherme Sousa, o percentual de objeto nulo também se destaca (69,6%), principalmente se considerarmos que esse missivista nasceu no início do século XIX, em 1807. Porém, essa amostra tem certas particularidades que detalharemos um pouco mais a seguir.

Na rodada estatística binomial, as variáveis selecionadas pelo programa Goldvarb X como sendo as condicionadoras do objeto nulo foram a ‘animacidade do referente’ e o ‘escrevente’. Trazemos os resultados a seguir, em uma única tabela:

Tabela 10.10 – Frequência e peso relativo de objeto nulo na escrita de Santa Catarina dos séculos XIX e XX, segundo as variáveis ‘animacidade do referente’ e ‘escrevente’

Variáveis independentes	Apl/Total	%	PR
Animacidade do referente			
[-animado]	126/275	45,8%	0,60
[+animado]	10/87	11,5%	0,21
Escrevente			
Guilherme Sousa (1807)	16/23	69,6%	0,83
Carolina Conceição (1807?)	2/2	100%	--
Cruz e Sousa (1861)	7/11	63,6%	0,83
Virgílio Várzea (1863)	12/71	16,9%	0,32
Oscar Rosas (1864)	5/42	11,9%	0,20
Araújo Figueredo (1865)	6/45	13,3%	0,23
Harry Laus (1922)	32/78	41%	0,57
Arduíno Salami (1927)	19/28	67,9%	0,77
Do Vale (1940)	23/44	52,3%	0,62
Medeiros (1960)	14/18	77,8%	0,84
Total	136/362	37,6%	--
Rodada significativa	Input 0.321 Loglikelihood = -187.047 Significance = 0.000		

Conforme nossa expectativa e corroborando resultados de outros estudos (cf. DUARTE, 1986, 1989; CYRINO, 1994, 1997; COSTA, 2011; VIEIRA-PINTO,

2015, entre outros), os referentes com traço [- animado] condicionam o objeto nulo, com 0,60 de peso relativo (cf. exemplo (9), a seguir). Apenas 10 dos 87 dados com referente [+animado] eram nulos (0,21 de PR), o que mostra o grande desfavorecimento desse traço do referente para a ocorrência dessa variante. No exemplo (10), apresentamos o referente [+animado] sendo retomado por pronomes clíticos.

(9) Quando *a Semana Santa* aqui esteve esplendida, muito sentimos aqui não estares para [*inint.*] apreciares Ø. (Carolina Conceição, Desterro, 19/04/1891)

(10) Recebi tua carta sobre *o Araujo* com muito gosto; já *o* estimava muito. Em materia typographica ninguem como eu tão bons para empregal-*o*. Será hospedado no meu palacio. (Oscar Rosas, Rio de Janeiro, 18/01/1890)

Sobre a variável ‘escrevente’, os pesos relativos reforçam o que apontamos no Gráfico 10.1. Excetuando-se as cartas de Cruz e Sousa, que precisam ser melhor investigadas, as amostras da segunda metade do século XIX desfavorecem fortemente o objeto nulo, apresentando 0,32 de peso relativo para Virgílio Várzea (1863), 0,20 para Oscar Rosas (1864) e 0,23 para Araújo Figueredo (1865). É, portanto, característico nessa época o uso frequente de pronome clítico, influenciado pelo PE, na função de objeto direto anafórico, como os exemplos que seguem.

(11) O portador desta é *o nosso bom e querido Bittencourt* que vae sortir- se ahi de calçado. Não *o* largues através desse immenso e ruidoso Rio de Janeiro. (Virgílio Várzea¹¹³, Ondina, 03/11/1888)

(12) Vão fazendo companhia a esta *dous sonetos meos*, que não *os* quero publicar sem que primeiro tu *os* aprecie; se é que n’elles ha alguma cousa digna disso. (Oscar Rosas, Rio de Janeiro, 30/11/1883)

(13) Quanto á *advogacia* o Tiburcio poderá inicial-*a* com algumas vantagens, mas [*inint.*] mais tarde, questão de meres e de pratica. (Araújo Figueredo, Laguna, 17/12/1897)

Conforme se aproximam as sincronias mais recentes, do século XX, vemos que o objeto nulo vai ganhando força: a categoria vazia tem 0,57 de peso relativo nas cartas de Harry Laus (nascido em 1922); 0,77 na escrita de Arduíno Salami (1927); 0,62 na amostra do Vale (cujas missivistas nasceram por volta de 1940); e 0,84 nas cartas de Medeiros (1960); como trazemos nos exemplos a seguir.

¹¹³ Virgílio Várzea jamais aceitou o nome da cidade “Desterro”, achava ignorante e eivado de brutalidade (cf. ALVES, H. L., 1956). Fez uma campanha para que o nome da capital fosse mudado para Ondina (que, na mitologia, quer dizer uma espécie de sereia, figura da imaginação poética) e registrava esse nome em suas cartas.

(14) Caixa d' aço foi escrito a pedido, para **uma antologia chamada Este Mar Catarina** que eu pensei que tu tivesses porque, faz tempo, pedi ao Salim que te mandasse Ø. Aliás, quando eu for te levarei Ø porque assim verás se há algo que te interesse para a tal antologia. (Harry Laus, Floripa, 15/04/1988)

(15) Pensei o seguinte: se julgarem necessário, me enviem **umas notas promissórias**, que eu assinaria Ø. Depois de Padre pagaria 100,00 por mes, até saldar a dívida. (Arduíno Salami, Florianópolis, 29/04/1975)

(16) Desculpa me por não ter escrito antes a você por falta de ter esquecido **a sua caixa postal** na casa que aparava antes E não avia tempo para buscar Ø (Amostra do Vale, Blumenau, 14/03/1965)

(17) Gostei muito da tua carta, principalmente **da letra da música**, vou inscrever Ø no festival do nosso Amor. (Medeiros, Florianópolis, 10/01/1981)

Nossos resultados a partir da segunda metade do século XIX atestam nossas expectativas e corroboram estudos anteriores que já analisaram o objeto direto anafórico na diacronia em diferentes lugares do Brasil (cf. CYRINO, 1997, 2018; COSTA, 2011; SOLEDADE, 2011; MARQUES DE SOUSA, 2017; COELHO et al., a sair).

Quanto aos índices do início do século XIX, Guilherme Sousa, nascido em 1807, se mostra grande condicionador do objeto nulo (com 0,83 de peso relativo), conforme o exemplo:

(18) Com esta são duas cartas que te escrevo, sendo portador **de uma** o filho do Commandante Souza, que me disse ter entregado Ø ao Sr Varzea, sem que no entanto tivesse resposta alguma. (Guilherme Sousa, Desterro, 15/08/1894)

Esses resultados parecem ser reveladores se pensarmos que quem assina tais missivas é um indivíduo pouco ou nada alfabetizado, que foi escravizado na maior parte de sua vida. Segundo Alves U. F. (2008), os pais de Cruz e Sousa, Guilherme e Carolina, recebiam ajuda de um amigo para escrever as cartas enviadas e para ler as recebidas. Acreditamos que essa ajuda nem sempre vinha da mesma pessoa (considerando características que aparecem em algumas cartas, mas não em outras) e que os escribas fossem também pouco escolarizados, pois são vistas certas particularidades, como uma letra mais disforme, texto com períodos truncados, variações frequentes de concordância nominal e verbal etc., como no exemplo:

(19) Meu querido filho em logar Estimo que esta mal transada Linha lhe vão encontrar no goizo de uma Perfeita saude e touda familia Agora eu Estou rezolvido afazer mi mandaste dizer não Posso siguir Porque não não sei o que hei de fazer desta Porção de livro que esta nesta escrevania si Poder não Posso de zivover

minha [*inint.*] Para fazer minha viage no caso que vai tenho que vender Por não Posso levar. (Guilherme Sousa, Santa Catharina, 01/09/1895)

Conforme Corrêa (1991), a ocorrência de clíticos acusativos de terceira pessoa no PB atual é muito baixa e essa manutenção se deve à atuação normativa da escola. Talvez essa amostra de cartas nos revele que, desde o início do século XIX, isso já acontecia. Esse fato nos remete ao trabalho de Pagotto (1992b; 1998) sobre a construção da norma linguística de referência brasileira, que foi artificial desde a sua origem, no decorrer do século XIX. O autor compara os textos da constituição do Império (de 1824) e da primeira constituição da República (de 1892) e, ao contrário do esperado, atesta que o primeiro texto é mais inovador e mais parecido com a língua falada no Brasil na época. Já o segundo apresenta uma gramática diretamente oposta, mais próxima do português europeu escrito. A inovação na escrita vista no primeiro texto analisado pelo autor foi refreada por atitudes da elite brasileira que defendia a implementação de políticas de “embranquecimento do país”, rejeitando variedades diferentes da europeia (cf. PAGOTTO, 1998; FARACO, 2001, 2011).

Isso quer dizer que, provavelmente, as mudanças linguísticas atestadas na escrita do PB do final do século XIX e início do XX já aconteciam na língua falada muito anteriormente (cf. TARALLO, 1993). A amostra de cartas dos pais de Cruz e Sousa parece refletir uma língua mais próxima da oralidade e talvez ateste que o objeto nulo já ocorria com frequência na fala do início do século XIX. Na escrita da segunda metade do século XIX, porém, o pronome clítico prevalece e certamente isso se deve à influência da pressão da norma linguística padrão europeia.

3.2 Os pronomes clíticos

Procedemos a uma investigação da sintaxe de colocação e posição dos pronomes pessoais clíticos em dois ambientes sintáticos no mesmo conjunto de cartas pessoais catarinenses utilizadas para o estudo do objeto nulo, a partir do ano de nascimento dos escreventes. Foram dois os ambientes sintáticos investigados: **(A) orações finitas matrizes em contextos neutros ([XP])[XP]V**, em que os constituintes pré-verbais são sujeitos ou sintagmas preposicionais não focalizados, como em (20) e (21) a seguir, ou advérbios e orações subordinadas, como em (22) e (23); e **(B) orações com predicados complexos**, como em (24). Focalizamos esses dois ambientes porque apresentam variação diacrônica que tem permitido identificar diferentes gramáticas do português no curso dos séculos (LOBO 1992; PAGOTTO 1992; CARNEIRO 2005; MARTINS 2009, 2018).

(20) a. **Celeste me disse**: “ela sempre se lembra de mim”, quando lhe disse que mandaste beijos. (Harry Laus, Florianópolis, 28 de fevereiro de 1989)

b. **Bouthémy falou-me** nisto, mas não estou muito certo. (Harry Laus, Floripa, 6 de março de 1988)

(21) a. **Cada vez me sinto** feliz, mais feliz, em seguir minha bela e sublime vocação. (Arduíno Salami, Rondinha, 4/1/74)

b. Parece mentira, mas neste mundo tudo passa, tudo chega tão depressa... **Cada dia sinto-me** mais feliz e contente, espero com a graça de Deus, corresponder plenamente a esse Deus três vezes Santo. (Salami, Florianópolis, dia 7 de outubro de 1975)

(22) a. **Se eu for te dou** um toque. (Medeiros, Florianópolis, 08/02/81)

b. **Se lhe entregares pessoalmente a carta, dálhe** um abraço. (Virgílio Várzea, Rio, 21 de janeiro de 1931)

(23) a. **Também me disse** que vai te escrever ou telefonar para combinarem melhor as coisas, diretamente. (Harry Laus, Floripa, 15 de abril de 1988)

b. **Também apresentei-o** a um belga que faz cinema e pretende fazer um curta-metragem de “ Sem Resposta ”, em duas edições, em português e francês. (Harry Laus, Florianópolis, 19 de dezembro de 1990)

(24) a. Marcellina quando são horas do almoço e jantar sempre **vai chamar-te**. (Carolina, Desterro, 25 de janeiro de 1891)

b. E **vai me dar** o telefone do escritor. (Harry Laus, Florianópolis, 22 de novembro de 1987)

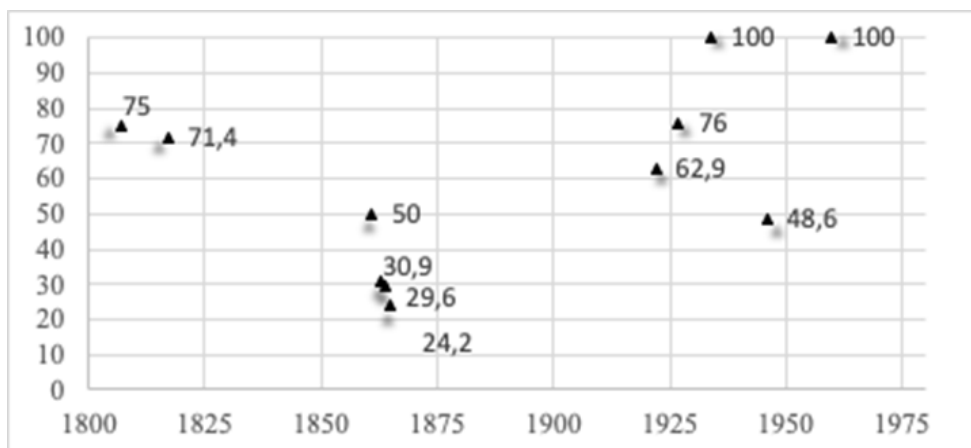
c. Bem, acho que você não **vai negar-me**. (do Vale, Angelina, 3 de novembro de 1966)

d. Iniciando esta missiva, quero que a mesma **vá-lhe encontrar** gozando de ótima saúde e muitas felicidades. (do Vale, Guabiruba, 10 de julho de 1.968)

Em relação ao ambiente de variação em (A), procedemos a uma análise multivariada com os programas do pacote estatístico GoldvarbX (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2020) a partir de 296 dados. A variável dependente foi a posição do pronome clítico, com a próclise como aplicação da regra, e os seguintes contextos foram observados: (i) posição superficial do verbo em segunda [XP]V ou terceira posição [XP][XP]V; (ii) natureza do constituinte que antecede imediatamente o verbo em ([XP])[XP]V; (iii) natureza do constituinte que antecede o verbo em [XP][XP]V; (iv) ordem e realização do sujeito; (v) natureza do sujeito expresso – pronominal, DP, oracional; (vi) forma do clítico; e (vii) escrevente.

Em termos percentuais, a evolução da próclise nas cartas catarinenses por data de nascimento dos escreventes está expressa no Gráfico 10.2 a seguir:

Gráfico 10.2 – Evolução da próclise em ambientes ([XP])[XP]V em cartas pessoais catarinenses.



Há elevadas taxas de próclise nas cartas dos dois escreventes que nasceram no início do século XIX, Guilherme Sousa (75%), nascido em 1807, e Carolina Eva da Conceição (71,4%), nascida, muito provavelmente, na primeira quinzena do século XIX, pais do ilustre poeta catarinense Cruz e Sousa. A taxa de próclise cai nas cartas dos quatro escreventes nascidos na segunda metade desse século, os poetas Cruz e Sousa (50%), nascido em 1861, Virgílio Várzea (34%), nascido em 1863, Oscar Rosas (29,6%), nascido em 1864, e Araújo Figueredo (25%), nascido em 1865; as taxas voltam a subir nas cartas dos escreventes nascidos no século XX: o poeta Harry Laus (62,9%), nascido em 1922, Arduíno Salami (76%), nascido em 1927, amostra do Vale com cartas escritas por 15 jovens mulheres nascidas em Florianópolis e na região do Vale do Itajaí (48,6%), e atinge 100% nas cartas da Tia Ciça, nascida em 1934, e de Medeiros, nascido muito provavelmente na década de 1960.

Para a análise multivariada binomial, foram excluídos os dados das cartas da Tia Ciça e de Medeiros, pois a próclise foi categórica, o que resultou uma amostra de 240 dados. Na melhor rodada estatística com *Log likelihood* de -135.926 e *Significance* de 0.000, as seguintes variáveis foram selecionadas como relevantes no condicionamento da próclise, nesta ordem de relevância: (i) natureza do constituinte que antecede imediatamente o verbo em ([XP])[XP]V e (ii) escrevente.

A variável linguística selecionada confirma resultados anteriores (MARTINS, 2018) a partir de uma amostra de textos da imprensa brasileira: advérbios

condicionam a próclise (com peso relativo de 0,77), em oposição a sujeitos (0,46), sintagmas preposicionais (0,41) e orações subordinadas (0,17), como mostram os dados na tabela 10.11:

Tabela 10.11 – Próclise em ambiente neutro, por natureza do constituinte que antecede imediatamente o verbo em ([XP])[XP]V

	Apl./Total – %	PR.
Advérbios	53/68 – 77,8%	0,77
Sujeitos	80/145 – 55,2%	0,46
Sintagmas Preposicionais	22/56 – 39,3%	0,41
Orações subordinadas	6/27 – 22,2%	0,17
TOTAL	161/296 – 54,4%	

Em relação à segunda variável selecionada, os resultados confirmam que o escrevente é um condicionador da próclise, ratificando o quadro, em percentuais, apresentado no Gráfico 10.2 acima. Para apresentarmos um panorama mais refinado da escrita do século XIX, fizemos uma nova rodada multivariada considerando apenas os escreventes nascidos entre 1800 e 1899 e a variável ‘escrevente’ foi selecionada como condicionadora da próclise. Os resultados estão na Tabela 10.12 abaixo.

Tabela 10.12 – Próclise em ambiente neutro, por escrevente do século XIX

	Apl./Total – %	PR.
Carolina Eva da Conceição (1817 ?)	5/7 – 71,4%	0,88
Guilherme Sousa (nascido em 1807)	9/12 – 75%	0,72
Cruz e Sousa (nascido em 1861)	10/20 – 50%	0,66
Oscar Rosas (nascido em 1864)	8/27 – 29,6%	0,44
Virgílio Várzea (nascido em 1863)	17/55 – 30,9%	0,41
Araújo Figueiredo (nascido em 1865)	8/33 – 24,2%	0,38
TOTAL	116/251 – 41,97%	

O quadro encontrado mostra que condiciona a próclise em ambientes neutros ([XP])[XP]V a escrevente Carolina Eva da Conceição (com peso relativo de 0,88), mãe de Cruz e Sousa, nascida muito provavelmente no início da primeira metade do século XIX, em oposição a todos os demais; Guilherme Sousa (com peso relativo de 0,72), pai de Cruz e Sousa, nascido em 1807, e Cruz e Sousa (com peso relativo de 0,66), nascido em 1861, também condicionam a próclise em oposição aos demais três autores nascidos na segunda metade do século XIX, Oscar Rosas (peso relativo de 0,44), Virgílio Várzea (com peso relativo de 0,41) e Araújo Figueiredo (com peso relativo de 0,38).

A próclise no ambiente ([XP])[XP]V encontrada nos textos dos autores nascidos no início do século XIX apresenta uma sintaxe particular com o fronteamento de constituintes diversos, com posposição do sujeito em construções transitivas, como em (25) e (26).

(25) e **assim me disse** o Agostinho Carroceiro, então pesso-te que enformes-te delle porque nunca mais mais me escreveu nada mais tenho a Dizer Aceite um saudoso abraço e abenção deste teu Velho Pai que aqui fica esperando tua resposta Guilherme de Souza P.S. (Guilherme, Desterro 23 de Outubro de 1892)

(26) **Tambem te mandão** lembranças a familia do finado Snr. (Guilherme, Desterro, 24 de Abril de 1893)

Diferente é a sintaxe dos autores nascidos na segunda metade do século XIX e do século XX, cuja posição pré-verbal tende a ser preenchida pelo sujeito gramatical, como em (27) e (28), a seguir, mesmo que um outro constituinte apareça também antes do verbo, como em (29) e (30).

(27) Sempre senti uma certa simpatia, mas **essa amizade se transformou** em amor. (do Vale, Joinville, 17 de fevereiro de 1965)

(28) São os primeiros que faço neste mundo de homens idiotas, lêsmas, sem espelho psychologico ... **Tu me entendes**. (Araújo Figueredo, Desterro, 14 de julho, 88)

(29) Espero com a graça de Deus realizar muito bem na Igreja de Deus, pois **para isso a gente se fêz** sacerdote. (Salami, Florianópolis, 24/3/76)

(30) **REALMENTE VOCÊ ME DA** FORÇAS PARA FAZER TUDO. (Medeiros, LAGES, 16-06-81)

É importante destacar, ainda, que os escreventes nascidos no século XX, Harry Laus, Arduíno Salami e do Vale, apresentam um aumento nas taxas de próclise, com categoricidade nos textos de Tia Ciça e na amostra Medeiros.

As diferenças entre a escrita de missivistas nascidos nos séculos XIX e XX parecem ser confirmadas com a análise dos dados no ambiente sintático **(B) orações com predicados complexos** nas cartas. Não procedemos a uma análise de regra variável com o controle de fatores relevantes como a natureza do verbo auxiliar e principal (como apresenta MARTINS, 2018, por exemplo), mas observamos a evolução das construções com subida de clíticos (31), por instanciarem as gramáticas do PCI e do PE (ANDRADE, 2010), e com próclise ao verbo temático (32), por instanciarem a gramática do PB (PAGOTTO, 1992; LOBO, 1992; CARNEIRO, 2005; MARTINS 2009, 2018; ANDRADE, 2010; CARNEIRO, 2014).

(31) Não me escreva para Tubarão sem eu **te mandar dizer**. (Araújo Figueredo, Desterro, 21 de dezembro, 92)

(32) **Estou te imaginado** e sinto grande _ _ _ _ por ti. (Medeiros, Lages, 1980)

Foram analisados 235 dados com predicados complexos e as diferentes possibilidades de colocação do pronome clítico nos textos dos autores. Os resultados dos dois padrões relevantes acima descritos por escrevente estão dispostos na Tabela 10.13 e no Gráfico 10.3 abaixo.

Tabela 10.13 – Subida de clíticos e próclise ao verbo temático-V2 em orações com predicados complexos em cartas particulares catarinenses

	Apl./Total – %	
	Subida de clíticos (clVV / V-cl V)	Próclise ao V2 (V cl-V)
Guilherme Sousa (nascido em 1807)	10/12 – 83,3%	0/12 – 0%
Carolina Eva da Conceição (1817 ?)	5/9 – 55,6%	0/9 – 0%
Cruz e Sousa (nascido em 1961)	6/11 – 54,5%	2/11 – 18,2%
Virgílio Várzea (nascido em 1863)	17/27 – 63%	6/27 – 22,2%
Oscar Rosas (nascido em 1864)	5/17 – 29,4%	2/17 – 11,8%
Araújo Figueredo (nascido em 1865)	12/22 – 54,5%	4/22 – 18,2%
Harry Laus (nascido em 1922)	13/41 – 31,7%	16/41 – 39%
Arduíno Salami (nascido em 1927)	2/15 – 13,3%	12/15 – 80%
Tia Ciça (nascida em 1934)	3/6 – 50%	3/6 – 50%
Vale (1940 ?)	7/42 – 16,7%	16/42 – 38,1%
Medeiros (1960)	0/33 – 0%	33/33 – 100%
TOTAL	63/201 – 31,34%	94/235 – 44,8%

Gráfico 10.3 – Subida de clíticos e próclise ao verbo temático-V2 em orações com predicados complexos em cartas pessoais catarinenses.



Fica evidente: (i) uma acentuada queda na taxa de construções com subida de clíticos que saem de 83,3% e 55,6% nas cartas de Guilherme e Carolina, da primeira década do século XIX, e chegam a 16,7% e 0% nas cartas das amostras do Vale e Medeiros, cujos escreventes têm suas datas de nascimento nas décadas de 1940 e de 1960. Numa direção contrária, (ii) um aumento na taxa de próclise ao verbo temático, característica inequívoca do PB, que sai de 0% nos textos assinados pelos pais do poeta Cruz e Sousa, nascidos no início do século XIX, e chega a 100% nas cartas da amostra Medeiros, escrevente nascido na segunda metade do século XX. Esses resultados gerais se referem à totalidade dos dados sem considerar as especificidades dos tipos de construções e a natureza do verbo não finito (VI) que condicionam a colocação do clítico nos predicados complexos (CARNEIRO, 2005; REIS, 2011; MARTINS, 2009, 2018).

Esse quadro abre uma discussão interessante sobre a natureza da próclise no ambiente ([XP])[XP]V encontrada nessas cartas de escreventes nascidos no século XIX, no sentido de por que gramática do português elas são geradas. Muito descrito na literatura é o fato de que a próclise nesse ambiente neutro estabelece uma fronteira de mudança entre o Português Clássico (PCl), que é proclítico, e o Português Europeu (PE), que muda para um padrão enclítico, e o Português Brasileiro (PB), que mantém um padrão proclítico, mas que superficializa diferentes construções daquelas encontradas no PCl. Em textos anteriores, um dos autores deste capítulo (MARTINS, 2018; a sair) tem defendido que, na escrita

brasileira da primeira metade do século XIX, as próclises nesse ambiente neutro são instanciadas pela gramática do PCI. Os resultados encontrados nas cartas pessoais catarinenses, apesar dos poucos dados, parecem validar essa hipótese quando opõem os escreventes nascidos no início do século XIX, Guilherme e Carolina (e, de certo modo, quando confrontados com os demais nascidos na segunda metade do século, como Cruz e Sousa) aos nascidos na segunda metade desse século, Oscar Rosas e Virgílio Várzea, Araújo Figueredo.

São 5 cartas atribuídas à escrevente Carolina, que fora escravizada assim como seus pais, nascida em Desterro e exercera a profissão de cozinheira e lavadeira. São 19 cartas atribuídas ao escrevente Guilherme, que fora também escravizado como seus pais e exercera a profissão de pedreiro.

(33) o Compadre Custodio **manda-te perguntar** se não recebestes uma carta d'elle d'onde dava-te os sentimentos da morte de tua mãe e minha clara esposa julga não teres recebido por não ter tido resposta. (Guilherme Santa Catharina 28 do 1º 92)

(34) a. Recebemos ambas as cartas que nos envias-te e que como 0 deves presumir nos causou muito prazer; prazer este que mais se assentuará quando soubermos que 0 estás empregado. (Carolina, Desterro, 25 de janeiro de 1891)

b. Soube pelo Luiz d'Araujo que 0 moravas com o Juvencio, o que para ti é muito agradável ou se melhor diga, para ambos e muito agradável. (Carolina, Desterro, 25 de janeiro de 1891)

(35) a. Assim que eu tiver noticias d'elle, eu **t as mandarei**. (Guilherme, Desterro, 27 de março 1892)

b. Estimo que estas breves linha **lha** vão achar de saude e toda familia, assim como para mim desejo. (Guilherme, Florianópolis, 27 de abril, 95)

A análise aqui posta, entretanto, apresenta evidências robustas de que essas cartas não foram escritas por eles. Mas tal fato não descarta que encontramos nelas traços de uma gramática arcaica ou do PE, diferentes daqueles esperados para o PB, com alçamento de clíticos sem atratores (33), com majoritariamente sujeitos nulos (34) e com contração de clíticos (35).

4. BREVES CONSIDERAÇÕES DE CONCLUSÃO DESTE TEXTO

Os resultados apresentados neste trabalho atestam a estreita relação que há entre os fenômenos do objeto nulo e da sintaxe dos clíticos na mudança que deu origem à gramática do PB.

Quanto à variação do objeto direto anafórico, vimos a grande ocorrência de objeto nulo nos dados de fala de Florianópolis, enquanto o pronome clítico é quase extinto. As amostras de escrita dos séculos XIX e XX (tanto de peças teatrais quanto de cartas pessoais), no geral, apontam para um uso maior de pronome clítico no século XIX e mostram o objeto nulo ganhando força no decorrer do século XX. Porém, quando se trata das cartas de Guilherme e Carolina, pais de Cruz e Sousa, cuja escrita parece refletir uma língua mais próxima da oralidade, vemos que o objeto nulo já ocorria com grande frequência desde o início do século XIX, mas que talvez essa variante não costumasse aparecer nos textos escritos de diferentes gêneros por conta da forte pressão da norma linguística baseada no PE, vigente desde então.

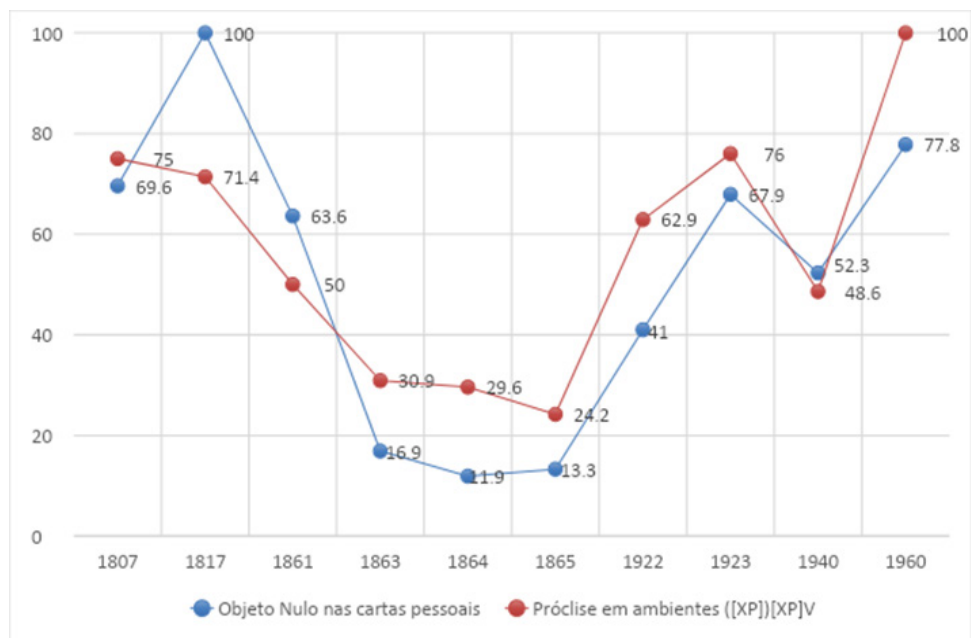
Ainda sobre a variação do objeto direto, a variável linguística ‘animacidade’ se mostrou muito importante, tanto nos dados de fala, quanto nos dados de escrita das peças teatrais e das cartas pessoais. O objeto nulo é fortemente condicionado pelo referente com traço [-animado], conforme outros estudos já haviam atestado.

Em se tratando das peças teatrais, os resultados mostraram que o século XX trouxe consigo um aumento considerável (de 17% para 62%) na frequência de objetos nulos em relação ao século XIX. A probabilidade maior (PR 0,77) de ocorrência de objeto nulo em relação ao século anterior (PR 0,33) também serviu para confirmar nossa hipótese de que, com a chegada do século XX, “chegaram” também mais objetos nulos ao PB. Observamos um aumento de mais de 50% nos percentuais de elipse de objeto nos dados do século XX em relação aos do século XIX, considerando-se os grupos de fatores ‘animacidade do referente’, ‘estatuto do referente (oracional ou não-oracional)’ e ‘pessoa do discurso’.

Não podemos também deixar de destacar que, à medida que se observou uma elevação no percentual de objetos nulos, houve queda na frequência de clíticos (de 65% para 30%) do século XIX para o século XX, o que atesta a hipótese de Raposo (2004), para quem, no PB, o objeto nulo resulta da elipse de um clítico ou de um pronome pleno.

Em relação à sintaxe dos clíticos nas cartas pessoais, a fim de comparação, trazemos no Gráfico 10.4 a seguir os percentuais de ocorrência de objeto nulo e de próclise em contexto neutro, provenientes da escrita de cartas pessoais de Santa Catarina nos séculos XIX e XX, conforme a data de nascimento dos missivistas.

Gráfico 10.4 – Percentuais de objeto nulo e próclise em ambientes ([XP])[XP]V nas cartas pessoais de Santa Catarina



Os resultados dos dados provenientes das cartas pessoais apontam para uma proximidade entre os objetos nulos e a posição dos clíticos em contextos neutros e colaboram com a hipótese de que a primeira metade apresenta um comportamento diferente da segunda metade do século XIX. Nossa explicação é que o que está em jogo aqui não é o reflexo do PCl (ou mesmo a origem do PB, se ao PCl ou se ao PE), mas fica evidente que o século XIX não pode ser tratado e analisado como apenas uma sincronia, pois a primeira e a segunda metade refletem, definitivamente, diferentes quadros.

Muito embora sejam poucos os dados coletados nas cartas para ambos os fenômenos, os resultados mostram que (1) o objeto nulo já estava na escrita dos escreventes da primeira metade do século XIX (seja quem quer que tenha escrito as cartas assinadas pelos missivistas Carolina e Guilherme, pais de Cruz e Sousa); (2) nas cartas desse mesmo período, os clíticos em contextos neutros também parecem ser aqueles instanciados pelo PB; e (3) na escrita dos catarinenses nascidos na segunda metade do século XIX, provavelmente, porque são cartas de escritores-poetas-literatos, há a pressão da norma padrão lusitana, com frequente uso de objeto direto realizado pelo clítico acusativo de terceira pessoa e ênclise em contextos neutros.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. L. de. *A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. 2010. 344 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- ANDRADE, A. L. de; CARNEIRO, Z. de O. N. *A posição e a colocação de clíticos em predicados complexos: o português brasileiro visto a partir de duas vertentes*. Filologia linguística portuguesa. São Paulo, v. 16, n esp. 2014, pp. 125-161.
- ALVES, H. L. *Cruz e Sousa: o dante negro*. São Paulo: Associação cultural do negro, 1956.
- ALVES, U. F. *Cruz e Sousa: Dante negro do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.
- ARRUDA, N. C. *A realização do objeto direto anafórico em línguas românicas: um estudo sincrônico no português e no espanhol*. 2012. 165f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Araraquara, 2012.
- BERLINCK, R. de A.; COELHO, I. L.; CYRINO, S.; DUARTE, M. E. L.; MARTINS, M. A. Mudança sintática e a história do português brasileiro nos séculos XIX e XX. In: DE SÁ JÚNIOR, L. A.; MARTINS, M. A. (org.). *Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino*. 1ed. São Paulo: Blucher. v. 1, p. 155-188, 2016.
- CARNEIRO, Z. de O. N. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. 2360 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I. de O. e S.; VIEIRA PINTO, C. A.; ZIBETTI, E. M. de O.; GOUVEIA, H.. Para a História do Português Brasileiro em Santa Catarina. In: COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I. de O. e S.; MARTINS, M. A. GÖRSKI, E. M. *Aspectos sócio-históricos e linguísticos do português escrito em Santa Catarina nos séculos XIX E XX*, a sair.
- COELHO, I. L.; VIEIRA-PINTO, C. A.; ZIBETTI, E. M. O. ; SILVA, G. M. e. Ordem SV, sujeito expresso e objeto nulo: a trajetória da mudança no português de Santa Catarina. *Actas do XVIII Congresso Internacional ALFAL - Projetos*. Bogotá: Universidade de Bogotá, 2017.

COELHO, I. L.; VIEIRA-PINTO, C. A. O encaixamento da mudança sintática em cartas pessoais de Santa Catarina: ordem do sujeito e objeto direto anafórico. *Revista Veredas*. v. 22, n. 2, p. 120-121, 2018.

COELHO, I. L.; CAVALCANTE, S. R. de O.; VIEIRA-PINTO, C. A.; MACHADO, A. L. do N. D.; CRUZ, A. B. C. M.; MAFRA, G. A trajetória da mudança na sintaxe do sujeito e do objeto direto em cartas pessoais catarinenses e cariocas. In: COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I. de O. e S.; MARTINS, M. A. GÖRSKI, E. M. *Aspectos sócio-históricos e linguísticos do português escrito em Santa Catarina nos séculos XIX E XX*, a sair.

CORRÊA, V. *O objeto nulo no português do Brasil*. 1991. 108f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas: Campinas. 1991.

COSTA, S. *O (não) preenchimento do objeto anafórico na língua portuguesa: análise diacrônica do PB e do PE dos séculos XIX e XX*. 2011. 268 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. 217 f. Tese (Doutorado Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CYRINO, S. M. L. *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

CYRINO, S. M. L. Null objects in Romania Nova. In: KATO, M. A.; ORDOÑEZ, F. (eds.) *The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America*. Oxford, OUP. p. 177-203, 2016.

CYRINO, S. M. L. O objeto nulo' In: M. A. Torres Morais and S. Cyrino. *História do português brasileiro: mudança sintática do português brasileiro – perspectiva gerativista*, vol. VI, p. 210-250, 2018.

CYRINO, S. M. L.; LOPES, R. Null objects are ellipsis in Brazilian Portuguese. *The Linguistic Review*, 33 (4), p. 483-502, 2016.

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. 73 f. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1986.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no Português do Brasil. In.: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas-SP: Pontes, 1989.

FARACO, C. A. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e Cercanias. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

FARACO, C. A. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

FREIRE, G. C. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. 2005. 204 f. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GALVES, C. Posfácio: o retrato da emergência de uma nova gramática. In: M. A. Torres Morais and S. Cyrino. *História do português brasileiro: mudança sintática do português brasileiro – perspectiva gerativista*, vol. VI, p. 44-456, 2018.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. *Principles of linguistic change: Internal factors*. Cambridge: B. Blackwell, 1994.

LOBO, T. *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. 1992. 170 f. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras. 1992

LUÍZE, T. B. *Entre o português europeu e o português brasileiro: o falar açoriano de Florianópolis*. 1997. 127f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

MARAFONI, R.. L. *A realização do objeto direto anafórico: um estudo em tempo real de curta duração*. 2004. 112 f. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2004.

MARAFONI, R. *A distribuição do objeto nulo no português Europeu e no português brasileiro*. 2010. 158f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARTINS, M. A. A plataforma *PB-Corpus Histórico* e uma investigação da ordem de clíticos e de sujeitos em jornais brasileiros oitocentistas. *Letras (UFSM)*, a sair.

MARTINS, M. A. A sintaxe dos pronomes pessoais clíticos na história do português brasileiro. In: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (Orgs.)

Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista. São Paulo: Contexto, 2018, p. 150-209.

MARTINS, M. A. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. 326p. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARQUES DE SOUSA, A. A. *As realizações do acusativo anafórico no português europeu e brasileiro: um estudo diacrônico*. 2017. 127 f. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 2017.

OMENA, N. P. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. 139 f. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978.

PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas: Campinas. 1992.

PAGOTTO, E. G. *Nem a fala de todo mundo nem a língua de ninguém: um estudo das constituições brasileiras*, ms, 1992b.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência; ciência e pureza. In: *Linguagens e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes, 1998.

PEREIRA, I. *O uso variado das formas anafóricas no acusativo*. 2011. 127f. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Língua e Literatura vernáculas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

REIS, F E. de B. *A perda da subida de clíticos no português brasileiro: séculos XIX e XX*. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. 2011.

SANKOFF, D; TAGLIAMONTE, S. A; SMITH, E. Goldvarb Z: A multivariate analysis application for Macintosh. 2018. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 4 de julho de 2020.

SOLEDADE, C. L. V. *A realização do objeto direto anafórico em peças de autores brasileiros dos séculos XIX e XX: dados empíricos para a observação da mudança no português brasileiro*. 2011. 120f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TARALLO, F. *Relativization strategies in brazilian portuguese*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania, 1983.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. *In*: ROBERTS, I; KATO, M. A. (org.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas-SP, Ed. da UNICAMP, 1993.

VIEIRA-PINTO, C. A. *Variação do objeto anafórico acusativo na fala de Florianópolis*. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FORMAS TRATAMENTAIS E ALTERNÂNCIA ESTILÍSTICA EM SANTA CATARINA E NO DISCURSO RELIGIOSO: PRESENTE E PASSADO

Izete Lehmkuhl Coelho

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Marco Antonio Rocha Martins

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Érica Marciano de Oliveira

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC

Gésyka Mafra

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC

Helena Alves Gouveia

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC

Rafael Traesel

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos e correlacionamos resultados de quatro dissertações de mestrado (TRAESEL, 2016; ZIBETTI, 2018; GOUVEIA, 2019; MAFRA, 2018), orientadas pela Prof^a. Izete Lehmkuhl Coelho, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre

o uso de formas tratamentais e pronomes pessoais e a alternância estilística em Santa Catarina e no discurso religioso.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos pela Izete Coelho (a quem agradecemos, sempre, por nossa formação!), num percurso marcado por extrema competência e generosidade, em sua atuação (e coordenação por várias gestões) no grupo VARSUL e no *Projeto PHPB-SC*, levaram à conclusão muitas monografias de final de curso, relatórios de Iniciação Científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado, muito tendo contribuído com a formação de recursos humanos na área de Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Histórica na UFSC. As pesquisas realizadas e levadas a público mostram um rico panorama das formas tratamentais (ver NUNES DE SOUZA, 2015; NUNES DE SOUZA E COELHO, 2015; COELHO 2019) e de variação estilística (ver as publicações reunidas em GÖRSKI, COELHO, NUNES DE SOUZA, 2014) em variedades do português falado e escrito no Brasil no curso dos séculos, com especial atenção à região Sul.

Neste capítulo, damos visibilidade à parte desse percurso com a sistematização de resultados de pesquisas que mostram: (seção 2) uma estreita correlação entre o local de nascimento – se em Santa Catarina ou se em outros estados brasileiros – na distribuição das formas tratamentais na fala de adolescentes que residem em Florianópolis e os usos estilísticos das variantes **tu** e **você** (TRAESSEL, 2016); (seção 3) com base numa amostra de cartas pessoais escritas por catarinenses e que estão no acervo do projeto PHPB-SC¹¹⁴, uma metodologia para a análise da alternância estilística em cartas pessoais e uma análise de formas tratamentais da segunda pessoa do singular (**tu versus você**) e da primeira do plural (**nós versus a gente**) na função de sujeito e de formas imperativas (ZIBETTI, 2018; GOUVEIA, 2019); e (seção 4) uma análise das formas tratamentais na função de sujeito e das formas imperativas em discurso de personagens dos livros de *Lucas* e *Atos* em duas versões brasileiras da Bíblia, Almeida Revista e Atualizada (RA, 1959) e Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH, 2000), publicadas pela Sociedade Bíblica do Brasil (MAFRA, 2018) .

Os resultados dos estudos aqui discutidos mostram percursos da mudança nas formas tratamentais e a sua estreita relação com a alternância estilística, que se refletem no presente, ou, mais especificamente, na fala de adolescentes catarinenses e de outros estados que moram em Florianópolis, assim como se

¹¹⁴ Detalhes do projeto, dos *corpora* organizados e dos resultados de estudos linguísticos e sócio-históricos desse importante projeto coordenado por Izete Coelho na UFSC podem ser conferidos em Coelho, Monguilhott, Martins e Görski (2021).

refletem no passado, em cartas pessoais catarinenses no curso dos séculos XIX e XX e na tradução nas duas versões da Bíblia.

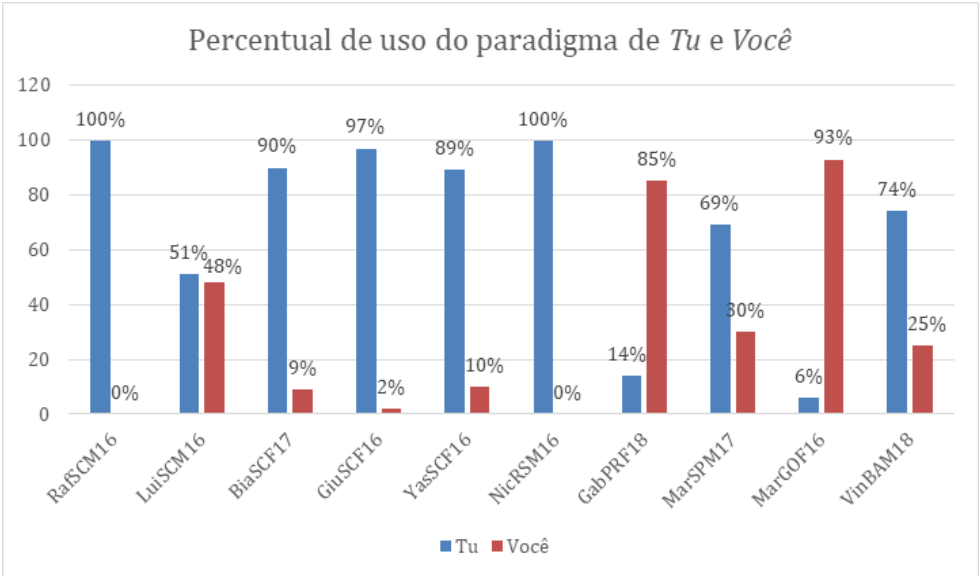
2. FORMAS TRATAMENTAIS NA FALA DE ADOLESCENTES EM FLORIANÓPOLIS

Traesel (2016) estuda as formas tratamentais variáveis dos paradigmas de **tu** e de **você** no português falado por adolescentes moradores do bairro Ingleses da cidade de Florianópolis/Santa Catarina. A pesquisa foi realizada em 2016 a partir de uma coleta de dados em entrevistas de 10 informantes com idade entre 16 e 18 anos, 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino; 5 informantes nascidos em Florianópolis e 5 nascidos no Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás e Bahia¹¹⁵.

A análise de 544 dados, 337 (61%) de formas de **tu** e 207 (39%) de formas de **você**, mostra que alguns dos informantes conservam as marcas identitárias com o uso de um paradigma de **tu** ou de **você**, com o predomínio do paradigma de **tu** por falantes nascidos em Florianópolis, conforme o que é mais marcante em seus Estados de origem. Abaixo apresentamos a distribuição percentual por informante.

¹¹⁵ Os informantes são: RafSCM16 e LuiSCM16: informantes nascidos na cidade de Florianópolis/Santa Catarina, cujos pais e avós são nativos da cidade (manezinhos da ilha); GiusCF16 e YasSCF16: informantes nascidas na cidade de Florianópolis/Santa Catarina, cujos pais são nascidos no Rio Grande do Sul; BiaSCF17: informante nascida na cidade de Florianópolis/Santa Catarina, cuja mãe e avós maternos são nativos da cidade e pai e avós paternos são nascidos no Uruguai; GabPRF18: informante nascida na cidade de Curitiba/Paraná, cujos pais são nascidos no Paraná; NicRSM16: informante nascido na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul, cujos pais são nascidos no Rio Grande do Sul; MarSPM17: informante nascido na cidade de Santos/São Paulo, cujos pais são nascidos em São Paulo; MarGOF16: informante nascida na cidade de Goiânia/Goiás, cujos pais são nascidos em Goiás; VinBAM18: informante nascido na cidade de Vitória da Conquista/Bahia, cujos pais são nascidos na Bahia.

Gráfico 11.1 – Percentual de uso do paradigma de *tu* e do paradigma de *você* por informante



Fonte: Traesel, 2016, p. 137.

Retomaremos aqui os resultados referentes à variável extralinguística ‘local de nascimento dos informantes’ controlada no estudo de Traesel (2016), cuja distribuição de uso de formas do paradigma de *tu* e de *você* podem ser visualizadas na Tabela 11.1 abaixo:

Tabela 11.1 – Ocorrências de uso do Paradigma de *Tu* e do *Você*, segundo a variável local de nascimento do informante (TRAESEL, 2016, p. 128)

Variáveis Dependentes:		Paradigma de Você		Paradigma de Tu		Total	
Variáveis Extralinguísticas		Ocorrências	%	Ocorrências	%	Oc	%
Local de nascimento do informante:	Santa Catarina	32	24	194	85	226	41
	Rio Grande do Sul	0	0	38	100	38	7
	Paraná	29	85	5	14	34	6
	São Paulo	11	30	25	69	36	6
	Goiás	112	93	8	6	120	22
	Bahia	23	25	67	74	90	16
TOTAL		207	38	337	61	544	

Confirmando resultados de estudos anteriores sobre o paradigma preferido por falantes de estados da região Sul, os dados da pesquisa de Traesel com adolescentes nascidos em diferentes localidades mostram que: (1) em Santa Catarina, há o predomínio do paradigma de *tu* (194/226 – 85%), confirmando o que outros

estudos encontraram para essa localidade (RAMOS, 1989; LOREGIAN-PENKAL, 2004; ARDUIN, 2005; COELHO, GÖRSKI, 2011; NUNES DE SOUZA, 2012; RAMOS, 2012); (2) no Rio Grande do Sul, há uso categórico do paradigma de *tu* (como mostram resultados de MENON; LOREGIAN-PENKAL (2002); LOREGIAN-PENKAL (2004)); e (3) no Paraná, há o predomínio do paradigma de *você* com baixa ocorrência do paradigma de *tu* (5/34 – 14%), confirmando o que outros estudos encontraram para essa localidade (MENON, LOREGIAN-PENKAL, 2002; LOREGIAN-PENKAL, 2004).

Na fala de adolescentes nascidos nos demais Estados, Traesel encontra: (1) o predomínio do paradigma de *tu* em São Paulo (25/36 – 69%); (2) o predomínio de formas do paradigma de *você* em Goiás, com apenas 8 ocorrências de 120 (6%); e (3) o predomínio do paradigma de *tu* na fala do informante nascido em Vitória da Conquista/Bahia (67/90 – 74%).

Esses resultados mostram uso majoritário do paradigma de **tu** por aqueles que são nascidos em Florianópolis/SC ou Porto Alegre/RS, alternância entre aqueles que são nascidos em Santos/SP e Vitória da Conquista/BA e predomínio do paradigma de **você** entre os nascidos em Curitiba/PR e Goiânia/GO. A fala de alguns informantes que não nasceram em Florianópolis conserva fortemente as marcas de uso de **tu** ou de **você** dos seus Estados de origem, e outros alternam com a variante usada em Florianópolis, mostrando a influência do uso da variante **tu** na fala desses adolescentes.

3. FORMAS TRATAMENTAIS EM CARTAS PESSOAIS CATARINENSES

Apresentamos nesta seção uma metodologia para a análise da alternância estilística em cartas pessoais, tomando para referência e teste uma amostra de cartas pessoais escritas por catarinenses pertencente ao projeto PHPB-SC (ZIBETTI, 2018) e uma análise de formas tratamentais de segunda pessoa do singular (**tu** *versus* **você**) e da primeira pessoa do plural na função de sujeito (**nós** *versus* **a gente**) e de formas imperativas (GOUVEIA, 2019).

3.1. Alternância estilística e formas tratamentais nas cartas da Tia Ciça

Zibetti (2018) propôs uma metodologia, em uma perspectiva qualitativa, para o estudo da alternância estilística em cartas pessoais a partir da amostra *Cartas da Tia Ciça* do projeto PHPB-SC – missivas de uma catarinense para sua sobrinha, escritas entre os anos de 1988 e 2014. Os objetivos específicos deste

trabalho foram: (i) apresentar os procedimentos realizados para o levantamento dos estilos contextuais na amostra; (ii) contribuir para uma descrição mais geral sobre o processo de variação linguística de determinados usos linguísticos a partir das alternâncias estilísticas contextuais na escrita epistolar; e (iii) descrever os contextos estilísticos encontrados na amostra e mapear tais contextos nas missivas.

A amostra *Cartas da Tia Ciça* foi doada ao PHPB-SC¹¹⁶ pela destinatária “T”. Compõe-se por 125 cartas (para esta pesquisa foram utilizadas 50 cartas) que tratam de assuntos variados: há conversas ontológicas sobre a vida e a morte; há desabafos sobre os problemas familiares, como crise no casamento e educação dos filhos; há, também, críticas ao governo da época, à inflação e aos programas de televisão, principalmente, às telenovelas.

Para a construção dessa proposta metodológica, Zibetti (2018) se baseou nas seguintes abordagens de variação estilística na Sociolinguística:

- *Attention paid to speech* (LABOV, 2008 [1972]; 2001) – abordagem na qual o grau de atenção à fala está relacionado à formalidade do uso linguístico. Desses estudos, também, foram consideradas algumas categorias do modelo Árvore de Decisão de Labov (2001), como: *narrative*, *kids* e *soapbox*.
- *Audience design* (BELL, 1984; 2001) – abordagem na qual as trocas estilísticas são realizadas de acordo com o tópico discursivo e com a audiência. Desses estudos, foi considerada a perspectiva de que os indivíduos alternam seus estilos de fala de acordo com o tema discursivo, tendo em vista que não houve alteração de audiência, porque foi ela interlocutora em diferentes situações contextuais e em diferentes momentos sócio-históricos. Além de ter seguido o “princípio 10” de Bell (2001), o qual sugere que a pesquisa estilística requer seu próprio design e metodologia.
- *Speaker design* (cf. ECKERT, 2001; 2004; COUPLAND, 2007; SCHILLING, 2013, entre outros) – abordagem na qual as variantes linguísticas se correlacionam com as categorias sociais, com o foco na identidade e na interação do indivíduo. Desses estudos, foi considerada a perspectiva qualitativa no estudo do estilo e a compreensão de Eckert (2004) sobre o estudo da variação, de que não se deve partir das variáveis linguísticas, mas, sim, da investigação de estilo, rastreando, assim, as contribuições dos recursos individuais do estilo.

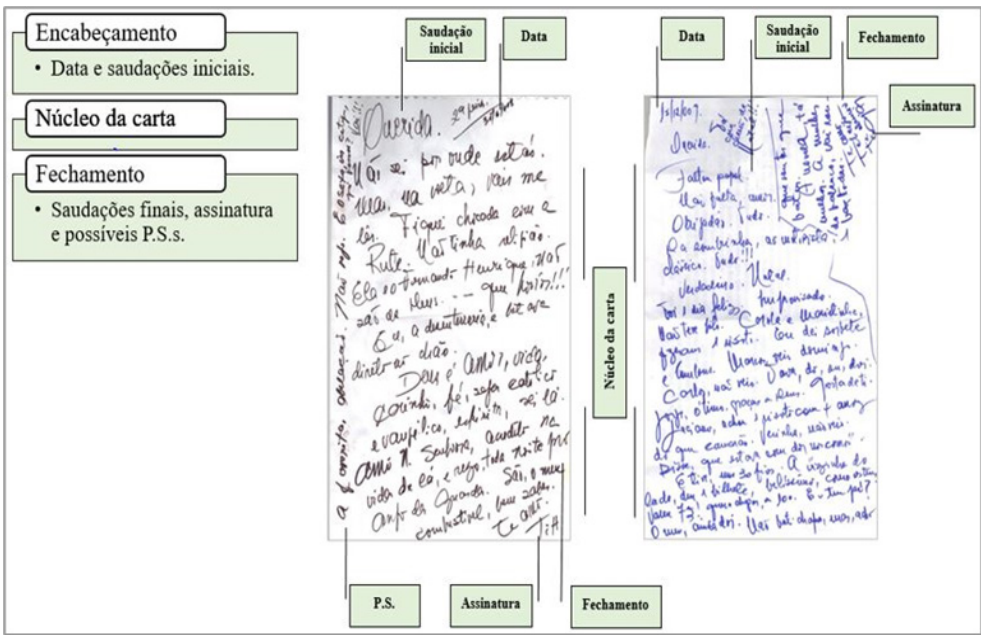
¹¹⁶ A amostra *Cartas da Tia Ciça* foi digitalizada e transcrita por uma equipe do projeto que seguiu as normas de edição estabelecidas pela coordenação geral.

- **Sociolinguística Histórica** – da qual foi destacada a compreensão do estilo em materiais escritos, como o resultado de uma relação comunicativa entre os interlocutores em um evento de fala, considerando como análise os fatores pessoais e contextuais e as relações pessoais, que vão além da interação comunicativa (cf. CONDE SILVESTRE, 2007).

Para a especificação dos contextos estilísticos encontrados na amostra *Cartas da Tia Ciça*, Zibetti (2018) também recorreu a outras teorias linguísticas, com motivações pragmáticas: a **Teoria da Enunciação**, da qual se traz a noção de subjetividade na linguagem e a distinção de tempos verbais de Benveniste (1991 [1958]); a **Linguística textual**, da qual se expõe a distinção de tempos verbais e as noções pragmáticas de mundo de Weinreich (1964); a **Análise da conversação**, da qual se apresentam os pares conversacionais (ou pares de adjacência) de Schegloff e Sacks (1973 apud LEVISON, 2007 [1983]); e a **Teoria dos Atos de Fala**, de Austin (1990 [1962]) e a classificação alternativa de Searle (1995 [1979]), da qual se trazem as cinco categorias básicas dos atos de fala ilocucionários: *veriditivos* (*assertivos*), *exercitivos* (*diretivos*), *comissivos* (*compromissivos*), *comportamentais* (*expressivos*) e *expositivos* (*declarativos*).

As questões levantadas na pesquisa foram: (i) Como captar os contextos estilísticos (a partir de quais elementos?) em cartas pessoais da amostra *Cartas da Tia Ciça*?; (ii) O que se espera de uma metodologia para o estudo da alternância dos estilos contextuais na escrita de cartas pessoais?; e (iii) O que se espera de um mapeamento da alternância estilística na escrita de um único indivíduo (a missivista)? Os passos seguidos para construir a proposta metodológica foram a verificação da estrutura epistolar (Figura 11.1); a identificação e a descrição desses contextos (conforme Figura 11.2 e subsequente explicação); e o mapeamento desses contextos estilísticos nas cartas (Figuras 11.3 e 11.4).

Figura 11.1 – Verificação das partes constitutivas da estrutura epistolar na amostra *Cartas da Tia Ciça*.

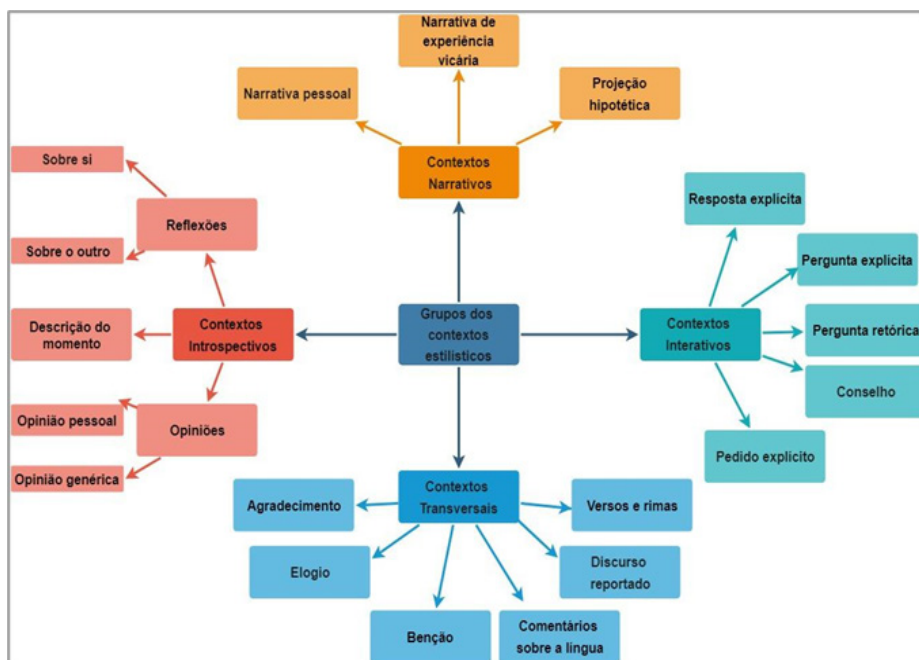


Fonte: Zibetti (2018, p. 109).

Após essa etapa de verificação da estrutura epistolar, a autora descreveu os critérios de segmentação para o estabelecimento de estilos contextuais encontrados na amostra. Foram encontrados diferentes contextos estilísticos nas cartas, os quais foram agrupados de acordo com as características semelhantes entre si, o

que resultou em quatro grupos de contextos estilísticos, conforme Figura 11.2 e explicação a seguir:

Figura 11.2 – Grupo dos contextos estilísticos encontrados na amostra *Cartas da Tia Ciça*.



Fonte: adaptado de Zibetti, 2018.

- **Contextos narrativos:** representam os relatos de vivências pessoais e habituais e as reminiscências, bem como relatos de experiências vividas por terceiros, próximos da missivista, e relatos com projeção hipotética, pela missivista imaginados. Esse grupo é constituído pelos contextos: *narrativa pessoal*, *narrativa de experiência vicária* e *projeção hipotética*.
- **Contextos interacionais:** são aqueles que representam as estratégias de comunicação que favorecem o diálogo entre a missivista e sua interlocutora por meio da escrita. Esse grupo é constituído pelos contextos: *resposta explícita* (à carta anterior), *pergunta explícita* à interlocutora, *pergunta retórica*, *conselho*, *pedido explícito*.
- **Contextos introspectivos:** são aqueles que apresentam as expressões sentimentais da missivista: *reflexões sobre si e sobre o outro*; *a descrição do momento* da escrita da carta a partir do ponto de vista da missivista,

bem como as reações apreciativas (avaliativas) da locutora, *as opiniões*, tanto pessoal quanto genérica.

- **Contextos transversais:** são aqueles que “atravessam” a estrutura epistolar, aparecendo no encabeçamento, no núcleo da carta, junto aos outros contextos estilísticos, e no fechamento, figurando, inclusive, em *post scriptum* de algumas cartas. Esse grupo é constituído pelos contextos: *agradecimento, elogio, benção, comentários sobre a língua, discurso reportado, versos e rimas*.

Após o levantamento, a identificação e a descrição dos contextos estilísticos encontrados na amostra em estudo, para observar o potencial da proposta metodológica, Zibetti (2018) aplicou os critérios dos contextos estilísticos nas cartas, mapeando-os em diferentes cores, com a identificação de cada contexto junto ao seu tópicos temático (como exposto na Figura 11.3).

Figura 11.3 – Aplicação dos critérios dos contextos estilísticos no texto epistolar.

Cartas da Tia Ciça
Localização: Florianópolis
Tipo: Carta pessoal
Data: 12 de dezembro de 1988.
Coletado por: VARSUL
Transcrição: Érica Marciano de Oliveira
Zibetti
Revisão: Helena Alves Gouveia

Resposta
Explícita
+
Reflexão
sobre si
(sobre
si)

Opinião
pessoal
+
Narrativa
pessoal
(política)

Opinião
Pessoal
(política)

[fol. 1r] T. || Pra fechar o envelope, | tu
disseste: **ser feliz**! || Eu te juro, doce amiga:
| isso é tudo o que eu quiz! || **Foi demais.**

Charme abusativo. | Sabes, até o Jorge
Bornhausen me | cumprimentou.
Politicamente, claro. | Mas,
o Rosalino, nada. Gatinho | bôbo. Vende
caro. Acabo jogando | a farinha fora. Aquê
peixe, não | é pro meu pirão. || Sempre repeti
que vou parar. | Até 89 ou Século 21. Mas,
se | te escrever, enche, enche mesmo: | o
meu coração de alegria! || **Tudo** || Ciça || Dia
12 de dezembro 88.

Fonte: Zibetti (2018, p. 146).

Figura 11.4 – Aplicação dos critérios dos contextos estilísticos no texto epistolar.

Cartas da Tia Ciça
Localização: Florianópolis
Tipo: Carta pessoal
Data: 24 de junho de 1992.
Coletado por: VARSUL
Transcrição: Elaine Cristina Rosa Xavier
Revisão: Érica Marciano de Oliveira Zibetti

[fol. 1r] Linda 24, São João de 1992 | junho

Agradecimento (afeição)

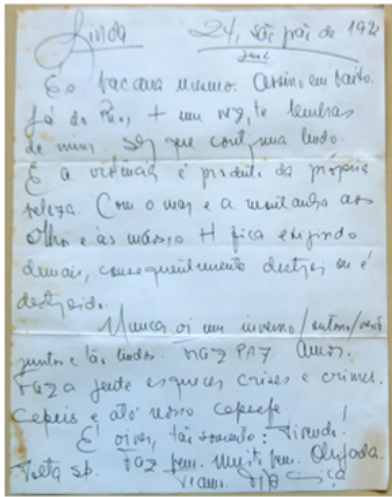
|| **És bacana mesmo. Assino em baixo. | Já do Rio, + uma vez, te lembrás | de mim. Sei que continua lindo. | E a violência é produto da própria | beleza. Com o mar e a montanha aos | olhos e às mãos, o Homem fica exigindo | demais, consequentemente destroi ou é destroído. || Nunca vi um inverno/outono/verão | juntos e tão lindos. Traz PAZ. Amor. | Faz a gente esquecer crises e crimes | Cepeis e até nosso cepeefe.**

Opinião pessoal (política)

|| **É viver, tão somente: Vivendo! | Volta sempre. Faz bem. Muito bem. Obrigada. || Te amo. Tia Ciça**

Pedido explícito + Agradecimento (afeição)

|| **É viver, tão somente: Vivendo! | Volta sempre. Faz bem. Muito bem. Obrigada. || Te amo. Tia Ciça**



Fonte: Zibetti (2018, p. 147).

Após essas etapas, foi realizada uma testagem da proposta metodológica, em que foram aplicados os critérios dos contextos estilísticos em 50 cartas, correlacionando-os às variáveis linguísticas listadas a seguir e ilustradas por alguns excertos retirados da amostra, que observamos ser de uso recorrente na amostra:

(i) os pronomes pessoais sujeito de segunda pessoa singular (tu *versus* você) preenchidos ou nulos;

(1) Querida. Não sei por onde **estás**. Mas, na volta, **vais** me lêr. (Carta de 30/6/2008 – **Contexto estilístico: Resposta explícita**).

(2) Minha querida e amada T. — **Você** não precisa ir. **Você** é a Europa, a Norte América, o Canadá. **Conhece** tudo, melhor do que os que vão lá — Isso é coisa tua, criatura iluminada [...] (Carta 24/11/2004- **Contexto estilístico: Resposta explícita**).

(ii) os pronomes pessoais sujeito de primeira pessoa plural (nós *versus* a gente); preenchidos ou nulos;

(3) [...] **Nós. A gente** que se aproximou, de uma forma tão natural, espontânea. Concordas? [...] (Carta de 31/10/1996, **contexto estilístico: opinião pessoal**).

(4) [...] **A gente** é homem e bicho; como tál, as reações, emoções, sexo, vivência acompanham o signo. E dentro dêsse potencial, **somos** pretenciosos. O mundo é nosso. A liberdade, nossa bandeira e o amor nosso brasão. Tanto **saímos** às ruas para guerrilhas, como **vamos** de vela acêsa, na procissão do dos Passos. Daí a ousadia. Daí o atrevimento [...] (Carta de 21/08/1989, **contexto estilístico: opinião genérica**).

(iii) o imperativo de segunda pessoa (indicativo *versus* subjuntivo).

(5) [...] **Lê** essa “missiva”, e **joga** fora, deve estar lotada de vírus, bactérias, em geral [...] (Carta de 23/06/2010, **contexto estilístico: conselho**).

(6) [...] **Coma** verdes, amarelos, vermelho, **bebe** bastante água. Um bom som. Uma boa revista [...] (Carta de 16/05/2010, **contexto estilístico: conselho**).

A escolha desses fenômenos morfossintáticos também se deu por eles terem sido analisados, em muitos estudos, em dados de fala de Santa Catarina, retirados de entrevistas – gênero que comparamos com a carta pessoal¹¹⁷. Essa testagem da proposta metodológica buscou investigar em quais contextos estilísticos tais variáveis linguísticas foram mais produzidas.

Os resultados mostram que a forma pronominal **tu** (com 70 dados) aparece em todos os grupos de contextos estilísticos: *interacionais* (31 dados – 45%), *introspectivos* (21 dados – 30%), *narrativos* (8 dados – 11%) e *transversais* (8 dados – 11%), inclusive no *fechamento* das cartas (2 dados – 3%); enquanto a forma **você** (com 5 dados) aparece apenas nos grupos dos contextos *interacionais* (3 dados – 60%) e *transversais* (2 dados – 40%). Entretanto, o grupo contextual de maior frequência dessa variante foi o de contextos *interacionais*. Isso era o esperado porque essas variantes estão relacionadas à interação entre os interlocutores.

A forma pronominal **nós** (com 36 dados) aparece em todos os contextos estilísticos: *introspectivos* (22 dados – 61%), *narrativos* (9 dados – 25%), *interacionais* (3 dados – 8%), e *transversais* (2 dados – 6%); já a forma **a gente** (com 19 dados) aparece nos contextos *introspectivos* (12 dados – 63%), *narrativos* (4 dados – 21%), e *interacionais* (3 dados – 16%). Como essa variável linguística está relacionada à forma pessoal (a noção do “eu” plural, cf. LOPES; 1998) e à forma genérica (a noção do “eu-ampliado”, cf. LOPES; 1998), percebemos que

¹¹⁷ Essa comparação foi realizada conforme os valores paramétricos de Koch e Oesterreicher (2007), os quais mostram que o gênero carta pessoal é tão próximo da oralidade quanto a entrevista pessoal, e que ambos se distinguem pelo parâmetro da “distância física” (cf. KOCH; OESTERREICHER, 2007, p. 26-27).

essas variantes aparecem mais na exposição de um ponto de vista, nas reações apreciativas (avaliativas) e nas opiniões da missivista. Nesse sentido, o grupo contextual de maior frequência foi o de contextos *introspectivos*.

As formas do imperativo *indicativas* (com 37 dados) aparecem em todos os contextos estilísticos: *interacionais* (29 dados – 79%), *introspectivos* (4 dados – 11%), *narrativos* (2 dados – 5%) e *transversais* (2 dados – 5%); bem como, as *subjuntivas* (com 7 dados): *interacionais* (4 dados – 58%), *introspectivos* (1 dado – 14%), *narrativos* (1 dado – 14%) e *transversais* (1 dado – 14 %). Essa variável linguística está relacionada à interação entre missivista e interlocutora. Dessa forma, o grupo contextual de maior frequência foi o de contextos *interacionais*, conforme o esperado, devido à característica injuntiva desses contextos estilísticos.

Em resposta à questão (i)¹¹⁸ levantada na pesquisa por meio de um olhar interpretativo e qualitativo das missivas da amostra analisada, Zibetti (2018) elaborou uma proposta metodológica para captar os contextos estilísticos numa amostra de cartas pessoais através de um levantamento exaustivo dos enunciados que caracterizam relações de interação e cooperação entre a missivista e a interlocutora; enunciados que caracterizam diferentes aspectos discursivos, como relatos, avaliações e composições; e enunciados que caracterizam os modos e tempos verbais, pessoas do discurso, entre outros.

Respondendo às demais questões, de acordo com a autora, a proposta metodológica possibilitou investigar os contextos estilísticos correlacionados a determinados fenômenos linguísticos cujos resultados gerais reforçam o alto grau de intimidade e de familiaridade entre as interlocutoras, mesmo analisando a amostra de cartas de uma única missivista. Zibetti pode perceber que, no núcleo do texto epistolar, há enunciados que caracterizam relações de interação e cooperação entre a missivista e a interlocutora, como vimos no grupo dos estilos *contextuais interacionais; introspectivos; narrativos; e transversais*. Na testagem da proposta metodológica, foi feita uma correlação entre os contextos estilísticos e três variáveis linguísticas descritas acima. Os resultados gerais dessa correlação reforçam o alto grau de intimidade e de familiaridade entre as interlocutoras, principalmente em contextos estilísticos específicos, como os grupos de *contextos narrativos, interacionais e introspectivos*.

Consciente de algumas limitações da pesquisa, Zibetti (2018) pondera na conclusão do seu estudo que ele possa instigar outros sobre alternância estilística em cartas pessoais, atentando-se para as individualidades da escrita de cada

¹¹⁸ (i) Como captar os contextos estilísticos (a partir de quais elementos?) em cartas pessoais da amostra Cartas da Tia Ciça?

missivista no sentido de adaptar alguns critérios dos estilos contextuais à amostra em que se pretende investigar. Nessa direção, a autora sugere que esses contextos estilísticos possam ser trabalhados como uma variável independente complexa (composta por um rol de fatores socioestilísticos) relacionada ao estudo de determinadas variáveis dependentes, abrindo novos caminhos de investigação em estudos sociolinguísticos com cartas pessoais.

3.2. As formas tratamentais em cartas pessoais escritas na grande Florianópolis entre 1880 e 1940

O texto apresentado a seguir retoma brevemente algumas questões e resultados de Gouveia (2019). O objeto do estudo envolveu a descrição das formas de tratamento nominais e pronominais em cartas pessoais escritas por florianopolitanos com distintos perfis entre 1880 e 1940. O objetivo principal foi identificar quais eram as estratégias de tratamento (nominais e pronominais) utilizadas tanto nas relações de intimidade e proximidade quanto nas relações mais formais e distantes. A questão que norteou a pesquisa foi: no período investigado, quais eram as formas de tratamento ligadas às estratégias de intimidade, de respeito e de distanciamento preferidas por missivistas florianopolitanos? A hipótese principal da autora foi a de que, enquanto o **você** na escrita de florianopolitanos se restringe a determinadas situações e o **tu** se reserva a contextos de maior intimidade, as formas nominais e o sujeito **zero** ocorreriam como estratégia de tratamento em relações mais distantes e formais.

Essa hipótese foi confirmada, e os dados mostraram uma característica sobre o uso das formas de tratamento em Florianópolis que já fora identificada por Ramos (1989), com dados da década de 1980: a de que, nessa região, há um sistema quaternário de tratamento, envolvendo o uso de **tu**, **você**, **forma nominal** e **zero** na posição de sujeito.

Gouveia (2019) analisou 130 cartas¹¹⁹ escritas por diversos missivistas florianopolitanos (ou nascidos no litoral catarinense) a partir dos pressupostos teóricos da Teoria de Variação e Mudança (cf. WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), das orientações gerais da Teoria do poder e solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960) e das reflexões de Conde Silvestre (2007) sobre o uso de material histórico em pesquisa sociolinguística.

¹¹⁹ A amostra utilizada na pesquisa faz parte do banco de dados do projeto PHPB-SC, que, por sua vez, faz parte do projeto nacional Para a História do Português Brasileiro (PHPB). As cartas utilizadas foram coletadas nos seguintes arquivos: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB) e Arquivo Público Nacional do Rio de Janeiro (AN).

Dentre os dez grupos de fatores (cinco linguísticos e cinco extralinguísticos) estabelecidos para a pesquisa, a seguir será apresentado um pequeno recorte da análise, que se refere ao uso das *formas de tratamento na posição de sujeito* e ao *tipo de relação estabelecida entre os interlocutores*, com um cruzamento desses dois grupos de fatores.

3.2.1 Forma de realização do sujeito

A forma de realização do sujeito foi controlada para verificar quais eram as formas de tratamento utilizadas por missivistas florianopolitanos entre o fim do século XIX e início do século XX. Como sujeito **tu**, foram controladas tanto suas ocorrências expressas (7) quanto nulas (2):

(7) *Pois é ella, aquella menina que tu conheceste na tenrice <↑ineffavel> dos primeiros dias* (carta de Virgílio Várzea a Cruz e Sousa, em 24/09/1888)

(8) *O que 0 fazes? o que 0 projectas? o que 0 tens em idéa?* (carta de Virgílio Várzea a Cruz e Sousa, em 03/01/1889)

Como sujeito **zero**¹²⁰, foram controladas as ocorrências de sujeito em que se verifica “a ausência de qualquer forma de tratamento pelo informante” (cf. RAMOS, 1989, p. 53), conforme os fragmentos a seguir:

(9) *0 Não pode imaginar o prazer que nos deu a tua carta de 2 do passado, pois n’ella com satisfação vemos que 0 tem gosado saude.* (Carta de Carolina a Cruz e Sousa, 01/03/1891)

(10) *Antes de tudo, formulo votos que 0 tenha feito boa viagem como os de grata estada nessa metropole, Incluo tambem os defeliz regresso a Penátes.* (Bispo de Fpolis a José Boiteux, 18/06/1929)

Gouveia (2019) controlou como sujeito expreso por **formas nominais** tanto as formas “o senhor / a senhora”, como em (11), quanto outras formas nominais, como “o amigo”, (12) e (13), e “o prezado padrinho”, como em (14).

(11) *Ficar-lhe-ia muito grato se o Senhor me mandasse algumas apresentações, suas ou mesmo de alguns amigos daí.* (Carta de Benjamin a José Boiteux, 10/12/1932)

¹²⁰ Quando o sujeito foi nulo com verbo concordando com terceira pessoa e, na mesma carta, ocorreu anteriormente sujeito *tu*, o sujeito nulo foi considerado sujeito *tu* com verbo sem concordância canônica. Quando o sujeito era nulo com verbo concordando com terceira pessoa não antecedido por nenhuma forma de sujeito expreso, esse sujeito nulo foi considerado sujeito *zero*. Quando ocorreu sujeito nulo com verbo concordando com terceira pessoa antecedido por *você* ou por formas nominais, esse sujeito foi considerado como *você* ou como forma nominal, respectivamente; quando antecedido pelas duas formas, foi considerado sujeito *zero*.

(12) **O amigo** não póde calcular certamente nem a metade da situação por que estou passando. (Carta de Cruz e Sousa a Alberto Costa, 08/05/1896)

(13) Ao ultimo comuniquei o conteudo da carta e ele ficou ciente do interesse que **o amigo** tem tomado pela nomeação dele para o cargo de quimico a crear-se nesse Estado. (Carta de Odilon Gallotti a José Boiteux, 25/04/1932)

(14) E **o prezado padrinho** aceite afetuoso abraço do afilhado e amigo, que todas as felicidades lhe deseja. (Carta de Benjamin a José Boiteux, 10/12/1932)

Foram controladas ainda todas as formas expressas (15) e nulas¹²¹ (16) do pronome *você* na posição de sujeito:

(15) Meo Caro Filho **você** diz que sentiu muito a nossa separação pois o que hei de dizer eu? (Carta de Carolina a Cruz e Sousa, 06/01/1890)

(16) Como **voçê** poderá verificar na leitura dos diarios desta capital, essa ameaça cruel con- tinua a pairar sobre essa pobre velhinha. (Carta de E. Farias a José Boiteux, 20/06/1931)

A expectativa era de que se encontrasse na amostra (em que predominam, em número, as cartas trocadas entre amigos) a preferência pelo pronome **tu** como sujeito, por essa ser a forma predominante em Florianópolis no tratamento entre pessoas mais próximas. Em situações de mais formalidade e distanciamento, esperava-se que fossem mobilizadas estratégias de tratamento das formas associadas a **você** e de formas nominais e **zero**. A partir dos resultados de Ramos (1989)¹²², que mostraram o predomínio de **zero** como tratamento utilizado por seus informantes, a expectativa era de que, dessas três formas, predominasse o **zero**, seguido de **você** e das formas nominais.

De todas as formas de realização de sujeitos nulos e expressos (no total de 460 dados), predominou na amostra investigada a forma **tu** (87%), seguida da forma **zero** (6%) e das formas nominais (5%). Apenas 2% dos sujeitos ocorreram na forma **você** (10 dados).

3.2.2 Tipo de relação entre interlocutores

Para verificar quais formas de realização de sujeito eram preferidas de acordo com o tipo de relação que era estabelecida entre os interlocutores, foi controlada

¹²¹ Foi considerado como pronome *você* nulo o sujeito nulo com verbo em terceira pessoa em trechos antecidos por algum uso do pronome *você* expresso.

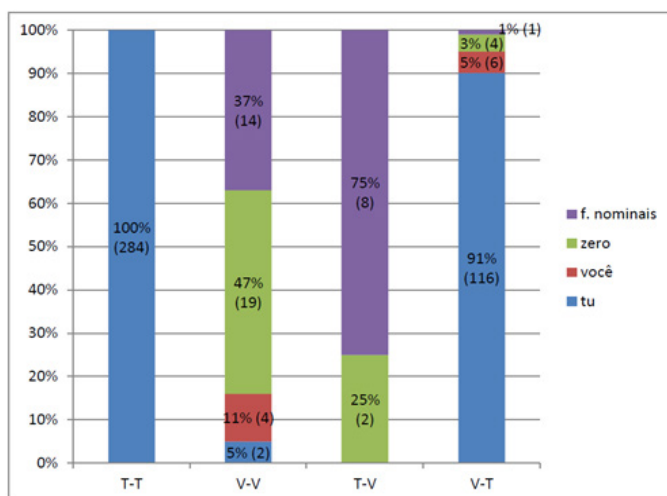
¹²² Os resultados gerais de Ramos (1989) indicaram 40% de uso de *zero*, 31% de *você*, 20% de *tu* e 9% de *senhor*.

a variável *tipo de relação entre os interlocutores*. As relações identificadas foram classificadas em Gouveia (2019) da seguinte maneira:

- (i) Relações simétricas de intimidade (T-T): as relações entre amigos e entre noivos, entre pessoas de idades semelhantes, profissões semelhantes ou com algum parentesco entre si.
- (ii) Relações simétricas mais distantes e formais (V-V): as estabelecidas em missivas de interlocutores que não são amigos, mas mantêm algum tipo de relação, como exercer profissão semelhante, pertencer ao mesmo partido ou movimento político, ter amigos ou projetos em comum, colaborar para o mesmo periódico etc.
- (iii) Relações assimétricas ascendentes (T-V): estabelecidas, na amostra, entre sobrinhos e um afilhado com seu tio e padrinho.
- (iv) Relações assimétricas descendentes (V-T): estabelecidas em cartas escritas de pais para filhos e de mãe para filho.

A partir do cruzamento dos dados do tipo de sujeito utilizado e da relação entre os interlocutores, percebeu-se o uso categórico de **tu** em relações do tipo T-T e o predomínio de **tu** em relações do tipo V-T. Além disso, o **tu** ocorreu muito timidamente em relações do tipo V-V e não ocorreu em relações do tipo T-V, conforme se observa no Gráfico 11.2.

Gráfico 11.2 – Cruzamento entre a forma do sujeito e o tipo de relação entre os interlocutores.



A forma **você** sujeito ocorreu em apenas 6 (5%) dos 127 dados de interlocutores que estabelecem relação do tipo V-T e em 4 (11%) dos 39 dados de interlocutores que estabelecem relação do tipo V-V.

O sujeito **zero** foi o tratamento predominante (19 dos 39 dados, 47%) nas cartas com relação entre interlocutores do tipo V-V; nas cartas com relações do tipo T-V, o sujeito **zero** ocorreu em 2 dos 10 dados, e em cartas com relações do tipo V-T, ocorreu timidamente, representando 3% dos dados de sujeito, 4 em 127.

O uso de formas nominais na posição de sujeito ocorreu apenas em cartas com relações dos tipos V-V (14 de 39 dados, 37%) e T-V (8 de 10 dados, 75%).

Ao se olhar apenas para a posição de sujeito, observamos o predomínio do uso de **zero** e de formas nominais nas cartas com maior teor de formalidade e o predomínio de **tu** nas cartas trocadas entre amigos e noivos e escritas de pais e mãe para filhos. A forma **você** não foi a preferida em nenhum dos quatro tipos de relações. Percebeu-se, portanto, que, em relações respeitosas e não íntimas, os missivistas optaram por: (i) não se comprometer com nenhuma forma de tratamento, escolhendo o **zero** como estratégia; (ii) marcar o tipo de relação estabelecida por meio do uso de formas nominais que indicam a posição de cada interlocutor na diáde (“meu tio”, “o amigo”, “o prezado padrinho”).

Na amostra analisada, foi possível perceber que a forma **você** estava em circulação em determinados contextos, porém, ao longo do período investigado (1880-1940), **tu** e **você** em Florianópolis não se mostraram como variantes de uma mesma variável. Além disso, as formas de complementos, imperativos e possessivos relacionadas a **você** pareceram se associar linguisticamente às formas nominais mais antigas que o pronome **você**. Dessa maneira, não foi identificada a implementação de **você** na escrita dos missivistas investigados.

Os resultados de Gouveia (2019) se somam aos de pesquisas com dados da escrita catarinense da primeira metade do século XIX (NUNES DE SOUZA, COELHO, 2013; NUNES DE SOUZA, 2011; COELHO, GÖRSKI, 2011; NUNES DE SOUZA, 2015) e da segunda metade do século XX (NUNES DE SOUZA, COELHO, 2013; NUNES DE SOUZA, 2011; COELHO, GÖRSKI, 2011; NUNES DE SOUZA, 2015; GRANDO, 2016), cobrindo um período (primeira metade do século XX) sobre o qual ainda não há muitos estudos. Essa contribuição só se tornou possível por causa da ampliação contínua e sistemática do banco de dados do PHPB-SC pela equipe do projeto e da valiosa orientação da professora Izete Lehmkuhl Coelho.

4. FORMAS TRATAMENTAIS NO DISCURSO RELIGIOSO: DUAS VERSÕES BRASILEIRAS DA BÍBLIA

Mafrá (2018) descreve e analisa as formas de tratamento ao interlocutor nas funções morfossintáticas de sujeito e imperativo, bem como o uso do vocativo, presentes no discurso de personagens dos livros de Lucas e Atos em duas versões brasileiras da Bíblia publicadas pela Sociedade Bíblica do Brasil: Almeida Revista e Atualizada (RA, 1959) e Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH, 2000).

O estudo do fenômeno pautou-se por alguns pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), pelos parâmetros de oralidade *versus* escrituralidade: linguagem da imediatez *versus* da distância (KOCH; OESTERREICHER, 2013 [1985]), pelo conceito de tradições discursivas (KOCH, 1997; KOCH; OESTERREICHER, 2007; KABATEK, 2006; 2012), pelas relações de poder e solidariedade (BROWN; GILMAN, 2003 [1960]) e pela abordagem do *design* da audiência (BELL, A., 1984; 2001), tomada pela autora em dois sentidos: 1) o público-alvo ao qual se destinou cada versão bíblica; 2) a audiência dos personagens bíblicos de cada versão.

Quanto aos grupos de fatores linguísticos, na função de sujeito, foi controlado o grupo (i) presença e localização do sujeito; e, na função de imperativo, foram controlados os grupos (ii) forma verbal e (iii) presença e localização do clítico. O grupo de fatores linguísticos tipo de discurso foi controlado para as duas funções morfossintáticas.

Foram controlados os seguintes grupos de fatores extralinguísticos a partir de dados das personagens: sexo/gênero, idade, relações familiares, relações profissionais, relações religiosas, ambiente e audiência.

Foram computados 668 dados de formas de tratamento em função de sujeito e imperativo, os quais foram analisados de forma qualitativa, em conjunto com o sujeito relacionado, quando possível. Além disso, a autora encontrou um total de 217 vocativos. A seguir, apresentamos alguns exemplos:

(17) LUCAS 1.13

RA, 1959

Disse-lhe, porém, o anjo: *Zacarias* [vocativo], não temas, porque a tua oração foi ouvida; e Isabel, tua mulher, te dará à luz um filho, a quem *darás* [sujeito] o nome de João.

NTLH, 2000

Mas o anjo lhe disse:

— Não tenha medo, *Zacarias* [vocativo], pois Deus ouviu a sua oração! A sua esposa vai ter um filho, e *você* [sujeito] porá nele o nome de João.

(18) LUCAS 3.21-22

RA, 1959

E aconteceu que, ao ser todo o povo batizado, também o foi Jesus; e, estando ele a orar, o céu se abriu, e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea como pomba; e ouviu-se uma voz do céu: *Tu* [sujeito] és o meu Filho amado, em ti me comprazo.

NTLH, 2000

Depois do batismo de todo aquele povo, Jesus também foi batizado. E, quando Jesus estava orando, o céu se abriu, e o Espírito Santo desceu na forma de uma pomba sobre ele. E do céu veio uma voz, que disse:

— *Tu* [sujeito] és o meu Filho querido e me *dás* [sujeito] muita alegria.

(19) LUCAS 5.24

RA, 1959

Mas, para que saibais que o Filho do Homem tem sobre a terra autoridade para perdoar pecados — disse ao paralítico: Eu te ordeno: *Levanta-te* [imperativo], *toma* [imperativo] o teu leito e *vai* [imperativo] para casa.

NTLH, 2000

Pois vou mostrar a vocês que eu, o Filho do Homem, tenho poder na terra para perdoar pecados.

Então disse ao paralítico:

— Eu digo a você: *levante-se* [imperativo], *pegue* [imperativo] a sua cama e *vá* [imperativo] para casa.

Os resultados atestaram, com relação às funções morfossintáticas de sujeito e imperativo, um sistema de tratamento categórico com formas de **tu** na RA (1959) e um sistema em variação entre **tu**, **você** e **o senhor** na NTLH (2000) com a seguinte distribuição: o uso do pronome **tu** exclusivamente em orações e no diálogo entre Deus e Jesus (forma exclusiva para a divindade); uso da forma **o senhor** para o tratamento de pessoas superiores em poder; e uso da forma **você** para pessoas iguais ou inferiores em poder, bem como para marcar falta de solidariedade de inferior para superior.

Dos 217 casos de vocativo computados, 110 foram da versão RA (1959) e 107 da NTLH (2000). Em ambas as versões, os vocativos **pai** e **senhor** foram utilizados em referência a Deus e os vocativos **mestre** e **senhor** em referência a

Jesus. A diferença entre as duas versões no uso do vocativo se concentra na forma **patrão**, usada em referência a patrões na NTLH (2000), em substituição à forma **senhor**, usada nesse mesmo contexto na RA (1959).

No que diz respeito às condições de comunicação e estratégias de verbalização dentro do contínuo concepcional no uso das formas de tratamento, a versão mais antiga (RA, 1959) apresentou elementos próprios da linguagem da distância/escrituralidade – desenhada para um leitor ideal mais escolarizado –, ao passo que a versão mais recente (NTLH, 2000) apresentou elementos condizentes com a linguagem da imediatez/oralidade – desenhada para um leitor ideal menos escolarizado (KOCH; OESTERREICHER, 2013 [1985]; BELL, A., 1984; 2001).

Quanto ao tipo de relação existente entre as formas tratamentais de cada versão (KOCH, 1997; KOCH; OESTERREICHER, 2007; KABATEK, 2006; 2012), considerando as propostas de cada equipe de tradução e, ao mesmo tempo, a natureza tradicional do texto religioso, formas de tratamento inovadoras tiveram espaço na nova versão (NTLH, 2000), desde que não fossem alvo de estigma por parte da comunidade leitora.

Por exemplo, na versão antiga, os clíticos associados ao imperativo foram utilizados categoricamente em conformidade com os compêndios gramaticais:

(20) *Alegra-te*, muito favorecida! [anjo a Maria] (Lucas 1.28)

(21) *Vai*, porque este é para mim um instrumento escolhido [Jesus a Ananias] (Atos 9.15)

Já na versão mais recente, ocorreram dados de clítico iniciando a sentença, o que contraria o preconizado pelos compêndios gramaticais:

(22) Senhor, *nos* ensine a orar, como João ensinou os discípulos dele. [um discípulo a Jesus] (Lucas 11.1)

(23) *Me* diga! Foi por este preço que você e o seu marido venderam o terreno? [Pedro a Safira] (Atos 5.8)

(24) *Me* deixe ir com o senhor! [homem possesso para Jesus] (Lucas 8.38)

Mesmo assim, a NTLH (2000) ainda guarda alguns elementos que não são próprios ao parâmetro da oralidade, tais como a uniformidade de tratamento ao interlocutor, conforme as regras preconizadas pelos compêndios gramaticais, e a manutenção da forma de tratamento direcionada à divindade (**tu**). Foi verificado, pois, um jogo de forças que permitiu algumas mudanças, mas impediu e/ou refreou outras, e isso ocorreu porque as equipes de tradução pesaram não só a influência do público-alvo, mas também a aceitação da tradução por outras personas do meio religioso para além do leitor recém-convertido. Ou seja, os tradutores precisaram

levar em conta também a história própria ao texto sagrado religioso, considerando, assim, a TD própria a esse tipo de discurso.

Por fim, quanto à relação entre os personagens e os interlocutores de cada versão no uso das formas de tratamento, levando em conta o sistema categórico de **tu** na versão mais antiga e o sistema composto por **tu**, **você** e **o senhor** na versão mais recente, Mafra (2018) hipotetizou que, na RA (1959), outras estratégias além das formas de tratamento indicariam as relações de poder e/ou de solidariedade, ao passo que, na NTLH (2000), cada uma das formas indicaria diferentes relações de poder e/ou de solidariedade entre os personagens e seus interlocutores. No que diz respeito à versão mais recente, esta hipótese foi atestada. Quanto à mais antiga, não foi possível reunir elementos suficientes para identificar estratégias para além das formas de tratamento que marcassem a hierarquia social.

Para uma análise mais refinada e menos enviesada, a autora sugere, para continuidade da pesquisa: a) o trabalho com outras variáveis linguísticas, ou uma ampliação da amostra, utilizando livros de outros gêneros em cada versão; b) a ampliação da amostra com outras versões/traduições; c) a combinação das propostas *a* e *b*; e d) a comparação do uso das formas de tratamento em ambiente musical cristão ao longo dos últimos séculos, o que poderia identificar com mais clareza os contextos de uso por meio dos quais a forma inovadora **você** ganhou espaço no ambiente religioso.

5. NO PRESENTE E NO PASSADO, A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE FORMAS TRATAMENTAIS E ALTERNÂNCIA ESTILÍSTICA

Os resultados das quatro dissertações de mestrado aqui retomadas mostram percursos de mudança nas formas tratamentais em SC, quer na fala de adolescentes catarinenses e de outros estados que moram em Florianópolis, quer em cartas pessoais dos séculos XIX e XX, e a sua estreita relação com a alternância estilística, também refletida no discurso religioso por meio da análise de duas versões de tradução da Bíblia.

Mostramos que, em uma amostra de adolescentes que moram em Florianópolis, o local de nascimento é uma variável significativa para o uso das formas tratamentais associadas a um paradigma de **tu** ou de **você**: há um uso majoritário de um paradigma de **tu** em adolescentes nascidos em Florianópolis/SC ou Porto Alegre/RS e de um paradigma de **você** em adolescentes nascidos em Curitiba/PR e Goiânia/GO; há alternância entre os dois paradigmas adolescentes nascidos em Santos/SP e Vitória da Conquista/BA. Esses resultados evidenciam que os adolescentes

que moram em Floripa seguem os padrões de uso encontrados nos estados em que nasceram (ver SCHERRE et al., 2015 para um mapeamento das formas no Brasil). Nesse sentido, a fala da maioria dos informantes que não nasceram em Florianópolis conserva fortemente as marcas de uso de **tu** ou de **você** dos seus Estados de origem, mas alguns alternam com a variante usada em Florianópolis, mostrando a influência do uso da variante **tu**.

Apresentamos a proposta metodológica de Zibetti (2018) para captar os contextos estilísticos em amostras de cartas pessoais através de um levantamento exaustivo de enunciados que caracterizam relações de interação e cooperação entre a missivista e a interlocutor. Essas relações podem se materializar em enunciados que caracterizam diferentes aspectos discursivos – relatos, avaliações e composições – e em enunciados que caracterizam os modos e tempos verbais – pessoas do discurso, entre outros. Em observação a duas variáveis linguísticas e essas relações na amostra de cartas pessoais da tia Ciça, mostramos que, na expressão da primeira pessoa do plural, o pronome **nós** é mais recorrente e aparece em todos os contextos estilísticos, enquanto o pronome **a gente** está limitado aos contextos introspectivo, narrativo e interacional. As formas do imperativo *indicativas* e *subjuntivas* aparecem em todos os contextos estilísticos.

Sobre o passado, mostramos que, em cartas pessoais catarinenses de 1880 a 1940, mesmo estando a forma **você** em circulação em determinados contextos, é possível afirmar que os pronomes **tu** e **você** em Florianópolis não são variantes de uma mesma variável. Ademais, as formas de complementos, imperativos e possessivos que poderiam estar associados a um paradigma de **você** parecem estar linguisticamente vinculados às formas nominais, mais antigas que o pronome **você**. Isso nos permite aventar que, no período analisado, não se identifica a implementação de **você** na escrita dos missivistas catarinenses.

Sobre as formas tratamentais na função de sujeito e formas imperativas em discurso de personagens dos livros de Lucas e Atos em duas versões brasileiras da Bíblia, no que diz respeito às condições de comunicação e estratégias de verbalização dentro do contínuo concepcional no uso das formas de tratamento, podemos afirmar, com a pesquisa de Mafra (2018), que a versão mais antiga (RA, 1959) apresenta elementos próprios da linguagem da distância/escrituralidade – desenhada para um leitor ideal mais escolarizado –, ao passo que a versão mais recente (NTLH, 2000) apresenta elementos condizentes com a linguagem da imediatez/oralidade.

REFERÊNCIAS

- ARDUIN, J. *A variação dos pronomes possessivos de segunda pessoa do singular teu/seu na região sul do Brasil*. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BELL, A. Back in style: reworking audience design. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. R. (eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge Press, 2001, p. 139-169.
- BELL, A. Language style as audience design. *Language in Society*, n. 13, v. 2, p. 145-201, 1984.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). *Sociolinguistics The essential readings*. United Kingdom: Blackwell, 2003 [1960].
- COELHO, I. L.; GÖRSKI, E. M. A variação no uso dos pronomes tu e você em Santa Catarina. In: LOPES, C.; REBOLLO, L. (orgs.) *Formas de tratamento em Português e Espanhol: variação, mudança e funções conversacionais*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2011, p. 263-287.
- COELHO, I. L. A trajetória de mudança dos pronomes tu e você em Santa Catarina: análise de cartas pessoais (1880-1990). *LABORHISTÓRICO*, v. 5, p. 130-161, 2019.
- CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística Histórica*. Madrid: Editorial Gredos, 2007.
- COUPLAND, N. Language, situation, and the relational self: theorizing dialect-style in sociolinguistics. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. (Eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge Press, 2001. p. 185-210.
- COUPLAND, N. *Style: language variation in identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- COUPLAND, N. The Sociolinguistics of Style. In: MESTHRIE, R. (Ed.) *The Cambridge Handbook of Sociolinguistics*. Cambridge: CUP, 2011. p. 138-156.
- ECKERT, P. Style and social meaning. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. (Eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge Press, 2001. p. 119-126.
- ECKERT, P. The meaning of style. In: CHIANG, W. F.; CHUN, E.; MAHALINGAPPA, L. & MEHUS, S. (Eds.). *Proceedings of the Eleventh*

Annual Symposium about Language and Society - Texas Linguistic Forum, vol. 47, p. 41-53, 2004.

GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M, N (Org.) . *Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. 1. ed. Florianópolis: Insular, v. 1. 2014.

GRANDO, V. *Formas de tratamento nas cartas de Harry Laus para Claire Cayron: uma análise sociolinguística*. 2016. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Língua Portuguesa e Literaturas) – Departamento de Letras e Línguas Vernáculas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. *Para a História do Português Brasileiro*, Vol. VI: Novos dados, novas análises, Tomo II. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2006, p. 505-527.

KABATEK, J. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (Orgs.). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 579-588.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zuihremsprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B.; HAYE, T. TOPHINKE, D. (Hrsg.). *Gattungenmittelalterlicher Schriftlichkeit*, Tübingen: Narr 1997 (Script Oralía, 99), 43-79. Tradução de Alessandra Castilho da Costa, UFRN, 18 p.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Lengua Hablada em La Romania: español, francés, italiano*. Versión española revisada, actualizada y ampliada por los autores. Gredos: Madrid, 2007.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. *Linguagem da imediatez: linguagem da distância: oralidade e escrituralidade entre a teoria da linguagem e a história da língua*. Versão para o português: Hudinilson Urbano e Raoni Caldas. Linha d'Água, n. 26 (1), p. 153-174, 2013 [1985].

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. De M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, W. The anatomy of style-shifting. In: ECKERT, P.; RICKFORD, J. (Eds.). *Style and sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge Press, 2001; p. 85-108.

LOPES, C. R. S. Tradição Discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX. *Alfa*, São Paulo, v. 2, n. 55, p. 361-392, 2011.

LOPES, C. R. dos S.; MARCOTULIO, L. L. O tratamento a Rui Barbosa. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. (Org.). *A norma brasileira em construção: cartas a Rui Barbosa (1886 a 1899)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

LOPES, C. R. dos S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA* [online]. 1998, vol.14, n.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000200006&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000200006>. Acesso em março de 2020.

LOPES, C. R. dos S. A história da família Ottoni nas linhas e entrelinhas. In: LOPES, C. R. dos S. (Org.). *A norma brasileira em construção: fatos linguísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas; FAPERJ, 2005.

NUNES DE SOUZA, C. M. *Poder e solidariedade no teatro florianopolitano dos séculos XIX e XX: uma análise sociolinguística das formas de tratamento*. 2011. 280 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

NUNES DE SOUZA, C. M. *A alternância entre tu e você na correspondência de florianopolitanos ilustres no decorrer de um século*. 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NUNES DE SOUZA, C. M.; COELHO, I. L. O sistema de tratamento em Santa Catarina: uma análise de cartas pessoais dos séculos XIX e XX. *Revista do GELNE*, Vol. 15. N. 1/2, p. 213-243, 2013.

NUNES DE SOUZA, C. M.; COELHO, I. L. Caminhos para a investigação da alternância de pronomes de segunda pessoa em Santa Catarina. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 49-61, jan./jun. 2015.

RAMOS, M. P. B. *Formas de tratamento no falar de Florianópolis*. 1989. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

RUMEU, M. C. B. *A implementação do 'Você' no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: um estudo de painel*. 2008. 276f. Tese (Doutorado

em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 2v.

SCHILLING, N. Investigating stylistic variation. In: CHAMBERS, J. K., TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (eds.). *The handbook of language variation and change*. 2a ed. Malden: Blackwell, 2013, pp. 327-349.

TRAESEL, R. *As formas variáveis de tratamento ao interlocutor na Ilha de Santa Catarina: estudo da fala de adolescentes dos Ingleses*. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística.

ZIBETTI, É. M. de O. *Uma proposta metodológica para o estudo da alternância estilística na amostra Cartas da Tia Ciça*. 2018. 176f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

A CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL E A REALIZAÇÃO DE <S> FINAL EM SNS PLURAIS EM FLORIANÓPOLIS E ITAJAÍ/SC: DADOS DE FALA E TEXTOS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Izete Lehmkhul Coelho

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott

Universidade Federal de Santa Catarina

Patrícia Corrêa Ferminio

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC

Fabricia Silva

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC

Carlos Eduardo de Oliveira Lara

Instituto Federal de Santa Catarina

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, reunimos resultados de três pesquisas (FERMINIO, 2017; SILVA, 2014; LARA, 2010), em nível de mestrado, realizadas na Pós-Graduação

em Linguística da UFSC e orientadas pela Prof^a. Izete Lehmkuhl Coelho. A pesquisadora sempre mostrou interesse pelos fenômenos variáveis da concordância nominal e verbal, desde sua primeira orientação sobre a concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala florianopolitana (MONGUILHOTT, 2001). Ao longo de toda a sua trajetória acadêmica, desenvolveu pesquisas nas linhas de variação e mudança linguística e sociolinguística variacionista, coordenando os grupos de pesquisa VARSUL e PHPB-SC e orientando inúmeros trabalhos a respeito dos fenômenos aqui arrolados. Somos imensamente gratos a nossa homenageada pela dedicação à vida acadêmica e generosidade no compartilhamento do seu conhecimento.

Nesses três estudos aqui reunidos buscamos, inicialmente, na seção 2, evidenciar os resultados da investigação de Ferminio (2017) acerca do fenômeno variável da concordância verbal de terceira pessoa do plural, nas modalidades oral e escrita de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino de Florianópolis e Itajaí. Na seção 3, apresentamos também os resultados do estudo de Silva (2014) em que a autora analisa o fenômeno variável do apagamento do <s> morfológico e fonológico em sintagmas nominais plurais na fala do florianopolitano. Trazemos ainda, na seção 4, uma discussão, apresentada em Lara (2010), acerca dos testes de avaliação subjetiva aplicados na sociolinguística, com foco nos conhecimentos linguísticos de estudantes do curso de Letras e de estudantes de ensino médio.

2. A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL EM TEXTOS ESCRITOS E ORAIS DE ALUNOS DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS E ITAJAÍ

Ferminio (2017) investigou o fenômeno da concordância verbal nas modalidades oral e escrita de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino de Florianópolis e Itajaí, provenientes das amostras Brustolin (2009), Agostinho (2013) e Silvano (2016), disponíveis para pesquisas no Núcleo VARSUL da UFSC. A variável dependente investigada, a concordância verbal de terceira pessoa do plural (P6), é composta pelas seguintes variantes: *variante explícita de plural nos verbos* e *variante zero de plural nos verbos*. Seguem exemplos das amostras investigadas na pesquisa para ilustrar a variação na concordância verbal em P6:

- (1) **...esses três dias foi** bem legais... (A15F)¹²³
- (2) **...todos foram** embora... (A17M)
- (3) **...meus amigos vai** para a direção... (BEL5M)
- (4) ...Então **Isabela e Rafaela** se falam pelo orkut e pelo MSN. Ø *Vão* ao Shopping e se combinam para brincar. (BEL5F)
- (5) **...chego meu vo e minha vó**... (SB6M)
- (6) **...os amigos da escola dele chegaram**... (SA9M)

Considerando que a aplicação da regra de concordância pode ser determinada por restrições estruturais e sociais, Ferminio (2017) estabeleceu as seguintes variáveis independentes que, baseadas em estudos anteriores (cf. LEMLE e NARO, 1977; RODRIGUES, 1987; VIEIRA, 1995; SCHERRE E NARO, 1998a; SCHERRE E NARO, 1998b; MONGUILHOTT, 2001; PEREIRA, 2004; CARDOSO, 2005; GARCIA, 2005; SCHERRE E NARO, 2006; SCHERRE E NARO, 2007; MONGUILHOTT, 2009; GAMEIRO, 2009 e CHAVES, 2017), podem condicionar a marcação da concordância verbal: (i) presença e localização do SN sujeito; (ii) saliência fônica; (iii) forma de representação do sujeito; (iv) traço humano no sujeito; (v) paralelismo formal; (vi) tipo de verbo; (vii) escola; (viii) escolaridade; e (iv) sexo.

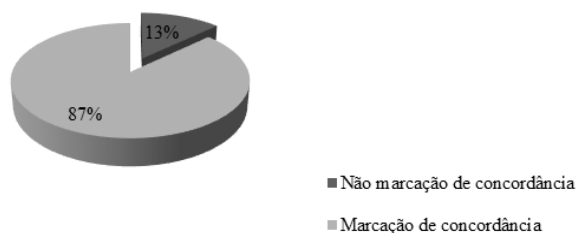
Foram realizadas três etapas das análises estatísticas: (i) na primeira, Ferminio (2017) considerou todos os dados de escrita das três amostras, a fim de analisar frequência, porcentagem e peso relativo; (ii) na segunda, separou os dados de escrita referentes às localidades de Florianópolis (amostra Brustolin, 2009 e amostra Silvano, 2016) e de Itajaí (amostra Agostinho, 2013) e efetuou rodadas estatísticas individuais com o intuito de entender melhor como as variáveis independentes relacionam-se com a variável dependente em cada localidade; (iii) na terceira e última, foram considerados apenas os dados de fala e de escrita das Escola LM e Escola PA, extraídos da amostra Brustolin (2009), a fim de comparar os grupos de fatores que favorecem a marcação de concordância verbal em P6 na fala e na

¹²³ No tocante à codificação da amostra, Brustolin (2009) é identificada por B, referente aos fatores sociais, quanto à escola (Escola SS: S, Escola GV: G; Escola LM: L; Escola PA: P); à modalidade (oral: F, escrita: E); à escolaridade (5ª série: 5, 6ª série: 6, 7ª série: 7, 8ª série: 8 [atuais 6º, 7º, 8º e 9º ano]) e ao sexo (F: feminino, M: masculino). Quanto à codificação da amostra, Agostinho (2013) é identificada por A, referente aos fatores sociais; quanto à escola, entende-se: Escola 1: 1, Escola 2: 2; à escolaridade 5ª série: 5, 6ª série: 6, 7ª série: 7, 8ª série: 8 (atuais 6º, 7º, 8º e 9º ano); e ao sexo, entende-se F: feminino, M: masculino. Já a amostra Silvano (2016) é identificada por S quanto aos fatores sociais; referente à escola, entende-se: Escola 1: A, Escola 2: B; à escolaridade 6º ano: 6, 9º ano: 9; e ao sexo F: feminino, M: masculino.

escrita e investigar se a marcação na regra de concordância de terceira pessoa do plural é distinta nas modalidades oral e escrita.

Com relação aos resultados da primeira etapa das análises estatísticas, no total de 1.411 dados de escrita de variação na CV, 1.226 (87%) dados apresentaram marcas de plural nos verbos e 185 (13%) dados, marcas zero. A ordem de relevância estabelecida pelo Programa Goldvarb (2001) foi presença e localização do SN sujeito, saliência fônica, forma de representação do sujeito e traço humano no sujeito. As variáveis sociais e as linguísticas ‘paralelismo formal’ e ‘tipo de verbo’ não foram selecionadas.

Gráfico 12.1 – Distribuição geral dos dados de escrita em construções com variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural



Fonte: Ferminio, 2017, p. 120.

A variável ‘presença e localização do SN sujeito’ foi a que se mostrou mais relevante. Os resultados corroboram estudos variacionistas anteriores (cf. LEMLE e NARO, 1977; RODRIGUES, 1987; SCHERRE E NARO, 1998a; VIEIRA 1995; MONGUILHOTT, 2001; MONGUILHOTT, 2009; GAMEIRO, 2009 e CHAVES, 2017) que versam sobre a concordância verbal e fornecem indícios de que o sujeito posposto ao verbo em correlação com o sujeito nulo e o SN posposto tem uma forte influência de não concordância verbal em diferentes estratos sociais. Das 980 ocorrências com SN anteposto, 896 (91%) dados com .591 de P.R. apresentavam a aplicação da regra de concordância verbal. No que tange ao sujeito nulo, a ausência do sujeito também favorece a CV em P6 com um alto índice de concordância: das 334 ocorrências, 300 (89%) dados de concordância verbal com .446 de P.R. Ao contrário, o SN posposto favorece a não realização de concordância verbal em P6, das 97 ocorrências, apenas 30 (30%) com .049 de P.R. dos dados apresentam a marcação explícita de plural. Na Tabela 12.1, a seguir, verificamos os resultados aqui apresentados.

Tabela 12.1 – Frequência e probabilidade de CV nos dados de escrita segundo a variável ‘presença e localização do SN sujeito’

Presença e localização do SN sujeito	Apl/Total	%	PR
SN anteposto	896/980	91	.591
SN nulo	300/334	89	.446
SN posposto	30/97	30	.049
Total	1226/1411	87	

Fonte: Ferminio, 2017, p. 124.

A variável ‘saliência fônica’ foi a segunda a ser selecionada por ordem de relevância pelo Programa Goldvarb (2001). É possível perceber que os resultados de Ferminio (2017) vêm atestar o que outros estudos apontam (cf. LEMLE e NARO, 1977; RODRIGUES, 1987; VIEIRA, 1995; SCHERRE E NARO, 1998a; MONGUILHOTT, 2001; PEREIRA, 2004; CARDOSO, 2005; GARCIA, 2005; SCHERRE E NARO, 2006; SCHERRE E NARO, 2007 e MONGUILHOTT, 2009; GAMEIRO, 2009; CHAVES, 2017). Nos verbos em que a oposição entre plural e singular é menos saliente, seria um contexto que restringe a aplicação da regra de concordância verbal (os resultados referem-se às três categorias do nível 1, oposição não acentuada: 74%, .220 de P.R.; 82%, .338 de P.R. e 62%, .109 de P.R. de aplicação da regra de concordância verbal). Em contraposição, quanto mais o verbo no plural se distingue da forma no singular, mais irá favorecer a aplicação da regra de plural (os resultados referem-se às três categorias do nível 2, oposição acentuada: 92%, .497 de P.R. 90%, .623 de P.R. e 94%, .749 de P.R. de aplicação da regra de concordância verbal). Contudo, é preciso destacar que, nesses resultados, a escala hierárquica prevista por Naro (1981) não seguiu a mesma direção, como observamos na Tabela 12.2.

Tabela 12.2 – Frequência e probabilidade de CV, segundo a variável ‘saliência fônica’

Saliência Fônica	Apl/Total	%	PR
Nível 1: Oposição não acentuada			
a. não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural	32/43	74	.220
b. envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural	344/415	82	.338
c. envolve acréscimo de segmentos na forma plural	46/74	62	.109
Nível 2: Oposição acentuada			
a. envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural	39/42	92	.497
b. envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural	655/721	90	.623
c. envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural	110/116	94	.749
Total	1226/1411	87	

Fonte: Ferminio, 2017, p. 129.

‘A variável ‘forma de representação do sujeito’ foi a terceira selecionada pela análise probabilística. Os resultados confirmaram algumas das hipóteses formuladas com base em outros estudos (cf. MONGUILHOTT, 2001; MONGUILHOTT, 2009; GAMEIRO, 2009; CHAVES, 2017), de que as formas de representação do sujeito com SN [+humano], que normalmente estão antepostos ao verbo, influenciam a marcação de CV, diferente das formas de representação do sujeito com SN [-humano], que normalmente se posicionam pospostos ao verbo, influenciando a não marcação de CV. Assim, os resultados revelam que o sujeito pronome pessoal, que normalmente aparece anteposto ao verbo, teve o maior índice de aplicação da regra de plural de concordância verbal, totalizando 342 (95%), no total de 358 ocorrências e PR. de .616. Não se esperava que o sujeito quantificador tivesse um índice tão alto de CV com 81 ocorrências (91%), do total de 89 e .592 de .R., em função da hipótese de que sujeitos dessa natureza tenderiam a aparecer também pospostos aos verbos, favorecendo a marcação de concordância verbal. Logo em seguida, vem o sujeito nulo com 333 ocorrências, sendo que 300 (90%) possuíam a marca explícita de plural. O sujeito + pronome relativo (que) teve um percentual alto de 84% de CV; o sujeito composto apresenta-se com 81% de CV e um P.R. de .324; o sujeito simples, com 79% e .447 de PR.; e o sujeito indefinido, com 75% e .379 de PR. E, por último, o sujeito demonstrativo mostrou os menores índices de marcação de concordância verbal (66%, .126 de PR. de marcação de plural), como podemos verificar na Tabela 12.3, a seguir.

Tabela 12.3 – Frequência e probabilidade de CV, segundo a variável ‘forma de representação do sujeito’

Forma de representação do sujeito	Apl/Total	%	PR
Sujeito pronome pessoal	342/358	95	.616
Sujeito quantificador	81/89	91	.592
Sujeito nulo	300/333	90	.558
Sujeito + pronome relativo (que)	45/53	84	.341
Sujeito composto	117/143	81	.324
Sujeito simples	293/369	79	.447
Sujeito pronome indefinido	34/45	75	.379
Sujeito pronome demonstrativo	14/21	66	.126
Total	1226/1411	87	

Fonte: Ferminio, 2017, p. 136.

A variável ‘traço humano no sujeito’ foi a quarta e última a ser selecionada como estatisticamente relevante pelo Programa Goldvarb (2001). Os resultados obtidos confirmam a hipótese formulada a partir de outros estudos que controlaram essa variável (cf. SCHERRE E NARO, 1998b; MONGUILHOTT, 2001; PEREIRA, 2004; CARDOSO, 2005; SCHERRE E NARO, 2007 e MONGUILHOTT, 2009; CHAVES, 2017), de que o SN [+humano] é um importante condicionador do uso da marcação de plural nos verbos. Do total de 1.223 ocorrências, 1.102 (90%) possuem marcação explícita de plural com um PR. de .519. Em contrapartida, em construções com SN [-humano], a probabilidade de concordância é menor, com um total de 188 dados, 124 (65%) ocorrências com concordância verbal e o PR. de .380, como mostra a Tabela 12.4.

Tabela 12.4 – Frequência e probabilidade de CV, segundo a variável ‘traço humano no sujeito’

Traço humano no sujeito	Apl/Total	%	PR
SN [+humano]	1102/1223	90	.519
SN [-humano]	124/188	65	.380
Total	1226/1411	87	

Fonte: Ferminio, 2017, p. 139.

Quanto à segunda etapa da análise estatística, Ferminio (2017) efetuou duas rodadas estatísticas no Programa GoldvarbX, separando os dados referentes às localidades de Florianópolis (amostra Brustolin, 2009 e amostra Silvano, 2016) e de Itajaí (amostra Agostinho, 2013), a fim de comparar os resultados de cada localidade. As variáveis independentes controladas, que se mostraram significativas

nas duas localidades, foram idênticas, tornando evidente que a localidade não interferiu na seleção das variáveis independentes mais significativas. A ordem de relevância estabelecida pelo Programa GoldvarbX foi ‘saliência fônica’, ‘presença e localização do SN sujeito’ e ‘forma de representação do sujeito’.

Ferminio (2017) efetuou, ainda, uma terceira rodada estatística, separando os dados de fala e de escrita das Escola LM e Escola PA, oriundos da amostra Brustolin (2009), com o intuito de comparar os dados de fala e escrita das mesmas escolas. As modalidades oral e escrita apresentaram uma distribuição de marcação explícita de plural semelhante dentro do contínuo de variação linguística, proposto por Bortoni-Ricardo (2004). As variáveis independentes selecionadas como estatisticamente relevantes nos dados de escrita foram ‘saliência fônica’, ‘tipo de verbo’ e ‘presença e localização do SN sujeito’. Quanto aos dados de fala, apenas o grupo de fatores ‘presença e localização do SN sujeito’ mostrou-se relevante.

Vale destacar que tanto os resultados que compararam as localidades de Florianópolis e de Itajaí quanto os resultados que compararam a fala e a escrita se assemelham aos resultados gerais dos dados de escrita das três amostras, referentes à primeira etapa da análise estatística.

3. USO VARIÁVEL DO <S> MORFOLÓGICO E FONOLÓGICO PÓS-VOCÁLICO EM SINTAGMAS NOMINAIS PLURAIS NA FALA DO FLORIANOPOLITANO

Nesta pesquisa, Silva (2014) analisou o fenômeno do apagamento do <s> morfológico e fonológico em sintagmas nominais plurais na fala do florianopolitano com o objetivo de estudar um fenômeno de variação linguística da língua portuguesa: o uso variável do <s> morfológico e fonológico em sintagmas nominais (SNs) plurais. Alguns exemplos da amostra da autora ilustram o fenômeno em estudo: (i) com presença de <s> marcador de plural ou fonema, ex.: dos primeiros filhos que (FFB2)¹²⁴, duas vezes (MFA3); (ii) ausência de <s> marcador de plural ou fonema, ex.: essas coisa0 (MFB4), quinhento0 réis (MFA3).

O estudo fundamentou-se no modelo teórico-metodológico da sociolinguística quantitativa ou teoria da variação e mudança linguística, base de todos os trabalhos arrolados neste capítulo. O *corpus* investigado constituiu-se de entrevistas do

¹²⁴ Os códigos referem-se à estratificação social dos informantes das amostras investigadas pela autora, a saber: sexo (M-masculino; F-feminino); escolaridade (F-Fundamental, U-Univesitário); idade (A-mais jovens, abaixo de 55 anos; B-mais velhos, acima de 55 anos) e informante (de 1 a 8 amostra: Varsul; de a a h: amostra Floripa).

banco de dados VARSUL, sendo oito entrevistas da amostra base, coletadas na década de 1990, e oito entrevistas do Banco Floripa, coletadas na década de 2010.

O estudo da realização ou não do <s> morfológico e fonológico pós-vocálico em SNs plurais teve por justificativa contribuir com os estudos da sociolinguística variacionista, uma vez que agrupa dois fenômenos geralmente estudados separadamente, a variação fonológica e morfológica, a fim de verificar se os processos de queda de segmentos finais sofrem influências dos mesmos grupos de fatores e se a variação morfológica interfere na ocorrência da variação fonológica (e vice-versa). Para tanto, foi considerada a variável linguística dependente em rodadas estatísticas, observando a realização ou a queda do <s>.

Foram analisadas nove variáveis linguísticas (estatuto do <s>; processos morfofonológicos de formação de plural; posição do item no SN; categoria da palavra; relação com o núcleo; contexto fonético-fonológico seguinte; marcas precedentes; tonicidade do item; grau dos substantivos e adjetivos; traço humano dos substantivos e adjetivos) e cinco sociais (sexo; escolaridade; idade; informante; amostra) a fim de melhor investigar a variação no uso do <s> em posição final, sendo consideradas sete linguísticas e duas sociais como mais relevantes para a marcação do <s> final em SNs plurais.

Os resultados mostram que, de um total de 1.819 dados analisados nas rodadas estatísticas no programa Goldvarb (2001), ocorreram 1.460 realizações de <s> – tanto morfológicos quanto fonológicos –, que equivalem a 80% dos dados da amostra, e 359 apagamentos de <s>, correspondentes a 20% do total. Esse resultado corrobora estudos anteriores, como Scherre (1988), (1994) e (1998), Fernandes (1996) e Martins (2013).

Através das análises estatísticas, os resultados de Silva (2014) mostraram que as variáveis linguísticas mais significativas foram, em ordem decrescente: ‘processos morfofonológicos de formação de plural’; ‘categoria do item lexical ou classe gramatical do termo do SN’; ‘relação com o núcleo’; ‘contexto seguinte ao item analisado’; ‘marcas precedentes’; ‘grau do substantivo e do adjetivo’ e ‘traço dos substantivos’. Em seguida, as variáveis sociais mais significativas foram ‘escolaridade’ e ‘idade’, e estas foram as duas últimas eleitas como mais significativas.

Quanto aos ‘processos morfofonológicos de formação de plural’ – princípio da saliência fônica –, Silva (2014) observou que as formas mais salientes são as mais propensas a reter a forma marcada de <s> em posição final, enquanto as formas menos salientes apresentam menor número de realização de <s> final.

Tabela 12.5 – Frequência, percentual e peso relativo de agrupamento das variantes de acordocom as variáveis de processos morfofonológicos de formação de plural

Saliência	Variáveis	Apl./total	% /s/	Apl./total	%/Ø/	PR
+saliente	1 Plural duplo: <i>uns tiques nervosos assim</i> (MUA8) 2 Plural irregular de palavras terminadas em –L: <i>trabalhinhos manuais</i> (FUBh) 3 Plural de palavras terminadas em –ÃO: <i>diversas instituições</i> (FUA6)	51/62	83	11/62	17	0,69
- saliente	4 Plural de palavras terminadas em –R: <i>as cores do clube</i> (FUAd) 5 Plural de palavras terminadas em –S: <i>duas vezes</i> (FFAg) 6 Plural regular: <i>todos os dois</i> (FFA1)	1.273/1.611	80	338/1.611	20	0,49
	Total	1.324/1.673	80	349/1.673	20	

Fonte: Silva, 2014, p.90.

No que se refere à variável ‘categoria do item lexical ou classe gramatical’, os resultados mostraram que não somente o fator classe é influenciador da forma da variante de realização do <s>, a posição que esta classe ocupa também será determinante para a ocorrência da variação, sendo que se comprovou que os numerais conservam bastante o <s> final, por se tratar de um segmento fônico. Os artigos e demonstrativos (que ocuparam a primeira e a segunda posição) apresentaram mais marcação na segunda do que na primeira posição, ainda que em ambas as posições em valores altos. Os adjetivos ocuparam todas as posições do SN e foram mais marcados também na segunda posição. Houve ocorrências de possessivos e indefinidos nas três primeiras posições, ambos com alto percentual de marcação na primeira posição, sendo que todos foram marcados na segunda e menos marcados quando ocuparam a terceira posição. Os substantivos foram categoricamente marcados na primeira posição e apresentaram marcação decrescente, conforme a posição em que se encontravam mais à direita do SN.

Tabela 12.6 – Frequência e percentual da relação entre categoria do termo do SN e posição linear

Classes	1ª posição	2ª posição	3ª posição	4ª posição	Total
Artigo e Demonstrativo	98% 471/483	100% 22/22	-	-	98% 493/505
Possessivo	97% 28/29	100% 19/19	67% 02/03	-	97% 49/51
Indefinido/ Quantificador	97% 113/116	100% 9/9	25% 2/8	-	94% 124/133
Numeral	94% 79/84	100% 25/25	100% 05/05	-	96% 109/114
Advérbio	67% 06/09	89% 08/09	100% 12/12	50% 01/02	85% 27/32
Adjetivos 1 e 2	80% 08/10	94% 32/34	56% 29/52	58% 07/12	68% 76/113
Substantivo	100% 47/47	66% 488/745	60% 45/75	50% 02/04	67% 582/871
Total	98% 752/778	70% 603/863	62% 95/155	57% 10/18	80% 1.460/1.819

Fonte: SILVA, 2014, p.94.

A variável ‘relação com o núcleo’ evidenciou que existe maior recorrência da marcação de <s> final apenas nos termos dispostos mais à esquerda no SN e antepostos ao núcleo e menor recorrência de marcação se o item estiver mais à direita ou posposto ao núcleo. Observou-se também que os núcleos são mais marcados na primeira posição se comparados à segunda.

Tabela 12.7 – Frequência, percentual e peso relativo para o grupo de fatores relação com o núcleo

Fatores	Apl./total	% /s/	Apl./total	% /Ø/	PR
Classe nuclear na primeira posição	39/40	98	1/40	2	0,95
Classe não nuclear anteposta ao núcleo na segunda posição	69/71	98	2/71	2	0,80
Classe não nuclear anteposta ao núcleo na primeira posição	716/744	97	28/744	3	0,53
Classe não nuclear posposta ao núcleo na segunda posição	31/39	80	8/39	20	0,45
Classe nuclear na terceira posição	44/72	62	28/72	38	0,44
Classe nuclear na segunda posição	506/765	67	259/765	33	0,42
Classe não nuclear posposta ao núcleo nas demais posições	54/87	63	33/87	37	0,30
Total	1.459/1.818	80	269/1.818	20	

Fonte: Silva, 2014, p.103.

Quanto ao ‘contexto seguinte’ ao item analisado, observou-se que as vogais e as pausas favoreceram a marcação de <s> final, enquanto as consoantes desfavoreceram. Sobre o grupo de fatores ‘marcas precedentes’, pode-se afirmar que houve também nos dados desse estudo a atuação do princípio do paralelismo formal, em que marcas levam a marcas e zeros levam a zeros, porém observou-se que advérbios e numerais, quando ocupam a primeira posição, influenciam a presença de marcação no item seguinte.

Tabela 12.8 – Frequência, percentual e peso relativo para o grupo de fatores contexto seguinte

Fatores	Apl./total	% /s/	Apl./total	% /Ø/	PR
Vogal	432/512	85	80/512	15	0,59
Pausa	93/145	65	52/145	35	0,52
Oclusiva (b,p,t,k,g,d)	622/762	82	140/762	18	0,49
Oclusiva (l)	28/35	80	7/35	20	0,48
Nasal (n,m)	171/218	79	47/218	21	0,48
Fricativa (f,v)	94/114	83	20/114	17	0,35
Fricativa (r)	20/33	61	13/33	39	0,05
Total	1.460/1.819	80	359/1.819	20	

Fonte: Silva, 2014, p.108.

A respeito do ‘grau do substantivo e do adjetivo’, os resultados mostraram que o grau normal favorece a marcação de <s> em posição final, enquanto os graus aumentativo e diminutivo desfavorecem.

Tabela 12.9 – Frequência, percentual e peso relativo de realização e queda de /s/ morfêmico nos diferentes graus do SN – substantivo e adjetivo

Fatores	Apl./total	% /s/	Apl./total	% /Ø/	PR
Normal	656/957	69	301/957	31	0,51
Aumentativo	1/3	33	2/3	67	0,16
Diminutivo	9/33	28	24/33	72	0,15
Total	666/990	67	324/99	33	

Fonte: Silva, 2014, p.115.

Em relação ao ‘traço humano dos substantivos e adjetivos’, ficou evidenciado que os substantivos e adjetivos com traço [+ humano] são favorecedores da realização de <s> final, o que não ocorre com os substantivos com traço [–humano]. Todavia, associou-se esse resultado ao fato de que o traço [+ humano] é um traço discursivamente mais saliente, como propõe Scherre (1988).

Tabela 12.10 – Frequência, percentual e peso relativo de realização e queda para o grupo de fatores traço humano do substantivo e adjetivo

Fatores	Apl./total	% /s/	Apl./total	% /Ø/	PR
+ humano	196/283	70	87/283	30	0,58
– humano	471/711	67	240/711	33	0,46
Total	667/994	67	327/994	33	

Fonte: Silva, 2014, p.117.

Quanto às variáveis sociais, os mais escolarizados foram os que mais favoreceram a aplicação da regra *presença de <s> em posição final*, confirmando o que dizem os diversos estudos da área da sociolinguística, em que se observa que o nível de escolaridade interfere na escolha do falante em usar formas consideradas de maior prestígio social.

Tabela 12.11 – Frequência, percentual e peso relativo para o grupo de fatores escolaridade

Variáveis	Apl./total	% /s/	Apl./total	% /Ø/	PR
Mais escolarizados	865/982	89	117/982	11	0,65
Menos escolarizados	595/837	72	242/837	28	0,31
Total	1.460/1.819	80	359/1.819	20	

Fonte: Silva, 2014, p.120.

O grupo dos mais jovens também apresentou maiores valores de conservação de <s> final quando comparado ao grupo dos mais velhos. Dessa forma, os resultados apontaram para a direção inversa à que os estudos sociolinguísticos têm mostrado.

Tabela 12.12 – frequência, percentual e peso relativo para o grupo de fatores idade

Variáveis	Apl./total	% /s/	Apl./total	% /Ø/	PR
Mais jovens (A)	646/887	87	241/887	13	0,65
Mais velhos (B)	814/932	72	118/932	28	0,34
Total	1.460/1.819	80	359/1.819	20	

Fonte: SILVA, 2014, p.121.

No estudo de Silva (2014), como a investigação controlou apenas quedas fonêmicas de /s/ em SNs plurais, a hipótese é de que houve perda de muitos dados em outros contextos, tais como em expressões de uso do pronome pessoal **nós** e interjeições como *Me Dei do Céu!*, *Filme três D*, *Mai nada*. Sendo assim, a autora sugere que, para que se possa descrever com mais detalhes o perfil dessa variação na fala do florianopolitano, os contextos de análise sejam ampliados.

4. SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL: UMA TEORIA CRÍTICA?

Lara (2010), em sua dissertação intitulada *O preconceito às avessas na linguagem: um estudo da variação linguística*, teve alguns objetivos distintos, porém todos com a intenção de conhecer melhor a discriminação benigna (o que, no título da dissertação, é referenciado como preconceito às avessas). O autor partiu da hipótese de que a Sociolinguística, especialmente suas aplicações ao ensino, tem impactos transformadores no modo como os sujeitos avaliam fenômenos linguísticos. Isto é, trabalhar dados e conceitos sociolinguísticos com os estudantes pode fazer com que este grupo passe a compreender a naturalidade das diferentes manifestações linguísticas, atenuando possíveis preconceitos advindos de avaliações sociais extralinguísticas.

Entre os objetivos, o principal se deteve na estimativa de investigar se o contato com os conhecimentos advindos da Sociolinguística faria com que houvesse uma redução de estigma em testes de avaliação subjetiva. Logo, testes que avaliavam o mesmo fenômeno foram aplicados a dois grupos: i) estudantes de ensino superior, graduados em Letras, com conhecimento em Linguística e ii) estudantes de ensino médio. Um desses testes será detalhado nesta seção.

Para desenvolver tal tema, a fundamentação teórica abrigou desde conceitos sociológicos sobre a discriminação benigna até a revisitação de textos estruturantes da Sociolinguística (incluindo documentos de entrevistas com Labov (1997)), com a intenção de perceber se a ideação crítica e transformadora restava presente em tais materiais. Na ocasião, a comparação se dava entre o preconceito às avessas (ou discriminação benigna) com a Sociolinguística Educacional (devido a seu potencial transformador). Agora, é possível vislumbrar os impactos sociais da Sociolinguística Educacional não apenas com efeitos afirmativos na diminuição de preconceitos linguísticos, mas também como uma Teoria Crítica. Teorias críticas são estudos que transcendem os aspectos meramente reflexivos e são potencialmente transformadores do meio social. Ambas, Sociolinguística Educacional e Teoria Crítica, são melhor esmiuçadas a seguir.

Podemos dizer que a Sociolinguística Educacional é a área aplicada da Sociolinguística e vários autores a denominam de formas distintas (Sociolinguística Aplicada, uma outra possibilidade), porém Bagno (2007) e Bortoni-Ricardo (2004), que são pesquisadores da área, por exemplo, usam o referido termo.

É necessário que se faça a distinção entre as áreas da Sociolinguística para o melhor entendimento de cada uma delas. A principal segmentação se dá em dois subgrupos: (i) estudos variacionistas e (ii) estudos aplicados. Disso, decorrem

as duas subáreas: (i) Sociolinguística Paramétrica, devido à confluência com o gerativismo; e (ii) Sociolinguística Educacional (SE). Enquanto a primeira é responsável pelo arcabouço formal que dá sustentação à compreensão de como ocorrem os processos de variação e mudança na língua, a segunda se centra em como aplicar tais conhecimentos de modo que reverberem nas práticas de ensino de língua. Logo, a aplicação de uma sociolinguística só é possível devido aos estudos variacionistas, pois vem deles o entendimento estrutural de como a língua varia e muda, ou seja, os estudos variacionistas desenharam o panorama formal, do qual é possível discernir que tais processos pertencem à natureza da língua, assim como têm seus lastros em fenômenos sócio-históricos. Bagno (2008) já aponta nesse sentido: “É inegável que a sociolinguística variacionista tem fornecido suporte empírico para o combate às construções ideológicas que se apoiam nas diferenças linguísticas como pretexto para suas políticas de discriminação e de exclusão social” (p.9). Já no que se refere à aplicação dos conhecimentos sociolinguísticos, Saville-Troike (1989) hipotetiza que tais transformações poderão ser vistas pelas próximas gerações.

A aplicação dos conhecimentos sociolinguísticos causa um grande impacto nas aulas de língua, assim como nos debates públicos sobre como devem ser as aulas de português, no caso do Brasil. Em virtude disso, por exemplo, em 2011, o caso do livro didático que polemizou na mídia ao gerar manchetes falaciosas como “Livro adotado pelo MEC defende falar errado”¹²⁵ e “MEC distribui livro que aceita erros de português”¹²⁶ mostra que há um descompasso entre o conhecimento produzido pelas Universidades e a comunicação com a comunidade.

Muito provavelmente essa reação da comunidade leiga às aplicações de conhecimentos sociolinguísticos nas práticas de ensino já são indícios do potencial crítico e transformador da SE. Então, por que não a concebemos como uma teoria crítica?

Antes de delinear o que é a Teoria Crítica e seus objetivos transformadores das normas sociais, vale trazer um breve percurso histórico sobre a Escola de Frankfurt (EF), berço de tal estudo.

A EF, originada em 1920, é um instituto de pesquisas sociais cujos objetivos iam da concepção do processo social a partir de análises reflexivas à elaboração de arcabouços teóricos críticos sobre como intervir e fazer a diferença dentro de

¹²⁵ Manchete e matéria disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,livro-adotado-pelo-mec-defende-falar-errado,718471.amp>. Consulta em 19/09/2021.

¹²⁶ Manchete e matéria disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/mec-distribui-livro-que-aceita-erros-de-portugues-2789040>. Consulta em 19/09/2021.

um sistema social já dado. Nesse sentido, vale destacar o pensamento de Max Horkheimer de que “(...) não se deve mais apenas criticar o estado das coisas existentes, mas fazer a intervenção contra a opressão e a exploração, subvertendo as práticas teóricas puramente reflexivas”. (HUISMAN, 2004, p. 509)

Max Horkheimer esclarece alguns conceitos que facilitam a compreensão sobre as questões sociais, especialmente sobre as questões de cultura de massa dentro de sistemas capitalistas. Assim, ele teoriza sobre a ideia de razão instrumental, pela qual o homem opera dentro das sociedades de forma mecânica e tecnicista, cumprindo um papel como um meio para alcançar determinado objetivo. Para Horkheimer, o indivíduo, dentro dessa lógica instrumentalista, dissolve-se dentro do todo social.

A Teoria Crítica, assim, passa a designar uma compreensão dos processos sociais para uma posterior intervenção transformadora da sociedade. A intenção é fazer com que os conhecimentos produzidos não tenham um viés estritamente positivista, restando apenas o acúmulo de dados, como se fosse para uma retroalimentação da própria academia. A intenção é torná-los peças que constituirão uma transformação, emancipando os sujeitos agora conscientes do sistema no qual estão inseridos. Labov (1997), quando questionado a respeito de sua pesquisa sobre o *Black English Vernacular* (BEV), já mostra que a preocupação com as questões sociais estava no cerne da Sociolinguística.

Chegamos à conclusão de que havia grandes diferenças entre os padrões de fala de negros e brancos, mas que a principal causa do fracasso na leitura foi a desvalorização simbólica do inglês vernacular afroamericano, que vinha de uma parte do racismo institucionalizado de nossa sociedade, e previa o fracasso escolar para aqueles que o utilizaram. (...) Eu escrevi um artigo chamado *The Logic of Nonstandard English*, que defendeu a língua materna da comunidade negra como perfeitamente adequada para o pensamento lógico e da aprendizagem. (LABOV, 1997, tradução nossa)¹²⁷

Evidenciamos que a língua, por ser também um fenômeno cultural, pode e deve entrar na mesma lógica em que outros fenômenos culturais estão inseridos, na ótica da Teoria Crítica. Assim, a SE, ao propor práticas de ensino que revelem os conhecimentos sociolinguísticos aos estudantes, fazendo com que estes enxerguem o fenômeno linguístico com a natureza que lhe é própria, e compreendendo os preconceitos linguísticos como reflexos das hierarquias estruturantes da sociedade, encaixa-se potencialmente como interventora social e como subversiva das

¹²⁷ Não há número de página na citação, pois foi retirada de um texto de Labov, não paginado, que o autor enquadra como “um ensaio que escrevi para uma publicação de 1987 dirigida a estudantes de graduação, que continha várias respostas à pergunta: como você entrou no campo de trabalho escolhido?”.

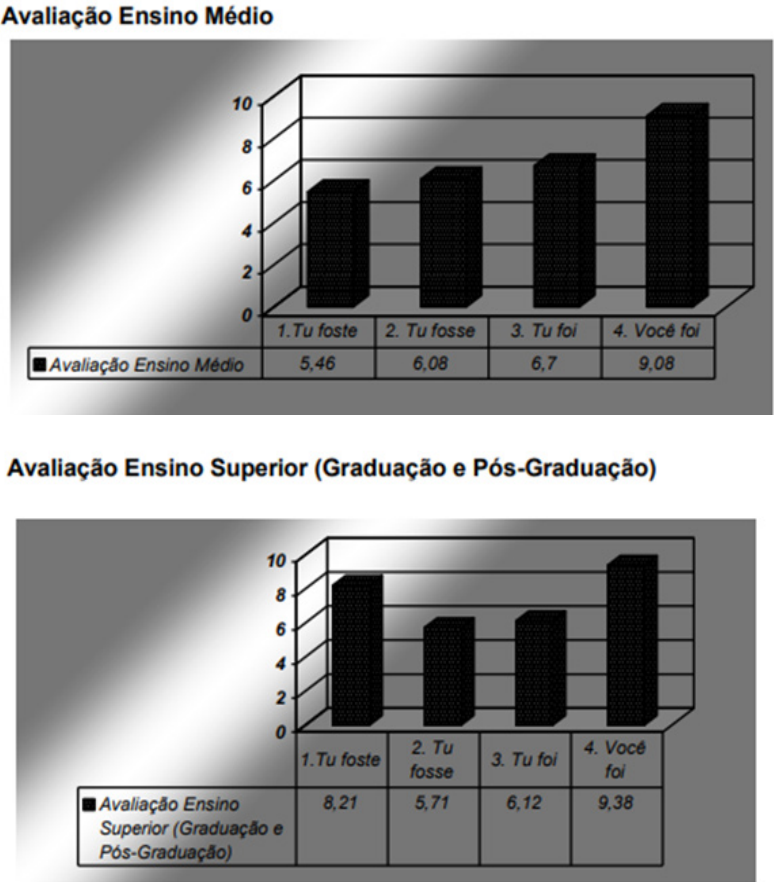
noções linguísticas padronizantes dadas como normais. Esse fato possibilita o enquadramento da SE também como uma teoria crítica, ao lado de muitos outros postulados já desenvolvidos, como os estudos de gênero ou os estudos raciais, por exemplo.

Outro ponto que deve ser esclarecido é o fato de haver uma crítica, por parte das ciências aplicadas, aos estudos formais de que estes não intervêm nas esferas sociais. A SE está colocada justamente para desmentir tal falácia: sem o formalismo e os estudos de variação e mudança, não há terreno para a criação de aportes teóricos aplicados, que são próprios da SE, assim como para a confecção de materiais didáticos que visam a outras práticas de ensino. Ou seja, há uma dependência teórica do formalismo que não deve ser ignorada nem relegada a um segundo plano, uma vez que é através dos dados revelados por estudos variacionistas que se dão os próximos passos rumo à aplicação prática e à reflexão crítica sobre os processos de variação e mudança.

Entre os testes de avaliação aplicados em Lara (2010), um deles teve como foco compreender como a alternância entre os pronomes **tu** e **você** era analisada. Os entrevistados (que compuseram um grupo de 92 pessoas) tiveram que atribuir uma nota de 0 a 10 para sentenças que apresentavam o fenômeno em variação (onde 0 representava estigma e 10 representava prestígio). As 4 sentenças analisadas foram:

- (7) **Tu foste** alguém que me fez crescer.
- (8) **Tu fosse** na loja no dia da inauguração?
- (9) **Tu foi** em frente e eu não conseguia tirar o olho.
- (10) **Você foi** na direção oposta.

Figura 12.1 – Avaliação dos Ensinos Médio e Superior.



As diferentes avaliações entre o grupo de alunos de Ensino Médio (EM) e de Ensino Superior (ES) apontaram que há uma preferência em avaliar positivamente as construções mais canônicas. Conforme Lara (2010):

A maior discrepância entre as notas dadas pelos informantes do EM e do ES foi no que compete à realização ‘tu foste’. Enquanto a avaliação do EM foi 5,46, mostrando neutralidade, a avaliação pelos 99 informantes dos cursos de graduação em letras e pós-graduação em linguística ficou em 8,21, indicando prestígio. Os alunos do EM consideraram a frase com o ‘tu foste’ a menos prestigiada, já os do ES consideraram a mesma frase como a segunda mais prestigiada. As outras realizações obtiveram avaliações semelhantes, e o uso de ‘você foi’ permaneceu com maior prestígio em ambos os níveis de escolaridade. (p.99)

Como resultado, houve tênues diferenças entre o modo de avaliação linguística por parte dos dois grupos em questão. Isso significou que, embora o segundo grupo possuísse conhecimentos sobre estudos e discussões da sociolinguística, o fato de

ele estar inserido dentro de uma estrutura social maior acabava prevalecendo. Em outras palavras, a maneira de detectar e reconhecer fenômenos estigmatizados é bem similar entre quem possui contato teórico com a sociolinguística e quem não o possui, com uma diferença muito pequena que apontou uma atenuação do estigma por parte do primeiro grupo. Ressalva-se que os testes foram aplicados em 2010 e que hoje, com o amadurecimento das discussões, podem resultar diferentes.

Embora os resultados dos testes de avaliação aplicados por Lara (2010) não apontem que o conhecimento sociolinguístico tenha causado mudanças significativas na maneira como os sujeitos avaliam diferentes fenômenos linguísticos, não se pode ignorar que tais transformações são paulatinas e devem ser observadas em gerações futuras. Tampouco se pode ignorar o potencial transformador das teorias sociolinguísticas na compreensão e dissolução de preconceitos sociais que incidem sobre a língua.

5. PALAVRAS FINAIS

Neste capítulo, trouxemos resultados de três estudos acerca dos fenômenos variáveis da concordância nominal e verbal, respaldados no quadro teórico da sociolinguística variacionista e da sociolinguística educacional.

Em Ferminio (2017) e Silva (2014) temos aproximações entre as variáveis que se mostraram relevantes no condicionamento dos fenômenos investigados, como a saliência fônica e o traço humano do sujeito.

Em ambos os estudos, os itens mais salientes apresentaram tendência em preservar as marcas de concordância em nomes e verbos. Além dessa tendência, os sujeitos mais humanos também condicionaram os traços de concordância em nomes e verbos. As duas variáveis confirmam a mesma tendência já comprovada em diversos estudos acerca dos fenômenos investigados (cf. LEMLE e NARO, 1977; RODRIGUES, 1987; VIEIRA, 1995; SCHERRE E NARO, 1998a; MONGUILHOTT, 2001; PEREIRA, 2004; CARDOSO, 2005; GARCIA, 2005; SCHERRE E NARO, 2006; SCHERRE E NARO, 2007; MONGUILHOTT, 2009; GAMEIRO, 2009; CHAVES, 2017).

Lara (2010) evidencia um teste subjetivo aplicado com estudantes de ensino médio e estudantes de ensino superior que avalia o prestígio ou o estigma da relação de concordância verbal com os pronomes de segunda pessoa do singular **tu** e **você**. Os resultados apontam uma diferença mais marcada entre esses dois grupos para a forma **tu foste**, enquanto os estudantes de ensino médio avaliam a forma como estigmatizada. Os estudantes de ensino superior da área de Letras e Linguística a avaliam como prestigiada, o que pode indicar, a longo prazo, que o

grupo que teve contato com os conhecimentos da sociolinguística pode apresentar tendência em estigmatizar menos as diferentes variedades de uso da língua.

Nas três pesquisas, fica clara a importância dos estudos de variação e mudança em diferentes frentes, seja na descrição de fenômenos linguísticos, como os de concordância verbal e nominal apresentados em Ferminio (2017) e Silva (2014), seja na elaboração de aporte teórico prático, respaldado na Sociolinguística Educacional, a partir de testes subjetivos apresentado em Lara (2010).

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo Parábola Editorial: 2004.

CARDOSO, R. C. *Variação na concordância verbal no indivíduo: um confronto entre o linguístico e o estilístico*. 2005. 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

CHAVES, R. G. *A redução/desnasalização de ditongos nasais átonos e a marcação explícita de CVP6: um estudo de correlação*. 2017. 359f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FERNANDES, M. *Concordância Nominal na Região Sul*. 1996. 143f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

FERMINIO, P. *A variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural em textos escritos e orais de alunos das séries finais do ensino fundamental da rede pública de ensino de Florianópolis e Itajaí*. 2017. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GAMEIRO, M. B. *A variação da concordância verbal na terceira pessoa do plural em redações escolares do ensino fundamental e médio*. 222 f. Tese de Doutorado, UNESP, São Paulo, 2009.

GARCIA, S. O. *A concordância verbal em redações de vestibular*. 2005. 116f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, 2005.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. *Textos*

escolhidos. (Col. Os Pensadores, Vol. XLVIII). São Paulo, Abril Cultural, 1983. P 117-161.

HUISMAN, D. *Dicionário dos filósofos*. Tradução: Cláudia Berliner et alii. São Paulo: Martins Fontes, 2001

LABOV, W. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972

LABOV, W. Texto autobiográfico de Labov: *How I got into Linguistics, and what I got out of it*. 1997 Disponível em: <http://www.pbs.org/speak/speech/sociolinguistics/labov/> Acesso em: agosto de 2010.

LARA, C. E. O. *O preconceito às avessas na linguagem: um estudo da variação linguística*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LEMLE, M.; NARO, A. J. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

MARTINS, F. S. *Variação na concordância nominal de número na fala dos moradores do Alto Solimões (Amazonas)*. 2013. 239p. Tese (Doutorado em Linguística), UFSC, Florianópolis, 2013.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. 2001. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. 2009. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*. LSA, 57(1):63-98, 1981.

PEREIRA, D. C. *Concordância verbal na língua falada nas trilhas das bandeiras paulistas*. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Â. C. de S. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. São Paulo, 1987. 323 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

SAVILLE-TROIKE, M. *The Ethnography of Communication*. Oxford, England Blackwell Publishers: Oxford & Cambridge. Second Edition, 1989

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP)* – Norma e Variação do Português. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 1994.

SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância de número no sintagma nominal em português*. 1988. 555p. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

SCHERRE, M. M. P. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SCHERRE, Maria Marta Pereira & SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. *Padrões Sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Fonologia, UFRJ, 1998.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. *Fórum Linguístico: Pós-Graduação em Linguística*, UFSC. Florianópolis: (45-71), 1998a.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: Giovanni Ruffino. (Org.). *Dialetologia, Geolinguística, Sociolinguística (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza)*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998b, v. 5, p. 509-523.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. *Scripta* (PUCMG), Belo Horizonte - PUCMINAS, v. 9, n.18, p. 109-131, 2006.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. *Sobre o deslocamento do controle da concordância verbal*. *Linguística (PPGL/UFRJ)*, v. 3, p. 133-159, 2007.

SILVA, F. *Uso variável do /s/ morfêmico e fonêmico pós-vocálico em posição final de sintagma nominal plural na fala do florianopolitano*. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

VIEIRA, S. R. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do Norte Fluminense*. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

A EXPRESSÃO E A CONCORDÂNCIA VERBAL DA PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM FLORIANÓPOLIS/SC: DADOS DE FALA E TEXTOS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Izete Lehmkuhl Coelho

Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott

Universidade Federal de Santa Catarina

Juliana Flores das Chagas

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC

Ana Kelly Borba da Silva Brustolin

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC

Gabriella Ligocki Pedro Silvano

Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC

1. INTRODUÇÃO

O sistema pronominal e o sistema de flexão verbal são fenômenos variáveis que se correlacionam. Neste capítulo, trazemos três estudos que investigaram, de alguma maneira, essa correlação com os pronomes de primeira pessoa do plural

nós e *a gente*, pronomes que se mostram bastante produtivos na fala e na escrita do Português Brasileiro.

Os três estudos resultam de pesquisas de mestrado (CHAGAS, 2015; BRUSTOLIN, 2009; SILVANO, 2016) realizadas na Pós-Graduação em Linguística da UFSC e orientadas pela Prof^a. Izete Lehmkuhl Coelho. Coelho vem investigando tanto o sistema pronominal quanto o sistema de flexão verbal e suas correlações em inúmeras pesquisas, tanto com dados sincrônicos, como é o caso desses trabalhos por ela orientados, quanto com dados diacrônicos (COELHO, 2019), que possibilitam melhor entender o percurso de variação e mudança de ambos os fenômenos. Além disso, a pesquisadora dedica-se a estabelecer correlações entre as pesquisas na área da sociolinguística e o ensino, o que também aparece nos resultados desses trabalhos nos quais são analisadas amostras de fala e escrita de estudantes da educação básica, além de amostras do Banco VARSUL, projeto do qual faz parte há quase três décadas. Agradecemos muitíssimo a nossa homenageada, Izete, pela orientação e coautoria das pesquisas, objeto deste capítulo.

Nessas pesquisas, a serem aqui apresentadas, temos em Chagas (2015), na seção 2, uma análise da concordância de *a gente* em estruturas predicativas na fala florianopolitana. Já em Brustolin (2009), na seção 3, encontramos um estudo da variação e uso de *nós* e *a gente* na escrita e na fala de alunos de anos finais do Ensino Fundamental da cidade de Florianópolis em quatro escolas estaduais. E em Silvano (2016), na seção 4, observamos a análise de variáveis internas e externas à língua que condicionam a variação na concordância verbal da primeira pessoa do plural (P4) em duas amostras de duas escolas da Rede Pública de Florianópolis.

2. CONCORDÂNCIA DE GÊNERO E NÚMERO DE A GENTE EM ESTRUTURAS PREDICATIVAS NA FALA FLORIANOPOLITANA

Contemporaneamente, a forma *a gente* é utilizada como alternativa à expressão do pronome *nós*, prática que representa o resultado de um processo de mudança que envolve diversos fatores linguísticos e sociais. Esse movimento, conforme Lopes (2003), tem sua origem na forma nominal *gente*, a qual é derivada do substantivo latino *gēns*, *gentis*, que significa “raça”, “família”, “tribo”, “o povo de um país, comarca ou cidade”. Desse modo, *a gente* possui como herança latina o caráter genérico e globalizante; no entanto, ainda hoje, segundo a autora, não é possível considerar essa forma apenas como um pronome indefinido, mas, sim, como um pronome pessoal que também pode possuir uma referência indefinida.

Visto isso, Chagas (2015) objetivou compreender o processo que movimentou o substantivo indefinido *gente* à categoria de pronome de primeira pessoa do plural, a partir da análise do comportamento do *a gente* em estruturas predicativas, a fim de compreender a mudança que está ocorrendo no paradigma pronominal do Português Brasileiro, em amostras de fala da cidade de Florianópolis.

Para isso, a autora tomou como base a Teoria da Variação e Mudança (WLH, 1968), assim como os demais estudos aqui arrolados, bem como preceitos sobre o fenômeno da gramaticalização de Hopper (1991) e Heine (2003), além da teoria de traços formais e semânticos de Rooryck (1994), retomada por Lopes (1999; 2003) e Lopes e Rumeu (2007). Chagas (2015) ancorou seu estudo também em diversas pesquisas sociolinguísticas que analisaram o fenômeno com base em diferentes abordagens, como a alternância entre *nós* e *a gente* (OMENA, 1998; 2003; MACHADO, 1995; CALLOU; LOPES, 2004; SEARA, 2000; VIANNA; LOPES, 2015), a concordância verbal de primeira pessoa do plural (ZILLES et al, 2000; ZILLES; BATISTA, 2006) e a concordância de *a gente* em estruturas predicativas (VIANNA, 2006; 2011).

À luz das teorias e pesquisas supracitadas e com o suporte do controle de fatores sintático-semânticos (traços de gênero, número e pessoa) que operam na mudança categorial do *a gente*, a autora analisou duas amostras de fala de informantes nascidos em Florianópolis nos períodos de 1990 e 2010 pertencentes ao banco de dados do Projeto VARSUL.

Foram coletadas todas as ocorrências dos pronomes *nós* e *a gente* em construções predicativas com foco na correlação das flexões de gênero e número nesses contextos:

i. A gente em posição de sujeito em estruturas predicativas

(1) Meu Deus, a gente era tão... tão respeitado, né? (FEM/VEL/SUP/9)¹²⁸

ii. Nós em posição de sujeito em estruturas predicativas

(2) Nós já somo muito velha. (FEM/JOV/SUP/9)

¹²⁸ Estas abreviaturas se referem à estratificação do informante segundo as variáveis sexo, faixa etária, grau de escolaridade e década, respectivamente, sendo: Sexo (FEM – feminino; MAS – masculino); Faixa Etária (JOV – 15 a 24 anos; ADULT – 25 a 49; VEL – acima de 50 anos); Escolaridade (FUND – até 8 anos; SUP – acima de 8 anos); Década (9 – década de 1990; 2 – década de 2010).

Inicialmente, a autora pretendeu trabalhar com 48 gravações de entrevistas de informantes florianopolitanos de zonas urbanas, sendo 24 da amostra de 1990 e 24 da amostra de 2010. Para tanto, Chagas (2015) organizou amostras a partir de 24 falantes do sexo feminino, 12 possuindo até 8 anos de escolaridade e 12 com mais de 8 anos de escolaridade; e 24 falantes do sexo masculino, igualmente, 12 com até 8 anos de escolaridade e 12 com mais de 8 anos de escolaridade, constituindo-se, desse modo, dois informantes por célula.

No entanto, devido à natureza complexa do fenômeno, a concordância de *a gente* em estruturas predicativas, o número de dados encontrados se mostrou escasso e ocasionalmente inexistente. Portanto optou a autora por incluir na análise contextos não urbanos, considerando a hipótese de Chagas (2015) de que o fenômeno não variava entre as regiões urbanas e não urbanas de Florianópolis – fato que poderá ser constatado em pesquisas futuras. Sendo assim, o *corpus* da autora se constituiu por 22 gravações de entrevistas referentes à amostra 1990 (11 homens, 6 com até 8 anos de escolaridade e 5 com mais de 8 anos de escolaridade; e 11 mulheres, 6 com até 8 anos de escolaridade e 5 com mais de 8 anos de escolaridade). No que concerne à amostra 2010, foram utilizadas 16 entrevistas (5 homens, 3 com até 8 anos de escolaridade e 2 com mais de 8 anos de escolaridade; e 11 mulheres, 5 com até 8 anos de escolaridade e 6 com mais de 8 anos de escolaridade).

A variável dependente se trata da alternância entre estruturas predicativas com a forma inovadora *a gente* e estruturas predicativas com o pronome padrão *nós*, ambos em posição de sujeito (*A gente está/estamos cansado/a(s) / Nós estamos cansado/a(s)*). Esse fenômeno possui uma complexidade, comum no processo de gramaticalização, decorrente da não correlação entre os traços semânticos e formais do *a gente* pronominal. Isso significa que o *a gente*, embora seja formalmente expresso no singular, possui significado plural, o qual, assim como o *nós*, pode compreender outras possibilidades de referência (eu+tu/você, eu+ele/ela, eu+vocês, eu+eles/elas, eu+todos e eu genérico). Assim, somente a alternância entre as formas pronominais não é suficiente para entender a pronominalização do *a gente*, pois também se faz necessária a análise da sua dependência, em comparação com a do *nós*, com as concordâncias de gênero e número expostas nos elementos predicativos.

A fim de analisar, então, a correlação dos pronomes em estruturas predicativas com seus traços semânticos e formais, elencaram-se as seguintes variáveis linguísticas e sociais: extensão semântica do referente; concordância de gênero e número com as formas pronominais em estruturas predicativas; concordância verbal

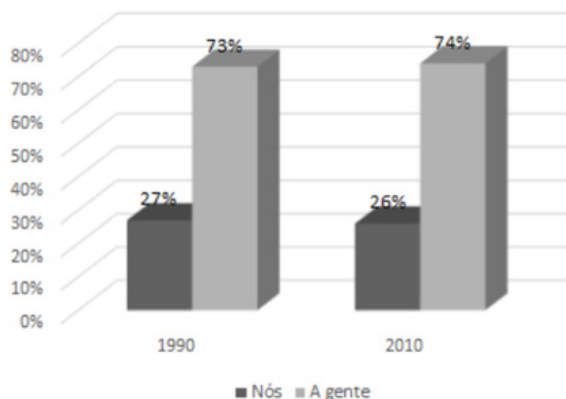
com as formas pronominais em estruturas predicativas; preenchimento do sujeito em estruturas predicativas; grau de escolarização; sexo; faixa etária; e década.

Chagas (2015) tomou como base para a classificação a variável dependente, ou seja, separou um conjunto de dados que continham sentenças com estruturas predicativas com o sujeito *a gente* e outro conjunto de sentenças de estruturas predicativas com o sujeito *nós*. Após isso, a autora fez uma segunda rodada a partir do pronome e da década a fim de identificar o comportamento individual de cada forma pronominal em cada década em relação aos condicionadores linguísticos e extralinguísticos.

Desse modo, após as várias rodadas estatísticas, as variáveis linguísticas e sociais mais significativas, considerando apenas os índices percentuais, foram: (i) concordância de gênero e número com as formas pronominais em estruturas predicativas; (ii) extensão semântica do referente; (iii) concordância verbal com as formas pronominais em estruturas predicativas; (iv) sexo; e (v) década.

Analisando as duas amostras juntas, os resultados apontam que os falantes preferem usar *a gente* em detrimento do *nós*: os dados obtidos através da análise de tais entrevistas totalizam 202 ocorrências de estruturas predicativas com *nós* e *a gente*, sendo 26% (53 dados) com *nós* e 74% (149 dados) com *a gente*. Já nos resultados por período, na primeira amostra, referente à década de 1990, foram encontrados 155 dados, 41 (27%) com o pronome *nós* e 114 (73%) com *a gente*; e, no que se refere à amostra de 2010, foram obtidos apenas 47 dados, 12 (26%) com o pronome *nós* e 35 (74%) com *a gente*. Visto isso, entre as décadas de 1990 e 2010, a frequência de uso da forma inovadora *a gente* foi ampliada em 1%, aproximando-se dos resultados de Omena (2003) para as amostras de fala do Rio de Janeiro, que, assim como Callou e Lopes (2004), afirma que o leve aumento entre os anos não agrega uma mudança na comunidade. Ou seja, esse comportamento indica uma certa estabilidade no processo de mudança no paradigma pronominal brasileiro.

Gráfico 13.1 – Porcentagem geral do uso de *nós* e *a gente* em duas amostras do VARSUL.



A partir da análise da variável concordância de gênero e número em estruturas predicativas, Chagas (2015) conseguiu evidenciar que, indo ao encontro de suas hipóteses, na fala florianopolitana, as formas singulares são favorecidas pelo uso do *a gente* e as formas no plural do *nós*. Com isso, a autora encontrou três estratégias de concordância com o *a gente*:

i. **A gente + Feminino Singular**

(3) *A gente se sente que é obrigada a ir. (FEM/VEL/FUND/9)*

ii. **A gente + Masculino Singular**

(4) *Muitas vezes a gente é confundido com turista. (FEM/ADULT/SUP/9)*

iii. **A gente + Masculino Plural**

(5) *A gente trabalha juntos. (FEM/ADULT/SUP/2)*

Ainda, encontrou quatro estratégias de concordância para o pronome *nós*:

i. **Nós + Feminino Singular**

(6) *Nós já somo muito velha. (FEM/JOV/FUND/9)*

ii. **Nós + Feminino Plural**

(7) *Nós crescemos juntas, né? (FEM/JOB/SUP/9)*

iii. Nós + Masculino Singular

(8) *Nós sono só católico.* (MAS/JOV/SUP/9)

iv. Nós + Masculino Plural

(9) *Se nós fossemos honestos [...].* (FEM/VEL/SUP/9)

Além disso, o resultado mais relevante foi o aumento no uso do masculino singular e plural com o *a gente* em 20 anos, que passou de 68% (78/114) em 1990 para 80% (28/35) em 2010, o que, segundo Vianna (2006), evidencia um novo estágio no processo de gramaticalização de *a gente*, que, ao se combinar com adjetivos e participios em estruturas predicativas, perde o seu caráter referencial, demonstrando a subespecificação semântica de gênero desse pronome. Ademais, Chagas (2015) apontou também um aumento do masculino singular – 46% (19/41) em 1990 para 75% (9/12) em 2010 –, que pode, nesse caso, representar o encaixamento do *a gente* no sistema pronominal do PB. Isso por conta de sua origem ser em um substantivo singular, que acaba favorecendo a combinação com estruturas também no singular.

Em relação à variável extensão semântica do referente, os resultados apontam para um uso maior da marcação masculino singular, tanto para nós quanto para *a gente*, realizado exclusivamente para fazer referências determinadas (homens e mulheres) e majoritariamente indeterminadas (mista e genérica). Esse comportamento segue os resultados de Vianna (2006), que justifica essa preferência por conta da manutenção de traços pertencentes à sua forma de origem, conforme o Princípio da Persistência de Hopper (1991). Ou seja, mesmo que o *a gente* referencie o “falante+alguém”, ainda existe um traço indeterminador em sua natureza originário no substantivo coletivo *gente* que se mostra atuante ainda na contemporaneidade.

A concordância verbal em estruturas predicativas também corroborou a hipótese de que o *a gente* favorece formas singulares e o *nós* favorece formas plurais. A forma pronominal *a gente* se combinou mais com estruturas no singular, apresentando frequência de 86% em 1990 e 97% em 2010. Entretanto, foram encontrados apenas dois dados de *a gente* se combinando em verbos flexionados na primeira pessoa do plural, o que pode estar relacionado à sua incompatibilidade de traços formais e semânticos – referência ao “falante+alguém” e concordância verbal em P3. Ou seja, ao vir acompanhada de verbos em P4, essa forma acaba se comportando como um pronome legítimo, apresentando os mesmos traços semânticos e formais segundo algumas autoras, como Lopes (1999) e Vianna (2006).

Quanto às variáveis sociais, a primeira mais relevante foi o grau de escolarização dos informantes. A escola se mostra mais conservadora nos primeiros anos de ensino, prescrevendo o uso do pronome padrão *nós*. No entanto, os informantes mais escolarizados se comportam de forma mais inovadora do que os informantes que possuem menos de 8 anos de escolaridade, apresentando maior frequência de uso do *a gente*, o qual tem seu número ampliado em 20 anos. Esse padrão pode apontar para uma não estigmatização social dessa forma. Por outro lado, informantes menos escolarizados possuem maior frequência de uso de concordância de número não padrão com o pronome inovador, enquanto os mais escolarizados apresentam uso categórico da concordância padrão.

A segunda variável social e, sem dúvida, mais relevante, foi o sexo do informante. Isso porque nossos resultados apontam as mulheres como as maiores favorecedoras de formas inovadoras para esse fenômeno. A partir de um estudo de tendência, o uso de *a gente* passou de 72% em 1990 para 87% em 2010, ao passo que os homens tiveram seu uso diminuído de 77% para 50% em 20 anos. Os resultados indicam que, no processo de mudança linguística, as mulheres assumem a liderança quando a forma inovadora é socialmente prestigiada, como defende Labov (2001). Uma evidência desse prestígio é a preferência dos mais escolarizados por essa forma, como evidenciado anteriormente na análise do grau de escolarização.

Em relação à concordância de gênero com a forma *a gente*, o papel determinante das mulheres também é evidenciado, pois são elas que apresentam variação nas marcações de gênero, enquanto os homens são categóricos no uso do masculino. Nesse contexto, entre as mulheres, o uso do masculino singular é extremamente produtivo tanto em 1990 quanto em 2010, tendo sua frequência de uso ampliada de 52% para 74% dentro de 20 anos. Esses resultados destacam a importância das mulheres e do masculino singular como principais condicionadores do encaixamento do *a gente* no quadro pronominal do PB. Assim, os resultados de Chagas (2015) vão ao encontro dos de Vianna (2006), que relaciona o uso do masculino como uma marcação *default*, que perde da subespecificação semântica de gênero, assim como da função pragmático-discursiva no predicativo. Desse modo, a manutenção do caráter indeterminado do substantivo *gente*, justificado pelo Princípio da Persistência de Hopper (1991), impulsiona o uso do masculino singular por se tratar de uma forma neutra e não marcada.

Considerando o estágio de mudança da forma pronominal do *a gente*, a autora evidenciou, a partir de um estudo em tempo real de curta duração – e também de tendência, por conta dos indivíduos diferentes nas duas amostras de

fala florianopolitana –, que o uso do *a gente* ainda não se encontra num estágio em progresso, pois o aumento em 1% de uso em 20 anos não representa uma mudança na comunidade, assim como mostram os resultados de Omena (2003) e Callou e Lopes (2004).

Além disso, no que se refere às variáveis linguísticas e sociais, foram revelados: a concordância de gênero e número e o sexo são os mais relevantes, pois as mulheres são favorecedoras do *a gente*, aparentemente por conta de seu prestígio entre os falantes mais escolarizados. O alto número do masculino singular pode representar o encaixamento da forma inovadora no paradigma pronominal do PB por conta da origem da expressão ser um substantivo singular, o que, à luz de Hopper (1991), contribui para a combinação com estruturas também no singular.

Chagas (2015) conseguiu comprovar ainda que o uso de *a gente* com o masculino singular para referências definidas e indefinidas de fato representa uma nova posição na gramaticalização da forma. Os resultados alcançados pela autora, assim, indicam que a generalização do masculino singular e o estabelecimento dessa forma como *default* acarretam a perda da subespecificação semântica de gênero do *a gente*. Isso pode ser justificado também pela manutenção do caráter indeterminador da forma original da expressão, a qual impulsiona o uso do masculino singular por conta de sua forma neutra e não marcada.

3. ITINERÁRIO DO USO E VARIAÇÃO DE *NÓS* E *A GENTE* EM TEXTOS ESCRITOS E ORAIS DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS

Brustolin (2009) investigou a variação e uso de *nós* e *a gente* na escrita e na fala de alunos nos anos finais do Ensino Fundamental da cidade de Florianópolis em quatro escolas estaduais. Foram feitas coletas escritas e orais, visto que a análise das entrevistas orais foi efetivada apenas na escola 3, como especificaremos mais adiante. Os alunos narraram, na entrevista oral, a mesma história que havia sido relatada na atividade escrita, a fim de que pudessem ser realizadas as comparações das duas modalidades (oral e escrita).

Nas narrativas, foi solicitado aos alunos que contassem uma experiência vivida juntamente com outras pessoas para que se resgatasse, preferencialmente, a primeira pessoa do plural. A amostra constituiu-se de 393 produções escritas com 1.284 dados de *nós* e *a gente* e 85 orais com 383 dados de *nós* e *a gente*.

A variável dependente controlada no estudo de Brustolin (2009) constituiu-se dos pronomes pessoais de primeira pessoa do plural (*nós* e *a gente*) na função de sujeito, como nos exemplos retirados da amostra investigada: (i) *Nós entramos sem permissão* (83M3e¹²⁹); (ii) *Não, a gente ficamos lá, a gente ficamos um pouco no restaurante e depois voltamos pra casa* (50F3f). As variáveis independentes linguísticas foram (i) ‘preenchimento do sujeito’ (preenchido e nulo); (ii) ‘marca morfêmica’ (-mos e Ø); (iii) ‘referência *nós/a gente*’ (eu + interlocutor; eu + 3ª pessoa e; eu + eu genérico); (iv) ‘paralelismo formal’ (sujeito-sujeito; com clíticos: sujeito-objeto e; com possessivos: sujeito-adjunto adnominal); (v) ‘saliência fônica’ (do nível 1 ao 6, posteriormente amalgamados em dois níveis de 1 a 3 e de 4 a 6 graus devido à ocorrência de *knockout*); e (vi) ‘tempo verbal’ (do indicativo: presente; pretérito perfeito; pretérito imperfeito; pretérito mais do que perfeito; futuro do presente; futuro do pretérito e outros). Para as rodadas estatísticas, foram feitos os amálgamas necessários, permanecendo somente: presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo. Foram controladas as variáveis extralinguísticas: ‘sexo’ (masculino e feminino), ‘faixa etária’ (10 a 19 anos, posteriormente divididas em: 10 a 14 e 15 a 19), ‘série’ (5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries) e ‘tipo de escola’ (1, 2, 3, 4, sendo que todas as escolas estão localizadas na ilha de Santa Catarina). A escola 3 foi a única em que a autora realizou também a análise de ‘fala’, enquanto as outras escolas tiveram apenas os dados de escrita analisados.

O resultado total de dados de *nós* e *a gente* na escrita e na fala com ocorrência de 1.667 dados teve 25% de presença do pronome *a gente* (424 ocorrências) e 75% do pronome *nós* (1.243). Considerando o pronome *a gente* como aplicação da regra, o programa VARBRUL selecionou os seguintes grupos de fatores: ‘marca morfêmica’; ‘preenchimento do sujeito’; ‘fala/escrita’; ‘paralelismo formal’ (sujeito/sujeito); ‘saliência fônica’; ‘sexo’; ‘série’; e ‘paralelismo formal’ (sujeito/objeto).

¹²⁹ Os códigos entre parênteses referem-se à estratificação da amostra de Brustolin, a saber: (i) 5,6,7 e 8 série, a qual o aluno que produziu o dado estava vinculado – 5ª, 6ª, 7ª, e 8ª séries (correspondentes ao 6º, 7º, 8º e 9º anos, atualmente); (ii) escola (1,2,3,4); (iii) sexo (M-masculino, F-feminino); (iv) faixa etária; e (v) modalidade escrita ou falada.

Gráfico 13.2 – Distribuição do uso de *nós* e *a gente* em nossa amostra

Fonte: Brustolin, 2009, p. 165.

A ‘marca morfológica’ do verbo que acompanha o pronome de primeira pessoa do plural, um dos grupos de fatores selecionados pelo programa VARBRUL, apresentou resultados, mostrados nas Tabelas 13.1 e 13.2 a seguir, que atestaram a hipótese da autora de maior ocorrência de combinação de *a gente* com verbo em P3 e de *nós* com verbo em P4.

Houve 92% de morfema Ø (zero) com peso relativo de 0,99 contra 4% de *-mos* para *a gente* com peso relativo de 0,21. Destacamos o peso relativo elevadíssimo da combinação *a gente* com morfema zero (0,99), como em (10).

(10) *A gente ficou feliz* (51F1e)

Mesmo que a hipótese da autora fosse a de que houvesse mais a combinação de *a gente* + Ø (zero), o nível de escolaridade dos alunos, que ainda estavam cursando o Ensino Fundamental, justificaria se esse número fosse menor. A seguir, apresentamos a Tabela 13.1 com os resultados obtidos pela autora:

Tabela 13.1 – Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável marca morfológica do verbo que o acompanha¹³⁰

Marca morfológica	Aplicação/Total	%	PR
Morfema <i>-mos</i>	56/1.216	4%	.21
Morfema Ø (zero)	368/395	92%	.99
TOTAL	424/1.667	25%	

Fonte: Brustolin, 2009, p. 168.

¹³⁰ A autora realizou rodada somente com a variável ‘tempo verbal’, excluindo a variável ‘saliência fônica’ a fim de verificar se os resultados se diferenciariam muito, porém, nesta rodada, a variável ‘marca morfológica’ foi a mais significativa e apresentou a mesma frequência quando rodada com as duas variáveis.

Brustolin (2009) realizou também um cruzamento entre as variáveis fala/escrita e marca morfêmica do verbo que acompanha o pronome *a gente* para verificar o percentual de *a gente* na escrita e na fala com a marca morfêmica *-mos* e com a marca morfêmica Ø (zero). Os resultados estão apresentados na Tabela 13.2 a seguir:

Tabela 13.2 – Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e marca morfêmica do verbo que o acompanha

	MARCA MORFÊMICA	ESCRITA		FALA	
		Aplicação/Total	%	Aplicação/Total	%
A gente	-mos	29/174	17%	27/250	11%
	Ø	145/174	83%	223/250	89%
	Total	174/1284	14%	250/383	65%
Nós	-mos	1086/1110	98%	130/133	98%
	Ø	24/1110	2%	3/133	2%

Fonte: Brustolin, 2009, p. 171.

Os resultados indicam mais ocorrências do pronome *a gente* com marca morfêmica Ø do que com marca morfêmica *-mos* tanto na fala quanto na escrita (89% e 83%, respectivamente). Vale ressaltar que a ocorrência de *a gente* + *-mos* foi maior na escrita (17%) do que na fala (11%), o que podemos atribuir à possibilidade de se tratar de uma “hipercorreção¹³¹”, como em: (i) “[...] na ora que *agente entramos*” (54M1e). É possível que se trate de hipercorreção porque há, na escrita, um monitoramento maior do que na fala, que é mais espontânea. Quanto ao preenchimento do sujeito, o pronome *a gente* tende a ser mais preenchido do que nulo em todas as ocorrências, como sugere Duarte (1993 e 1995).

Mesmo com um número baixo do pronome *a gente* na escrita dos alunos (174 ocorrências contra 1.086 de *nós*), como em: (i) *Aí nós tava no campo, aí fizero gol* (51M3f), Brustolin (2009) afirma que esse quadro já é um indício da inserção deste pronome na língua escrita dos alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental. A autora ainda ressalta que a concordância do pronome *a gente* com marca morfêmica Ø mostra que formas gramaticalizadas não perdem inteiramente as suas propriedades originais, mantendo, neste caso, a possibilidade de CV com P3 e a pluralidade inerente ao nome coletivo *gente* (LOPES, 1999; VIANNA, 2006). Os resultados de seu estudo corroboram os resultados de Vianna (2006), em que a autora, investigando amostras de fala e de escrita carioca, constatou maior

¹³¹ O termo “hipercorreção” indica a aplicação equivocada de uma regra aprendida imperfeitamente por desejo do falante de se expressar corretamente, como pronunciar “previlégio” por privilégio. Também chamada de “hiperurbanismo” ou “ultracorreção”. (CALVET, 2009).

produtividade de *a gente* na fala e de *nós* na escrita. Com base nos resultados das autoras, avaliamos que os pronomes *nós* e *a gente* aparecem tanto na escrita quanto na fala de alunos. Entretanto, o pronome *a gente* aparece predominantemente na fala e o pronome *nós*, predominantemente, na escrita.

Brustolin (2009) efetuou, ainda, rodadas estatísticas com os dados de escrita dos alunos de uma das escolas investigadas (escola 3) com o intuito de comparar com os dados de fala. Nessa rodada, os grupos de fatores selecionados como relevantes pelo programa VARBRUL foram: ‘marca morfêmica’, ‘paralelismo formal’ e ‘saliência fônica’. A autora estipulou como aplicação da regra o uso de *a gente*, e a CV de *a gente* com verbos com morfema Ø (zero) ou em P3 foi mais produtiva com uma frequência de 94% contra 5% de *a gente* com o morfema *-mos*. Quanto ao ‘paralelismo formal’ (sujeito-sujeito), a autora entendeu que, quando o pronome *a gente* inicia uma série na escrita, a tendência é que a escolha influencie no uso do verbo + Ø nas formas subsequentes (55% PR 0,85). (OMENA, 1998, 2003; LOPES, 1993; BRUSTOLIN, 2009). Brustolin destaca a ocorrência de *a gente... -mos* (22/234), afirmando que isso mostra a necessidade de atenção e pesquisas quanto a essa construção.

Quanto à ‘saliência fônica’¹³², houve maior frequência de *nós* nos níveis em que há maior saliência fônica e os resultados foram de 15% de *a gente* (56/362) no nível mais alto (2) e de 26% (10/38) no nível 1. O pronome *a gente* é mais usado nos níveis mais baixos de saliência, tanto na fala quanto na escrita da escola 3 (na fala, apresentou 79% de *a gente* contra 63% no nível mais alto). (OMENA, 1996, 1998; LOPES, 1993; NARO et. al., 1999; VIANNA, 2006; BRUSTOLIN, 2009, entre outros). Isso também ocorreu na rodada com todos os dados das quatro escolas em que *a gente* teve 34% de frequência no nível mais baixo de saliência e 24% no nível mais alto. Porém, em todos os casos, o PR indicou o nível de saliência da forma alvo favorável para o uso de *a gente* (0,57 na escrita e 0,68 na fala) contra 0,08 e 0,02 nos níveis baixos de saliência, desfavorecendo, assim, o pronome *a gente*.

Brustolin (2009) ressalta que, embora não haja estigma quanto ao uso do pronome *a gente*, há uma relação de estigma quanto à CV (realização *-mos* com *a gente* Ø com *nós*). Os resultados de seu estudo apontam que há 3% de uso de

¹³² Definida como uma hierarquia das formas verbais em função do contraste entre a forma com a desinência e a 3ª pessoa do singular. A escala utilizada pela autora teve como base as propostas de Omena (1996, 1998), Lopes (1993) e Naro et al. (1999) e está subdividida em seis níveis de diferenciação fônica. Todavia, como ocorreu NOCAUTE na primeira rodada para alguns fatores, os níveis foram amalgamados para grau 1 (níveis 1, 2 e 3) e grau 2 (níveis 4, 5 e 6).

a gente -mos e 14% de *nós* Ø na escrita, mostrando que *a gente -mos* sofre mais estigma. Já para a fala, os dados são de 1% *nós* Ø e 17% *a gente -mos*.

A autora realizou teste de atitude para averiguar a avaliação dos pronomes *nós* e *a gente*. Baseada no teste de atitude (2009, p. 232) especialmente nas questões: “Que forma você falaria em uma situação formal?” e “Que forma você falaria em uma situação informal?”, avaliou, portanto, que, para os alunos, o pronome com a concordância estigmatizada é *nós* na construção *nós* Ø.

Por fim, podemos constatar, com o estudo de Brustolin (2009), que uma nova concepção de língua orienta uma nova forma de pensar seu ensino. Portanto, um dos primeiros objetivos e uma das primeiras atitudes do educador deve ser o reconhecimento da realidade sociolinguística presente na sala de aula e na comunidade em que está atuando. É fundamental realizar esse reconhecimento na realidade da sala de aula, sublinhando alguns pontos, como o da heterogeneidade linguística, o dos possíveis usos da língua (escrita e falada) em diversas situações de interação no cotidiano e outros, confrontando, deste modo, as diversas variedades presentes naquela determinada localidade e combatendo preconceitos entre os vários professores com seus alunos e entre os próprios alunos.

4. A CONCORDÂNCIA VERBAL DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL EM TEXTOS ESCRITOS POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS

Silvano (2016) analisou fatores internos e externos à língua que condicionam os usos variados da concordância verbal de P4 em duas amostras de duas escolas da rede pública de Florianópolis¹³³. A pesquisa foi composta pela amostra 1 e pela amostra 2. A amostra 1 constituiu-se de (i) dados de escrita dos alunos, (ii) questionários sociais aplicados aos alunos e (iii) questionários sociais aplicados aos professores; e a amostra 2, de avaliação/correção dirigida aos professores de Língua Portuguesa das turmas investigadas de um texto produzido por um aluno do 9º ano e adaptado para essa atividade.

Seguindo a teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), Silvano (2016) buscou observar, a partir do levantamento de variáveis linguísticas e sociais, os contextos em que a variação da concordância verbal de P4 ocorre com maior frequência. As três

¹³³ O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) da UFSC, sob o número 1.147.319.

variáveis dependentes que são controladas, cada qual com sua forma em variação, são: (I) Sujeito *nós* com verbos em *-mos*, *-mo*, *zero*; (II) Sujeito SN (*EU* + *SN*) com verbos em *-mos*, *-mo* e *zero* e (III) Sujeito *a gente* com verbos em *-mos*, *-mo* e *zero*, as quais foram relacionadas a dez variáveis independentes, a saber: (i) forma verbal; (ii) realização/posição do sujeito; (iii) vogal temática; (iv) posição do acento; (v) saliência fônica; (vi) conjugação do verbo; (vii) estrutura verbal; (viii) escolaridade dos alunos; (ix) sexo; e (x) escolas. Abaixo, seguem exemplos¹³⁴ das três variáveis dependentes e suas variações:

(I) Sujeito *nós* com verbos em *-mos*, *-mo* e *zero*;

... **nós fomos** no cinema...

... não deixaria mais **nós sairmo** de casa sozinhos...

... depois do **nóis ia** brincar na rua...

(II) Sujeito SN (*eu* + *SN*) com verbos em *-mos*, *-mo* e *zero*;

... **eu e meu primo tivemos** a ideia de andar de bicicleta...

... **eu e a Sofia fomo** fazer pipoca...

.... **Eu o Gabriel, Paulo, Yasmin e Iago tinha** uma cama elástica...

(III) Sujeito *a gente* com verbos em *-mos*, *-mo* e *zero*;

(17)... **a gente tinha** levado um pote de minhocas...

(18)... **a gente ficamos** cantando até ir a escola...

(19)... voseis tam com cerrou. **Gente saimo** correndo quando o...

Na amostra de dados de escrita dos alunos das duas escolas investigadas, foram coletados 1.113 dados no total, sendo que 872 eram de sujeito pronominal *nós* (78,4%), 145 eram de sujeito *eu* + *SN* (13%) e 96 eram de sujeito pronominal *a gente* (8,6%), atestando nossa expectativa de encontrar mais o pronome *nós* na escrita dos alunos do Ensino Fundamental, em virtude do maior monitoramento, que a modalidade escrita exige, especialmente no ambiente escolar. O panorama dos dados da amostra de Silvano (2016) aproximou-se dos resultados de Brustolin (2009), como vimos na seção anterior, que obteve 14% de uso de *a gente* contra 86% de uso de *nós* na escrita de alunos do Ensino Fundamental de Florianópolis e dos resultados de Agostinho (2013), cujos dados apontaram 55% de uso de *nós*, 36% de uso de *eu* + *SN* e 9% de uso de *a gente* na escrita de alunos do Ensino Fundamental de Itajaí.

¹³⁴ Os exemplos citados foram extraídos da amostra de produções escritas dos alunos do Ensino Fundamental das duas escolas da rede pública de Florianópolis.

Para realizar a análise dos resultados dos dados de escrita de primeira pessoa do plural com os sujeitos *nós*, *SN + eu* e *a gente*, foram efetuadas duas rodadas estatísticas, uma ternária, cuja regra de aplicação foi: (i) *–mos versus –mo versus zero*, e outra binária, cuja regra de aplicação foi: (ii) *–mos/–mo versus zero*, que ajudaram a atestar algumas das hipóteses. Não foi feita uma terceira rodada binária opondo *–mos versus –mo* em nenhuma das variáveis dependentes, como foi feita nos trabalhos de Zilles, Maya e Silva (2000) e Agostinho (2013), em circunstância dos pouquíssimos dados de *–mo* na amostra, o que não traria resultados expressivos para a análise do comportamento linguístico e social das variáveis dependentes e suas variantes.

Na segunda etapa (*–mos/–mo versus zero*) da rodada com o pronome *nós*, constatamos a força da variável social ‘sexo’ sobre as formas da concordância padrão de P4, sendo selecionada como significativa para o programa estatístico, com peso relativo de 0,72 de favorecimento para o sexo feminino. Os resultados destacam que o sujeito expresso na posição SV favoreceu o uso da concordância não padrão com a desinência *zero*, e o sujeito nulo favoreceu o uso da desinência *–mos*, atestando a hipótese. Atestou-se também a hipótese de que as formas menos salientes favorecem o uso da desinência P3 (*zero*) com o pronome *nós*. Não foi possível corroborar as hipóteses fortes sobre a posição do acento, uma vez que as paroxítonas foram as que indicaram a queda da desinência *–mos*, e não as proparoxítonas, como era esperado; tampouco se atestou a hipótese de que o infinitivo flexionado favorecia o uso da desinência *zero* quando os nossos resultados mostraram que o pretérito imperfeito foi o tempo verbal que predominou no uso da não concordância. A variável social ‘escolaridade’ mostrou-se importante, revelando que os alunos do 6º ano da escola 1 realizam mais o uso de *nós + zero*.

Na rodada com o sintagma *SN + eu* na posição de sujeito, a segunda etapa da rodada (*–mos/–mo versus zero*) apontou a ‘forma verbal’ como significativa para a concordância verbal de P4, revelando peso relativo de 0,63 para o pretérito perfeito, atestando a hipótese da autora. Sobre o favorecimento da não concordância, Silvano não atestou sua hipótese, uma vez que o pretérito imperfeito foi o que utilizou a desinência *zero*, em vez das formas do presente e infinitivo flexionado como esperava. Destaca-se, ainda, que não foi atestada a hipótese sobre a realização/ posição do sujeito, em que o uso do sujeito expresso anteposto ao verbo favorece o uso da desinência *–mos/mo*;; no entanto, atestou-se a hipótese de que as formas menos salientes favorecem mais o uso da desinência *zero*, como esperado. A hipótese sobre a posição do acento não foi atestada, conforme os resultados encontrados em outros trabalhos.

Na rodada binária (*-mos versus zero*) com o sujeito pronominal *a gente*, não houve nenhuma variável selecionada como significativa para o uso da concordância padrão (desinência *zero*) pelo programa estatístico. No entanto, a autora conseguiu mostrar que o pretérito foi a forma verbal mais recorrente com este pronome na posição de sujeito e a que mais favoreceu o uso da concordância não padrão, com a desinência *-mos*. Sobre a variável ‘realização/posição’ dos sujeitos, destaca-se que o sujeito exposto anteposto ao verbo favorece o uso da desinência *-mos*, não atestando a hipótese. A respeito da variável ‘saliência fônica’, a hipótese de que as formas menos salientes favorecem o uso da concordância com P3 (desinência *zero*) foi confirmada. Com respeito à variável social ‘escolaridade’, os alunos do 6º ano utilizam mais o pronome *a gente* do que os alunos do 9º ano e favorecem mais o uso da não concordância (*a gente + -mos*), atestando a hipótese da autora. Destaca-se ainda que a escola 1 apresentou mais *a gente* que a escola 2 e que os casos de uso da desinência *-mos* estão concentrados na escola 1.

A análise dos questionários sociais dos alunos quanto às questões sobre (i) moradia; (ii) escolaridade do pai; (iii) escolaridade da mãe; (iv) acesso à internet; (v) gosto pela leitura; e (vi) material de leitura mostrou que o perfil social dos alunos das duas escolas analisadas não é muito discrepante, de maneira geral. Quanto à moradia, destacou-se que os alunos das duas instituições de ensino apresentam realidades muito semelhantes: a maioria deles reside em casa própria. As diferenças entre os alunos das duas escolas mostraram-se expressivas no tocante à escolaridade do pai e escolaridade da mãe. Na escola 1, a maioria dos pais tinha somente o nível fundamental (41%) e havia poucos com ensino superior (12%); as mães, com maioria até o nível médio (41%) e apenas 10% com nível superior. Enquanto isso, entre os alunos da escola 2, a maioria dos pais tinha ensino médio (37%) e 31% deles apresentaram ensino superior; as mães, em sua maioria, apresentaram nível superior (36%) e pós-graduação (31%). Percebeu-se que a escolaridade dos pais influencia a realidade econômica e cultural dos alunos, como a valorização do estudo e o acesso aos bens culturais. Observou-se, ainda, que isso pode ter influenciado o uso da concordância não padrão, uma vez que essas ocorrências se deram com mais frequência entre os alunos da escola 1.

Concernente à análise do perfil social dos professores, foi constatado que os da escola 1 distinguiram-se daqueles da escola 2 quanto à formação e às condições de trabalho. Os professores da escola 2 apresentaram pós-graduação em nível de mestrado e possuíam dedicação exclusiva, com turmas e número de alunos reduzidos, reuniões de estudo periódicas e acesso a diferentes recursos pedagógicos e midiáticos para elaboração de suas aulas. Mesmo com condições

diferentes, todos os professores investigados apresentaram algum conhecimento acerca dos pressupostos da sociolinguística. Chegamos à conclusão de que, a despeito das diferenças sociais entre eles, não podemos afirmar que o maior uso da concordância não padrão entre os alunos da escola 1 seja resultado do perfil desses profissionais, uma vez que houve alto índice de concordância em ambas as escolas, e outros fatores sociais, como o sexo, a escolaridade e o perfil dos alunos podem estar influenciando a não concordância.

Quanto à avaliação/correção de uma produção textual dirigida aos professores investigados, observou-se que todos os docentes privilegiam o conteúdo do texto, a coesão e coerência a despeito das questões gramaticais, uma vez que se tratava de uma primeira versão e que não ficaram claros alguns comandos ao aluno, como interlocutor e esfera de circulação do gênero produzido. No entanto, mesmo os profissionais com mais tempo de formação (os professores com pós-graduação da escola 2) demonstraram certo rigor na avaliação da variação da concordância verbal de P4 na modalidade escrita, destacando que o uso do pronome *a gente* é mais adequado na modalidade oral e que a concordância não padrão deveria ser corrigida para a versão final do texto. Ressalta-se que, em uma de suas observações, um dos professores analisados da escola 2 orientou o aluno a ter mais cuidado com a forma *a gente*, pois esse pronome seria mais usual na língua falada, e sugeriu a substituição da expressão “*a gente* brincar” por “brincarmos”, mais adequada para a modalidade escrita, em sua opinião. Por se tratar de escrita com traços de oralidade, uma vez que apresenta uma experiência pessoal relatada, o peso da modalidade escrita no ambiente escolar e do comando de modalidade formal da Língua Portuguesa sobressaiu-se à questão da variação linguística. Ainda assim, os professores não consideraram que a variação do aluno se tratava de um “erro”, na concepção pejorativa do termo.

Esta pesquisa atendeu aos objetivos quanto à realização de um estudo mais refinado acerca do fenômeno da concordância verbal de primeira pessoa do plural na escrita de alunos da Rede Pública de Florianópolis, uma vez que foi possível analisar o comportamento dessa variação no cruzamento de fatores importantes, peculiares da realidade social – econômica e cultural – dos alunos e dos professores de Língua Portuguesa – formação e condições de trabalho. Essa escolha metodológica propiciou uma “lente de aumento” às variáveis linguísticas e sociais, tradicionais à sociolinguística variacionista – corroborando um olhar mais apurado e fidedigno desse fenômeno linguístico em sua interface com as questões do ensino.

Por fim, a pesquisa de Silvano (2016) revelou importância significativa no tocante às reflexões sobre o cenário da educação na sociedade brasileira, quando foi observado um avanço nos documentos oficiais quanto à concepção de língua como interação e à variação linguística em sala de aula. Mais ainda, quando se percebeu que essas teorias são de conhecimento dos professores de Língua Portuguesa e que, em grande medida, já estão sendo colocadas em prática nas aulas e na avaliação por parte desses profissionais.

Silvano (2016), diante do caminho percorrido por sua pesquisa, espera que possa ter inspirado outros pesquisadores a desbravar os caminhos ainda desconhecidos da interface entre a sociolinguística e o ensino na busca por uma educação mais democrática e menos preconceituosa.

5. PALAVRAS FINAIS

Como vimos, os três estudos aqui arrolados trazem resultados de investigações delineadas sob o quadro teórico metodológico da sociolinguística variacionista, com ênfase em estudos de concordância verbal de primeira pessoa do plural em amostras de fala do Projeto VARSUL, da região de Florianópolis, e de fala e escrita de textos de alunos do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis.

Os estudos indicam que, na escrita, há uso predominante do pronome *nós* em comparação com o pronome *a gente*. Em relação à concordância verbal com esses pronomes, observou-se que a concordância é, em sua maioria, de *a gente* com marca morfêmica *zero* e de *nós* com marca morfêmica *-mos*. A relação de concordância, nesses termos, é ainda maior na escrita do que na fala. Outro aspecto apontado pelos estudos é de que, quando o sujeito é expreso, temos um índice menor de concordância, já que o pronome carrega a marca de pessoa, diferente de quando está nulo, sendo necessária a marcação no verbo para garantir a informação da pessoa do discurso.

Considerando a relação desses estudos com o ensino dos paradigmas pronominal e flexional de primeira pessoa do plural, é importante pontuar alguns aspectos. Quando se pensa em ensino de gramática na perspectiva da variação linguística, os resultados apresentados nos ajudam a mapear a realidade sociolinguística, principalmente no que se refere à escrita de estudantes da educação básica, que pode indicar um ponto de partida para o ensino de língua real e contextualizado, no qual o ensino seja subordinado ao processo de aprendizagem, e não o aluno subordinado a uma língua padrão, demasiadamente formal. Assim sendo, nota-se que esse ensino tradicional e descontextualizado não abre espaço para uma relação

dialógica na qual o ensino da língua materna faça sentido para o aluno. E essa razão nos move a refletir e percorrer um caminho por um ensino de língua que se apresente mais dinâmico e transformador, visando ao trabalho com uma gramática contextualizada e funcional.

Sabemos, então, que os alunos usam, na escrita, mais *nós* do que *a gente*, mais concordância quando o sujeito é nulo e menos concordância quando o sujeito é preenchido. Partindo dessas constatações, seria interessante, primeiro, que os docentes levassem os alunos a refletirem sobre essa realidade de alternância entre os dois pronomes. Poderiam pensar ainda a respeito da possibilidade de uso desses pronomes em relação às diferentes situações sociocomunicativas, mediadas por diferentes gêneros do discurso, orais e escritos. Além disso, outra reflexão importante que os professores podem realizar em sala de aula com os estudantes refere-se à relação entre preenchimento do sujeito e flexão verbal.

Embora os documentos oficiais para o ensino de língua portuguesa no país já tragam a variação linguística como uma das perspectivas a serem contempladas no ensino de língua, ela ainda não foi incorporada como um dos articuladores desta área de ensino. Além disso, muitos professores, em sua formação inicial, ainda não têm disciplinas que contemplem aspectos fundamentais para o ensino de língua nessa perspectiva, por isso a divulgação de estudos dessa natureza pode ter um impacto significativo e profícuo no ensino de língua.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. R. N. *A variação na concordância verbal de primeira pessoa do plural na escrita de alunos do Ensino Fundamental*. 2013. 318 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- ANTUNES, I. *Aula de português; encontro & interação*. **São Paulo, Parábola, 2003.**
- ANTUNES, I. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo, Parábola, 2007.
- BAGNO, M. *Preconceito Linguístico, o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BAGNO, M. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 11. ed. São Paulo: Contexto: 2001.

BAGNO, M. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo, Ed. Lucerna, 37ª edição, 1999.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 25 de março de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC/SEF, 2015, f. 302.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental*:

Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b, 106 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: – língua portuguesa: ensino de primeira à quarta série*. Brasília : MEC/SEF, 1997. 144p.

BORGES, P. R. S. *A gramaticalização de a gente no Português Brasileiro: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BRUSTOLIN, A. K. B. da S. *Itinerário do uso e variação de nós e a gente em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Florianópolis*. 2009. 245 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CALLOU, D. M. I; LOPES, C. R. Dos S. Contribuições da Sociolinguística para o ensino e a pesquisa: a questão da variação e mudança linguística. *Revista do GELNE (UFC)*. João Pessoa, v.5, p.63 - 74, 2004.

CHAGAS, J. F. *Concordância de a gente em estruturas predicativas na fala de Florianópolis: um estudo de tendência*. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

COELHO, I. L. et al. *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

COELHO, I. L. et al. *Norma Linguística do Português do Brasil*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2014.

CUNHA, Celso. *Gramática da Língua Portuguesa*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

FARACO, C. A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. (orgs.). *Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

GORSKI, E. M.; COELHO, I. L. *Variação lingüística e ensino de gramática*. 2008 [mimeo].

HEINE, B. Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R. (eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford, Blackweel, 2003.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. 106 Introdução (eds.): *Approaches to grammaticalization*. Volume I, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Company, 1991.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

KATO, M. A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

KLEIMAN, A. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. LABOV, W.; WALETZKY, J. 1967. *Narrative analysis*. Essays on the Verbal and Visual Arts, ed. J. Helm, 12-44. Seattle: U. of Washington Press.. Reprinted in *Journal of Narrative and Life History* 7:3-38, 1997.

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno; M.M.P. Scherre; C.R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Social Factors*. Cambridge: Blackwell, 2001.

LOPES, C. R. dos S. *A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos*. Fórum Linguístico, v. 4, nº1. Florianópolis, julho de 2004. p.47-80.

LOPES, C. R. dos S. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. vol. 18, Frankfurt/Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2003.

LOPES, C. R. dos S. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. *DELTA*, vol. 14, nº 2, São Paulo: EDUC:1998. p. 405-422.

LOPES, C. R. dos S. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. 1999. 167f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, C. R. ; RUMEU, M. C. de B. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In. CASTILHO. A. T. de. *Descrição, história e aquisição do 120 português brasileiros: estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. Campinas: Pontes Editores, 2007.

MACHADO, M. S. *Sujeitos pronominais “nós” e “a gente”: variação em dialetos populares do norte fluminense*. 1995. 135f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

MONGUILHOTT, I. de O. e S.; Coelho, I. L. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: V. Paulino (org.) *Variação e mudança no português falado da região sul*. Pelotas: Educat, 2002, p.189-216.

NARO, A. J.; GÖRSKI, E. M.; & FERNANDES, E. (1999) *Change without Change. Language Variation and Change*. v. 11, nº 2, New York, 1999, p. 197-211.

OMENA, N. P. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: DUARTE, M. E. L.; PAIVA, M. da C de (org). *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

OMENA, N. P. A. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P (org). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1998.

OMENA, N. P. A.; BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T. et al. (Ed.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB. Mercado de Letras, 1996.

ROORYCK, J. *On two types of underspecification: towards a feature theory shared by syntax and phonology*. *Probus*, v. 6, p.207-233, 1994.

SEARA, I. C. A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana. *Organon*, Porto Alegre, v. 14, n. 28/29, p. 179-94, 2000.

SILVANO, G. L. P. *A concordância verbal de primeira pessoa do plural em textos escritos por alunos do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis*. 2016. 198 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VIANNA, J. B. de S. *A concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca*. 2006. 114f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

VIANNA, J. B. de S. *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*. 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

VIANNA, J. B.; LOPES, C. R. S. Variação dos pronomes “nós” e “a gente”. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

ZILLES, A. M. S. *O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente?* Letras de Hoje, V. 42, n. 2, p. 27-44, Porto Alegre, 2007.

ZILLES, A. M. S et al. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. *Organon*, n 28,29. Estudos da Língua Falada. UFRGS, 2000. P.195-219.

ZILLES, A. M. S.; BATISTA, H. H. R. B. A concordância verbal de primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. In: VANDRESEN, Paulino (org). *Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul*. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2006. p. 99-124.

MINIBIOGRAFIA DA HOMENAGEADA

Izete Lehmkhul Coelho é Professora titular aposentada pela UFSC, onde se doutorou em Linguística (2000). Realizou estágio pós-doutoral na Unicamp (2006) e na UFRJ (2017). Atualmente é professora voluntária no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC, atuando nas áreas de Sociolinguística e Dialectologia e Linguística Histórica, com ênfase em estudos sobre a variação e a mudança na (morfo)sintaxe do português a dimensão diacrônica da língua, sob a perspectiva da Sociolinguística Histórica. Membro do Projeto Varsul e coordenadora do Projeto Para a História do Português Brasileiro em Santa Catarina (PHPB-SC). É bolsista produtividade PQ2 do CNPq.

MINIBIOGRAFIA DOS ORGANIZADORES

Paulino Vandresen é Professor aposentado da UFSC, onde iniciou sua atuação em 1966. Graduado em Letras Clássicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (1963), Mestre em Arts in Linguistics pela University of California Los Angeles (UCLA) (1969) e Doutor em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) (1971). Realizou estágio Pós-Doutoral na UCLA, Estados Unidos (1983). Possui vasta experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: variação linguística, bilinguismo, linguística, língua portuguesa e sociolinguística. Membro fundador do Projeto VARSUL.

Marco Antonio Rocha Martins é Professor Associado II do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador PQ-2 do CNPq; Mestre (2005) e Doutor (2009) em Linguística pela UFSC com estágio de pós-doutoramento na Universität zu Köln/Alemanha (2019). Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC (biênio 2016-2018), presidente do GELNE (biênios 2010-2012 e 2012-2014), vice-presidente da ABRALIN (biênio 2011-2013), coordenador do GT de Sociolinguística da ANPOLL (biênios 2010-2012 e 2012-2014) e Editor-Chefe da *Revista do GELNE* (2014-2017). Coordena desde 2017, com Izete Lehmkuhl

Coelho e Paulo Osório, o *Projeto História do Português brasileiro – da Europa até a América* da Associação de Linguística e Filologia da América Latina ALFAL.

Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott é Professora Associada III do Departamento de Metodologia de Ensino do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre (2001) e Doutora (2009) em Linguística pela UFSC na área de concentração Sociolinguística e Dialetoлогия. Desenvolve pesquisa na área de Sociolinguística, com ênfase na interface variação linguística e ensino. Atualmente é coordenadora regional do Projeto Varsul – agência UFSC – e membro do Projeto PHPB-SC.

MINIBIOGRAFIA DOS AUTORES

Alina Villalva é doutorada em Linguística pela Universidade de Lisboa (1995), onde ensina desde 1984. As suas atividades de investigação desenvolvem-se nas áreas de morfologia e estudos lexicais, com incursões nos domínios da lexicografia histórica e do processamento lexical e morfológico, sendo membro do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. As suas publicações estão disponíveis em https://www.researchgate.net/profile/Alina_Villalva.

Ana Kelly Borba Brustolin é graduada em Língua e Literatura Portuguesas (2005) e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Lecionou língua portuguesa em escolas da rede pública e privada, em curso pré-vestibular, curso técnico e ensino superior. Ganhou a etapa municipal das Olimpíadas de Língua Portuguesa no ano de 2010 de Florianópolis e a primeira edição do prêmio “Professor Nota Dez”, de Florianópolis, em 2012. Participou (2008-2010) do Projeto de Extensão “Variação linguística e ensino de gramática nas escolas do Ensino Fundamental: um estudo do paradigma pronominal” e atualmente participa do grupo de pesquisa Varsul-SC. Possui livros e artigos científicos publicados na área e atua como Professora de Redação no Colégio Energia e colunista do Jornal OCP News.

Carlos Eduardo de Oliveira Lara é licenciado em Letras Português Inglês (2008) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e mestre em Linguística (2010) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde atualmente cursa o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Desde 2009, atua como professor de Língua Portuguesa no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Cecília Augusta Vieira Pinto é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e membro colaborador do Projeto PHPB-SC, vinculado ao Núcleo Varsul. Concentra seus estudos na área da Sociolinguística, focando a variação e mudança na sintaxe. Em seu Doutorado, estudou a trajetória de mudança dos preenchimentos do sujeito e do objeto direto anafóricos em cartas pessoais de Santa Catarina, dos séculos XIX e XX.

Edair Maria Gorski é professora adjunto IV (aposentada/voluntária) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando nas áreas de Sociolinguística – linha de pesquisa: Contato, variação e mudança; e Teoria e análise linguística – linha de pesquisa: Cognição e uso. Temas de interesse: variação e mudança linguística, gramaticalização, estilo, identidade e ensino.

Edson Domingos Fagundes é graduado em Letras Português-Alemão (1989) e Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2007). É Professor de Língua Alemã e da Disciplina de Estudos de Variação Linguística do curso de Letras-Inglês na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Integrante da equipe de pesquisa do Projeto VARSUL-PR.

Fabricia Silva é licenciada em Letras Português (2011) e mestra em Linguística (2015) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Trabalha como professora de Língua Portuguesa na rede privada de ensino de Florianópolis.

Felício Wessling Margotti é Professor aposentado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde iniciou sua carreira acadêmica em 1980. É doutor em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2004). Atualmente é professor voluntário no Programa de Pós-graduação em Linguística da UFSC, na área de Variação e Mudança Linguística. Dedicar-se aos estudos geossociolinguísticos, com participação na elaboração do *Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* – ALERS e *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* – ALiB, no qual coordena, juntamente com Valter P. Romano, as pesquisas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Flávia Santos Martins possui graduação em Letras – Língua e Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (2008). Especialista em Linguística também pela UFAM (2009). Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2013). Atualmente, é professora da UFAM, lotada na Faculdade de Letras.

Gabriella Ligocki Pedro Silvano é licenciada em Letras Português (2012) e mestra em Linguística (2016) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi professora de Língua Portuguesa ACT da rede estadual de ensino catarinense e, desde 2016, atua como revisora de textos no Colégio Catarinense, pertencente à rede privada de ensino de Florianópolis.

Juliana Flores das Chagas é licenciada em Letras Português (2012) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestra em Sociolinguística (2017) pela mesma instituição. Desde 2018, atua em uma empresa de tecnologia na área de inteligência artificial.

Laiza de Sena é graduada em Letras Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui mestrado em Linguística na área de Semântica e doutorado em Linguística Aplicada pela mesma universidade. Atua como servidora no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Maria Jose Ferreira Strogenski é Mestre em Linguística (UFPR), Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (UTFPR), Graduada em Letras Português-Inglês pela UTFPR, Graduada em Secretariado Executivo pela PUC PR. Atuou como revisora de periódicos (Faculdades Dom Bosco e UTFPR); Elaboradora de questões ENADE. Atuou como professora nos cursos de Direito, Administração, Secretariado Executivo. Realiza cursos de capacitação para professores na UNINTER. Atualmente, trabalha como revisora de material didático na UNINTER.

Odete Pereira da Silva Menon tem Graduação em Letras Português-Latim (UFPR, 1975); Mestrado em Letras (UCP-PR, 1984); Doutorado em Linguistique Théorique et Formelle (Université Paris 7, Denis Diderot, 1995). Professora titular sênior do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPR); Professora voluntária (UTFPR). Membro fundador do Projeto Varsul: atualmente coordenadora regional (PR). Pesquisadora 2 CNPq.

Rafael Traesel é Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2016), Licenciado em Letras Português pela mesma universidade (2017) e Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Fasul/FAG (2006) de Toledo/PR. Atua como professor de Língua Portuguesa na

educação básica na rede pública e privada desde 2012 e passou a integrar o quadro efetivo do magistério do estado de Santa Catarina em 2018.

Raquel Gomes Chaves, atualmente, compõe o quadro docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) como Professora Substituta. Em 2017, doutorou-se na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, em 2018, realizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desenvolve pesquisas, principalmente, sobre fenômenos variáveis de interface, abarcando fonética, fonologia, morfologia e sintaxe.

Patrícia Corrêa Ferminio é licenciada em Letras Português Inglês (2014) pela Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC) e mestra em Linguística (2017) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desde 2018 é professora efetiva da rede estadual de ensino catarinense.

Patrícia Graciela da Rocha possui graduação em Letras Português e Espanhol pela URI – FW (2003), especialização em Ensino/Aprendizagem de Línguas-Espanhol pela UNIJUI (2005), Mestrado e Doutorado em Linguística pela UFSC (2008-2012). Atualmente é professora Adjunta da UFMS/Campo Grande-MS onde atua, desde 2009, como docente nos cursos de Letras Português e Espanhol EaD e presencial e como colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens.

Valéria Neto de Oliveira Monaretto Possui graduação em Letras (1988) e Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (1992); Doutorado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) (1997); Pós-Doutorado na UFRJ (2013). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Fonologia, Sociolinguística e Linguística Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas, na graduação e na pós-graduação: variação e mudança fonológica, sob perspectiva sincrônica e diacrônica; teorias fonológicas modernas; pesquisas em linguística histórica.

Valter Pereira Romano é Professor no Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da UFSC e no Programa de Pós-graduação em Linguística. É doutor em Estudos da Linguagem pela UEL (2015). Suas pesquisas centram-se na análise e descrição do português brasileiro com ênfase em abordagens dialetológicas e geolinguísticas. É pesquisador do *Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB*, no qual coordena as atividades em conjunto com Felício W. Margotti na UFSC. Interessa-se por temas como áreas dialetais, variação léxico-semântica e cartografia linguística.



Este livro é uma homenagem a Izete Lehmkuhl Coelho em reconhecimento à sua trajetória como docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, ao mesmo tempo em que registra a consolidação de estudos desenvolvidos no âmbito dos Projetos Interinstitucionais VARSUL e ALib. Ao longo de sua carreira, a nossa homenageada orientou trabalhos sobre ordem e realização de argumentos, concordância verbal e nominal, aspectos do sistema pronominal e de tratamento e ensino de língua portuguesa e variação. Esses e outros temas como o domínio funcional tempo-aspecto-modalidade, a formação de *corpora* e os verbos parassintéticos do português estão reunidos nesta publicação destinada a alunos dos cursos de Letras da graduação e Pós-Graduação, professores da área de Língua Portuguesa e Linguística e interessados sobre aspectos da variação e mudança no português escrito e falado.



openaccess.blucher.com.br



Blucher Open Access